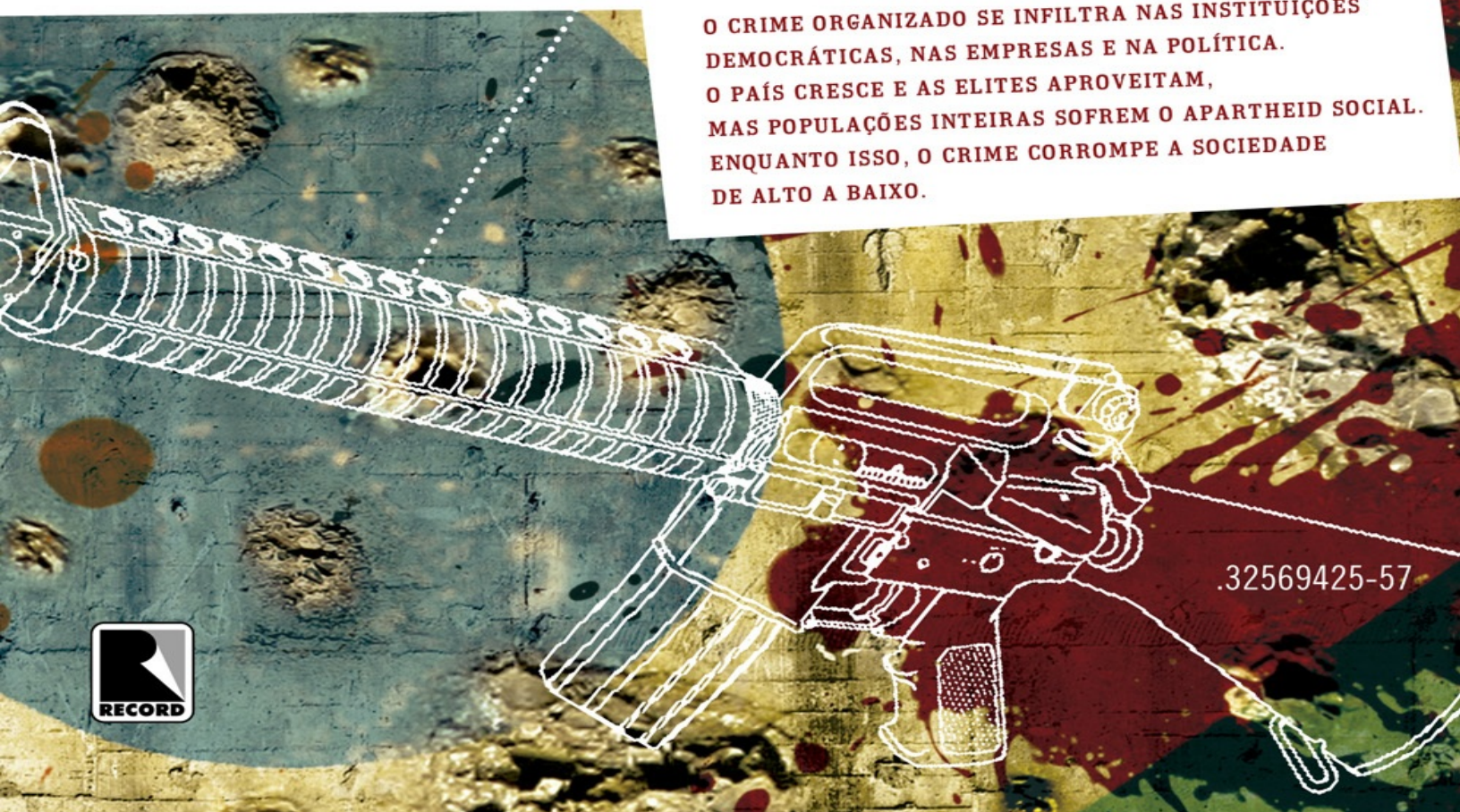


ASSALTO AO PODER

O CRIME ORGANIZADO

CARLOS AMORIM

O CRIME ORGANIZADO SE INFILTRA NAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS, NAS EMPRESAS E NA POLÍTICA. O PAÍS CRESCE E AS ELITES APROVEITAM, MAS POPULAÇÕES INTEIRAS SOFREM O APARTHEID SOCIAL. ENQUANTO ISSO, O CRIME CORROMPE A SOCIEDADE DE ALTO A BAIXO.



RECORD

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe ***Le Livros*** e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O ***Le Livros*** e seus parceiros disponibilizam conteúdo de dominio publico e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: ***LeLivros.site*** ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."

CARLOS AMORIM

ASSALTO AO PODER

O CRIME ORGANIZADO



EDITORA RECORD
RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO

2010

CIP-Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

Amorim, Carlos
A543a Assalto ao poder [recurso eletrônico] / Carlos Amorim. – Rio de Janeiro: Record, 2012, recurso digital
recurso digital

Formato: ePub
Requisitos do sistema: Adobe Digital Editions
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-85-01-40-025-3 [recurso eletrônico]

1. Crime organizado - Brasil. 2. Violência - Brasil. 3. Livros eletrônicos. I. Título.

12-2950 CDD: 364.120981
CDU: 343.1(81)

Copyright © Carlos Amorim, 2010

Composição de miolo da versão impressa: Abreu's System
Capa: Marcelo Martinez/ Laboratório Secreto

Texto revisado segundo o Novo Acordo
Ortográfico da Língua Portuguesa



Direitos exclusivos desta edição reservados pela
EDITORA RECORD LTDA.
Rua Argentina 171 – 20921-380 Rio de Janeiro, RJ – Tel.: 2585-2000

Produzido no Brasil

ISBN 978-85-01-40-025-3

Seja um leitor preferencial Record.
Cadastre-se e receba informações sobre nossos lançamentos
e nossas promoções.

Atendimento e venda direta ao leitor:
mdireto@record.com.br ou (21) 2585-2002.

“Num mundo como este,
o homem, para sobreviver,
tem de suprimir a sua
humanidade e explorar
o seu semelhante.”

(Texto final do segundo ato de *A ópera dos três vinténs*, do poeta e dramaturgo alemão Bertolt Brecht, encenada pela primeira vez em Berlim, em 1928. Vítima da perseguição política e racial, Brecht avisou ao mundo que o nazismo seria a pior forma de violência que a humanidade jamais conheceria. Ele estava enganado.)

Dedicado a Tião,
menino pobre das favelas do Rio.
Ele não viveu o bastante
para entender os motivos de sua
própria morte.

Por todas as noites em que
acordei de um sono precário
para acrescentar uma frase ao livro.
Porque — aflito — tentava
corrigir uma informação,
acertar um nome, uma data,
lembrar um rosto.
Por todas as vezes em que
o dia me surpreendeu
enquanto olhava para o teclado,
meu grande inimigo nesses
quase mil dias de redação.
Para quem não sabe,
escrever é um tormento
— quase uma tortura.

Sobrevivi a este livro
e espero não fazer outro igual.

Sumário

Prefácio

Introdução: Para ler com medo

Primeira Parte: O imperialismo do crime e o fantasma da guerra civil

Segunda Parte: O maior negócio da Terra

Terceira Parte: A radicalização do confronto

Nota do autor

Agradecimentos

Índice remissivo

Prefácio

E o monstro de nove letras cresce diante de nossa mudez ensurdecedora

SE CAÍSSE NA TENTAÇÃO de praticar um exercício descarado de autolouvação, Carlos Amorim poderia pendurar um aviso na parede do escritório, quando estivesse trabalhando: "Aviso aos transeuntes: Jornalista puro-sangue em atividade."

Pausa para uma pequena digressão de natureza jornalística. Posso garantir que o bicho é, sim, um jornalista puro-sangue. Ninguém me contou. Eu vi. Amorim pertence à tribo dos que não jogam jornalismo no lixo, não sonegam nada ao público, não tratam as histórias da vida real a pontapés. Trabalhamos juntos na tevê, por um período curto mas intenso. Falo com conhecimento de causa.

Posso declarar, portanto, diante deste tribunal imaginário, que o senhor Carlos Amorim é um desses jornalistas que, diante da descoberta de um fato ou de um personagem interessante, registra imediatamente uma súbita, discreta e persistente elevação dos batimentos cardíacos. Vai logo avisando: "Isso dá chamada!" Os batimentos só voltam ao ritmo normal quando ele descobre a melhor

maneira de fazer a única coisa decente que um jornalista pode fazer: transmitir ao público — da maneira mais atraente possível — esta inesgotável coleção de acontecimentos, minúsculos ou grandiosos, que formam a Grande Marcha dos Fatos, matéria-prima insubstituível do jornalismo.

Tudo deveria ser simples assim: jornalista existe para publicar a vida, não para jogar notícias, histórias, relatos e personagens no lixo. Ponto final. Mas não é o que se vê na vida real. Qualquer ser bípede que já tenha passado dez minutos numa redação deve ter testemunhado um espetáculo lastimável: a prática persistente de um crime chamado *jornalisticídio*. Autores do crime: os próprios jornalistas. "Ah, não!", reagiria um espectador ingênuo. "Não é possível! Quer dizer então que os maiores assassinos do jornalismo são os próprios jornalistas?" "São, sim, ó alma ingênua", bradaria uma testemunha bem informada. "Fique sabendo que o *jornalisticídio* acontece todo santo dia. Há sempre um jornalista dizendo que não, notícia não é notícia, reportagem não é reportagem, entrevista não é entrevista! Não, a gente não vai publicar esta matéria porque a 'concorrência' já publicou. A gente não vai publicar porque não é 'novidade'. Não, é melhor não! É melhor não, é melhor não."

Despacham tudo para a cesta de lixo, como se não pudesse existir, sempre, uma maneira atraente de transmitir a informação ao coitado do leitor, ouvinte ou telespectador. "Mas existe, existe, existe", suspira Nossa Senhora do Perpétuo Espanto, prostrada no leito de morte, atingida no peito pelos chacais das redações. Nossa Senhora do Perpétuo Espanto: a entidade criada por Kurt Vonnegut não é, mas deveria ser imediatamente entronizada como padroeira

plenipotenciária dos jornalistas. Porque só deveriam exercer a profissão os jornalistas que jamais perdessem a capacidade de se espantar diante da Grande Marcha dos Fatos. Desse espanto é que pode nascer um jornalismo vívido, atraente, surpreendente — exatamente como é a vida real. Já os que perdem a capacidade de se espantar são aqueles que se prestam, tristemente, ao papel de coveiros da profissão.

Aos não iniciados nos catálogos de crimes profissionais, esclareça-se que *jornalisticídio*, como o nome sugere, é o assassinato do jornalismo, a golpes de tédio, indiferença, enfado ou, pura e simplesmente, incompetência. Os autores deste crime, praticado em 100% das redações, são, claro, os burocratas que transformam jornais, rádios, TVs e sites em monumentos à chatice. Como dizia Paulo Francis: "Nossa imprensa: acadêmica, empolada, previsível, chata — meu Deus, como é chata." Confirmando o número: 100% das redações. Ponto. Parágrafo.

Correi, OAB: o *jornalisticídio* deveria ser urgentemente tipificado no Código Penal. Assim, os *jornalisticidas* poderiam receber, como prêmio, a pena de banimento, para gáudio eterno dos leitores, ouvintes e telespectadores — que, assim, ficariam livres de uma praga que envenena a profissão. Num mundo em que o *jornalisticídio* fosse tipificado como crime inafiançável, camburões encostariam na porta de entrada das redações para recolher matilhas e matilhas de burocratas *jornalisticidas*, essa gente estranha, pretensiosa, risível e autorreferente. Quem sabe, a legião de banidos poderia ser despachada para uma extremidade remota do arquipélago de Fernando de Noronha, onde poderia se dedicar a uma tarefa mais

edificante e mais útil do que a destruição do jornalismo: catar ostras por todos os séculos e séculos, amém. Não seria castigo, mas prêmio. Todos sairiam ganhando: os leitores, os ouvintes, os telespectadores, as ostras, os burocratas e o Brasil.

A essa altura do Código Penal, o leitor deve estar perguntando a seus botões: em nome de Nossa Senhora do Perpétuo Espanto, padroeira dos jornalistas de verdade, o que diabos o livro *O assalto ao poder* tem a ver com *jornalisticídios*, camburões, ostras, matilhas, venenos e arquipélagos?

Tudo — respondo, sem vacilar. Porque *O assalto ao poder* jamais poderia ter sido escrito por um *jornalisticida*. Eis uma boa notícia para o leitor. Um livro desse porte teria de ser obra de um jornalista puro-sangue, capaz de mergulhar numa tarefa que exige paciência, garimpagem, pesquisa, cruzamento de informações. O retrato que Amorim nos oferece em *O assalto ao poder* é assustador. A gente enxerga a trama, a teia, a tramoia da violência, um fenômeno de conexões nacionais e internacionais. O jornalista puro-sangue chama a nossa atenção para um fenômeno igualmente assustador: a estúpida banalização da violência.

Amorim testemunha cenas de faroeste quase que na porta de casa: tiros, execuções, derramamento de sangue. Procura os jornais do dia seguinte. Não encontra um mísero registro. Nada. Olha ao redor: constata que os muros substituíram jardins na maior cidade da América do Sul. Espantado, escreve sobre um absurdo que já nem provoca indignação: aqui, as vítimas de violência é que encobrem o rosto em delegacias. O Estado se revela o grande ausente, tanto na punição do crime quanto na proteção da vítima. A culpa é de cada

um de nós: “Aceitamos a violência urbana — uma das maiores do planeta — como se fosse um fato da vida. Não nos revoltamos. Nada exigimos dos nossos governantes.”

O livro se tornou o espaço nobre para a prática da reportagem no Brasil. Que assim seja! As bancas estão majoritariamente povoadas por peruas siliconadas e figuras risíveis recitando beatitudes nas revistas de celebridades, idiotas posando com seus talheres na sala de jantar: o exibicionismo mais vulgar — e a vulgaridade mais exibicionista — triunfando em todas as instâncias. As tevês promovem o infindável, o barulhento, o estridente desfile de cabeças de vento em busca de prêmios. Os jornais vão assinando, por livre e espontânea vontade, a própria sentença de morte, ao repetir obsessivamente, como se fossem novidades, as informações que o leitor minimamente interessado já consumiu desde a véspera, na TV ou na internet.

Quer mergulhar a fundo num assunto? Resta o livro-reportagem. Ei-lo. Amorim lançou mão da arma ideal — um livro-reportagem — para atacar nossa cegueira e nossa ignorância sobre a violência, este monstro de nove letras que cresce (e se move e se infiltra e se insinua e se espalha) diante de nossa mudez ensurdecedora.

Geneton Moraes Neto
Jornalista, vive no Rio. Entre seus livros estão
Cartas ao Planeta Brasil, *Nitroglicerina pura*, *Porto Maldito*
e *O dossiê Drummond*. Atualmente
é editor-chefe do *Fantástico*, da Rede Globo.

INTRODUÇÃO: *Para ler com medo*

O CRIME ORGANIZADO PRETENDE o poder. Precisa de leis que protejam seus lucros inacreditáveis — e que garantam imunidade a seus integrantes e sócios. Precisa de uma justiça complacente, aberta a fianças, cheia de dispositivos que permitam responder processos em liberdade. Via de regra, "responder em liberdade" vira o passaporte para a fuga dos acusados. Em todos os ciclos da História, a acumulação de riquezas, ilegalmente ou por meio da força bruta, produziu castas e segmentos inimputáveis. Acima da ordem comum das coisas. A história do pós-guerra está repleta de situações em que isto é uma realidade inegável. Após o fim da União Soviética, com a queda de um império que governou mais de 500 milhões de pessoas, o crime organizado se instalou no poder em vários países do Leste Europeu e na Ásia Central, além da África. Isso deu início a uma fase em que os próprios governantes passaram a comandar atividades criminosas em larga escala, inclusive por meio dos sistemas financeiros.

Aqui no Brasil há exemplos fartos e variados dessa aspiração ao poder. A infiltração de organizações ilegais nas instituições democráticas, corrompendo os sistemas executivo e judiciário,

comprando gente nas polícias e nos governos, dá o tom de uma orquestração em que somos alvo de uma conspiração nacional e internacional para "legalizar" o crime e o dinheiro de origem desconhecida ou imprópria. É disso que este livro trata.

É o terceiro volume da trilogia sobre criminalidade e violência urbana no Brasil, que iniciei, em 1994, com *Comando Vermelho — A história secreta do crime organizado*. Dez anos depois, em 2004, publiquei *CV-PCC — A irmandade do crime*. Nos dois primeiros livros tratei das origens das organizações criminosas e tentei expressar a minha perplexidade com o cotidiano da violência. Denunciei — em vão — o rápido progresso do crime organizado no Brasil e sua consequência: a contaminação de toda a sociedade, dos pequenos comerciantes e empresários aos altos escalões da República. No segundo trabalho, analisei também a globalização do crime organizado, que hoje se expressa por meio de organizações transnacionais que dominam parte considerável da economia mundial.

A criminalidade em geral tem a ver com os baixos escalões sociais, a desigualdade e a injustiça. Mas o crime organizado tem a ver com os abastados consumidores de drogas, os ricos sonegadores, as elites em busca de lucros. Sejam eles quais forem — e não importa os meios para obtê-los. Pior: depois de quase 25 anos de pesquisas nesta matéria, está claro para mim que o crime organizado avança sobre nós de maneira inarredável. Só fez crescer, expandir suas teias sob o olhar desatento de governantes e cidadãos. "Neste país, bandido burro dança. Bandido educado, ninguém segura." A frase é de uma personagem da novela *A favorita*, exibida em 2008 pela TV Globo.

Escrito por João Emanuel Carneiro e dirigido por Ricardo Waddington, o folhetim não foi um dos maiores sucessos de audiência da Globo. A canalhice dos personagens da novela chegou a incomodar os próprios atores. Mas *A favorita* esteve cheia de verdades, retratando um cotidiano de impunidades. O crime avulso, desorganizado e não estruturado merece a polícia, as surradas varas criminais, os fóruns atulhados de processos, a cadeia desumana. O crime dos bandidos de terno e gravata sempre aguarda em liberdade alguma decisão de tribunais superiores. Infelizmente, entre nós, a cidadania não se apoia no direito coletivo — ela tem a ver com o poder econômico.

Quando policiais enfiam o pé na porta da casa do pobre, armas na mão, sem mandado de prisão, arrastando um suspeito algemado até a moradia de outro, as câmeras de televisão dos programas vespertinos transformam isso num espetáculo. E são brindadas com altas audiências, fruto da sede de vingança das possíveis vítimas. Ou seja, todos nós. Mas quando um banqueiro acusado de falcatruas milionárias é algemado, o império da lei se manifesta imediatamente. Bandos de advogados usando ternos Armani correm para diante das mesmas câmeras. A Corte Suprema não tarda a se manifestar: há no caso "um flagrante abuso". E por quê? Os juristas e legisladores logo afirmam que o bandido do colarinho-branco "não ofereceu resistência". Ele "não representa uma ameaça aos agentes da lei". Nem "tentou fugir". Usar algemas contra bandidos ricos virou tema de debates jurídicos. Prender advogados, então, foi chamado de "flagrante violação do Direito".

A questão da "inviolabilidade do lar", assegurada pela

Constituição Federal, segundo a qual os mandados de prisão têm que ser executados entre as 6 horas da manhã e as 6 da tarde, só vale para os muito ricos. Durante as prisões de banqueiros, parlamentares e ex-governantes, como os ex-prefeitos paulistas Paulo Maluf e Celso Pita, as equipes da Polícia Federal ficaram diante da porta dos acusados olhando para o relógio, aguardando dar 6 horas da manhã. O brasileirinho comum, no entanto, pode ter sua casa invadida pelos agentes da lei a qualquer momento. E tudo é acompanhado por um "abelha", cinegrafista amador a serviço de qualquer uma das grandes redes de televisão. Um profissional liberal que vende suas imagens e flagrantes por 250 reais — e que ganha a vida varando as madrugadas com uma câmera digital barata. Essa nova categoria de trabalhador, o "abelha", remunerada de forma avulsa, abastece parte importante dos noticiários da televisão. Em muitos dos casos registrados pelo amador, qualquer promotor público — e qualquer juiz — deveria considerar que ocorreu "prisão e constrangimento ilegais". Vale? Não vale. Policiais pulam os muros das residências sem mandado judicial, arrastam para fora os suspeitos. Nas favelas e periferias, a força pública já chega atirando para todos os lados, inclusive com veículos blindados e carros de combate.

A "inviolabilidade" do lar só serve para os abastados e os muito abastados. Os advogados que representam essas pessoas correm a folhear os códigos para encontrar qualquer falha na ação policial que possa resultar na anulação do inquérito ou da ação penal. É assim que funciona entre nós. As imagens dos suspeitos pobres, desprovidos de apoio jurídico, são exibidas nacionalmente sem restrições. A polícia até ajuda a deixar o rosto do preso bem visível, na esperança de que

outras vítimas dele se apresentem para depor. Há muitos anos, no Rio de Janeiro, um fotógrafo de um jornal popular deu uma canelada num preso para que ele olhasse para a lente. Eu mesmo já vi um agente da lei dar um tapa na cabeça de um suspeito pelo mesmo motivo. Em São Paulo, uma foto famosa publicada no *Jornal da Tarde* mostra um preso algemado segurando um revólver e apontando diretamente para o fotógrafo, numa pose a que foi obrigado pelos tiras. Quando a foto foi ampliada, viu-se que a arma estava carregada.

Este é o Brasil que se acostumou com as ilegalidades. E que se diverte com elas.

Aqui o leitor vai conhecer a história de dona Geralda, favelada, lavadeira que sustentou a família sozinha depois de abandonada pelo marido, funcionário de uma empresa de transportes coletivos do Rio de Janeiro. Ele, o ex-provedor do barraco que dividiam no morro dos Prazeres, também um Geraldo, sambista nas horas vagas e amante de um cavaquinho, sumiu de uma hora para outra. Nunca mais se ouviu falar dele. Geralda, nordestina migrante dos anos 1960, teve o azar de nascer bonita. Negra de traços finos, boca carnuda, seios pequenos, coxas grossas e bunda empinada, tornou-se troféu na favela de Santa Teresa, zona central do Rio. Teve três filhos de dois homens diferentes. Tião virou "soldado do tráfico" com pouco mais de 10 anos de idade. Aos 13, apareceu morto num carro roubado, com um tiro na cabeça. Martinha, a filha do meio, virou prostituta. Herdara os atributos da mãe. Foi vista pela última vez fazendo michê na Avenida Atlântica, em Copacabana. Dela ninguém soube mais nada. Zilda, a menor, desapareceu quando mendigava na Rua Gomes Freire, na

Lapa. Tinha uns 9 anos de idade.

A tragédia de dona Geralda, corriqueira, desimportante, não saiu nos jornais. Mas é a tragédia de um país inteiro.

Este livro inclui depoimentos e entrevistas inéditos, que recolhi ao longo de todos esses anos de pesquisas sobre o tema. Foram tomados de gente armada e usando capuzes — ou foram ouvidos de pessoas cobertas pela máscara da dor de perder suas crianças numa guerra urbana em larga escala que sequer conseguem entender.

Confesso também a minha incapacidade de compreender toda a dimensão do drama que se abate sobre o meu povo e o meu país. Quem há de compreendê-la, em um lugar tão rico, tão privilegiado, e ao mesmo tempo tão sem oportunidades para a gente comum? Minha conclusão pessoal — talvez perversa, provocada pela minha própria sensação de insegurança — é a de que temos um grave problema de governantes. Ou são todos despreparados, e não entendem a gravidade do que vivemos, ou são cínicos, e fazem de conta que não estão vendo. A terceira alternativa é a pior de todas: eles sabem o que está acontecendo e são impotentes para resolver o problema da violência e da criminalidade. Em qual dessas hipóteses, caro leitor, você apostaria as suas fichas?

Tudo isso, no entanto, parece pouco quando ouço o barulho aterrador dos tiros e dos gritos perto da minha casa. Sempre às sextas-feiras e aos sábados, durante a madrugada. É quando o bairro onde moro, a pouco mais de 20 quilômetros do centro da cidade de São Paulo, se agita com festas, pagodes, bailes funk e coisas do gênero. É quando o reinado do tráfico de drogas se instala nas esquinas, nos becos e nos bares da zona sul da capital. Depois dos disparos —

apenas cinco minutos depois —, posso escutar as sirenes da polícia. Em geral é tarde demais. Algo terrível já aconteceu. Nem abro a janela para acompanhar o que pode ter sido.

Moro nos arredores da área mais conflagrada da capital paulista. É palco de incontáveis matanças, território das drogas e da bandidagem em geral. Procuro nos jornais do dia seguinte as notícias do que pode ter havido na vizinhança. E não encontro nada. É tudo indigno de figurar nas páginas, tal é a banalização da violência.

Mas o ruído da "batalha" fica grampeado na minha mente.

Muitas vezes me pego rezando por mim, minha mulher e meus filhos, que eventualmente estão fora de casa, tentando levar uma vida normal. Não há mais normalidade em nossas cidades. O velho e bom "Pai Nosso" também não me socorre muito nessas noites de sobressalto. Certa vez, uma bala perdida atingiu o espelho retrovisor lateral direito do meu carro. Assim, do nada, às 10 horas da manhã. Aconteceu quando eu passava por uma ponte — percebam a ironia — chamada Socorro, na zona sul de São Paulo. Na oficina de reparos, o técnico me disse:

— Foi uma calibre 22. Olha aqui a marca. — Ele sabia de cor o que tinha acontecido.

O lugar onde vivo é um bairro tombado pelo patrimônio ambiental da cidade. Uma das maiores concentrações de área verde, com milhares de árvores e pássaros. É comum ver bandos de papagaios e araras coloridas, voando livres ao entardecer. Estamos perto de um lago com 1.900 metros de circunferência, onde há patos selvagens e — dizem — quatro jacarés-de-papo-amarelo, uma espécie em extinção. Esquilos e macacos também são frequentadores assíduos

do local. Há gaviões, corujas grandes e pica-paus. Minha casa é uma construção antiga, no estilo colonial espanhol, com grandes arcos de pedra, varandas, enormes janelas envidraçadas. No terreno temos 16 árvores e coqueiros, grama e vários tipos de plantas nativas. É como se pudéssemos crer que vivemos numa bolha de ar puro e tranquilidade. Um parêntese no cenário feroz de São Paulo.

Infelizmente, o bairro, que reúne umas quarenta quadras e cerca de mil residências, é corredor de passagem entre a parte rica e opulenta da cidade e as zonas mais pobres e agressivas da capital paulista. Por isso, a guerra urbana chega até nós durante as madrugadas. Às 2 horas, madrugada do sábado 7 de julho de 2007, eu assistia a um filme num dos canais Telecine quando ouvi dois disparos a certa distância de casa. Uma arma poderosa, talvez calibre 12. Em seguida, gritos de duas mulheres, interrompidos por uma longa rajada de balas, uns 15 ou 20 tiros de uma só vez.

No final de julho de 2008, assistíamos a um outro filme na televisão, quando começou um tiroteio seguido de uma insistente queima de morteiros. Provavelmente, a polícia havia surpreendido o tráfico de drogas em algum dos bairros populares que cercam a região. E os "fogueteiros" da boca de fumo dispararam seus rojões para avisar que os policiais estavam "entrando". Foi num sábado, também por volta das 2 horas. Minha filha mais velha, sentada num sofá de costas para a janela, foi imediatamente para o chão e ficou abaixada. Ato reflexo, ela tentava se proteger das chamadas balas perdidas.

Depois disso, a prefeitura de São Paulo fechou os bares e casas de shows da região, a maioria na Avenida Robert Kennedy. O bairro,

com essa simples medida burocrática, voltou a viver em tranquilidade e silêncio. Mas, para isso, dois jovens perderam a vida, executados por supostos seguranças de uma boate, crime nunca esclarecido. Me impressiona que uma medida administrativa qualquer tenha tido tanta importância para o lugar onde vivo.

Isso me fez pensar muito no papel que os governantes poderiam ter, se quisessem. Fechar os bares a certa hora, fazer campanhas contra o álcool e pelo desarmamento, acender um poste de luz: são coisas práticas e baratas mas de grande repercussão para o cidadão. E por que os gestores das cidades brasileiras não dedicam parte do seu tempo na solução de coisas fáceis? Talvez porque iluminar um bairro da periferia não propicie boas maracutaias e superfaturamentos. É preciso não esquecer que a sociedade está criminalizada de alto a baixo, em todas as esferas. Este é um dado fundamental em qualquer análise da nossa tragédia.

Durante o ano de 2009, a Polícia Federal destacou um grupo de agentes para acompanhar o andamento de trezentas obras públicas em todo o país. O objetivo era saber se o dinheiro público estava sendo bem aplicado e se tudo corria dentro da lei. Os federais descobriram desvios da ordem de 700 milhões de reais; para cada 100 reais investidos, 29 eram desviados ou representavam superfaturamentos. O relatório de PF estava publicado na página de internet do Serviço de Perícias de Engenharia e Meio Ambiente e foi resumido pelo repórter Flávio Ferreira, da *Folha de S. Paulo*. Depois que a matéria foi publicada, o relatório passou a ser considerado "reservado" e deixou o site.

Talvez seja por isso que os nossos governantes não se interessam

por pequenas obras e atitudes que podem melhorar o cotidiano das pessoas nas grandes cidades. No meu bairro, como já disse, medidas muito simples ajudaram a resolver o problema da violência.

Foi neste ambiente de paradoxos que comecei a escrever este livro sobre o desastre humano brasileiro. Porque a guerra civil não declarada chegou até a mim e à minha família. Eu estava escrevendo uma ficção — e como é bom inventar uma história — atualmente transformada numa série policial para os canais FOX, batizada de *9mm: São Paulo*. O título original que dei para a série, *Sinal Vermelho*, parecia mais adequado. Só que os americanos não o entenderam muito bem, porque *Red Alert* lembrava coisas da Guerra Fria, e o cinemão de Hollywood já tinha produzido um filme com esse título. Entre os motivos da minha reflexão para deixar a fantasia e voltar à realidade, estava o som daqueles disparos que ouvi perto de casa. Na realidade, a arma que disparou perto de onde moro não era uma 9mm. Pelo som, seria uma 223 Remington. Ou pior: uma 7.62. Fuzis automáticos. Armas de guerra. Dá para reconhecê-los pela cadência dos disparos, um tá-tá-tá-tá-tá monótono. Como uma máquina de costura. As bombinhas e os fogos que a garotada da região costuma soltar para comemorar gols — ou avisar sobre a chegada das drogas — fazem um barulho arredondado, gordo. Já os tiros são secos, metálicos, cortantes.

Depois de insistentes trocas de tiros na vizinhança, a prefeitura de São Paulo e a Polícia Militar, apoiadas por uma insistente campanha de televisão, como narrei, fecharam os bares e as casas de shows da área — quase todas funcionando sem autorização. E as noites de

quinta, sexta e sábado viraram uma tranquilidade impressionante. A violência acabou de repente, com a proibição da venda de álcool e com o fim dos bailes. Todos os moradores da região respiraram em paz. Finda essa confusão, no entanto, começaram os assaltos às residências.

Na manhã de 22 de outubro de 2008, uma quarta-feira nublada, às 10 horas, a casa de um dos meus vizinhos de rua foi invadida por um bando armado. Havia pelo menos sete pessoas na residência, incluindo quatro trabalhadores que concluíam uma reforma. Todas foram trancadas num banheiro, menos o proprietário, que se mudara para o imóvel com a família pouco antes. Funcionário de uma grande empresa, homem cordial, que sempre acenava quando passava por ele na rua, meu vizinho foi severamente torturado pelos assaltantes. Os bandidos tinham informações de que ele guardava dinheiro em casa, justamente porque realizava obras, comprava móveis e estava construindo um muro de 3,4 metros de altura. A parte da frente já estava pronta, mas a lateral do terreno de esquina, não. Foi por ali que a quadrilha entrou, aproveitando-se de que os pedreiros estavam preparando massa de cimento na calçada.

Meu infeliz vizinho apanhou muito para dizer onde estava um dinheiro que não existia. Seu corpo ficou cheio de marcas vermelhas, especialmente na altura dos rins, onde bateram insistentemente. Seus torturadores improvisaram um maçarico com um desodorante spray, esguichado sobre um isqueiro aceso, o que provoca uma chama de uns 10 centímetros de comprimento. Queimaram seus braços e peito. Além disso, os bandidos tinham uma arma de defesa pessoal que produz choques elétricos, dessas que a gente conhece dos seriados de

televisão — e que pode ser comprada livremente pela internet, com entrega domiciliar. Foi usada nele diversas vezes. O bando deixou a casa três horas e meia depois, após concluir que não havia grandes valores a arrecadar. Foram roubados cerca de 700 reais em moeda estrangeira, alguns eletrônicos, roupas, cartões de crédito e talões de cheque. Avisaram que voltariam para matá-lo se as contas fossem bloqueadas.

O único troféu que o ataque rendeu aos assaltantes foi um sobretudo de couro que meu desafortunado vizinho trouxe de uma viagem à Europa. O chefe do bando, o mais agressivo, que comandou as torturas, pouco antes de se retirar, declarou:

— Com essa roupa de Schwarzenegger [de *O exterminador do futuro*] vou matar muita gente por aí.

Meu vizinho sobreviveu. Tecnicamente, a ocorrência foi daquelas desimportantes. Acionada pelo 190, a Polícia Militar enviou uma preguiçosa patrulha. Os policiais se limitaram a recomendar que o dono da casa fosse à delegacia mais próxima para registrar um boletim de ocorrência. Não foram feitas buscas na região. Não foram tiradas impressões digitais, que deveriam ser abundantes. Nenhum carro da fuga foi identificado. Nenhuma testemunha foi ouvida. Nada. Simplesmente nada. Algum tempo depois, a quadrilha foi surpreendida em novo assalto a uma residência da região. A polícia chegou em cima do lance, mandou bala neles. Prendeu alguns. Outros fugiram. Os moradores comentam que a PM matou dois dos assaltantes. Procurei nos noticiários e não encontrei uma única linha. De novo, ocorrências banais.

Já em 2009, num sábado, por volta de duas horas da tarde, abri

uma das janelas de casa e dei de cara com uns oito policiais na rua, em três viaturas da Força Tática da PM. Sob uma chuva fina bem paulista, estavam checando uma casa à venda, fechada há um bom tempo. Fui conversar com eles, e o sargento que comandava a equipe me disse que os vizinhos tinham alertado para uma invasão do imóvel. Antes de me despedir, o sargento comentou:

— Olha, se o senhor perceber qualquer movimento estranho por aqui, não hesite em nos chamar. Essa região se tornou um lugar muito perigoso.

Um lugar muito perigoso. Moro por aqui há 12 anos. Me acostumei a ver a garotada livre pelas ruas, com bicicletas, patins, skates. À noite, os moradores passeavam com os cachorros. Em casa, até esquecíamos de trancar as portas. Uma década depois, as ruas ficaram quase desertas. Muros foram erguidos onde antes havia jardins abertos para a rua. Foi num espaço de tempo muito pequeno, considerado historicamente, que a violência mudou todas as rotinas. Apenas anoitece e as ruas ficam vazias.

Este livro, portanto, é fruto do meu próprio medo. Medo da violência de que já fui vítima aqui em São Paulo. Uma violência que já atingiu também uma das minhas filhas, como o leitor verá adiante. Todas as pessoas que conheço na maior cidade do país já passaram por episódios de risco pessoal. Meus amigos, companheiros de trabalho, vizinhos. Todos estiveram frente a frente com gente armada e ansiosa por "tomar" algum dinheiro ou objeto de valor. Pode ser o carro, um relógio, o tênis de grife, 100 reais. A violência se democratizou no Brasil moderno, atingindo pessoas de todas as classes sociais. Não há mais fronteiras seguras em nenhum lugar.

Quem imagina se proteger por trás de muros, cercas elétricas, cães e condomínios fechados, está iludido. A violência vai alcançá-las ao chegar e ao sair.

Várias declarações citadas neste terceiro volume partem de pessoas que não são identificadas — ou que são designadas apenas por apelidos e iniciais. Hoje é praticamente impossível obter declarações de viva voz, acompanhadas de um nome completo. Os telejornais nos mostram toda noite aquelas vozes tecnicamente distorcidas e aqueles rostos cobertos por retículas eletrônicas. Somos um país com medo, que mergulha mais e mais na clandestinidade. Mesmo no banal, no vulgar das coisas. A vítima de um assalto sai da delegacia cobrindo o rosto com a camiseta. A vítima. Ela teme a represália que pode vir do mundo do crime. O bandido é o vizinho, a pior ameaça. Está na porta ao lado. No mesmo bairro. A poucos quilômetros de distância, como no meu caso. E — é claro — a autoridade não protege nenhum de nós. Minha sogra foi assaltada no portão de casa, a 20 metros de um posto da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo. Avisados do roubo, os integrantes da GCM disseram, singelamente:

— É preciso ligar para 190 e chamar a PM. Nós não podemos sair daqui.

Parece irreal, mas é verdade. Eles estavam a 20 metros da cena de um crime e não fizeram nada. A GCM de São Paulo tem 6.365 guardas, espalhados por dezenas de bairros da cidade, cuja função é cuidar do patrimônio público. Custa aos cofres municipais muitos milhões de reais por ano, incluindo uma força de choque, que é

usada contra camelôs e vendedores ambulantes, com treinamento na PM. Nós é que pagamos por tudo isso. Mas não serve para socorrer uma senhora de 80 anos atacada por assaltantes praticamente na porta de uma das suas unidades. A bolsa da cidadã, certamente, não é um patrimônio público.

Para confirmar a situação absurda, a Assembleia Legislativa de São Paulo acaba de aprovar um projeto de lei que impede que o nome das vítimas e testemunhas de crimes constem dos boletins de ocorrências policiais. Isso é para impedir que sejam constrangidas pelos criminosos ou que sofram represálias. A chamada "qualificação" dessas pessoas, que inclui seus nomes completos, endereços, telefones e outros dados pessoais, por esse projeto de lei, ficaria confinada a um envelope lacrado, ao qual só a Justiça teria acesso. Fato que revela a incapacidade do poder público de proteger não apenas o cidadão, mas também aquele que se torna vítima de crimes. Na verdade, o Estado não promove nenhuma segurança pessoal, a não ser para seus próprios integrantes, políticos, governantes e executivos. E mesmo assim de forma precária. Quando o Primeiro Comando da Capital (PCC), a maior organização criminosa de São Paulo e talvez do país, ameaçou sequestrar juízes e secretários de governo, foi preciso desenvolver "um plano de emergência" para rever o quesito segurança dos mandatários.

O projeto de lei para tirar o nome das vítimas e testemunhas dos boletins de ocorrência foi uma iniciativa da bancada governamental na Assembleia Legislativa paulista. Os deputados do PSDB argumentaram que isso se aplicaria apenas aos casos em que a vida dos citados estivesse em perigo. Mas a Ordem dos Advogados do

estado protestou, ressaltando que o projeto era inconstitucional e que cerceava a ampla liberdade de defesa. Ficou para o governador José Serra decidir. Até o fechamento deste livro, não havia uma conclusão.

Em termos de análise sociológica, o criminoso, disseminado em todas as classes, virou uma nova categoria social. Não uma classe social, é bom ressaltar. Mas uma categoria. É praticamente aceito como um "fator natural". Não temos meios eficazes (ou não sabemos) combatê-lo. É preciso aceitá-lo como coisa em si e aprender a conviver com ele. Porque — de fato — o crime permeia a sociedade brasileira de alto a baixo. Do Legislativo ao Judiciário, passando pelo Congresso Nacional, as polícias e os políticos em geral. No alto da pirâmide, empresários praticam estelionato, fraudes fiscais e lavam dinheiro. Na família pobre, quando o menino de 10 anos sai para trabalhar na "endolação" (separação, pesagem e embalagem de drogas) não está indo cometer um crime — ele está seguindo para o seu "emprego". Tudo muito normal. Na imensa maioria dos casos, esses meninos e meninas do tráfico constituem um decisivo meio de sobrevivência da família. É assim que o crime organizado vai se insinuando, lentamente, em todas as camadas, para assumir o controle de parte da atividade econômica.

O tráfico de drogas é aceito na comunidade carente porque representa o principal fator de segurança, justiça e geração de valores. É claro que se baseia nas regras do submundo — e não nas leis da sociedade. O poder do tráfico emana da ausência quase total do Estado e é administrado pela "lei do cão". Quando se pensa nos traficantes, logo surge a imagem daqueles homens armados sobre a

laje das casas ou entrincheirados nos morros. É a imagem que chega até nós pelos telejornais e fotos da mídia impressa. Mas o grande movimento ligado ao comércio das drogas permanece invisível. As pessoas envolvidas com a infraestrutura do tráfico não são conhecidas do grande público. Nem são tidas como criminosas. E estas só podem ser contadas em dezenas e dezenas de milhares em todo o país. Se houvesse um censo do tráfico de drogas descobriríamos que uma parte considerável da infância e juventude brasileiras está fora da lei. Aliás, fora da lei estariam quase todos os brasileiros, num país onde a "economia informal" responde pela grande parte das pessoas "empregadas". Empregadas no quê? Responda aí, caro leitor, que a caminho do trabalho passa por uma legião de pedintes, malabares, ambulantes, flanelinhas. Como se vivesse em Nova Delhi, na Índia.

Certa vez, ao procurar uma vaga para meu carro no centro do Rio, puxei conversa com um rapaz que estacionava os veículos. Foi uma conversa no mínimo inusitada, parte da qual reproduzo de memória:

— O senhor paga 18 reais adiantado. Deixa o carro aqui comigo. Eu fico com a chave e vou colocar o carrão num lugar que a gente domina. Não sofre nenhum arranhão, posso garantir. Quando o senhor voltar, fala comigo ou com aquele garoto ali de boné vermelho, o Mané. Não tem erro. Em dez minutos a gente traz o carango de volta. Pode ficar tranquilo que aqui não tem safadeza. É preto no branco. Pagou, recebe de volta. Exclusive [sic], pode tomar um café aí na esquina que tá no preço, enquanto espera.

Como o carro era alugado, paguei para ver o que aconteceria. Deu tudo certo. E ainda mandei uma para o rapaz:

— Legal esse negócio aí de vocês, né? Coisa organizada. Como é que a gente entra na parada?

— Tá a fim de investir? — o cara respondeu. — Um ponto que nem esse aqui custa uns 30 mil reais. O patrão, seu Custódio, tem uns seis ou sete. Vive disso. Ele vende um pro senhor, se quiser. Mas vai querer tirar uns cascalhos a mais, sabe como é?

— E você leva o quê? — perguntei.

— Tô a fim de virar gerente de ponto, subir na vida, tá ligado? Se o senhor tiver a grana, o resto se acerta.

Anotei dois números de telefones celulares pré-pagos, do rapaz e do seu Custódio, depois os joguei fora e segui meu caminho. Em resumo, o negócio deles é o seguinte: alugam a via pública, que deveria ser pública, e vendem proteção para o veículo. Quase uma extorsão. Este é o Brasil "informal", no qual populações inteiras descobriram formas de sobreviver independentemente do Estado, dos governos, de qualquer coisa. E não há como recriminar essa gente. É assim mesmo que eles descobrem os caminhos da subsistência num mundo onde não tiveram outras oportunidades, aquelas que deveriam ter sido supridas por governantes gordos e sonolentos. Mas isso — admita-se — também está na essência do capitalismo: inventar para sobreviver e obter um lugar no mercado.

Se você se der o trabalho de pesquisar, vai descobrir que a pirataria de produtos e serviços tomou conta de uma larga fatia da economia. Praticamente, não existe mais nenhum usuário de computador no Brasil que não tenha programas, games, filmes e softwares especializados falsificados. Eu mesmo comprei vários, a preços ridículos, só para testar o alcance da pirataria. A série *9mm: São*

Paulo, por exemplo, pode ser comprada na Rua Galvão Bueno, no bairro da Liberdade, em São Paulo, numa embalagem que contém os quatro primeiros capítulos. Os piratas fizeram, inclusive, uma capa que usa o material gráfico de divulgação da FOX.

No mercado fonográfico, então, é brincadeira. A pirataria via internet e a compra de CDs falsificados já diminuiu em quase 40% o total de vendas do setor no Brasil. Em seu livro de memórias, *Eric Clapton — A autobiografia* (Planeta, 2007), o chamado "deus das cordas" chega a dizer que as gravadoras atuais não estarão mais no mercado dentro de dez anos. Em 2008, a polícia apreendeu meio milhão de CDs e DVDs piratas em São Paulo. Só na capital.

Como pesquisador da matéria, à qual dediquei, sem alegrias, muitos anos da minha vida, chego à conclusão quase inevitável: após duas ou três décadas de ignorância, conivência, corrupção e impotência geral do sistema diante do avanço da criminalidade, talvez não haja alternativas a não ser olhar para um futuro muito mais adiante. Esta geração, agora envolvida com o tráfico e o crime organizado, está perdida. É necessário focar as crianças, as próximas gerações. Certa vez perguntaram ao Bill do Borel (Nelson da Silva, chefe de uma das maiores quadrilhas ligadas ao Comando Vermelho) o que ele faria para resolver o problema:

— Tirem as crianças das ruas! — foi a resposta, publicada pelo *Estado de S. Paulo*.

Bill foi preso, passou uns dez anos atrás das grades, saiu em liberdade condicional, reassumiu o comando do tráfico na favela. E deixou de cumprir o que restava da pena. É parente do Isaías do

Borel, hoje um dos mais importantes chefões do Comando Vermelho, ainda trancado. Mesmo com esse currículo, é preciso prestar atenção nas palavras do traficante. Quando é o próprio bandido quem diz que precisamos cuidar das crianças — e ele começou nessa vida torta aos 10 anos —, a gente deve ficar ligado. Se o Brasil conseguir desenvolver políticas públicas de longo prazo nas áreas de saúde, educação, emprego, habitação e saneamento básico, talvez possamos reduzir o fornecimento de mão de obra para o crime nas próximas décadas.

No entanto, bilhões de reais escoam pelo ralo da corrupção. Os governantes, em todos os níveis, pagam aos parlamentares para aprovar suas políticas. As emendas parlamentares ao Orçamento da União, verdadeira farra do boi, são as principais formas de desvio dos recursos públicos. Todo mundo sabe disso. Nos estados e municípios, o processo se repete, e não é de hoje. Esse dinheiro, desaparecido corriqueiramente no exercício da política no Brasil, daria para sanear todas as favelas, construir escolas, creches e postos de saúde. Possibilitaria montar uma rede de policiamento comunitário (o único que vale a pena) e ainda financiar programas de distribuição de renda. Aqui também poderia estar o dinheiro dos remédios para a velhice do trabalhador aposentado. Se houvesse decência, muita gente teria três simples refeições por dia. Alguns autores costumam escrever — e parece brincadeira — que a corrupção representa 20% do PIB, algo em torno de 200 bilhões de reais. É quase inacreditável. Mas é possível, tamanha a bandalheira instituída.

Vejam só — e isso faz mais de 25 anos — como revela o grau de desvios anotado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento: em

1984, o BID informava que “a corrupção na América Latina era um dado econômico”. Durma-se com esse barulho!

Só não resolvemos isso porque o país apodreceu. E porque não há vontade popular para punir esses canalhas.

Em todos os lugares pobres onde foram implantados projetos de educação popular alternativa, fora das redes oficiais, com trabalhos relacionados a artes, música, dança e esportes, houve uma drástica redução do envolvimento de crianças e jovens com o crime. O projeto Meninos do Morumbi, sustentado pela iniciativa privada, em São Paulo, é um grande exemplo. A Oficina de Dança da Rocinha, no Rio, já mandou dois bailarinos para o balé Bolshoi, de Moscou. O projeto Mangueira do Futuro, na favela carioca, visitado pelo príncipe Charles e por Bill Clinton, reduziu em 80% as ocorrências policiais envolvendo crianças na área. Alguns traficantes da Mangueira obrigavam seus filhos a frequentar os projetos sociais no morro. Chegavam, inclusive, a cobrar a presença de crianças de outros moradores. Sabiam que era a única maneira de suas crianças construírem uma vida nova. Uma oportunidade que esses bandidos, quando meninos, não tiveram.

O escritor americano Samuel Langhorne (1835-1910), mais conhecido pelo pseudônimo de Mark Twain, legou ao mundo uma obra extraordinária, na qual se destacam *As aventuras de Tom Sawyer* e *O príncipe e o mendigo*. Ele concorda com Bill do Borel. Mark Twain escreveu sobre os conflitos sociais e o abandono da infância na segunda metade do século XIX. Em seu livro *Mark Twain’s Speeches* (The Echo Library, Londres, 2006), de 1877, há uma frase lapidar

sobre o assunto: “Para cada escola fechada, é preciso construir uma cadeia.”

Se os governantes focassem a sua atuação na infância e na juventude, se esquecessem um pouco o poder inconsistente da repressão policial (para cada bandido morto há cem voluntários na fila de espera), talvez pudéssemos acalentar maiores esperanças.

As classes abastadas, que geram os formadores de opinião, os proprietários dos meios de produção, executivos e os governantes, estão de várias maneiras envolvidas na ilegalidade. Corrupção generalizada, caixa dois, sonegação e todos os tipos de fraude são acusações comuns. A naturalidade é tão grande, que eles se espantam quando surge alguma reação: “Mas o que é isso? Sempre foi assim!!!” Cansamos de ler coisas do gênero nos jornais. “A lei foi feita para os pobres”, costumam alegar, como a aliviar a própria consciência. Às mulheres, filhos, parentes e amigos, vendem a tese de que “o mundo é dos espertos” e que, ao cuidar de seus interesses, continuam sendo “homens de negócio”. Como os *capos* da Máfia, que se consideravam “homens de honra”, costumavam dizer: “*Just business*” (apenas negócios). Durante mais de um século, a frase justificou todo tipo de crimes, matanças e corrupção.

Em 19 de março de 2008, a revista *Veja*, uma das mais importantes do país, levou aos leitores uma entrevista com o embaixador Marcílio Marques Moreira, de larga carreira governamental, ex-ministro dos períodos de João Goulart (1962-64) e

Fernando Collor (1990-92). Nas principais páginas de opinião da revista, sob o título "Escassez de ética", Moreira declarou:

> Preocupa-me ouvir declarações de autoridades no sentido de que transgressões são rotineiras na vida pública brasileira. Isso é inaceitável. (...) Quem anda dentro da lei é considerado um imbecil. Permeia a sociedade a leniência com desvios, começando com as pequenas, como jogar papel na rua, furar o sinal de trânsito, dar uma "cervejinha" ao guarda que quer multar.

Quem anda dentro da lei é imbecil. A frase dá a medida do quanto a ilegalidade envolve toda a sociedade brasileira. Todo mundo acha que dinheiro resolve qualquer coisa. Não há nenhuma pessoa, entre nós, que duvide disso. É justamente assim, com base nessa lógica, que o crime organizado se instala na sociedade. E parte para a conquista do poder político e econômico.

Na segunda-feira, 9 de novembro de 2009, o vice-presidente da República, José Alencar, aos 78 anos e enfrentando uma luta duríssima contra o câncer, deu entrevista exclusiva à repórter Ana Flor, da *Folha de S. Paulo*. A matéria de página inteira trazia importantes comentários do político e empresário mineiro. Ele falou sobre a criminalização da atividade política e empresarial no país:

> É preciso haver investigações rigorosas e detalhadas, não importa quem é o investigado. Sempre defendi isso. Eu acredito que todos são inocentes até prova em contrário, mas o Brasil se tornou o país da impunidade. Isso é sério e precisa mudar. Não se pune a corrupção. Eu não vejo que isso está mudando.

O próprio ministro da Justiça do governo Lula, Tarso Genro, que deveria ser a principal autoridade do país a cuidar do problema,

publicou um artigo na *Folha de S. Paulo* de domingo, 29 de junho de 2008, sob o título "Milícias e o Estado de direito", em que justifica, sem querer, algumas das minhas teses. Num destaque, que o jornal selecionou, lê-se: "Estamos diante de uma insustentável realidade, na qual milhares de brasileiros têm sua dignidade violentada diariamente." A seguir, alguns trechos:

> O domínio de partes do território do Rio de Janeiro por organizações criminosas, formadas por pessoas originárias ou não de instituições de segurança pública, é o resultado dramático de um longo processo de desintegração do contrato social da cidade. Sua origem está na ausência de políticas públicas de coesão social numa pólis dividida. No seu cotidiano, a inclusão estável e às vezes a riqueza se defrontam com a pobreza e se repelem mutuamente. Sua integração negativa se dá no mercado das drogas. O processo de urbanização caótica relegou grandes contingentes populacionais à sua própria sorte. O estágio seguinte dessa involução civilizatória foi o controle das comunidades por organizações de traficantes. Era o início da formação de um Estado paralelo criminoso. Agora, a sociedade brasileira, em especial a população desses territórios, depara-se com realidade ainda mais grave: o Estado democrático de direito está em crise de afirmação, pela falta de eficácia na sua forma de Estado social, e já se apresenta, por meio de alguns agentes policiais, na sua forma de Estado criminalizado.

Esta é, seguramente, uma das declarações mais corajosas de um ministro da República, em todos os tempos. Inclusive, contraria a visão otimista do restante do governo Lula sobre a violência urbana e o crime organizado. O ministro se refere à ocupação de partes do Rio por bandos armados, mas cita a sociedade como um todo, generalizando o conflito. Voltaremos a Tarso Genro mais adiante.

No sábado, 10 de maio de 2008, a primeira página da *Folha de S. Paulo* informava aos leitores, perplexos como eu, que 17% dos

congressistas brasileiros estavam envolvidos com um lobby das cervejarias, destinado a impedir que leis para restringir propaganda de bebidas alcoólicas fossem aprovadas no Congresso. Nesta edição, o jornal afirmava:

> Dos 513 parlamentares, 87 têm concessões de rádio e televisão e/ou receberam doações de campanha da indústria de bebidas e de comunicações. Nesta semana, o projeto que restringe a propaganda de bebidas com baixo teor alcoólico, inclusive a cerveja (e os vinhos), entre 6h e 21h em rádio e televisão, foi retirado da pauta de votações da Câmara, a pedido do governo, após resistência dos líderes partidários.

A *Folha* também disse que as cervejarias doaram 2 milhões de reais a deputados, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). É claro que a parte não oficial pode ser muito maior do que isto. Me dei o trabalho de pesquisar, junto ao sindicato das indústrias cervejeiras (www.sindcerv.com.br), qual o tamanho do problema e por que o Congresso se rende tão facilmente na questão. O que encontrei foi o seguinte: o Brasil está em nono lugar no ranking mundial de consumo da bebida, de acordo com informações do ano de 2007; são 47 litros de cerveja per capita/ano; a produção de cerveja, segundo o sindicato da categoria, representa 10,34 bilhões de litros por ano. Uma latinha de cerveja, de 350 ml, custa em torno de 1 real. Faça a conta, caro leitor.

Não precisa ser nenhum gênio da lâmpada para imaginar o imenso poder corruptor de um segmento econômico como esse. Ou — para soar mais agradável — a imensa influência política de uma indústria que ocupa as primeiras posições na produção de riquezas num país emergente (e ainda pobre) chamado Brasil. Especialmente

num país onde o álcool, associado às drogas mais pesadas, está na base da questão da violência, tema do qual me ocupo neste trabalho. A indústria do álcool é uma das maiores compradoras de mídia, especialmente na televisão. Alegria, juventude, música, louras espetaculares são a marca registrada da cerveja brasileira. Nada contra, meus amigos. Mas também nada a favor, quando um dos maiores jornais do país denuncia a "compra" do Legislativo brasileiro.

E não para por aí: na segunda-feira, 15 de setembro de 2008, a *Folha* abriu a página C6 com a manchete "Fumo ajudou a eleger 13 congressistas". A indústria do cigarro, nas eleições de 2006, havia financiado mais de cem candidatos. Por quê? Porque este é um setor da economia fortemente pressionado pelas leis e pela opinião pública. De modo que não faz mal ter alguns votos de algibeira dentro do Parlamento. O sindicato das empresas declarou à *Folha* que acompanha com atenção a tramitação de projetos de interesse do setor no Congresso Nacional. Mas negou que faça lobby — claro!

No início de setembro de 2008, a Assembleia Legislativa de São Paulo voltava a discutir sobre cigarros, pretendendo liberar aos fumantes apenas as áreas ao ar livre e os domicílios. O Brasil já possui duas leis contra o cigarro, ambas aprovadas em 1996, mas ainda pouco praticadas. A intenção dos legisladores é arrochar o cumprimento das leis, com pesadas multas para o comércio, as instituições e até para as pessoas comuns. Por ocasião da celeuma, o presidente Lula foi flagrado fumando um charutinho no seu gabinete no Palácio do Planalto. Com o ato singelo, violava as leis, que proíbem expressamente o tabaco em repartições públicas. "Eu

defendo o fumo em qualquer lugar", disse Lula. E acrescentou, provocador: "Na minha sala sou eu quem mando" (ver caderno Cotidiano, na *Folha* de 4 de setembro). Depois, pressionado pelo ministério, que achou que as declarações não pegaram muito bem, o presidente prometeu não fumar no gabinete.

Essas informações dão bem a medida do interesse da indústria do fumo junto aos parlamentares. O sindicato patronal, o Sindfumo, garante que o brasileiro consome 140 bilhões de cigarros por ano. Nossos fumantes, dados do Instituto Nacional do Câncer, somam 30 milhões, dos quais 12 milhões são mulheres. Talvez seja impossível lidar com esse problema quando um quinto da população está envolvido. Os políticos, porém, que precisam de votos a cada quatro anos, não podem se manter alheios a isso. E a mídia, que tem parte considerável de seu faturamento no álcool e no fumo, menos ainda.

A revista *Veja* e os jornais *O Globo* e a *Folha de S. Paulo*, em julho de 2008, ao entrar em vigor a legislação eleitoral para o pleito municipal de 5 de outubro, brindaram seus leitores com uma informação patética: cerca de 40% dos parlamentares brasileiros têm antecedentes criminais, muitos deles já condenados. A denúncia estava baseada em uma campanha iniciada pela Associação Brasileira dos Magistrados e Promotores Eleitorais, além de outras 35 entidades, destinada a obter 1,2 milhão de assinaturas da população para dar suporte a um projeto de lei, a ser apresentado ao Congresso. O objetivo da nova lei seria impugnar "candidaturas sujas". O presidente da Associação dos Magistrados, juiz Marion Reis, disse inclusive que "se trata de um dispositivo indispensável ao eleitor, para garantir o exercício da democracia no país". Assim começava o

Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), inaugurado no Rio de Janeiro, com apoio até da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (a CNBB, católica) e de algumas igrejas evangélicas.

Em agosto de 2008, o vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, desembargador Alberto Motta Moraes, declarou aos repórteres: "Só no Rio de Janeiro há pelo menos cem candidatos às próximas eleições que são acusados de homicídio, ou que já foram condenados por terem matado alguém." Na edição de 3 de setembro de 2008 da revista *Veja*, o articulista José Roberto Guzzo, um dos mais conceituados da mídia brasileira, escreveu:

> Não é preciso ser doutor em matemática para deduzir que nunca tivemos, na história deste país, tantos homicidas disputando um cargo público.

A frase é límpida demais. Mostra o grau de contaminação da delinquência e da ilegalidade na sociedade. Em última análise, estabelece o quanto o crime organizado fincou raízes entre nós. Trata-se — efetivamente — de um assalto ao poder. O crime, com suas imensas fortunas, começa por criar empresas legais; corrompe a polícia e o Judiciário em seguida. E parte para ocupar posições no Legislativo. Até se estabelecer nos altos níveis de governo, onde faz pressões e estabelece imunidades para seus cúmplices.

Conheço bem o juiz Motta Moraes, desde o inquérito para esclarecer o assassinato da modelo Cláudia Lessin Rodrigues, ocorrido no Rio em 1977. O crime, por sua brutalidade, e por envolver a classe média alta da cidade, chocou o país. À época, como repórter especial de *O Globo*, ajudei a identificar os principais suspeitos do assassinato:

o empresário Michel Albert Frank e o cabeleireiro George Kour, que trabalhava no salão de beleza do hotel Méridien, na praia do Leme, onde arrumava a cabeleira da elite carioca. Foi nessa ocasião que conheci Motta Moraes, juiz-substituto do I Tribunal do Júri, responsável pelo caso. Agora, trinta e tantos anos depois, ao vê-lo fazer essa denúncia envolvendo os candidatos, só posso ficar satisfeito.

Confirmando a denúncia do desembargador, o jornalista Wilson Tosta publicou matéria no *Estado de S. Paulo*, em 31 de maio de 2008, sob o título "Quase metade da Assembleia do Rio responde por crimes". Acompanhe o texto de abertura da reportagem:

> Com quase metade de seus integrantes eleitos em 2006 denunciados agora por diversas acusações — estelionato, improbidade e até formação de quadrilha e homicídio —, a Assembleia Legislativa do Rio enfrenta a maior crise de credibilidade de sua história recente.

E depois surgiu uma larga discussão sobre se os "candidatos sujos" ao pleito municipal de outubro de 2008 teriam ou não direito de concorrer. Daí, o problema: o direito brasileiro, baseado no francês, garante ampla defesa. Até o último recurso e a última sentença ("transitada em julgado", o que pode levar mais de vinte anos), todo mundo é inocente e pode concorrer a cargo público. Trata-se da "presunção da inocência". Credo! Isso não funciona para o cidadão comum. Quem tem uma dívida de 100 reais, com 15 dias de atraso, é imediatamente incluído nos "serviços de proteção ao crédito", instituições como o homônimo SPC ou o Serasa, que agem por fora da lei. São órgãos ligados às associações comerciais e aos bancos, que

"julgam" os devedores sem qualquer opinião judicial. Quem cai na malha dessas instituições passa a ser considerado um verdadeiro criminoso para qualquer instituição financeira, sem julgamento e sem apelação. Para essas pessoas, capturadas pelo "julgamento do crédito", ou "avaliação de risco", não valem as leis da "presunção da inocência", contrariando a Constituição. É difícil de acreditar: por que, num país moderno e emergente, há tamanha distorção sobre o que é direito para todos?

Ainda em agosto de 2008, a Suprema Corte se reuniu e garantiu a candidatura dos "sujos". Por 9 votos a 2, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), baseados na Constituição e na presunção da inocência, proibiram os TREs de vetar as "candidaturas sujas". As decisões do STF têm "efeito vinculante", obrigando todas as demais instâncias do Judiciário a seguir suas instruções.

Mas a justiça nem sempre falha. O TSE, os TREs e o STF já autorizaram a cassação de mais de 300 mandatos de deputados, vereadores e até governadores. O ano de 2009 foi pródigo em denúncias. Em novembro, o STF autorizou abertura de processo criminal contra o senador Eduardo Azeredo (PSDB), ex-governador de Minas Gerais, por crime eleitoral, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e outras cositas mais. Em dezembro, o eleitor foi brindado com um tremendo escândalo de corrupção envolvendo o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda (DEM), secretários, deputados, empresários e advogados. Em troca de uma "deleção premiada" (prevê imunidade ou redução de penas), o ex-secretário de Relações Institucionais do GDF, Durval Barbosa, concordou em colaborar com as autoridades. A Polícia Federal desencadeou a

Operação Caixa de Pandora, gravando em áudio e vídeo toda a patifaria. Foi um festival de imagens estarrecedoras na televisão, rádios e jornais. Os beneficiados pelo esquema de corrupção foram flagrados escondendo dinheiro nas meias, nas cuecas, em pastas e bolsas. Uma barbaridade. José Roberto Arruda tinha a pretensão de se candidatar a vice-presidente da República na chapa do tucano paulista José Serra. Indignados, mais de uma centena de estudantes de Brasília, sob bandeiras da UNE, do PSTU e do PSOL (esses dois partidos políticos são a dissidência de esquerda do PT), invadiram a Câmara Distrital da capital. Exigiam providências e a cabeça de Arruda. Ocuparam o prédio durante seis dias, até serem removidos pela cavalaria e a tropa de choque da PM num espetáculo de brutalidade. E por falar em políticos acusados de crimes, os chamados "fichas-sujas", em meio ao novo mar de lama, chegou ao Congresso o projeto de lei contra eles, apoiado por 1,5 milhão de assinaturas populares. O presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB), prometeu colocar a proposta em votação "o mais breve possível". Ninguém acreditou. O ano de 2009 foi embora e o projeto não entrou na pauta. Temer também é pré-candidato a vice de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010.

Quarenta por cento do Parlamento sob acusação de crimes. Mais de cem candidatos no Rio suspeitos de homicídio, segundo palavras do desembargador. Se isso acontece em Brasília e na segunda maior cidade do país, não é difícil imaginar o que se passa nos rincões deste Brasil. Neste trabalho, coloco a pergunta: que país é este, onde os criminosos podem se candidatar mas os devedores de pequenas quantias são punidos com restrição de crédito? Que leis são essas? O

pequeno empreendedor fica "preso" no crédito — e o "grande ladrão" é eleito deputado federal ou senador.

Em 17 de fevereiro de 2009, o TSE cassou o mandato do governador da Paraíba, Cássio Cunha Lima (PSDB), e de seu vice, José Lacerda Neto (DEM), ambos acusados de "abuso do poder econômico". Na eleição de 2006, eles teriam distribuído 35 mil cheques a eleitores, numa visível compra de votos. Com a medida do TSE, assumiu o governo o senador José Maranhão (PMDB), segundo colocado nas eleições. De acordo com a mesma *Folha de S. Paulo*, o novo mandatário responde a oito ações judiciais. Em seu lugar, assumiu a vaga no Senado Federal o suplente Roberto Cavalcanti Ribeiro (PRB-PB), que em *O Globo Online*, edição de 18 de fevereiro, às 23h44, diz-se que, "é processado por corrupção e acusado de cinco crimes". É chocante notar que a política no Brasil se tornou, senão uma atividade criminosa, no mínimo uma atividade suspeita de todo tipo de irregularidades.

Em 4 de março de 2009, o TSE cassou o mandato do governador do Maranhão, Jackson Lago (PDT), por suspeita de compra de votos e abuso do poder econômico. No mesmo dia, o Senado elegeu o ex-presidente Fernando Collor de Mello — que havia renunciado, em 29 de dezembro de 1992, para não ser cassado por acusações diversas — como presidente da Comissão de Infraestrutura, responsável pela fiscalização das obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). O PAC é o maior projeto do governo Lula, com orçamento de 1,1 trilhão de reais até o ano de 2012. Collor venceu a candidata do PT ao cargo, a senadora Ideli Salvatti, de Santa Catarina, por 13 votos a 10. Com apoio dos senadores José Sarney e Renan Calheiros e, no

dizer da imprensa, com a "bênção" do próprio Lula. Renan, como sabemos, renunciou à presidência do Senado (para não ser cassado por falta de decoro) em 4 de dezembro de 2007. A eleição de Collor para a presidência da Comissão de Infraestrutura motivou um artigo do repórter e comentarista Clóvis Rossi, um dos mais conceituados do país, sob o título "Decoro ou falta dele". Acompanhe:

> É óbvio que, escravos dessa mentalidade, os políticos sejam, digamos, distraídos na defesa dos interesses públicos. Tão distraídos que deram ontem a presidência da Comissão de Infraestrutura do Senado a Fernando Collor de Mello, o único presidente de uma república bananeira, como o Brasil o foi durante tanto tempo, que conseguiu a façanha de ser cassado por "falta de decoro".

Os grandes jornais lembraram que Collor responde a processos no STF, por crimes contra a ordem tributária, corrupção ativa e passiva, peculato e tráfico de influência. Algumas ações prescreveram ou foram arquivadas. Este é o senador que vai fiscalizar o dinheiro da Viúva.

Já em 21 de dezembro de 2008, a *Folha de S. Paulo* avisava a seus leitores que, dos 18 novos suplentes de deputados que assumiam cadeiras na Câmara Federal, em lugar de eleitos que ocuparam cargos públicos, a metade respondia a ações judiciais, algumas criminais. Disse o jornal:

> Congressistas que assumem vagas de eleitos nas eleições municipais (como prefeitos) argumentam que processos são disputas políticas.

No dia seguinte à cassação do governador maranhense e da eleição de Fernando Collor como "controlador" do PAC, a mesma

Folha informava a seus leitores que "11 congressistas investigados no STF presidirão comissões".

No Brasil, todo político acusado de crimes declara que tudo não passa de acusações levianas da imprensa ou perseguição de seus desafetos políticos. No entanto, em artigo publicado por José Roberto Guzzo, na *Veja* de 18 de fevereiro de 2009, este que é um dos mais respeitados jornalistas do país traça o perfil do deputado federal Edmar Moreira (PMDB-MG), que foi escolhido vice-presidente e corregedor da Câmara dos Deputados, em Brasília, e que renunciou ao ser pressionado pela mídia e por seus próprios pares.

> "Normalmente esse Edmar, cuja base eleitoral está no interior de Minas Gerais, não deveria chamar maior atenção — não há muito, no fundo, que o torne diferente de boa parte dos deputados e senadores. Ele responde a inquérito no Supremo Tribunal Federal, acusado de embolsar as contribuições feitas ao INSS por funcionários de suas empresas. Não declarou, nem à Justiça Eleitoral nem ao Imposto de Renda, um espantoso castelo de 7.500 metros quadrados construído perto de São João Nepomuceno, em Minas, e que tenta vender por 25 milhões de reais. Está sendo processado, em São Paulo, numa vara cível, por não pagamento de uma dívida de 1,9 milhão de reais ao Banco do Brasil; numa vara penal, é acusado de crimes contra a ordem tributária. Responde a duas mil ações trabalhistas, é suspeito de desviar verbas funcionais e retira seus salários de deputado em dinheiro vivo, na boca do caixa, o que impede a Justiça de bloqueá-los em favor dos credores. Em resumo: o deputado Edmar Moreira é um retrato perfeito do parlamentar brasileiro de hoje."

Este mesmo artigo de José Roberto Guzzo destaca que "uma pesquisa realizada algum tempo atrás revelou que o bicho que os brasileiros acham mais parecido com os políticos é o rato".

Ao longo destas mais de 500 páginas de reflexão e análise do problema, o leitor vai encontrar descrições detalhadas das consequências da ilegalidade na vida cotidiana dos habitantes do país. Ilegalidade esta que é replicada em praticamente todas as atividades econômicas, políticas e sociais. Estamos nos transformando num "país bandido", quase nos igualando ao nosso vizinho Paraguai. Os governantes, a nível municipal, estadual ou federal, fazem de conta que não entendem o que acontece. Sempre respondem com operações policiais pontuais, contra esta ou aquela pessoa ou organização. Mas omitem o problema geral. E estimulam infindáveis discussões sobre legislação, quando o nosso dilema não é sobre leis, mas sobre aplicação das leis. A legislação no Brasil — infelizmente — não foi feita para todos. Foi feita para os comuns, o populacho.

Dos oitocentos últimos crimes de morte cometidos por questões fundiárias no estado do Pará nos últimos anos, nenhum tem seu responsável preso. O Pará é o campeão nacional em homicídios por questões fundiárias. Isto inclui os assassinos da freira católica norte-americana Dorothy Stang, emboscada e fuzilada com seis tiros no dia 12 de fevereiro de 2005. A irmã Stang estava há 38 anos trabalhando na região amazônica. Defendia o direito à terra e à exploração sustentável da floresta. Morreu em Anapuã, uma vila esquecida por Deus, a 300 quilômetros de Belém. O corpo ficou jogado numa estrada de terra rasgada no meio da mata. Os algozes destruíram parte da roupa da freira. Ficou seminua, caída de bruços, com as nádegas de fora. Talvez para simular um ataque sexual. Ela tinha 73 anos de

idade. As famílias necessitadas da região, pelas quais lutou incansavelmente, a chamavam de "santa Dorothy".

Um ano antes de ser massacrada pelos pistoleiros a serviço de latifundiários locais, Dorothy Stang deu entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo* (3 de março de 2004). A missionária, nascida em Dayton, Ohio, denunciava ameaças contra trabalhadores e líderes sindicais da região. Ela declarou:

— Sei que eles querem me matar, mas não vou fugir. Meu lugar é aqui.

Três meses depois, em junho daquele ano, Dorothy esteve presente à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, CPI do Congresso sobre violência no campo. Repetiu as denúncias. Mas nossos parlamentares não moveram um músculo para protegê-la. Alguns deles, proprietários de muitas terras, a consideravam "uma radical da Teologia da Libertação". O então ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, esteve presente durante o depoimento da freira. O relator da comissão, deputado João Alfredo (PT-CE), pediu a criação de uma força-tarefa federal para atuar em Anapuã. E foi só isso. Ah, sim: a missionária ganhou o título de Cidadã do Pará, concedido pela Assembleia Legislativa do estado, além do prêmio José Carlos Castro, da Ordem dos Advogados do Brasil, por sua atuação em defesa dos direitos humanos. E foi só isso.

O crime saiu na primeira página do *New York Times*. E o mais importante jornal do mundo não conseguiu punição para os criminosos. A razão? Os acusados foram condenados a penas superiores a vinte anos de encarceramento, o que, segundo as nossas ótimas leis, invalida automaticamente o julgamento. E todos os cinco

acusados tiveram direito de responder em liberdade, ou em regime de prisão semiaberto. No segundo julgamento, em 14 de maio de 2007, o homem apontado como mandante do crime, Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, foi condenado a trinta anos. E — de novo — o julgamento foi anulado. Em 6 de maio de 2008, foi inocentado "por falta de provas". Bida, criador de gado de corte, é apontado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) como "grileiro", alguém que falsifica títulos de propriedade e toma terras da União ou de pequenos lavradores.

Em nosso país, se você cometer dez homicídios, e for condenado a trezentos anos de prisão, com base em penas máximas, vai cumprir apenas trinta em regime fechado. Ou seja: os outros nove assassinatos ficam de graça. Nossas leis dizem que ninguém pode passar mais do que trinta anos atrás das grades. Seria muito bom para inocentes. Mas e para os matadores profissionais? Aqueles a serviço do crime organizado e dos poderosos da terra? Mais grave ainda: se o criminoso for menor de 18 anos, fica só três em regime disciplinar. Depois volta a roubar e matar. Nos Estados Unidos, a responsabilidade penal começa aos 7 anos de idade, inclusive com a possibilidade da pena de morte. Na Inglaterra, aos 10. Na maior parte da Europa, aos 14. Na Argentina, aos 16. E nós?

Somos felizes de viver em um país com amplas liberdades de defesa, onde os inquéritos policiais são baseados na confissão (sabe-se lá em que condições) e na prisão em flagrante, para a qual não há desculpas. Mas já não seria hora de rever algumas dessas condições, quando somos assediados por uma violência tão trágica quanto inaceitável? E em quem deveríamos confiar? Em nossos legisladores,

que, segundo a mídia, estão envolvidos com crimes em 40% dos casos? Ou deveríamos esperar pela "divina providência, que tarda mas não falha"?

Esta é a base da desilusão e da desesperança de um povo que sabe: não pode contar com os altos poderes. Se cometer uma infração de trânsito, será punido. Mas assiste todos os dias ao festival de impunidades nos noticiários das TVs e dos jornais. Como a sociedade civil brasileira não se organiza para exigir seus direitos na vida cotidiana — e só se mobiliza nos grandes episódios —, provavelmente vamos amargar mais algumas décadas de silêncio e submissão.

Há casos muito graves de envolvimento das elites em financiamento de drogas, contrabando e pirataria. Tudo sob o manto impenetrável da impunidade. O famoso *você sabe com quem está falando?* realmente prosperou num país rico de recursos e possibilidades mas que se perdeu na venda fácil de suas esperanças. Aqui se compra um guarda de trânsito por 10 reais, evitando assim uma multa ou a apreensão da carteira de habilitação e do próprio carro. (Olha que agora temos a legislação mais dura do mundo em relação a álcool e direção.) Aqui se compra sexualmente uma criança de 10, 12 ou 13 anos por 25 reais. Tanto faz se é um menino ou uma menina. Pode até custar menos, nos rincões do país, onde os pais vendem meninas aos caminhoneiros por meros 15 reais. Aqui se pode comprar uma sentença de um Tribunal Superior por 1 milhão de reais. É o que se lê todas as manhãs na brava imprensa brasileira, uma das poucas ferramentas de cobrança, reclamação e protesto. Apesar de que essa mesma força de oposição se envolve em questões

particulares, às vezes familiares, às vezes por interesses financeiros, e distorce tudo conforme a vontade própria. Verdade ou mentira?

Neste país de tantas questões, a mídia é frequentemente acusada de fazer acusações levianas — algumas "pagas" — para denegrir o caráter ou a carreira de alguém, especialmente políticos e governantes. O fato, porém, observando a posição de jornais, rádios e emissoras de televisão nos últimos cinquenta anos, é que esta mesma maltratada imprensa tem sido o principal fator de contestação dos regimes e dos governos. Sem ela, não haveria as denúncias de Pedro Collor, que resultaram, em última análise, na queda do irmão, Fernando. Assim como não haveria denúncias de torturas e massacres do regime militar. E não teríamos as receitas de bolo publicadas na primeira página de *O Estado de S. Paulo*, substituindo as notícias censuradas pela ditadura. Ou não teríamos aquela espetacular edição do *Jornal do Brasil*, organizada pelo editor-chefe Alberto Dines, no dia da publicação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, em que a previsão do tempo informava que "ventos furiosos varrem todo o país". Não teríamos a denúncia do "mensalão", a compra de votos no Congresso, que sacudiu o primeiro governo Lula e derrubou a cúpula do PT. Políticos e analistas, surpreendidos, disseram: "Mas como? Isso sempre existiu!!!" Curioso: as sacanagens e o acadelamento na política sempre existiram. Fatos normais!

O primeiro governo Lula (2003-2007) vai entrar para a história como o momento em que houve mais denúncia de corrupção no poder, com a renúncia de parlamentares, execração pública de líderes partidários e demissões de ministros. Nisto, sem dúvida, o Brasil afirmou a qualidade da sua democracia. Mesmo com a dissolução da

imagem ética do Partido dos Trabalhadores, que se orgulhava da incorruptibilidade de seus integrantes, o governo seguiu adiante e o presidente Lula continuou desfrutando dos maiores índices de popularidade jamais registrados, chegando aos extraordinários 84% de aceitação em fevereiro de 2009. Não há dúvidas de que Lula se tornou o político mais respeitado da República — e esta talvez tenha sido a sua maior contribuição para a democracia. Especialmente num país onde os políticos, na opinião do povo, "são todos ladrões". Apesar de todas as denúncias, a imagem do presidente não foi atingida. No auge da crise do "mensalão", a empregada doméstica que trabalha na minha casa, Dona Cida, cunhou uma frase lapidar sobre a situação política:

— Esses políticos são mesmo uns safados. Não vê o que eles estão tentando fazer com o Lula?

Pois é. A bandalheira jamais colou na imagem do presidente. O retirante de Garanhuns, interior de Pernambuco, operário metalúrgico em São Bernardo do Campo, sobreviveu a todas as críticas. Isso é surpreendente, num país onde a sacanagem dos políticos é antológica. Em 1924, durante o governo de Arthur Bernardes, quando foi criada a Receita Federal e o Imposto de Renda, os congressistas votaram uma lei que isentava os produtores rurais de prestar contas. Claro: a maioria do Congresso era composta de proprietários de terras. Inúmeras outras leis foram criadas, ao longo do tempo, para proteger as elites econômicas. E o povo que se dane. É por isso que os políticos nunca aprovam leis que possam atingi-los. O Código Penal, dos anos 1940, nunca foi reformado.

Lula é um homem do povo, miserável na origem, operário

lutador e inconformado com as condições de vida e de trabalho da classe operária brasileira. Por isso é reconhecido mundialmente. Barack Obama olhou para ele e declarou: "Esse é o cara!" E por isso o seu povo o reconhece como um igual. Uma pesquisa CNI/Ibope, de 10 de dezembro de 2009, registrava extraordinários 83% de aprovação para o seu governo. Venceria qualquer eleição presidencial no primeiro turno — e talvez faça justamente isso em 2014.

Portanto, apesar de todos os seus defeitos e de todas as eventuais acusações, continuamos sabendo que uma imprensa livre é o principal sinal de que um país continua vivo. Eu, que sou jornalista por vocação, me mantenho orgulhoso da profissão; mesmo tendo estado sob a mira de armas durante o exercício das minhas tarefas, no Rio de Janeiro ou em países estrangeiros; ainda que tenha sido mal pago e perseguido durante muitos anos.

Frequentemente, legisladores e governantes tentam criar mecanismos de controle da informação, uma vontade que parece própria da natureza dos poderosos. Nos regimes autoritários de todos os tempos, a primeira providência sempre foi a censura. A liberdade de informação é a primeira vítima das ditaduras. Mesmo no governo do socialista Lula, assistimos a duas tentativas. Se os motivos eram mais puros do que a simples censura, não conseguimos entender. A primeira proposta: um "conselho ético" da informação (Conselho Federal de Jornalismo, destinado a "orientar, disciplinar e fiscalizar" a categoria), justo no momento em que o governo era bombardeado por denúncias de corrupção. E a segunda: "classificação indicativa" de idades para os programas de televisão, em que representantes do governo estabeleceram critérios para o que poderia ser visto em

determinados horários. As duas propostas foram demolidas pela mídia. E o governo manobrou discretamente para dizer que não tinha nada a ver com isso, adotando novas teses para explicar o que era censura pura e simples. O "conselho ético" caiu. Mas a "classificação indicativa" passou.

Em setembro de 2008 estourou o escândalo dos grampos telefônicos ilegais. A denúncia foi apresentada pela *Veja*, baseando-se em informações de que o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, tinha sofrido escuta telefônica por parte de arapongas da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). "O aparelho policial no Brasil está fora de controle", declarou o ministro à *Folha* em 29 de setembro de 2008. No turbilhão de notícias que se seguiu, apareceram dezenas de outras ilegalidades, inclusive grampos no Palácio do Planalto e no Senado Federal. Os jornais chegaram a publicar que a quebra do sigilo telefônico de um cidadão custava menos de mil reais. (Eu mesmo comprei um aparelho digital de gravação telefônica, num dos maiores shoppings de São Paulo, por 300 reais.) E disseram também: a Polícia Federal teria obtido na Justiça o direito de consultar todas as listas de chamadas de todas as operadoras de telefonia do país. Nem o Grande Irmão do livro *1984*, de George Orwell, que descrevia o controle total do Estado sobre as pessoas, jamais sonhou com tanto poder.

Orwell era o pseudônimo de Eric Arthur Blair, nascido na cidade de Motihari, Índia, em 1903. Escreveu *1984* no ano de 1949, ainda sob o impacto da tragédia da Segunda Guerra Mundial, que matou 42 milhões de pessoas, e da ocupação soviética do Leste Europeu. Cidadão inglês, foi um dos mais ácidos críticos do totalitarismo. Morreu menos de um ano depois, acreditando que o mundo

caminhava para uma ditadura sofisticada e tecnológica, em que qualquer pensamento do homem comum poderia ser ouvido pelo tirano. Ele não podia prever o surgimento das redes nacionais e mundiais de computadores, nem os avanços da eletrônica. Mas a profecia de Orwell se confirma no mundo moderno — e também no Brasil, onde qualquer burocrata de uma repartição pública consegue controlar a vida dos cidadãos; descobre tudo, inclusive para quem a pessoa costuma ligar à meia-noite de sábado: uma pizza, uma garota de programa, ou quem sabe o disk-droga?

Depois do escândalo dos grampos telefônicos, o ministro da Justiça, Tarso Genro, segundo a revista *Veja* de 1º de outubro de 2008, em vez de perseguir os culpados, propôs medidas contra a imprensa, por divulgar a patifaria. Acompanhe o texto da página 121 da publicação:

> Diante de um fato tão grave, que ofende os princípios democráticos, esperava-se que o ministro da Justiça agisse para conter a grampolândia criada no interior do governo. Genro tomou outro caminho. Com aval do Planalto, urdiu um plano para amordaçar a imprensa. Enviou ao Congresso um projeto de lei que, sob a justificativa de combater escutas clandestinas, pune com quatro anos de prisão quem ousar divulgar o conteúdo de grampos — ou seja, os jornalistas.

Em depoimento ao Congresso, ainda segundo a matéria, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, ex-presidente da Suprema Corte, defendeu a imposição de penas contra os jornalistas, que teria qualificado de "vazadores de informação". Ora, "vazar" informações para o público é a tarefa essencial do jornalismo. Mas há no governo — aliás, em todos os governos de todos os tempos — a impressão de

que existem dois tipos de jornalistas: os "confiáveis", bajuladores de plantão, para quem as autoridades "vazam" as informações que interessam ao regime; e o outro tipo, aqueles que preferem encarar sua profissão de forma mais técnica e desvinculada, focando o interesse da opinião nacional — esses são considerados "de oposição". Resumindo: se você é um jornalista que não aceita a primeira versão dos fatos e pretende compará-la com outras fontes e circunstâncias, adentra imediatamente a condição de "não confiável".

Jornalista inglês do londrino *Sunday Times*, Phillip Knightley, nascido na Austrália em 1933, escreveu uma obra épica sobre a liberdade de imprensa. O livro, chamado *A primeira vítima* (Nova Fronteira, 1978), descreve o que acontece com os fatos sob o controle das autoridades. Segundo ele, a censura é exercida de maneira tão complexa e competente, que os acontecimentos perdem o significado real e são substituídos por versões oficiais e até pela "imaginação dos jornalistas". A história deixa de fazer sentido. E este é o grande perigo quando governos tentam ditar o rumo das notícias.

Na atual "guerra global ao terrorismo", desencadeada pelo presidente americano George W. Bush após os atentados de 11 de setembro de 2001, a censura à imprensa adquiriu forma inovadora. Escaldados com a cobertura sem restrições da guerra no Vietnã, que banhava de sangue os telejornais enquanto levava à opinião pública norte-americana toda a violência do conflito no Sudeste Asiático, os especialistas em mídia da Casa Branca e do Pentágono optaram por um modelo diferente. Repórteres, fotógrafos e cinegrafistas foram "incorporados" às Forças Armadas. Obrigados a usar uniformes iguais

aos das tropas, com capacetes Kevlar e coletes à prova de balas, não se distinguiam dos soldados comuns. E estavam submetidos à disciplina militar. Como todos os demais, "cumpriam ordens" dos oficiais comandantes. Assim, tinham hora e lugares certos para transmitir seus boletins. Isso levou a uma cobertura "americanizada" da guerra no Afeganistão e no Iraque. Brindados com cenas reais de combate, que ajudam a conquistar audiência, os jornalistas estavam, no entanto, limitados no conteúdo.

Rick Atkinson, editor sênior do *Washington Post* durante vinte anos, vencedor do prêmio Pulitzer, foi incorporado às tropas da 101ª Divisão Aerotransportada no Iraque. Escreveu um relato imperdível sobre a guerra, focando-se no lado americano. Esteve na linha de frente e conviveu de perto com os comandantes da divisão. Em seu livro *Na companhia de soldados* (Bertrand Brasil, 2008), Rick Atkinson nos dá uma ideia bem clara de como foi a incorporação dos jornalistas às forças armadas dos Estados Unidos:

> Comandantes de unidades receberam "conselhos formais sobre a mídia" na forma de uma ordem com 27 páginas que essencialmente insistia que eles colaborassem. Um livrinho preparado pela 101ª. Divisão Aerotransportada, *O guia do soldado para a República do Iraque*, continha uma seção de quatro páginas intitulada "Lidando com a mídia". O conselho incluía "oito passos para uma entrevista bem-sucedida". (Passo 4 — responda à pergunta.) O capítulo seguinte, "Animais Perigosos", avisava que "há 46 espécies de cobras venenosas na região".

Engraçado que os militares americanos colocassem os jornalistas na vizinhança de animais peçonhentos. Talvez dando conta da ameaça sutil que representavam. Rick Atkinson também explica que

alguns comandantes davam aos correspondentes de guerra o tratamento equivalente a tenentes, capitães e majores, conforme a importância do profissional e do veículo para o qual trabalhavam. Isso concedia, por exemplo, prioridades nas filas do refeitório. O autor de *Na companhia de soldados* conta mais:

> Ninguém sabia que 16 jornalistas logo estariam mortos (no primeiro ano da guerra), de acordo com números posteriormente publicados pela *Columbia Journalism Review*, ou que seria mais perigoso ser um repórter nessa guerra do que um piloto de combate. (...) Um capitão relações-públicas me entregou o meu novo crachá laminado. Um aviso dizia que "o usuário deve usá-lo em toda e qualquer situação", uma ordem que foi imediatamente ignorada por todos. Eu já não era mais um turista com bagagens demais. Eu era, de acordo com a credencial pendurada no pescoço, "Jornalista Credenciado 03-063-018".

Nos alojamentos da 101ª. Divisão, um cartaz colocado pelos militares responsáveis por relações públicas e contrainformação (curiosamente do mesmo departamento), dizia: "O que você fez para ganhar o coração e a mente dos iraquianos hoje?"

Nos violentos combates em Bagdá, Najaf, Fallujah e Tikrit, onde dezenas de milhares de vidas civis, incluindo mulheres e crianças, foram sacrificadas, a cobertura da televisão americana se limitou à movimentação das tropas aliadas. Apenas jornalistas árabes independentes, especialmente das TVs Al Jazira, do Catar, e da Al Arabya, do Dubai, documentaram o drama da população iraquiana. Mostravam a loucura dos hospitais de campanha, instalados a céu aberto; as bombas que caíam em áreas residenciais, escolas e creches. Os ataques equivocados das forças aéreas americana e inglesa, contra alvos civis em vez de militares, só apareceram na mídia árabe. Aviões

americanos e grupos de tanques chegaram a disparar seguidas vezes contra instalações das duas televisões árabes no Iraque. Ao ocupar Bagdá, um tanque Abrams do exército americano abriu fogo com um canhão 120mm contra o Hotel Palestina, onde estava concentrada a imprensa mundial. A explosão destruiu um dos andares do hotel e provocou um incêndio. Dois jornalistas morreram e outras 15 pessoas ficaram feridas. O presidente Bush ameaçou um ataque contra a Al Jazira no território do Catar, a milhares de quilômetros de distância do conflito. O então secretário de Defesa da Casa Branca, Donald Rumsfeld, chegou a assinar a ordem de ataque. Mas foi impedido por pressão dos aliados ingleses.

Para quem se interessa pelo tema, há duas publicações de leitura obrigatória. A primeira é *De casa em casa em Fallujah* (Larousse Editorial, 2007), diário de combate do sargento de infantaria dos Estados Unidos David Bellavia, um soldado profissional que relata toda a tragédia da batalha que durou dez dias e que resultou na morte de cerca de oitocentos membros da resistência islâmica contra o agressor estrangeiro, além de mais de 2 mil feridos, entre combatentes e civis. O confronto na cidade sagrada muçulmana custou a vida de 150 militares americanos. Foi uma batalha parecida (em termos) com a de Stalingrado, na Rússia, durante a Segunda Guerra Mundial: no meio dos escombros, entre prédios destruídos e incêndios. Havia 5 mil soldados americanos no cerco a Fallujah, com seus veículos blindados Bradley, os tanques Abrams, aviões A10-Thunderbolt e F-118 Hornet, os helicópteros Black Hawk e Apache. Não havia no arsenal da insurgência árabe nenhuma munição capaz de perfurar a blindagem dessas máquinas de guerra. Isto talvez explique a enorme

desproporção entre as baixas. Boa parte das perdas americanas e aliadas foram causadas por combates mano a mano, em que facas, baionetas e pistolas valiam mais do que o resto. Os mujahidins, "guerreiros de Alá", foram os principais responsáveis por levar a luta a esses extremos, combatendo com coragem suicida.

A segunda leitura obrigatória é o livro do jornalista americano Jeremy Scahil, veterano das guerras nos Bálcãs, nos anos 1990, como a da Bósnia. Ele esteve em Sarajevo, relatou os massacres patrocinados pelos sérvios, herdeiros da herança nazista no leste da Europa. Vencedor do prêmio George Polk de Jornalismo, um dos mais importantes dos Estados Unidos, em 2007, revelou ao mundo a existência de um exército mercenário contratado pelo governo Bush, atuando no Iraque e no Afeganistão. *Blackwater — A ascensão do exército mercenário mais poderoso do mundo* (Companhia das Letras, 2008) conta a história de uma força paramilitar contratada pelo Pentágono. Tecnicamente, a Blackwater é uma empresa de segurança privada, cuja missão é proteger mandatários americanos nas áreas de conflito. Na "guerra global contra o terrorismo", há umas dez empresas como esta atuando. Só no Iraque, somam mais de 100 mil homens armados. Formadas por ex-integrantes das forças de elite dos Marines, dos Seals e do Exército norte-americano, incluindo gente aposentada do FBI e da CIA, os efetivos dessas empresas representam um número quase igual ao de membros dos exércitos aliados no Iraque. Os contratos dizem que tais mercenários estão submetidos às leis de guerra — e não às lei criminais comuns. Quando matam civis — e já mataram centenas deles no Iraque — não podem ser punidos pelos códigos comuns. Ou seja: são praticamente inimputáveis.

Se não fosse o esforço individual de jornalistas como Jeremy Scahil, nunca teríamos conhecimento desses fatos. O imenso contingente de jornalistas envolvido oficialmente nessa guerra, que já soma inúmeras baixas fatais, não conseguiu investigar a atuação dos mercenários. De um modo geral, para chegar ao campo de batalha, o único caminho é através das forças armadas aliadas. Os exércitos americano e inglês (também há combatentes australianos, neozelandeses, sul-coreanos, chilenos, argentinos e brasileiros, estes últimos contratados pela Blackwater) chegaram a oferecer aos correspondentes de guerra a patente de tenente e outras ainda maiores, como vimos. Os profissionais que acompanharam a invasão, em 2003, ficaram confinados em navios e porta-aviões no Golfo Pérsico. E, depois, correram para o campo de batalha junto com as tropas. Ah, sim: a Blackwater odeia repórteres. Seus homens, em uniformes de combate, costumam quebrar câmeras enquanto abrem caminho para seus protegidos.

A Blackwater se desloca pelas ruas de Bagdá num comboio militar formado por quatro tanques sul-africanos Mamba, com capacidade para oito pessoas cada um, armados com lançadores de granadas e uma torre para metralhadora Colt SW240, calibre 7.62, arma capaz de cuspir novecentos tiros por minuto. Dentro dos carros, os mercenários possuem visores infravermelhos com telemetria, navegação via satélite, pistolas .40 e fuzis automáticos A4, o substituto do AR-15 (M-16), também chamado de AR-18, com munição 5.56. Além de ar-condicionado, é claro. O principal usuário desse sofisticado comboio militar, protegido do ar por dois

helicópteros da Blackwater, é o embaixador americano na capital iraquiana. Comandantes americanos, empresários e políticos também utilizam os serviços da empresa de segurança.

Ao meio-dia frio de 16 de setembro de 2007, no centro de Bagdá, justamente na Praça Nissour, aconteceu o incidente mais grave envolvendo a Blackwater. O lugar é uma espécie de Praça da Sé, em São Paulo, ou da Cinelândia, no Rio. O comboio dos mercenários ficou retido num engarrafamento. Devia estar conduzindo alguém muito, mas muito importante. Ao longe foi ouvida uma detonação — talvez um carro-bomba, talvez outra coisa qualquer. O artilheiro do primeiro blindado abriu fogo com a metralhadora SW240, destroçando o carro civil que estava imediatamente à frente do comboio. Isto provocou uma reação em cadeia. Todas as armas dos Mamba começaram a disparar aleatoriamente, procurando alvos entre os veículos detidos no congestionamento. Civis que corriam apavorados eram trucidados sem piedade. Os helicópteros também atiravam contra carros e pessoas. Em menos de três minutos, 15 pessoas estavam mortas e mais de vinte, gravemente feridas. Para completar o serviço, os tanques Mamba arrancaram, passando por cima dos veículos iraquianos, que, na verdade, não representavam nenhuma ameaça.

O tiroteio na Praça Nissour arrancou o véu da Blackwater. De um instante para outro, a empresa de segurança privada, que há anos colaborava secretamente com o governo americano, em troca de contratos que atingiram meio bilhão de dólares em 2007, apareceu ao sol do meio-dia em Bagdá. Mesmo os jornais mais respeitáveis dos Estados Unidos, como o *New York Times* e o *Washington Post*, foram

surpreendidos pelo evento. Isso dá a medida do quanto a censura à informação funcionou (e ainda funciona) na "guerra global ao terrorismo".

O modelo de "engajamento" da imprensa no combate garantiu aos aliados ocidentais uma cobertura cheia de emoções e muito favorável. Mas o drama de iraquianos e afegãos ficou de lado. No conflito do Vietnã, as empresas de comunicação bancavam as despesas de seus repórteres, fotógrafos e cinegrafistas. Essas mesmas empresas se responsabilizavam por transporte, hospedagem e deslocamento das equipes. Mantinham escritórios em Saigon e até em Hanói, a capital comunista inimiga. Recrutavam seguranças e intérpretes vietnamitas. Na "guerra global ao terrorismo" todas elas são reféns da coalizão aliada. Só podem se deslocar junto com as tropas. Isso nos remete ao controle da informação dos militares sobre a imprensa durante a invasão da Normandia, na Segunda Guerra Mundial, em 6 de junho de 1944, quando oitocentos repórteres e fotógrafos também foram incorporados ao exército dos Estados Unidos. Os jornalistas estavam "engajados" principalmente no 2º Regimento dos Rangers e na 1ª Divisão dos Marines, que formavam a onda de choque da invasão, precedida pelo mais descomunal bombardeio naval da História. Foi uma cobertura altamente positiva, até porque a invasão da Europa dominada pelos nazistas foi bem-sucedida.

Foi preciso esperar cinquenta anos até que o historiador americano Stephen E. Ambrose, autor de *O dia D* (Civilização Brasileira, 1998), revelasse às pessoas comuns todo o drama da maior operação naval de desembarque. Ambrose, neste livro de 755 páginas,

conta que os americanos perderam 7.400 vidas para caminhar 150 metros sobre a praia de Omaha, nome de código para o litoral de Saint Maire Eglise, uma cidadezinha francesa que era um dos cinco alvos da invasão. (No ataque japonês a Pearl Harbor, na manhã de 7 de dezembro de 1941, 2.400 americanos morreram, número semelhante ao do atentado às Torres Gêmeas, em Nova York.) A batalha da Normandia envolveu 2,5 milhões de combatentes e resultou, em cerca de oitenta dias, em mais de 800 mil baixas. A Operação Overlord, nome de código para o ataque, abriu caminho para liberar a Europa Ocidental, enquanto milhões de russos desciam pela Frente Oriental com destino a Berlim. O terceiro Reich desabou em dez meses.

O que pretendo dizer com isso é o seguinte: toda vez que a imprensa se reduz ao papel de "reprodutora" de informações cuja base objetiva não foi verificada, deixa de cumprir o papel histórico e social a que deveria estar atenta. Isso se aplica à situação de deterioração das condições brasileiras. A violência instalada em nossa sociedade, com verdadeiras batalhas campais no Rio de Janeiro, em que repórteres usam coletes à prova de balas com a inscrição "imprensa", é transmitida ao público de forma banal, sem que os veículos de comunicação aprofundem ao público o real significado do problema. Fazem de conta que é assim mesmo. Só mais um tiroteio corriqueiro. Só mais umas balas perdidas. Só mais uns "civis" atingidos. Quando é que vamos dizer aos poderes que as coisas passaram dos limites? Ou vamos esperar cinquenta anos para que um historiador estrangeiro conte a nossa história?

Em tempos de internet, há enorme variedade de opções entre realidade e fantasia. Bom exemplo dessa barafunda é a quantidade de falsas notícias que circulam pela web. Em maio de 2006, com seu jeitão galhofeiro e divertido, o cronista Arnaldo Jabor, comentarista da TV Globo, reproduziu em sua coluna uma suposta entrevista com o líder da organização paulista PCC, Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, tido como um dos chefões do crime organizado em São Paulo. Era brincadeira, mas passou como verdade. Na coluna, publicada no jornal *O Globo* no dia 23 e reproduzida na rádio CBN, o líder do autodenominado Partido do Crime respondia a seis perguntas de um jornalista anônimo. Acompanhe um trecho do que seria a opinião de Marcola:

> Solução? Não há solução, cara... A própria ideia de "solução" já é um erro. Já olhou o tamanho das 560 favelas do Rio? Já andou de helicóptero por cima da periferia de São Paulo? Solução como? Só viria com muitos bilhões de dólares gastos organizadamente, com um governante de alto nível, uma imensa vontade política, crescimento econômico, revolução na educação, urbanização geral; e tudo isso teria de ser sob a batuta quase que de uma "tirania esclarecida", que pulasse por cima da paralisia burocrática secular, que passasse por cima do legislativo cúmplice (ou você acha que os 287 sanguessugas vão agir? Se bobear, vão roubar até o PCC...) e do Judiciário, que impede punições. (...) E tudo isso custaria bilhões de dólares e implicaria uma mudança psicossocial profunda na estrutura política do país. Ou seja: é impossível. Não há solução.

É até possível que Marcola pense algo nessa linha, seguindo a tradição dos "bandidos sociais" inaugurada com o Comando Vermelho — que já era nossa conhecida desde Tião Medonho e Lúcio Flávio, sem falar dos cangaceiros. Mas a entrevista, certamente, não

ocorreu. Hoje se questiona inclusive se Jabor foi ou não autor da coluna. Em 8 de setembro de 2008, mandei um e-mail para o jornalista com três perguntas, procurando esclarecer a questão. Ele não respondeu até a conclusão deste livro. Como na internet tudo é muito atrapalhado, nem sei se ele recebeu o e-mail. Mas a mídia brasileira continua sendo — graças a Deus — um excelente fórum de debates. Mesmo quando os assuntos raspam a trave da vida real e são apresentados como humor e entretenimento.

Mas a internet é palco também de uma série de crimes, inclusive com a proliferação de sites ligados ao crime organizado, com "páginas oficiais" do Comando Vermelho Jovem e do PCC. A polícia consegue tirar alguns desses sites do ar, mas no mesmo dia surgem dezenas de outros. A web também serve para organizar as brigas de torcidas, marcando hora e local para os confrontos, antes e depois das partidas de futebol, muitas vezes resultando em mortes e dezenas de feridos. Em 26 de março de 2009, a polícia paulista prendeu 112 pessoas, dentre as quais 87 menores, que haviam combinado pela internet uma briga de torcidas. Foi em Diadema, Grande São Paulo. A PM teve que interditar o estacionamento de um McDonald's para reunir todos os detidos, cercados por dezenas de policiais.

A internet também virou o principal meio para compra e venda de drogas sintéticas, com entrega domiciliar. Em 2008, a polícia prendeu mais de uma centenas de jovens de classe alta ou média, a maioria universitários, envolvidos com essa nova variação do crime de tráfico. Esses rapazes não precisam disso para sobreviver — eles precisam é da adrenalina que a vida do crime oferece, em que cada dia é uma aventura prazerosamente perigosa. Quando a polícia bate

às suas portas, mantêm uma postura arrogante e orgulhosa. Sabem que terão ampla cobertura jurídica, patrocinada por famílias que têm dinheiro para contratar os melhores advogados.

Em agosto de 2007, a empresa de segurança Panda Software, que vende sistemas de proteção contra ataques virtuais, informava que a pirataria online tinha se tornado uma das principais atividades do crime organizado, principalmente a partir de empresas especializadas com sede no Leste Europeu. (Para detalhes, ver artigo no portal G1, datado de 28 de agosto, edição das 18h10.) A denúncia revela que qualquer um pode comprar por 1.200 dólares um kit de ferramentas capaz de violar a privacidade dos inocentes internautas. Por 1.500 dólares, pode-se comprar uma lista com 32 milhões de e-mails. "Segundo cálculos da empresa de segurança, com 1.200 dólares, soma das principais ferramentas necessárias, o pirata virtual pode enviar e-mails maliciosos para um milhão de pessoas. Com uma taxa de sucesso de 10% — considerada baixa pela Panda Software —, 100 mil pessoas poderiam ser infectadas", informa o G1.

Em 29 de janeiro de 2009, o principal executivo da empresa de tecnologia McAfee, David MacWalt, em entrevista à agência Reuters, garantiu que "crimes virtuais custam mais de 1 trilhão de dólares às empresas". O empresário inglês disse também que o número de falsos e-mails na internet, chamados de *malwares*, destinados a fraudes financeiras aumentou 400% em 2008. No Fórum Econômico Mundial, em Davos, Suíça, David MacWait avisou: "Esses tipos de *malwares* foram concebidos para roubar seus dados, identidade, dinheiro, e em muitos casos, a sofisticação era muito alarmante."

A internet também se tornou o hipermercado da pirataria. Vende-

se de tudo pela web: armas, explosivos, drogas, órgãos humanos, escravos — e tem ainda a indústria da pedofilia. Especialistas afirmam que a rede mundial de computadores é nos dias de hoje a principal ferramenta de articulação do terrorismo internacional, por meio da qual são enviadas orientações para grupos dispersos por vários países.

O jornalista árabe-britânico Abdel Bari Atwan é editor-chefe do jornal *al-Quds al-Arabi*, publicação sediada em Londres e especializada em temas políticos do Oriente Médio, e autor de *A história secreta da al Qaeda* (Larrousse, 2008), no qual relata um encontro exclusivo com Osama bin Laden nas cavernas de Tora-Bora, no Afeganistão. O jornalista chegou a dormir duas noites ao lado do "xeque" do terror. Estavam sozinhos, sem nenhum dos ferozes guardas do terrorista, conhecidos como "a brigada santa do Islã". Por isso o depoimento de Abdel Bari é tão importante. Acompanhe o que ele escreveu no prefácio de seu livro (pág. 12 — grifo meu):

> A nova estrutura da al Qaeda, na qual pequenos grupos independentes, que professam a sua ideologia, podem se formar localmente e operar com pouca ou nenhuma referência à liderança do núcleo, não é um sinal de que a organização está se enfraquecendo — como alguns observadores otimistas chegaram a afirmar. Muito pelo contrário: ao se expandir horizontalmente, a al Qaeda está se tornando cada vez mais forte. **Sua ideologia e estratégia estão quase totalmente disponíveis na internet, tornando tudo muito fácil para qualquer de suas filiais ou dos grupos afiliados operar estritamente dentro de uma área de trabalho em qualquer lugar, a qualquer hora, sem a necessidade de aprovação ou licença.**

Mesmo nas remotas montanhas de Tora-Bora, região inóspita e congelada do Afeganistão, com temperaturas que chegam a -20°C, Osama bin Laden dispunha de um modem de alta velocidade,

conectado a uma linha telefônica sem fio, via satélite. Se quisesse, poderia participar de um chat com qualquer um de seus seguidores, estivessem eles em qualquer parte do mundo. Sobre a internet, o líder da al Qaeda comentou com o jornalista Abdel Bari (página 39 de *A história secreta da al Qaeda*): "Hoje o mundo se tornou uma pequena vila."

E acrescenta, na página 149:

> Especialistas afirmam que existem agora cerca de 4.500 websites Jihad, que auxiliam a al Qaeda a se manter como um movimento ideológico global, reunindo pessoas de todas as partes do mundo que pensam da mesma maneira.

A sofisticação do crime eletrônico, muito além do poder das polícias e dos governos, é um fator fundamental na análise da infiltração das organizações criminosas na vida dos cidadãos, nas empresas e nas instituições democráticas. Faz parte do projeto mais amplo que chamo de "assalto ao poder".

Em maio de 2008, um hacker, pirata de computadores, invadiu os servidores de rede de um órgão do governo federal brasileiro. Sobre isso, o jornalista Fernando Rodrigues, da sucursal de Brasília da *Folha*, publicou matéria exclusiva em 8 de dezembro de 2009. Baseado num país do Leste Europeu, o pirata mudou a senha dos serviços de informática de um dos nossos ministérios e passou a exigir US$ 350 mil pelo resgate da senha. Os especialistas em informática conseguiram neutralizar a bomba virtual, porque descobriram que o sistema ainda usava a senha básica fornecida pelos fornecedores do software, um erro primário. Disse o jornal:

> Decidiu-se por não pagar. Esse órgão ficou 24 horas sem operar, com cerca de 3 mil pessoas sem ter acesso aos dados daquele servidor — relata Raphael Mandarino Júnior, 55, o matemático responsável no cargo de diretor do Departamento de Segurança da Informação e Comunicação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Além disso, agências de informaçao do governo dos Estados Unidos já diziam que os hackers haviam invadido empresas de energia elétrica no Brasil, provocando apagões em várias cidades. Num discurso, em maio de 2009, Barack Obama dizia: "Nós sabemos que esses invasores cibernéticos têm colocado à prova nosso sistema interligado de energia e que, em outros países (referindo-se ao Brasil), ataques assim jogaram cidades inteiras na escuridão."

Além das páginas e paginas de notícias sobre a bandalheira oficial ao longo do dia, ao chegar em casa depois de um dia de trabalho o cidadão assiste na televisão à trágica rotina do tiroteio nosso de cada dia e das gravações telefônicas da interminável corrupção. O Brasil moderno vive uma embriaguez de liberdades democráticas, desde 1985, com a queda do regime militar. É como se um novo país houvesse surgido — na verdade, um jovem de vinte e poucos anos que abusa das suas virtudes e que esconde as suas tragédias e desonestidades com grande habilidade. Entre nós, a cidadania agora começa com uma renda mensal de vinte salários mínimos. A partir deste padrão econômico-social, as leis funcionam, a polícia é cautelosa, os advogados são competentes e os juízes, tolerantes. Durante mais de duas décadas, varremos a desigualdade, a pobreza e a violência para debaixo do tapete. Pior: criamos um apartheid social e demográfico, por meio do qual toda a porcaria do sistema ficava

circunscrita às periferias e favelas, aos pobres, àqueles que não chegaram lá, incapazes de comprar seus títulos de cidadania. Como antes se compravam títulos de alforria.

Agora tudo isso se volta contra nós, como uma grande onda que se ergueu do mar das desigualdades. O crime, a corrupção e a violência se espalharam por toda a sociedade. Estamos envolvidos no mesmo drama. Todas as fronteiras desabaram.

Vivemos num país onde as autoridades e o poder constituído não garantem a punição. Só 1% dos crimes resulta em condenações no Brasil. Temos cerca de 450 mil prisioneiros, dos quais quase 150 mil só no estado de São Paulo. Nos Estados Unidos, onde as leis são aplicadas, há em torno de 5 milhões de sentenciados. Contudo, no *patropi*, o Brasil ensolarado, o número de testemunhas mortas supera com folga o de criminosos levados para atrás das grades. Os acertos de contas, a justiça com as próprias mãos, são mais eficientes do que todo o sistema judiciário. Este é o faroeste brasileiro.

Um caso emblemático é o do ciclista bêbado que pedalava tortuoso por uma rua do Grajaú, zona sul de São Paulo, e acabou atropelado por uma professora que levava no carro os dois filhos menores para a escola. O homem, que sofreu apenas um arranhão na perna direita, deu um murro na cara da professora, sacou um revólver e a matou com dois tiros, diante das crianças. Em seguida, o assassino pegou a bicicleta e seguiu seu caminho trôpego por mais um quarteirão. Saltou, entrou num bar e pediu mais uma cerveja e um copo de cachaça. Tranquilamente. Certo de que não aconteceria nada. Só que a população local se mobilizou para um linchamento, o

que acabou atraindo a polícia. Foi preso candidamente, sem oferecer nenhuma resistência. E não admitiu ter feito nada de errado. Isso aconteceu em 2004.

Caso mais impressionante foi registrado em maio de 2007: um criminoso que ficou sete anos preso por violência sexual contra a filha, dez dias depois de deixar a cadeia, em liberdade condicional por bom comportamento, invadiu uma casa na Vila Ema, zona leste de São Paulo, e matou o casal de moradores. Enterrou Jorge de Araújo, 53 anos, e a mulher, Maria da Graça Santos, 70, na garagem. Cobriu os corpos com cimento. Tomou posse do imóvel, onde passou a morar com a companheira. Foi preso duas semanas depois, quando já tinha colocado uma placa de "vende-se" na porta da casa. Aos vizinhos, ele se apresentava como "auxiliar do corretor". É a certeza da impunidade que produz casos como esse.

No sábado, 29 de março de 2008, uma criança de classe média, Isabella Nardoni, menina bonita de cabelos castanhos escuros, olhos expressivos, às vésperas de completar 6 anos de idade, foi espancada, estrangulada e atirada do sexto andar de um prédio de classe média em São Paulo. Foi tal a violência, que o crime provocou uma comoção nacional. Os acusados, Alexandre Nardoni e Ana Carolina Jatobá, pai e madrasta da criança, foram formalmente acusados do assassinato. A cobertura da imprensa conteve tons linchadores. E por pouco não houve um linchamento de verdade. O povo jogara pedras e garrafas contra os acusados, diante das câmeras que mostravam, ao vivo, em redes nacionais, o primeiro depoimento do casal à polícia.

Depois, ainda em meio à fúria contra os acusados, o programa *Fantástico*, da TV Globo, uma das maiores audiências da televisão

brasileira, em 20 de abril de 2008, mostrou entrevista exclusiva com os dois acusados do crime. Eles choraram diante das lentes. Obviamente, a entrevista, em troca de audiência, que foi soberba, fazia parte dos interesses da defesa do casal. No dia seguinte à exibição, cartazes colocados pelo povo diante do prédio onde os dois acusados estavam vivendo diziam: "Lágrimas falsas." O assassinato de Isabella, uma criança que passava o fim de semana com o pai separado da mãe, por coincidência outra Ana Carolina, só que de Oliveira, virou mais uma performance da mídia. Poucos dias depois, ainda sob o peso da mídia, um juiz decretou a prisão preventiva dos acusados.

Debaixo de uma frente fria que derrubou a temperatura em São Paulo para menos de 10°C, Ana Carolina Jatobá dormiu numa cela de cimento, no chão, protegida apenas por um pedaço de papelão e uma coberta fornecida pela família. Pouco antes, nova manifestação linchadora da mídia: a capa da revista *Veja* era uma foto em que o casal acusado aparecia dentro de um camburão da polícia, e sobre a imagem, o título: "Foram eles!" Acho que foi até com exclamação, contrariando uma longa tradição da revista em matéria de direitos humanos. Quando o casal Alexandre e Ana completava duzentos dias na cadeia, a revista voltou a publicar uma capa com os acusados (edição de 26 de novembro de 2008), com o título: "A (boa) vida dos acusados do caso Isabella", alegando, entre outras coisas, que o pai da menina assassinada "está mais gordo" na penitenciária de Tremembé.

Impressiona que tal habilidade de acusações — aliás, o trabalho da polícia técnica neste caso foi memorável — não se aplique ao crime comum, àquele que flagela a sociedade. Crime que não sai na

primeira página dos jornais e que não frequenta o *Jornal Nacional*, não merece qualquer atenção.

Nos últimos cinco anos, quadrilhas especializadas em sequestros e roubos a bancos se militarizaram. Formaram grupos de 15 a 20 homens com armamento moderno, uniformes e técnicas de guerrilha. Em outubro de 2008, um desses bandos ocupou os principais pontos da cidade de Ulianópolis, no Pará, a 395 quilômetros de Belém. A pequena cidade, com menos de 30 mil habitantes, viveu um dia de cão. Segundo a polícia, seis assaltantes armados (na verdade seriam mais de dez) atacaram a delegacia local com fuzis automáticos e metralhadoras. O contingente da PM, vizinho à delegacia, também esteve sob fogo pesado, impossibilitando qualquer reação. Centenas de balas marcaram as paredes de ambos os prédios. Enquanto isso, outros bandidos do mesmo grupo invadiam a agência do Banco do Brasil. Pretendiam levar os depósitos à vista, o dinheiro do crédito rural e do pagamento dos funcionários públicos, a ser efetuado dois dias depois. Optaram por usar explosivos para abrir o cofre da agência. Mas exageraram na dose. A detonação demoliu o prédio inteiro. O cofre voou para fora e se espatifou no meio da rua. Uma nuvem de fragmentos do dinheiro se espalhou pela cidade. Todos os bandidos fugiram. Pela manhã, imagens de um cinegrafista amador mostravam a população saqueando o que havia restado das notas. O delegado da cidadezinha falou ao *Jornal Nacional*:

— Nas próximas horas vamos identificar e prender todos eles. Fazem parte de uma quadrilha que pratica esse tipo de crime no Pará,

Maranhão e Tocantins.

Que se saiba, não desbarataram a quadrilha. Nos meses seguintes, mais dois casos como esse ocorreram no interior do país. Os jornais especularam que era gente ligada ao Comando Vermelho ou ao PCC. Tudo fantasia? O fato é que inúmeras quadrilhas, pressionadas pela mortal repressão nas capitais, decidiram agir no interior, levando o terror às pequenas comunidades. Assaltos e sequestros em cidades onde as pessoas nem se dão o trabalho de trancar a porta das casas, agora, são rotineiros. Entre a noite de 9 de novembro de 2008, um domingo, e a madrugada do dia 10, um grupo armado atacou com dinamite a delegacia policial de Botucatu, a 238 quilômetros de São Paulo. A detonação arrasou o prédio da repartição policial, que fechava nos fins de semana por falta de pessoal. Dois carros da polícia e uma casa vizinha ficaram seriamente danificados. Os criminosos levaram um cofre, destruíram inquéritos e boletins de ocorrência. Mas o grande prêmio foram 100 quilos de maconha, 5 de cocaína e outros 15 quilos de pasta básica de cocaína que estavam estocados na delegacia.

A DP de Botucatu, que funcionava numa casa alugada, teve que ser demolida. Isto se tornou uma rotina pelos rincões brasileiros, especialmente nos estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Os bandidos literalmente ocupam as pequenas cidades, em operações guerrilheiras. Usam fuzis automáticos AR-15 e AK-47, armas de guerra. Vestem uniformes camuflados e máscaras. Os moradores são feitos reféns. Os criminosos fogem por estradas secundárias, de terra, através de propriedades rurais, fazendas de gado e de grãos, onde não encontram resistência. O roteiro da fuga é

minuciosamente estudado nos mapas. As forças de segurança estaduais montam grandes cercos, incluindo tropas especiais e helicópteros. Em geral, com poucos resultados.

Na quarta-feira, 3 de março de 2009, um casal foi atacado no Leblon, zona nobre do Rio, por quatro assaltantes. O advogado Marcelo de Souza Vianna, 43 anos, e a publicitária Paula Guimarães da Silva, 31, chamaram atenção dos bandidos por causa do carro do advogado, um Audi A3, que custa mais de 100 mil reais. Os assaltantes queriam que Marcelo revelasse o seu endereço, mas ele se recusou e foi agredido. Os criminosos, então, resolveram se vingar: levaram o casal até a Avenida Niemeyer, onde há um penhasco de 50 metros de altura separando a pista do mar. Marcelo e Paula foram empurrados lá de cima — mas com sorte caíram na mata e sobreviveram.

Os bandidos rodaram com o Audi até bater e danificar o veículo, que foi abandonado. (Em geral, esses assaltantes dirigem muito mal, especialmente carros de câmbio automático.) Voltaram tranquilamente para casa, na favela da Rocinha, que fica nas proximidades. Ao chegar, no entanto, foram cercados pelos traficantes locais, armados de fuzis e pistolas automáticas. Levaram a maior surra. Foram gravemente espancados no meio da rua, na frente dos moradores. Ameaçados de morte, foram obrigados a procurar a polícia e confessar o crime. Esta foi uma demonstração da rápida justiça do crime organizado. Provavelmente, os assaltantes, mesmo que consigam se livrar da Justiça, nunca mais voltarão a morar na Rocinha.

Quando o guitarrista Rodrigo Neto, da banda de rock Detonautas,

com grande penetração na mocidade pobre do Rio, foi assassinado a tiros numa tentativa de assalto, em 2006, o Comando Vermelho Jovem (CVJ) iniciou uma caçada humana para pegar seus algozes. Quatro rapazes, responsabilizados pelo crime, foram mortos e colocados no porta-malas de um carro roubado. A polícia foi avisada por um telefonema anônimo. Junto aos cadáveres havia um protesto manuscrito, assinado da seguinte maneira: "CV, o lado certo da vida errada." Mais uma demonstração da justiça pelas próprias mãos, administrada pelo crime organizado.

Tais episódios são reveladores da transformação do país num território quase sem lei. Mesmo quando os códigos são aplicados, muita coisa dá errado. Exemplo: todos os anos, a Justiça concede indulto temporário a presos de bom comportamento ou que estejam em regime semiaberto, mas 10% deles não voltam para a cadeia. Até preso órfão recebe permissão de saída no Dia das Mães. Na semana do Natal de 2008, o cirurgião plástico Hosmany Ramos, preso desde 1981 por roubo, tráfico de drogas, homicídio e contrabando, deixou o Centro de Progressão Penitenciária de Valparaíso (517 quilômetros da capital paulista) para passar dez dias com a família e não voltou mais.

Hosmany deu entrevista a jornais e emissoras de rádio avisando às autoridades que não voltaria. A um repórter da *Folha* ele declarou, em janeiro de 2009:

— O sistema penitenciário é corrupto e opressor. Agora vou para o exterior. Quando os ratos forem presos ou afastados, serei o primeiro a me apresentar.

E ficou por isso mesmo. Hosmany Ramos foi preso pela Interpol

na Islândia, no dia 13 de agosto de 2009. Mas a notícia só saiu na imprensa mundial em 7 de dezembro. Ele estava no aeroporto de Keflavik, tentando embarcar para o Canadá usando um passaporte falso, quando foi apanhado pela polícia islandesa. Em entrevista ao canal de televisão Channel 2, daquele país, declarou que a prisão parecia um hotel quatro estrelas: "Em uma cela de prisão do tamanho dessa, haveria 30, 40 presos no Brasil." E aproveitou para pedir asilo político ao governo da Islândia, alegando torturas e outras violações de direitos humanos no sistema penal brasileiro. Entre janeiro e agosto daquele ano, Hosmany ficou passeando pela Europa. Não se sabe como ele arrumou tanto dinheiro e apoiadores estrangeiros. A corte superior de justiça daquele país recusou o pedido de refúgio político feito por Hosmany, então com 61 anos, e decidiu extraditá-lo. Em 1980, o médico havia sido condenado a 57 anos de prisão por homicídio, sequestro, roubo qualificado e tráfico de drogas. Ainda tem uns 20 anos para cumprir.

Neste livro o leitor vai encontrar muitas histórias como essa, que refletem a dura realidade de um país ferido. E vai entender por que esta ferida se alastra pelo tecido social de maneira aparentemente irreversível. A brutalidade, da qual o medo é aliado, somada à corrupção e ao crime organizado ameaçam levar este paraíso tropical a um choque de grandes proporções. Mas não pretendo ficar numa monótona descrição de casos. Gostaria de analisar os desdobramentos da crise de insegurança que vivemos e as prováveis — ou (cada vez mais) improváveis — soluções.

Optei por um método ondulante de redação, indo e vindo no

tempo, procurando o nexo histórico das coisas. Correlaciono fatos, situações e interpretações. Cito com grande frequência o cenário internacional, especialmente porque o Brasil tem ocupado papel de destaque no palco das nações. E porque isto é uma via de mão dupla. Muito da porcaria mundial tem endereço em nossas grandes cidades, como o tráfico, o turismo sexual, a lavagem de dinheiro, o contrabando de armas, as drogas sintéticas — estas últimas prometem ser o *must* da próxima década. Sem falar das conexões com o terrorismo que se estabelecem em nossas fronteiras.

Em alguns momentos, dou opiniões próprias. Depois de mais de 25 anos envolvido na questão, me considero uma fonte original de informações e me dou o direito de expor visões particulares do problema, quase pessoais. No entanto, o tempo todo procuro corroborar essas opiniões com documentos, noticiário e publicações.

Esta não é uma obra de ficção. Todas as pessoas citadas e todos os acontecimentos descritos são verdadeiros. Fiz questão de detalhar cada fonte de informação, de modo a facilitar a pesquisa a quem quiser aprofundar ainda mais o assunto. Para efeitos de delimitar o campo de pesquisas, numa história que não para, estabeleci, inicialmente, a data de 31 de dezembro de 2008, por razões técnicas. Mas os acontecimentos me obrigaram a ampliar o período para quase todo o ano de 2009. Foi impossível resistir à premência dos fatos. Nesse meio-tempo, ocorreram fatos novos de extrema importância, como a eleição do primeiro negro para a presidência dos Estados Unidos, Barack Hussein Obama, gerador de enormes implicações sobre a economia e a política mundiais, substituindo oito anos de

política conservadora na maior potência mundial. Além disso, Israel iniciou uma nova guerra nos territórios palestinos, de uma violência sem precedentes, justo na semana do Natal de 2008. Sem falar na crise generalizada do sistema financeiro mundial, iniciada em setembro de 2008, com a quebra do banco americano Lehman Brothers, desencadeante de uma quase tragédia do capitalismo, a maior crise dos últimos cinquenta anos. Esses acontecimentos, juntos, provocaram inúmeras consequências que tinham que ser consideradas neste trabalho, que em julho de 2009 já tinha sacrificado 20 milhões de postos de trabalho em todo o mundo. Entre essas consequências está o desemprego em massa, provocado pela crise e pelo oportunismo de um empresariado predador, e do qual o crime organizado se beneficia.

O que pretendo demonstrar neste livro é o quanto a criminalização toma conta das atividades em nossa sociedade. O quanto nossos poderes são inconsistentes ou cúmplices da situação de violência e marginalização que empurra populações inteiras para o limbo das atividades sociais. Somos um pequeno país rico, de cerca de 50 milhões de habitantes, do tamanho da Espanha, que convive com outro país, pobre, de 130 milhões de habitantes. Na parte desfavorecida, prospera o império da ilegalidade, da maldade e da impunidade. Na parte favorecida, os espertos detêm o poder. É uma definição simples — porém real — do que ocorre entre nós.

Carlos Amorim
Dezembro de 2009

PRIMEIRA PARTE: *O imperialismo do crime e o fantasma da guerra civil*

Para entender o drama da violência em nosso país, assolado pela corrupção, pelo narcotráfico e pelo crime organizado, não basta lamber as nossas próprias feridas. A expansão das "indústrias do crime" em volume global — hoje o negócio de maior liquidez do planeta —, o terrorismo em larga escala e as guerras criaram um cenário que afeta a toda a humanidade. O Brasil, com suas enormes contradições e mazelas, é palco privilegiado do conflito. Sem compreender o contexto mundial, não vamos saber onde erramos ou o que ainda podemos fazer.

1

NA MANHÃ DO SÁBADO 17 DE outubro de 2009, o capitão Marcelo Vaz de Souza, 38 anos, acordou bem cedo. Pouco antes do amanhecer já estava de pé. Em seus dez anos de carreira militar, acostumou-se a sair da cama silenciosamente, para não acordar a mulher e filhos. Tomou um copo de suco de laranja, daqueles de supermercado, que sempre mantinha na geladeira do apartamento na zona norte do Rio. Depois esquentou no micro-ondas uma caneca do café que a mulher deixara pronto na noite anterior. Ele ficou aqueles quarenta intermináveis segundos olhando para a caneca que rodava dentro do aparelho iluminado. Passados aqueles malditos segundos, o micro-ondas produziu uma série de tingues-tingues-tingues-tingues eletrônicos e a frase "Bom apetite... Bom apetite..." surgiu no display que fica na frente do aparelho. O equipamento, um dos prodígios da vida doméstica moderna, não custa mais do que uns 200 reais hoje em dia. Mas a pequena geringonça eletrônica, presente em quase todos

os lares brasileiros, compôs, naquela manhã de sábado, o réquiem da tripulação do capitão Marcelo Vaz de Souza, piloto de helicóptero da PM, com mais de mil horas de voo e cursos de pouso de emergência.

O militar saiu de casa minutos depois. Todas essas pessoas que saem de casa antes do nascer do dia tomam banho de véspera e deixam a roupa pronta. (É uma forma de poupar a família de barulhos extras ao amanhecer.) Usava tênis sem meias, calça jeans e uma camisa bem solta, que ajudava a disfarçar a pistola semiautomática 9mm que portava presa ao cinto, no lado direito do quadril. Treze balas no carregador e uma na agulha, já preparada para disparar. No lado esquerdo da cintura, um carregador extra com mais treze projéteis *hollow point*, munição de alto impacto. Em serviço, Marcelo estava sempre armado. No porta-malas do carro usado do militar — um homem dedicado ao serviço público e muito mal pago, como quase todos, que não ganharia por mês, com todos os benefícios, mais do que 4 mil reais — estava a farda de combate de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, suas botas pesadas, colete à prova de balas, traje camuflado em tons de verde e cinza e o macacão de pilotagem. É assim que o comandante Marcelo Vaz é descrito por seus companheiros do Grupamento Aéreo e Marítimo da PM (GAM), grupo de busca e salvamento ao qual estava lotado.

Entre a casa dele e o heliporto da polícia, ao lado do Estádio de Remo da Lagoa Rodrigo de Freitas, zona sul da cidade, levou pouco mais de meia hora. Lá iria se encontrar com a tripulação do helicóptero que comandava: o copiloto Marcelo Carvalho Mendes, os cabos Izo Gomes Patrício e Anderson Fernandes dos Santos e os policiais militares Marcos Stadler Macedo e Ediney Canazaro de

Oliveira. O aparelho, um modelo Fênix 2 de fabricação nacional [Esquilo, fabricado pela Helibrás], tinha capacidade para até oito pessoas, destinado a manobras rápidas para localização e resgate. Podia voar muito próximo ao solo com grande velocidade. Mas não era um helicóptero de combate, inclusive não possuía blindagem em toda a fuselagem, apenas no fundo. Mas tinha suportes para fuzis automáticos calibre 7.62 em cada lado do aparelho, que, com as portas abertas, ficavam pendurados para fora. O capitão Marcelo Vaz comandava o aparelho prefixo PR-EPM.

O helicóptero, comprado pelo governo do Estado ao preço normal de mercado, em torno de 2,5 milhões de dólares, era relativamente novo e em muito bom estado de conservação. Apesar de ser utilizado em operações armadas contra o tráfico de drogas nas favelas do Rio, o que contraria suas atribuições originais, apenas de resgate, não tinha proteção contra munição de grosso calibre. E nas áreas conflagradas da cidade sobram os grossos calibres.

O capitão Marcelo Vaz e seus tripulantes foram enviados a uma missão quase suicida. O tingues-tingues-tingues-tingues do forno de micro-ondas seriam substituídos pelo touf-touf-touf-touf de uma metralhadora antiaérea calibre 50mm, fabricada durante a Segunda Guerra Mundial, aí pelos anos 1940. Uma arma como essa, provavelmente uma *Browning M9117* (Colt Industries Co.), desenvolvida pelo engenheiro militar americano John Browning, pesa mais ou menos 14 quilos e tem um metro e dez de comprimento. A munição se desloca pelo ar a 850 metros por segundo (bem mais do que a velocidade do som, o que significa que chega ao alvo antes do barulho do disparo; tem alcance útil e mortal

de até 2 quilômetros) e produz um choque que corresponde a 1,5 tonelada sobre 2 centímetros quadrados. Atravessa paredes, destrói veículos, derruba helicópteros e aviões. Em vez de carregador de munição, funciona com uma esteira flexível de balas, podendo disparar entre 400 e 600 tiros por minuto. Foi esse inferno que desabou sobre o helicóptero da PM do Rio às 10 horas da manhã do sábado, 17 de outubro de 2009.

Desde o dia 14, portanto quase 68 horas antes da tragédia do PR-EPM, a divisão de inteligência da polícia carioca sabia que iria acontecer uma grande batalha entre as facções do crime organizado do Rio. Objetivo: o Comando Vermelho pretendia atacar os pontos de vendas de drogas do Terceiro Comando (3C) e da ADA (Amigos dos Amigos) no Morro dos Macacos e arredores, entre os bairros da Tijuca, Vila Isabel e Grajaú. A região é conhecida por um respeitável volume de negócios envolvendo cocaína e maconha — e também o crack, destinado à população local de baixa renda, principalmente favelados. A polícia imagina (e apenas imagina) que renderia algo semelhante a 4 milhões de reais por mês, um dos principais celeiros de negociação de drogas para a pequena burguesia carioca, que, em última análise, constitui o cerne do mercado, o principal incentivador indireto do crime organizado na cidade.

As forças policiais tinham informações de uma grande mobilização do "exército vermelho", a tropa de choque do CV. Havia registros de roubos, ou "retomadas", de inúmeros veículos na área, que serviriam para conduzir o grupo armado do Comando Vermelho para o ataque ao Morro dos Macacos. Eram micro-ônibus, peruas do transporte ilegal de passageiros nas áreas das favelas, carros

particulares e várias outras formas de transportes, como motos roubadas. A força atacante, ainda segundo a inteligência da polícia, teria reunido entre 100 e 200 homens armados. Tratava-se, efetivamente, de um dos maiores confrontos entre as facções, algo que produziria enorme repercussão na mídia. O governador do Rio, Sérgio Cabral, foi informado da crise no dia 15 de outubro, ao entardecer, de acordo com informações do Estado-Maior da PM que vazaram para os jornalistas cariocas, aqueles que acompanham de perto os movimentos da guerra civil não declarada que percorre quase diariamente a cidade. Ordenou a mobilização de uma enorme força policial, civil e militar, para enfrentar a ameaça à segurança pública que se avizinhava. Ele estava certo — o que aconteceria a seguir teria repercussão não só nacional, como internacional.

Na madrugada de 16 para 17 de outubro de 2009, por volta da uma da manhã, os homens do Comando Vermelho, recrutados em várias favelas da zona norte do Rio, especialmente no Complexo do Alemão, atacaram o Morro dos Macacos. Eram comandados pelo traficante Fabiano Atanázio da Silva, o Fabinho FB. Esse jovem de vinte e poucos anos de idade era o "cara de frente", o "chefão" do tráfico de drogas na Vila Cruzeiro, o coração vermelho do Complexo do Alemão. Os combates começaram na virada de 17 de outubro. Milhares de disparos de armas de guerra. Explosões de granadas. Balas traçantes cortavam a noite, deixando atrás de si rastros de luz azulada. A iluminação pública desapareceu em poucos minutos. A população local iniciou uma retirada em busca de proteção nos bairros ocupados pela classe média. Gente carregando seus pertences e suas crianças, acampando nas praças e nas ruas. As forças públicas

se apresentaram, mas não subiram nos morros. Porque a polícia não entra nas áreas conflagradas do Rio sem a luz do dia. O risco de morte é muito grande. Os telejornais da noite do dia 16 de outubro já davam a medida do que iria acontecer a seguir. Repórteres entrevistavam a multidão retirante. Depois foi um silêncio que durou até a manhã seguinte, depois que todas as câmeras se apagaram.

Amanheceu o sábado. Ao pé do Morro dos Macacos já estava o Bope, a força de elite da PM. O capitão Marcelo Vaz de Souza assumia os comandos do helicóptero da PM. Nem sabia que a fúria dos bandidos desabaria sobre ele pouco depois. Entre a zona do conflito e as favelas, havia um voo de menos de quinze minutos. Ao sobrevoar o Morro dos Macacos, acompanhando o movimento das tropas e dando cobertura a outro helicóptero, o Fênix 3, que retirava um oficial baleado, foi atingido pela primeira vez. As balas calibre 50mm atravessaram o aparelho sem causar danos. Ninguém sabe quantas foram. O capitão Vaz fez uma curva longa sobre a favela. E dessa fez foi atingido em cheio. “Não foi um tiro, foram muitos”, diria mais tarde o capitão Marcelo Vaz aos jornais, “nós sentimos o impacto das balas na fuselagem.” O helicóptero pegou fogo, atingido por trás e pela lateral direita. “Desce que vocês estão em chamas”, gritou pelo rádio o comandante do Fênix 3. Foram mais cinco ou seis disparos da arma pesada, que destruiu o rotor traseiro. Daí veio o fogo, que consumiu o helicóptero. Imagens do cinegrafista Júnior Alves, do SBT, que estava com policiais sob fogo cruzado no morro, mostraram na televisão que o aparelho perdeu o controle. O capitão ainda conseguiu evitar uma queda sobre os barracos da favela, o que teria sido uma tragédia. Estava carregando mais de 60 quilos de

combustível altamente inflamável. Tentou pousar num campinho de futebol, na Vila Olímpica de Sampaio, que fica na rua Antunes Garcia, ali perto. Mas já não tinha os controles do aparelho que se consumia em chamas. A queda não pôde ser evitada. Por sorte, o capitão Marcelo Vaz tinha aprendido a cair: bateu no chão com a cabine erguida, deixando a cauda se espatifar no campinho, manobra que diminui o impacto final.

O PR-EPM se esborrachou no chão de terra batida do campinho. O fogo se alastrou e a munição do helicóptero explodiu, mandando estilhaços sobre a tripulação. Pedaços das quatro pás voaram para todos os lados, numa chuva de aço mortal, que por sorte não atingiu nenhum morador da rua. Dos seis militares ocupantes, dois morreram imediatamente: os soldados Marcos Stadler e Edney Canazaro ficaram totalmente carbonizados e só foram oficialmente identificados por exames de DNA. O cabo Izo Patrício, 36 anos, teve 90% do corpo queimado e morreria nos dias seguintes. O cabo Anderson Fernandes também sofreu queimaduras graves e o copiloto levou um tiro no pé. Mesmo os três sobreviventes estavam estropiados.

Essa foi uma das piores derrotas da força pública do Rio de Janeiro contra o tráfico de drogas instalado nas favelas cariocas. As imagens do helicóptero destruído, mostrando a queda, foram divulgadas pelas agências de notícias e as televisões do mundo inteiro. O Rio de Janeiro, escolhido como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, estava fulminantemente abalado. A CNN, a FOX News, a BBC e até a árabe Al-Jazira se perguntavam se essa cidade estava em condições de sediar um evento esportivo mundial. Além do mais, o Brasil será a sede da

Copa do Mundo de 2014. O governador Sérgio Cabral, o prefeito do Rio, Eduardo Paes, e até o presidente Lula responderam que era "um fato isolado", que certamente não comprometeria os eventos internacionais. As instituições internacionais responsáveis pelos eventos, como o COI (Comitê Olímpico Internacional) e a Fifa (Federação Internacional de Futebol) secundaram a opinião dos nossos governantes.

Todos acreditavam piamente que o Brasil era maior do que os episódios desencadeados pela luta de facções criminosas em busca de hegemonia do tráfico de drogas. Alguns dos figurões do cenário mundial chegaram a lembrar que os ataques do Setembro Negro, feitos por uma facção radical palestina contra a delegação israelense nos Jogos Olímpicos de Munique, em 1972, quando onze atletas foram sequestrados e mortos — não haviam abalado os resultados da competição em escala global. Tudo certo. A batalha do Morro dos Macacos não iria impedir que o Brasil e o Rio de Janeiro fossem os cenários maravilhosos das competições. E todos concordaram com isso. E o assunto foi rapidamente desaparecendo dos noticiários nacionais e internacionais. Uma semana depois, ninguém se lembrava mais do que tinha acontecido.

No entanto, no campo de batalha das favelas da zona norte do Rio, inúmeras famílias choravam seus mortos. Além da tripulação do comandante Marcelo Vaz, outros dez brasileiros tinham morrido, só no primeiro dia. Os combates continuaram por duas semanas, resultando em um número ainda não determinado de mortos, talvez vinte, de acordo com o noticiário desencontrado de jornais, rádios e emissoras de televisão. Os feridos, ninguém sabe quantos foram.

Dezenas de milhares de crianças ficaram sem aulas nas escolas públicas, fechadas pelo risco de mortes, atestado pelas centenas de balas que atingiram suas paredes.

A batalha do Morro dos Macacos é só um episódio na luta constante entre as facções criminosas que disputam o controle do tráfico de drogas no Rio de Janeiro, um processo que se espalha lenta e constantemente por todo o país. Trata-se de um confronto que já assumiu contornos de uma guerra civil. Já matamos mais jovens no Brasil, nos últimos 25 anos, do que em meio século de guerra civil na Colômbia. As facções criminosas, especialmente o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (o PCC paulista), geram exemplos que vão se consolidando em todo o território brasileiro, com articulações internacionais e multinacionais. Já temos o Comando Vermelho Nordeste (CV-Nordeste), que cuida da plantação de maconha nos estados nordestinos. Já temos o PCC-Interior, mais conhecido como a Conexão Caipira, que trata do tráfico de drogas no interior de São Paulo e Mato Grosso. Já temos o CRBC, o Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade, que domina vários presídios e ações no exterior das cadeias. Inclusive, na Bahia, existe a OPA, a Organização Plataforma Armada, que controla o tráfico em Salvador e periferia. Existe o Terceiro Comando da Capital (o 3CC), dissidência do PCC. Há uma nova organização no presídio de Guarulhos, arredores da capital paulista, chamada S.A. (Sociedade Anônima), que reúne presos independentes das demais organizações. Falta mais o quê?

Antes da "batalha do Morro dos Macacos", quando o Comando Vermelho se lançou numa conquista de novos territórios do controle

do tráfico de drogas, o governo do Rio de Janeiro já havia decretado um estado de guerra contra o crime organizado. Foi durante um episódio em que um menino de pouca idade, vítima inocente do clima de violência na cidade do Rio, se tornou um símbolo nacional da reação contra a escalada de criminalidade que assolava o país.

O nome desse garoto é João Hélio. Morreu aos seis anos de idade.

2

ÀS NOVE HORAS DA noite de 7 de fevereiro de 2007, uma quarta-feira escaldante no verão carioca, a comerciante Rosa Cristina Fernandes Vieites voltava para casa com seus dois filhos, depois de ter participado de um culto religioso. Dirigia um carro popular, dos mais baratos. Ao lado dela, no banco do carona, estava Aline, de 13 anos. No banco de trás, João Hélio, de 6. Ao parar num sinal de trânsito na Rua João Vicente, em Oswaldo Cruz, zona norte carioca, foi atacada por dois assaltantes, um deles menor de idade, ambos empunhando armas de brinquedo. Além desses assaltantes, outros três davam cobertura em um táxi, que seguia atrás. Rosa e Aline foram arrancadas de dentro do carro. Não tiveram tempo de tirar o menino João Hélio, uma criança que exigia cuidados especiais, tinha dificuldades para falar e problemas motores. Rosa ainda abriu a porta de trás do Corsa, numa tentativa desesperada de puxar o garoto. Foi quando os bandidos arrancaram. Preso pelo cinto de segurança, João ficou

pendurado, com metade do corpo fora do carro.

Arrastado por quase cinco quilômetros, com o carro em disparada, João teve uma morte horrível. Pedaços do corpo, inclusive a cabeça e os dedos, ficaram espalhados pelo asfalto, ao longo da fuga. Nas ruas, as pessoas gritavam, os motoristas buzinavam freneticamente. Um rapaz numa motocicleta chegou a se aproximar dos assaltantes. E foi espantado por uma das pistolas de brinquedo. Os criminosos só pararam quando o carro bateu. (Eles foram presos no dia seguinte; o menor, denunciado pelo próprio pai.) A polícia recolheu o que sobrou de João Hélio na esquina da Rua João Vicente com a Estrada Henrique de Melo, em Bento Ribeiro, outro subúrbio do Rio. Ali os moradores colocaram uma cruz e ergueram um pequeno altar para velas e flores. O governo designou uma patrulha da Polícia Militar para proteger o local 24 horas por dia.

Durante 54 dias após o holocausto de João Hélio, os moradores se revezaram mantendo flores e velas para o pequeno mártir da violência urbana no Rio de Janeiro. Mas a viatura da PM foi atacada por um grupo de traficantes. A emboscada aconteceu na noite do feriado de 1º de maio, o Dia do Trabalho. Não há testemunhas identificáveis do atentado. Se alguém viu alguma coisa, não disse nada. Os soldados Marco Antônio Ribeiro e Marcos André Lopes foram atingidos por mais de vinte tiros de pistolas automáticas e fuzis que deveriam ser de uso restrito das Forças Armadas. Duas granadas, também privativas, foram lançadas contra o carro. Depois de matar os PMs, os bandidos ainda tiveram sangue-frio para ficar alguns minutos na cena do crime e recolher as armas dos policiais: dois revólveres Taurus, calibre 38, e um fuzil FAL, de fabricação nacional,

calibre 7.62, bastante enferrujado, há mais de dez anos no serviço. Mesmo assim, era um prêmio para os criminosos que participaram da ação.

A morte dos policiais e a "retomada" das armas foram, no mínimo, uma afronta à autoridade pública. A resposta foi uma escalada de violência que deixou dezenas de mortos e um número até hoje não contabilizado de feridos. Parte da zona norte da cidade mergulhou no caos e na barbárie, tamanha foi a gravidade do enfrentamento entre o governo estadual e os bandos de criminosos armados. Por pouco nos diferenciamos da Bagdá ensanguentada pela invasão americana e pela resistência muçulmana.

No *Jornal Nacional*, da TV Globo, às oito e vinte da noite de 2 de maio, após o enterro dos policiais massacrados, o novo governador do Rio de Janeiro, um jovem de 44 anos e carreira brilhante, declarou que o estado do Rio estava em guerra. Sérgio Cabral Filho, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), eleito com mais de 68% dos votos, usou as câmeras da maior emissora do país para dizer:

— O Rio está em guerra. É uma guerra. Mas nós vamos ganhar essa guerra.

O governador é filho de uma das figuras mais carismáticas da cidade, o jornalista Sérgio Cabral. Dono das olheiras mais famosas da mídia, amigo e biógrafo de Tom Jobim, vascaíno fanático, cronista esportivo, crítico musical e emérito tomador de chope à beira-mar, foi fundador do *Pasquim*. Os artigos que publicou na grande imprensa definiram a alma carioca. Como ele, talvez só um Ari Barroso, um Nelson Rodrigues, Antônio Maria ou Vinícius de Moraes. Mas o Rio poético de Sérgio Cabral não é mais o mesmo. Uma geração depois,

governado pelo filho, está afogado na violência e no terror.

Sérgio Cabral Filho, três dias depois de falar ao *Jornal Nacional*, estava nas páginas amarelas da revista *Veja*, um espaço nobre da publicação, destinado a entrevistas especiais. Sob o título "Vou até o fim", o governador explicou em detalhes:

> O ex-primeiro ministro inglês Tony Blair já disse que a segurança é a primeira das liberdades. A esquerda [*e ele se considera de centro-esquerda, observo*], durante muitos anos, confundiu a gestão da segurança com violência contra o cidadão. A segurança pública, em muitos casos, exige ações enérgicas, que são violentas. A ordem pública não é um papo careta, um contraponto aos direitos humanos. Pelo contrário, é a garantia da civilidade.

O governador foi mais fundo:

> Mas a violência no Rio chegou a um nível tal de permissividade, de interferência no cotidiano das pessoas, tão bélica, que leva a isso. Aqui as pessoas se acostumaram a ver bandidos dando tiros nas ruas. Temos de descontaminar o Rio. Não é normal e nós não podemos nos acostumar com isso.

Sérgio Cabral criticou os governos anteriores no Rio de Janeiro, dizendo que "estavam a serviço de projetos políticos pessoais". Assim, as questões da criminalidade, da violência desenfreada e da segurança do cidadão comum foram relevadas. O jovem governador optou pelo confronto aberto desde o início de seu mandato. Talvez não tenha se dado conta da radicalidade de sua escolha. O Brasil teve duas políticas de segurança bem definidas: a do período getulista (1930 a 1945), especialmente no Estado Novo, e a Lei de Segurança Nacional dos governos militares (1964 a 1985). Ambas, contudo, estavam voltadas

para a proteção do Estado e do Capital, pouco interessadas no brasileiro comum. Apoiadas na violência policial-militar, na tortura e no assassinato dos opositores, as políticas de segurança dos períodos ditatoriais terminaram, por tabela, inibindo o crime.

Hoje, quando se trata de proteger o cidadão, não há projetos claros. Com certeza nossos governantes e legisladores pouco compreendem do fenômeno do crime organizado moderno. Continuam construindo presídios, sem reformar as leis, ainda acreditando na repressão pura e simples. Na visão deles, "é só um caso de polícia mais eficiente". Claro que não é!

Desde a Guerra do Paraguai, há um século e meio, e da declaração de hostilidades de Getúlio Vargas contra a Alemanha nazista (1943), as palavras do governador Sérgio Cabral foram as primeiras de um mandatário brasileiro a admitir a conflagração instalada em nossa sociedade. "Estamos em guerra." E não parece apenas uma figura de linguagem. O governador não disse como iria "ganhar a guerra". Mas deixou bem claro: o conflito entre bandos armados e a autoridade pública, com a "população civil" no meio, ultrapassara os limites do aceitável. A manifestação do político aconteceu mais ou menos 12 horas depois que os traficantes destruíram a viatura da Polícia Militar que guardava o pequeno altar de João Hélio.

O motivo do segundo crime, além de desafiar o governo, pode ter sido a arma de guerra que os policiais tinham no carro. O FAL é valioso no mundo do crime, onde chega a ser negociado por 2.500 dólares a unidade. Capturá-lo é um orgulho para os bandidos. Uma "retomada", como se diz entre as organizações criminosas. Não é para menos. Conhecido como "fuzil automático ligeiro", de origem belga,

fabricado pela Imbel (Indústria de Material Bélico) na cidade de Itajubá, entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, está na lista das melhores armas de infantaria do mundo (já foi considerada a melhor) e é temido pelo estrago que causa ao atingir o alvo. Hoje em dia, os ferimentos provocados pelo FAL, segundo os controversos códigos internacionais que regem os conflitos, são tidos como exagerados. Um tiro em uma perna ou um braço, frequentemente, resulta em amputação. Tomado da PM durante os combates nas favelas, ou roubado dos quartéis, o FAL é figurinha carimbada no submundo. A bala revestida de aço (*full metal jacket*, no jargão militar) viaja a quase 400 metros por segundo e produz um impacto correspondente a 600 quilos contra um centímetro quadrado. É devastador.

Provavelmente, Marco Antônio e Marcos André morreram por ele. Os "soldados do tráfico", especialmente os mais jovens e afoitos, costumam subir na hierarquia do bando quando "retomam" uma arma como essa. Ganham respeito e — às vezes — o privilégio de portá-las. Outras armas envolvidas na "guerra civil" brasileira (o AR-15 americano, o AK-47 de origem russa, o HK-G3 alemão, o Rugger, também alemão, o Galil-7.62 israelense, as metralhadoras Uzi) são contrabandeadas para dentro do país, geralmente pelos exportadores de drogas. Mas possuir um FAL é uma questão de status. Quase uma questão de honra. O fuzil só pode ser obtido por meio de uma ação direta contra o inimigo. Vale qualquer esforço. Capturar um ou mais dos fuzis FAL é motivo de festa entre os bandos armados.

Uma informação para se pensar: hoje as organizações criminosas já possuem oficinas de fabricação de réplicas dos fuzis e metralhadoras, copiadas a partir dos originais estrangeiros — e

também fabricam granadas e munição. Os traficantes pagam às crianças das áreas conflagradas para recolher as centenas de cápsulas de balas que ficam espalhadas pelo chão após os confrontos, que serão limpas e recarregadas pelos criminosos. O trabalho é realizado por técnicos armeiros que, por várias razões, deixaram as polícias militares e as Forças Armadas, principalmente em busca de melhores benefícios.

3

NA SEXTA-FEIRA 3 DE março de 2006, sete homens usando uniformes camuflados e toucas ninjas atacaram o Estabelecimento Central do Exército, em São Cristovão, zona norte do Rio. Roubaram dez fuzis FAL e uma pistola. Renderam os sentinelas do quartel e fugiram sem disparar um único tiro. Com os brios feridos, o Comando Militar do Leste reagiu dois dias depois. Centenas de soldados e oficiais deixaram a tranquilidade da caserna e ocuparam várias favelas nas áreas próximas ao local do assalto. Até blindados e helicópteros foram empregados para recuperar as armas, que haviam sido levadas por traficantes do Comando Vermelho (CV).

A operação militar, que durou 11 dias, causou grandes prejuízos ao comércio de drogas, na medida em que a presença das tropas inibiu a ida dos compradores às favelas. Em ocasiões como essa, o preço da droga sobe, o consumo se retrai. A coisa toda acabou, segundo a imprensa, num acordo em que os bandidos se

comprometiam a devolver os fuzis. A pressão para resolver o problema com o Exército teria partido de líderes do Comando Vermelho que estavam encarcerados, gente que mantém controle sobre a organização criminosa mesmo atrás das grades, usando telefones celulares clandestinos de dentro das celas.

Os três principais dirigentes da organização são: Isaías do Borel (Isaías Costa Rodrigues), traficante, condenado a dezenas de anos de prisão, um dos maiores atacadistas de drogas do Rio, descrito pela polícia como "negociador" do tráfico, ou seja, responsável pelos critérios de distribuição de drogas entre os grupos aliados; fundador do CV, está na ativa desde o início dos anos 1980; é portador do vírus HIV e tuberculoso crônico mas resiste à Aids e a outras doenças há mais de duas décadas. O segundo é Marcinho VP (Márcio dos Santos Nepomuceno), o homem forte do grupo de favelas conhecido como Complexo do Alemão, criador do grupo Comando Vermelho Jovem (CVJ), poderoso chefão de 14 bairros pobres, com mais de 130 mil moradores; a polícia o define como o "chefe militar" da organização. O terceiro homem na hierarquia do Comando Vermelho é Luís Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, o mais famoso de todos, tido como o responsável pelos contatos internacionais e pelos negócios com os produtores de drogas e fornecedores de armas, uma função destacada no mundo do crime. Fernandinho é o principal articulador entre o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital, o PCC paulista, organizações aliadas. De alguma forma, a negociação sobre o roubo das armas militares passou por esses três personagens, apesar de estarem todos encarcerados em presídios de "segurança máxima", no Rio, em São Paulo e em Campo Grande. A

Folha Online, em 12 de março daquele ano, registrou:

> (...) o Comando Militar do Leste informou ter encontrado os fuzis numa trilha [na mata de] São Conrado, junto à favela da Rocinha, na zona sul. (...) Segundo a reportagem, as armas foram recuperadas após um acordo sigiloso entre o Exército e o Comando Vermelho, responsável pelo roubo.

No dia 5 de março de 2009, a rádio CBN noticiou, às cinco da tarde, um assalto a uma instalação do Exército em Ribeirão Pires, interior paulista. Dez homens armados e usando capuzes entraram no Centro Tático de Treinamento (CTT), na verdade uma empresa privada, onde são formados seguranças particulares e é ministrado treinamento para as polícias e grupos militares. Lá também funciona uma fábrica da Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), principal fornecedora de munição do país. Foram levados 22 fuzis (calibre 5.56 e 7.62, armas automáticas poderosas) e 89 pistolas (calibre 380 e P40, utilizadas pela polícia). O então secretário de Segurança de São Paulo, Ronaldo Marzagão, que visitou o local, gravou entrevista para a rádio dizendo que "as condições de armazenamento dessas armas poderosas eram absurdas".

Os dez ladrões fugiram pelo mato e desapareceram, certamente recolhidos por pelo menos quatro carros e quatro motoristas que os aguardavam em local previamente combinado. No meio jornalístico, o comentário era de que o golpe havia sido planejado pelo PCC. Mais uma vez, o Exército e as polícias vão ter que procurar o inimigo dentro da própria caserna. (E depois ainda vem o pessoal liberal querendo proibir a venda de armas no país, quando todo mundo sabe que o material bélico usado pelo crime organizado não é vendido em

lojas. Vem do exterior — ou é "retomado" das próprias forças públicas de segurança.)

Apenas três dias após o assalto ao Centro de Treinamento Tático, outro golpe audacioso: no domingo, 8 de março, um bando armado invadiu um quartel do Exército em Caçapava, a 116 quilômetros de São Paulo, e roubou mais sete fuzis FAL. Dada a proximidade dos locais invadidos (uma região de 150 quilômetros quadrados, no Vale do Paraíba), tudo leva a crer que foi o mesmo grupo. E se foi, revela um elevado grau de organização e planejamento, não só pelo assalto em si mas também pela infraestrutura de fuga, abrigo para os veículos e esconderijo para as armas. Dez dias depois do assalto à unidade de Caçapava, o Exército desencadeou uma grande operação para recuperar as armas roubadas. Quinhentos e vinte homens, dois helicópteros e veículos blindados da classe Urutu, com metralhadoras e lançadores de granadas, ocuparam bairros populares da região, estradas e rodovias.

Na véspera de o Exército lançar a operação Ypiranga, para recuperar as armas, delegados do Departamento de Investigação do Crime Organizado (Deic) deram entrevista aos meios de comunicação informando que "não está descartada a possibilidade de o PCC estar envolvido nessas ações". No dia 18 de março de 2009, vale lembrar, o secretário de Segurança do estado de São Paulo pediu demissão, alegando motivos pessoais. O pedido foi imediatamente aceito pelo governador José Serra (PSDB-SP). A operação do Exército não deu em nada, mas a polícia civil conseguiu, nos meses seguintes, recuperar seis dos fuzis roubados e prender alguns envolvidos no roubo das armas. Era gente ligada ao PCC.

Meses depois, quatro dessas armas de guerra foram apreendidas no Rio de Janeiro. A polícia fluminense informou que os ladrões paulistas venderam o armamento para o Comando Vermelho, a preços em torno de 7 mil dólares a unidade, alimentando a violência entre o Poder Público e os bandos armados. Por ocasião dessa apreensão, a polícia informava que havia ocorrido uma supervalorização no preço do armamento militar no submundo. Fuzis automáticos modernos e metralhadoras calibre 30 milímetros, fabricadas durante a Segunda Guerra, teriam alcançado preços entre US$ 15 mil e US$ 20 mil.

O único paralelo histórico de um roubo de armas militares de tais proporções, no Brasil, ocorreu quarenta anos antes, em 1969. Foi quando o capitão Carlos Lamarca desertou do 4º Regimento de Infantaria do Exército, em Quitaúna, Osasco, para ingressar na luta armada contra o regime militar. Lamarca, com ajuda de outros militares, entre eles o sargento Darcy Rodrigues, o cabo Mariani e o soldado Roberto Zanirato, deixou o quartel a bordo de uma Kombi carregada com setenta fuzis FAL, pistolas e dezenas de milhares de cartuchos calibre 7.62. Sobre o capitão e seus companheiros desabou a fúria da ditadura. Lamarca foi o único brasileiro, na história da República, a ser declarado oficialmente "traidor da pátria". Antes dele, só José Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes, durante a Inconfidência Mineira (1789).

Lamarca entrou para a organização clandestina de esquerda Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Mandou a mulher, Maria Pavan, e os dois filhos para Cuba, antes de montar um centro de treinamento de guerrilhas na região do Vale do Ribeira, a área mais

pobre do interior de São Paulo, com amplas áreas florestais e rios. Foi cercado por 1.500 homens das Forças Armadas e da polícia militar estadual, em abril de 1970. Tanques, aviões e helicópteros foram empregados contra o grupo, que não teria mais de vinte ou trinta integrantes. Mas "o capitão da guerrilha" rompeu o cerco militar em 10 de maio do mesmo ano e desapareceu. Envolveu-se em assaltos a banco em São Paulo e no Rio e comandou o sequestro do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, que seria trocado por presos políticos.

O governo militar considerava a captura de Carlos Lamarca uma questão de honra. Ele terminou sendo localizado em Brotas de Macaúbas, no sertão baiano, onde existe hoje o município de Ipupiara. Foi fuzilado pelos militares em 17 de setembro de 1971, junto com o "companheiro Zequinha" (o metalúrgico José Campos Barreto), também integrante da VPR. No local onde o militar tombou foi inaugurada, em 2007, a praça Capitão Carlos Lamarca. Uma estátua, um anfiteatro e uma fonte luminosa, em pleno sertão, marcam o lugar. O dia 17 de setembro foi declarado feriado municipal. (Para maiores detalhes, ver *O capitão da guerrilha*, de Emiliano José e Oldack Miranda, Global, 1986; *Comando Vermelho — A história secreta do crime organizado*, de Carlos Amorim, Record, 1994; *A ditadura escancarada*, de Elio Gaspari, Companhia das Letras, 2002.)

Prender ou matar os fora da lei não basta. Mesmo depois de todo o esforço para deter e julgar os criminosos, a atividade deles continua eficiente por trás das grades. Negociar diretamente com os criminosos é uma prática usual dos governos e das polícias. Durante o chamado "levante do PCC", quando a organização atacou prédios públicos e

matou agentes da lei, como veremos mais adiante, o governo de São Paulo disponibilizou um helicóptero para que uma "comissão de negociação" fosse aos presídios do interior do estado se encontrar com líderes do PCC, a fim de cessar a onda de violência iniciada em maio de 2006.

Dentro das cadeias brasileiras há alguns itens que os presos organizados não abrem mão e que lhes permitem continuar em contato com o mundo exterior, comandando seus negócios e até negociando com as autoridades públicas. A comunicação por telefones celulares é o item principal. Pode-se pagar até 5 mil reais por aparelho, que chega às celas por intermédio dos funcionários dos presídios e de advogados e parentes. Nas cadeias onde há bloqueadores de celulares, os detentos usam de um expediente simples para burlar os sistemas eletrônicos de interferência nas chamadas: provocam um pequeno curto-circuito numa tomada, por exemplo, ou numa lâmpada, gerando queda da energia. O conserto demora uns 15 minutos, talvez meia hora, tempo que dedicam a transmitir suas mensagens. Utilizam celulares pré-pagos, pouco controlados pelas operadoras. Ou aparelhos clonados de cidadãos comuns.

Um dos sequestradores do empresário Abílio Diniz, dono do grupo Pão de Açúcar, ocorrido em 11 de dezembro de 1989, foi o canadense David Spencer, ex-militante de esquerda ligado ao MIR (o Movimento de Esquerda Revolucionária do Chile) e à FMLN (Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional), de El Salvador. Spencer esteve encarcerado no presídio do Carandiru, em São Paulo, depois de uma condenação a 28 anos de prisão por causa do sequestro. Aos 26

anos de idade, era estudante universitário no Canadá e um especialista em comunicações. Na cadeia, ensinou aos bandidos do PCC como construir centrais telefônicas que não seriam detectadas pelas autoridades. Por meio das "centrais telefônicas do PCC", os criminosos organizados estabeleceram uma extensa rede de comunicações entre as quadrilhas. Organizaram rebeliões e praticaram inúmeras extorsões e falsos sequestros via celulares. Segundo a polícia paulista, chegaram a ocorrer cem casos por dia. A maioria das ligações vinha de presídios cariocas, de galerias controladas pelo Comando Vermelho. Eu mesmo recebi uma dessas ligações. Uma garota, aos prantos, se passava por uma das minhas filhas:

— Papai — gritava a jovem ao telefone —, fui assaltada. Eles me colocaram no porta-malas do carro... Agora você tem que vir me soltar...

Como as minhas filhas não moravam mais em São Paulo, comecei a rir. E a ligação foi interrompida repentinamente. No identificador de chamadas do meu aparelho aparecia: "número desconhecido". Esta — segundo a polícia paulista — foi uma contribuição de David Spencer à bandidagem. Spencer e a mulher dele, a estudante Christine Lamont, chegaram ao Brasil em julho de 1989, cinco meses antes do sequestro de Abílio Diniz. Usando passaportes falsos e cartas de recomendação de universidades canadenses, também fajutas, alugaram duas casas em São Paulo. Uma delas, no bairro do Jabaquara, zona sul da capital, foi o último cativeiro do empresário, localizado pela polícia poucos dias após o sequestro.

Spencer e Christine ficaram presos até 1996. Um movimento internacional de solidariedade sensibilizou vários políticos, intelectuais e jornalistas brasileiros, entre eles o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e autoridades governamentais. Mas as opiniões estavam divididas. O governo canadense exerceu forte pressão sobre os ex-presidentes Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, para que Spencer e Christine fossem mandados de volta. Itamar Franco chegou a comentar com os repórteres: "Será que esses canadenses", referindo-se ao primeiro-ministro Jean Cherétien, que o encontrou na Cúpula das Américas, em Miami, "não têm nada mais para fazer?" Itamar ficou irritado porque o premiê canadense usou o encontro de Miami para pedir novamente a libertação de Spencer e Christine. (Para maiores detalhes, ver *Uma questão de justiça,* Record, 1995, da autora canadense Isabel Vincent, que tem prefácio de Boris Casoy e comentários de Paulo Henrique Amorim.)

O casal de sequestradores acabou sendo deportado para o Canadá e passou pouco tempo numa prisão daquele país. David Spencer e Christine Lamont estão soltos desde então. Ao longo deste livro, voltarei à presença e à atuação dos "chilenos" no Brasil, apelido pelo qual os sequestradores estrangeiros são conhecidos nas organizações criminosas e nas cadeias.

No interior das celas, o crime organizado também providencia uma série de dispositivos para dar acesso aos prazeres da vida que seus integrantes mantinham fora das grades. Como sabemos, a comida da cadeia, sendo muito ruim, é melhorada — ou substituída — por uma série de produtos trazidos por familiares e

contrabandeados por agentes penitenciários. Essas remessas de produtos são conhecidas como “jumbo”. São entregues aos presos nos dias de visita, geralmente por parentes. Incluem açúcar, sal, doces, café, arroz e feijão, enlatados, fósforos e isqueiros, cigarros e outras mercadorias de interesse dos presos. Muitas vezes, junto com os “jumbos”, entram na cadeia telefones celulares e drogas. Material de higiene pessoal e remédios são fundamentais. Em alguns casos, os presos simplesmente pedem pizzas e outros pratos por serviços de entrega. E os guardas fazem de conta que não veem. Em agosto de 2008, o complexo penitenciário de Bangu, presídio 8, no Rio, recebeu uma encomenda de “lagosta ao termidor” durante a noite. O pedido teria sido feito pelo ex-banqueiro Salvatore Cacciola, 64 anos, recém-extraditado de Mônaco para o Brasil e proprietário do falido banco Marka, condenado a 13 anos de prisão por crimes contra o mercado financeiro e fraudes diversas, que somaram prejuízos de 1,6 bilhão de reais. O escândalo das fraudes data de 1999, no auge da crise cambial do governo Fernando Henrique.

Salvatore Cacciola foi preso pela Polícia Federal em 7 de julho de 2000 no Kurotel, um spa de luxo frequentado por artistas e políticos na cidade de Gramado, na serra gaúcha. Reclamou muito a respeito de arbitrariedades da polícia e do “estardalhaço da mídia” em torno do caso. Ficou detido um mês, em cela especial da PF, até que na tarde de 14 de agosto o ministro Marco Aurélio de Mello, do STF, concedeu habeas corpus ao ex-banqueiro. O ministro se baseou nas leis vigentes, que garantem o “amplo direito de defesa”. Com a vantagem de responder em liberdade aos processos, fugiu do país na noite do mesmo dia em que recebeu o benefício. Seguiu de carro até o

Paraguai, passou para a Argentina e tomou um avião para Roma. Não foi importunado nas fronteiras nem no aeroporto. (Ver *Eu, Cacciola, confesso*, livro de sua autoria publicado pela Record em 2001, no qual relata sua fuga.) Salvatore Cacciola, nascido em Milão, Itália, tem dupla cidadania, brasileira e italiana. E a Itália, como sabemos, nunca extraditou acusados de crimes cometidos no Brasil, quando se trata de cidadãos italianos. Cacciola passou sete anos foragido em Roma. Como definiu um de seus advogados, Antônio Carlos de Almeida Castro, uma "doce prisão" (caderno Dinheiro da *Folha*, 16 de setembro de 2007).

O banqueiro acusado de trambiques bilionários no *patropi* viveu uma vida de nababo na Itália. Até que cometeu um erro primário, subestimando a própria inteligência. Entediado, resolveu tirar férias no Principado de Mônaco. O pequeno país vizinho, famoso pela corrida urbana de Fórmula 1, fala italiano, mas não segue as mesmas leis da Itália. Ao desembarcar, no dia 15 de setembro de 2007, encontrou um mandado de prisão da Interpol (a polícia internacional) e foi em cana imediatamente. Já saiu do aeroporto trancafiado e com forte escolta. Passou dez meses numa masmorra medieval com vistas para o mar. Foi extraditado para o Brasil e chegou ao Rio de Janeiro acompanhado de oito agentes federais e um procurador da República. O jato vindo de Mônaco tocou a pista do aeroporto Tom Jobim, no Rio, na madrugada de 17 de julho de 2008. A bordo, segundo boletim da agência de notícias Reuters (relato do repórter Rodrigo Viga Gaier), estava a estudante Heloísa Helena de Almeida. Ela comentou:

— Ele [Cacciola] não estava algemado e parecia muito tranquilo,

com cara de férias.

Depois de passar por duas instalações do sistema penal carioca (Ary Franco e Gericinó), Salvatore Cacciola encontrou endereço definitivo em Bangu 8, um dos presídios do bairro mais quente e poluído da cidade, onde está confinada a liderança do crime organizado. Há quem comente que Cacciola melhorou muito a vida de seus companheiros de prisão, encomendando comida de ótimos restaurantes, garantindo-lhes bom tratamento atrás das grades. O último advogado conhecido do ex-banqueiro, Carlos Ely Eluf, negou veementemente a acusação de que seu cliente encomendava lagosta para suas refeições na cadeia. Chegou a dizer que Cacciola "é alérgico a frutos do mar". O sistema penal prometeu "uma investigação rigorosa" da denúncia. Até encerrar este livro, não li uma única linha sobre resultados da investigação rigorosa.

Outro ponto importante para as organizações criminosas dentro dos presídios é o fornecimento regular de remédios. Há uma quantidade enorme de presos doentes, alguns crônicos. E o sistema penal só oferece atendimento ambulatorial de emergência. Quando o caso é grave, a única alternativa é transferir o detento para hospitais públicos, mas isto requer escolta policial e sempre há a possibilidade de um resgate por parte dos cúmplices ainda soltos. Manter uma "farmácia paralela" na cadeia sempre foi um modo de obter apoio e respeito da massa carcerária. Existem muitos internos que são pacientes de doenças incuráveis, como Aids, diabetes, problemas renais e cardíacos. A higiene precária provoca infecções de pele, no couro cabeludo e outros males. Desde os tempos da primeira

organização do Comando Vermelho, no Instituto Penal Cândido Mendes, Ilha Grande, início dos anos 1980, a liderança dos presos já sabia que um bom estoque de remédios ajudava a recrutar novos membros para a organização. O CV, principalmente, "adotava" os presos mais antigos, abandonados pelas famílias. Estes se tornavam "robôs", aqueles que assumem os crimes cometidos por outros dentro do sistema penal, porque já não têm mais nada a perder. Remédios, drogas, armas e cigarros são importantes moedas de troca no sistema. Por esses produtos essenciais, incluindo cobertores, escovas, pasta de dentes e papel higiênico, muita gente mata e morre atrás das grades.

Aliás, o surgimento das facções criminosas acabou com a maioria dos crimes avulsos nas cadeias. A cobrança de "pedágio" entre as galerias, o ataque sexual, o roubo de utensílios pessoais passaram a ser punidos com a morte. "O inimigo está fora das celas, aqui somos todos irmãos e companheiros", diziam os primeiros documentos do Comando Vermelho. O PCC também adotou esse critério, aumentando seu respeito junto à massa carcerária.

O mercado negro das armas no sistema penal é ainda mais complicado. Os presos costumam arrancar pedaços de ferro das grades e do revestimento das paredes para fabricar os estoques, facas improvisadas. Colheres raspadas no chão de cimento também viram pontiagudos instrumentos de ataque e defesa. Alguns, habilidosos, transformam barras de sabão em simulacros de revólveres e pistolas, que depois são pintados de preto, para ameaçar desafetos e guardas. Mas há também o contrabando de armas de verdade, introduzidas na cadeia peça por peça. Podem chegar ao condenado dentro de pães e

bolos, na boca ou na vagina das companheiras, durante as visitas. Peça por peça, num processo de contrabando que pode durar meses para montar uma mesma arma. Ou então pagam aos funcionários da cadeia uma boa grana para receber de uma só vez uma arma inteira. Isto, no entanto, é só para os chefões.

Na única rebelião ocorrida no presídio de segurança Bangu 1, no Rio, em 11 de setembro de 2002, quando o Comando Vermelho acertou contas com os inimigos, havia várias armas dentro das celas. Diz a lenda que um fuzil automático americano AR-15 foi usado na batalha em que foi morto o principal inimigo do Comando Vermelho, o traficante Uê (Ernaldo Pinto de Medeiros), comandante do Terceiro Comando. O AR-15 é uma arma poderosa, de uso militar, fabricada pela Armalite, divisão da Colt Industries, responsável pelo arsenal de infantaria do Exército dos Estados Unidos. Mede quase 1 metro de comprimento e pesa cerca de 5,5 quilos. Usa munição calibre 7.62 padrão Otan ou 223 Remington, esta última de alta velocidade e impacto. Estaria mesmo dentro de Bangu 1? O fuzil M-16 (AR-15-A1) se divide em 16 partes. A maior delas, o cano, tem 60 centímetros de comprimento. Estaria mesmo lá? E a munição, *full metal jacket*: como entrou na cadeia?

Além de todos esses detalhes, a rebelião de Bangu 1 ficou famosa por ter ocorrido na data de um ano dos atentados da al-Qaeda contra as Torres Gêmeas, em Nova York, e porque uma ligação telefônica de Fernandinho Beira-Mar para seus cúmplices fora da cadeia, gravada pela polícia, informava:

— Tá tudo dominado. As duas torres caíram.

As "duas torres" eram Uê, assassinado, e Celsinho da Vila Vintém

(Celso Luís Rodrigues), que se rendeu ao CV. Treze dias após a rebelião, a polícia prendeu o agente penitenciário Marcus Vinícius Tavares Gavião, o Playboy, acusado de ter vendido, por 200 mil reais, três pistolas automáticas para os homens do Comando Vermelho. A negociação teria sido feita por Marcelo PQD, o ex-paraquedista do Exército Marcelo Medeiros (um dos auxiliares de Fernandinho Beira-Mar, segundo o delegado Ricardo Hallak, da Divisão de Repressão ao Crime Organizado — a Draco). Dos 25 agentes penitenciários de Bangu 1, 21 deles acusaram Playboy de receber dinheiro do CV para entregar as pistolas. Chegaram a dizer que o negócio valeu 400 mil reais para o agente, incluindo as armas e cópias das chaves de todas as galerias. No dia da rebelião, Playboy faltou ao trabalho. (Para mais detalhes sobre o caso, leia a boa reportagem de Vera Araújo, repórter de *O Globo*, publicada na *Época Online* de 24 de setembro de 2002.) Já sobre o tal AR-15, parece que é lenda mesmo.

Só que os presos organizados, além de comida e acertos de contas, também têm outras preocupações. Têm o problema da diversão, que ninguém é de ferro. Contratação de mulheres para entreter os presos, torneios de futebol com prêmios e churrascos. Tudo, é claro, com dinheiro dos encarcerados. E com o beneplácito dos carcereiros. Um guarda de cadeia, incluindo benefícios, ganha pouco mais de 2 mil reais por mês. Um traficante ganha centenas de milhares — e até milhões. (O movimento de drogas controlado por Uê era estimado pela Polícia Federal em 10 milhões de dólares ao ano. Com outros negócios e aplicações, mais de 1 milhão de dólares por mês.) Essa relação entre o bandido rico e o funcionário pobre do sistema penal

está na base dos escândalos de corrupção e de violência interna nos presídios. Certa vez, quando eu escrevia o primeiro livro desta trilogia, *Comando Vermelho — A história secreta do crime organizado*, entrevistei um sargento da Polícia Militar do Rio de Janeiro, cujo nome não posso declinar, um dos responsáveis pela segurança externa do presídio de Bangu 1, onde estava encarcerada a elite da bandidagem carioca. Ele me contou que, para ir para casa de ônibus, escondia a farda e colocava a cédula de identidade da PM no sapato. Enquanto isso, nos dias de visita, costumava ver "as famílias dos presos mais importantes chegarem de carro importado com motorista e segurança". Aparentemente, caro leitor, este é um problema insolúvel.

O problema da corrupção é tão grave no Brasil, que praticamente invalida a maioria dos esforços para melhorar as condições de segurança e, principalmente, de aplicação da justiça. No caso do roubo das armas do Estabelecimento Central do Exército, no Rio, o Ministério Público Militar denunciou sete pessoas: quatro militares da ativa, incluindo um sargento, dois ex-militares e um traficante. Ou seja: a maioria absoluta dos criminosos estava, de uma forma ou de outra, envolvida com o próprio Exército. "O sargento Humberto Freire", de acordo com a *Folha Online*, "foi preso no dia 22 de março (de 2006) e solto no dia seguinte, por força de um habeas corpus." É assim que a coisa funciona. Ou *não* funciona.

4

AO CITAR A "GUERRA" no Rio de Janeiro (os jornais falam abertamente em "guerra civil" ou "guerra urbana"), o governador Sérgio Cabral apenas confirmou um estado de coisas que as agências internacionais já notavam havia dez anos. As Nações Unidas classificam como "guerra de baixo impacto" os conflitos que resultam em pelo menos 15 mil mortos por ano. Aqui nós matamos mais do que isso, ou quase isso, só no Rio e em São Paulo. Um relatório da Unesco nos dá a cena terrível: entre 1979 e 2003, os crimes provocados por armas de fogo no Brasil resultaram em 550 mil mortos. Deste total, 205.722 tinham entre 15 e 24 anos de idade. O documento do instituto da ONU tem outra informação estarrecedora: em 1979, 2.208 jovens foram mortos a tiros; em 2003, o número saltou para 16.345. Um aumento de 650%. Só isso já colocaria o Brasil na definição de estado de guerra.

Considerando a média nacional superior a 50 mil homicídios por

ano, entre 2003 e 2008 já teriam ocorrido mais 250 mil mortes violentas no país. Este número, somado àquele do estudo da Unesco, elevaria para 800 mil os casos, num espaço de trinta anos. É mais do que as mortes ocorridas em cinquenta anos de guerra civil na Colômbia.

Já fui chamado de exagerado ao escrever que o país vive uma guerra civil não declarada. Foi em 1994, quando publiquei o primeiro livro sobre o tema (*Comando Vermelho — A história secreta do crime organizado*). Exagero? Então, vejamos: o Centro Israelense de Informação sobre Direitos Humanos nos Territórios Ocupados informa que 467 crianças e adolescentes foram mortos por armas de fogo em Israel e na Palestina entre dezembro de 1987 e novembro de 2001. Aquela é uma região do mundo assolada por guerras alternadas desde 1948. No mesmo período pesquisado pelos israelenses, só no Rio de Janeiro, 3.937 jovens perderam a vida em confrontos armados. A matança carioca, em igual espaço de tempo, foi oito vezes maior. É preciso notar ainda que estes números se referem a um momento em que a violência no Brasil não tinha alcançado os picos de agressividade que marcam o período 2001-2008. (A íntegra desses documentos, mais as estatísticas do Children in Organized Armed Violence — COAV —, podem ser encontradas no site do projeto Viva Rio.)

A cada ano, cerca de 150 mil brasileiros morrem de causas não naturais. São acidentes de trânsito, incêndios, desabamentos, enchentes, suicídios, obras públicas que caem sobre as pessoas (como no caso do metrô estação Pinheiros, São Paulo, em 2007), ou

acidentes aéreos (casos como os da Gol e da TAM, em um espaço de dez meses, entre 2006 e 2007, fizeram mais de trezentas vítimas). Mas o que salta aos olhos são os 56 mil homicídios por ano (quase 40% das mortes violentas), concentrados entre os 12 e os 29 anos de idade. Um verdadeiro holocausto da nossa juventude.

Metade dessas mortes a bala são consideradas execuções sumárias, em consequência de disputas no tráfico de drogas e acertos de conta entre gangues. Há, também, muitos casos de fuzilamentos sumários praticados pelas polícias. Na edição de 25 de fevereiro de 2009, a revista *Veja* (edição online) publicou matéria informando que o Departamento de Estado norte-americano havia divulgado um relatório denunciando "mortes ilegais no Brasil". Segue um trecho da reportagem:

> Segundo o relatório, as mortes ilegais provocadas por policiais "foram generalizadas no país". Só no Rio de Janeiro, de janeiro a setembro de 2008, 911 pessoas foram mortas. Embora o número seja 12% inferior ao registrado no mesmo período de 2007, ele ainda preocupa, de acordo com o documento. (...) O Departamento de Estado explica que, "em muitos casos", os policiais empregaram "força letal de forma indiscriminada durante apreensões e mataram civis, apesar da ausência de risco para eles". Além disso, o relatório aponta que as mortes de civis foram precedidas de "grave perseguição ou tortura por parte dos agentes".

Como o Brasil não investiga assassinatos de gente pobre, aqueles que não saem nos jornais e na televisão, não há como garantir a exata veracidade de tais estatísticas. Os números podem ser ainda mais escabrosos, até porque muitos crimes de morte são maquiados nas informações oficiais. Aparecem como "de causa desconhecida". No entanto — e nisso as estatísticas oficiais são taxativas —, sabemos:

só 1% dos crimes cometidos no território nacional resultam em condenações judiciais. É um desempenho que nos coloca sob críticas do mundo inteiro. Matamos impunemente. A possibilidade de um homicida conhecer as grades brasileiras é quase nula. Matematicamente, improvável. Isso nos conduz — ou nos reduz — ao porão da civilização.

A pesquisadora Julita Lemgruber, coordenadora do Centro de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes, do Rio, ex-diretora do Departamento do Sistema Penitenciário (Desipe) do Estado, declarou à rádio CBN que "só 4% dos crimes de homicídio no Rio são esclarecidos", numa demonstração de "quase total impotência da polícia".

Na *Folha* de 21 de janeiro de 2009, o secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Álvaro Ciarlini, desabafava: a situação da Justiça no país "é alarmante". Segundo ele — e esta não é uma pessoa qualquer —, "60% das ações que chegam ao Judiciário ficam paradas". (Na minha opinião, a *Folha* se transformou no jornal com a melhor pauta do país, justamente porque coloca o dedo nessas feridas.) Acompanhe um trecho da reportagem de Felipe Seligman, da sucursal do jornal em Brasília:

> Dados inéditos sobre o Judiciário brasileiro revelam que tramitavam 68,2 milhões de processos em 2007, ou uma ação para cada três brasileiros. A grande quantidade, aliada à falta de planejamento, resulta no seguinte: 60% das causas não são analisadas no ano em que são protocoladas.

Acredite. Quase 70 milhões de processos se arrastando pelos corredores da Justiça. Um exemplo dramático: dos parentes das 55

vítimas fatais do naufrágio do *Bateau Mouche*, ocorrido na praia de Copacabana na noite de Ano-Novo de 1988, 21 anos atrás, muitos deles continuam sem indenização até hoje. E mais: no caso do desabamento do edifício Palace 2, na Barra da Tijuca, em 22 de fevereiro de 1998 (um sábado de Carnaval), oito pessoas morreram e cem famílias perderam tudo o que tinham; mas até agora, 11 anos depois, metade dos prejudicados não teve suas reivindicações atendidas. O empresário Sérgio Naya, dono da construtora responsável, já morreu, vítima de enfarte, e o caso continua arrastando suas correntes pelos porões do Judiciário. A partir desses exemplos, que envolvem pessoas com alguma posse, podemos imaginar o que acontece com os pobres, que sempre dizem confiar na Justiça. Aliás, só os pobres dizem isso. Os ricos acreditam mesmo é no dinheiro e no poder de seus engravatados advogados.

O estado de "guerra civil não declarada" no Brasil é amplamente reconhecido por pesquisadores de todo o mundo. Entre nós, jornalistas, historiadores e sociólogos, já estamos todos convencidos de que não há outra forma de classificar o que está acontecendo nas grandes cidades do país. Recentemente, uma nova publicação trouxe mais argumentos para o entendimento do tema. Um militar de carreira do Exército brasileiro, Alessandro Visacro, estudioso de "terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da História", ofereceu aos leitores um livro de 380 páginas (*Guerra irregular*, Contexto, 2009) recheadas de informações fundamentais. No capítulo "Brasil: a guerra oculta", o comandante da 3ª Companhia das Forças Especiais, subordinada ao Comando Militar da Amazônia,

escreveu:

> O poder público não dispõe de políticas e recursos orçamentários que lhe permitam combater efetivamente a violência em sua origem. As corporações policiais não acompanham a evolução organizacional e tecnológica do tráfico de entorpecentes e de armas. A legislação brasileira é inadequada. O sistema carcerário tornou-se parte delicada do problema. O mercado consumidor interno de drogas ilícitas se expande, e com ele, o patrocínio aos segmentos armados do narcotráfico. O crime organizado amplia gradualmente, de forma tangível e intangível, sua esfera de influência. Milhares de jovens aguardam a oportunidade de ingressar na hierarquia dessas organizações clandestinas. Seus principais líderes tornam-se populares ao acrescentar um falso apelo social às suas práticas criminosas.

Segundo o militar, este é o pano de fundo da "guerra oculta" no Brasil. Acompanhe mais um trecho esclarecedor:

> Os números da violência no país são assustadores e exigem uma profunda reflexão a respeito. Segundo dados do IBGE, entre 1980 e 2000, o índice de homicídios cresceu 130%. Aqueles provocados por perfuração por arma de fogo cresceram de 43,6% para 68,3%, no mesmo período. (...) o número de mortes violentas no Brasil supera conflitos armados como no Vietnã, na Bósnia, na Irlanda ou no Peru conturbado do Sendero Luminoso.

Até mesmo destacadas organizações terroristas, com longa trajetória de luta, tornam-se inexpressivas se comparadas com algumas das facções criminosas brasileiras ligadas ao narcotráfico, como o Primeiro Comando da Capital, o Comando Vermelho ou o Terceiro Comando. Estima-se, por exemplo, que o grupo armado separatista basco ETA tenha sido responsável por seiscentas mortes entre 1968 e 1991 — um número irrisório para os padrões da

violência urbana no Brasil.

O trabalho de Alessandro Visacro entra com destaque no rol das obras necessárias para a compreensão do problema da violência armada no país, que já consumiu duas ou três gerações de jovens. Cinco anos antes da publicação de *Guerra irregular*, um médico chamado Luís Mir, pesquisador do ambiente de traumatologia nos hospitais brasileiros, ao analisar a gravidade dos ferimentos provocados por armas de guerra e outros eventos (automóveis cada vez mais potentes para motoristas cada vez menos competentes, por exemplo), declarou que havia um estado de guerra no Brasil. Fez uma inacreditável compilação de estatísticas oficiais e terminou por publicar um livro de quase mil páginas — 946, para ser exato — chamado *Guerra civil, Estado e trauma* (Geração Editorial, 2004), em que oferece aos pesquisadores números impressionantes do conflito instalado na sociedade brasileira. Vou citar alguns trechos:

> O Estado brasileiro optou pela guerra civil. Algo que não se pode sustentar, que não se pode justificar, que não é correto e que se deixa levar e se arrastar por ele. Como um vírus que o leva à loucura.

Vamos insistir um pouco no trabalho de Luís Mir:

> A guerra colhe suas vítimas precisamente dentro dos pobres, miseráveis, vítimas do fogo cruzado e das balas assassinas que nunca se perdem, as vítimas do barbarismo da micro e da macrocriminalidade, do fogo amigo da polícia nas cidades do país, execução sumária a que estamos todos sujeitos, independente de etnia, cor, sexo, idade, renda. Na discussão sobre a guerra e suas razões, aparece a premissa intocável: o homem é desnecessário.

E agora informações fortíssimas citadas pelo médico:

> A Organização Mundial da Saúde avaliou que o Brasil gasta mais de 25 bilhões de reais por ano somente com o atendimento à saúde das vítimas da violência, o que é quase o orçamento do Ministério da Saúde de 2002 (28,9 bilhões de reais). Na América Latina, apenas a Colômbia excede o Brasil.

Nos hospitais públicos do Rio de Janeiro, os médicos tiveram que fazer especialização em "medicina de guerra", junto às Forças Armadas e até no exterior, para aprender como tratar pessoas feridas com armas militares, que provocam ferimentos muito mais graves e complexos. As munições calibre 223 e 556, de alta velocidade, costumam fazer trajetórias bizarras no corpo das vítimas, pulverizando ossos e destroçando órgãos. Cuidar desses ferimentos requer conhecimento de balística e técnicas especiais para deter hemorragias usadas em campos de batalha. Nenhuma surpresa: nossas favelas e periferias estão mesmo transformadas em campos de batalha.

Em 1982, mais de duas décadas antes do livro de Luís Mir, a revista *Veja* publicou uma reportagem de capa com o título "A guerra civil no Rio", quando a cidade completava o assassinato de número 2.000 daquele ano — uma mulher nua, com sinais de violência sexual e ferimentos de bala, encontrada dentro de um poço artesiano, num loteamento miserável da Baixada Fluminense. Era a primeira vez que a grande imprensa afirmava o estado de beligerância instalado em nossa sociedade. Nos anos seguintes, o noticiário foi ficando mais e mais explícito nessa questão da guerra não declarada, inicialmente no

Rio mas posteriormente se alastrando para São Paulo e outras grandes capitais. De início, parecia um exagero sensacionalista. Depois, foi ficando cada vez mais sério. A ponto de até os jornais mais conservadores, como *O Estado de S. Paulo*, adotarem a mesma terminologia. Agora, nenhum de nós duvida do estado de guerra vivido no país.

Em outubro de 2001, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro promoveu um debate chamado Globalização e Violência, cuja transcrição integral está na biblioteca online da Escola Superior de Guerra, centro de excelência dos estudos estratégicos brasileiros. Neste debate, foram apresentados inúmeros conceitos teóricos a respeito do incremento da violência e do crime organizado em escala global. "Uma expansão diretamente relacionada com o aumento das contradições econômicas e sociais no mundo moderno."

O tema do confronto armado nos países pobres fica bem claro no documento. Ou seja: a perspectiva da guerra civil não é uma novidade entre os estudiosos. Mas os nossos governantes, políticos e as elites do país atravessaram todos esses sinais vermelhos sem dar a menor bola para o assunto. Nosso atraso na compreensão do problema soma mais de vinte anos. Quando a violência armada desabou sobre todas as classes sociais, fazendo vítimas fatais até na alta burguesia, a partir do final dos anos 1990, acabou-se a brincadeira, o faz de conta de que isso era um problema da periferia.

De novo, vou citar o ministro da Justiça, Tarso Genro, no mesmo artigo da *Folha*, em 29 de junho de 2008:

> (...) a violência substitui, paulatinamente, todas as demais formas de mediação social,

> absorvendo inclusive a política. A esfera pública se dilui, degradada por redes de criminosos.

Referindo-se às milícias armadas, que ocupam bairros populares, especialmente na zona oeste do Rio de Janeiro, compostas de políticos municipais, policiais, ex-policiais e até bombeiros, que expulsaram os pequenos traficantes, o ministro acrescenta:

> As milícias são um mal que constituem também um alerta sobre o surgimento de precondições para a militarização da política e a politização da criminalidade, o que significaria colocar em crise profunda o Estado de direito. Interromper esse processo perverso será viável por meio de uma conjugação de forças, com os partidos e acima deles, de forma que não se aceite a tutela do crime sobre a política e o Estado.

No dia 12 de janeiro de 2009, o secretário de Segurança Pública do Rio, José Mariano Beltrame, deu entrevista coletiva (ver agência Reuters, noticiário das 20h03) informando que o crime organizado estava instalado em um terço das favelas e dos bairros pobres da capital fluminense. Citou a presença de "um poder paralelo, do crime organizado". Os bandidos, segundo ele, controlam um terço das comunidades carentes. Então, vamos ver o que isso significa: o Instituto Municipal Pereira Passos, da prefeitura do Rio, realizou estudo em que apurou a existência de 968 comunidades carentes na cidade; portanto, o crime organizado dominaria 322 delas. As milícias, grupos paramilitares surgidos dentro das forças de segurança do Estado, de acordo com a CPI instalada na Assembleia Legislativa, ocupariam mais de uma centena de favelas. Traficantes e milicianos são agora uma questão insolúvel para o Rio. O próprio secretário José Beltrame afirmou: "O problema da milícia é a politização do crime e,

ao mesmo tempo, a criminalização da polícia."

Sobre este assunto, a notícia da agência Reuters tem uma informação estarrecedora: "Segundo fontes, só na polícia, a estimativa é que 10%, de um efetivo de aproximadamente 38 mil policiais civis e militares (na verdade, o número é superior a 70 mil), tenham ligações com grupos paramilitares."

No final de 2003, início de 2004, chegou às livrarias o segundo volume deste meu trabalho, *CV-PCC — A irmandade do crime*, também pela Record. O texto de abertura do livro afirma o seguinte:

> No meio da noite, prédios públicos são atacados com rajadas de fuzis automáticos e metralhadoras. Bombas explodem em frente a repartições públicas. Comboios de homens armados percorrem as ruas depois da meia-noite. Param o trânsito em grandes avenidas, saqueiam — pessoas são mortas sem nenhuma razão. Magistrados são emboscados e mortos a tiros. Funcionários de alto escalão são ameaçados. Pelo mar chegam drogas e armas. É o cenário de uma guerra que não se quer admitir. Escolas, comércio e bancos fecham a mando de meninos descalços, que se dizem porta-vozes de grandes traficantes e bandidos. Todos obedecem. Inimigos dos bandos armados são apanhados, julgados e executados sumariamente. Os policiais escondem suas identidades e se protegem atrás de barricadas. Trinta mil presos chegam a se rebelar de uma só vez, atendendo ao comando de uma liderança de cinco homens.

Este texto foi lido no plenário do Senado Federal, em 25 de novembro de 2003, pelo senador Demóstenes Torres (DEM de Goiás, o antigo PFL). Foi um pronunciamento de 11 páginas escritas, mais comentários, que ocupou quarenta minutos na tribuna. O senador Romeu Tuma (DEM de São Paulo) fez comentários, informando que o que eu havia escrito era uma importante advertência sobre o futuro

do país e da soberania nacional. Ninguém se importou com isso. Talvez porque os comentários tenham partido de uma agremiação política seriamente vitimada pelos escândalos de corrupção. O Legislativo, como instituição, não fez nada, nem deu a mínima. O pronunciamento dos senadores saiu publicado num pé de página dos jornais. Banalidades.

Para o autor, que não tem vinculações políticas, a maior amargura é verificar que não há muita gente no Brasil preocupada com o estudo e as conclusões sobre uma das nossas maiores tragédias. A leitura de um texto como este, da tribuna do Senado Federal, não produz nenhuma consequência. E ainda houve quem considerasse que o livro, há 15 anos, pintava um cenário exagerado.

5

EM TERMOS DE ASSASSINATOS, nada se compara aos países esfomeados da África, onde, atualmente, mais de trinta conflitos armados (dados de 2005 da ONU) exterminam milhões de pessoas. Eventualmente, etnias inteiras desaparecem, num genocídio tão espantoso quanto rotineiro. São guerras tribais que se arrastam por séculos. Roedores e até leopardos famintos, por causa das agressões ao meio ambiente, atacam as pessoas. Moscas e formigas devoram crianças. Os vírus mais terríveis, como o HIV e o Ebola, devastam populações. Mulheres e crianças contaminadas pelo Ebola só não transmitem o vírus com maior intensidade porque morrem antes de conseguir deixar suas aldeias natais, após os primeiros sintomas. Há regiões da África em que um terço das pessoas são portadoras de AIDS. O planeta Terra, em suas porções modernas, voltou as costas para o continente africano. Talvez de maneira intencional, na busca de justificativas para uma "recolonização" destes territórios ricos em

minerais preciosos e petróleo.

Lá ainda existe mão de obra semiescrava, que trabalha por comida, como aqui. As instituições internacionais afirmam que a linha de miséria começa nas pessoas que têm um dólar por dia de renda. Esse patamar econômico, apenas um dólar de renda por dia, se aplica à maioria das populações africanas. Ou seja: uma hecatombe continental, produtora de escravidão, massacres e genocídio. Espantosamente, nesses anos de globalização, apesar da violência e da miséria (ou até por causa delas) há um grande movimento de investidores internacionais, especialmente chineses, em direção à África. Angola, Moçambique, Nigéria, Etiópia e Sudão são os principais alvos desse dinheiro que não se preocupa com questões humanitárias. Em consequência de tudo isso, a África se tornou o maior dos celeiros de mão de obra para o crime organizado e o tráfico. Palco privilegiado para os mercadores de armas de guerra. Centro de treinamento e seleção do terrorismo internacional, particularmente no Sudão e no Iêmen. Infelizmente, como veremos ao longo dos capítulos deste livro, esse problema vai sobrar também para o Brasil.

Muitos dos refugiados de guerra, principalmente dos países que falam português (Angola, Moçambique, Guiné, Açores, Cabo Verde), seja como idioma principal ou secundário, sonham recomeçar a vida no Brasil, especialmente no Rio e em São Paulo. Nigerianos e etíopes também. Muitos são veteranos das guerras tribais e de independência. Soldados experimentados em combate que vão aderir às "forças armadas" do tráfico nas duas maiores capitais brasileiras, atuando como instrutores de guerrilhas e de "guerra revolucionária". O

Comando Vermelho, o PCC paulista, o Terceiro Comando (dissidência do CV) e os Amigos dos Amigos (ADA), além de outras organizações menores, contrataram esses ex-militares africanos para suas fileiras. Porque dominam o uso das armas de guerra, explosivos, carros-bomba, técnicas de comunicação, incluindo monitoramento eletrônico de favelas e bairros controlados pelo tráfico.

No dicionário do submundo brasileiro, os soldados estrangeiros são chamados de "unitas", uma derivação de União Total para Libertação de Angola, o grupo guerrilheiro chefiado por Jonas Savimbe. Durante a guerra de emancipação das colônias portuguesas na África, entre 1965 e 1975, travada em plena Guerra Fria, o confronto entre grupos marxistas, apoiados pela então União Soviética, e os simpatizantes do capitalismo ocidental, apoiados pelos Estados Unidos, a França e a Inglaterra, levaram ao colapso do colonialismo português. O Movimento pela Libertação de Angola (MPLA), comandado pelo poeta-guerrilheiro Agostinho Neto, tomou o poder do país em 11 de novembro de 1975. A ele se aliou a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), enquanto que a Unita continuou a guerra de guerrilhas até fins de fevereiro de 2002, quando Jonas Savimbe, apoiado pela CIA, morreu de causas supostamente naturais. (Há quem diga que Savimbe foi envenenado, mas isto parece apenas uma teoria conspiratória.)

A Unita, um exército de cerca de 10 mil combatentes, se dispersou pelos países africanos ainda em guerra, como Serra Leoa e Somália, operando como grupos de mercenários. Uma pequena parte da força armada angolana, no entanto, emigrou para o Brasil. A maioria dessa emigração foi clandestina, em porões de navios, como

nos tempos da escravidão. Nosso país, extremamente benevolente com os estrangeiros que desejam viver e trabalhar aqui, protagonista de uma série de frequentes anistias para os residentes ilegais, não sabe quantos desses angolanos desembarcaram. Mas o termo "unita" virou verbete no dicionário do crime. É fácil de entender: o soldado angolano ou moçambicano, por exemplo, chega ao Rio com mulher e quatro filhos, vai morar nas favelas — é claro —, fala português e tem um currículo na luta armada. Onde conseguiria emprego mais fácil? No tráfico, evidentemente. A maioria dos jovens e adultos era viciada em drogas, porque os exércitos legais e os movimentos rebeldes forneciam regularmente uma droga chamada "Brown-Brown", mistura de cocaína e pólvora, que os combatentes cheiravam antes dos enfrentamentos. A combinação química resultava num estimulante que superava o sono e acirrava a ferocidade nos combates.

Um desses meninos-soldados africanos, Ishmael Beah, de Serra Leoa, foi recrutado à força pelo Exército do seu próprio país, quando tinha 12 anos. A aldeia dele havia sido reduzida a cinzas e a família, assassinada. Ishmael sobreviveu à guerra civil, foi recolhido por organizações humanitárias ligadas à ONU e emigrou para os Estados Unidos, onde chegou a discursar no plenário das Nações Unidas, levando os diplomatas às lágrimas ao descrever a sua participação no conflito de Serra Leoa. Ele escreveu um surpreendente livro de memórias (*Longe de casa — Memórias de um menino-soldado*, publicado no Brasil pela Ediouro, em 2007). Narra a violência da qual foi vítima e autor em palavras simples, que revelam toda a crueldade dos combates. Ishmael Beah, que se formou em ciências políticas e é

membro do Conselho de Relações Internacionais dos Estados Unidos, chegou a ser cogitado para o prêmio Nobel de literatura. Mas não foi aceito pelos organizadores da premiação, que só selecionam obras ficcionais. A história de Ishmael, um muçulmano africano, era verdadeira demais para a academia.

Outro menino-soldado africano, Uzodinma Iweala, nigeriano, escreveu *Feras de lugar nenhum* (Nova Fronteira, 2006), espantosa biografia, que ele dedicou a "todos os que já sofreram". Uzodinma escreveu seu livro quando já vivia nos Estados Unidos, aos vinte e poucos anos de idade, e estudava na Universidade de Harvard. Revelou as consequências do abandono de toda uma juventude na Nigéria, país pobre da África, envolvido com guerras internas e o tráfico de drogas. Ele confessa, com muitos anos de distância, o seu primeiro assassinato, com facão, porque o bando armado que o recrutou não dava armas de fogo para os meninos-soldados, a não ser depois de um batismo de sangue. A vítima foi um "inimigo" rendido, desarmado e de joelhos, um jovem como ele. Primeiro bateu no rapaz com a lateral da lâmina, várias vezes. Depois o cortou em pedaços. Outros meninos-soldados se juntaram a ele. E a vítima foi completamente esquartejada. Braços e pernas foram utilizados como primitivos tacapes contra os demais "inimigos" rendidos.

> O homem cai de quatro e cospe sangue na estrada. O comandante fica chutando ele e ouço TUM TUM batendo dentro da minha cabeça. (...) Mata ele, diz o comandante no meu ouvido e levanta a minha mão com o facão bem alto. Mata. (...) Ele segura minha mão e abaixa com toda força na cabeça do inimigo e sinto como se uma corrente elétrica atravessasse meu corpo todo. (...) O homem grita e fica segurando a cabeça com as mãos, mas não adianta nada, porque a sua cabeça está rachada e o sangue fica jorrando como

água de coco. Ouço risadas ao meu redor, enquanto vejo que ele tenta segurar a cabeça rachada. Ele está me irritando e levanto e abaixo o facão, levanto e abaixo, POU POU cada vez, e vejo tudo rosa, enquanto ouço risadas à minha volta.

O massacre só terminou quando a aldeia tinha sido completamente destruída e todos mortos, com exceção de alguns poucos que conseguiram fugir para a mata. Ler as confissões de Uzodinma Iweala e Ishmael Beah, dois meninos sequestrados por forças armadas, exige estômago. É uma leitura difícil. Você sente que as lágrimas querem jorrar dos olhos. Cheguei a jogar pela janela o livro de Uzodinma. E em seguida fui recolhê-lo. Se formos virar as costas para esta cruel realidade, negando a sua existência, estaremos aceitando o crime e a brutalidade como coisas naturais.

Uzodinma Iweala desertou da milícia após inúmeras lutas ferozes e depois de ter sido abusado sexualmente várias vezes pelos oficiais. Um belo dia, sem mais nem por que, os soldados da tropa se rebelaram e executaram todos os comandantes. Uzodinma estava dormindo o sono dos exaustos, também por efeito de drogas, quando foi acordado por um soldado. O homem apenas disse: "Venha, agora vamos para casa." Caminhou por um longo tempo, talvez uma distância superior a 1.500 quilômetros de terras devastadas. Foi recolhido por uma tropa dos "capacetes azuis" da ONU e entregue a instituições de amparo às "crianças das guerras". Agora está em Harvard, uma das mais importantes universidades do mundo.

E por que esse tema das guerras africanas tem relevância para este trabalho? Porque esses personagens estão entre nós, especialmente no Rio de Janeiro, destino da maior parte dos emigrantes e refugiados

dos combates genocidas no continente africano. Aqui são recebidos com a designação simplória de “unitas”. Muitos estão também em São Paulo, Salvador e Recife. Quase todos em situação irregular. Nossos governos não têm nada a dizer sobre eles. Talvez nem saibam de sua existência.

6

AS TRAGÉDIAS DA INFÂNCIA e da juventude na África não são muito diferentes das nossas próprias tragédias. Nossos meninos também estão armados, servindo a facções não muito diferentes das africanas. Quando assisti ao documentário *Falcão — Meninos do tráfico*, exibido pelo programa *Fantástico*, da TV Globo, no domingo, 19 de março de 2006, revelando o envolvimento dos meninos brasileiros na guerra do tráfico, fiquei chocado. Os produtores do vídeo foram o rapper MV Bill (gosta do nome Alex Pereira Barbosa, que talvez não seja verdadeiro), já citado em meus livros anteriores, e Celso Athayde, companheiro e empresário de Bill, que utilizaram uma câmera Panasonic PD-150, digital e semiprofissional, para registrar depoimentos dos meninos-soldados do tráfico em quase todas as capitais do Brasil.

O filme homônimo que se seguiu ao livro (Objetiva, 2006), uma co-produção da Central Única das Favelas (Cufa, do Rio) e da editora,

traz detalhes ainda mais nítidos do envolvimento de meninos no exército do narcotráfico. Fica muito claro que não estamos longe do perfil dos meninos-soldados africanos. Eles se comportam da mesma maneira, usam as mesmas armas. Consideram-se protagonistas de um mesmo tipo de confronto armado. E são apoiados pela comunidade pobre onde estão inseridos. Tal qual na África. Tal qual no México, onde os garotos pobres se envolveram com o narcotráfico e passaram a sustentar economicamente suas famílias. Ou como na Colômbia e na Bolívia e no Peru. É tudo a mesma coisa. E este drama é o que procuro entender.

Quando convidei MV Bill para dar uma entrevista no programa *Charme*, do SBT, ao vivo, às cinco horas da tarde, do qual eu era diretor-geral, obtive a maior audiência da série. Apesar de que a apresentadora do programa, Adriane Galisteu, não se interessou muito pelo tema, as imagens que exibi de *Falcão — Meninos do tráfico* produziram enorme repercussão. As pessoas comuns, especialmente mulheres, donas de casa, que compõem a média dos telespectadores do SBT no horário (cerca de 70%), pararam para ver o programa. Por quê? Porque seus filhos, meninos e adolescentes, estariam, teoricamente, envolvidos no problema. O programa atraiu cerca de 14% de todos os aparelhos ligados (média de 9 pontos no Ibope, com 14 de pico). O *Charme*, abandonando a linha fashion que o caracterizava e procurando uma estrutura editorial mais de serviço e mais popular, acabou ganhando o prêmio Comunique-se de melhor talk-show de 2006, em votação aberta pela internet. Ficou à frente do Jô Soares e de Marília Gabriela em número de votos. Acho que *Meninos do tráfico* marcou a mudança. Na direção do SBT, alguns

achavam que teríamos problemas com a chamada "classificação indicativa". Mas nada aconteceu. *Falcão*, afinal de contas, era um forte documento contra o tráfico de drogas.

O trabalho de MV Bill e Celso Athayde, que considero na vanguarda do pensamento político das comunidades marginais, nos traz dados impressionantes. Filmado entre 1998 e 2006, mostra com detalhes a militarização dos jovens pobres de todos os cantos do país. Eles falam um mesmo dialeto do crime, usam as mesmas roupas e as mesmas armas. Referem-se às mesmas organizações criminosas, entre as quais despontam o CV (Rio) e o PCC (SP). De norte a sul do país, nossos soldados do tráfico deixam bem claro que criaram uma alternativa econômica de sobrevivência no interior das comunidades pobres, por meio do comércio de drogas.

MV Bill é músico e integrante do movimento Hip-Hop da Cidade de Deus, um aglomerado de favelas e conjuntos habitacionais decadentes do Rio, ainda sob comando de traficantes ligados ao Comando Vermelho. A vida na Cidade de Deus, suas esperanças e conflitos, foi levada ao cinema. Chegou a Hollywood, com indicação para o Oscar, nas lentes de Fernando Meireles e Kátia Lund. *Cidade de Deus*, baseado no livro homônimo de um de seus moradores, Paulo Lins, lançado em 1997, nunca foi um filme comercial. Foi uma denúncia crua do desastre da infância e da juventude pobre do Rio. O filme de Meireles e Lund perdeu a premiação. Mas Steven Spielberg, um dos mais aclamados diretores americanos, assistiu ao filme e fez questão de conhecer os produtores brasileiros.

No entanto, o trabalho de MV Bill e Celso Athayde tem uma qualidade diferente: é um exemplo da melhor tentativa de

compreender o fenômeno na guerra social instalada em nosso país. E só por isto *Falcão* já mereceria todos os prêmios. (O filme e o livro de MV Bill e Celso Athayde também foram inspiradores deste meu novo trabalho. Agradeço a eles por acordar meu coração, que estava anestesiado há quase dez anos.)

Quando *Falcão — Meninos do tráfico*, ficou pronto e foi exibido, dos quase vinte meninos entrevistados por MV Bill e Celso Athayde, só um continuava vivo. Na entrevista ao *Charme*, o rapper declarou: "É a tragédia da nossa infância."

A dupla também está envolvida em outra notável iniciativa: a construção de um partido político para negros e favelados, o Partido Popular Poder para a Maioria (PPPomar). Foi fundado no subúrbio de Madureira, Rio de Janeiro, em 8 de maio de 2001, mês em que se comemora a lei Áurea, que aboliu definitivamente a escravidão no Brasil (1888), poucos meses antes da proclamação da república (1889). A lei, promulgada pela princesa Isabel, filha de dom Pedro II e regente, aboliu a escravatura mas condenou os negros a outro tipo de servidão: a econômica, apoiada no preconceito racial herdado dos portugueses, no desemprego e na miséria — uma nova forma de escravidão que dura até os dias de hoje.

Com 50 mil assinaturas de adesão, um dos manifestos de inauguração do PPPomar informa (ver www.pppomar.com.br): "(...) aqui branco não entra. Eles tiveram quinhentos anos para resolver nossos problemas e não resolveram."

Por ocasião da fundação do partido, Celso Athayde deu entrevista

à editoria de política do *Jornal do Brasil*, publicada na edição online, na qual disse que a linha política da organização não estava definida: "Este é um partido de negros. Ainda é cedo para traçar qualquer linha a ser adotada. Primeiro é preciso buscar nossos representantes."

A cantora e compositora Leci Brandão, uma das vozes mais ativas das comunidades carentes do Rio, declarou, por ocasião da fundação do PPPomar:

> Esta é uma importante iniciativa. Nós estamos sempre acostumados a ver os negros jogando bola, fazendo música, mas quando precisamos de alguém que nos represente, não nos vemos no Congresso Nacional ou em outros parlamentos.

Esta é uma força popular, nascida nas favelas, que começa a se organizar para a atuação política. Entre 1980 e 1985, no Rio, a Federação das Associações de Moradores (Famerj) e a Federação das Favelas (Faferj) tiveram importante presença no cenário político carioca. Jó Resende, líder da Famerj, foi vice-prefeito eleito na chapa de Saturnino Braga, do Partido Democrático Trabalhista, o PDT de Leonel Brizola. O *Jornal da Famerj*, do qual fui editor-chefe, rodou 150 mil exemplares em sua primeira tiragem, distribuída gratuitamente. Entrou para o ranking dos dez maiores jornais da cidade, logo atrás de *O Globo*, *O Dia*, *A Notícia*, *Jornal dos Sports* e *Jornal do Commercio*. Quando o jornal foi lançado, a revista *IstoÉ* publicou uma reportagem dizendo que aquele era "o maior dos nanicos". Jó Resende chegou a candidatar-se à sucessão de Saturnino Braga, desta vez pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), mas desistiu no meio da campanha, vítima de uma série de denúncias de corrupção nunca confirmadas.

Outro líder comunitário, o jornalista e autor teatral Pedro Porfírio, ligado à Faferj, foi citado como importante elo entre as favelas, o tráfico e o poder público. Em 17 de abril de 1993, o jornal *O Globo* conseguiu lançar alguma luz sobre o envolvimento dos traficantes na política comunitária. (Ver *CV-PCC*, páginas 286/287.) Em matéria de duas páginas, o jornal mostrou que o crime organizado havia conseguido se infiltrar na liderança das associações de favelas. Diz a reportagem, que pode ser encontrada nos arquivos do jornal:

> (...) os traficantes são responsáveis por boa parte da indicação dos 2.812 agentes comunitários pagos pela prefeitura do Rio para trabalhar em creches e na prevenção de acidentes nas favelas. A prefeitura gasta, com pagamento mensal dos agentes comunitários, cerca de 5,6 bilhões de cruzeiros [quase 200 mil dólares, em valores de hoje].
>
> (...) a Coordenação de Ação Comunitária negociou a execução de obras com bandidos e atuou como intermediária no sequestro de um engenheiro responsável pela construção de uma creche no conjunto da Cehab [empresa municipal de construção de casas populares] em Engenho da Rainha [subúrbio do Rio].

Tudo sem o conhecimento da polícia.

A reportagem apontava o secretário municipal de Desenvolvimento, Pedro Porfírio (na gestão do prefeito Marcelo Alencar), como o principal responsável pela contratação dos agentes comunitários ligados ao narcotráfico. Pedro Porfírio se defendeu, ainda na reportagem: "A Secretaria trabalha numa cidade paralela [controlada pelo tráfico], que tem seus próprios códigos. Se o agente comunitário se comportar como policial, nunca mais entra na favela."

Porfírio, com origem na esquerda, não estava longe da verdade. Qualquer pessoa medianamente inteligente sabe que não é possível trabalhar nas comunidades pobres sem fazer algum tipo de "arrego" (acordo) com o tráfico. Inúmeras vezes os grupos armados impediram trabalhos e obras do poder público nas favelas, expulsando seus operários e engenheiros sob ameaça de morte. Da mesma maneira, armas na mão, impediram os políticos de ter acesso aos morros, se não houvesse um acerto prévio.

As obras do projeto favela-bairro, coordenadas pelo governo estadual e pela prefeitura do Rio, também sofreram impedimentos por "soldados" do tráfico. Iniciativas do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo Lula, sofreram interrupções por parte do narcotráfico, que impediu a atuação de engenheiros e operários, além de exigir a contratação de pessoal das comunidades locais, indicados pelas organizações criminosas, no que foram atendidos, sob pena de paralisação total das obras. Este é um exemplo típico da negociação política entre o poder público e o crime organizado.

Cidade paralela. Território não controlado, onde os bandidos criam um código de leis e de condutas que não reconhecemos. Da mesma forma que eles não reconhecem o nosso. Aparentemente, não poderíamos mudar isso sem o uso da força armada. Ou aceitamos o modo de vida e as leis-fora-das-leis da favela ou movemos contra essas populações uma ação policial-militar agressiva — em geral, homicida. Na verdade, a sociedade brasileira está dividida entre aceitar essa "cidade paralela" ou atacá-la, já que nossos governantes e formuladores de políticas públicas não apresentam alternativas. (Ver o livro extraordinário do jornalista Zuenir Ventura, *Cidade partida*,

Companhia das Letras, 1995.)

Como agir? Com as armas, a violência dita justa do Estado. Vamos prender ou matar os pobres. Mas se os prendermos, não temos onde guardá-los. As delegacias e presídios estão lotados. Só no Rio e em São Paulo há mais de 300 mil mandados de prisão a serem cumpridos — 150 mil só na capital paulista, segundo dados de 2007 da Secretaria de Justiça. Onde vamos encarcerar todos esses criminosos? E se vamos matar todos eles, num genocídio sem precedentes na história do país, como fazer as autópsias, reconhecer todos os corpos, entregá-los às suas famílias, ou conseguir lugar nos cemitérios para indigentes? Uma única vítima de homicídio ou acidente de trânsito chega a ficar 18 horas caída no chão, antes que cheguem as equipes do IML para remover o corpo. Como vamos liquidar todo um contingente criminal?

A sociedade brasileira não está preparada nem para prender, nem para matar seus criminosos. E se isso fosse possível, como impedir que inspetores e delegados, tenentes e capitães ocupassem o lugar dos gerentes do tráfico, dos chefes de quadrilhas? É uma sinuca de bico. Para resolver problemas tão graves, seria necessário um esforço monumental de governantes, legisladores e da sociedade civil organizada. Seria preciso trabalhar sobre as causas e não apenas sobre as consequências. Exigiria enorme trabalho intelectual, desprendimento social e abandono do preconceito. Custaria tanto que mal dá para somar. Certamente, a sociedade brasileira não está preparada para uma tarefa desse porte. Se, na verdade, não nos importamos e até aceitamos a corrupção, da qual fazemos parte, por que iríamos nos preocupar com a pobreza e o crime?

7

O PROCESSO DE CONSCIENTIZAÇÃO das comunidades pobres, que conta com incentivo governamental para a organização de entidades representativas, permitiu que o Comando Vermelho, agindo à sombra do processo legal, obtivesse a liderança de cerca de 35% de todas as instituições desse tipo na cidade do Rio de Janeiro. Pelo voto direto. Se foi por vontade própria das populações faveladas, ou se pela coação e a violência, não sabemos. Mas o fato é que, nos anos 1980/90, o crime organizado havia encontrado uma forma de expressão política aberta. Os líderes comunitários apresentavam junto ao poder público aquelas reivindicações que interessavam às populações, enquanto que os chefões do tráfico ficavam com a fama de terem resolvido os problemas, relacionados ao abastecimento de água, luz, à colocação de asfalto, à instalação de creches etc. Ou seja: tudo que os governantes deveriam ter resolvido por iniciativa própria.

Os traficantes não podem se dirigir diretamente ao poder público

para apresentar reivindicações das comunidades. Precisam de interlocutores — e esses têm que ser legítimos representantes do povo local e geralmente eleitos. Por isso o controle político das comunidades é fundamental para o crime organizado.

Com esse processo, cultivando estáveis relacionamentos com as quadrilhas locais, vereadores, deputados e outros políticos espertalhões, inclusive secretários municipais e estaduais, passaram a dispor de currais eleitorais. Mas é bom saber que, na sombra, quem mandava mesmo eram os chefões do crime organizado. E se o líder comunitário vacilava, querendo ele mesmo obter dividendos políticos ou financeiros, dançava. Vários foram mortos.

Em São Paulo, nas áreas de atuação do PCC, o mesmo fenômeno se repete. A organização indica ou coopta lideranças populares. Mesmo os dirigentes da facção são eleitos entre seus integrantes.

O narcotráfico já elegeu inúmeros presidentes de associações de moradores de favelas e bairros pobres. Já participou do financiamento de campanhas eleitorais em quase todo o país. Quando estava preso em Bangu 1, presídio de segurança máxima do Rio, o traficante Luís Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, um dos líderes mais destacados do Comando Vermelho, iniciou um trabalho de convencimento entre seus companheiros e aliados para unificar o tráfico de drogas sob uma única bandeira. Ele sonhava com a *Federação Brasileira do Crime Organizado*, que integraria o país e o exterior por meio de elementos eleitos entre as grandes organizações. Queria objetivar os negócios e promover fusões, a exemplo do moderno mundo empresarial, evitando a guerra inútil entre

quadrilhas e promovendo o desenvolvimento do setor ligado às drogas e às armas. Mais ainda: pretendia simplificar os esquemas de importação de drogas, armas e lavagem do dinheiro resultante das operações criminosas, evitando conflitos laterais e desnecessários. Por que perder tempo e dinheiro com questões locais se é possível, com algum entendimento, resolver coisas mais amplas, estaduais, nacionais e internacionais? As máfias globalizadas estão aí para oferecer exemplo e guarida para ideias desse tipo. Várias das minhas fontes afirmam que a Federação foi de fato criada, mas não há provas disso.

Fernandinho é um homem de inteligência acima da média, ousado e ambicioso; truculento também, dadas as suas origens na favela Beira-Mar, na Baixada Fluminense, lugar de gente muito pobre e onde campeia muita violência. Iniciou a carreira no crime no início dos anos 1990 — e muito jovem ascendeu aos primeiros escalões do tráfico, até se tornar o principal negociador internacional do Comando Vermelho. Desenvolveu contatos com os "barões" da droga no Paraguai (quase todos ligados à ditadura de Alfredo Stroessner, de 1954 até 1989), na Bolívia (quase todos ligados à linhagem de Hugo Banzer, general golpista-presidente de 1971 a 1978 e depois de 1997 a 2001, período eleito) e na Colômbia (onde os cartéis de Medelín, chefiados por Pablo Escobar, e de Cáli, dos irmãos Orejuela, praticamente controlavam o país). Se tivesse tido as oportunidades certas na vida, talvez fosse uma pessoa notável por suas qualidades de organização e planejamento. Desviado de uma rota possível no bem, tornou-se o bandido mais famoso do Brasil moderno e o preso mais ilustre do sistema carcerário. Sua história rivaliza com a de Lúcio

Flávio Vilar Lírio, o “bandido dos olhos verdes”, a de Rogério Lengruber, o “marechal do CV”, a de José Carlos dos Reis Encina, o Escadinha, ou com a de William da Silva Lima, o Professor, fundador do Comando Vermelho. É fonte de inspiração para a primeira liderança do PCC, José Márcio Felício, o Geleia, e César Augusto Roriz, o Cesinha.

É bom notar que “professor” não é um apelido. É um título entre a massa carcerária. Remete àquele preso que sabe das coisas e que funciona como um conselheiro entre os demais, por seus conhecimentos e lutas anteriores. Como ficou consagrado nos tempos da ditadura militar, onde verdadeiros professores universitários estavam presos e ensinavam detentos comuns a ler. É uma questão de honra e de reconhecimento. Marcola, por essa definição, é o “professor” do PCC. É claro que ele não tem os diplomas necessários — o que ele tem é a história de lutas e de saber oferecidos pela universidade da vida.

Geleia e Cesinha caíram em desgraça depois do episódio que ficou conhecido como “a guerra das primeiras-damas”, como veremos mais à frente, que rachou o “Partido do Crime”. Ambos foram acusados de deslealdade para com seus companheiros e de “radicalismo”. Pregavam o confronto direto contra o Estado. Cesinha, inclusive, foi autor de uma série de “documentos políticos” da organização, em que defendia o fim do capitalismo. Juntos, formaram a primeira dissidência do PCC, o Terceiro Comando da Capital (TCC), cuja sigla sinalizava uma aliança com o Terceiro Comando (TC ou 3C), do Rio de Janeiro. Quando esteve preso no complexo de Bangu, no Rio, Geleia teve contato com os grandes líderes do TC. Os dois

foram jurados de morte pelo PCC. Cesinha foi assassinado às dez horas da manhã do domingo, 13 de agosto de 2006.

A morte do ex-chefão do PCC foi de uma crueldade impressionante. Aconteceu no Presídio 1 de Avaré, a 268 quilômetros de São Paulo, uma cadeia de segurança onde estavam recolhidos 37 criminosos organizados, considerados de alta periculosidade. O preso Paulo Henrique Bispo da Silva assumiu o crime, mas com toda a certeza ele não o praticou sozinho. De acordo com a confissão do preso, um cabo de vassoura foi transformado numa lança e, com ela, Paulo Bispo atravessou várias vezes a barriga de Cesinha. Mas — incrivelmente — ele não morreu. Para concluir o serviço, foi estrangulado com uma teresa, corda feita de panos que os detentos usam para fugir. Geleia passou por uma sequência de transferências, de presídio para presídio, sempre trancafiado nas celas de "seguro", destinadas aos jurados de morte.

No comando do PCC, assumiu o atual comandante da organização paulista, Marcos Herbas Camacho, o Marcola. Ele não parece muito preocupado com questões políticas, vê tudo isso como coisas do passado. Marcola tem outra estratégia e outros planos. Fortalece a organização em silêncio, dentro do sistema penal. Reforça as conexões com as quadrilhas que agem em liberdade e que cumprem orientações do PCC. Gosta mais do sigilo do que do barulho que a antiga liderança costumava fazer, sempre lançando manifestos e falando com a imprensa. Marcola, inclusive, não admite publicamente ser membro do PCC. Provavelmente, comanda a maior organização carcerária do país — a maior e mais preparada de todos os tempos —, seguido de perto pelo amigo Júlio César Guedes de

Moraes, o Julinho Carambola. Marcola, no entanto, se mantém numa posição discreta e humilde, o que não reduz seu poder, pelo contrário, o fortalece. Ele aprendeu a lição dos antigos líderes do Comando Vermelho, como Rogério Lengruber e Escadinha, que realizavam ações espetaculares, falavam demais e morriam pela boca.

No início dos anos 2000, logo depois dos atentados ao World Trade Center, em Nova York, e ao Pentágono, em Washington (11 de setembro de 2001, quando 19 militantes islâmicos desarmados atacaram a maior nação da Terra), o governo americano iniciou gestões diplomáticas para prender e levar à Justiça dos Estados Unidos o traficante brasileiro Fernandinho Beira-Mar. Ele entrou na lista dos vinte homens mais procurados por ações contra a segurança da pátria de George W. Bush, a mesma lista em que estava Osama bin Laden. Era acusado de exportar cocaína para a América, em associação com os produtores colombianos e mexicanos, e de outras sérias ameaças contra a segurança nacional dos Estados Unidos, nunca explicadas. Os agentes do FBI costumavam se referir a Fernandinho Beira-Mar como Freddy Seashore, que, numa tradução simples, dá no mesmo. Negociações entre os governos brasileiro e americano não deram em nada. Ou nunca foram levadas a sério. Os gringos queriam que Freddy prestasse depoimento sobre o tráfico de drogas numa vara criminal em Dade County, distrito de Miami. De lá não sairia nunca mais. Passaria o resto da vida numa daquelas celas de vidro blindado que conhecemos pelo cinema.

Tanto na Colômbia e no México quanto no Brasil, o surgimento

de uma organização transnacional voltada para os negócios de venda de drogas, pirataria, roubo de cargas industriais e sequestro político teria provocado um "salto de qualidade" que — aparentemente, só aparentemente — ainda não ocorreu. A consequência direta disso teria sido o surgimento de uma força política organizada. Provavelmente um partido político legal, atuando à luz do dia, elegendo representantes dentro das normas democráticas e assumindo postos governamentais. A máfia americana, a Cosa Nostra, produziu tal efeito, nos anos 1950/60. No Reino Unido, o grupo terrorista irlandês IRA (Exército Republicano Irlandês) criou um partido político, o Sin Fein (Nós Mesmos, quanta ironia), que está presente com sucesso na vida política das terras governadas pela rainha Elizabeth II. Note-se: especialistas em explosivos do IRA foram presos na Colômbia, quando ministravam um curso sobre atentados a bomba para integrantes das FARCs.

Na Espanha, os terroristas do ETA (Pátria Basca e Liberdade), que pretendem a emancipação da província basca, no norte do país, também desenvolveram um braço político que disputa eleições com bons resultados. O governo espanhol e o ETA firmaram uma série de acordos de cessar-fogo, com vistas a permitir que os revolucionários bascos adentrassem a política formal e democrática. O último desses acordos foi rompido em fins de 2008 — e o ETA retomou sua escalada de atentados e sequestros. Fustigado por protestos populares de grandes proporções na própria província basca, o ETA talvez não tenha alternativas a não ser constituir uma frente política para disputar o poder pelo voto.

Qualquer livro de História ensina que as forças econômicas

organizadas, ilegais ou não, precisam de expressão política para comunicar suas intenções. O que são a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), ou a CUT (Central Única dos Trabalhadores), por exemplo? Apenas entidades de classe? Errado. São partidos políticos extraoficiais, com forte participação na vida do país, inclusive elegendo, indiretamente, por indicação ou financiamento, dezenas de parlamentares a cada eleição. Outros exemplos são incontáveis: a Força Sindical, as associações comerciais, os clubes militares etc. E as igrejas evangélicas, quantos votos têm no Congresso Nacional? Verdade ou mentira? Se você perguntar a qualquer membro responsável por qualquer uma dessas agremiações se é preciso ter expressão política, vai encontrar resposta certa: "Claro, é inevitável!" Os movimentos populares, artísticos, intelectuais, sindicatos e toda sorte de organizações de classe pensam assim e já elegeram seus representantes. A soma de todos eles elegeu o presidente Lula. E o Congresso é feito, em sua maioria, com raras exceções, de representantes de classe. É assim que funciona uma real democracia. Vocês acham que o crime organizado vai ficar fora dessa? A resposta é NÃO.

Há muitas forças influenciando o cenário político brasileiro. Contrariando a saudável intenção da periferia, que pretende um espaço de se fazer ouvir, até mesmo em bons programas das emissoras de televisão — como o *Central da Periferia*, da atriz e apresentadora Regina Casé, que foi exibido pela Globo —, grandes organizações agindo à margem da lei, corrompendo políticos, magistrados e

policiais também disputam a primazia de falar pelos pobres. Como detêm enorme poder econômico, financiam campanhas eleitorais proporcionais (legislativas) e majoritárias (executivas), ilegalmente, por baixo dos panos, com dinheiro vivo.

Atuam na indicação de cargos públicos e de agências governamentais com polpudos orçamentos. Esses grupos, que só podem ser definidos como organizações criminosas, estão no cenário político há décadas, silenciosamente. Aliás, como existem nas capitais do país amplos territórios controlados pelo crime, onde vivem grandes segmentos populacionais, isso se transforma numa moeda de troca no jogo político. Em busca de votos e de poder fazer campanhas nesses lugares, os políticos fazem uma série de concessões ao crime organizado.

Em 1982, quando foi eleito governador do Rio para primeira vez, Leonel Brizola proibiu a polícia de entrar nas favelas sem autorização expressa do Palácio. Em outubro de 2008, em plena semana de eleição municipal, um jovem ensandecido invadiu armado a casa da namorada, Eloá Cristina Pimentel, de 15 anos, em Santo André, no ABC paulista, dando início ao mais longo caso de cárcere privado da crônica policial. O sequestrador, Lindemberg Fernandes Alves, também muito jovem, 22 anos, manteve outra refém, Nayara Rodrigues da Silva, 15 anos, com a namorada. A força especial de intervenção da Polícia Militar de São Paulo, o GATE, cercou o apartamento e iniciou uma longa negociação. Mas, estranhamente, o grupo de resgate foi proibido de usar armas de fogo, enquanto o sequestrador dava entrevistas pelo telefone, ao vivo, às emissoras de televisão. (A única exceção foi o *Brasil Urgente*, da Band, cujo

apresentador José Luís Datena se recusou a ouvir o criminoso.)

O governo queria evitar um massacre às vésperas da eleição, que poderia produzir impactos sobre a votação. Resultado: quando o apartamento foi finalmente invadido, Lindemberg matou Eloá e feriu gravemente a amiga Nayara com um tiro no rosto. Até hoje se discute por que os policiais não estavam armados pelo menos com pistolas de choque, que imobilizariam o sequestrador. Tinham espingardas calibre 12 com balas de borracha, arma totalmente inconveniente de manobrar em espaços fechados. É o tipo de ação política que termina em desastre. E há muitos exemplos como este.

A ação política de organizações criminosas se dá em torno de candidaturas individuais — ou pressões para a indicação de alguns administradores que possam trazer vantagens a seus negócios. Mas ainda não surgiu uma força política própria e estruturada para entrar, sem intermediários, no âmago das instituições. Considerando a larguíssima evolução do crime organizado no Brasil, dos anos 1980 até agora, é de se supor que isto é apenas uma questão de tempo. Pode começar — se é que já não começou — com a infiltração em uma pequena agremiação partidária. Ou lançando legenda própria. Ou as duas coisas. Esta força política vai, a qualquer momento, levantar reivindicações do povo (saúde, habitação, educação para as crianças pobres, saneamento, segurança) e vai contar com os milhares de votos das comunidades carentes, que acreditam mais no bandido do que nos políticos convencionais. Penso que "o partido do crime", como o PCC já se intitula, está em discreta formação. Um dia aparecerá com suas bandeiras, baseadas no apoio e na confiança de importantes segmentos populares.

Ande pelos bairros da periferia, observe seus movimentos culturais, ouça as rádios clandestinas que transmitem através de sistemas de alto falantes nas favelas. Preste atenção na reação da população pobre quando chega a polícia. Vá aos bailes funk dos fins de semana, quando tocam o "proibidão" e o "pancadão", músicas que enaltecem o crime e seus líderes e são cantadas aos berros pela juventude. Saia da sua rotina abastada e vá ver de perto a cara do povo. Os bairros onde o lixo se acumula por ausência do poder público, onde qualquer chuva provoca inundações. Não há escolas suficientes, farmácias, hospitais e postos policiais. Sem luz, imagine qualquer traço de civilização, mesmo no interior de nossas maiores cidades. E me responda: depois de fazer um "turismo" como esse, quanto tempo você acha que vai passar até que essas populações resolvam se manifestar politicamente, exigindo seus direitos?

Sempre fui acusado de ter ideias ousadas neste tema. Esta é só mais uma. Mas, como veremos nos próximos capítulos, o crime organizado pretende justamente o poder. Há exemplos inquestionáveis de que conseguiu. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, num momento de clareza incomum, chegou a declarar que "o crime organizado chegou às mais altas instâncias da República". Então? (Para detalhes sobre tal declaração de FHC, ver *CV-PCC — A irmandade do Crime*, Record, 2004)

Muitos institutos de pesquisa e fontes da imprensa dão conta de que a corrupção e o desvio de verbas consomem algo em torno de 20% dos orçamentos públicos. Vários bilhões de reais. De um modo geral, pagando todas as contas — incluindo as contas que não

deveriam ser pagas — sobra aos cofres públicos, a cada ano, uma cifra entre 8% e 11% para investimentos em obras em benefício da população: escolas, estradas, hospitais, habitação e saneamento. Mas, por causa da lei de responsabilidade fiscal, os governos são obrigados a ficar dentro dos orçamentos. E são justamente essas verbas de investimentos as primeiras a serem cortadas. Ainda mais agora, com essa enorme crise do capitalismo mundial, que afeta principalmente o crédito. A maior parte do dinheiro público desaparece no pagamento ao funcionalismo e no custeio da máquina estatal. As "emendas parlamentares ao orçamento da União" são o maior ralo da corrupção e da troca de favores políticos. Quem não sabe disso? E quem duvida de que é o crime organizado que ronda e asfixia a praça dos Três Poderes, em Brasília?

A democracia brasileira, após vários períodos de autoritarismo, desde a proclamação da República (15 de novembro de 1889), viveu apenas 74 anos de relativas liberdades. Mas tais liberdades jamais se aplicaram a organizações políticas para o povo pobre. Os partidos políticos de todo esse período sempre representaram as elites econômicas — menos os comunistas, que foram perseguidos —, especialmente os latifundiários, os industriais e os banqueiros, os maiores beneficiários das grandes políticas públicas. O povão mesmo nunca esteve representado. Elege os governantes que quer, é verdade, mas não tem mecanismos de acompanhamento das ações governamentais e administrativas. Depois de eleito, o político faz o que acha melhor, inclusive em benefício próprio. E quando bate de frente com a lei, possui um arsenal de recursos para evitar punições. A Suprema Corte, o foro destinado a julgar esses casos de criminosos

com mandato popular, nunca condenou um deles à cadeia. Podem perder o mandato, mas o recuperam na eleição seguinte, com base no poder econômico e na corrupção.

Contudo, agora, com a grave crise social que transforma o país num verdadeiro campo de batalha, estão colocadas as condições objetivas para surgir uma oposição popular de características inteiramente novas. Uma parte considerável da população, nas cidades e no campo, levanta armas para se mostrar presente. E trava combates quase diários, associada ao crime, ao tráfico e à sobrevivência, depois de pelo menos trinta anos de abandono. Outra parte, por questões ligadas à terra e à produção rural, também está de armas na mão. Este último segmento é fortemente politizado, particularmente representado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o MST, cuja liderança é assumidamente socialista e tem inspiração nos movimentos guerrilheiros latino-americanos, cujo ícone é Che Guevara. O MST não é mais uma organização reivindicatória, em defesa da reforma agrária. Transformou-se em movimento revolucionário, questionador das relações de produção e propriedade no campo.

Nos seus melhores momentos, o MST reuniu 250 mil famílias de sem-terra. Nunca as organizações de esquerda sonharam com tamanha base social. O presidente deposto pelo Golpe Militar de 1964, João Goulart, o Jango, dizia que faria a reforma agrária "na lei ou na marra", mas nunca esteve nem próximo de contar com uma força popular do tamanho do MST. As autoridades policiais e judiciárias do Rio Grande do Sul, berço do movimento e de seu líder maior, João Pedro Stedile, dizem que o MST é um movimento

guerrilheiro. E é mesmo. Seus integrantes têm muito orgulho disso. Exibem as bandeiras vermelhas do grupo nos acampamentos dos sem terra e ensinam a ideologia de Che Guevara e da Revolução Cubana nas escolas destinadas à alfabetização de suas crianças. O MST nunca escondeu seu caráter revolucionário, contra o capitalismo e as relações ainda feudais de exploração no campo. Na edição de 28 de janeiro de 2009, a revista *Veja* publicou cartilhas do movimento, inclusive com citações e conselhos sobre a luta armada.

Na semana do Carnaval de 2009, o MST promoveu uma campanha de invasões de terras em vários pontos do país, mobilizando milhares de seus integrantes. Vinte invasões foram realizadas em São Paulo, especialmente na região do pontal do Paranapanema, cenário de conflitos violentos entre fazendeiros e agricultores pobres e desempregados. No Pará, invadiram propriedades das quais o banqueiro Daniel Dantas, processado por crimes financeiros, é sócio. O ataque mais grave, porém, aconteceu na fazenda Jabuticaba, na região de São Joaquim do Monte, interior de Pernambuco, a 137 quilômetros do Recife. Na entrada da propriedade, cinco homens armados se confrontaram com os sem terra. Dois foram imediatamente derrubados a bala. Outros dois foram perseguidos e mortos um quilômetro adiante. Os quatro assassinatos tiveram enorme repercussão na mídia e no Planalto. O coordenador do MST em Pernambuco, Jaime Amorim, declarou aos jornais: "Os que matamos não foram pessoas comuns — eram pistoleiros violentos." A frase colocou mais lenha na fogueira, levando o ministro da Justiça a fazer um comentário que demonstrava no mínimo falta de informação. Tarso Genro disse que

não estava havendo um incremento da violência no campo e que esses acontecimentos eram típicos dos conflitos de uma reforma agrária. Num viés legalista, prometeu investigar e punir eventuais culpados. O presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, bateu forte. "Quem afronta a lei não pode receber dinheiro do governo", disse o magistrado, referindo-se às verbas públicas destinadas ao MST. Lula também foi obrigado a se pronunciar, em solenidade em que recebia oficialmente o premiê holandês: "O MST não tem desculpas para essas quatro mortes."

Num forte artigo contra os sem terra, no qual são chamados de "delinquentes" e "bandidos", a revista *Veja* (4 de março de 2009) levanta a questão do envolvimento do MST na política nacional. Acompanhe um trecho do texto:

> Por meio do embrutecimento de seus métodos ou do puro e simples banditismo, os sem terra tentam influenciar os rumos das eleições [presidenciais, em 2010] a seu favor. É preciso lembrar que, quando assumiu o poder, a cúpula do PT gostava de dizer a empresários, fazendeiros, integrantes da oposição e jornalistas que, como o partido era o único capaz de colocar um freio nos sem terra, ele representava uma garantia de paz no campo. Ou seja: ao intensificar suas ações, o MST volta a transmitir a mensagem de que os petistas não podem ser desalojados do governo federal, sob pena de os sem terra se tornarem mais virulentos. É uma chantagem política tácita.

E, do outro lado da cerca dos conflitos e das invasões, está uma força política organizada que reúne os proprietários de terras, os patrões: a União Democrática Ruralista (UDR). Espalhada por vários partidos políticos e com forte representação no Congresso, a UDR foi criada em Presidente Prudente, interior de São Paulo, em 1985 (para maiores detalhes, ver www.udr.org.br). Na região está o pontal do

Paranapanema, o epicentro de incontáveis choques armados entre ruralistas e o MST. Em seu documento de criação, a UDR afirma ter "como princípio fundamental a preservação do direito de propriedade, a manutenção da ordem e o respeito às leis do país". Bem sabemos que a "manutenção da ordem" é dever do Estado, das polícias e da Justiça — e não de uma entidade de classe. Se fosse assim, os sindicatos de trabalhadores também poderiam se arrogar o direito de agir em nome da lei.

A "manutenção da ordem" prevista na criação da UDR logo se transformou na formação de milícias armadas e contratação de capangas para deter o avanço do MST nas invasões de terras. Após a primeira eleição do presidente Lula, em 2002, a UDR passou a fazer parte da oposição intransigente. No site da organização, o ministro da Justiça, Tarso Genro, é descrito como "o ministro do MST e da ilegalidade" (texto acessado em 10 de março de 2009). O tom radical da união ruralista só faz aumentar a gravidade do confronto no campo. No entanto, seria quase ingênuo desejar que não fosse assim: as organizações de trabalhadores rurais e lavradores pobres realizaram milhares de invasões nos últimos anos. Segundo o jornal *O Globo*, de 7 de julho de 2008, foram 7.561 ocupações em todo o país, num período de 19 anos.

Não há como negar que o campo vive uma confrontação semelhante à que há nas grandes cidades do país. Se houver uma conexão entre essas duas forças sociais, com expressão política, sai de baixo. O Brasil pode sofrer, a médio prazo, um movimento revolucionário de consequências imprevisíveis. Estamos a caminho de uma "colombianização" de nossos conflitos? Paranoia? Não. Já em

25 de abril de 2002, a Abin (Agência Brasileira de Informações, órgão governamental que substituiu o SNI) citava, em documento secreto, "articulações entre o movimento armado no campo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARCs)". Acompanhe trechos do documento da agência de informações brasileira, catalogado sob o número 0095/3100:

> Em 13 de abril de 2002, um grupo de esquerdistas solidários com as FARCs promoveu uma reunião político-festiva numa chácara nos arredores de Brasília. Na reunião, que teve a presença de trinta pessoas, e que durou mais de seis horas e acabou num animado forró, o padre Olivério Medina (o Comandante Olivério, das FARCs, codinome de Francisco Antônio Cadenas Colazzos), que atua como um embaixador informal das FARCs no Brasil, fez um anúncio pecuniário. Disse aos presentes que sua organização guerrilheira estava fazendo uma doação de 5 milhões de dólares para a campanha eleitoral de candidatos petistas de sua predileção [sem dizer quais]. A notícia foi recebida com aplausos pela plateia. Faltavam então menos de seis meses para a eleição.

O relatório, mal escrito e impreciso, foi produzido por um agente da Abin infiltrado na reunião. O repórter Policarpo Júnior, da revista *Veja*, teve acesso às investigações. Acompanhe um trecho da reportagem, publicada em 16 de março de 2005:

> A reunião em Brasília foi uma mistura de encontro político com festa de amigos. A chácara chama-se Coração Vermelho, pertence ao sindicalista Antônio Francisco do Carmo e fica a 40 quilômetros de Brasília. O encontro começou às 11 da manhã e terminou no início da noite. Aconteceu em torno de uma mesa, debaixo de árvores, para evitar que um grampo clandestino pudesse captar as conversas. No início, com todos de pé, abriu-se uma bandeira das FARCs e cantou-se o hino da guerrilha. Para entrar na chácara, os participantes tinham uma senha: bater com a mão espalmada no peito. Ao meio-dia serviu-se um churrasco, com arroz e vinagrete, cerveja e refrigerantes.

A reunião foi tão secreta que um capitão do Exército, agente da Abin, estava infiltrado e gravou tudo com um equipamento colado ao corpo com esparadrapo. O relatório resultante da espionagem foi produzido em 25 de abril de 2002, ainda no governo FHC, na gestão do general Carlos Alberto Cardoso como chefe do Gabinete de Segurança Institucional, ao qual o órgão de inteligência se subordinava. O general contou ao repórter Policarpo Júnior que teve que abortar um plano dos militares da Abin: a chácara Coração Vermelho seria invadida e todos os presentes à reunião seriam presos. A poucos meses da eleição presidencial, na qual Lula e o PT saíram vitoriosos, a operação poderia trazer mais prejuízos do que benefícios. É possível que o relatório, classificado como secreto, tenha sido levado ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Apesar do conteúdo detalhado do documento, nunca surgiram provas de que as FARCs tivessem investido 5 milhões de dólares nas campanhas do PT naquele ano de 2002. Muitos dos presentes ao encontro da chácara em Brasília, procurados pela reportagem, negaram que tenham estado lá. Outros confirmaram, mas desmentiram a versão de que as FARCs tenham oferecido dinheiro para as campanhas do PT. O discurso do comandante Olivério, porém, foi gravado. Uma fita cassete com as palavras do colombiano está arquivada junto com o relatório do militar infiltrado.

A reforma agrária tem forte implicação na questão da violência. Se realizada em larga escala, com o assentamento de mais cinco milhões de famílias, poderiam ser abertos 20 milhões de postos de trabalho no campo. Com apoio técnico, crédito e cooperativas, os pequenos proprietários de terra poderiam produzir abundantemente.

Isto ajudaria a desinflar favelas e periferias, contribuindo para a redução dos índices de violência. Mas a reforma agrária anda a passos lentos: de 2003 a 2008, o Incra assentou apenas 520 mil famílias, em 43 milhões de hectares de terras antes improdutivas ou invadidas por agricultores.

Além do MST, outras organizações de lavradores pobres estão envolvidas no conflito agrário. O MRST (Movimento Revolucionário dos Sem Terra), dissidência radical do primeiro, pratica invasões violentas que frequentemente terminam em tiroteios. A Via Campesina, também presente nos embates, é uma entidade internacional, com representantes nos países vizinhos. Em maio de 2009, o SBT exibiu imagens do repórter-cinematográfico Sérgio Fernandes registrando a ação da Liga dos Camponeses Pobres (LCP), grupo ligado à Via Campesina em Roraima. Estavam todos com o rosto coberto com lenços e bonés com a sigla da organização. Eram tão parecidos com guerrilheiros das FARCs e do ELN colombianos, que um dos líderes do movimento se viu obrigado a declarar ao repórter:

— Nós não somos guerrilheiros. Somos lavradores em busca de terras para trabalhar. Mas, se for preciso, vamos defender nossos direitos.

Quando o repórter chegou ao acampamento da LCP, acompanhado por guias da Polícia Florestal, foi recebido com uma salva de fogos de artifício, alertando para a presença de estranhos no local. Os policiais disseram ao cinegrafista que os morteiros avisam que o grupo deve esconder as armas.

Vinte e tantos anos após o fim da ditadura militar no Brasil, a luta

armada prossegue no país, numa intensidade apenas sonhada pelos grupos revolucionários dos anos 1960/1970. Ocorre em vários pontos do território nacional, nos rincões do interior ou nas grandes capitais. E não se trata mais de entidades estudantis e intelectuais radicalizados, com pouca ou nenhuma participação popular. A esquerda armada daquele período viveu um terrível isolamento social, que terminou por liquidá-la sob tortura e assassinato. Agora o conflito envolve amplos setores populacionais, nas cidades e no campo. E os motivos do confronto atual são — com certeza — muito menos nobres. No entanto, vou repetir: esses grupos armados, com objetivos diferentes e até antagônicos, defendem por tabela uma série de interesses legítimos de comunidades locais, o que se constitui lentamente em processo de conscientização política e formação ideológica.

8

A "SIMPLES" ELIMINAÇÃO DA corrupção — esta sim um caso de polícia — permitiria a solução de graves problemas das massas populares. No entanto, os governos não se posicionam claramente sobre isso, porque a corrupção, mascarada sob a concessão de verbas públicas e "doações" privadas, se tornou a maior forma de barganha entre os mandatários e seus apoiadores. Votos no Parlamento são vendidos em troca da liberação de dinheiro público para projetos de deputados e senadores, com os quais realizam algumas obras superfaturadas em seus municípios e estados, resultando em votos para a eleição seguinte. A diferença entre o dinheiro público e o real valor das obras é embolsada pelos políticos, seja como pessoas físicas, seja pelos partidos. Todo mundo sabe disso. Esta é uma das explicações para o fato de que continuamos a descartar as populações como reais beneficiárias dos projetos ditos sociais. Muitas vezes os políticos pegam dinheiro na boca do caixa, como revelou o "escândalo do

mensalão", uma complexa articulação de compra de votos no Congresso.

Às 14 horas da segunda-feira, 2 de julho de 2007, o portal Terra destacava as seguintes declarações do presidente Lula aos jornalistas, em São Paulo:

> Se o Estado não cumprir seu papel de dar condições para o povo, o narcotráfico assumirá esta função. Quero competir com o tráfico, na certeza de que posso derrotá-lo, mas que, para isso, é preciso levar benefícios aos lugares pobres do país.

Enquanto o governo não atua, apesar de ter a caneta para editar medidas o tempo todo, grupos populares e organizações não governamentais (as famosas e discutíveis ONGs) apresentam soluções inovadoras. Raramente o dinheiro público aparece. Mas esses grupos assistenciais vão ocupando um território que deveria ser ocupado pelo Estado. No entanto, o progresso dessas iniciativas anda a passos de tartaruga, enquanto que o recrutamento do crime organizado avança num ritmo incontrolável.

No programa *Marília Gabriela Entrevista*, de 22 de julho de 2007, no canal a cabo GNT, o coordenador do grupo AfroReggae, José Júnior, deixou bem claras as diferenças entre a atuação governamental, baseada em operações policiais contra os pobres, e o trabalho de inclusão social praticado por organizações independentes. Parte da entrevista foi reproduzida, dias depois, pelo site do *Jornal do Brasil*: "Onde a gente atua, a incidência do tráfico infantil está caindo muito." Na área do morro da Mangueira, no Rio, onde atuam várias organizações não governamentais, a estatística da

Delegacia de Proteção à Criança e à Adolescência (DPCA), atuante no problema do envolvimento de menores com o tráfico, garante que a participação de crianças caiu radicalmente. Chegou a zero — apesar de que 0% é sempre um índice pouco confiável. (Dados de 2005.)

Nas últimas duas décadas, os meninos de 8 a 10 anos contratados pelo tráfico para vigiar a entrada das favelas e as bocas de fumo eram chamados de *"pipeiros"*, porque empinavam pipas (papagaios) vermelhas para indicar que estava tudo bem. Se a pipa estivesse solta no ar, nenhum problema. Se fosse rapidamente recolhida, sinalizava uma invasão da polícia ou de algum grupo rival. Depois, esses meninos ficaram conhecidos como *"fogueteiros"*, porque disparavam fogos de artifício, os "rojões", operados até por controle remoto, para informar a chegada das drogas, da polícia ou dos inimigos, os "alemães". Agora são conhecidos como *"falcões"*, de olhos mais aguçados, usando radiotelefonia, celulares, câmeras de vigilância e outros meios eletrônicos. Há uma rápida modificação nesses métodos, acompanhando avanços tecnológicos. O que não muda é o exército de meninos envolvidos.

Em muitas favelas do Rio e em muitos bairros da periferia de São Paulo foram instalados modernos sistemas de circuito interno de televisão, com visibilidade total para os pontos prováveis de uma invasão. Da mesma forma, a polícia e os "alemães" usam o Google Earth, um sistema de imagens via satélite que permite ver todos os detalhes de um bairro, rua ou até de uma casa, gratuitamente, pela internet. Assim planejam suas operações em escala perfeita. As imagens de satélite também são uma importante ferramenta para os

traficantes: a partir delas organizam suas rotas de fuga e os melhores corredores para o transporte das drogas.

Em alguns casos, os traficantes ainda colocam alto-falantes nos postes de iluminação, em várias ruelas, de modo a transmitir ordens rápidas durante os confrontos, assegurando a retirada das drogas e redistribuindo a resistência armada contra os agressores. Em tempos de calma, tais sistemas de áudio funcionam como rádios comunitárias, tocando música (especialmente o funk pancadão, gravado clandestinamente, com as músicas que elogiam o chefe local do tráfico, ameaçam os inimigos e desmoralizam a polícia) e realizando entrevistas com moradores e representantes do bairro, tratando de assuntos que afetam a comunidade. Gente de igrejas, pagodeiros, "convidados" do mundo do crime e até políticos participam desses talk shows. As emissoras de rádio clandestinas chegam a vender espaços comerciais, com promoções de lojistas e supermercados do bairro. Muitas, em vez de transmitir em circuito fechado, usam equipamentos (comprados no contrabando por cerca de 3 mil reais) que as tornam emissoras abertas, pirateando frequências não utilizadas pelas rádios oficiais ou invadindo frequências legais. As transmissões são ouvidas até na comunicação entre aviões comerciais e as torres de controle dos aeroportos, produzindo interferências perigosas. Atrapalham até os contatos de bombeiros, da defesa civil e da polícia. Em algumas áreas urbanas, o *funk pancadão* invade até mesmo a sua estação de rádio predileta.

Ricardinho, 19 anos, morador do morro da Mineira, no Rio Comprido, zona norte da Cidade Maravilhosa, é um auxiliar de pedreiro que trabalhou numa obra na minha casa. Ele fez um

divertido resumo de algumas das mensagens "sociais" transmitidas pelas rádios clandestinas. Algumas delas:

"Aí, rapaziada, use camisinha. Nada de embuchar as cachorrinhas [meninas] de 12 a 18 anos. Depois vai ter que trabalhar pra encher a barriga da ninhada."

"Menininha bonitinha tem direito de andar de shortinho apertado na bunda. Mantenha o seu glu-glu dentro do calção. A cachorrinha é livre pra andar no território da favela. Aqui quem manda é nós. Quem não andar na linha vai dever pros irmãos."

"Sexta-feira, dia mundial da cerveja, da branquinha [cocaína] e da pretinha [maconha], é dia da liberdade no morro. Tem baile funk na quebrada. A festa é no bar do ..."

"Domingo é dia de Ação Global [um projeto social da TV Globo, que tenta resolver pequenos problemas das comunidades pobres]. Vamos levar os pequenos pra tomar gotinhas [vacinas]. Vamos levar os maiores pra tirar carteira [de trabalho] e registrar as crianças [certidão de nascimento]."

"Aí, moçada, o açougue do Patriarca tem promoção no sábado. O frango inteiro custa 85 centavos o quilo. Vamos dar uma força pro pessoal do pedaço."

"Comunicado da rapaziada do dedo [no gatilho]: trabalhador não pode sofrer constrangimento na subida da quebrada. Essa é a nossa casa e são todos bem-vindos, menos os vermes [a polícia] e os "alemães" [os inimigos no tráfico]."

"Não fique em dívida com os irmãos. Não é bom dever pros irmãos."

Certa vez, Ricardo faltou ao trabalho durante alguns dias. E me

explicou:

— Ó, o homem decretou prontidão no morro. Ninguém podia entrar nem sair.

Decretar prontidão no morro significa que o chefe do tráfico está esperando um grande carregamento de drogas; ou que foi informado de que a polícia vai subir — informe, aliás, que vem da própria polícia. Nessas ocasiões, os bandidos querem diminuir ou impedir o movimento de moradores nos acessos das favelas. Usam ônibus e caminhões para bloquear as ruas. Chegam a plantar fortes estacas de ferro no asfalto, para dificultar a chegada dos "bondes" inimigos, geralmente micro-ônibus "retomados" cheios de traficantes armados. As estacas também tentam impedir a subida do "caveirão", veículo blindado da polícia que precede as invasões. O nome vem de um emblema pintado em cada porta, que representa os comandos militares do Batalhão de Operações Especiais da PM, o temido Bope. É um crânio, com um punhal cravado no topo. O caveirão já foi tema de um relatório especial da Anistia Internacional, em 2004 (Ver www.anistiainternacional.com.br), com um título sugestivo: "Eles já chegam atirando." O documento informa que os soldados dentro do blindado usam alto-falantes para hostilizar os traficantes e os moradores ("Nós vamos capturar a sua alma", "Sai, negada, que chegou o Bope" e coisas do gênero). O veículo dispõe de aberturas laterais, de onde os policiais podem disparar para todos os lados. Tem uma pequena torre blindada para armas pesadas, como metralhadoras calibre 30mm e 7.62. É um tipo de guerra privada entre os policiais e os bandidos, na qual o cidadão comum fica no meio do caminho e representa o maior número de baixas registradas.

Em 2007, a Anistia Internacional voltou ao tema. Num balanço mundial de violações dos direitos humanos, dedica oito páginas ao Brasil. No texto de abertura há um resumo do caos instalado em nosso país. Vale ressaltar que esta é a entidade não governamental mais respeitada entre todos os povos, responsável por denunciar a violência criminal, política, religiosa e racial. Observe o que foi escrito sobre o Brasil:

> Problemas nos sistemas judicial, prisional e de segurança pública, entre os quais violações sistemáticas dos direitos humanos, contribuíram para os níveis elevados e persistentes de violência criminal. A maioria das dezenas de milhares de mortes causadas por armas de fogo ocorreu nas comunidades mais pobres. Bem mais de mil pessoas foram mortas em confrontos com a polícia, em incidentes classificados como "resistência seguida de morte", muitas em situações que sugerem o uso excessivo de força ou execuções extrajudiciais. A tortura continuou a ocorrer de forma generalizada e sistemática.

Diz mais o documento:

> O acesso à terra seguiu sendo um foco de violação dos direitos humanos. Houve despejos forçados e ataques violentos contra ativistas rurais, manifestantes contrários à construção de barragens, movimentos de sem teto e povos indígenas. Muitas pessoas continuaram a trabalhar em condições análogas à escravidão ou sujeitas à servidão por dívida. Os defensores dos direitos humanos continuaram a sofrer ameaças e ataques.

Impressiona que a Anistia Internacional, apesar de acertar no resumo e na descrição do conflito instalado na sociedade brasileira, seja tão vaga em suas afirmações. Vou, então, contribuir com alguns dados que ajudam a entender a dimensão do problema: para cada policial morto em serviço nas grandes cidades do país, mais de dez

"civis" ou supostos criminosos são mortalmente baleados. Acompanhe números mais recentes: em 4 de agosto de 2007, a *Folha* publicou, no caderno Cotidiano, extensa reportagem sob o título "Polícia de SP matou um por dia no 1º semestre". Foram 201 mortos a bala entre janeiro e junho daquele ano, sendo 178 por armas da Polícia Militar e 23 pela Polícia Civil. Em todos os casos, foi lavrado um "auto de resistência". Ou seja: os policiais atiraram para salvar suas vidas. Diz a reportagem de Gilmar Penteado e André Caramante:

> Nos primeiros seis meses do governo de José Serra (PSDB), a polícia paulista matou 201 pessoas, 1,11 por dia. (...) Também entre janeiro e junho deste ano, 15 policiais foram mortos, um agente por grupo de 13 civis. (...) o número de denúncias de homicídios envolvendo policiais encaminhadas à Ouvidoria [pública] dobrou em relação ao mesmo período dos anos anteriores.

Em cidades como Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte e Recife, os números mantêm uma curiosa semelhança. No caso do Rio, com as grandes batalhas travadas entre traficantes e a polícia dois meses antes da realização dos Jogos Panamericanos em 2007, a polícia e as Forças Armadas ocuparam pontos estratégicos da cidade e a estatística sofreu uma grande baixa. Isso demonstra que, quando o Estado reage positivamente, com medidas fortes mas sem cometer arbitrariedades, a criminalidade se retrai e o número de homicídios, especialmente, diminui.

O que não muda, no entanto, é a violência do conflito, muito maior entre as quadrilhas e os bandos armados do tráfico do que com a autoridade pública. É um cenário muito bem descrito no filme e no livro de MV Bill e seus companheiros. Vale repetir: 19 dos vinte

“falcões” entrevistados para o documentário morreram. Catorze foram assassinados nos primeiros três meses após gravarem suas entrevistas. O único sobrevivente foi “adotado” pelos produtores do vídeo, mas fugiu, preferindo voltar para o mundo do tráfico. Não se sabe o que aconteceu com ele.

MV Bill foi recebido pelo próprio Lula e pela primeira-dama, Marisa Letícia. Esteve com o presidente da Câmara Federal, na época o deputado comunista Aldo Rabelo. Os encontros foram registrados pela televisão e pelos jornais. Mas disto não resultou nada além de umas boas fotos e imagens televisivas. A insensibilidade continua. É triste, mas é bom dizer: quanto mais denúncias aparecem, menos efeito causam, porque esbarram num desinteresse crescente daqueles que deveriam tomar alguma providência. Nossos governantes estão mais preocupados com a própria perpetuação no poder do que em resolver as questões relativas à população em geral.

Quando ocorrem tragédias, como o assassinato do menino João Hélio, despedaçado durante um assalto, ou como os acidentes ocorridos com aviões da Gol e da TAM, aí os políticos sobem nas tribunas e bradam contra a violência e a impunidade. Querem mudar as leis da noite para o dia, ocupando espaço privilegiado na mídia. Mas, quando o assunto perde o interesse do grande público, eles descem do banquinho e fica tudo como estava. Parece só um jogo de cena. No caso da morte de João Hélio, os políticos queriam rever o Código Penal em apenas uma semana. Projetos de revisão das leis criminais tramitam no Congresso há 25 anos e nunca foram votados. Note-se: o código foi editado em 1941, quando os grandes problemas da segurança pública eram os “ventanistas” (ladrão que entrava pela

janela das casas), a capoeira e a navalha. Mas, com os holofotes da mídia acesos, os políticos, após a morte do menino, queriam soluções apressadas. Disto só poderia resultar um trabalho malfeito. Aliás, os congressistas não costumam aprovar leis mais severas porque elas podem, eventualmente, atingi-los.

9

NA NOITE DE NATAL de 1993, voltando do apartamento da minha ex-sogra, no Maracanã, para a Barra da Tijuca, onde morava, fui barrado na Rua São Miguel, que faz divisa com o Morro do Borel. Era uma da manhã. Um garoto de uns 12 anos me apontava um rojão de fogos de artifício, igual aos que são usados por torcidas nos estádios de futebol. Ele disse: "Para aí, só um instante!" No meu carro, uma picape Ford de cabine dupla, estávamos eu, minha mulher na época, Claudia, e nossa filha pequena, Ghabriela, recém-nascida, numa cadeirinha no banco de trás — as duas dormiam. Todo o trânsito havia sido interrompido na via que conduz ao Alto da Boa Vista e à Barra. Comecei a ver um bando de uns vinte homens armados com fuzis automáticos, alguns nas lajes das casas da favela, outros descendo de carros. Em poucos minutos recebi outra ordem do menino com o rojão, me mandando seguir em frente. A partida de drogas havia sido entregue no morro controlado pelo Comando

Vermelho, território de Isaías e Bill, dois dos maiores atacadistas de maconha e cocaína da região.

Ainda levei vinte minutos para chegar em casa, considerando o engarrafamento da noite de Natal e a completa ausência da força pública. Na varanda do meu apartamento, com a vista maravilhosa da Avenida das Américas, minhas pernas tremiam. Eu me lembro de ter pensado em telefonar para alguém, contar a minha aventura, pedir algum socorro. Mas telefonar para quem? Não fui roubado, não fizeram nenhum mal para a minha família. Telefonar para quem? Fiquei pensando naquele menino me apontando um rojão. Mesmo não sendo uma típica arma de fogo, poderia provocar graves ferimentos, se disparado à queima-roupa. Eu não representava uma ameaça maior para os traficantes. E talvez por isso a minha imobilização tenha sido designada para um menino. Após o incidente, pesquisei um pouco para saber quem era aquela gente.

Era a quadrilha do Bill do Borel, sobrinho de um dos fundadores do Comando Vermelho, Isaías da Costa, chefe do tráfico na região, na época morador do complexo penitenciário de Bangu. Tinha sob seu comando 250 homens, com cerca de sessenta armas de guerra. Bill, que foi preso pouco depois, usava a mesma arma de Arnold Schwarzenegger no filme *O predador*: uma Colt AR-15 A1, com um adaptador M-40, capaz de disparar granadas 40mm. Bill gostava de usar colares com imagens de santos e símbolos do candomblé, além de armas importadas. Procurava proteção espiritual. Cumpriu pena por tráfico de drogas; condenado a 15 anos, ficou na cadeia entre 1993 e 2004. Foi solto por liberdade condicional e bom comportamento. Ao se ver livre, reassumiu o controle do tráfico no

Borel. É a principal fonte de fornecimento de maconha e cocaína para Tijuca, Grajaú, Vila Isabel, Maracanã e outros bairros de classe média do Rio. No Natal de 1993, foram esses homens que vi nas ruas, vigiando a chegada das drogas para o Ano-Novo.

Em 20 de outubro de 2004, o site *Polícia Livre*, obviamente de apoio à atividade policial no Rio (www.policia-livre.com.br), em artigo assinado por Gustavo Goulart, publicou um perfil de Bill:

> Mesmo antes de assumir o controle das "bocas de fumo" do Borel, em 1990, Bill já era conhecido como um dos bandidos mais cruéis de sua época. Dois anos antes, ainda "gerente" do tráfico, mandou decepar a mão esquerda de um rapaz que roubara a casa de uma moradora da favela. No dia 26 de novembro de 1992, 21 jovens de 12 a 22 anos, acusados de fazer arrastões nas linhas de ônibus que passam pela Tijuca, foram punidos com tiros nas mãos. Isso porque uma das vítimas teria sido uma de suas namoradas, que ficou sem um anel dado por ele. [Em 2005, o site foi retirado do ar por ordem da Secretaria de Segurança.]

O Rio de Janeiro aprendeu a conviver com essa demonstração de força armada do tráfico. Considerando os 45 anos que vivi na cidade, nascido em Botafogo, criado em Copacabana, também me acostumei. Curioso é que nunca sofri nenhum tipo de violência no Rio. Aliás, sempre me senti seguro, menino solto pelas ruas, à beira-mar. Mas, em 1968, em plena ascensão do regime militar, às vésperas do AI-5, fui parado por um camburão da polícia numa rua do Leblon. Eram onze da noite. Um dos policiais, de arma na mão, me mandou encostar no muro de uma casa e começou a me revistar. Disse a ele que os meus documentos estavam no bolso traseiro direito da calça jeans — na verdade, uma carteira de estudante do colégio Rio de Janeiro e outra da Associação Metropolitana dos Estudantes

Secundaristas (Ames), da qual eu era um dos representantes. No bolso esquerdo, onde o policial, por instinto e para me contrariar, foi direto, havia uns trocados que posso avaliar em 10 ou 15 reais. Pois ele tomou o meu dinheiro e me mandou seguir em frente sem olhar para trás. Esta foi a única violência criminal que sofri, fora a violência política da ditadura, em todos os anos que vivi na minha cidade natal.

Contudo, em 1997, após me mudar para São Paulo, por causa de um bom contrato como diretor da TV Bandeirantes, fui atacado por bandidos duas vezes num espaço de tempo menor do que um ano. Na primeira vez, saindo tarde da emissora, naquelas ruas estreitas e escuras do Morumbi, fui perseguido por uma dupla de homens numa moto. Os dois usavam capacetes. O rapaz na garupa tinha uma arma em cada mão: um revólver 38 na esquerda e uma pistola na direita, possivelmente uma PT 7,65. Eles estavam numa motoquinha de 125 cilindradas. Eu dirigia uma GM Blazer de 2 toneladas, com um poderoso para-choques na traseira. Aumentei a velocidade e eles vieram junto. Então, pisei furiosamente no freio, para provocar um acidente em que eles se dariam muito mal. O rapaz que pilotava a moto, habilidoso, conseguiu evitar a batida, mas a 125 derrapou e os dois ficaram no chão, desistindo da perseguição.

Mais tarde, em meados de 1998, também deixando a TV Bandeirantes bem tarde, parei num caixa eletrônico do Bradesco, em frente ao estádio do Morumbi, perto do meu apartamento e a 20 metros de um posto da Polícia Militar, que regularmente contava com uns dez policiais e várias viaturas. Estava completamente tranquilo e saquei 240 reais. Voltava para o carro quando um garoto

de uns 15 anos bateu no meu ombro e ordenou:

— Passa a grana e fica quieto!

Não sei explicar muito bem o que se passou em seguida. Foi como se a cena toda entrasse em câmera lenta, uma espécie de suspensão. Olhei em torno e vi que havia outros dois rapazes. Todos usavam uniformes do São Paulo, o time de futebol. Claro, estávamos em frente ao estádio. Sem explicação, o jovem que havia me abordado virou de costas para mim. Notei que os outros também estavam de costas, preocupados com a proximidade do posto policial. Numa reação politicamente incorreta, mas levado por algum instinto de sobrevivência, dei um violento soco no menino que estava do meu lado. Tenho quase 1,90 metro de altura e peso em torno de 90 quilos. Categoria peso pesado. A pancada deve ter sido fortíssima, tal as dores que senti na mão direita durante duas semanas.

O menino bateu com a cabeça no meu carro, exatamente na coluna entre as duas portas. Caiu feito uma pedra. Os outros dois partiram para cima de mim. Levei uma pancada na face esquerda. Não senti nada, por conta da adrenalina do momento. Mas depois os agressores, com a polícia tão perto, preferiram sair correndo, abandonando a presa e o companheiro desmaiado. Entrei no carro, saí cantando pneus. Meu apartamento ficava a dois minutos da cena do crime. Cheguei em casa tremendo feito vara verde, batendo os dentes. Minha filha mais velha, Raiane, me olhou e perguntou:

— Pai, o que é isso no seu rosto? O que aconteceu?

Não sabia que havia alguma coisa no meu rosto. Falei que tinha sido uma tentativa de assalto, mas que estava tudo bem. No espelho, conferi um lanho vermelho que descia da minha orelha esquerda e

chegava até quase a boca. O garoto que havia me atacado talvez estivesse com um objeto qualquer na mão. Quem sabe um canivete, ou uma faca pequena. Mas não era um corte. Era só um risco vermelho.

Meu estado emocional piorava a cada segundo, porque nesse momento eu me perguntava se tinha cometido uma agressão tão forte que pudesse constituir um crime. É engraçado como se pode passar de vítima a criminoso. Sem conseguir conter a ansiedade, liguei para o chefe de produção de reportagem da Band, o jornalista José Occhiuso, e pedi que ele verificasse se havia alguma ocorrência policial na área da minha casa. Aliás, ele era praticamente meu vizinho. Pouco depois ele retornou e disse que não, não havia nada. Afinal, eu não tinha matado ninguém. Mas, no fundo, sabia que havia estado muito próximo da linha vermelha que divide o bem e o mal. Foi tudo rápido demais. Uma disputa feroz por 240 reais.

Jurei a mim mesmo que nunca mais reagiria a um assalto tão estúpido como aquele. Mudei de bairro. O Morumbi, habitado pela classe média alta e por gente muito rica, com uma das maiores concentrações de riqueza do país, é um território de caça. Convivendo com a opulência, há 14 favelas na região, inclusive a segunda maior da capital paulista, que carrega o irônico nome de Paraisópolis. Oitenta mil pessoas vivem em Paraisópolis. Levei minha família para outro lugar, mais afastado, na zona sul, um ambiente quase rural e bucólico.

Quatro anos depois da mudança, minha filha mais velha, Raiane, então com 23 anos, sofreu um sequestro-relâmpago. Três rapazes, possivelmente armados — ela não sabe dizer com certeza —,

invadiram seu carro num sinal de trânsito, às nove horas da noite de uma quarta-feira do início de 2005. Uma amiga dela, que estava no carro de trás, ligou para nós anunciando que minha filha tinha sido levada por bandidos.

É muito difícil descrever as emoções que se vive numa situação como essa. Eu estava à beira de um pânico total. Mas procurava raciocinar e tomar alguma providência. Tudo ocorre em segundos, mas parece que você está assistindo a um filme terrível. Liguei para o jornalista Marcelo Resende, da Rede TV!, um dos profissionais que melhor conhece o meio policial paulista. Um antigo companheiro dos tempos de TV Globo.

— Marcelo, levaram a minha filha. Preciso de ajuda urgente.

— Calma aí, parceiro. Me dá alguns detalhes.

Falei rapidamente o que sabia. O ataque no sinal de trânsito. A amiga que havia ligado. O medo crescia a mil, como um bicho mau que mordia a minha garganta. Fazia um tremendo esforço para falar pausadamente, empurrando de volta para dentro as lágrimas. Descrevi o carro, um daqueles populares básicos, disse a cor e a placa. Aliás, era um carrinho sem seguro, de segunda mão, que a Raiane usava para ir de casa à universidade e voltar. Na verdade, não tinha sido um sequestro, apenas o roubo do carro. Em menos de dois minutos, após telefonar para o Marcelo Resende, o delegado Nico (Osvaldo Gonçalves), chefe do Grupo de Repressão a Roubos e Assaltos (GARRA), estava numa das linhas telefônicas lá de casa:

— Amorim, é o Doutor Nico. O que foi que aconteceu? Me dá todos os detalhes possíveis.

Na outra linha, chamava o delegado Godofredo Bittencourt,

diretor do Departamento de Repressão ao Crime Organizado (Deic). Os dois policiais certamente sabiam quem eu era: além de executivo de emissoras de televisão, um pesquisador sobre a questão da violência. Percebiam claramente as implicações que aquilo poderia ter na mídia. Enquanto os dois ainda estavam nas linhas, estacionou no meu portão um camburão do GARRA, com o delegado Mauro, acompanhado de outros dois policiais armados até os dentes. Enquanto minha mulher, Mariê, conversava com eles, meu celular tocou. Era minha filha. Tinha sido libertada e estava no estacionamento de um supermercado das redondezas. Uma motorista que também tinha assistido ao suposto sequestro, na verdade apenas um assalto, recolheu a minha filha logo que os bandidos a soltaram, poucos minutos depois do ataque. A boa senhora a levou até um lugar protegido, o supermercado Pão de Açúcar da Avenida Interlagos, a cerca de 4 quilômetros da nossa casa, nas imediações da faculdade Ibirapuera. Voei para lá e a trouxe de volta para casa.

Pelo telefone, desmontei o esquema policial recrutado às pressas. Estava tudo bem. Agradeci o esforço. Mas, nas ruas, a polícia continuou agindo. Uma hora e meia depois do ataque, a Força Tática da PM localizou o carro da Raiane, abandonado com as portas abertas numa rua escura da região. Estava com a chave na ignição. Os bandidos deixaram para trás o material de estudos dela, documentos e até algum dinheiro. Um soldado da PM dirigiu o Palio até o pátio da 99ª DP, na Rua Sargento Manoel Barbosa da Silva. Na manhã seguinte, recuperamos o carro, fizemos o boletim de ocorrência e voltamos para casa.

Raiane nunca se recuperou muito bem do trauma. Hoje vive fora

do Brasil. Estuda e trabalha no exterior. E não tem muita vontade de voltar a São Paulo.

10

O CENÁRIO DA GUERRA civil entre os pobres e os ricos, entre os "bacanas", os "manos" e os "otários", está bem definido. É uma luta armada contra tudo e contra todos. Sem definições ideológicas, sem parâmetros políticos — ainda. Mas é um cenário explorado por poderosas organizações transnacionais, surgidas após o fim da Guerra Fria, como veremos adiante.

Para entender a realidade brasileira de hoje, não é possível desconsiderar a questão mundial. O fenômeno da globalização econômica, um tobogã voraz que ganhou velocidade nos anos 1990 e que se iniciou no final dos anos 1980, teve implicações em todos os segmentos da vida de todos os povos. Empobrecimento de grandes populações, guerras fratricidas, imensas legiões de refugiados, recrutamento de crianças para exércitos, mão de obra abundante para o tráfico. São fatores que não podem ser esquecidos. Grandes corporações multinacionais deslocaram seus parques de produção

para a China, Índia, Bangladesh e Paquistão. Porque nesses lugares a mão de obra semiescrava permite reduzir os custos industriais de telefones celulares, jogos eletrônicos, DVDs, relógios, televisores e computadores. As despesas de produção caíram tanto, que um celular da linha popular chega a custar menos de 5 dólares para as companhias. Recentemente, uma poderosa e riquíssima indústria pesqueira floresce na costa de vários países africanos — na verdade, dezenas. O produto é industrializado dentro dos navios e segue direto para os mercados ricos do Ocidente. Os povos adjacentes continuam esfomeados.

A luta revolucionária na África, contra o colonizador europeu, assim como os conflitos de origem étnica, religiosa e pela posse de minerais preciosos são muito importantes para esta análise. Parte dos fugitivos dessas guerras veio desembarcar no Brasil.

Em Moçambique, com a desintegração das colônias portuguesas, a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), chefiada por Eduardo Chivambo Momblane, tomou a capital, Maputo, e iniciou uma série de outros confrontos armados com a Namíbia e a África do Sul, então apoiadas pelos americanos. Momblane, o novo dirigente socialista de Moçambique, pediu apoio militar e logístico da União Soviética. Moscou optou por não se envolver diretamente. Forneceu equipamentos e armas através da Cuba de Fidel Castro. Num arroubo internacionalista, Fidel enviou uma força militar de 60 mil homens para Moçambique e Angola. Por trás dos panos, contava com apoio integral da Rússia Soviética. A intervenção cubana conteve todas as tentativas de reação. O governo revolucionário de Moçambique

sobreviveu por causa da internacionalização do conflito. Mas isso gerou outra onda de refugiados e imigrantes. Parte deles, mais uma vez, com experiência militar, veio para o Brasil. Novamente, os destinos foram Rio, São Paulo, Salvador e Recife.

Numa surpreendente entrevista do ditador cubano ao jornalista e escritor brasileiro Fernando Morais, publicada como matéria de capa da *Veja* de 13 de julho de 1997, Fidel explica que a solidariedade do povo cubano aos africanos — e note-se que parte da população da ilha é formada por ex-escravos africanos — não seria negociada como política de suspensão do bloqueio econômico determinado pelos Estados Unidos desde os anos 1960, especialmente após a crise dos mísseis de 1962. Acompanhe o texto da revista *Veja*, a partir de quatro horas de gravações feitas por Fernando Morais. O jornalista brasileiro perguntou a Fidel Castro se ele estaria disposto a retirar suas tropas na África, em troca do fim do bloqueio americano.

> Na realidade, não li nenhuma declaração desse tipo, talvez porque não nos cheguem todas as publicações. Mas, em todos os pronunciamentos públicos que temos feito, deixamos bem definido que a questão da nossa solidariedade com Angola, ou com outros países da África, não pode ser objeto de negociação. A verdade é que não seria moral, não seria digno, da nossa parte, renunciar à solidariedade em troca de benefícios para Cuba. Uma troca de princípios? Isso não faremos nunca. Cuba nunca renunciará a um princípio de solidariedade por uma questão de interesses nacionais.

A intervenção militar cubana na África, financiada e patrocinada pela União Soviética, foi bem-sucedida. As tentativas de invasão orquestradas pelo governo racista da África do Sul, enquanto Nelson Mandela ainda estava na cadeia, foram repelidas. Os movimentos

anticoloniais em Angola e Moçambique se firmaram no poder, gerando, por tabela, uma legião de refugiados. Com o passar dos anos, as tentativas de reação patrocinadas pelos Estados Unidos também fracassaram. (O carismático líder guerrilheiro Ernesto "Che" Guevara, companheiro de Fidel Castro na Revolução Cubana, já tinha se envolvido numa aventura militar na África. Em 24 de abril de 1965, Guevara desembarcou no antigo Congo Belga, hoje Zaire, com uma pequena força de cem cubanos de origem africana, uma gente que havia recebido sofisticado treinamento militar na ilha de Fidel. Guevara e seus comandados enfrentaram forças mercenárias sul-africanas para defender o governo marxista de Patrice Lumumba. Foi derrotado — chegou a ser dado como morto — e teve que fugir de volta para Cuba. Dois anos depois, iria morrer de verdade nas selvas bolivianas, em 8 de outubro de 1967.)

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, o Brasil, estimulado pelas Nações Unidas, participou de uma série de programas de estabilização política no continente africano. Grandes empreiteiras brasileiras se aplicaram a obras de energia hidroelétrica, como a Andrade Gutierrez e a Odebrecht. Envolveram-se na construção de rodovias, escolas e hospitais. O Exército enviou tropas para fiscalizar a paz entre os grupos adversários e atuar na limpeza das minas terrestres, estimadas em 4 milhões de artefatos ainda ativos, responsáveis por grande parte das vítimas civis. Nossos soldados salvaram muitas crianças e jovens atingidos pelas minas, por meio de técnicas de socorro médico que ganharam notoriedade. Somos um país que se aplicou fortemente na manutenção da paz na África. O que nos tornou, também, um endereço amigável para os refugiados.

O envolvimento brasileiro nos conflitos africanos, somado à simpatia que a nossa seleção campeã de futebol obteve entre as populações pobres desses países, estimulou a emigração. Mais uma vez, entre os emigrantes estavam os soldados profissionais. Uma das tradições das guerras africanas é o recrutamento forçado de crianças para os exércitos, como já foi falado. Parte dessas crianças treinadas para lutar nos conflitos étnicos africanos também emigrou para o Brasil.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, com sede em Nova York, estimulou o governo brasileiro a aceitar e oferecer residência às populações sofridas da África. Nós, que temos um pé naquele continente — "na cozinha", como disse o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso —, com base em séculos de escravatura, nos tornamos receptivos. E o que foi que essas famílias banidas pela guerra desumana encontraram aqui? O desemprego, a periferia, a favela. E a possibilidade de voltar a pegar em armas, a serviço do narcotráfico. Com uma chance de ganhos em dinheiro jamais imaginada por povos que sobreviviam, em suas terras natais, com 1 dólar por dia. No Brasil, os "unitas", esses militares exilados, chegam a receber 8 mil reais por mês, cerca de 4 mil dólares, para se envolver num outro tipo de guerra. Dinheiro pago a chefes militares que teriam patentes de tenentes e capitães; comandantes de destacamentos que teriam de quarenta a 160 soldados, talvez mais. Gente habituada a combater em comunidades muito pobres, favelas, conjuntos habitacionais, pequenas aldeias na borda da selva africana.

Na terça-feira, 31 de julho de 2007, o Conselho de Segurança da ONU, com apoio das grandes potências mundiais, aprovou uma

intervenção militar na região de Darfur, no Sudão, uma área no sudoeste do país mais ou menos do tamanho do Piauí. Uma guerra tribal, iniciada em 2003, já havia matado 200 mil pessoas, deixado mais de 1 milhão de feridos e um número incontável de famílias expulsas das suas terras. A intervenção, com 26 mil soldados de países africanos e um número ainda não conhecido de forças ocidentais, pretendia pacificar um país que já foi um dos principais abrigos da al Qaeda. Além do conflito étnico, o Sudão é palco da guerra de Bush contra o terrorismo internacional. O presidente americano ordenou, inclusive, dois bombardeios de mísseis Patriot contra o país miserável, cada foguete ao preço de 1,2 milhão de dólares. O resultado será outra legião de emigrantes. E — de novo — o Brasil será endereço para uma parte desses sem pátria. Muitos deles com experiência militar.

Em matéria de matanças, nos equiparamos à Colômbia, onde meio século de lutas já resultou em quase 700 mil mortos e provavelmente 1 milhão de feridos. A quantidade de desabrigados no país vizinho — os *desplazados*, em espanhol, que perderam suas terras —, consequência da guerra civil, representa 25% da população. Uma brasileira que chefiou o escritório do Alto Comissariado da ONU para Refugiados na Colômbia, em entrevista ao repórter Fábio Pannunzio, da TV Bandeirantes, declarou o seguinte ao programa *Linha de Frente*, exibido em 2000:

> — Nesta guerra civil, não há tragédia maior do que a dos *desplazados*. São milhões de homens, mulheres e crianças que ficam perambulando pelo país, expulsos de suas casas,

procurando comida e abrigo. Vivem da caridade alheia.

A experiência de Fábio Pannunzio com as FARCs, depois da exibição no *Linha de Frente* e no *Jornal da Band*, foi por ele relatada num romance chamado *A última trincheira* (Record, 2001). Depois que a reportagem foi ao ar, agentes do governo americano no Brasil manifestaram interesse em ver as fitas originais gravadas em Caquetá, na Colômbia, território que à época era governado pelas FARCs. Como diretor-executivo do jornalismo da Band, mandei dizer que o material original, reunido em cerca de trinta fitas Beta-SP, não estava disponível, que haviam sido reaproveitados em outras produções — o que era verdade. Uma fonte me revelou que o FBI e a CIA tinham ficado impressionados com a gravação no coração da guerrilha. Nas imagens apareciam pelo menos dois comandantes das FARCs que as agências americanas não conheciam.

A Colômbia é um país vizinho, pouco maior do que São Paulo, que assumiu a sua condição de guerra civil declarada, inclusive para poder angariar certas ajudas das Nações Unidas e de outros países interessados, como os Estados Unidos e a Inglaterra, ambos também envolvidos em suas guerras sem fim contra o terrorismo e o narcotráfico. Há pelo menos cinco forças envolvidas na questão colombiana: o governo legal e suas forças armadas; a poderosa guerrilha comunista, especialmente as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia — Exército do Povo (FARC-EP) e o Exército de Libertação Nacional (ELN), que controlam cerca de um terço do país; os cartéis da cocaína (produzem 70% da droga consumida no mundo) e suas milícias; as forças militares estrangeiras,

especialmente as tropas de elite e a aviação americanas; e os pequenos exércitos de paramilitares e grupos de extermínio. O governo Bush colocou cerca de 5 bilhões de dólares no Plano Colômbia, para conter o tráfico, que tem nos próprios Estados Unidos o principal cliente, com mais de 100 toneladas de cocaína contrabandeadas anualmente.

O Plano Colômbia já gastou mais gasolina de aviação, agentes químicos, bombas de fragmentação e munição de infantaria do que as operações americanas em Granada, no Panamá e na Somália somadas. Está criada uma situação de beligerância permanente — e os envolvidos são tidos como "partes de guerra". O peso da presença dos Estados Unidos levou à aparente desarticulação dos grandes cartéis (Cáli, Medellín, Cartagena), reorganizados em centenas de pequenos grupos, que se tornaram incontroláveis. Uma nova organização, o cartel Vale del Norte, reassumiu as operações do cartel de Cáli, inclusive estabelecendo fortes articulações no Brasil, como será mostrado adiante. A produção de cocaína aumentou no mesmo período, e a área plantada com as folhas de coca também aumentou. A cotação do grama de cocaína pura no mercado internacional, forçada pela guerra contra as drogas na Colômbia, subiu. (Relatório da União Europeia, intitulado "Procura e oferta de drogas na CEE", datado de 2002, estabelece uma cotação de banda larga para o preço do grama da cocaína pura: de 37 a 170 euros, ou de 107 a 510 reais o grama, conforme a dificuldade de importação da droga. Cocaína pura só é negociada entre organizações criminosas. Para o consumidor, a droga chega misturada na proporção de um para cinco com outras substâncias. Nesses casos, os preços variam muito.) As rotas do

tráfico, apesar de toda a pressão, não foram interrompidas.

O jornal francês *Le Monde Diplomatique*, em versão mundial de fevereiro de 2005, fez uma análise da situação. Um artigo assinado por Hernando Calvo Ospina, professor de relações internacionais da Sorbonne, assegura que a intervenção americana tem reflexos também no Panamá, na Venezuela e no Brasil:

> Do Panamá à Venezuela, o Plano Colômbia consolida a política de ingerência americana na região e viola a soberania dos países, provocando crises diplomáticas que chegam à beira de conflitos militares.

Os assessores do novo presidente americano, o democrata Barack Hussein Obama, sobre a questão do tráfico de drogas, recomendaram o desmonte do Plano Colômbia. Assim afirmaram em documento reservado que, para variar, vazou para a grande imprensa: "O Plano, depois de quase 6 bilhões de dólares, é um desastre total." Mas a nova administração americana, recusando o conselho, decidiu ampliar a sua presença no país, incluindo a construção de bases militares em vários pontos do território colombiano, o que aponta para uma guerra em larga escala.

Os americanos consideram suas bases militares pelo mundo como extensões de seu próprio território. Continua sendo assim na Europa pós-Segunda Guerra, no Japão e em outros pontos da Ásia. Principalmente em Guantánamo, Cuba. Com a construção de sete instalações militares americanas na Colômbia, o problema adquire uma gravidade inédita. É uma forma sutil — e no entanto permanente — de ocupação de um país latino-americano. Isto deve levar a uma situação política complexa com os vizinhos Brasil e

Venezuela. Apesar de aconselhado por seus orientadores em questões externas, Barack Obama preferiu adotar a política do *big stick* (o porrete) preconizada pelo Pentágono e pela oligarquia industrial-militrar dos Estados Unidos, alinhando-se, ao menos neste caso, com a direita católica belicista que teve nos Bush o maior expoente.

Conflitos nas fronteiras do Brasil, da Colômbia e da Venezuela são frequentes. O governo venezuelano de Hugo Chávez tem velada simpatia pelas FARCs. Tolera a presença dos guerrilheiros em seu próprio território, para onde fogem quando são perseguidos pelo Exército colombiano. Isso provocou ásperos pronunciamentos envolvendo Chávez e Álvaro Uribe, o presidente colombiano, além de ter produzido muitos danos ao comércio e à diplomacia.

Em fins de 2009, o exército venezuelano destruiu, com cargas de dinamite, duas pontes que ligavam os dois países em pontos remotos da fronteira. Mais lenha na fogueira do conflito entre os vizinhos. Chávez fez um pronunciamento público recomendando que os venezuelanos se preparassem para uma guerra contra a Colômbia. E Uribe pediu providências ao Conselho de Segurança da ONU, sugerindo que seu país estava sob iminente ameaça de ataque armado. No Equador, os guerrilheiros colombianos encontraram um porto seguro após a eleição do socialista Rafael Correa, ex-preso político, em dezembro de 2006.

Em março de 2008, a Força Aérea colombiana, utilizando bombas especialmente fornecidas pelos Estados Unidos, atacaram um acampamento das FARCs em território equatoriano, matando o segundo homem mais importante da guerrilha, o comandante Raúl Reys, chefe do estado-maior do movimento e considerado o seu

principal ideólogo. Pouco antes, o fundador das FARCs, Manuel Marulanda Vélez, conhecido como Tirofijo ("Tiro Certeiro"), 78 anos, havia morrido de enfarte. Um comunicado das FARCs informou que o comandante Marulanda (o nome verdadeiro é Pedro Antonio Marín) "morreu nos braços de sua companheira e cercado por sua guarda pessoal". Ainda em março, no dia 7, o governo colombiano anunciou o assassinato de Ivan Ríos, o terceiro homem mais importante das FARCs, morto por seus próprios guarda-costas em troca de recompensa paga pela CIA. Parecia o fim do movimento revolucionário na Colômbia.

Curiosamente, ao escrever este trecho do livro, fico olhando para uma foto de Raúl Reys e Ivan Ríos, bem aqui na parede do meu escritório. Eles estão sentados naquele tipo de cadeira plástica de piscina, olhando diretamente para a câmera. Estão uniformizados. Raúl tem um fuzil entre as pernas, que não consigo reconhecer pelo ângulo da foto. Ivan carrega um M16 (AR-15-A1) no colo. A imagem é um *still* (imagem parada) de uma gravação feita pelo repórter Fábio Pannunzio, da Band, na província de Caquetá, interior da Colômbia, quando produzimos o documentário *Território do medo*. Ivan Ríos tinha acabado de dizer:

— Nós somos comunistas, revolucionários marxistas-leninistas. Pretendemos a tomada do poder. Queremos ser uma alternativa de poder na Colômbia.

Agora é só uma imagem perdida no tempo. Como uma daquelas velhas fotografias do Vietnã, que a gente consulta nos livros de História ou que a gente revê num daqueles documentários do History Channel. Só que está aqui na minha casa — e isso me confere um

papel de testemunha do momento.

Poucos meses depois da morte dos líderes das FARCs, em julho de 2008, veio o episódio da libertação dos reféns, que mobilizou a opinião pública mundial. A senadora Íngrid Betancourt Pulecio, candidata à presidência do país, cidadã franco-colombiana, havia sido sequestrada pela guerrilha em 23 de fevereiro de 2002, num dos golpes mais audaciosos do movimento revolucionário. Ficou em cárcere privado mais de seis anos, numa demonstração de que as FARCs tinham o controle da situação e a logística necessária. Dizem que passou os três primeiros anos de seu cativeiro numa jaula, como se fosse um bicho. As autoridades colombianas jamais foram capazes de localizá-la. Menos ainda de libertá-la. Íngrid tornou-se o ícone da luta contra o movimento comunista colombiano. Mas, ao manter seu paradeiro ignorado por todos, as FARCs mostravam ao mundo que eram donas da situação.

Quando negociei com contatos das FARCs a produção do documentário *Colômbia*: *Território do medo*, eles chegaram a dizer: "Se esse trabalho for bem-sucedido, no sentido de que vocês possam entrar, filmar e divulgar nossa luta para o Brasil e o mundo, num passo seguinte podemos negociar uma entrevista com o próprio Marulanda (o Comandante Tiro Fijo) e até com a Íngrid." A possibilidade de entrevistar a senadora sequestrada me encheu de esperanças de um furo de reportagem em escala global. Mas essa conversa nunca avançou.

Íngrid Betancourt foi libertada, com outros 14 reféns, em 2 de julho de 2008, em local e data definidos pela guerrilha, em mais uma demonstração de que continuava no controle do processo. O episódio

se tornou um evento da mídia mundial, especialmente por causa de um desertor, que levou seus companheiros a uma armadilha. Os guerrilheiros acreditavam que estavam entregando Íngrid a uma ONG francesa — e, na verdade, eram militares colombianos à paisana. Dois guerrilheiros foram presos e os demais se esconderam na mata — e nenhum dos responsáveis pelo sequestro foi levado à Justiça. Depois, o próprio governo brasileiro se envolveu na libertação de outros reféns, inclusive fornecendo helicópteros e militares especializados. Mais uma vez, eram as FARCs que determinavam a hora, a data e o local dos resgates. E a imprensa mundial saudava tudo isso como sinal de que o movimento revolucionário na Colômbia estava no fim. Doce ilusão. Os rebeldes ainda mantêm mais de setecentos prisioneiros.

As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia — Exército do Povo (FARC-EP), aliadas ao Exército de Libertação Nacional (ELN), formam um conjunto de forças militares e de simpatizantes civis que não podem ser mensurados. Trata-se, na verdade, de uma alternativa de poder no país vizinho. Desprezar o seu valor operacional e o respeito que têm junto à população civil é cometer um erro grave. Mesmo com o desaparecimento de sua antiga liderança, eles ainda são uma "força beligerante" reconhecida até pela ONU.

O novo líder máximo da guerrilha colombiana é Guillermo León Saenz, o comandante Alfonso Cano. Nascido em Bogotá, tem 52 anos e é formado em Antropologia. Militante comunista desde os tempos de estudante, pertence ao núcleo político da organização. Indicado pelo Comitê Central das FARCs, derrotou aquele que seria o mais provável sucessor de Manuel Marulanda: o comandante Mono Jojoy,

o mais graduado chefe militar do grupo. Cano participou das negociações de paz com o governo colombiano nos anos 1990. É visto como mais afeito aos embates políticos do que às estratégias militares. "É um homem mais obcecado pela política do que pela guerra", diz Camilo Gómez, alto comissário para a paz do governo Andrés Pastrana (1998-2002), que por três anos negociou com as FARCs. (Ver *O Estado de S. Paulo* de 27 de maio de 2008.)

As tensões políticas e militares entre Colômbia, Venezuela e Equador produziram uma corrida armamentista na região, iniciada com os investimentos americanos do governo de George W. Bush. O Brasil teve a fronteira invadida inúmeras vezes. O Batalhão de Infantaria de Selva, um dos nossos melhores efetivos, já esteve em combate com os colombianos em várias ocasiões. As lanchas da Marinha, armadas com canhões e metralhadoras, perseguiram e destruíram parcialmente embarcações das FARCs. A FAB já se envolveu em dúzias de missões contra os guerrilheiros. Toda aquela região de grandes rios, selva amazônica e mata densa está há pelo menos uma década vivendo uma enorme confusão, transformada em terra de ninguém. Há quem diga que os guerrilheiros colombianos recrutam novos combatentes entre os brasileiros pobres da fronteira. Os mais ousados chegam a garantir — e a imprensa nacional já publicou — que índios brasileiros são sequestrados e obrigados a servir no exército revolucionário colombiano.

Grupos indígenas brasileiros da região de fronteira chegaram a constituir milícias armadas para proteger seus territórios. São, inclusive, investigados pela Polícia Federal e pela Abin. Os índios da tribo Ticunas, na região do Alto Solimões, entre Brasil, Colômbia e

Peru, num total de 36 mil integrantes, montaram um grupo paramilitar, armado de porretes e espingardas de caça, vestindo fardas camufladas, que reúne "1.500 voluntários". Os Ticunas garantem que essa "polícia particular" se destina a combater as invasões dos guerrilheiros colombianos, a criminalidade e o narcotráfico. A PF assegura que esse grupo, autodenominado Serviço de Proteção aos Índios (referência ao velho SPI), na verdade, ao contrário do que declara, participa do tráfico de drogas na região e é diretamente treinado pelas FARCs. A repórter Kátia Brasil, da Agência Folha em Tabatinga (AM), em matéria publicada pela *Folha de S. Paulo* no domingo, 15 de novembro de 2009, informa, sob o título "PF investiga elo das FARCs com milícias indígenas no AM":

> A Polícia Federal investiga dois assassinatos e abusos supostamente cometidos por milícias de índios brasileiros na fronteira com a Colômbia e o Peru e o treinamento delas por membros das FARCs (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). Essas milícias foram criadas neste ano para combater o consumo de álcool e o tráfico de drogas nas aldeias. (...) A PF suspeita que elas (as milícias) recebem treinamento das FARCs, mas se nega a comentar o tema.
>
> (...) Os indícios da relação das milícias com a guerrilha surgiram na comunidade de Campo Alegre, em São Paulo de Olivença, onde há 300 milicianos. Uma das hipóteses é um possível interesse das FARCs no fortalecimento de um grupo paramilitar aliado; a outra, a de que guerrilheiros se solidarizam porque há Ticunas nas fileiras das FARCs.

A reportagem de Kátia Brasil acende um holofote sobre a nossa crise de fronteiras. Quem imaginar que essa questão é menor, desimportante, está cometendo um erro imperdoável — especialmente se tiver responsabilidades governamentais. Como já disse e repetiu o senador Romeu Tuma, policial de carreira, "nossas

fronteiras são como um queijo suíço". Ou seja: com furos por todos os lados. Por aqui passa tudo: drogas, armas, fugitivos, gente procurada no mundo inteiro, barões da máfia, controladores do narcotráfico e do terrorismo internacionais. Mesmo os nossos acusados de roubo, fraudes, sequestro e homicídio, como Salvatore Cacciola e Hosmany Ramos, atravessam as fronteiras entre Brasil, Paraguai, Argentina, Uruguai, Bolívia, Colômbia e Venezuela sem serem incomodados por ninguém. Pior: temos oito mil quilômetros de litoral para o Atlântico Sul, águas calmas e quentes e sem nenhum serviço de proteção. Baleias e tubarões encontraram abrigo nas costas brasileiras — e também as drogas e as armas de guerra. Se você quiser entrar ou sair, ninguém vai impedir. Esse paraíso tropical se tornou, mesmo, um refúgio de bandidos de toda a espécie.

Os incidentes de fronteira entre Brasil e Colômbia começaram com um ataque de quarenta homens das FARCs contra um posto militar brasileiro, em 26 de fevereiro de 1991. Houve intensa reação, mas a unidade, para irritação dos nossos generais, chegou a ser ocupada durante dias, até que os colombianos atravessaram de volta a fronteira. Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), Brasília investiu um bom dinheiro no reaparelhamento das forças armadas na região da fronteira, construindo quartéis, aumentando e modernizando os efetivos, instalando portos fluviais e pistas de aviação. Radares e sistemas de rádio foram colocados ali, para permitir aquilo que os militares chamam de "pronta resposta" em caso de novas invasões. É verdade que esses conflitos nunca resultaram em grandes operações de guerra — sequer chegaram ao conhecimento do grande público. Contudo, demonstram bem a

facilidade com que o problema evolui e resume o quase total desinteresse com que encaramos essas coisas. Enquanto os americanos intensificam a presença militar no continente — e enquanto o governo Chávez, da Venezuela, radicaliza suas posições —, nós não estamos nem aí. Os venezuelanos firmam acordos com a Rússia e a China para a compra de armamentos, entre 2005 e 2007, no valor de cerca de 4 bilhões de dólares. Os jornais afirmam que chegaram a 7 bilhões. O dinheiro vem do petróleo. A Venezuela é o quinto maior produtor do mundo. Só de fuzis de assalto russos (da série AK-73, os mais modernos), Chávez comprou 100 mil peças, suficientes para armar, com folga, uma força militar de 60 mil homens. Nos acordos também estão incluídos aviões e helicópteros de combate, mísseis, radares e farta munição. Se somarmos a isto o fornecimento de armamentos americanos para a Colômbia, ocorre um visível desequilíbrio de forças na região.

O secretário de Defesa americano, Robert Gates, chegou a comentar que os acordos militares de Hugo Chávez poderiam "provocar uma escalada armamentista no continente". E isso parece já ter começado. O governo brasileiro firmou acordo com a França para a produção de cinco submarinos, incluindo um de propulsão nuclear. A FAB também está negociando a compra de 36 jatos supersônicos de combate, cujos fornecedores ainda não estão definidos.

No dia 14 de dezembro de 2009, o presidente Lula, durante almoço de confraternização com oficiais-generais das Forças Armadas em Brasília, anunciou que a escolha dos novos aviões de combate foi adiada para 2010. Há três candidatos: o F-18 Hornet, fabricado pela

Boeing americana, capaz de transportar oito toneladas de bombas e foguetes a uma velocidade de 2 mil quilômetros por hora; o caça francês Rafale FX2, da Dassault, que também leva a mesma tonelagem em armamentos e se desloca a 2,2 mil quilômetros por hora; e o JAS 39 Grinpen, da sueca Saab, que se desloca a 2,1 mil quilômetros por hora, mas que carrega um pouco menos de armamentos. A pedra de toque nessa questão é a transferência de tecnologia ao Brasil, especialmente os dispositivos eletrônicos de guerra não visual. Só a França concordou em fazer uma transferência total dos segredos da moderna aviação de combate. No entanto, muitos especialistas acreditam que a melhor escolha seria um quarto aparelho: o Sukoy SU-31 russo, o único que teria autonomia para cruzar todo o território brasileiro sem reabastecimento de combustível. Essa hipótese foi descartada por razões de ordem política. Depois dos acordos de Hugo Chávez com a China e a Rússia, a compra do Sukoy provocaria um enorme desequilíbrio entre os fornecedores de armas para os sul-americanos, com os russos assumindo uma liderança destacada.

Neste almoço com os oficiais-generais, Lula também anunciou a compra de 3 mil tanques e lançadores de foguetes para substituir toda a força de blindados do Exército até 2030, conforme podemos conferir na manchete do Portal Terra de 17h11 do dia 14 de dezembro. O primeiro lote de veículos de combate seria entregue já em 2010. Mas, desmentindo a informação, o primeiro grupo de 34 tanques pesados da classe Leopard, de fabricação alemã, com canhões de 105 milímetros e lançadores de foguetes, chegou ao Rio Grande do Sul ainda em dezembro de 2009. Os Leopards, pesos pesados das

forças blindadas europeias, começaram a ser produzidos em 1965 e se destinavam a conter uma provável primeira onda de invasores da União Soviética na Alemanha ainda dividida. Esses blindados pesam 42,4 toneladas e se deslocam sobre esteiras, atingindo a velocidade de 65 quilômetros por hora, com autonomia de 600 quilômetros em estradas ou de 450 quilômetros em terreno bruto. Além do poderoso canhão de 105 mm (um Panzer Tiger alemão da Segunda Guerra estava armado com um canhão de 88mm), ainda carrega duas metralhadoras calibre 7.62 com 5.500 tiros cada uma. Considerando que as nossas Forças Armadas reúnem mais de 300 mil homens — e com todo esse novo aparelhamento, incluindo a renovação da frota de helicópteros militares —, o Brasil vai se transformar numa potência bélica da América do Sul, capaz de dissuadir qualquer agressão e de nos credenciar como mediadores de conflitos regionais e de assumir um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Para ocupar essa vaga, é preciso dispor de uma força de intervenção. Exemplo rápido: durante a Guerra das Malvinas (2 de abril a 14 de junho de 1982), nos estertores da ditadura portenha, numa disputa territorial entre a Argentina e a Inglaterra em torno de um pequeno arquipélago gelado e estéril, a aviação argentina afundou nove navios e embarcações de transporte de tropas, inclusive a nau capitânia dos ingleses, o *Sheffield*, carregado com mísseis nucleares que jazem no fundo do Atlântico Sul, a quase mil metros de profundidade. A Inglaterra venceu a guerra, mas suas perdas provocaram um terremoto político nas terras de Elizabeth II, além de resultar numa revisão de todos os parâmetros militares do Reino Unido. A “dama de ferro”, Margaret Thatcher, chorou ao anunciar

para o Parlamento Britânico a perda do *Sheffield*, em 12 de maio de 1982. Com todo esse reaparelhamento dos militares brasileiros, venceríamos a Guerra das Malvinas com o pé nas costas.

O total da operação brasileira também representa vários bilhões de dólares. Aparentemente, ninguém leva Chávez muito a sério. Mas o fato é que dois países da América do Sul — a Colômbia, impulsionada pelos Estados Unidos, e a Venezuela, com os impulsos de um petro-presidente — andam colecionando armamentos. O Brasil, com razão, entrou na corrida armamentista. O mesmo Robert Gates avisa que há ventos capazes de insuflar "conflitos armados de grande proporção" ao sul do Equador. Ou seja: aqui mesmo.

Recentemente, o governo americano reativou e ampliou o Comando dos Exércitos do Sul, com sede em Miami e cuja abrangência vai até a Patagônia argentina. Reativou também a 4ª Frota da Marinha, com atuação no Caribe e na América do Sul, tanto no Atlântico quanto no Pacífico. Tio Sam se prepara para a eventualidade de um grande confronto armado ao Sul do Equador?

11

A ELEIÇÃO DO *COCALERO* Juan Evo Morales para a presidência da Bolívia, em 18 de dezembro de 2006, com 54% dos votos, colocou mais lenha na fogueira. Morales é o primeiro indígena a governar o país vizinho, representando a vasta legião de pequenos agricultores e índios que vivem do plantio de coca — a matéria-prima da cocaína, mas também serve à produção de inúmeros medicamentos e bebidas energéticas, que ajudam a suportar as altitudes andinas onde falta oxigênio. Empossado em janeiro de 2007, Morales anunciou ao mundo que estava "refundando" a Bolívia. Disse que se inspirava em Ernesto "Che" Guevara, lendário guerrilheiro argentino, assassinado por militares bolivianos e americanos no interior do país (1967). Em seu gabinete, em La Paz, há uma imagem de Guevara feita com folhas de coca.

A primeira medida do novo governo foi nacionalizar os recursos minerais. Morales mandou o Exército ocupar as refinarias da

Petrobras e levou o presidente Lula a uma série de humilhações, terminando por obrigar os brasileiros a vender as instalações a preço abaixo do mercado — abaixo, inclusive, dos investimentos que a Petrobras tinha feito no país vizinho.

Em entrevista coletiva, na terça-feira, 24 de julho de 2007, Morales declarou que a Bolívia não terá um programa de "zero coca". Foi uma clara indicação de que os *cocaleros*, lavradores pobres e índios, não perderiam sua fonte de renda. As lavouras de coca — efetivamente — sustentam uma parte importante das comunidades pobres da região andina do país. É uma atividade tão importante, que mantém setores significativos da economia. A ponto de eleger o presidente. Evo Morales nunca negou suas origens — e impressiona o fato de que, com base nelas, tenha conseguido se eleger.

No domingo, 26 de agosto de 2007, o jornal *O Dia*, do Rio de Janeiro, publicou extensa reportagem sobre o plantio de coca nas terras férteis daquele país, reproduzida também pelo portal Terra. O título: "Lavouras 'camuflam' plantio de coca na Bolívia". A matéria esclarece que a coca fica escondida entre áreas de mata cerrada, bananeiras, cultivos de abacaxi e cacau. Confira:

> A lavoura de cocaína na maior área de plantio ilegal na Bolívia, em Cochabamba, cresce no embalo das vendas e na medida ditada pelo tráfico de drogas. Já são quase 20 mil hectares a mais do que os 16 mil permitidos.

Ou seja: 36 mil hectares de lavouras de coca. Uma área capaz de produzir milhares de toneladas de folhas, que são a matéria-prima para a produção da pasta básica da cocaína. Um quilo da pasta básica é vendida pelos lavradores a um preço avaliado entre 500 e mil

dólares. A mesma pasta, depois de passar pelo processo laboratorial que a transforma em cocaína pura, vale entre 37 (nas Américas) e 170 dólares (no Japão) o grama. Um comércio milionário ao qual o lavrador, o *cocalero*, não tem acesso e continua pobre. Mesmo assim, é a base da sustentação dessa gente. A pasta básica é o que alimenta a família dessas populações. Rende, no mínimo, vinte vezes mais do que a banana, o abacaxi e o cacau que lhes serve de despiste.

A reportagem de *O Dia* nos fornece mais informações. Descrevendo a vida de um *cocalero* chamado Marcos, o jornal publicou:

> A forma miserável como vivem os camponeses acaba "justificando" os meios. Exatamente como acontece com a família de Marcos. A camuflagem faz parte da estratégia. Um quilômetro mata adentro, passando por um caminho tortuoso, leva ao campo que garante o sustento da família: 1 hectare plantado de coca de pés grandes e folhas largas, a metade já colhida.

Os repórteres jogam alguma luz sobre o que acontece a seguir:

> Quem arremata a produção é Carlos Amandia, 42 anos, que há oito foi preso depois de surpreendido pelo Exército boliviano com carregamento de pasta-base. "Fiquei três anos na cadeia. Mas não era traficante: só processava a folha. Nem conhecia o atravessador. Somos lavradores."

E a conclusão surpreendente:

> Carlos se esquiva de falar sobre o destino final que dará à produção comprada da família [de Marcos]. Prefere enaltecer as qualidades do produto boliviano. "Temos a melhor coca, ela tem mais proteína do que a da Colômbia e a do Peru. É mais forte", analisa. Mas reconhece que a quantidade colhida pelos agricultores é maior do que a consumida

por todos os bolivianos.

Quando o presidente Morales foi à televisão anunciar que a Bolívia não teria um programa "zero coca", declarou ao mundo que seu país estaria claramente sendo conivente com o narcotráfico. Suas palavras, com toda certeza, estavam voltadas para seu povo sofrido, admitindo que os meios justificariam os fins. Tudo pela Bolívia. Depois que se discutam as consequências. Isso me lembra uma entrevista do traficante Mario Fuentes, do cartel de Medelín, ao programa *60 Minutes*, da rede de televisão americana CBS. Foi em 1983. Depois de argumentar longamente sobre a pobreza de seu país, a Colômbia, e de informar que o mundo civilizado não dava a menor importância sobre o que acontecia, ele profetizou que os miseráveis do hemisfério Sul encontrariam formas próprias de expressão política e de intimidação contra os países mais ricos. Sentado numa cadeira de espaldar dourado, sobre um gramado cuidadosamente aparado, ele disse sonoramente:

— A cocaína será a bomba atômica da América Latina.

Todos esses episódios — de hoje e de ontem — aumentam a barafunda na fronteira do Brasil. Mas continuamos a dar pouca atenção a eles. Um exemplo clássico do que podemos vir a enfrentar foi descrito pelo jornalista Roberto Godoy, especialista em armamentos e conflitos do jornal *O Estado de S. Paulo*. Na primeira semana de novembro de 2003, a Força Aérea venezuelana atacou o Brasil. Parece uma comédia bufa, mas aconteceu de verdade. Aviões

Tucano, fabricados pela Embraer e exportados para a Venezuela, invadiram o território brasileiro e atacaram um grupo de garimpeiros:

> Os garimpeiros brasileiros Enoque Ferreira e João Pires, mais cinco companheiros venezuelanos, foram atacados há vinte dias [aproximadamente a 5 de novembro] por aviões da Força Aérea da Venezuela (FAV), quando cruzavam um trecho da serra de Pacaraima, próximo da fronteira. O grupo teria sido confundido com uma das equipes clandestinas de prospecção geológica que, segundo a Secretaria de Comunicações do gabinete do presidente Hugo Chávez, agiriam na região sob contrato de corporações multinacionais, americanas e britânicas principalmente.

Enoque Ferreira, que escapou por pouco, em depoimento à Polícia Federal, declarou:

> Eram duas muriçocas [como são chamados na região os turbo-hélices Emb-312 Tucano, exportados pela Embraer] voando baixo. Passaram uma vez, fizeram uma curva e voltaram mais baixo ainda, despejando fogo.

O Plano Colômbia pode ser classificado como um grande fracasso, cujas consequências foram obscurecidas por desastres ainda maiores: as invasões do Afeganistão e do Iraque, após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. Tais ataques, coordenados pela al Qaeda (que significa A Base ou A Fundação) de Osama bin Laden, mataram em torno de três mil americanos em sua terra natal, num espaço de pouco mais de duas horas. Foi pior do que o bombardeio japonês contra a base naval de Pearl Harbor, no Havaí, durante a Segunda Guerra (em 7 de dezembro de 1941, matando 2.403 militares e 68 civis). Uma coisa como essa não acontecia na América desde a Guerra Civil, no século XIX, entre 1861 e 1865. A reação do gigante

americano ao 11 de Setembro mudou a face do mundo. E isso tem enorme importância para a tese que defendo neste trabalho, a de que vamos ser empurrados para conflitos armados dolorosos.

O 11 de Setembro desequilibrou a autoridade mundial, fragilizou o poder de Estado e o respeito às leis. As imagens das Torres Gêmeas desabando em Nova York, em meio a uma impressionante nuvem de poeira que escondeu o sol, acelerou a violência política e criminal em todo o mundo. O cenário radical da nova guerra rompeu barreiras morais e estabeleceu um novo paradigma ético. A violência explodiu nas escolas americanas. Imigrantes pobres, especialmente africanos e árabes, se rebelaram na França, produzindo cenas de violência muito maiores do que as dos idos de maio de 1968. No Brasil, traficantes encastelados nas favelas adotaram o líder islâmico como "o homem mais corajoso do mundo". No mundo globalizado nada passa em branco. Tudo se inter-relaciona. Especialmente entre aqueles que já têm uma base psicológica deprimida, como os imigrantes discriminados, os negros, os asiáticos, os pobres originários do Terceiro Mundo. Os acontecimentos do 11 de Setembro e o desencadeamento da guerra contra o terrorismo, revestidos de um conteúdo ideológico e religioso fundamentalista de ambas as partes, resultaram numa radicalização generalizada das posições.

Parte considerável do continente americano mergulhou em violência criminal, narcotráfico e terrorismo. Especialmente a juventude. A necessidade de questionar a sociedade estabelecida usando de atos extremos, inclusive por meio do martírio, se alastrou como epidemia. Nos Estados Unidos, jovens alucinados produziram massacres em suas escolas e seus locais de trabalho. Em 16 de abril de

2007, o sul-coreano Cho Seung-Hui, de 23 anos, matou a tiros de pistola 32 estudantes e professores da Universidade Politécnica da Virgínia, deixando também 12 feridos. Foi o maior massacre da história educacional americana. A universidade, fundada em 1872, nunca tinha vivido um episódio de violência de tal gravidade.

Perto disso, o atentado praticado por Eric Harris, 18 anos, e Dylan Klebold, 17, em 20 de abril de 1999, contra seus colegas em Columbine, subúrbio de Denver, se tornou um fato menor. Antes de se suicidarem, Eric e Dylan mataram 12 estudantes e um professor da escola secundária onde estudavam. Usaram rifles e bombas. Outros 21 estudantes ficaram feridos. O crime motivou o extraordinário documentário *Tiros em Columbine*, do cineasta Michael Moore, vencedor de um Oscar em 2003. Mas os assassinatos na Virgínia ultrapassaram todos os limites. Não há paralelo na História moderna.

Esses acontecimentos levaram as autoridades americanas a tornar mais seguras as escolas, instalando câmeras, montando sistemas de alerta via internet, instalando detectores de metal, contratando guardas. Nada disso impediu que um rapaz de apenas 14 anos de idade atacasse a tiros seus colegas numa escola em Cleveland, Ohio, na manhã da quarta-feira, 10 de outubro de 2007. O estudante Asa H. Coon havia sido suspenso por mau comportamento. Um dia após a punição, entrou na escola com dois revólveres (armas muito velhas, de colecionador, tão antigas que a polícia não foi capaz de descobrir a origem) e abriu fogo contra quem viu pela frente. Feriu quatro pessoas e, em seguida, se matou com um tiro na cabeça. Asa Coon tinha antecedentes psiquiátricos, era brigão e havia prometido "explodir a escola".

Mesmo a Finlândia, um dos países mais ricos do mundo e com melhor índice de qualidade de vida, não esteve livre da barbárie. Na manhã da quarta-feira, 7 de novembro de 2007, um aluno da escola secundária de Tuusula abriu fogo contra os colegas. Pelo menos sete morreram. Ele também matou a diretora da escola, antes de disparar contra a própria cabeça. O estudante morreu num hospital da cidade duas horas depois. Na véspera da matança que chocou o pequeno país escandinavo, o atirador havia exibido um vídeo na internet em que declarava sua intenção de promover uma chacina na escola. Nem assim foi possível impedi-lo. O atirador enlouquecido, de apenas 18 anos, se dizia admirador de Hitler e Stalin.

No dia 11 de março de 2009, uma terça-feira fria e chuvosa em Winnenden, cidade de 27 mil habitantes no sudoeste da Alemanha, um jovem de 17 anos protagonizou outro massacre. Armado com uma pistola Beretta 9mm, Tim Kretschmer abriu fogo contra seus colegas na escola secundária onde estudava. Matou nove. Depois invadiu uma loja, enfrentou a polícia e terminou se matando após eliminar um total de 14 pessoas. Tim, que era considerado um estudante calmo e perfeitamente normal, roubou a Beretta do pai, um homem de negócios que possuía 16 armas em casa. Na véspera do massacre, o estudante colocou um vídeo na internet avisando que iria cometer os crimes. No total, 15 mortes. Quem viu, não acreditou.

Mas, aqui no Brasil, estamos longe deste horror. Certo? Errado. Um estudo publicado pela *Revista de Saúde Pública,* da Universidade de São Paulo (vol. 34-2000), traduz para o português um quadro assustador em nossas escolas. Os pesquisadores Beatriz Carlini-Cotrim, Cyntia Gazal e Nélson Gouveia, após minucioso trabalho,

investigando milhares de alunos de instituições públicas e privadas das regiões metropolitanas, apresentaram conclusões capazes de assustar um observador de pedra: quase 5% dos entrevistados, entre 15 e 18 anos de idade, confessaram portar armas (revólveres e facas) no ambiente escolar; aproximadamente 9% admitiram ter tentado o suicídio pelo menos uma vez. Note-se que os dados pesquisados são do início da década. Agora — provavelmente — seriam mais graves. Acompanhe:

> Uma proporção significativa de estudantes engajam-se em comportamentos de risco à saúde, principalmente na faixa de 15 a 18 anos de idade. Nas escolas públicas, os comportamentos mais frequentes foram: andar de motocicleta sem capacete (70,4% dos estudantes que andaram de motocicleta); não utilização de preservativos na última relação sexual (34% dos sexualmente ativos); andar armado (4,8% dos respondentes no último ano) e tentar suicídio (8,6% nos últimos 12 meses). Nas escolas privadas, o uso de substâncias psicoativas foi o comportamento de risco mais proeminente: 25% relataram pelo menos um episódio de uso de álcool; 20,2% usaram algum inalante no último ano; e 22,2% consumiram maconha no mesmo período. As estudantes do sexo feminino relataram menos comportamentos de risco, à exceção de tentativas de suicídio e de controle de peso por métodos não saudáveis.

Não há estatísticas oficiais sobre a violência nas escolas de São Paulo. As ocorrências são registradas pela polícia sem que o governo se preocupe com a formulação de uma política adequada à prevenção. Agressões, homicídios, drogas, violência sexual e ofensas são usuais. O sindicato dos professores informa que 11% dos docentes sofreram algum tipo de agressão física. Se acrescentarmos ameaças de agressão, o número sobe para 21%. Em 20 de junho de 2007, em São José do Rio Preto, interior de São Paulo, um aluno do nono ano da

Escola Estadual Frederici Pacheco botou fogo no cabelo da professora de ciências, usando um isqueiro a gás. O fato ocorreu dentro da sala de aula. Detido pela polícia, suspeito de estar drogado, o estudante tentou negar a agressão, mas foi acusado pelos colegas. A professora não se feriu, e o incidente não teria gravidade se não ilustrasse o clima de insegurança nas escolas.

Um artigo do jornalista Ruy Castro, "Selva na sala de aula", publicado pela *Folha*, cita outros casos estarrecedores. Confira:

> (...) em Macatuba (315 km de São Paulo), quatro alunos do 2º Grau aplicaram superbonder na cadeira da professora de biologia. Além do constrangimento, a professora teve a roupa rasgada e sofreu severas escoriações de pele no esforço para se livrar. No mesmo dia, em Piraju (330 km de São Paulo), outros dois alunos botaram fogo no carro da diretora da sua escola. (...) Um dia antes, em Dracena (645 km também de São Paulo), uma senhora de 67 anos, servente de uma escola, teve os dois braços quebrados e ferimentos nos olhos ao ser pisoteada pelos alunos assim que abriu o portão dando acesso às salas de aulas. (...) E há cerca de 15 dias, numa escola de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, um menino de 9 anos bateu vários recordes. Ao ser repreendido por uma professora, correu para o banheiro e quis se trancar. Quando a mestra tentou falar com ele pelo vão da porta, ele fechou a porta com força sobre a mão da professora e decepou-lhe a ponta do dedo indicador, que caiu no chão.

No primeiro semestre de 2007, o governo José Serra iniciou um projeto de instalação de câmeras de vigilância nas escolas estaduais de São Paulo. Em convênio com a prefeitura da capital, montou um sistema de vigilância eletrônica que já atinge 30% das escolas. As ocorrências de vandalismo, agressões e roubos despencaram. As câmeras, controladas por computador, são operadas pela direção das escolas e pelos próprios professores, em alguns casos de dentro das

salas de aulas. Uma solução fácil e barata. Na quarta-feira, 5 de setembro de 2007, uma reportagem do *Jornal da Record* revelava o êxito do projeto: a estatística de violência na sala de aula despencava.

Na manhã da quarta-feira, 12 de novembro de 2008, alunos da Escola Estadual Amadeu Amaral, no bairro do Belém, zona leste de São Paulo, iniciaram uma briga que se generalizou por toda a unidade escolar. Os estudantes, que seriam ligados a gangues rivais, literalmente destruíram o colégio, instalado num prédio tombado pelo Patrimônio Histórico e considerado um modelo. Os professores foram agredidos e se refugiaram numa sala. A diretora passou mal e desmaiou. A confusão só terminou com a chegada da polícia, que usou bombas de gás lacrimogêneo para acabar com o tumulto. Alguns vizinhos disseram à polícia que ouviram tiros dentro da escola-modelo.

Em 2008, foram registrados vários ataques de estudantes contra professores da rede estadual paulista. Em vários desses casos, os alunos "colaram" professoras na cadeira, utilizando produtos químicos de secagem rápida, destinados a soldar madeira e materiais plásticos. É uma cena bizarra: a professora tenta se levantar e não consegue, terminando por sofrer ferimentos, arrancando a pele das pernas, sob estrondosa gargalhada dos alunos. Além disso, são cada vez mais frequentes os crimes de homicídio ocorridos dentro das escolas, motivados por relacionamentos desfeitos entre adolescentes ou ligados ao tráfico de drogas.

Não temos ainda um *Tiros em Columbine* nacional, mas temos uma série de pequenos assassinatos diários, que resultam numa tragédia maior. Bem maior, se somarmos todas as vítimas. A violência

juvenil e o envolvimento com as drogas se tornaram uma praga globalizada. O *Observatório Internacional da Violência na Escola* informa que uma em cada 12 crianças em todo o mundo sofre violência no ambiente escolar. Estudantes franceses, ingleses e espanhóis, entre 2002 e 2004, participaram de uma pesquisa sobre o tema. O *Observatório* entrevistou 5.991 alunos de escolas públicas urbanas. Só 3,8% declararam não ter sofrido violência ou constrangimentos na escola (outros detalhes em www.universia.com.br). Nos Estados Unidos, para cada grupo de 100 mil estudantes, um crime é registrado todos os dias.

No México, crianças em idade escolar e jovens estão diretamente envolvidos nos enfrentamentos ligados ao narcotráfico. As lutas internas dos cartéis das drogas — eles já substituem os colombianos na entrega de cocaína, maconha e drogas sintéticas nos Estados Unidos — resultaram em mais de mil pessoas mortas nos primeiros quatro meses de 2007. Quase todos eram jovens de até 20 anos e crianças. O México foi sócio preferencial do primeiro governo George W. Bush na América Latina. Mais de seis anos de cooperação entre eles elevou o comércio, aumentou a produção e fez com que o México tomasse o lugar do Brasil entre os maiores PIBs do mundo, passando do 11º para o 10º lugar. Houve um surto de desenvolvimento, aumento da oferta de trabalho e da renda per capita. Mas o declínio foi tão vertiginoso quanto o crescimento.

Agora o Brasil já é a 8ª economia do mundo. Com a descoberta de jazidas de petróleo do pré-sal, vai se colocar em 5º lugar nos próximos anos. O México ficou para trás — e se envolve numa violência sem precedentes.

À medida que o processo de sociedade com os EUA foi esfriando, os mexicanos assistiram a uma escalada da violência e do desemprego, ambos associados, na mesma proporção e com incrível velocidade. Os crimes de morte, o narcotráfico, o contrabando de armas, a pirataria e as fraudes bancárias assumiram proporções nunca vistas naquele país. Aparentemente, você estar *in* ou *out* nas relações com os Estados Unidos tem impacto direto sobre o desenvolvimento e um reflexo quase imediato na questão da violência. Agora, desfeita a parceria preferencial com os mexicanos, o governo dos Estados Unidos, já sob Barack Obama, está pensando em mobilizar as Forças Armadas para atuar nas fronteiras com o México.

O México se tornou um lugar tão perigoso, que o jornal *Washington Post*, um dos mais importantes do mundo, publicou, na quarta-feira, 30 de maio de 2007, que o país era o segundo mais arriscado para o trabalho dos jornalistas, perdendo só para o Iraque invadido. Segundo o periódico, isso ocorrera "devido ao crescimento do crime organizado e do narcotráfico nos últimos anos".

> Desde outubro do ano passado [2006], sete jornalistas foram mortos no país, e outros estão desaparecidos ou foram alvo de sequestros. No sábado passado [26 de maio de 2007], a cabeça cortada de um delegado [de polícia] foi deixada em frente ao prédio de um jornal do estado de Tabasco, numa suposta tentativa de silenciar seus repórteres. (...) Mais de trinta jornalistas já foram mortos nos últimos seis anos no México. Perante a nova intensidade de intimidação contra os profissionais, os chefes dos jornais se veem obrigados a retirar o nome de seus repórteres da publicação.

Na segunda-feira, 25 de junho de 2007, o governo mexicano afastou 284 chefes de polícia de suas funções, todos ligados à área de

atuação federal. Eram suspeitos de ligação com o tráfico. A *Folha* do dia seguinte informava:

> Expurgo "temporário" visa investigar envolvimento de policiais com o tráfico. (...) Chefes destituídos farão "teste de confiança", como parte do esforço do governo contra o crime organizado, que vive escalada.

O México parece naufragar também em denúncias contra políticos e autoridades, como aqui, nas terras brasileiras. Os dois maiores países da América Latina estão gravemente adoecidos. O governo mexicano, no entanto, teve a coragem de oferecer 20 milhões de dólares em recompensas para quem entregar os 24 "barões" da droga, chefes dos cartéis que controlam o narcotráfico. O Brasil faz de conta que aqui não existem "barões" do crime.

Tal foi a obsessão americana contra os terroristas que atacaram Nova York e o Pentágono, e tal era o ódio acumulado contra Saddam Hussein, desde a primeira Guerra do Golfo, em 1991, que George W. Bush esqueceu completamente a América Latina. O resultado disso, além das implicações comerciais, foi o ressurgimento do nacionalismo de esquerda e do sentimento antiamericano no continente. Hugo Chávez (Venezuela), Evo Morales (Bolívia), Rafael Correa (Equador), Tabaré Vásquez (Uruguai), Daniel Ortega (Nicarágua), além da socialista Michelle Bachelet (Chile) e do próprio Lula, mostraram ao mundo a redução da influência da diplomacia americana nos últimos anos. No período, Brasil e Venezuela aparecem disputando a liderança continental.

O novo presidente americano, o democrata Barack Obama, prometeu uma guinada nas relações entre Washington e a América

Latina. Em março de 2009, quando foi eleito em El Salvador o presidente de esquerda Maurício Funes, representante da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), Obama fez questão de telefonar para o salvadorenho, cumprimentando-o pela vitória eleitoral, algo impensável no governo Bush. A primeira viagem oficial de Maurício Funes foi ao Brasil. Ele se encontrou com o presidente Lula em São Paulo, acompanhado da mulher, Vanda Pignato, que é paulista e militante do PT.

A verdade é que, com o rebaixamento das relações dos Estados Unidos com o resto do continente, Bush ajudou — e muito — no avanço das forças populares de esquerda. Certa vez, um professor de sociologia da Universidade Notre Dame, no Rio, me disse que "a revolução avança mais nos períodos de normalidade e convivência do que nos conflitos, porque os trabalhadores têm mais tempo e condições de se organizar". Na época, não entendi muito bem. Mas agora, observando os últimos vinte anos de política na América Latina, dá para perceber o real significado dessas palavras.

Os avanços da esquerda democrática e socialista na América Latina continuaram em 2009. Em 16 de março, o representante da Frente Farabundo Marti de LIbertação Nacional (FMLN), o ex-guerrilheiro Maurício Funes, venceu a eleição em El Salvador, no primeiro turno, com 51% dos votos. Em 29 de novembro, o Uruguai elegeu o ex-guerrilheiro tupamaro José "Pepe" Mujica, 74 anos, dos quais passou 14 na cadeia por ter sido um dos comandantes da luta armada no país, nos anos 1960/1970. Em 6 de dezembro, o *cocalero* Evo Morales foi reeleito na Bolívia, com 64% dos votos. A nota trágica, porém burlesca, do período foi a destituição do presidente

hondurenho Manuel Zelaya: ele foi arrancado de casa na noite de 28 de junho e expulso do país, ainda de pijama, por tropas do exército e da polícia de choque. Foi arrastado para um avião militar e desembarcado à força de armas no aeroporto internacional de San Juan, na Costa Rica. O golpe que derrubou Zelaya — estava no poder desde 27 de janeiro de 2006 — foi autorizado pela Suprema Corte e pelo Congresso do país. Aparentemente, foi o primeiro "golpe constitucional" de que se tem notícia no continente.

As perdas políticas dos Estados Unidos, com um quase completo isolamento na América Latina, foram muito maiores do que os êxitos militares na guerra contra o terror. O governo islâmico radical do Talibã foi derrubado no Afeganistão, país de onde partiram os terroristas que atacaram a América, mas se iniciou uma guerra de desgaste que pode durar várias décadas. O presidente Obama, forte opositor da política belicista de Bush, decidiu ampliar a guerra afegã. Convocou mais 30 mil soldados para o conflito, além de obter da OTAN um reforço de cinco mil homens. E nada da resistência islâmica dar sinais de fraqueza. O chefe da milícia talibã no fronteiriço Paquistão, para onde a guerra se alastrou, e dado como morto num ataque aéreo, reapareceu vivinho da silva, na primeira semana de outubro de 2009. Hakimullah Mehsud foi fotografado por Kin White, da agência Reuters: vestia uma bata branca, estava desarmado e de mãos dadas com um clérigo muçulmano local. A invasão do Iraque, mais o aprisionamento e a execução de Saddam Hussein por enforcamento, deflagrou um novo Vietnã, onde as forças aliadas já somam quase 5 mil mortos (4.252 no Iraque e seiscentos no

Afeganistão) e uns 15 mil feridos, segundo informou o comando aliado.

Os dois filhos de Saddam foram mortos nos bombardeios a Bagdá, naquilo conhecido como Operação Choque e Terror, um dos maiores ataques aéreos da História. Até agora os americanos não divulgaram quanto custaram os milhares de bombas e foguetes lançados. O presidente iraquiano, que valia uma recompensa de 25 milhões de dólares, oferecida pelo FBI e pela CIA, foi traído por um primo e capturado num buraco imundo em Tikrit, sua cidade natal, a 160 quilômetros da capital. Foi no sábado, 13 de dezembro de 2003. Uma força de choque da Sétima Cavalaria americana (por cavalaria, em termos modernos, entenda-se blindados e helicópteros) encontrou o ditador dentro de um buraco de concreto, uma espécie de cisterna, com 6 metros quadrados de área, a cerca de 5 metros abaixo do solo. Estava sozinho, transformado num mendigo, cabelos em desalinho, barba longa desgrenhada. Nada lembrava a arrogante figura do líder iraquiano, seu vasto bigode, o uniforme militar ou os ternos, camisas e gravatas importados. No esconderijo miserável havia uma cama, um balde para necessidades fisiológicas, um exemplar do Corão e um fuzil automático AK-47, que ele não usou.

Executado por enforcamento, três anos depois, teve morte bem pior do que os criminosos nazistas condenados pelo Tribunal de Nuremberg. Simplesmente pendurado por uma corda, não teve um cadafalso, um método de morte instantânea que quebra o pescoço do sentenciado, com o peso do corpo. Saddam debateu-se até que foi praticamente degolado. Nas imagens que vimos pela CNN, filmadas com um telefone celular, o ditador morreu em agonia, ouvindo seus

executores gritando o nome dos inimigos que ele cultivou a vida inteira, especialmente os líderes religiosos que se opuseram ao regime de violência da era Saddam. “Al-Sadir, Al-Sadir”, numa referência a Moqtada Al-Sadir, clérigo xiita de Najaf, inspirador das Brigadas de al Mahdi, foi ouvido pelo menos uma vez. De novo: nem os piores criminosos julgados por tribunais internacionais, como os nazistas, acusados de exterminar 6 milhões de judeus, tiveram uma execução tão horrorosa. Foi uma vingança impiedosa — senão com a concordância, ao menos com a indiferença do Ocidente. No Texas, a família Bush deve ter se arrepiado.

O confronto no Iraque e no Afeganistão, ao invés de conter, insuflou o terrorismo, a venda de armas e o tráfico de drogas. As implicações disto chegam a todos os países, incluindo o Brasil. Muitos soldados do tráfico no Rio se intitulam “guerreiros bin Laden” após o 11 de Setembro. Acreditam que o terrorista saudita é “o homem mais corajoso do mundo”, por ter atacado com 19 homens desarmados a maior potência do mundo. Alguns chefes do comércio de drogas cunharam medalhões em ouro com a face do terrorista, que portam no pescoço com grandes correntes.

No sábado, 29 de outubro de 2005, ao emboscar e matar o traficante Erismar Rodrigues Moreira, o Bem-Te-Vi, chefe de uma parte do tráfico de drogas na favela carioca da Rocinha — operação, aliás, altamente questionada pelos meios de comunicação —, a polícia apreendeu um medalhão bin Laden. O traficante usava o símbolo de rebeldia ostensivamente, mostrando que estava ali para desafiar o status quo. Uma fonte da inteligência da polícia do Rio,

que pediu para não ser identificada, me disse que "tem sido comum a apreensão desse tipo de medalhão, assim como a referência aos 'guerreiros bin Laden' no vocabulário do crime organizado".

Os dez policiais que mataram Bem-Te-Vi haviam alugado um apartamento semanas antes, exatamente em frente a um dos pontos de venda de drogas. Quando ele apareceu, abriram fogo de armas automáticas. Os tiros de fuzis e metralhadoras vieram da janela de um sobrado, a uma distância de uns 15 metros de onde estava o traficante. Pelo que se vê nas fotos da autópsia do bandido, divulgadas na internet (ver www.cabulosos.com), Bem-Te-Vi teve o pé direito praticamente amputado e recebeu inúmeros ferimentos na região da cintura. Depois de acertá-lo tantas vezes, a polícia mobilizou tropas de choque e dois carros blindados para remover os agentes e o corpo do traficante. Disseram que ele chegou vivo ao hospital Miguel Couto, emergência que atende a área da Rocinha, mas não resistiu. Outras três pessoas ficaram feridas com a chuva de balas que caiu sobre Bem-Te-Vi, e uma outra morreu.

Nos registros do hospital Miguel Couto, para a noite de 29 de outubro de 2005 existe uma anotação sobre o traficante: "Morto ao dar entrada na emergência." Para amenizar as coisas e criar uma impressão de legalidade, a polícia costuma "socorrer" a vítima de execução sumária. As viaturas chegam com grande estardalhaço ao hospital, os atendentes ficam intimidados com o aparato, o corpo é colocado sobre uma maca e empurrado para dentro do prédio. Portanto, "morto ao dar entrada".

O primeiro a citar os "guerreiros bin Laden" e os "unitas" foi o jornalista e escritor Julio Ludemir. Seus livros (*No coração do Comando*,

Sorria, você está na Rocinha, Lembrancinha do Adeus e *O bandido da chacrete*), apesar de serem obras de ficção, têm pelo menos um pé na realidade. Ludemir é uma espécie de cronista do submundo carioca. Conhece as favelas, os bandidos, as comunidades. Na primeira semana de agosto de 2007, troquei e-mails com ele para tratar deste detalhe dos medalhões. Ele me respondeu:

> O *Sorria* não é um livro de reportagem. É uma ficção. Digo isso para explicar a origem do medalhão de ouro com a cara do bin Laden. Este medalhão foi visto pelo Lenine [o músico], na favela de Antares, zona oeste do Rio de Janeiro. Lenine foi para esta favela participar de uma Conexão Urbana, importante projeto cultural carioca.

Procurei o cantor e compositor Lenine, hoje um dos mais destacados representantes da moderna música popular brasileira, para comentar o assunto. Mas não obtive resposta. No entanto, às quatro e meia da tarde do dia 14 de dezembro de 2007, na Avenida Nações Unidas, zona sul de São Paulo, parei num sinal de trânsito atrás de uma caminhonete Furgline com placas vermelhas (indicando atividade comercial). Foi em frente à fábrica de cosméticos da Avon. No vidro traseiro do veículo havia um grande adesivo, com cerca de 35 centímetros de altura por 30 de largura, com o rosto de bin Laden. Um motoqueiro parou ao lado do motorista do furgão. Travaram insólito diálogo:

— Que porra é essa, mano? Esse cara aí atrás é um terrorista, assassino — disse o motoqueiro.

— Pra mim é um sinal de resistência — respondeu o motorista, mulato de uns 40 anos, que carregava a imagem do chefe da al Qaeda.

O sinal abriu e os dois seguiram seus caminhos.

Numa festa de aniversário em homenagem ao traficante Fabiano Atanásio da Silva, o FB, chefão do Comando Vermelho no comércio de drogas da Vila Cruzeiro, Complexo do Alemão, ocorrida em julho de 2009, a multidão reunida num baile funk foi animada pelo MC Smith, que cantou:

"A festa do FB
está tipo Osama Bin Laden...
A PM aqui não entra,
aqui só tem talibã...
terroristas da al-Qaeda..."

Poucos meses depois, Fabinho FB iria se tornar famoso em todo o país — e até internacionalmente — ao comandar uma força armada de cerca de 200 homens que invadiu o Morro dos Macacos para ocupar as bocas de fumo de uma organização rival, a ADA (Amigos dos Amigos). Durante os combates, que duraram dias, os bandidos derrubaram um helicóptero da PM, como já vimos no primeiro capítulo.

12

A FÚRIA DO OCIDENTE contra o terrorismo se espalhou pela Ásia, o Oriente Médio, a África e chegou até a América do Sul.

Na Ásia Central — Afeganistão, Paquistão, Usbequistão e outros —, a produção de drogas aumentou em quase 50% desde a invasão aliada. A derrubada dos talibãs, que eram visceralmente contra as drogas, fez com que os clãs produtores de papoula e ópio voltassem a atuar a todo vapor. Em junho de 2007, a agência Estado informava, pelo site Yahoo! Notícias:

> A produção de papoula e ópio do Afeganistão registrou um novo aumento significativo em 2006, avançando quase 49% em comparação com o ano anterior e elevando a um novo recorde a produção mundial das matérias-primas da heroína, revela um estudo anual divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Viena. A produção de ópio do Afeganistão aumentou de 4.100 toneladas métricas em 2006 para 6.100 toneladas métricas no ano passado.

O diretor-executivo da Agência das Nações Unidas de Combate às

Drogas e ao Crime Organizado, Antônio Maria Costa, durante a divulgação do estudo, declarou que o problema deveria se agravar em 2007. O Afeganistão, que atingiu a incrível marca de dominar 92% da produção de material básico para heroína, após a invasão aliada, é responsável pela recente explosão do tráfico e do consumo desse entorpecente na Europa e nos Estados Unidos. As rotas são controladas pela Máfia Siciliana, pela União Corsa francesa e pela recentíssima Máfia russa, além de envolver organizações criminosas alemãs, nigerianas, colombianas e até brasileiras. As polícias de São Paulo e Rio de Janeiro registram aumento considerável de apreensões de heroína, cujo consumo sempre esteve restrito a gente muito rica que havia se viciado morando na Europa.

O psiquiatra Ronaldo Laranjeiras, coordenador da Unidade de Pesquisas de Álcool e Drogas na Universidade Federal de São Paulo, com PhD pela London School of Medicin, escreveu:

> Nos últimos vinte anos existiu uma tendência do consumo de drogas ilícitas de mudar constantemente no Brasil. Devemos nos perguntar qual seria a próxima mudança que deverá ocorrer entre nós. Como existe uma tendência, já notada há alguns anos, de internacionalização do uso da heroína e, além disso, como alguns países andinos estão plantando ópio, uma das possibilidades é que a heroína seja a próxima droga de abuso que surgirá no Brasil.

Não é preciso ser nenhum acadêmico para entender as consequências sobre o Brasil do agravamento dos problemas internacionais. Cá entre nós, os governantes — infelizmente — não estão nem aí para a questão. Sequer compreendem o real significado de crime organizado. Acham que tudo se reduz a acontecimentos na

esfera policial — e não política, econômica e social. A resposta do Estado é quase sempre um conjunto de operações armadas contra pequenos traficantes e algumas quadrilhas sem grande repercussão sobre o conjunto das atividades ilícitas. Apenas agentes, não autores. O governo Lula, adentrado no segundo mandato, apenas arranhou uma política de segurança. Muitos especialistas arriscam dizer que o governo não sabe como fazê-lo.

Após o martírio do menino João Hélio e de violentos choques armados no Rio e em São Paulo, o governo federal anunciou, com grande barulho na mídia, o Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci). O projeto promete verbas da casa de bilhões de reais a estados e municípios. Garante a criação de arquivos eletrônicos nacionais com informações de criminosos, contando com investimentos em informatização e digitalização dos sistemas policiais; promete também ampliar a Força Nacional de Segurança (criada em 2004 e organizada no ano seguinte com elementos das polícias federal e estaduais, constitui-se como um grupo paramilitar, com uniformes camuflados e fuzis AR-15 (Colt M-16) e FAL. Após os primeiros confrontos armados contra traficantes no Rio, os homens da FNS, num total de 30%, pediram baixa do serviço. Estavam longe de casa, vivendo em condições precárias de alojamento etc. Para dar maior impacto ao anúncio, o ministro da Justiça, Tarso Genro, deu entrevista coletiva para prometer que o novo plano de segurança iria diminuir em cerca de 50% os índices de criminalidade, num período de apenas quatro anos. Uma fórmula mágica que parece pertencer mais ao mundo da fantasia política do que à vida real.

Cerca de quatro anos depois, houve uma redução dos números

gerais da criminalidade, estimada entre 6% e 8%, especialmente nos crimes contra a vida. Isto — no entanto — não se deve a nenhum Pronasci, do qual ninguém fala mais e que deixou de frequentar as páginas dos jornais. A redução dos índices de criminalidade se deve aos programas de distribuição de renda e ao fato de que os governos Lula abriram alguns milhões de novos postos de trabalho. O sujeito empregado não passa o dia no botequim nem no campinho de futebol. Tem outras preocupações, entre elas adentrar o mercado consumidor. Não mata por qualquer motivo fútil. O crime de homicídio é o primeiro a cair das estatísticas ao menor sinal de desenvolvimento econômico.

O Pronasci, apesar de seus ambiciosos objetivos, recebeu inúmeras críticas de especialistas em segurança pública. Vale lembrar que o governo já havia anunciado um programa contra a violência anos antes, quando um surto de crimes no Rio de Janeiro assustou o país inteiro. Não funcionou. As metas não foram atingidas. Muitos consideram que, na verdade, houve um retrocesso. Todos os dados de que disponho em meu trabalho reforçam a hipótese de que naquele período demos vários passos para trás em matéria de segurança pública. Prefiro, contudo, citar outra fonte. Em 16 de abril de 2004, pouco depois do anúncio do primeiro plano, o ex-secretário nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, deu entrevista à *Folha*. Criticou duramente o projeto. Acompanhe:

> Nada foi feito, nem sequer a suspensão dos contingenciamentos foi feita. Pelo contrário, do ano passado para este ano o Fundo Nacional de Segurança Pública sofreu um corte de 10%. No governo Fernando Henrique [1995-2002], nós reclamávamos que os aumentos eram pequenos, e agora, pela primeira vez, houve redução dos recursos.

O lançamento do Pronasci, em 2007, não se refere ao fracasso anterior. Ao menos publicamente, não houve autocrítica. Para piorar, o Pronasci terminou sendo aprovado numa apressada sessão noturna da Câmara dos Deputados, em 8 de outubro de 2007. Sofrendo pressão das oposições, o plano foi aprovado "em termos genéricos", ficando os "pontos específicos" para serem votados mais tarde. O projeto do governo não dedicou mais do que umas poucas linhas ao cenário internacional. Repito: um dos principais desvios do Pronasci é não se referenciar no contexto internacional para embasar análises sobre o que acontece no país. É como se tudo fosse um problema brasileiro, desconectado do mundo, numa era em que o crime está globalizado. O presidente Lula chegou a declarar ao *Jornal Nacional*:

> — Vamos reocupar o espaço que o Estado brasileiro cedeu ao narcotráfico. Vamos competir com o narcotráfico, levando às populações pobres do Brasil aquilo que está faltando.

Repito a frase, já citada anteriormente, porque é uma meia-verdade. Declaração de caráter político, que dificilmente terá consequência sobre o cotidiano das comunidades pobres e seu envolvimento com o crime. O presidente falou em escolas, saneamento, nutrição, atividades esportivas. E também em repressão armada, respeitando os direitos individuais. Esse tipo de discurso passa a impressão de que o crime organizado surge por uma espécie de "geração espontânea" no interior da comunidade pobre, o que é uma rematada bobagem. Na verdade, o crime organizado atua de fora para dentro. Monta esquemas de distribuição de drogas no varejo, vende armas e proteção. As drogas vêm de fora. As armas também. E

o dinheiro também. O crime organizado investe nessas comunidades pobres para montar suas redes de distribuição e para controlar segmentos da população num esquema de solidariedade e terror. O que acontece nas favelas e nas periferias é consequência da existência de fortes estruturas criminais agindo fora desse cenário, o que inclui organizações transnacionais.

O início do narcotráfico em escala comercial no Brasil data de 1982. Na época, os traficantes colombianos, especialmente o cartel de Medelín, chefiado pelo líder histórico Pablo Escobar, concluíram que o país deveria passar de simples corredor de exportação de drogas (para os Estados Unidos e Europa) à condição de mercado consumidor. O Brasil dispunha de uma vida metropolitana, com grandes cidades (quase 80% da população vivendo em municípios de mais de 170 mil habitantes, segundo o IBGE), uma juventude ativa, farta atividade noturna, grandes contrastes sociais que facilitavam o comércio de drogas, a prostituição etc. Os colombianos, então, procuraram os banqueiros do jogo do bicho no Rio de Janeiro, representantes da primeira manifestação de crime organizado no país. Sua origem remonta ao final do Império, quando o barão de Drummond (João Batista Viana Drummond) inventou uma "loteria de bichos" para tentar salvar um zoológico falido que ficava em suas terras, hoje o bairro de Vila Isabel. Vou repetir: o jogo do bicho, tolerado no Brasil há mais de um século, considerado a "loteria dos pobres", chamado de "para todos", foi a primeira manifestação do crime organizado no Brasil. Era início dos anos 1980; o grupo de contraventores que controlava o jogo do bicho no Rio de Janeiro (e também operações de contrabando, outros jogos ilegais, venda de

bebidas estrangeiras e prostituição) gostou da ideia trazida pelos colombianos. Eles viram a possibilidade de grandes lucros, mas temeram que a instalação do tráfico de drogas levasse à destruição de sua organização. (Um dilema semelhante ao vivido pela máfia americana nos anos 1950/1960.)

Mas superou-se o dilema e firmou-se o acordo, surgindo assim a primeira interface entre nossos bandidos e o mundo globalizado da droga. Um grupo chefiado pelo contraventor Antônio José Nicolau, o Toninho Turco, sediado em Marechal Hermes, no Rio de Janeiro, reunia 91 integrantes, dos quais 61 eram policiais e ex-policiais. O "cartelzinho" carioca, como ficou conhecido, recebia e distribuía toda a cocaína que chegava da Colômbia. E a droga ia para as favelas, onde eram montados os pontos de distribuição, protegidos por bandos armados. Bem, o resto a gente já sabe. (Para maiores detalhes, ver *Comando Vermelho — A história secreta do crime organizado*.)

Há poucos registros dessa primeira fase das negociações para instalação do tráfico em larga escala no país. Um deles é o livro-reportagem *A máfia não manda flores* (Global, 1981), dos jornalistas Ernesto Rodrigues e Paulo Markun, que trata do assassinato do ex-policial carioca Mariel Mariscot de Matos, ocorrido na tarde de 8 de outubro de 1981. Mariel, integrante de um esquadrão da morte chamado Os Homens de Ouro, elite da polícia carioca na época, estava tentando montar sua própria conexão para o tráfico de drogas e competindo com a contravenção. Do seu assassinato, numa rua movimentada no centro do Rio, teriam participado vários policiais da ativa, incluindo um delegado. Ernesto Rodrigues, um dos autores do livro, comenta:

— Na época em que escrevemos *A máfia não manda flores*, apenas arranhamos o problema do envolvimento dos contraventores com o tráfico de drogas. Em 1981, não era uma questão tão visível.

No mesmo período, dois relatórios reservados dos serviços de inteligência militares, um do Ciex, o centro de informações do Exército, e outro do Cenimar, da Marinha, registraram o envolvimento dos bicheiros com o tráfico. Os documentos foram citados pelo *Jornal do Brasil*, mas o conteúdo deles nunca foi integralmente conhecido. Em *Comando Vermelho*, reproduzi trechos dos documentos.

A articulação entre o cartel de Medelín e a contravenção carioca é um exemplo do peso da influência das organizações criminosas internacionais na consolidação do tráfico. Indica também o quanto falta de compreensão aos formuladores do Plano Nacional de Segurança com Cidadania. Ao insistir na ação policial pura e simples, com uns vernizes de assistencialismo, o projeto do governo continua com uma visão estreita e preconceituosa do problema. Ao pintar um alvo sobre as comunidades carentes, sobre "as classes perigosas", as políticas de segurança praticadas pelos governantes estabelecem um tipo de apartheid social. Todo o esquema repressivo e/ou preventivo se volta para a proteção das classes abastadas. Os pobres que se virem nas favelas, nos guetos, nas periferias.

A professora Marisa Feffermann, doutora em psicologia do desenvolvimento humano pela Universidade de São Paulo (USP), tem uma excelente definição do problema:

> A atuação da polícia nas classes populares provoca um medo crescente que pode chegar

> ao terror. Isso impede, e até reprime, qualquer expressão de cidadania, pessoal ou coletiva, isolando-os e abandonando-os perante o aparato institucional. Enquanto o pobre é estigmatizado como perigoso, as práticas criminosas das elites continuam impunes.

Num país como o nosso, em que o crime está disseminado por toda a sociedade, certamente o banditismo não é um fenômeno exclusivo das camadas empobrecidas da população. Mas a repressão é quase exclusivamente sobre esses segmentos da sociedade. Marisa, em seu livro-tese *Vidas arriscadas* (Vozes, 2006), que trata da infância envolvida com o tráfico, diz o seguinte:

> Resultante da promiscuidade entre o legal e o ilegal, a hegemonia do cinismo prevalece. A violência, tornada banal, permite a transgressão de qualquer conceito de cidadania. A fronteira entre o legal e o ilegal se torna então tenuidade. Com a expansão do mercado clandestino e da criminalidade, a questão das drogas fugiu a qualquer tipo de controle, ocorrendo o desenvolvimento de organizações criminosas complexas, que têm ligação direta com o mundo oficial, legal.

É impossível não reconhecer um traço da ideologia das classes dominantes ao observar a ação do Estado contra o crime. Ao mesmo tempo que não apura seus próprios delitos, a elite ainda se esforça por aprovar leis que facilitam a prática criminosa e protegem seus integrantes com ampla defesa e fóruns especiais, jamais disponíveis para o povo em geral. Largados à maré da sobrevivência, amplos setores encontram no crime um modo de atender a suas demandas materiais e de se afirmar enquanto pessoas e grupos. Antigamente — e nisso não vai mais de trinta anos — o criminoso era uma exceção em termos sociais. Era o marginal, o desviado, aquele que abandonou

o rumo de uma vida pobre porém direita e honesta. “Pobre, mas limpinho”, era o dito popular. Hoje o criminoso se constituiu em um extrato social novo, visto em todos os lugares e aceito por todos. Acompanhe mais um trecho de *Vidas arriscadas*:

> A marginalidade é a condição na qual se pode observar pontos de ruptura. Trata-se de analisar a marginalidade não como uma manifestação psicopatológica, uma anomalia, mas como manifestação do processo de desestruturação dos modelos sociais...

Ou seja: a criminalidade cresce e se instala como uma opção possível (e válida, no ponto de vista do necessitado) para sobrevivência e ascensão no meio. Bandido com dinheiro na mão, além de dar uma força em casa, compra roupas da moda e acessórios.

No início de 2007, tive um cartão de crédito clonado. Custa cerca de 250 reais no mercado negro. Com ele, o trambiqueiro fez compras no valor de 6.500 reais, antes que a administradora Visa bloqueasse o cartão. Deste total, aproximadamente 900 reais foram gastos na compra de uma porta e duas janelas simples, certamente para concluir uma obra em sua casa na periferia. O resto foi para adquirir roupas esportivas (Nike e Reebok) e correntes, pulseiras e brincos de prata na cadeia de lojas Vivara, uma das maiores do gênero, em até seis prestações mensais. A loja — é claro — não teve a menor preocupação em checar a propriedade do cartão. Conversei com o gerente do meu banco e disse a ele que a compra do material de construção era uma pista para chegar aos criminosos, porque ninguém carrega uma porta e duas janelas num carro. Com certeza, o material teria sido entregue em determinado endereço. Era fácil seguir a pista e prender os bandidos, com ajuda da polícia. O gerente do

banco, meu conhecido de vários anos, comentou o seguinte:

— Olha, Carlos, o banco tem seguro para esse tipo de coisa. Não vale a pena pegar esses caras, porque vai resultar em notícia nos jornais e em propaganda negativa para a instituição. Você não vai ter nenhum prejuízo [e de fato não tive] e vamos deixar por isso mesmo.

Vamos deixar por isso mesmo. As regras do capitalismo são muito claras: já que não vai resultar em prejuízo para nenhuma das partes, deixa pra lá. Um ano depois desse episódio, a administradora Visa me ligou e informou que estava cancelando o meu cartão. Por quê? Eu estava com as contas em dia, então fiquei surpreso. A moça, muito educada ao telefone, me disse:

— O senhor fez uma despesa numa loja [na verdade uma churrascaria na zona sul de São Paulo, próxima à casa da minha sogra] que está sob investigação. Estamos cancelando seu cartão como medida preventiva.

Veja a que ponto chegamos! O crime é uma maneira de o pobre adentrar à força a sociedade de consumo. Esse "crime limpo", sem armas e sem sangue, é aceito como coisa normal, numa boa. É entendido pela comunidade pobre como um golpe sem importância, nada de mais. Os próprios bancos não se preocupam com isso, resguardados pelo seguro. Tudo muito natural.

Nas favelas e periferias, quem consegue juntar algum dinheiro (legal ou ilegalmente) compra logo uma moto ou um carro — e não importa se o veículo está regular ou não. Muitas vezes não está licenciado, ou foi roubado e teve documentos "esquentados". Essas pessoas não têm carteira de trabalho assinada, não declaram imposto de renda, sequer podem comprovar de onde veio o dinheiro para a

compra do veículo. Nas comunidades carentes, o indivíduo comum, normalmente invisível para a sociedade, vai se destacando à medida que consegue acumular alguns bens que faltam à maioria. Televisores, computadores, TV a cabo pirata (o famoso "gatonet"), aparelhos de DVD, celulares e outros itens como reboco nas paredes e azulejos nas cozinhas vão diferenciando aquela família das demais. Muitos desses equipamentos do lar foram conquistados com as facilidades de crédito surgidas com a estabilidade monetária e com os programas de distribuição de renda dos governos Lula.

Mas uma boa parte deles é financiada pela atuação dessas pessoas no mercado ilegal, que hoje emprega muito mais do que a economia formal. Uma parcela considerável desses produtos de consumo doméstico, portanto, está diretamente ligada ao crime organizado. Contrabando e pirataria são vendidos abertamente nos mercados populares e nas ruas de todas as grandes cidades brasileiras. O Brasil falsifica remédios e até o leite das crianças. E não é só o pobre que consome produtos ilegais. Em 10 de outubro de 2007, a Federação do Comércio do Rio de Janeiro divulgou uma pesquisa mostrando que as classes A e B (entre 1.800 e 9.800 reais de renda familiar) compram 56% da pirataria vendida, dos quais 86% em CDs e 53% em DVDs. A pirataria e o contrabando são o trabalho de milhões de brasileiros. Tal ocupação é vista como a coisa mais natural do mundo, um emprego como outro qualquer. Entre os pobres, o conceito de crime é aquele que envolve armas e sangue. Os pequenos golpes são vistos como métodos de sobrevivência. Tudo muito natural. A mão de obra empregada nas tarefas de infraestrutura do tráfico de drogas (imensas lavouras de maconha no Nordeste, embalagem, pesagem e

distribuição de drogas etc.), mesmo não estando diretamente envolvida com os bandos armados, torna-se emprego informal de centenas de milhares de pessoas em todo o país. Esquecendo um pouco a sobriedade da informação, num exercício de eloquência, eu diria que milhões de brasileiros vivem dos mercados ilegais. E estes mercados ilegais possuem uma série de conexões internacionais.

O turismo sexual, por exemplo, opera em escala comercial, com rotas aéreas exclusivas e voos fretados da Europa para as capitais nordestinas. Através de agenciadores mundiais, os clientes escolhem as garotas pela internet e chegam ao Brasil com os arranjos definidos. Além disso, meninas pobres de 10 a 17 anos, que em geral fazem uma única refeição por dia, se prostituem para juntar dinheiro e comprar um telefone celular. (Para detalhes, ver *As meninas da esquina*, Record, 2005, da jornalista Elaine Trindade.) Muitas, porém — eu diria a maioria —, não vendem seus corpos por luxo algum, mas para alimentar filhos e parentes miseráveis em suas casas nas periferias de Salvador, Recife, Fortaleza, Manaus e Belém. Estes são os destinos preferidos do turista sexual, atraído pelos baixos custos em relação ao euro e ao dólar. Impressiona que europeus endinheirados e bem alimentados venham ao Brasil para ter relações com meninas e mulheres pobres, quase esfomeadas e desdentadas. Que espécie de atração física é essa? O que fazem aqui, que não satisfazem com suas compatriotas corpulentas e saudáveis? A imensa maioria dos estrangeiros presos e processados no Brasil por turismo sexual são profissionais liberais em seus países, casados, uma gente com razoável renda pessoal, que tem todos os dentes na boca.

No dia 9 de outubro de 2007, o secretário municipal de

Assistência Social do Rio, Marcelo Garcia, deu entrevista coletiva aos jornais para dizer que havia descoberto uma rede de prostituição infantil na cidade. Duzentos e vinte e três meninos e meninas de 10 a 17 anos estavam sendo explorados em trinta pontos de venda de sexo. O preço: 2 reais, o suficiente para comprar quatro pãezinhos.

Diante de todas as atividades ilícitas no país — nas quais as elites se incluem fartamente — é possível arriscar que quase metade da população brasileira está vivendo no crime. Somos um imenso Paraguai.

No início de 2009, uma gigantesca operação da polícia e do Ministério Público no interior de São Paulo desmontou uma rede de exploração sexual infantil e de pedofilia. Os acusados, exibidos em rede nacional de televisão pelo *Fantástico* (Globo) e pelo *Domingo Espetacular* (Record) eram, na maioria, ex-políticos, empresários e até um médico pediatra. Todos gente boa. Alguns moravam em mansões que se transformaram em cenário de terror para menores indefesos. As vítimas eram crianças de famílias pobres, mal alimentadas, malvestidas, faveladas, analfabetas ou quase, aparentemente sem quaisquer atrativos sexuais. São crianças magras e sujas, que mal sabem falar. Por que, então? Porque a violação de seus corpos, capturada com câmeras digitais, se torna mercadoria no mercado milionário da pedofilia globalizada.

Este é um dos negócios do crime organizado no Brasil. Não se trata apenas de um desvio psicológico de seus autores. Trata-se de um comércio destinado a fornecer prazeres aos consumidores do chamado mundo desenvolvido. Na Ásia, os criminosos filmam estupros de garotas, seguidos de morte, para vender a consumidores

europeus.

Há no mundo dito civilizado um comércio de vídeos registrando ataques sexuais homicidas. São assassinatos de verdade, em geral cometidos contra mulheres asiáticas de origem muito humilde. As imagens são capturadas por câmeras digitais de uso doméstico e sem muita sofisticação, o que aumenta a veracidade das cenas. A Scotland Yard, a polícia inglesa de investigações, traçou em 2005 um perfil dos consumidores desse tipo de pornografia violenta: são homens acima de 45 anos, casados, moradores de cidades grandes e com elevado padrão financeiro. Os crimes e o comércio clandestino de vídeos são uma especialidade da Yakuza, a Máfia japonesa.

A Yakuza está presente no Brasil, principalmente em São Paulo e Manaus. Atua no ramo de pornografia, tráfico humano e de drogas — mas o seu principal negócio é a extorsão de empresários orientais.

13

O BRASIL RICO DESPONTA no mundo. É de novo a décima economia do planeta, com um produto interno de 1,3 trilhão de dólares, maior do que a maioria dos países europeus. A cidade de São Paulo tem a segunda maior frota mundial de helicópteros e jatinhos particulares. Somos o segundo maior importador de automóveis Mercedes Benz. Produzimos mais de 2,4 milhões de barris de petróleo por dia. Temos quase 70 milhões de aparelhos de televisão em uso no país, atingindo 96% da população, o que nos torna o segundo maior mercado do gênero no mundo ocidental. Já são 60 milhões de computadores em operação no país e mais de 160 milhões de assinaturas de telefones celulares. Construímos 250 mil veículos automotores por mês, número que nos destaca em todo o mundo. O governo dispõe de reservas cambiais da ordem de 200 bilhões de dólares. Emprestamos 10 bilhões de dólares ao Fundo Monetário Internacional (FMI), do qual nos tornamos sócios. Doamos seis bilhões de dólares à Argentina

e à Bolívia. Somos o país mais rico do continente sul-americano. Nossa economia é maior do que todas as outras somadas no Cone Sul. Uma única das grandes empresas brasileiras, a Votorantim, anunciou investimentos da ordem de 25 bilhões de reais a partir de 2008, com a criação de 11 mil novos postos de trabalho. A indústria da construção civil já tem mais de 100 mil empresas registradas e emprega 5,4 milhões de operários. Um consórcio de empresas espanholas venceu concorrência para reformar e explorar rodovias federais, com aporte de quase 30 bilhões de reais.

A entrada crescente de capitais estrangeiros no mercado brasileiro levou o dólar ao menor poder de compra dos últimos trinta anos. A descoberta de uma megajazida de petróleo e gás, com 800 quilômetros de comprimento e 200 quilômetros de largura, foi anunciada pelo governo em novembro de 2007, com a estimativa de 5 bilhões de barris de petróleo. Mas a renda per capita brasileira deixa o país em 75º lugar entre as nações. O processo de acumulação de riquezas nacionais nas mãos de menos de 5% da população produz um abismo em relação às classes sociais desfavorecidas. Isto, somado às injustiças e à violência do Estado contra "as classes de risco" — os pobres em geral —, forma a base do problema da violência e da criminalidade entre nós. A fórmula é antiga. Está descrita em todos os clássicos da economia-política desde o século XIX. Mas o método se repete de modo tedioso, revelando a fragilidade de um sistema que não encontra soluções para a pobreza que assola dois terços da espécie humana.

Todos os indicadores da economia nacional, até setembro de 2008, demonstravam que o país estava vivendo um ritmo

inacreditável de crescimento, com pouco mais de 5% do PIB ao ano, gerando emprego e distribuição de renda. A chamada classe C (tecnicamente, a classe média) corresponde a 51% da população brasileira. Sem aviso prévio, porém, o sistema financeiro internacional entrou em colapso. Foi pouco antes do final dos oito anos da catástrofe americana chamada George W. Bush, quando já se desenhava a vitória do candidato negro Barack Hussein Obama à Casa Branca. O primeiro negro a desbancar 232 anos de domínio branco na maior potência econômica e militar do mundo. Os adeptos das teorias conspiratórias acreditam que as forças reacionárias do capitalismo na América mandaram um recado a Obama: "Vamos ver se você sabe lidar com isso."

Da noite para o dia, bancos que haviam apresentado lucros fabulosos no ano anterior, 2007, quebraram, arrasados por uma ciranda financeira irresponsável. Um espanto. Algumas dessas instituições financeiras haviam feito empréstimos, especialmente na forma de carteiras hipotecárias, num total 36 vezes maior do que o capital registrado do banco. A crise, iniciada nos Estados Unidos, atingiu todo o mundo ocidental num período de apenas dois meses. Neste curtíssimo espaço de tempo, os homens mais ricos do planeta perderam 45% de suas fortunas, num total de 2 trilhões de dólares, o equivalente a todo o PIB da Itália. Bill Gates, dono da Microsoft, perdeu 18 bilhões de dólares. No Brasil, o campeão de desastre econômico foi o empresário de mineração Eike Batista, com perdas da ordem de 7,5 bilhões de dólares. A informação é da revista *Forbes*, uma das mais conceituadas do setor, na edição de 11 de março de 2009. Acompanhe um trecho:

A crise atual, que derrubou bolsas pelo mundo, levou grandes economias para a recessão e derrubou milhões de pessoas para abaixo da linha da pobreza, também varreu a fortuna dos bilionários. No ano passado, eram 1.125 pessoas com fortuna de ao menos 1 bilhão de dólares, que juntos tinham 4,4 trilhões de dólares, o PIB japonês. Agora são 793 bilionários, com patrimônio total de 2,4 trilhões de dólares. Na média, cada um tem 900 milhões de dólares a menos do que em 2008.

Infelizmente, a crise também atingiu fortemente os trabalhadores. Até o fim de 2009, esperava-se a perda de 5 milhões de postos de trabalho nos Estados Unidos.

Foi muito pior. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) informou que, entre setembro de 2008 e julho de 2009, vinte milhões de trabalhadores perderam seus empregos em todo o mundo, revelando a pior crise econômica do pós-guerra.

Quando esta tragédia do capitalismo se mostrou no horizonte econômico mundial, os responsáveis pela economia brasileira disseram, desdenhosamente, que "o tsunami americano vai chegar aqui como uma marolinha". Mentira. A enorme onda da recessão caiu sobre o litoral brasileiro com toda a força. Os setores mais agressivos do capitalismo brasileiro, que acumulavam uma década de excelente resultado, com lucros astronômicos, ficaram sem pai nem mãe. Empresas que receberam socorro governamental, através do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), como a Embraer, fabricante de aviões, e as montadoras de automóveis, iniciaram, em seguida, uma onda de demissões, provocando uma reação indignada (e inútil) do presidente Lula. Até a metade de março de 2009, 800 mil trabalhadores já estavam desempregados.

No entanto, apesar da declaração infeliz acerca da “marolinha”, o Brasil foi o primeiro entre as grandes economias mundiais a sair da crise. Em 2009, o país deve registrar um crescimento próximo de zero, o que é muito bom, se comparado ao que aconteceu com as grandes potências. Dois técnicos brasileiros, o ministro Guido Mantega, da Fazenda, e o presidente do Banco Central, Henrique Meireles, deram exemplo: reduziram a taxa de juros e os impostos sobre a produção de bens duráveis e de capital, abriram linhas especiais de crédito e promoveram uma série de intervenções na questão cambial, para reforçar as reservas em dólar e facilitar exportações. Mantega e Meireles foram elogiados pela nata do capitalismo globalizado. O crédito direto ao consumidor, facilitado por garantias governamentais, fez aumentar rapidamente o consumo interno, lembrando a todos que somos um país de 190 milhões de pessoas. A aceleração do crescimento em 2009, porém, revelou fraquezas: precariedade da infraestrutura (faltam estradas, portos, distribuição de energia etc.), falta mão de obra especializada para a indústria, que tem dificuldade de suprir os novos empregos. No entanto, o país ofereceu um espetáculo de crescimento no comércio, na compra direta de produtos pela população, e nos serviços. Ainda no ano sombrio de 2009, batemos recordes de crescimento do emprego: 250 mil novas vagas com carteira assinada em novembro, uma marca histórica. Mais de 1,5 milhão no período. Em 25 de dezembro, o ministro Carlos Lupi, do Trabalho, anunciou que 2010 deve criar mais 2 milhões de novos empregos no país. O Natal desse ano registrou aumento nas vendas de 11% em relação a 2008. Do outro lado do mundo, a poderosa China teve o PIB aumentado em quase

11%. Então, que crise é essa? Mas vale a advertência: a perda de 800 mil empregos a partir de setembro de 2008 empurra essa multidão para a informalidade, a título de sobreviver, o que envolve a ilegalidade e o crime. No Brasil, um trabalhador com dois anos de serviço só consegue reunir economias, segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos), para suprir suas necessidades por três meses após a perda do posto de trabalho. Depois, o leite das crianças vem do biscate, da pirataria e — provavelmente — do tráfico. Pegar em armas é sempre a última das opções, já quando o cara se sente totalmente desgraçado — mas não é uma escolha simplesmente descartável. Uma pesquisa do Departamento Nacional Penitenciário mostra que 68% dos criminosos condenados por roubo qualificado (armado, Art. 157 do Código Penal) praticou o delito por ausência de condições de sobreviver, o que constitui, inclusive, fator de redução da pena. Ao longo de todos esses meus anos de pesquisa sobre a questão da criminalidade e do crime organizado, que são matérias diferentes entre si, me acostumei a ler e acompanhar trabalhos estatísticos. É leitura tediosa, em geral baseada em textos mal escritos e cansativos. A compreensão acadêmica do fenômeno da violência carece de redatores mais ilustrados. Principalmente, carece de estilo e de linguagem acessível. Mesmo assim, pude absorver o seguinte: 70% da população carcerária do país, algo em torno de 450 mil prisioneiros, cometeu um único crime, contra o patrimônio (furto e roubo, com casos raros de subtrair o erário público); cerca de 10% são criminosos passionais, cometeram homicídio e lesões corporais graves por impulso, crimes de paixão, ciúmes, traição, crimes do trânsito,

acidentes etc.; mais 10% são aqueles emocionalmente desequilibrados, que mereceriam mais tratamento do que cadeia, mas que ficam nas penitenciárias por falta quase total de condições adequadas; os restantes 10% são os bandidos profissionais, gente que comanda quadrilhas, que fez do crime um modo de vida. Esses últimos, uma minoria, organizados, respondem pela presença das organizações criminosas no sistema penal. São gente das falanges, das facções criminosas. Por seu caráter organizado e "politicamente" avançado, controlam o sistema, ditam as ordens, estabelecem as relações atrás das grades. Essa minoria politizada, integrante do CV, do PCC e de outras organizações menores, assume o comando. E isso, afinal de contas, não é tão mau assim. Já que o poder público não é capaz de resolver as coisas, os próprios presos organizados assumiram a tarefa de controlar o modo de vida nas cadeias.

Após cinquenta anos de discurso das forças do capital argumentando que o mercado deveria assumir o controle total da economia, especialmente após o fim da União Soviética, parece que todas as teses naufragaram. De repente, o dinheiro dos bancos sumiu. Pior: o dinheiro nem existia de verdade, não tinha lastro em coisas concretas. Era uma fantasia virtual, uma troca de cifras inexistentes. Quando chegou o momento de transformar tudo isso em moeda, os caixas estavam vazios. Grandes corporações industriais mundiais, como as montadoras de veículos, estão falidas. Ninguém explica aonde foi parar o dinheiro. Trilhões de dólares simplesmente desapareceram, porque, de fato, não existiam. Trata-se do maior golpe financeiro da História. Perto disso, nossos melhores estelionatários são raia miúda.

Vale a pena ler um trecho do artigo de Thomas Favaro publicado pela *Veja Online* em 20 de dezembro de 2008. No pico da crise, segundo ele, começam a surgir os picaretas:

> Não bastassem o colapso do sistema imobiliário, o naufrágio da indústria automobilística e o mergulho na recessão, os americanos estão agora às voltas com uma vigarice monumental. Bernard Madoff, um figurão de Wall Street, sumiu com 50 bilhões de dólares de seus clientes. Na delegacia de polícia para onde foi levado na semana passada e da qual saiu sob fiança, ele admitiu ter montado um gigantesco esquema tipo pirâmide — o mais manjado dos golpes financeiros. Consiste em remunerar os clientes mais antigos com o dinheiro dos novos investidores, sem produzir rendimentos reais. Madoff, que foi presidente da Nasdaq, a bolsa das empresas de tecnologia, oferecia retornos estáveis de 10% a 12% ao ano para o capital investido, independentemente dos altos e baixos do mercado. Nem mesmo a crise econômica havia batido às suas portas: seus investimentos cresceram 5,6% até novembro, enquanto o valor de mercado das empresas nas quais ele supostamente investia tinha encolhido 37,7%.

(...)

Continuando:

> O esquema veio abaixo, como um castelo de cartas, quando clientes, de caixa baixa devido à crise, quiseram retirar 7 bilhões de dólares no começo deste mês. O próprio Madoff avisou os filhos de que tudo não passava de "uma grande mentira". Na empresa, fundada com seu irmão Peter, trabalhavam dois filhos e dois sobrinhos que, parece, não sabiam do esquema fraudulento. Madoff, hoje com 70 anos, abriu sua primeira consultoria em 1960, com o dinheiro ganho como salva-vidas numa praia nova-iorquina. Ele era visto como um gênio — e também como o corretor mais simpático e cordial do país. Por fim, era um pilar da filantropia judaica.

Madoff confessou seus crimes, está preso e acabou condenado a penas combinadas que chegam a 150 anos de cadeia. Como se trata

dos Estados Unidos da América, é possível que o magnata de Wall Street passe o resto dos seus dias vendo o Sol nascer quadrado. Se fosse aqui, com base na "presunção da inocência", ele estaria livre até o julgamento do último recurso, uns vinte anos depois.

A pergunta que cabe ao estudioso é a seguinte: como as operações financeiras no país mais rico do mundo podem se realizar sem qualquer tipo de fiscalização? Mais: por que o peso da lei vale para o cidadão comum, que tem que prestar contas a cada ano de qualquer dinheiro que ganhe ao Imposto de Renda, enquanto os "donos da renda" estão imunes ao controle público? A corrupção é uma resposta parcial a essas questões. Mas não explica tudo. O fato é que é do cerne do capitalismo a desonestidade pessoal e institucional, a busca de resultados a qualquer preço. E não é de hoje. O intelectual francês Honoré de Balzac (1789-1850), crítico feroz da hipocrisia institucional, já dizia: "Por trás de toda grande fortuna, há sempre um grande crime." Mesmo depois de tanto tempo, a frase é atualíssima.

Depois do desastre econômico de setembro de 2008, as empresas capitalistas mais relevantes do mundo tiveram que pedir socorro financeiro aos governos. E os governos tiveram que atender, por vezes emitindo dinheiro novo e gerando inflação, para evitar tragédia maior. Estados Unidos, França, Inglaterra, Suíça, Japão e Alemanha passaram a comprar ações de empresas e bancos, num surpreendente retrocesso do modelo de controle da economia pelo "livre mercado". Aliás, o chamado "livre mercado" virou sinônimo de trambiques e patifarias de todo tipo. Algumas grandes empresas ajudadas por dinheiro público, após os aportes governamentais, promoveram

escandaloso processo de demissões de seus trabalhadores, lançando milhões de famílias na desgraça. Pior: usaram parte do dinheiro do povo para pagar milhões de dólares de "bônus" a seus executivos, como a premiá-los pelos recordes de prejuízo.

Indignado com esses acontecimentos, o presidente Barack Obama ameaçou levar essas empresas bandidas aos tribunais. Lula, que visitava os Estados Unidos, à época disse aos jornalistas que não entendia como era possível pagar bônus aos executivos que quebraram as empresas. No caso do American International Group (AIG), a maior seguradora do mundo, que recebeu 170 bilhões de dólares dos cofres públicos, o escândalo foi maior: no mesmo dia em que as verbas foram liberadas, a empresa pagou 165 milhões de dólares em bônus para 77 executivos do grupo, dos quais 11 pediram demissão imediatamente. Quem ganhou mais, levou 6 milhões — e quem ganhou menos levou 1 milhão. É triste, mas o velho Balzac tinha razão.

Durante os primeiros meses da crise econômica, algumas das melhores mentes da moderna economia se arrependeram de algumas de suas teses. A volta da estatização de bancos e empresas de setores básicos da economia, como petróleo, recursos minerais, mercado financeiro, automotivo, contraria todo o raciocínio. Mas se tornou uma urgência, para evitar a maior crise social desde a última quebra do sistema financeiro, em 1929. O governo americano se tornou proprietário de 80% das ações da AIG, uma compra que inverte a lógica do capitalismo moderno.

O modelo em que uma pequena parte da população se apropria e usufrui da riqueza enquanto a maioria vive à margem do

desenvolvimento provavelmente faliu. Será necessária uma redefinição de critérios, para evitar que as tensões sociais se reinstalem no núcleo do regime capitalista, quando antes estavam restritas à periferia da economia globalizada. Com a taxa de desemprego atingindo 10% da população economicamente ativa nos Estados Unidos e se reproduzindo em escala geométrica para o resto do mundo, o drama social pode atingir níveis de conflito inimagináveis.

O filósofo alemão naturalizado americano Herbert Marcuse (1898-1979), em seu extraordinário trabalho como professor da Universidade da Califórnia, em San Diego, focado na "crise da sociedade opulenta", previu o que iria acontecer com 45 anos de antecedência. Ele escreveu que a acumulação de riquezas, na razão inversa da distribuição dessas mesmas riquezas, produziria um choque de proporções inimagináveis. Muitas vezes, ao longo da História, o capitalismo resolveu essas crises com guerras externas, travadas longe de casa, conquistando novos mercados e recursos naturais, estabelecendo impérios sobre nações pobres. Em pelo menos duas ocasiões, as potências capitalistas se envolveram em guerras mundiais. Hoje, quando vemos no *Fantástico* o surgimento de acampamentos de sem-terra em cidades ricas dos Estados Unidos, formados por elementos das classes médias que perderam suas casas na crise do "setembro negro", só podemos entender que o radical Marcuse estava, no mínimo, perto da verdade.

Na metade dos anos 1960, Herbert Marcuse se tornou o ideólogo do movimento hippie e a principal fonte teórica da resistência contra a Guerra do Vietnã. Marcuse previu, inclusive, o hipercrescimento do

mercado especulativo e de troca de capitais, o centro da crise atual. (Para detalhes, ver *A ideologia da sociedade industrial*, Zahar, 1969; *Contrarrevolução e revolta*, Zahar, 1973; e *O fim da utopia*, Paz e Terra, 1969.) Com o capital sendo mais bem remunerado fora dos círculos de atividade produtiva, surgiu a "ciranda financeira". E apareceu também uma curiosa bifurcação na definição de uma "economia real", a produtiva, que resulta em bens de consumo e de capital, e uma outra, "irreal", meramente especulativa. A crise que vemos hoje se refere a este segundo segmento, mas arrasta o regime capitalista como um todo, porque a economia globalizada está interligada nas duas formas. Há uma cruel interdependência entre os dois modelos. Os bancos, as instituições financeiras e as bolsas de valores são o denominador entre essas "duas economias". E o povo em geral é a vítima — como sempre foi.

Por uma triste ironia da História, o modelo que se contrapôs a este, baseado no materialismo científico e no marxismo-leninismo, ao atingir o poder, envenenou seu conteúdo humanitário com ditaduras sanguinárias e guerras. Morreu de inanição. E já foi praticamente esquecido.

Em 23 de março de 2009, dois acontecimentos assinalaram a gravidade do momento econômico global.

O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, anunciou que as atividades comerciais em escala planetária sofreriam uma redução geral de 9%, a maior desde a Segunda Guerra (1938-1945).

Quase simultaneamente a esta declaração explosiva, o Banco Central da China propôs a criação de uma moeda internacional,

controlada pelo FMI, para substituir o dólar. O presidente do BC chinês, Zhou Xiaochuan, argumentou que os negócios entre as nações não poderiam mais estar associados a uma moeda de referência, no caso o dólar, que sofre por causa de problemas internos de um único país, os Estados Unidos. Ao participar do encontro do G20 em Londres, em março de 2009, que reuniu as maiores potências econômicas do mundo, o presidente Lula concordou com a proposta chinesa, sugerindo que nas relações bilaterais fossem adotadas as moedas nacionais, o real e o iuane. Ou seja: vamos esquecer o dólar. Parece coisa de ficção científica.

Na contramão da crise capitalista, o crime organizado prospera. Suas organizações não pagam imposto, não recebem verbas públicas nem se submetem a qualquer controle governamental. As organizações criminosas trabalham com dinheiro à vista. E estão pouco se lixando para o que pensam Lula, Barack Obama ou os chineses. As empresas criminosas têm caixa sobrando. Não dependem das bolsas, apesar de operar nelas, porque oferecem mercadorias de primeira necessidade e inadiáveis: drogas, álcool, cigarros, armas, jogo, mulheres, tráfico de órgãos. Vá dizer ao viciado que ele não terá sua dose diária por causa da crise mundial do capitalismo! A dependência química o levará a roubar, matar, fazer o que for preciso, inclusive suportar a alta dos preços, para ter o seu momento no "paraíso". Ao contrário da tendência mundial de baixa das empresas, os preços do mercado negro vão subir. A corrupção vai aumentar e, na medida em que as organizações criminosas possuem dinheiro disponível, sua presença na economia formal tende a crescer, porque

dispõem de recursos para comprar o que está tecnicamente falido, inclusive bancos. A escalada do crime organizado rumo ao poder vai ganhar nova velocidade.

O escritor Antônio Callado (1917-1997) é um dos meus ícones da moderna literatura brasileira; na abertura de *Bar Don Juan* (Nova Fronteira, 2001), livro em que trata da rebeldia da juventude contra a ditadura militar, ele faz uma citação que esclarece basicamente o que está acontecendo agora. Callado utiliza uma frase de W. H. Auden, escritor inglês que, em 1939, publicou *A era da ansiedade* (ou *A era da asfixia*, segundo algumas edições), uma poderosa crítica ao autoritarismo que dominava a Europa nos tempos do nazismo. A frase é: "Quando o processo histórico se interrompe... quando a necessidade se associa ao terror e a liberdade ao tédio, a hora é boa para se abrir um bar."

A hora é boa para se abrir um bar. E o bar já está aberto. O bar clandestino que oferece prazeres e muitas formas de fugir da realidade. Oferece esquecimento, liberação, luxúria. E também formas inovadoras de lucro e investimentos. O crime organizado agradece às maiores forças do capitalismo por ter inaugurado uma era de depressão e — portanto — de oportunidades submersas. Provavelmente, só os "poderosos chefões" vão ganhar com a crise e ampliar suas influências.

No Brasil moderno, com as desigualdades sociais, o desemprego, a falta de educação e de oportunidades, a imensa maioria da população recorre aos canais informais de sobrevivência. Atividades criminosas, entre elas o tráfico, principal fator econômico na comunidade pobre,

tornam-se opções aceitáveis. No livro *Vidas arriscadas*, a doutora Marisa Feffermann cita uma frase significativa dita por um jovem envolvido com o narcotráfico:

— A boca é trampo, só que é um trampo mais embaçado.

Numa tradução livre desse idioma do submundo, a frase quer dizer o seguinte: o tráfico é um trabalho, só que é um trabalho mais difícil, perigoso. É isso. Entrar no tráfico é conseguir um emprego. Mas as estatísticas policiais informam que, ao aderir ao mundo do crime, o jovem tem apenas dois anos de vida útil. Depois disso, é cadeia ou cemitério. O traficante José Carlos dos Reis Encina, o Escadinha, um dos fundadores do Comando Vermelho, depois de cumprir mais de vinte anos de prisão em regime fechado, foi liberado da cadeia e deu entrevista ao programa *Domingo Espetacular*, da TV Record, do qual eu era diretor-geral, em 2004. Na entrevista exclusiva, negociada pela produtora Liz Beltrão, Escadinha confirmou:

— Na vida do crime não tem jeito. É cadeia ou cemitério. A alternativa talvez seja uma cadeira de rodas.

Um dos personagens mais notáveis da crônica policial carioca, Escadinha, autor de pelo menos uma fuga espetacular do sistema penitenciário do Rio, quando escapou do presídio de Ilha Grande a bordo de um helicóptero sequestrado, confirmou por si próprio a legenda de cadeia ou morte: ele foi fuzilado na Avenida Brasil, no Rio, em 23 de setembro de 2004. Desfrutou muito pouco da liberdade. Escadinha tinha uma diferença comigo. No primeiro livro desta trilogia, *Comando Vermelho*, havia uma foto, tirada logo após sua fuga da Ilha Grande, que mostrava a mãe e a mulher do traficante. Na foto também aparecia o compositor Beto Sem-Braço, conhecido nas rodas

de samba do Rio, e o irmão de Escadinha, Paulo César dos Reis Encina, o Paulo Maluco. Na época, uma das minhas fontes me disse que o Zequinha, como Escadinha era conhecido na família, havia me mandado um recado:

— Jamais vou perdoá-lo por publicar a foto da minha mãe e da minha mulher.

Dez anos depois, quando deu a entrevista ao *Domingo Espetacular*, Escadinha me mandou um novo recado, por intermédio da Liz Beltrão. Desta vez, mais amistoso:

— Mande para o Amorim um abraço fraternal.

Com este sinal de boa vontade, Escadinha encerrava um conflito desagradável, motivo de muitas preocupações. José Carlos dos Reis Encina, o Zequinha, morreu pouco depois disso. De alguma forma, depois de exibir sua entrevista em rede nacional de televisão, me senti um pouco culpado por sua morte violenta, fuzilado no meio da rua. Escadinha foi cercado por uma dupla numa motocicleta. O carona levava um fuzil FAL 7.62. Disparou 32 tiros contra o fundador do CV. Haveria uma relação direta entre os dois episódios, a entrevista e o fuzilamento? De uma forma racional, acho que não. Escadinha morreu por razões internas do tráfico de drogas, cujas novas lideranças, a terceira geração desde o início do processo, se recusam a aceitar os "veteranos". Mas, emocionalmente, alguma coisa me incomoda.

Cerca de dois anos após a morte do traficante, um encontro eventual me trouxe algum esclarecimento sobre acontecimentos desse tipo. Foi num supermercado Carrefour da zona sul de São Paulo. Na fila do caixa, atrás de mim, tinha um casal típico da

periferia. Um rapaz de uns 18 anos, vestindo uniforme do Corinthians, com várias pulseiras, três correntes de prata no pescoço e dois relógios, um em cada pulso. Figurinha carimbada do mundo do tráfico. A menina, de uns 15 anos de idade, portava um barrigão de oito meses de gravidez. O rapaz explicava seu modo de vida para a namorada, e o sintetizou em duas frases fortes:

— Minha vida é como um videogame na real. Qualquer hora dá um game over.

Curiosa combinação de dois mundos. A realidade da *perifa,* onde esses meninos envolvidos com o crime matam e morrem em quantidades alarmantes, e o mundo moderno e tecnológico, que chega até eles através dos games eletrônicos e do idioma da informática. Se alguém percorrer esses bairros pobres, como eu percorri várias vezes, vai notar com facilidade que uma parte desses meninos tem mais visibilidade do que o restante da comunidade. Com a influência cultural que chegou até eles pelo cinema, a televisão, a música e a internet, são uma réplica quase perfeita dos jovens — especialmente negros e latinos — dos guetos pobres de Nova York, Los Angeles e Miami. Falam do mesmo jeito, têm o mesmo gestual, as mesmas roupas. Usam as mesmas drogas, vendem as mesmas drogas. Portam as mesmas armas. São iguais no resto da América Latina, na África e na Ásia.

Esta é a imagem da globalização da miséria e do crime. Há quem chame tudo isso de "narcocultura". Independentemente do rótulo, porém, o fato é que são mesmo todos iguais. A música das comunidades pobres americanas invadiu os guetos das colônias, com uma série de comportamentos típicos. O Império do Norte exportou

suas maravilhas materiais e suas mazelas, na mesma proporção. Seguramente, o cinema, a televisão, a música e a internet foram os instrumentos dessa contaminação. Do lado de cá — o lado das vítimas — não tínhamos os antídotos adequados.

O samba, por exemplo, manifestação histórica da resistência dessas camadas da sociedade, praticamente sua única forma de expressão desde a escravidão, desapareceu dessas comunidades. Primeiro foi substituído pelo funk e, depois, pelo rap e pelo hip hop. Trata-se de um tipo de neocolonialismo. Mas resultou num poderoso engajamento entre os jovens pobres, tal o conteúdo contestador de suas canções, que ressaltam a desigualdade, a violência do Estado contra o cidadão comum, o recurso às armas como forma "válida" de resistência. Nas noites animadas que agitam o fim de semana dessas populações, o *pancadão*, funk eletrônico, e o *proibidão*, rap e hip hop que elogiam o poder do tráfico e das organizações criminosas locais, representam os hits culturais dos jovens. É o Brasil pobre gritando para o Brasil rico:

— Eu existo! Eu estou aqui!

O velho e bom samba brasileiro só reaparece no período do Carnaval das grandes escolas de samba do Rio e de São Paulo, numa versão performática e voltada para o turismo e o faturamento comercial, cuja cena é invadida por celebridades da televisão. Até Silvio Santos e Hugo Chávez foram temas de desfiles recentes. As escolas de samba, com a introdução de grandes efeitos especiais dignos de Hollywood, continuam a ser espetáculos incomparáveis. Mas viraram show para a televisão e perderam a vinculação que tinham com o povo. O maior espetáculo da Terra, a grande festa

popular, é agora uma mera contagem de pontos no Ibope.

As festas nas comunidades pobres, embaladas por ritmos eletrônicos, reúnem milhares de jovens. Não é incomum que dez mil deles ocupem todos os espaços disponíveis, em praças, ruas vizinhas e nas quadras de escolas de samba. Nesses encontros, a venda e o consumo de drogas são livres. Foi filmando uma dessas festas que o jornalista Tim Lopes, da TV Globo, foi sequestrado e torturado até a morte (2 de junho de 2002). Durante os bailes funk, os "soldados do tráfico" saem de seus esconderijos portando armas de guerra e participam das festas sem serem incomodados.

14

PARA GARIMPAR OUTRAS CAUSAS do problema da violência urbana e do crime organizado no país, é preciso voltar outra vez ao contexto internacional.

O conflito no Iraque, no Afeganistão e a guerra de Bush contra o terrorismo custam, atualmente, 10 bilhões de dólares a cada 120 dias. Aproximadamente oito milhões de dólares entre o amanhecer e o anoitecer. Este foi o pedido de verbas que a Casa Branca enviou ao Capitólio, o Congresso americano, em 23 de maio de 2007. Em novembro do mesmo ano, os congressistas de Washington finalmente aprovaram a metade dessa verba, mediante a exigência da retirada das tropas americanas até dezembro de 2008, mas Bush recorreu da decisão e não retirou nenhum soldado.

É muito dinheiro, mesmo para a maior economia do mundo. Uma bala de fuzil custa de 1 a 10 dólares, conforme a complexidade da munição — impactante, perfurante ou explosiva. Um míssil

guiado eletronicamente custa 1,2 milhão de dólares. Se tais inimagináveis quantias fossem aplicadas no desenvolvimento desses países pobres, provavelmente não haveria guerra. A própria população envolvida se encarregaria de afastar os radicais, mediante modernização, trabalho e lucro. Não há no mundo pobre quem não queira se desenvolver e usufruir dos benefícios da vida moderna. Pode perguntar a qualquer um. As pessoas querem bens de consumo duráveis, automóveis, refrigeradores, fogões, aparelhos eletrônicos, computadores. Quando não apenas água limpa e comida. Isso está no desejo de todos os carentes, seja na África ou no sertão brasileiro. Investimentos comparáveis às guerras poderiam fazer a felicidade de enormes populações. Mas é preciso lembrar que um em cada dez trabalhadores americanos está direta ou indiretamente ligado à indústria bélica. Praticamente todos os governantes americanos se envolveram em conflitos no exterior.

Mesmo com toda a crise que se abateu sobre a economia americana, o epicentro da tormenta, nenhum trabalhador da indústria de guerra perdeu seu emprego. As fábricas continuaram produzindo a toda força, para suprir o extraordinário gasto de munição (especialmente foguetes) das tropas do Tio Sam. Houve um momento em que o secretário da poderosa US Navy, a marinha americana, informou ao Congresso que o estoque de mísseis Patriot havia atingido “um ponto crítico”. O chefe de operações navais do governo Bush, almirante Gary Roughead, avisou que era necessário repor imediatamente os estoques do míssil de médio alcance, que pode inclusive carregar ogivas nucleares. Cada soldado americano leva consigo oito carregadores de 35 tiros calibre 5.56 para os fuzis

Armalite A-1 (ou AR-18), além de dois outros carregadores para pistola P40 ou 9mm. E gasta tudo isso em poucos minutos de combate. As forças armadas americanas são conhecidas pelo emprego exagerado de munições, chegando a disparar 500 projéteis contra um único opositor. E isso faz a festa dos magnatas da indústria militar.

Ao examinar a "guerra contra o terror", tem-se a impressão de que a grande lição do Vietnã não foi aprendida. Na Indochina, entre 1963 e 1975, o Tio Sam enterrou mais de 55 mil de seus "sobrinhos" e deixou um total de 350 mil baixas, em quase 12 anos do conflito armado, iniciado por John F. Kennedy. O número de pessoas atingidas pela violência armada no Vietnã, no Laos e no Camboja costuma ser estimado em mais de 3 milhões. Fora a Guerra Civil americana, entre 1861 e 1865, que matou quase meio milhão de americanos e deixou outros 2 milhões de feridos, mutilados, viúvas e órfãos, o Vietnã foi o maior desastre militar dos Estados Unidos. No Iraque e no Afeganistão, nos poucos anos de guerra até agora, já morreram mais soldados americanos do que todas as vítimas inocentes dos ataques da Al Qaeda.

E esse número, que já passa de quatro mil mortos, deve aumentar. Barack Obama prometeu que a retirada das tropas do Iraque deve começar em 2011 — e pouca gente acredita nisso. Sobre o Afeganistão, as promessas são ainda mais vagas. O Instituto de Assuntos Estratégicos, com sede em Londres, informava em novembro de 2007: para ocupar e pacificar completamente o Iraque seria necessário uma força de 1 milhão de homens, oito vezes maior do que existe hoje. (Uma comparação rápida: quando desembarcaram

nas praias da Normandia, em 6 de junho de 1944, para libertar a França dos nazistas, os exércitos aliados reuniam 1,5 milhão de soldados americanos, ingleses, canadenses, neozelandeses e australianos, além de uns poucos franceses, com 5.400 navios e cerca de 20 mil aviões.) Como a Aliança Ocidental no Iraque é relativamente pequena, em torno de 184 mil homens atuando em 240 mil quilômetros quadrados de território, onde vivem 21 milhões de iraquianos, há espaço para a resistência. O conflito se transformou numa guerra de desgaste, com ataques suicidas e movimentos guerrilheiros clandestinos. Os mais otimistas acham que deve durar pelo menos mais uma década, o que a tornará bem maior do que a guerra do Vietnã. Os pessimistas, entre os quais me incluo, acham que não vai acabar nunca.

Nove anos depois da violência terrorista contra os Estados Unidos, o "xeque" Osama bin Laden vai bem, obrigado. Apesar de ser um paciente renal, que precisa de hemodiálise duas vezes por mês (diagnóstico nunca confirmado, apesar das imagens da al Jazira mostrando os aparelhos apreendidos), continua vivo nas montanhas inóspitas de Tora Bora, que separam o Afeganistão do Paquistão. É um lugar de picos altíssimos, cobertos de gelo, e cheio de cavernas. Parece um queijo suíço. Ali os americanos usaram a bomba mais poderosa que existe (depois das bombas atômicas). É um cilindro explosivo com 6.300 quilos de trinitrotolueno, dinamite em estado puro, lançado por aviões e direcionado por meios eletrônicos. Tem o nome sutil, quase engraçado: "corta-margaridas" (Dayse Cutter). Trata-se do artefato de guerra convencional — não nuclear — mais poderoso que há. A explosão provoca um terremoto de 5,5 graus na

escala Richter (um modelo de medição dos abalos sísmicos que vai de zero a nove). Um terremoto dessa magnitude provoca danos indescritíveis. Se ocorrido em um centro urbano como o Rio de Janeiro, espremido entre o mar e as montanhas, poderia resultar em centenas de milhares de mortos e na destruição e no abandono da maior parte da cidade.

Os americanos lançaram várias dessas "corta-margaridas" sobre Tora Bora. Terremotos contra um saudita de pouco mais de 1,80 metro de altura, magro e gravemente doente. Dizem que ele não fala mais do que cinco frases por dia e que, quando fala, é sempre baixo, quase sussurrando e pausadamente, demonstrando extrema serenidade. Parece um Papai Noel esfomeado, que costuma ficar em jejum total, só ingerindo chá, às segundas e às quintas-feiras, como fazia o profeta Maomé 14 séculos atrás. O chefe da organização terrorista mais perigosa do mundo, até agora, sobreviveu a todos os ataques. O jornalista americano Lawrence Wright, autor de *O vulto das torres*, vencedor do Pulitzer em 2007 (na categoria não ficção), a maior premiação americana em literatura, tentou um diagnóstico dos males do líder da Al Qaeda. Em seu livro, a melhor radiografia do terrorismo islâmico do século XXI, ele escreveu:

> Obviamente, seu paciente principal [do médico Ayman Muhammad Rabaie al-Zawahiri, fundador do grupo islâmico radical egípcio al-Jihad, base das operações da al Qaeda e seu maior aliado] era Bin Laden, que [nas montanhas de Tora Bora, no Afeganistão] precisava de injeções intravenosas de glicose para não desmaiar. Bin Laden permanecia horas deitado no chão da caverna, com dores e incapaz de se mexer. O diagnóstico: pressão baixa, normalmente sintoma de outra doença.

Nas situações de grande pressão emocional, Osama bin Laden, mesmo sob pesado bombardeio na guerra santa contra os russos no Afeganistão, na virada dos anos 1980 e 1990, costumava "apagar". Dormia nas trincheiras, com as balas zumbindo à sua volta. Os admiradores ressaltavam sua qualidade "divina" de se ausentar dos combates. Acreditavam que ele era invulnerável e imortal. O jihad afegão (em árabe, *jihad* significa "esforço", "superação pessoal", "entrega a Alá"; mas no dicionário moderno jihad é a guerra interminável e santificada contra os "infiéis") sempre foi descrito pelos radicais islâmicos como um enfrentamento milagroso. Os afegãos, em geral miseráveis e usando farrapos, mal armados, apesar de financiados pela CIA e pelos serviços secretos da Arábia Saudita e do Paquistão, enfrentavam um exército que há oitocentos anos não sofria uma derrota.

Os russos, que destroçaram Napoleão e Hitler, entre outros, construíram um império que se estendeu sobre um quarto do planeta, da Ásia mais remota à Europa. Mas perderam a guerra contra um povo pobre que se levantou em massa contra os agressores estrangeiros. O Afeganistão foi o Vietnã dos russos. Os americanos, em Washington, vibravam a cada episódio da guerra. Mal sabiam que uma década depois, sob Bush, estariam atolados na mesma lama gelada das montanhas afegãs.

Há centenas de histórias de guerreiros *mudjhadins* que, semanas após a morte, tinham corpos intactos e "perfumados". Muitos guerreiros de Alá tinham furos de bala nas roupas, mas não sentiam os ferimentos. O frio nas montanhas do Afeganistão, que chega a muitos graus abaixo de zero, poderia facilmente explicar os

“milagres”. Corpos conservados e insensibilidade na pele. Os fanáticos religiosos, no entanto, até hoje acreditam que tudo aquilo era manifestação direta de Deus a favor dos revoltosos. Morrer em combate no Afeganistão significava obter um passaporte direto para o Paraíso. Os mais entendidos, porém, argumentavam que os prodígios de Osama bin Laden mostravam que ele estava doente. As ausências do líder aconteciam com tal frequência — ele não se alimentava corretamente, fazia jejum completo duas vezes por semana, não dormia mais do que quatro horas e estava sempre na linha de frente —, que só podiam ser diagnosticadas como uma enfermidade. Os médicos da al Qaeda desenvolveram uma teoria: Osama tinha um problema renal. Nas cavernas de Tora Bora, foi submetido a várias hemodiálises. Os americanos chegaram a apreender um equipamento completo destinado a renovar o sangue do saudita. Contudo, no trabalho de investigação de Lawrence Wright, o problema seria outro:

> Uma possibilidade, no caso de bin Laden, é a doença de Addisson, um distúrbio do sistema endócrino, marcado por pressão arterial baixa, perda de peso, fadiga muscular, irritabilidade estomacal, dores fortes nas costas, desidratação e um desejo anormal de sal. É pura especulação, mas bin Laden manifestou todos esses sintomas. Embora a doença seja controlável mediante esteroides, uma crise addissoniana, de que bin Laden possivelmente estaria sofrendo, pode ser fatal se o paciente não for imediatamente tratado com solução salina e glicose.

Mesmo com a presença militar esmagadora de norte-americanos na região, à qual se somavam forças inglesas, canadenses e até sul-coreanas, as agências europeias de notícias, em maio de 2007, informavam que o chefe da al Qaeda estava vivo, citando fontes

oficiais paquistanesas. Em 11 de setembro desse mesmo ano, aniversário dos ataques contra Nova York e Washington, ele reapareceu numa gravação em vídeo animando a luta armada contra o Grande Satã norte-americano. O vídeo, exibido pela rede de notícias al Jazira, foi considerado autêntico. A própria al Qaeda está bem viva, atuando na Ásia, na África e na Europa.

Há suspeitas da presença da rede terrorista nas Américas, na região da Tríplice Fronteira, entre o sul do Brasil, o Paraguai e a Argentina. Muitas vezes, nos últimos cinco anos, o Departamento de Estado dos EUA e o FBI, a polícia federal americana, reclamaram da presença de "articulações terroristas" na região. A resposta brasileira sempre foi: "Não temos nenhum indício disto." Mentira.

Em março de 2007, o jornal *O Globo* publicou uma longa série de reportagens, durante uma semana, revelando que após o 11 de Setembro o presidente Bush autorizara uma operação militar na tríplice fronteira. Os repórteres José Casado e José Meirelles Passos escreveram que, na madrugada de 17 de setembro de 2001, um jato militar americano pousou discretamente na base paraguaia de Mariscal Estigarribia, na região da tríplice fronteira. Diz a lenda que essa base, onde há uma pista capaz de suportar jatos de grande porte, é usada para o contrabando de produtos e o tráfico de drogas em larga escala.

Em seu pequeno, porém impressionante, livro *O país bandido* (RBS Publicações, 2003), o jornalista gaúcho Carlos Wagner já descrevia atividades criminosas e de extremistas na região:

> Esta é a história de um país que não existe oficialmente, mas sim de fato. É o 13º da

América do Sul, um pedaço de terra espremido entre Brasil, Argentina e Paraguai equivalente à metade do território e da população do Rio Grande do Sul. Disputas de fronteiras, conflitos armados e a ação de uma das mais longas e corruptas ditaduras militares sul-americanas, a do general Alfredo Stroessner, que reinou no Paraguai durante 35 anos, criaram o terreno para a prosperidade de organizações criminosas neste denominado *país-bandido*. Seu território tem 1,2 mil quilômetros de comprimento e 250 quilômetros de largura no ponto mais extenso. Começa na divisa gaúcha com Santa Catarina e na fronteira com a Argentina, em Itapiranga (SC), e se estende até Ponta Porã (MS), separado por uma rua de Pedro Juan Caballero (Paraguai).

(...)

Carlos Wagner acrescenta:

Muitas das questões criminais que afligem o Brasil podem ser encontradas justo ali, no *país-bandido*. (...) A estrutura criminosa da região também é causa para o surgimento de um personagem que apenas lá existe: o terrorista adormecido. É uma expressão cunhada pela agência de inteligência dos Estados Unidos, a CIA, para pessoas que desempenham funções comuns, como comerciantes. Mas podem voltar à ativa quando for necessário porque têm preparo físico, capacidade técnica em lidar com armas e explosivos e vínculos políticos com organizações extremistas. Não é à toa que, recentemente, o [ex] secretário de Defesa norte-americano, Donald H. Rumsfeld, afirmou existir uma "ameaça terrorista significativa na América Latina".

O jornalista ainda nos informa que a base de Mariscal Estigarribia foi construída com dinheiro americano, em terra de ninguém, e com uma suposta concordância do governo paraguaio. Foi na virada do século, para servir de apoio a uma eventual intervenção policial-militar dos Estados Unidos na tríplice fronteira. O site aporrea.org, de oposição no Paraguai, fornece uma descrição do local:

Mariscal Estigarribia é uma pequena localidade de 30 mil habitantes na República do

> Paraguai, onde forças militares norte-americanas construíram infraestrutura de quartéis para abrigar 16 mil efetivos militares, além de um aeroporto com pista de 3.800 metros de comprimento, que tecnicamente oferece condições operacionais — aterrissagem e desembarque — para jatos que podem transportar grandes contingentes de tropas e material bélico pesado. São estas condições físicas e logísticas que situam a recentemente inaugurada base militar de Mariscal Estigarribia como o principal e mais importante enclave militar norte-americano no Cone Sul.

Note-se: em julho de 2005, o então secretário de Defesa dos Estados Unidos, Donald Rumsfeld, visitou a base. O comandante em chefe da maior potência militar do planeta esteve em visita oficial a um povoado paraguaio de pouco mais de 30 mil habitantes. Por quê?

Uma semana após os atentados da al Qaeda contra Nova York e Washington, trinta homens da CIA, do FBI, do DEA e das forças especiais dos Estados Unidos desembarcaram naquela pista misteriosa — provavelmente não consta dos mapas da aviação comercial — e se dirigiram à Cidade de Leste, no Paraguai, e Foz do Iguaçu, no Brasil. Foi um desembarque clandestino, não informado ao público, e talvez não autorizado pelas autoridades constituídas dos dois países. E até hoje não são conhecidos os resultados da operação.

Acompanhe a matéria dos jornalistas de *O Globo*, sob o título "Fronteira do crime e do terror: contrabando e tráfico na região entre Brasil, Argentina e Paraguai financiam radicais islâmicos":

> O presidente George W. Bush expandiu sua frente de guerra à América do Sul. Na retaliação pelos ataques terroristas às Torres Gêmeas, em Nova York, e à sede do Pentágono, em Washington, o governo americano pôs no alvo os imigrantes muçulmanos que habitam a área conhecida como tríplice fronteira. (...) No Pentágono, formulou-se um plano de ataque à região, embora até hoje nenhum governo, incluindo

> o americano, tenha constatado a presença de "células", bases e campos de treinamento de terroristas. As evidências disponíveis são de outra natureza: sugerem apoio logístico e financeiro a grupos como o Hezbollah (do Líbano), Hamas (palestino) e a al Qaeda (multinacional), por exemplo, não apenas na tríplice fronteira, mas também em outras áreas da América do Sul. As descobertas resultaram de um rastreamento global sobre as finanças de indivíduos e entidades de origem árabe que o governo americano vem realizando desde 13 de setembro de 2001. Os desdobramentos das investigações revelam desde conexões desses grupos com redes de pirataria, contrabando e tráfico, até disputas internas, com assassinatos em ruas de São Paulo.

A considerar tudo isso como verdade, tal a profundidade do trabalho realizado por *O Globo*, o terrorismo internacional já está entre nós. E outras informações suportam essa tese — informações que o governo brasileiro jamais levou a sério. Por exemplo: um casal de libaneses foi morto a tiros num posto de gasolina na zona sul de São Paulo, em 7 de março de 2002, na esquina da Avenida Juscelino Kubitschek com a Faria Lima. Mikhael Yossef Nasser, 39 anos, era um contrabandista de armas destinadas ao Exército do Sul do Líbano, força paramilitar de apoio a Israel na região. A mulher, Marie Noel Minassi, 31, aparentemente sem nenhum envolvimento, levou dois tiros na cabeça. Foi um assassinato profissional, usando pistola 9mm com silenciador. Um homem desceu de uma moto (ou de um táxi roubado, há dúvidas), matou Mikhael friamente, passou pela frente do carro do casal e executou a mulher, com a mesma tranquilidade. A morte de Marie, provavelmente, foi para não deixar uma testemunha ocular. O assassino fugiu sem ser incomodado — e o crime não foi elucidado até hoje. Os radicais islâmicos do Líbano, gente ligada ao Hezbollah, o "Partido de Deus", são os principais suspeitos de terem encomendado o crime.

O casal morava na Rua Professor Lúcio Martins Rodrigues, no Morumbi. Marie Minassi era uma daquelas belas mulheres árabes, pequena, mais ou menos 1,60 metro de altura, cabelos longos, pretos e lisos. Olhos grandes e expressivos. Mikhael era moreno, usava gel para manter os cabelos sempre no lugar, falava um português arrastado, com sotaques do Oriente Médio. Eles tinham dois Mercedes na garagem do prédio. Poucas semanas após os assassinatos, o caso sumiu do noticiário, tal a ausência de informações e a fragilidade da investigação. Até hoje a polícia de São Paulo informa que foram crimes de causa desconhecida. E de autores também desconhecidos. Não conseguiu saber se foram sepultados aqui ou transladados para o Líbano. O caso escorregou para o esquecimento, apesar de ser a ponta de um novelo capaz de desvendar a presença de pelo menos uma organização terrorista no país.

As ruínas das Torres Gêmeas de Nova York queimaram durante cem dias. Antes de esfriarem completamente as tensões provocadas pelo atentado, a Polícia Federal brasileira descobriu em São Paulo um palestino clandestino, sem visto de entrada e com passaporte falso. O homem vivia de negócios duvidosos na região central, pequenos trambiques, era suspeito de tráfico de drogas e de ser um tanto desequilibrado. Estava preso no Carandiru, condenado a cinco anos e quatro meses por assalto a mão armada. Confessou aos federais ligações com a al Qaeda, disse conhecer o próprio bin Laden e denunciou planos terroristas para atacar, com aviões sequestrados, a Torre Sears, em Chicago, um dos maiores prédios dos Estados Unidos. Três agentes do FBI foram enviados à capital paulista para interrogar o palestino, que descreveu por escrito, em árabe, os detalhes do

atentado. (Tive oportunidade de ver cópias das três páginas da suposta confissão, que me foram enviadas por fax, por um contato em Washington.)

Os agentes americanos que estiveram com o palestino concluíram que o informante não tinha credibilidade. Insinuaram que ele estava pretendendo uma das milionárias recompensas que o governo dos Estados Unidos oferece pelos terroristas. Nossos investigadores não deram mais importância ao assunto, já que o FBI havia se desinteressado. Tudo ficou por isto mesmo: o cara era desequilibrado. E, aos olhos do mundo ocidental, não são todos desequilibrados? Não são desequilibrados aqueles que se explodem com bombas, acreditando que vão direto ao Paraíso, desejando casar com 72 virgens e viver às margens do rio Jordão do outro mundo, cujas águas se transformam em mel ao menor sinal da fome, providos diretamente por Alá? De qualquer modo, as autoridades brasileiras não se preocuparam com o tal palestino. Aparentemente um deficiente mental, ele forneceu uma série de detalhes sobre a atuação da al Qaeda no Sudão e no Iêmen, onde teria feito treinamento em armas e explosivos. Os dois países africanos, fortemente influenciados pelo islamismo, não colaboraram na investigação.

Mas o caso não passou totalmente em branco. No segundo semestre de 2003, a revista americana *Military Review*, mantida pelo Exército dos Estados Unidos, publicou um artigo de 13 páginas sobre a tríplice fronteira, assinado pelo professor argentino de relações internacionais Mariano César Bartolomé. O respeitado doutor, também sociólogo e historiador, escavou a história do palestino preso em São Paulo:

> ... Gueddan Abdel Fatah, estudante marroquino [de origem palestina], 27 anos, foi preso no Brasil, acusado de assaltar um táxi em São Paulo. Condenado a uma pena de 64 meses, em 5 de setembro [de 2001] Fatah pediu a sua advogada que entregasse com urgência uma carta às autoridades brasileiras, norte-americanas e israelenses para alertá-las sobre "duas explosões" que teriam lugar nos EUA. No dia 10 de setembro [véspera dos ataques da al Qaeda a Nova York e Washington], ao saber que a advogada não havia levado a sério suas advertências e não havia entregue as mensagens, o marroquino ficou furioso e disse que "já era tarde demais para evitar uma tragédia". Após os ataques terroristas em Nova York e Washington, Fatah disse às autoridades brasileiras que havia escutado sobre os planos dos atentados na mesquita de Foz [do Iguaçu].

A advogada do estudante marroquino, Edite Pimenta, entendeu que as cartas eram um tanto extravagantes e poderiam complicar ainda mais a vida de seu cliente. Depois do 11 de Setembro, Gueddan Fatah foi transferido para a Superintendência da Polícia Federal em São Paulo, onde ficou totalmente incomunicável e foi intensamente interrogado pelos agentes. Na época dessas entrevistas com o preso — e apesar da incomunicabilidade — o conteúdo das conversas vazou para a imprensa. O portal Terra registrou:

> Depois dos atentados, Gueddan disse à PF que entrou no Brasil com um passaporte falso para se integrar a um grupo islâmico em Foz do Iguaçu, localizada na tríplice fronteira de Brasil, Argentina e Paraguai, e onde, segundo suspeitas policiais, se alojam células terroristas. Gueddan acrescentou que, uma vez no Brasil, se deu conta das ideias extremistas do grupo, pelo que quis voltar a seu país, e, para obter o dinheiro da passagem, cometeu o assalto que o levou à prisão.

Nem toda essa riqueza de detalhes fez com que nossas autoridades policiais produzissem um inquérito conclusivo. Ou então — na pior das hipóteses — investigaram tudo e não revelaram nada.

O mais provável é que a opinião pública brasileira esteja sendo enganada nessa questão. Com os dados que pude reunir — como veremos em seguida —, não tenho mais dúvidas sobre o assunto. O terror está entre nós — ou, pelo menos, na vizinhança.

As suspeitas da presença de terroristas árabes no Brasil não são novas. Há indícios desde os anos 1970. No início de fevereiro de 1973, na cidade de Anápolis, em Goiás, um palestino clandestino entregou-se às autoridades de segurança da Aeronáutica, alegando ser membro do Setembro Negro, grupo terrorista ligado à al Fatah, facção da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), liderada por Yasser Arafat. O homem tinha um passaporte uruguaio, possivelmente falso, com o nome de Alberto Cuitinho Chiparelli. Levado para o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa), em Brasília, contou uma história impressionante. Disse ter participado do planejamento e da logística do ataque do Setembro Negro contra a delegação israelense nos Jogos Olímpicos de Munique (6 de setembro de 1972), quando 11 atletas foram assassinados. Chiparelli declarou aos investigadores do Cisa que estava sendo perseguido pelo serviço secreto de Israel, o Mossad, e que a sua vida estava ameaçada. De fato, os israelenses caçaram os terroristas de Munique em vários países, matando vários deles. (Uma descrição detalhada está no filme *Munique*, de Steven Spielberg.)

Em troca de obter identidade e passaporte brasileiros, além de fazer uma cirurgia plástica, o palestino prometeu entregar todas as conexões do terrorismo internacional no Brasil e nos países vizinhos. A história, aparentemente bizarra, se confirmou. A deserção do

terrorista arrependido resultou em dezenas de prisões, tiroteios, tortura e mortes. Até mesmo um conselheiro da embaixada da Argélia, Ribhi Haloum, foi preso. A operação Tulipa (referência ao formato do continente sul-americano) reuniu órgãos de segurança do Brasil, Chile, Argentina e Uruguai. A própria CIA teria se envolvido. O jornalista Mário Chimanovith teve acesso ao relatório secreto da operação. Na reportagem exclusiva que publicou na revista *IstoÉ* (26 de fevereiro de 1997), ele escreveu:

> O Cisa descobriu então que o Setembro Negro pretendia praticar as seguintes ações terroristas no Brasil: a) sequestro duplo de aviões no trecho Porto Alegre, Montevidéu e Buenos Aires. Essas ações seriam auxiliadas pelos Tupamaros [grupo armado de esquerda uruguaio] com o objetivo de libertar militantes que se encontravam presos no Uruguai; b) uma ação terrorista contra o Clube Israelita de Porto Alegre, para provocar represálias dos judeus contra os árabes; c) sequestro de um dos diretores da Brahma para conseguir fundos. Ele seria executado após o recebimento do resgate; d) assassinato de um capitalista árabe, cujo nome seria Gosef Abu Kalil, residente em São Paulo ou Rio de Janeiro, que estaria fazendo grandes negócios com empresas americanas. Para esta ação, que seria realizada em abril de 1973, viriam elementos de fora; e) sabotagem de navios cargueiros no Rio Grande do Sul e em outros portos que estivessem transportando mercadorias israelenses.

O terrorista arrependido de Anápolis também revelou um plano para assassinar Henry Kissinger, à época secretário de Estado dos Estados Unidos. O atentado deveria acontecer em abril de 1974. Depois de tudo isso, Alberto Cuitinho Chiparelli desapareceu. Mas o jornalista Mário Chimanovith tem uma pista do seu paradeiro:

> Estaria vivendo hoje no Uruguai, sob nova identidade falsa, vindo ocasionalmente ao Brasil para rever velhas amizades. O que todos confirmam é que seu trabalho como

> agente duplo teve realmente consequências funestas para dezenas de militantes árabes e latino-americanos. (...) Graças aos seus informes, muitos morreram sob tortura ou em confrontos com as forças de segurança.

As conexões do terrorismo internacional não param por aí. Já em 1981, durante o governo do general João Baptista Figueiredo (1979-1985), o Serviço Nacional de Informações (SNI) produziu um relatório advertindo que "comerciantes oriundos de Beirute, radicados em Cidade do Leste e Porto Iguaçu [na fronteira do Paraguai com o Brasil e a Argentina], estão promovendo atividades sociais para a comunidade árabe que mora na área, servindo para coletar verbas destinadas a organizações palestinas". Por organizações palestinas, entenda-se o Hamas e o Hezbollah. As duas organizações possuem entidades filantrópicas que cuidam dos órfãos da guerra no Oriente Médio — e que seriam mantidas por doações das comunidades muçulmanas em todo o mundo, incluindo empresários poderosos. Tais entidades cuidariam também do sustento das famílias dos mártires do conflito, entre os quais estão os terrivelmente conhecidos homens-bomba.

O exército de Israel tem o hábito macabro de, ao identificar um homem-bomba, ir até a casa dele, em Gaza ou na Cisjordânia, e simplesmente demolir o prédio com tiros dos canhões de tanques ou cargas de dinamite. Algumas vezes, usam foguetes disparados por helicópteros. Os israelenses emitem uma ordem de desocupação do imóvel, que muitas vezes não é atendida, provocando novos mártires. O suporte financeiro a estas vítimas da guerra é uma das acusações que o Ocidente faz contra a filantropia islâmica. Os serviços de

segurança americanos, ingleses e outros acreditam que por trás dessa solidariedade às famílias palestinas está, na verdade, uma parte do financiamento do terrorismo. Uma quantia respeitável do dinheiro dessa solidariedade aos povos árabes sai do comércio e da comunidade muçulmana instalada no Brasil e nos países vizinhos.

A região da tríplice fronteira passou por um surto de desenvolvimento durante e após a construção da usina de Itaipu. Em 1971, abrigava 60 mil habitantes. Era basicamente uma zona de pastoreio, com poucas instalações urbanas. Em 2001, já havia mais de 700 mil pessoas estabelecidas na área. Com a violência da guerra civil no Líbano (1975-1991), milhares de famílias fugiram para o local, a maioria composta de muçulmanos sunitas. Hoje representam 90% da colônia árabe (cerca de 16 mil pessoas) e mantêm muitos dos seus costumes e tradições religiosas — além de muitos contatos e atitudes de solidariedade com os grupos de resistência armada em seus locais de origem, principalmente o vale do Becah, no sul do Líbano, uma área de conflitos há quase quarenta anos e berço do Hezbollah. Daí a suspeita de vinculação com o terrorismo, que vai se confirmando pouco a pouco. Há nisso tudo, porém, uma questão semântica: os americanos acusam o Hezbollah de ser historicamente um grupo terrorista; o governo brasileiro diz que o "Partido de Deus" foi um grupo terrorista, mas agora o reconhece oficialmente como um partido político legal no Líbano, onde disputa inclusive eleições proporcionais e majoritárias.

Em relação à tríplice fronteira, a diferença de opinião está na raiz do problema. No entanto, é forte o argumento americano e israelense, que registra mais de mil atentados do Hezbollah contra

Israel. Foram centenas de foguetes lançados sobre vilas e assentamentos agrícolas judeus. O Hezbollah inclusive inovou seus métodos de ataque, usando mulheres-bomba e meninos-bomba contra postos militares de fronteira. Mas os israelenses não deixam por menos. Imagens da rede de televisão CNN, mostrando ao vivo um pai palestino tentando proteger o filho de 5 anos de idade, alvejado pelo fogo cruzado de metralhadoras e fuzis, chocaram o mundo. Novas vítimas, novos mártires, alimentando com sangue a solidariedade internacional contra o "terrorismo de Estado" praticado pelas potências ocidentais.

Em 2002, a Força Aérea dos Estados Unidos atacou o que seria uma reunião de rebeldes do Talibã nas proximidades de Candalar, no Afeganistão. Os aviões, orientados por imagens de satélite, fizeram um voo rasante sobre a província de Uruzgan. O alvo era uma pequena vila chamada Kakanak. Os A-10 Thunderbolts americanos despejaram dezenas de bombas incendiárias e foguetes sobre uma festa de casamento, matando pelo menos vinte pessoas, incluindo o noivo, e deixando mais de sessenta feridos. O satélite, numa órbita a cerca de 160 quilômetros da superfície da Terra, mostrava homens armados com fuzis AK-47 disparando para o alto. Eram membros da etnia pastuh, aliada dos americanos, que mantinham o hábito de disparar seus fuzis para o alto nas festas regionais. Depois deste, houve mais de uma dezena de ataques equivocados. Novas vítimas, novos mártires. Novos ódios acumulados.

Aqui no Brasil esses ódios também foram disseminados. Nas mesquitas da tríplice fronteira é comum a exibição de vídeos

mostrando ataques israelenses contra civis palestinos e libaneses como "provas" da prática do terrorismo de Estado. Essas mesmas mesquitas são acusadas de dar cursos de radicalismo islâmico para os jovens da comunidade árabe, o que seria a etapa inicial do recrutamento para as organizações sediadas no Oriente Médio e na África. O passo seguinte seria enviar alguns desses jovens, de 14 a 20 anos, para os campos de treinamento de guerrilheiros na Síria, na Líbia, no Líbano e nos africanos Iêmen e Sudão. Além das confissões de Alberto Cuitinho Chiparelli, feitas ao Cisa em 1973, não há nenhuma evidência de que isto seja verdade. Outra pista vem do marroquino Gueddan Fatah, que disse ter ouvido sobre os atentados contra o WTC numa mesquita em Foz do Iguaçu.

Contudo, sobram outras evidências da entrada de gente ligada ao terrorismo árabe no Brasil. Numa chuvosa manhã de segunda-feira, 4 de dezembro de 1995, um egípcio chamado Ashraf Refaal Nabih desembarcou no aeroporto internacional de Guarulhos, na Grande São Paulo, usando um passaporte emitido em Abu Dhabi, Paquistão. Era um passageiro em trânsito, vindo da Europa, com destino a Foz do Iguaçu. Fez conexão num voo da Varig para Foz. Ashraf Nabih tinha visto de turista (emitido pela embaixada brasileira na Malásia) e não foi incomodado pelas autoridades brasileiras. No aeroporto internacional de Foz do Iguaçu-Cataratas, foi recebido em festa pelo líder das comunidades muçulmanas sunitas. Seu hospedeiro foi o chefe da principal mesquita muçulmana de Foz, Khaled Razek al-Sayd, conforme investigou o repórter José Casado, de *O Globo*. Na reportagem publicada em 6 de março de 2007, o jornalista escreveu:

> Sete anos depois [da chegada do "turista" árabe ao Brasil], descobriu-se que se chamava Khalid Sheikh Mohamed, o nome real entre os 27 passaportes de origem variada, e era o chefe militar da al Qaeda de Osama bin Laden. Foi ele quem coordenou os ataques às Torres Gêmeas, em Nova York, e ao Pentágono, em Washington.

Depois de identificado, a Polícia Federal brasileira o perseguiu. Mas ele escapou para o Paraguai. Os federais seguiram Khalid até Assunção e, com auxílio da polícia local, quase o prenderam. Khalid desapareceu. Em 2003, foi preso no Paquistão, embarcado num avião militar dos Estados Unidos e levado ao inferno prisional que os americanos mantêm em Guantánamo, Cuba. E dele nunca mais se teve notícia. A prisão, conhecida como Campo Delta, fica numa base naval dos Estados Unidos encravada na ponta sul da ilha de Fidel Castro, a 144 quilômetros de Miami, na Flórida. A base ocupa um espaço de 117,6 quilômetros quadrados e é protegida por uma divisão de marines (os fuzileiros navais americanos), além de navios armados com foguetes, e está situada a vinte minutos do alcance dos jatos estacionados na Flórida. É considerada uma das prisões mais desumanas do mundo.

Em 22 de novembro de 2007, a coluna Consultor Jurídico de *O Estado de S. Paulo* reproduziu dados da Anistia Internacional sobre Guantánamo, em artigo assinado por Cláudio Júlio Tognolli:

> Desde a sua inauguração [da prisão, em 11 de janeiro de 2002], já passaram pela ilha 775 prisioneiros, classificados como "inimigos combatentes", sem acusação, processo ou julgamento. Entre os presos, 17 eram menores de 18 anos. Hoje estão na prisão 430 prisioneiros de 35 diferentes países, mas nenhum americano. Os outros 435 presos foram enviados de volta a seus países. (...) Nos cinco anos de funcionamento da prisão, nenhum prisioneiro foi condenado. As dez acusações apresentadas pelas comissões

militares de julgamento foram consideradas ilegais pela Suprema Corte dos Estados Unidos. As condições a que estão submetidos os prisioneiros são tão duras que quarenta tentaram o suicídio.

Foi para este verdadeiro purgatório que Khalid Mohamed foi levado, depois de perseguido pelos federais brasileiros. Esta parece ter sido a única participação concreta de nossas autoridades na luta contra o terrorismo pós-11 de Setembro. Enquanto isso, há muitas informações sobre suspeitos do radicalismo islâmico aqui entre nós e nas nossas fronteiras. O homem que recebeu Khalid em Foz do Iguaçu, o emir sunita El-Din, nunca escondeu sua militância. Cito mais um trecho da reportagem de José Casado em *O Globo*:

El-Din, orador inflamado, nunca ocultou sua militância com organizações egípcias como a Irmandade Muçulmana e al Jihad, duas vertentes da origem da rede al Qaeda. Também não negava ser um representante do Hamas na tríplice fronteira. Com ajuda de Khalid Mohamed criou a sucursal local [em Foz do Iguaçu] da Holy Land Foundation [Fundação Terra Santa], entidade beneficente listada pelo governo dos Estados Unidos como uma das fontes de financiamento do grupo de bin Laden.

Uma reportagem da revista *Veja* de 18 de março de 2003, assinada pelo repórter Policarpo Júnior, revelou que o próprio bin Laden esteve no Brasil:

Quem diria: Osama bin Laden, o terrorista mais procurado do mundo, andou perambulando pelo Brasil no ano de 1995. Vindo da Argentina, entrou clandestinamente no país, passou três dias agradáveis em Foz do Iguaçu e reuniu-se com alguns membros da comunidade árabe na mesquita sunita da cidade, um imponente prédio construído há vinte anos. Na mesquita, bin Laden contou a seus companheiros de fé as agruras que enfrentou no Afeganistão quando lutava contra a ocupação

soviética, conflito que durou dez anos e se encerrou no fim da década de 1980.

(...)

Seu encontro com os muçulmanos de Foz do Iguaçu, em nome da posteridade, chegou a ser filmado. O vídeo, preservado até hoje, tem 28 minutos de duração. Quem viu as imagens conta que Osama bin Laden aparece com um discreto cavanhaque, contrastando com a caudalosa barba que o celebrizou depois dos atentados contra Washington e Nova York.

Na matéria da *Veja*, Policarpo Júnior informa que os serviços de inteligência brasileiros se empenharam numa investigação sobre esta denúncia. Mas a opinião pública nunca foi corretamente esclarecida sobre o assunto, como, aliás, costuma acontecer toda vez que a Abin ou os serviços militares estão envolvidos.

E a lista não para por aí: em janeiro de 1999, as polícias do Brasil e do Uruguai e o FBI cercaram na cidade de Chuí (RS) um dos líderes do ataque terrorista da al-Jihad em Luxor, Egito, onde estão as construções funerárias do faraó Tutancamon, relíquias da humanidade. Em 17 de novembro de 1997, os militantes islâmicos abriram fogo contra mais de cem turistas estrangeiros, matando 58 deles e deixando muitos feridos. Um dos coordenadores do atentado foi justamente o homem preso em Chuí, o estudante egípcio Ali Hasan Mokhies. O acusado ficou detido na parte uruguaia da cidade e acabou extraditado para o Egito. Ali Mokhies era casado com a irmã do nosso já conhecido líder sunita El-Din, de Foz do Iguaçu, e estava indo para Londres participar da reunião que daria início à al Qaeda. El-Din fugiu para o Paraguai, onde chegou a ser localizado, na cidade

de Encarnación, mas escapou. Acredita-se que ele hoje viva como clandestino em São Paulo.

Com toda essa riqueza de informações, fica difícil entender a resistente posição brasileira em relação à presença de conexões do terror na tríplice fronteira e no sul do país. No entanto, apesar de não admiti-las, o governo tem agido com firmeza. Quando esteve no Brasil, o presidente George W. Bush elogiou esses esforços. Ou seja: o governo federal, por razões que não entendo, prefere deixar a opinião pública afastada da questão. Em 2008, a Abin criou uma divisão de contraterrorismo, mas o trabalho é sigiloso e nada dele chega ao grande público. Se não fosse o trabalho dos nossos bravos repórteres, jamais saberíamos de todos esses acontecimentos.

Após os atentados de 11 de setembro, a Promotoria Pública do Texas abriu um inquérito para investigar as operações financeiras da Holy Land Foundation, em Dallas. Descobriu que o grupo estava recebendo depósitos vindos de bancos com sede em Foz do Iguaçu. Seguindo a pista do dinheiro, localizaram a fonte: um árabe radicado na Cidade do Leste chamado Mohamed Dahroug, que frequentemente atravessava a ponte da Amizade, entre o Paraguai e o Brasil. Dahroug era dono de uma pequena empresa de perfumaria com capital registrado de aproximadamente 1.600 reais. Mas havia feito depósitos superiores a 10 milhões de dólares para a Holy Land. Um relatório do FBI sobre o caso afirma que esse dinheiro foi para o Hamas e a al Qaeda.

Puxando o fio dessa meada, os investigadores americanos chegaram ao comerciante Ali Nizar, morador de Foz do Iguaçu, que

fez grande parte dos depósitos bancários. Indo mais fundo, encontraram a verdadeira fonte do dinheiro por trás de Nizar: o libanês Assad Ahmad Barakat, preso no Brasil e extraditado para o Paraguai em 2002, onde deveria estar cumprindo pena por lavagem de dinheiro. Em 6 de outubro de 2004, o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos emitiu um alerta a todos os bancos informando que Barakat estava incluído na lista de "financiadores do terrorismo global".

O documento do governo americano informava que o libanês possuía vários endereços, no Chile, Paraguai e Brasil. Em Foz do Iguaçu, ainda segundo o documento, Barakat morava na Rua Xavier da Silva, 535, apartamento 301. De acordo com os investigadores, Barakat era "o tesoureiro do Hezbollah na América do Sul". Não conheço detalhes de nenhuma investigação importante dos federais brasileiros a respeito desta conexão.

Num período inferior a dez anos Barakat teria remetido mais de 150 milhões de dólares da tríplice fronteira para o Oriente Médio. Tanto dinheiro dificilmente seria fruto apenas das contribuições voluntárias dos comerciantes da tríplice fronteira. Podemos arriscar dizer que aí está também a pirataria de CDs e DVDs, aparelhos eletrônicos, cigarros, o tráfico de drogas e o contrabando de armas. Estas são as atividades rotineiras do crime organizado na fronteira brasileira.

Os repórteres Matheus Machado e Marcelo Ramos, da revista *Época,* fizeram uma viagem à Cidade do Leste para conhecer um dos suspeitos de enviar dinheiro para o Hezbollah. Trata-se do comerciante libanês Mohamed Tarabain Chamas, estabelecido

próximo à fronteira com o Brasil. O parágrafo de abertura da matéria, publicada em 12 de março de 2007, diz o seguinte:

> A segurança de Mohamed Tarabain Chamas intimida. Para chegar à sala dele, é preciso ultrapassar uma barreira de homens armados com pistolas e escopetas. *Época* contou dez pelo caminho. Nem parece que vamos ao encontro de um negociante, o administrador da galeria Pagé, prédio de cinco andares e 165 lojas no centro da Cidade do Leste, cidade paraguaia vizinha à Foz do Iguaçu. (...) Para quem acabou de chegar do Brasil, o cenário parece dar razão ao governo dos Estados Unidos, país onde Chamas está proibido de entrar. Ele é acusado pelas autoridades americanas de ser responsável pela contrainformação da organização islâmica libanesa Hezbollah — o "Partido de Deus" — na região que separa Brasil, Paraguai e Argentina, mais conhecida como a tríplice fronteira.

Os relatórios do FBI e da CIA, enviados inclusive para o governo brasileiro, por intermédio do Ministério da Justiça, garantem que a galeria Pagé da Cidade do Leste é "o centro das conexões terroristas na América do Sul". O libanês Mohamed Chamas, na reportagem, responde às acusações com ironia: "O Hezbollah não precisa desse dinheiro; se quisessem, poderiam comprar toda a Cidade do Leste." Realmente, o "Partido de Deus" se transformou na maior organização armada islâmica, fora a Guarda Revolucionária dos aiatolás do Irã. Atua como partido político legal, reconhecido oficialmente pelo Brasil, e conquistou muitas cadeiras no Parlamento do Líbano em eleições livres.

Com o fim da ocupação israelense no vale do Becah (2002-2004), sul do país, os integrantes do Hezbollah viraram "heróis da resistência" aos olhos da população local. Muçulmanos xiitas, seus integrantes são apoiados abertamente por Síria, Irã e Líbia, todos

inimigos de Israel, alimentando assim a ferocidade dos americanos contra eles. E aumentando também as acusações de operações de financiamento do Partido de Deus partindo da tríplice fronteira.

Em 12 de junho de 2006, o Hezbollah lançou uma série de foguetes Katyusha, de fabricação russa, contra Israel. Ao mesmo tempo um comando da milícia xiita sequestrou dois soldados israelenses e matou outros oito. (Os sequestrados continuam desaparecidos.) A resposta de Israel foi imediata: aviões atacaram uma série de alvos no Líbano, inclusive as usinas de eletricidade e os reservatórios de água potável, lançando o país no caos. O exército israelense invadiu novamente o vale do Becah, com centenas de tanques e milhares de tropas. Mas encontrou uma surpreendente resistência por parte do Hezbollah. As forças de Israel não conseguiram progredir e terminaram recuando com pesadas baixas.

Os soldados do Partido de Deus chegaram a lançar mais de mil foguetes contra Israel. Os navios israelenses que estavam ao largo da capital, Beirute, foram alvo de mísseis lançados das montanhas. A população muçulmana assistiu aos ataques como se fosse uma festa de Ano-Novo, aplaudindo das varandas dos apartamentos com vista para o mar e soltando fogos. O Hezbollah mostrou uma competência militar jamais esperada. Com certeza, em poucos anos, poderá estar governando o Líbano, por meio de eleições democráticas. Isso aumenta o ódio dos americanos sobre eles. E sobre nós, possivelmente, porque acham que somos condescendentes com a milícia xiita.

Além do Hamas e do Hezbollah, outra sombra paira sobre nós — a da própria al Qaeda. Além da passagem de Osama bin Laden por

Foz do Iguaçu, que parece um tanto rocambolesca e que nunca foi confirmada, houve outra denúncia, esta mais séria. Em agosto de 2004, o FBI e a Interpol enviaram ao Brasil um comunicado urgente solicitando a localização de um homem ligado a um dos grupos que compõem a al Qaeda. O comunicado, classificado como "Difusão Azul" (significa encontrar e vigiar), pedia que a Polícia Federal e a Abin montassem um esquema de monitoramento em torno do tal indivíduo. E o pedido foi atendido.

O núcleo de contraterrorismo da Abin encontrou em Joinville, Santa Catarina, um cidadão de nacionalidade franco-tunisiana chamado Manar Mohamed Skandrani, 48 anos, casado com Maria Cristina de Almeida e pai de dois filhos brasileiros. O sinal vermelho se acendeu quando os órgãos de inteligência descobriram que Manar, além de dono de uma oficina de reparos de automóveis, era proprietário de duas escolas de treinamento de pilotos de aviões e helicópteros. Isto — é claro — avivou a memória: alguns dos 19 terroristas árabes das Torres Gêmeas fizeram cursos de pilotagem nos Estados Unidos.

Durante cinco anos, até o início de 2009, o FBI e a Interpol continuaram a fornecer dados sobre o suspeito encontrado em Santa Catarina. Ele estaria ligado ao grupo islâmico radical al Nahda, acusado de ser responsável por propagandas da al Qaeda na internet e incitação à violência. O al Nahda surgiu como oposição fundamentalista ao governo da Tunísia, agindo também em vários países da África. Manar faria parte de um dos núcleos da organização.

Interrogado pelos federais brasileiros, Manar Mohamed foi muito cooperativo. Disse que havia sido simpatizante da al Nahda, nos anos

1980, mas que nos anos 1990 emigrara da Tunísia para a Europa e deixara de lado essas simpatias. Uma fonte da PF me contou que ele não chegou a ser preso, mas os agentes estranharam a história desse franco-tunisiano. Especialmente porque ele não esclareceu de onde veio o dinheiro para montar seus negócios no Brasil, que estão em nome da mulher. Só a oficina de automóveis, a Dreicar, tem quase vinte funcionários e um sistema de câmeras via internet que transmite para os clientes o andamento dos reparos. Além do mais, Manar Mohamed já foi preso no aeroporto de Guarulhos, em 31 de outubro de 2007, ao desembarcar da Alemanha trazendo 14,5 mil euros não declarados. Está sendo processado pela 4ª Vara da Justiça Federal de São Paulo.

Ao ser apanhado com o dinheiro não declarado, Manar Mohamed perdeu o visto de residência no país. Mas não pode ser mandado embora, porque tem filhos brasileiros. E também porque não há nenhum mandado de prisão contra ele, nem aqui, nem lá fora. O franco-tunisiano, que disse ter vindo ao Brasil para vender kebab, continua na aprazível Joinville.

Em março de 2009, a Polícia Federal deteve em São Paulo um libanês, identificado apenas como "senhor K.", que seria "um importante dirigente da al Qaeda". Comerciante de equipamentos eletrônicos e de informática, o suspeito ficou 21 dias preso. Era, segundo fontes policiais, integrante do Jihad Media Battalion (Batalhão Jihad da Mídia), organização que divulga ideias radicais islâmicas na internet e faz propaganda antiocidental. "Os inimigos a serem combatidos são os Estados Unidos, Israel e os governos árabes aliados das grandes potências", afirma o site. O grupo defende a

reconstrução do Califado Otomano, que sucedeu ao profeta Maomé, e a "criação de uma sociedade pura e honrada".

Os federais não conseguiram provar nada contra o "senhor K." e o soltaram.

É curioso: no centro de São Paulo, na Rua 25 de Março, assim como na cidade do Leste, no Paraguai, existe uma galeria Pagé. Além das 170 lojas instaladas no prédio construído em 1963, há milhares de vendedores ambulantes e barraquinhas espalhadas pela rua. O comércio naquele local é totalmente ilegal. São produtos chineses, de Taiwan e dos demais tigres asiáticos, como Indonésia, Malásia, Cingapura. Todos falsificados, incluindo uma gigantesca oferta de pirataria de cigarros, CDs de música e DVDs que trazem lançamentos de Hollywood antes de chegarem aos cinemas. Em novembro de 2007, o repórter Arthur Braga publicou um artigo na Agência Brasil, um site de notícias da Radiobras (note: a antiga agência governamental de notícias do Brasil). Acompanhe:

> São produtos piratas, mercadorias contrabandeadas, uma pequena amostra do "Mundo Encantado das Compras", como é conhecida a galeria Pagé (assim mesmo, com g), um dos maiores centros de comércio ilegal em todo o Brasil. A galeria recebe 1,5 milhão de pessoas em vésperas de Natal, segundo a Polícia Militar [*dados de 2006*].

No dia 4 de dezembro de 2006, a polícia e a Receita Federal já tinham feito uma superoperação na galeria Pagé e nos arredores. Vinte mil sacos de mercadorias ilegais (ou sem origem conhecida, sem notas fiscais) foram apreendidos. O valor estimado era de 20 milhões de reais. No dia 6, os jornais noticiaram que o comércio

ilegal voltara a funcionar normalmente, apenas 48 horas após a ação policial. O movimento estimado da área é de 17 milhões de reais por mês — ou 204 milhões de reais por ano, faturamento superior a 80% das empresas brasileiras, considerando que a maioria absoluta delas é de pequeno e médio portes.

Sobre este império do contrabando e da pirataria quem reina não é nenhum Mohamed. É um comerciante chinês, com negócios de importação e exportação. O nome dele é Law Kin Chong. A Wikipédia, a enciclopédia alternativa da internet (www.wikipedia.org), diz que o chinês é dono da galeria Pagé. Segundo o Instituto Brasileiro Giovanni Falcone, especializado em estudos do crime organizado e presidido pelo juiz Walter Mayerovich, ex-secretário nacional Antidrogas do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, o chinês é não só o dono da galeria Pagé como integrante de uma máfia internacional. Vejamos o texto publicado pelo site do IBGF, em 24 de novembro de 2007:

> No Brasil, Law Chong plugou-se à rede paraguaia, fornecedora de produtos estrangeiros. Ao seu modo, criou uma nova Tríade [*designação da máfia chinesa*], ou seja, a Tríade Sino-Brasileira. Aproveitou o fato da banalização do contrabando, do descaminho e da pirataria. No Brasil, a Tríade sustenta-se pelas mercadorias estrangeiras, pela corrupção de autoridades e por "advogados" criminosos. Convém lembrar que a prisão de Law, num caso de legítimo flagrante, foi feita por agentes da Polícia Federal de Brasília. Segundo revelado, os policiais de Brasília não confiavam nos seus colegas de São Paulo.

Law Kin Chong foi preso duas vezes. Na primeira detenção, acusado de formação de quadrilha, contrabando, lavagem de dinheiro e corrupção ativa, esteve confinado no presídio de

Guarulhos, na Grande São Paulo, onde supostamente desfrutava de uma série de mordomias. No dia 22 de fevereiro de 2007, o diretor do presídio, Antônio Oliveira Filho, foi exonerado do cargo por permitir que o chinês deixasse a cadeia, dentro de uma ambulância, para visitar o pai que estava internado num hospital. Law esteve em prisão domiciliar, teve um habeas corpus negado pelo STF e foi novamente detido pela Polícia Federal na tarde de 14 de novembro de 2007, sob as mesmas acusações, de contrabando e pirataria. Nos negócios ilegais da galeria Pagé, é mais do que certa a sua ligação com os paraguaios. Entre eles, provavelmente, o libanês Mohamed Chamas, o dono da galeria Pagé da Cidade do Leste, apontado pelos serviços de segurança americanos como o chefe do núcleo do Hezbollah na tríplice fronteira. O nó se aperta mais uma vez.

Qualquer criança do primário consegue perceber a lógica dessas operações. O Brasil, país tolerante com a imigração ilegal, tem fronteiras com toda a América do Sul, exceto Chile e Equador. Nem sabemos quantos são os imigrantes vivendo aqui. Em 2006, o deputado federal Wellington Moreira Franco (PMDB-RJ) apresentou projeto sobre os imigrantes estrangeiros no país. Dizia que eram cerca de 1,5 milhão, dos quais 836 mil eram conhecidos das nossas autoridades. Cerca de 660 mil estavam em situação irregular. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados informa que, só em São Paulo, “estima-se a presença de 60 mil bolivianos residindo irregularmente, além de outros 10 mil no estado do Mato Grosso”. Mas as nossas autoridades não se preocupam muito com isso.

O Brasil é atrativo para as conexões do terrorismo e do crime organizado. Os milhares de bolivianos e colombianos trabalhando quase como escravos em oficinas de tecelagem e confecção, em São Paulo, constituem um celeiro de mão de obra para o crime. Os africanos que desembarcam no Rio e em Salvador são outra fonte de recrutamento. Até nos filmes de Hollywood o Brasil (especialmente o Rio) é citado como refúgio de bandidos.

Mesmo um dos mais procurados criminosos de guerra nazistas, Josef Mengele, o médico de Auschwitz, viveu e morreu no país, em Bertioga, litoral de São Paulo, entre 1960 e 1979. Aos 68 anos de idade, Mengele faleceu de causas naturais e completamente impune. Bertioga, diga-se de passagem, não fica em nenhuma floresta. É uma das mais badaladas regiões do litoral paulista. No entanto, no antigo idioma indígena da região, Bertioga significa "morada dos macacos buriquis". Ou refúgio de um tipo de macaco muito perigoso. Como Mengele. No campo de prisioneiros nazista, onde 1 milhão de judeus foram sacrificados, Mengele era chamado de "o anjo branco", por causa do jaleco de médico que sempre usava. Podia ter socorrido infelizes que estivessem doentes — mas era mais conhecido pelas experiências genéticas e biológicas que fazia com seres humanos, inclusive crianças, às quais submetia a massacres inacreditáveis. Viveu entre nós e nunca foi reconhecido. Esteve assistido e financiado por uma intrincada rede internacional de proteção aos carrascos nazistas, como descrita por Frederick Forsyth em *O dossiê Odessa* (Record, 1972). O livro do escritor inglês, apesar de ser uma obra de ficção, descreve a real "Odessa", que em alemão quer dizer "Organização dos Ex-Elementos das SS". Esta organização de fato fornecia fundos para a

sobrevivência de perseguidos políticos e carrascos da Alemanha nazista em várias partes do mundo, especialmente na África e na América do Sul.

Mengele era acusado de ter levado à morte, nas câmaras de gás de Auschwitz, entre 200 e 400 mil pessoas, algumas das quais matou pessoalmente, usando porretes e armas de fogo. Em 7 de fevereiro de 1979, ao tomar banho no mar de Bertioga (60 quilômetros ao norte de São Paulo), o carrasco nazista sofreu um desmaio e se afogou em águas calmas do litoral paulista, encerrando uma carreira criminosa que é soberbamente descrita em "Mengele - O último nazista" (Planeta, 2008), do jornalista e pesquisador americano Gerald Astor (1926-2007).

Outro monstro nazista, Gustav Franz Wagner (1911-1980), oficial da SS, mais conhecido como o "carniceiro de Sobibor", também veio para o Brasil. O campo de concentração de Sobibor, na Polônia, foi local de extermínio de 600 mil prisioneiros judeus, comunistas, homossexuais, ciganos e soldados russos capturados. Franz Wagner era o subcomandante da unidade prisional nazista, onde funcionavam fornos crematórios. Após a guerra, fugiu para cá: em 12 de abril de 1950, sob o nome falso de Gunter Mendel, obteve visto de residência. Só foi desmascarado 28 anos depois, em 30 de maio de 1978, quando foi preso em um hotel de proprietários alemães em Itatiaia, na região serrana do Rio de Janeiro. Israel, Alemanha, Áustria e Polônia pediram a extradição do carrasco nazista, que foi negada pela Justiça brasileira no dia 22 de junho de 1979.

Franz Wagner é mostrado em *A lista de Schindler* (filme de Spielberg, 1993, ganhador de cinco Oscar) como o oficial nazista que,

no café da manhã, costumava atirar nos prisioneiros com um fuzil de mira telescópica, da varanda de seu "apartamento" em Sobibor. Matou-se em Atibaia, no interior de São Paulo, no dia 3 de outubro de 1980. Nunca foi levado aos tribunais. O "carrasco de Sobibor" confirma a tese de que o Brasil é mesmo um paraíso de facínoras de todas as espécies. Confirma também a impressão de que não somos capazes de vigiar nossas fronteiras nem de cuidar dos interesses da soberania nacional.

Além de Mengele e Wagner, vale citar o chefão da Máfia siciliana Tommazo Buscetta, o Don Mazino, que comandou no Brasil a primeira grande operação multinacional do tráfico de drogas, denominada Conexão Ilha Bela, em 1972. Era responsável pelo "corredor da heroína" do Oriente Médio para os Estados Unidos, passando pelo Brasil, e utilizava o nome falso de Paulo Roberto Felici. Foi preso pela polícia brasileira em 2 de novembro de 1972 e, em seguida, extraditado para a Itália. Ficou oito anos na cadeia e foi libertado provisoriamente. Fugiu para o Paraguai (a tríplice fronteira) e de novo para o Brasil. Em terras brasileiras, Tommazo enriqueceu com o tráfico. Em 24 de outubro de 1983, foi preso novamente e mandado de volta à Sicília. No ano de 1993, depois de dez anos de prisão, foi extraditado para os Estados Unidos, onde fez um acordo com o FBI e entregou toda a estrutura da Cosa Nostra. Morreu de câncer em 2000, em Nova York, onde vivia sob nova identidade no Programa de Proteção às Testemunhas da polícia federal americana.

Ronald Biggs, o cérebro do assalto ao trem pagador dos correios britânicos, ocorrido em Glasgow, 1963, viveu tranquilamente no Brasil por mais de trinta anos. No roubo, avaliado em 10 milhões de

dólares, estavam envolvidos 11 homens, dos quais dez foram presos ou mortos na Inglaterra. O único impune, Biggs, fugiu para o Rio de Janeiro. Aproveitando uma brecha da legislação brasileira, casou-se com uma mulher que adotou o nome de Raimunda Biggs, com quem teve um filho, Mike, hoje com 32 anos. Raimunda é descrita pelos jornais ingleses como *cabaret dancer*, mais ou menos uma *striper*, mulher que se exibe para os homens em bares, talvez uma prostituta. Provavelmente recebeu uma bolada pelo "casamento", pois, tendo um filho brasileiro, Biggs não poderia ser extraditado. Assim viveu tranquilamente no bucólico bairro de Santa Teresa, no centro do Rio, lugar de intelectuais e da boemia. Às autoridades, sempre disse que vivia das entrevistas que dava aos jornais e revistas, cobradas a peso de ouro. Do dinheiro sumido em Glasgow, nenhum sinal. Curiosamente, aos 71 anos, paciente de câncer, Biggs decidiu voltar à Inglaterra, onde o esperava uma pena de prisão de 28 anos em regime fechado. Abalado pela doença, queria morrer em sua terra natal. Do mesmo modo que veio, foi embora: impune.

Há uma série de outros bandidos, terroristas e traficantes internacionais ligados ao Brasil, como os integrantes dos cartéis colombianos da droga, das Brigadas Vermelhas italianas e outras organizações. No domingo 18 de março de 2007, agentes federais prenderam em Copacabana um dos líderes terroristas mais procurados na Europa, o italiano Cesare Battisti, 52 anos, comandante da organização Proletários Armados pelo Comunismo (PAC), braço armado das Brigadas Vermelhas. Battisti estava condenado à prisão perpétua na Itália, acusado de quatro assassinatos. O governo brasileiro reagiu fortemente contra o pedido

de extradição, num posicionamento que envolveu o ministro da Justiça, Tarso Genro, e o próprio presidente Lula. A condenação de Battisti nos tribunais italianos estava baseada numa "delação premiada" de um desertor do grupo terrorista. O caso rendeu uma longa disputa diplomática que não se resolveu até o final deste livro, mas deixa a lição de que é fácil fugir para o Brasil.

O caso mais emblemático da fragilidade das nossas fronteiras, no entanto, remonta ao final de 1966 e início de 1967. Foi quando passou por Rio, São Paulo e Mato Grosso o líder guerrilheiro Ernesto Guevara. O Che, argentino de Córdoba, tinha como destino a Bolívia, onde iria desencadear o movimento guerrilheiro que resultou na sua morte, em 8 de outubro de 1967. Entrou no país pelo Rio de Janeiro, em data não conhecida, depois de passar por Moscou, Praga e Paris. Ao chegar, apresentou um passaporte uruguaio, com o nome do comerciante Adolpho Mena González, com validade até 22 de dezembro de 1967. Che, na foto do passaporte, não tinha a boina preta com a estrela solitária do guerrilheiro, que iria notabilizá-lo. Estava careca, usava um par de óculos pretos e grossos. Irreconhecível.

Em abril de 1965, Che, ministro das Indústrias e da Economia de Cuba, despediu-se de Fidel Castro com uma carta pessoal e comovida:

> Outras terras do mundo reclamam o concurso de meus modestos esforços. Posso fazer o que está negado a você por suas responsabilidades à frente de Cuba. E chegou a hora de nos separarmos. O faço com uma mescla de alegria e dor.

A data mais provável para a passagem de Che Guevara pelo Brasil é 23 de outubro de 1966, em plena ditadura militar, depois disso, ele

teria pouco menos de um ano de vida. Esteve em São Paulo, onde teria se reunido com integrantes do Movimento Nacional Revolucionário (MNR), formado por ex-militares brasileiros e inspirado por Leonel Brizola. Alguns autores, como o historiador Luiz Alberto Moniz Bandeira (ver *De Martí a Fidel — A Revolução Cubana e a América Latina*, Civilização Brasileira, 1998), costumam afirmar que Che esteve com Brizola em Montevidéu. Há várias citações de que o ex-coronel do Exército brasileiro Dagoberto Rodrigues, integrante do MNR e amigo pessoal de Leonel Brizola, teria acompanhado o líder guerrilheiro em sua viagem até a Bolívia. (Ver também *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*, de Denise Rollemberg, Mauad, 2001.) Um dos líderes do MNR, Marco Antônio da Silva Lima, teria ficado encarregado de montar um esquema de apoio a Che na região de Corumbá, Mato Grosso do Sul, uma das atuais fronteiras do crime organizado. Marco, ex-sargento do Exército, caiu numa emboscada das forças de segurança em Copacabana, zona sul do Rio, dois anos e meio após a morte de Che, no dia 14 de janeiro de 1970. Foi fuzilado, aos 29 anos de idade.

Guevara foi ferido em combate no dia 7 de outubro de 1967, na Quebrada Del Yuro, um remoto vilarejo na região de La Higuera, interior da Bolívia. Foi cercado por tropas dos Rangers bolivianos, homens treinados pelo Exército dos Estados Unidos e com ajuda da CIA. No dia seguinte, foi morto com uma rajada de oito balas de um fuzil M2, fabricado pela americana Colt. Quem disparou, a pouco mais de 1 metro de distância, foi o sargento boliviano Mário Terán Salazar. Guevara estava de pé, com as mãos amarradas para trás. Disse uma única frase para seu assassino: “Saiba que está para matar um

homem." A pressão do dedo indicador direito do sargento Terán sobre o gatilho do fuzil mandou Che de encontro à parede da escola pública onde estava detido. E o mandou também para a História, como símbolo mundial de rebeldia da juventude.

O sargento Terán vive hoje em Santa Cruz de La Sierra, na fronteira com o Brasil. Não sai de casa nunca. É um homem de meia-idade que mantém boa forma física e saúde. Não recebe jornalistas e jamais comenta sobre aqueles momentos terríveis em La Higuera. Os restos mortais de Che Guevara ficaram em cova rasa até 12 de julho de 1997, sem que ninguém soubesse o local exato de sua sepultura. Trinta anos depois, foram transladados para Havana e, em seguida, enterrados num mausoléu na praça Che Guevara, na cidade de Santa Clara, Cuba, numa homenagem que reuniu milhares de cubanos, dia 17 de outubro de 1997. Os restos do guerrilheiro desceram à sua morada permanente ao som da música que virou hino em Cuba:

> Dizem que nada é mais claro,
> banhado de transparência,
> da tua querida presença,
> comandante Che Guevara,
> quando toda Santa Clara
> se desperta para ver-te.

A música, de autores cubanos que não conheço, foi cantada por milhares de vozes quando Che, com seus homens armados, ocupou Santa Clara, em dezembro de 1958, pouco antes da queda de Havana e do triunfo da revolução, que ocorreu na noite do Ano-Novo. Essas vozes voltaram em outubro de 1997, para selar a memória do

combatente. O sargento Terán, ao ver a vitória eleitoral do líder indígena Evo Morales na Bolívia, em 2006, deve ter tremido nas bases.

Neste ano de 2009, com Barack Obama no poder, Fidel Castro internado num hospital e seu irmão, Raul, tentando adaptar o modelo cubano aos novos tempos, tudo isso parece histórias da carochinha. Mas, para nós, resta o fato de que nossas fronteiras são realmente algo deploráveis, pelas quais qualquer um entra e aqui se estabelece. Há, inclusive, o caso de Juan Carlo Abadía, o chefão do cartel Del Norte, da Colômbia, atualmente o maior produtor de cocaína para o Brasil e para os Estados Unidos, que vivia tranquilamente numa mansão em São Paulo, pagando milhões de reais por mês em propinas para não ser incomodado. Ao ser preso, em 7 de agosto de 2007, depois de uma série de cirurgias plásticas para não ser reconhecido, tinha uma fortuna de 70 milhões de euros escondida num caminhão que costumava ficar estacionado no bairro de Pinheiros, um dos mais elitizados da capital paulista. A polícia nunca conseguiu localizar o tesouro do traficante colombiano, que só foi preso depois que o governo americano forneceu informações sobre seu paradeiro à Polícia Federal.

Os cúmplices de Abadía em São Paulo montaram uma verdadeira "ponte aérea" do crime para salvar a fortuna do traficante. Realizaram centenas de viagens para quase todas as capitais latino-americanas (e até para Miami) carregando partes pequenas do dinheiro, que desapareceu. Preso, Juan Carlos Abadía esteve no presídio de segurança máxima de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. Lá, segundo os jornais, estabeleceu contatos com nosso "barão" das

drogas, Luís Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, com quem teria feito "acordos comerciais". Não é impossível que isto tenha acontecido, uma vez que nosso sistema carcerário é altamente sujeito à corrupção. Num país onde a sonegação fiscal atingiu 200 bilhões de reais em apenas dois anos, segundo o Instituto de Planejamento Tributário (ver manchete da *Folha* de 9 de março de 2009), nada é impossível.

Em sua passagem pelo Brasil, Abadía montou uma extensa rede de corrupção para garantir a sua liberdade e para que pudesse continuar comandando o cartel del Norte. Um de seus principais colaboradores, o traficante colombiano Ramón Manuel Yepes Penagos, detido em São Paulo, declarou a delegados federais que pagou "300 mil dólares [cerca de 687 mil reais] a policiais da 2ª Delegacia do Denarc [Departamento de Investigação sobre Narcóticos] para não ser preso". Uma reportagem de Mário César Carvalho, publicada na *Folha* de 13 de fevereiro de 2009, revela:

> O colombiano diz ter sido preso em São Paulo numa disputa entre policiais do Denarc e do Deic [a polícia encarregada de combater o crime organizado]. Afirmou que só foi para a prisão porque se recusou a pagar 2 milhões de reais para um grupo de policiais.

Ramón Penagos, procurado pelo FBI, pelas polícias da Colômbia, Espanha e Alemanha, vivia no bairro do Itaim Bibi, zona nobre da capital paulista. A polícia conhecia seu endereço, tanto que foi visitá-lo no apartamento onde morava. Esta "visita" foi testemunhada pelo porteiro do prédio, que confirmou a informação para os federais. Ramón está preso no Centro de Detenção Provisória de Pinheiros, o "Cadeião de Pinheiros", também conhecido como uma das mais

importantes bases do PCC. Segundo a Polícia Federal, ele estaria negociando com as autoridades brasileiras o benefício da "delação premiada".

Juan Carlos Abadía ficou apenas um ano preso em São Paulo, até ser extraditado para os Estados Unidos, onde responde a processos por homicídio, tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. A tramitação do pedido de extradição no Supremo Tribunal durou só cinco meses, quando em geral leva de dois a três anos. Todo mundo queria se livrar do colombiano, inclusive porque ele poderia revelar mais detalhes da sua rede de proteção no Brasil. Antes de deixar o país, Abadía teria denunciado aos federais um audacioso plano de fuga de Fernandinho Beira-Mar, que pretendia sequestrar parentes de altas autoridades e trocá-los por sua liberdade. A delação teria sido parte do acordo para que o traficante fosse mandado embora.

Juan Carlos Abadía está preso no Centro de Detenção Metropolitano do Brooklyn, em Nova York. A cela é uma solitária de 2 por 4,5 metros. Tem uma cama de solteiro, uma pia e uma privada. O traficante passa 23 horas por dia trancado — e sai apenas por uma hora para um pátio gradeado, onde não se encontra com ninguém. O advogado do traficante, Paul Nalven, entrou com um pedido de transferência, alegando que seu cliente sofre de claustrofobia. Mas não foi atendido. Na cadeia do Brooklyn, à prova de fugas, estão prisioneiros de origem árabe acusados de terrorismo.

O Departamento de Estado americano informa que o cartel Del Norte, chefiado por Abadía, é responsável por ter contrabandeado 10 bilhões de dólares em cocaína pura para os Estados Unidos, entre 1990 e 2003.

De volta ao terrorismo: outro conjunto de informações indica a presença do terrorismo islâmico no sul do Brasil. Um marroquino a serviço da comunidade de inteligência francesa e inglesa, codinome Omar Nasiri, infiltrado nas organizações muçulmanas radicais ligadas à al Qaeda, revela em um livro de memórias mais ou menos romanceado (*Por dentro do jihad*, Record, 2007) que as organizações terroristas instaladas na Europa, nos anos 1990, publicavam um jornal incentivando "a guerra santa contra os infiéis" a partir de uma célula em Bruxelas, capital da Bélgica. Omar esteve em dois campos de treinamento de terroristas no Afeganistão, Khaldan e Darunta, ambos a cerca de 150 quilômetros da fronteira norte do Paquistão, antes do 11 de Setembro. Após os atentados em Nova York e Washington, os dois campos foram bombardeados pela Força Aérea americana e ocupados pelas tropas especiais dos Estados Unidos. Não havia dúvidas de que os terroristas instalados nessa área estavam ligados aos ataques.

Primeiro os aviões atacaram os campos orientados por satélites, a altitudes em que não podiam ser vistos. Depois vieram os A10 Thunderbolts e os C.130 de ataque ao solo, em voos rasantes. Após a primeira onda de bombardeios, durante a noite, helicópteros levaram forças de elite até os campos de treinamento da al Qaeda no Afeganistão, onde fizeram prisioneiros. Os presos foram levados para bases militares americanas no norte de África e na Europa, clandestinamente. O destino final dos muçulmanos capturados nos campos foi Guantánamo, em Cuba. Ali foram submetidos a torturas (afogamentos, choques elétricos, privação do sono e mais uma série de violações dos direitos humanos, que deveriam ser protegidos pelos

códigos internacionais), até que a opinião pública do mundo civilizado, inclusive nos Estados Unidos, se revoltou. Os interrogadores queriam estabelecer uma conexão entre os campos da Al Qaeda, os atentados em Nova York e Washington e o governo de Saddam Hussein, no Iraque.

Os terroristas da base de Bruxelas publicavam um jornal chamado *Al Ansar*, ligado ao movimento extremista argelino GIA (Grupo Islâmico Armado, uma das organizações envolvidas na guerra civil no país e associada à Al Qaeda). Em seu livro de memórias, o espião Omar Nasiri revela que o jornal *Al Ansar* era produzido na capital da Bélgica, copiado por máquinas eletrônicas e distribuído para todo o mundo pelos correios. As correspondências partiam da Bélgica, da Holanda, da Alemanha e de outros países europeus, como Espanha e Portugal. Eram editadas em árabe, inglês e espanhol. Em *Por dentro do jihad* (página 88), Omar explica que o jornal *Al Ansar* tinha um discurso agudo na pregação da luta contra os "infiéis", inclusive publicando fotos de atentados terroristas que vitimaram dezenas de inocentes. *Al Ansar* pingava sangue. E essa pregação violenta chegava aos brasileiros:

> (...) estávamos enviando os boletins e respondi que era para todo o mundo. Não apenas Europa, África ou Oriente Médio, mas também Estados Unidos, Canadá, Brasil, Argentina, Rússia, África do Sul e Austrália...

A citação de Brasil e Argentina lembra — de novo — a tríplice fronteira.

Quem melhor descreveu o emir do terrorismo mundial, Osama

bin Laden, foi o jornalista Lawrence Wright (*O vulto das torres*, Companhia das Letras, 2007) e o consultor de segurança dos Estados Unidos Yossef Brodansky (*O homem que declarou guerra à América*, Editorial Prestígio, 2001). Ambos deixam claro, em seus trabalhos de pesquisa, que o líder da al Qaeda fala de maneira desconexa, por metáforas, como se fosse ele mesmo um profeta dos tempos bíblicos. Ou um sucessor de Maomé. Alguém que vive sob voto de pobreza, dorme no chão e veste roupas quase de indigentes. Mas este mesmo homem não hesita em gastar vários milhões de dólares no planejamento e execução de atentados como o do World Trade Center.

Em 1999, Osama bin Muhammad bin Laden (Osama, filho de Muhammad, filho de Laden) escreveu uma carta de 12 páginas ao secretário de Defesa americano, William Cohen, declarando guerra aos Estados Unidos. Convidava a maior potência do mundo a se render aos desígnios de Deus. Vivendo no Sudão, África, depois da retirada russa do Afeganistão, escreveu também um pequeno livro (*A América e a Terceira Guerra Mundial*, não publicado no Brasil mas citado por Brodansky), explicando quais eram os seus objetivos: o restabelecimento do "Califado Otomano", com a reconquista das fronteiras daquilo que os árabes invadiram do Oriente Médio até a Europa Ocidental. A expansão começou com as lutas contra os "infiéis" lideradas pelo xeique Alluf El Salahadin, o Saladino, que derrotou os exércitos ocidentais, além dos Templários, e libertou Jerusalém (III, IV e V Cruzadas).

O caminho árabe para o Ocidente prosseguiu após a última cruzada, no século XIII. Essas fronteiras iam da atual Síria até a

Iugoslávia, no centro da Europa. Os árabes, na verdade, perseguindo a retirada dos cruzados, exércitos cristãos mantidos pelos reis europeus e pelos papas, tinham ocupado parte de Portugal, da Espanha, da Itália, e foram barrados na Áustria, às portas de Viena, em 1529, já no século XVI. Depois recuaram e se estabeleceram na Turquia e na região dos Bálcãs, onde hoje estão Sérvia, Bósnia, Kosovo e Montenegro. (Ver *Uma breve história do mundo*, do escritor Geoffrey Blainey, professor de Harvard, editora Fundamento, 2007.) Finalmente, o Império Otomano fincou raízes no Oriente Médio e na Europa Central até o século XX. Durante a Primeira Guerra Mundial, os "turcomanos" foram empurrados para longe mais uma vez, por ingleses, franceses e alemães. As forças inglesas chegaram a ocupar Jerusalém. O Império Otomano desfaleceu com a Primeira Guerra (1914-1918) e foi finalmente destruído com a Segunda Guerra Mundial. Daí surgiu, inclusive, o Estado judeu, com a Nova Israel em terras otomanas. Este "Califado Otomano" é o que bin Laden pretende reconstruir.

O Brasil foi o primeiro governo a reconhecer o Estado de Israel. Em 14 de maio de 1948, os brasileiros ergueram a bandeira de Israel nas Nações Unidas, numa sessão especial da ONU presidida pelo chanceler Oswaldo Aranha. Um novo país, que reunia sobreviventes do holocausto nazista e judeus perseguidos em todo o mundo. A composição desse novo país reunia, com capital em Tel Aviv, 85% de judeus, 14,5% de muçulmanos sunitas, 2,9% de cristãos e o restante de drusos e outros segmentos culturais e religiosos. Este grupo étnico e cultural jamais foi aceito pelos povos árabes vizinhos. Jerusalém foi declarada cidade santa, por reunir as relíquias do templo de Salomão,

dos judeus, o santo sepulcro de Jesus, dos cristãos, e a mais importante mesquita muçulmana depois de Meca, a mesquita de al Aqsa. Israel foi recriada. Mas era uma realidade imposta pelo poder militar ocidental. Tudo indicava que a retomada das hostilidades na região era uma questão de tempo.

Após o 11 de Setembro, o mundo vive, novamente, uma divisão aparentemente irreconciliável: o chamado "mundo livre ocidental" contra o "inimigo radical islâmico". As diferenças são de ordem religiosa, política, ideológica, econômica. De novo: para nós, ocidentais, quem defende esse tipo de ideia é completamente desequilibrado. Em *O vulto das torres* (pág. 332), Lawrence Wright diz que os principais objetivos da al Qaeda são: "Estabelecer o governo de Deus na terra, atingir o martírio na causa de Deus, purificar as fileiras do islã dos elementos depravados." Pior: em sua publicação *A América e a Terceira Guerra Mundial*, três anos antes dos ataques contra os Estados Unidos, Osama bin Laden dizia que os "guerreiros de Deus" não precisavam de armas. A fé bastava. Em 11 de setembro de 2001, 19 árabes desarmados, a maioria cidadãos da Arábia Saudita, como o próprio inspirador dos atentados, colocaram a América de joelhos. Mataram cerca de 3 mil cidadãos de 23 países, em Nova York, Pensilvânia e Washington — inclusive brasileiros. E arrastaram o país para guerras caríssimas e inevitavelmente perdidas.

Com tantos dados disponíveis, o desinteresse das nossas autoridades por investigar ramificações terroristas no país chega a ser constrangedor. A pressão militar da aliança ocidental contra o terror empurra os grupos islâmicos para novas bases. Restam poucos

territórios livres para o jihad, e esses poucos estão especialmente na Ásia, na África e na América do Sul, onde a semente da resistência e do planejamento de novas ações pode sobreviver. Estes são os futuros cenários. Mas aqui a gente não dá nada por isso. Evidentemente, não confundo a resistência palestina contra a ocupação israelense com o terrorismo. Sei que Israel usurpou os territórios árabes nas guerras apoiadas pelos americanos. Populações civis foram massacradas na guerra civil do Líbano (1975-1990). Os massacres continuam em Gaza e na Cisjordânia. Os grupos radicais árabes, como o Fatah e o Hamas, lutam entre si, em detrimento do interesse das populações. Há fome, doença e violência nos territórios ocupados. E não podemos esquecer o infame muro de concreto que separa palestinos e judeus, inclusive dividindo as cidades em duas partes. Isso impede a convivência, o trabalho e a paz. O extremismo e a violência se realimentam o tempo todo.

O Líbano é um exemplo de como um país próspero e pacífico pode se envolver numa luta fratricida e cruel. Em 15 anos de conflito, várias forças se opuseram no país: cristãos maronitas, ortodoxos, muçulmanos xiitas e sunitas, os exércitos israelenses e norte-americanos, o Exército do Sul do Líbano, aliado de Israel, e a Organização para a Libertação da Palestina, a OLP de Iasser Arafat. A Síria terminou ocupando extensas áreas do Líbano, até mesmo uma parte da capital, Beirute. A guerra destruiu um país que era chamado de "a Suíça do Oriente Médio", moderno e ocidentalizado, onde o árabe, o inglês e o francês eram línguas cotidianas. Os navios de guerra americanos bombardeavam um quarteirão de prédios em Beirute por dia, uma tentativa de destruir o quartel-general da OLP e

matar seus líderes. Milhares de inocentes foram vitimados. O cruzador americano *New Jersey*, fundeado a 5 quilômetros da costa, disparava canhões 150mm, fazendo tremer a terra em Beirute. Foi o pior conflito militar pós-Vietnã e anterior à primeira Guerra do Golfo (1991).

No Iraque e no Afeganistão, as vítimas dentre a população já somam aproximadamente 90 mil mortos e um número não revelado de mutilados. Entre os militares da aliança ocidental, o número de baixas fatais está além de 4 mil. A desproporção revela que se trata de uma guerra de extermínio, em que as partes envolvidas não levam em conta o que acontece com os civis. E mesmo assim o que provoca fortíssima oposição da opinião pública norte-americana e europeia são as perdas entre os aliados ocidentais. A reação é por causa dos seus mortos, entre os quais estão pelo menos três brasileiros servindo aos Estados Unidos — e não por causa das dezenas de milhares de árabes mortos, a maioria mulheres e crianças.

Por outro lado, a insurgência xiita e sunita contra a ocupação estrangeira no Iraque também não poupa seus compatriotas. Milhares de atentados a bomba devastaram mercados públicos, igrejas, instalações da ONU e da Cruz Vermelha. Um desses atentados matou o embaixador brasileiro Sérgio Vieira de Mello, em 19 de agosto de 2003, a maior autoridade das Nações Unidas no Iraque. Apesar de todos os danos, a intervenção contra Saddam Hussein não deu os resultados esperados. Na segunda quinzena de julho de 2007, a agência de notícias americana Associated Press, com sede em Washington, teve acesso a documentos sigilosos dos serviços de inteligência dos Estados Unidos que revelaram: apenas um terço das

metas estabelecidas para os primeiros cinco anos de guerra foi atingido. De um modo geral, a situação foi descrita como "fora de controle". Assim que tomou posse, Barack Obama declarou que iria se retirar do Iraque e que colocaria todas as suas prioridades militares no Afeganistão, numa tentativa de destruir a al Qaeda e pegar (ou matar) Osama bin Laden.

Terrorismo e crime organizado andam de mãos dadas. Ambos precisam de espaço para prosperar. Ou seja: populações desempregadas e oprimidas, procurando um lugar ao sol. Aqui, entre nós, há espaço suficiente para isso. Tanto que os soldados do tráfico nas favelas do Rio de Janeiro, especialmente do Comando Vermelho e do rival Terceiro Comando, como vimos, se proclamam "guerreiros bin Laden". Em São Paulo, a polícia militar costuma apreender armamento improvisado entre as torcidas que se enfrentam antes e depois das partidas de futebol. Com a Mancha Verde (Palmeiras) já recolheu barras de ferro com a inscrição: "Mancha Bin Laden".

O jornalista Julio Ludemir, escritor um tanto underground, autor de pelo menos quatro livros que retratam o submundo das organizações criminosas do Rio, provavelmente foi a primeira pessoa a citar essa identificação dos nossos bandidos com os guerrilheiros islâmicos e com o iraquiano Saddam Hussein. Idolatram o saudita bin Laden, que consideram "o homem mais corajoso do mundo", por causa dos ataques ao World Trade Center. Julio, que morou em favelas e que esteve frente a frente com o tráfico, aponta que os soldados das drogas mantêm um tipo de identificação com seus heróis antiamericanos, "aqueles árabes e palestinos miseráveis que se

levantaram contra a maior potência mundial", os Estados Unidos. Contra tudo e contra todos — é assim que os nossos favelados armados se sentem, rebelados contra um regime econômico e social que os abandonou quando ainda eram crianças.

Li tudo o que Julio Ludemir escreveu. Estive com ele em duas ou três oportunidades, durante palestras sobre o crime organizado no Brasil. Na sua versão romanceada do crime — *No coração do Comando* é uma história de Romeu e Julieta passada no porão da sociedade carioca —, podemos acompanhar em close a tragédia da nossa juventude. Por seu texto agressivo, seus personagens incompreensíveis para a intelectualidade e por sua própria aparência desconcertante, Julio Ludemir não é valorizado. Conhecendo o tipo, acho que isto deve ter sido motivo de orgulho para um dos primeiros autores a descrever minuciosamente o dia a dia do tráfico — ele, que prefere a marginalidade, deve ter encontrado reconhecimento nessa invisibilidade. Contudo, Julio Ludemir foi pioneiro ao levantar o tema do confronto armado e extremamente grave que se aproxima.

Seus escritos me lembram um desconhecido e relegado Plínio Marcos, aquele dramaturgo brilhante de *Dois perdidos numa noite suja*, que nos anos 1960 e 1970 denunciou as condições degradantes de vida dos excluídos na metrópole. Plínio Marcos também denunciou as degradantes condições carcerárias na época dos governos dos generais.

Quando digo que Plínio Marcos foi um desconhecido, quero dizer que, apesar de ícone da intelectualidade, nunca foi reconhecido pelo grande público. Esteve no teatro e no cinema, para poucos. Não era daqueles autores para escrever uma novela das oito. Até hoje

continua obscuro, só para alguns, apesar de ter produzido uma obra literária e dramatúrgica que define e explica a alma do povo brasileiro. Como um Jorge Amado, um João Ubaldo Ribeiro, ou um Euclides da Cunha, de quem a juventude brasileira dos dias de hoje nunca ouviu falar.

Marcos não era um homem fácil de aceitar. Falava de forma atravessada, parecia mastigar os dentes. Não tomava mais do que três banhos por semana. E se vestia de modo deplorável. No entanto, por trás da aparência estava um gênio do pensamento focado nas classes populares. Seus personagens podiam ser encontrados em qualquer esquina. Seus diálogos eram a voz do povo. Julio também é assim. E igualmente o é Ferrez, cronista do Capão Redondo, na zona sul de São Paulo, autor de *Manual prático do ódio* e de *Ninguém é inocente em São Paulo*.

Esses autores enfiam a faca no bucho dos leitores e os fazem pensar. A intelectualidade burguesa rejeita todos eles, enquanto reverencia os que reproduzem o modo burguês. Na verdade, essa rejeição é seu dever de classe, mais do que o seu dever de casa.

É claro que Ludemir não é o único. Há também o bravo MV Bill, não só autor de importantes denúncias, por meio de suas letras do hip-hop da Cidade de Deus ("Soldado do morro" e outras), mas também como documentarista. Ele produziu o extraordinário vídeo, com Celso Athayde, chamado *Falcão — Meninos do tráfico*, sobre o qual já discorri em capítulo anterior. A Globo, senhora de sua importância no país, vacilou na exibição, adiando a apresentação por várias semanas. Mas no fim, foi um sucesso, sendo visto em cadeia nacional em 19 de março de 2006.

Tais autores de literatura popular, como os “cordelistas” nordestinos, que falavam dos cangaceiros e heróis da vida comum, têm importância destacada na exemplificação do modo de vida brasileiro. Constituem uma espécie de história paralela, fora das peias do tradicionalismo e revelando personagens que estão mais nas ruas do que nas estantes de livros do senso comum burguês. Eles se parecem com os escritores que promoveram a grande virada literária entre os séculos XIX e XX, do tipo Tolstoi, Dostoiévski, Máximo Gorki, Victor Hugo, Emile Zolá, que abandonaram as histórias de príncipes e princesas e se dedicaram aos pobres, ao ser humano comum. Plínio Marcos, Julio Ludemir e Ferrez são discípulos dessa escola baseada na realidade. E quem não gostar, que se dane. E que vá ler outra coisa. Mas — certamente — não vai entender muito bem o que acontece nesse nosso país.

15

A FALTA DE APETITE das autoridades e do meio acadêmico brasileiros por pesquisa e entendimento do crime organizado é — no mínimo — decepcionante. A História cansa de ensinar que a riqueza (mesmo ilegal), associada ao poder militar e territorial, exige expressão política. Traficantes, contraventores e piratas têm forte influência na organização comunitária de bairros pobres, indicando representantes. Pois organizações criminosas precisam de interlocutores com os poderes públicos, inclusive para discutir benfeitorias e serviços para os locais que controlam. Claramente, já afetam a política e as instituições brasileiras, com intensa corrupção, ameaças e violência. Nos anos recentes, essas organizações passaram a apresentar candidatos próprios às eleições e se infiltraram em pequenos partidos políticos, nos quais se destacam oferecendo dinheiro para financiar campanhas e para sustentar a própria agremiação política.

Mas o crime organizado em nosso país não demonstra — ainda —

a intenção de criar um programa político definido. Isso já aconteceu em muitos países, seguindo o antigo exemplo da Máfia; na América Latina, os casos mais visíveis são os do Panamá, Colômbia, Paraguai e Bolívia, onde o crime organizado está ou esteve presente nos partidos e nas instâncias governantes. No Brasil, isto talvez seja uma questão de tempo. Vejamos: no dia 6 de abril de 2009, em cerimônia diante de trezentos policiais militares, no Rio, o ministro da Justiça, Tarso Genro, declarou que grupos criminosos formados por traficantes e milícias armadas "se transformaram em força política". Segundo o ministro, "este fato faz com que o crime organizado tenha uma gravidade excepcional no Estado".

No dia seguinte à declaração de Tarso Genro, o jornal *O Globo* publicou:

> E aqui vem uma gravidade excepcional da situação do Rio, que faz do Estado, para nós [o governo], um espaço fundamental de luta. Este grupo estruturado como poder de fato dentro de uma determinada região [as milícias] começa a aprofundar seus vínculos com a esfera política e a produzir determinadas lideranças políticas — declarou o ministro.

Em outro trecho da matéria, o ministro diz: "O crime organizado, não só no Brasil, chega a um ponto em que cresce em direção à política e cria quadros políticos."

Nas eleições municipais de 2008, a Polícia Federal investigou a atuação do crime organizado na política fluminense. O relatório da PF indicava "grave infiltração", mas não tinha muitas provas. Mesmo assim, a vereadora eleita Carmem Glória Guinâncio Guimarães (do pequeno partido PT do B-RJ), mais conhecida como Carminha Jerominho, filha de vereador e sobrinha de deputado, foi presa pouco

antes do pleito, em 29 de setembro, durante a operação Voto Livre, da Polícia Federal. Foi acusada de receber apoio de grupos paramilitares da zona oeste do Rio. Carminha, que negou todas as acusações ("tudo isso não passa de perseguição política"), foi libertada por ordem judicial, elegeu-se e tomou posse.

A família de Carminha tem histórias para contar. Na noite de 22 de julho de 2008, trinta homens da polícia do Rio cercaram uma casa no bairro de Campo Grande, zona oeste da cidade. O alvo não era um bandido qualquer — era o tio de Carminha, o deputado estadual Natalino Guimarães (depois expulso do DEM-RJ), apontado como líder de uma milícia armada formada por policiais e ex-policiais. Houve reação à aproximação da polícia. Um ensurdecedor tiroteio de cinco minutos de duração quebrou a tranquilidade do bairro. Na confusão que se seguiu, sete pessoas escaparam, mas cinco foram presas: além do deputado, dois PMs, um assessor parlamentar e um segurança. A polícia garante que a casa era o quartel-general da milícia comandada por Natalino. Tanto é verdade, que um arsenal foi apreendido: um fuzil AR-15 calibre 5.56, duas escopetas calibre 12, quatro pistolas 9mm, coletes à prova de balas e farta munição.

A revista *Veja* de 30 de julho, ao tratar do caso, publicou:

> Sua prisão [de Natalino] acabou por escancarar o nível de banditismo a que chegou a representação parlamentar no estado, uma tradição que se reafirma a cada eleição para a Alerj [a Assembleia Legislativa do Rio], cada vez com um grau de periculosidade maior.

O deputado Natalino Guimarães, ex-policial civil, foi acusado de fundar e dirigir a milícia conhecida como Liga da Justiça, que começou a atuar em 2001. O grupo é apontado como "uma polícia

particular", que expulsou os traficantes de favelas e bairros pobres e assumiu o lugar deles. Eles controlam o comércio local, a distribuição de gás de cozinha e o transporte comunitário de vans clandestinas. Em alguns casos, os milicianos cobram taxa de proteção para comerciantes e empresários e pedágio dos moradores. Seis meses antes da operação policial em Campo Grande, a polícia já havia prendido o irmão do deputado, Jerônimo Guimarães (PMDB-RJ), o Jerominho, sob as mesmas acusações: formação de bando armado, tentativa de homicídio e porte ilegal de armas.

As milícias, que se espalham pelo Rio, são um novo tipo de organização criminosa a prosperar na cidade sem lei, onde se contrapõem a facções como o Comando Vermelho, o Terceiro Comando e a ADA. A imprensa costuma dizer que esses grupos já dominam mais de vinte localidades. Uma fonte da polícia carioca me disse que as milícias já somam mais de trezentos homens armados, a maioria policiais de baixo escalão atuando fora dos horários de serviço: "A maior parte desses milicianos é formada por PMs. Muitos policiais expulsos das corporações também se alistam nas milícias, incluindo soldados do Corpo de Bombeiros."

Apesar do currículo conturbado, Carminha, Jerônimo e Natalino são campeões na política, tendo este último recebido mais de 50 mil votos. Outro político eleito com forte votação, o deputado estadual Álvaro Lins, ex-chefe de polícia, foi preso em maio de 2008. As acusações, de acordo com a revista *Veja*: envolvimento com a contravenção, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. A ONG Transparência Brasil informa que, dos setenta deputados estaduais do Rio, 29 respondem a processos criminais. Geraldo Moreira (PMN-RJ) e

Marcos Abrahão (PSL-RJ) foram investigados sob acusação de homicídio; o Ministério Público apura o envolvimento do deputado Jorge Babu (PT-RJ) com as milícias; José Nader (PTB-RJ) foi acusado de porte ilegal de armas.

Durante as eleições municipais de 2008, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio solicitou ajuda do Exército e da Marinha para ocupar 27 favelas e bairros populares do Rio, de modo a garantir que não servissem como "currais eleitorais" de candidatos apontados pelo crime organizado. A Justiça Eleitoral tinha informações de que as populações locais seriam obrigadas a votar em determinados nomes escolhidos por traficantes do Terceiro Comando e do Comando Vermelho e pelas milícias. Mais de 3 mil soldados, empregando até tanques de guerra, ocuparam as 27 áreas. Para se ter uma ideia da gravidade do problema, basta dar uma lida no parágrafo de abertura da reportagem de Raphael Gomide, da sucursal carioca da *Folha* (edição de 17 de setembro de 2008):

> Traficantes e milicianos estabeleceram tabelas de pedágio para os candidatos às eleições de outubro fazerem campanha nas favelas que controlam. O preço varia de 10 mil reais (para pequenas comunidades) a 30 mil (locais de maior porte). Sem pagar, os postulantes são proibidos de entrar nas localidades para pedir votos e pregar cartazes nas casas.

Esta, leitor, é só a ponta do iceberg.

O crime organizado e a política se cruzam em muitos pontos do caminho. Quando o Comando Vermelho assumiu o controle de quase 70% de todos os pontos de venda de drogas no Rio de Janeiro, nos tempos áureos da organização (1982/1994), se constituiu numa

espécie de governo paralelo das comunidades pobres. Com o passar do tempo, essa administração de fato se torna também de direito, com o respaldo – ou com a complacência – dos próprios moradores. A organização, como denunciei no livro *Comando Vermelho*, disputa e vence inúmeras eleições para a diretoria das associações de moradores. Nem de longe esse processo foi suave. Um relatório do Serviço Secreto da PM do Rio (a P2), à época, garante que o crime organizado matou pelo menos 13 líderes comunitários e os substituiu por gente de confiança. O informe, que teve circulação restrita aos oficiais comandantes (1992), dizia o seguinte:

> A exemplo do que fizeram os banqueiros do bicho, que têm representantes até no Congresso Nacional, os traficantes pretendem conquistar espaço no cenário político brasileiro. (...) No estado do Rio de Janeiro, o tráfico de maconha e cocaína constitui-se numa espécie de 'república livre', impune e independente. (...) O Comando Vermelho já domina a terça parte das associações de moradores dos morros e exterminou 13 líderes comunitários que resistiam à sua tirania.

No início do ano de 1991, a polícia do Rio se preocupou em desvendar as ligações entre o Comando Vermelho e a política. O trabalho esteve a cargo da Divisão de Repressão a Entorpecentes (DRE). Uma equipe, chefiada pelo inspetor Gerson Mugget, foi montada especialmente para isso. O relatório ficou pronto no ano seguinte e foi parar na mesa do delegado Antônio Nonato da Costa, diretor da DRE. A polícia fez o possível para manter o relatório em segredo, mas, em 12 de março de 1992, ele foi parar numa reportagem de José Luiz Lopes, publicada em *O Globo*. As informações davam conta de que o CV pretendia eleger vereadores e deputados

estaduais. Acompanhe um trecho da matéria:

> Dois desses candidatos seriam Sebastião Teodoro, presidente da Associação de Moradores do Morro Pavão-Pavãozinho, em Ipanema, e Pedro José de Assis Batista, o Tota, cunhado do presidente da Associação de Moradores do Morro de São Carlos. (...) Segundo a polícia, o Comando Vermelho vem dominando as associações de moradores de comunidades carentes com o intuito de formar uma base eleitoral para seus candidatos.

Seis anos antes, em 1986, José Antônio Nicolau, filho do banqueiro do bicho Toninho Turco, traficante morto pela Polícia Federal e o Exército naquele mesmo ano, durante a Operação Mosaico, havia sido eleito deputado estadual. Toninho Turco, chamado "o rei do pó" pelos jornais populares do Rio, foi uma espécie de interface entre o Cartel de Medelín e o Comando Vermelho. Se o leitor deseja um exemplo ainda mais amargo do envolvimento do crime na política fluminense, veja o que aconteceu com o candidato do Partido Democrático Trabalhista (PDT), o antropólogo Darcy Ribeiro, nas eleições ao governo do estado em 1986. Na noite do sábado, 18 de outubro daquele ano, pouco antes da votação, o candidato do PDT compareceu a um jantar na Churrascaria Guanabara, onde foi recebido por dois mil contraventores animados, gente ligada ao jogo do bicho, ao contrabando e ao tráfico. Dois mil litros de chope regaram 500 quilos de carne de primeira. Tudo consumido em três horas. Enquanto um fotógrafo de *O Globo* era agredido por seguranças, o então prefeito do Rio, Marcelo Alencar (PDT), pegou o microfone instalado no salão e falou à nata dos banqueiros do bicho:

— Eu quero dizer a vocês: somos muito gratos pelo apoio que os

senhores estão nos dando.

Darcy Ribeiro, subindo ao palco, explicou seu programa de governo aos bicheiros, com ênfase na construção de escolas nas comunidades carentes. Foi tremendamente aplaudido. O contraventor Aílton Guimarães Jorge, o Capitão Guimarães, o sucedeu ao microfone. Fez menção aos governos anteriores do PDT, chefiados por Leonel Brizola: — Brizola deu a maior tranquilidade de todos os tempos ao jogo do bicho e nunca nos pediu dinheiro por isso. Agora chegou a hora de retribuir, elegendo Darcy Ribeiro como governador.

Um repórter de *O Globo*, Múcio Bezerra, testemunhou tudo o que aconteceu na Churrascaria Guanabara. Escreveu uma reportagem notável, na edição do jornal de 20 de outubro de 1986, uma segunda-feira:

> Ouviu-se uma salva de palmas para o Capitão Guimarães, enquanto cem garçons de camisa branca – com desenho de uma águia dourada e o nome de Manolo (candidato da contravenção à Assembléia Legislativa) – evoluíam apressados pelo salão para atender à clientela: eram, em sua maioria, anotadores do jogo do bicho na Zona Sul (do Rio), que chegaram em vários ônibus fretados especialmente para a ocasião.

O repórter também anotou uma frase do banqueiro do bicho Aniz Abraão David, o Anísio: "Para nós, o dia 15 de novembro (da votação) será o 'Dia da Gratidão'." Darcy Ribeiro perdeu a eleição para o candidato do PMDB, Wellington Moreira Franco. Este optou por uma política de confrontação com o crime organizado. Mandou a polícia entrar nas favelas, construiu os presídios de segurança no bairro de Bangu. Encarcerou a liderança do Comando Vermelho. Sofreu dois

atentados a bala contra a sua vida.

Esses episódios, que são detalhados nos dois volumes iniciais desta trilogia, marcam apenas o início da influência política do crime organizado no Rio de Janeiro — e que já se espalha por todo o país. Para se ter uma vaga ideia do poder do narcotráfico na vida nacional, comandado por empresas criminosas transnacionais (e os nossos bandidos armados nas favelas são apenas a raia miúda), vale a pena fazer uma conta. O movimento de drogas no Brasil — ou através do nosso território — representa algo em torno de 80 toneladas de cocaína por ano, e cerca de 400 toneladas de maconha. Vamos desconsiderar a maconha, que é uma droga barata. Ficando só com a cocaína, encontramos os seguintes números: um grama de cloridrato de cocaína em estado puro, na cotação internacional, vale 34 dólares, o menor preço encontrado no mercado. (No Japão, por exemplo, vale 170 dólares.) Oitenta toneladas de coca pura valeriam US$ 2,72 bilhões. Se considerarmos que o produto chega ao consumidor multiplicado por cinco, na medida em que é misturado com outras substâncias, chegaríamos à extraordinária cifra de US$ 13,6 bilhões. A Polícia Federal brasileira apreende, anualmente, entre oito e nove toneladas de cocaína, um recorde latino-americano. Os estudiosos do problema do narcotráfico afirmam que as apreensões representam cerca de 10% do total do movimento de drogas. Ou seja: 90% da cocaína que passa por nossas fronteiras chegam ao mercado consumidor nacional e atingem os Estados Unidos e a Europa, com rotas através da África, tendo como origem a Colômbia. Por esses números, somos o segundo maior mercado de drogas do continente. E você, leitor, acha que todo esse dinheiro é usado em quê? Pode ser

para comprar nossos políticos, governantes, candidatos. Pode ser para coisas ainda piores.

16

A MÁFIA ITALIANA DÁ exemplo desde o início do século passado, fazendo enorme esforço econômico para transformar seus *capos* em deputados, prefeitos e senadores. Quando a Máfia colaborou com a invasão aliada da Sicília, durante a Segunda Guerra Mundial, liderada por Lucky Luciano, o gângster americano sucessor de Al Capone (representando a família Genovese), recebeu em troca o domínio político da região. Os chefes das famílias mafiosas viraram líderes políticos regionais e participaram do novo Parlamento.

Ironia da História: comunistas e mafiosos estiveram do mesmo lado na luta contra o fascismo na Itália e participaram diretamente do linchamento do ditador Benito Mussolini, que foi pendurado de cabeça para baixo num gancho de açougue, em praça pública. *Il Duce*, sua amante Clara Petacci e outros colaboradores ficaram vários dias dependurados em uma praça de Milão, pingando sangue pelos olhos, bocas, narizes e orelhas. A resistência contra o fascismo na Itália tinha

duas vertentes principais: à esquerda, o poderoso PCI (Partido Comunista Italiano), que orientava os movimentos operários, estudantis e camponeses, apoiado pela União Soviética; à direita, o empresariado descontente com o atraso do país e a Máfia. Tinham todos em comum o ódio irrevogável contra Mussolini e seu regime de opressão. Com o fim da guerra, as duas vertentes se ergueram como forças políticas quase equivalentes. O PCI virou a maior agremiação do gênero depois do PCUS, soviético. Ao mesmo tempo, o crime organizado adquiriu expressão nacional inédita.

Com o fim das hostilidades na Europa e a rendição do Japão, a Máfia emigrou em massa para os Estados Unidos, que viviam um surto de prosperidade nunca visto. Os bandidos italianos levavam consigo a ideia de que era preciso participar das instituições para evoluir no crime e chegar à legalidade. As organizações da Sicília, a Camorra (a Máfia napolitana), e a N'drangheta (da Calábria), enviaram seus "sobrinhos" a Nova York, Chicago e Nova Jersey. O crime organizado — é bom repetir — pretende o poder político. Assim, chefes de polícia, juízes, parlamentares, prefeitos e governadores entraram na folha de pagamentos da Máfia americana, a Cosa Nostra (Coisa Nossa, para deixar claro as suas origens que remontam aos anos 1860, na Sicília), que reunia todos os grupos italianos e que se aliou a criminosos imigrantes irlandeses e até judeus foragidos do nazismo. O *consiglieri* (conselheiro) da família Gambino (a maior e mais poderosa) era um judeu americano e frequentava uma sinagoga no Queens.

A partir das organizações sediadas nos Estados Unidos, o crime organizado se expandiu para Cuba (antes da revolução de Fidel

Castro e Che Guevara) e o Caribe. Havana se transformou numa Las Vegas à beira-mar com a construção de incríveis hotéis e cassinos, e foi ali que o *capo* da Máfia de Nova Orleans, Santo Trafficante (note-se que o nome é real, não codinome) se tornou sócio do ditador Fulgêncio Batista, representando a Comissão das Cinco Famílias de Nova York, que comandava e ainda comanda o crime na América. Essas organizações lançaram pesadas âncoras na América Central, por meio de operações de tráfico e lavagem de dinheiro nos cassinos. Na virada dos anos 1940/1950, financiaram as plantações de coca na Colômbia, na Bolívia e no Peru, iniciando a Era dos Cartéis da cocaína. Compravam a produção da droga por atacado e enviavam para os Estados Unidos e Canadá, com algum excedente para a Europa, onde tradicionalmente se consumia mais ópio e heroína, originários do Oriente.

O início do envolvimento da Máfia americana com o tráfico de drogas produziu uma luta interna que durou todo o período dos anos 1950 e se estendeu por parte da década de 1960. Pela primeira vez desde que haviam chegado à América, a divergência levou à morte os poderosos chefões e seus familiares. Carmine Genovese, da poderosa família De Cavalcante, de Nova Jersey, que a série de televisão notabilizou como *Os Sopranos*, foi assassinado a tiros. A guerra deixou ressentimentos entre os mafiosos por quase quatro décadas, tais foram os danos pessoais do conflito. A morte de Paul Castellano, o "Big Paulie", *capo di tutti capi* da família Gambino (sucessor de Carlo Gambino, o dom Vito Corleone do filme *O poderoso chefão,* de Francis Ford Copolla), em 16 de dezembro de 1985, foi o marco da redivisão de poderes e da paz na Cosa Nostra. Foram anos e anos de matanças.

Paul Castellano foi emboscado quando descia de sua limusine em frente ao Spark's Steak House, restaurante de luxo no número 210 da 46th Street, em Manhattan, a duas quadras do prédio das Nações Unidas. A casa, famosa por servir o melhor filé mignon de Nova York, era frequentada por empresários, diplomatas e gângsteres. Estava lotada na noite fria de inverno, quando nevava levemente. Mas Big Paulie tinha um espaço reservado só para ele. Era uma sala discreta, com uma mesa redonda de 12 lugares. Paul Castellano levou seis tiros de Magnum 357 à queima-roupa. Ficou desfigurado. As fotos do poderoso chefão trucidado a tiros ocuparam a primeira página de todos os jornais americanos. Houve extensa e escandalosa cobertura das emissoras de rádio e televisão. (Para mais detalhes, ver *The Most Evil Mobsters in History*, da pesquisadora inglesa do crime organizado Lauren Carter, Michael O'mara Books, 2004.)

A luta no interior da Cosa Nostra foi motivada por uma diferença fundamental na visão dos negócios. Uma parte dos *capos* acreditava que o envolvimento com as drogas levaria à perda de influência política. Inviabilizaria a saída da clandestinidade e a entrada no mundo de Wall Street, que eles ansiavam, porque se consideravam empresários, "homens de negócio". Este segmento achava que o tráfico era coisa para "os pretos", gente desqualificada, que não se importava em vender drogas na porta das escolas. Interessante: eram as mesmas famílias que fizeram fortuna durante os anos da Lei Seca, na década de 1930, quando contrabandeavam e produziam uísque e cerveja clandestinamente. Mas os entorpecentes eram um tabu para essa gente. Arrastando a herança dos "homens de honra" da velha Itália, eles se recusaram.

O segmento que desejava se envolver com as drogas representava uma visão mais moderna do crime organizado, segundo a qual negócios não se misturam com honra ou relações familiares. As dúvidas eram resolvidas menos com casamentos arranjados entre primos do que com rajadas de metralhadoras. Pistoleiros de aluguel, como o freelancer Richard Leonard Kublinski, envolvido tanto no assassinato de Genovese quanto no de Castellano, processado por 19 crimes e suspeito de duzentos assassinatos (na infância ele matou todos os cães e gatos do quarteirão onde morava, em Jersey City), ficaram ricos nos acertos de contas. (Uma biografia de Leonard Kublinski, *O homem de gelo*, o pior e mais sanguinário pistoleiro da Máfia, escrita pelo jornalista Philip Carlo, está disponível nas livrarias brasileiras, Landscape, 2007.)

Esses gângsteres que assumiram o comércio das drogas eram mais pragmáticos. Conheciam melhor o poder dos dólares num mundo em que os Estados Unidos tinham a moeda mais valorizada. Sabiam que a riqueza acumulada no mundo do crime seria uma arma decisiva entre os pobres do sul do continente. Podiam comprar qualquer um, de generais a juízes das supremas cortes. Apoiaram e derrubaram governos. Tiveram enorme influência nos países das Américas, especialmente na região andina, única do continente onde é possível plantar a coca. Para concentrar alcaloides — a substância entorpecente —, a coca tem que ser plantada entre 2 mil e 4 mil metros acima do nível do mar. Por suas peculiaridades biológicas, a planta se desenvolve melhor no ar rarefeito, frio e úmido. Por isso Colômbia, Peru e Bolívia são os maiores produtores.

O envolvimento do crime organizado na política chegou ao absurdo das inúmeras tentativas de matar o líder cubano Fidel Castro — oito, ao todo. A Máfia americana amargava um prejuízo maior do que 1 bilhão de dólares nos cassinos de Havana, tanto nos negócios do jogo propriamente dito e no mercado imobiliário, quanto no *show business*, na prostituição e no tráfico. Os *capos* das Cinco Famílias resolveram apoiar os grupos de exilados cubanos que pretendiam a derrubada de Fidel, no início dos anos 1960. Associados à CIA e ao Serviço Secreto dos Estados Unidos, criaram campos de treinamento paramilitares no interior do país. A missão era constituir uma força armada, com suporte americano no mar e no ar, para invadir Cuba.

Achavam que poderiam desfazer a epopeia da Revolução Cubana, quando 82 homens saíram do México a bordo de um velho iate a motor — o *Gramma* — para desembarcar em Cuba com um carregamento de armas. Foram surpreendidos pelo exército na praia, em dezembro de 1956. Havia um traidor entre eles. Setenta dos revolucionários foram mortos, feridos ou presos. Os 12 restantes, entre eles Fidel e Raúl Castro, Che Guevara e Camilo Cienfuegos, começaram a guerrilha em Sierra Maestra, a cadeia de montanhas que domina o centro da ilha. Três anos depois, em 1º de janeiro de 1959, os revolucionários do movimento 26 de Julho chegavam ao poder. Tinham o apoio da maioria da população. Trabalhadores das lavouras de cana, pequenos proprietários de terras, desempregados e estudantes pegaram em armas e ajudaram Fidel a derrubar o governo apoiado pelos americanos e pela Máfia.

A primeira providência do novo regime, que tinha um católico de centro-esquerda chamado Manuel Urritia Manzano como presidente

e Fidel Castro como primeiro-ministro, foi a nacionalização de todas as empresas estrangeiras. Os cassinos da Máfia foram fechados e os imóveis, desapropriados. Naqueles dias, Santo Trafficante convocou uma reunião da Comissão das Cinco Famílias, em Miami, para estudar o problema. A Cosa Nostra decidiu pelo assassinato de Fidel Castro e a derrubada do governo. Um segmento da Máfia de Chicago, originário do bando de Al Capone e Joe Esposito e comandado, à época, por Sam Momo Giancana, costumava fazer trabalhos sujos para a CIA. Giancana, também chamado The Butcher (o açougueiro), por ter participado de vários massacres, entre eles o do *Valentine's Day* (o Dia dos Namorados nos EUA, quando oito gângsteres rivais foram metralhados num velho frigorífico), aceitou participar de pelo menos duas tentativas de envenenar Fidel Castro. Foram operações desastradas, desencadeando uma onda de repressão política em Cuba. A maioria dos estrangeiros, incluindo os agentes da CIA e os mafiosos, deixaram o país apressadamente. Atrás deles ficaram vários outros milhões de dólares em bens e contas bancárias. O ódio contra Fidel Castro se tornou irascível.

A eleição do senador democrata de Massachusetts John Fitzgerald Kennedy como 35º presidente dos Estados Unidos, em 8 de novembro de 1960, foi uma pedra no sapato dos *capos* mafiosos: Kennedy não iria apoiar facilmente a invasão de Cuba. Mas os preparativos secretos continuaram. Em 17 de abril de 1961, uma força de mais de 1.500 soldados, a maioria exilados cubanos e mercenários, desembarcou na Baía dos Porcos. Aparentemente, Kennedy fingiu que não sabia de nada. É impossível que não tivesse ao menos uma pista do projeto, que ele mais tarde chamou de "aventura irresponsável".

*(*Ver *The Dark Side of Camelot,* livro de Seymour H. Hersh, editado em 1997 por Little Brown & Co, Nova York.)

O plano era seguir com a força invasora para a região montanhosa do centro da ilha, estabelecer um governo provisório e pedir o reconhecimento diplomático e suporte militar aos Estados Unidos, iniciando a derrubada de Castro. Os contrarrevolucionários jamais deixaram a praia. Foram derrotados em três dias. Kennedy se recusou a autorizar que navios americanos ao largo de Cuba abrissem fogo para cobrir o avanço dos invasores. Também não permitiu que a força aérea bombardeasse as tropas de Fidel, dez vezes superiores em homens e armas. Cuba estava a menos de 200 quilômetros da Flórida. Meia hora para os jatos estacionados em Miami. Um dia para os marines.

A recusa de Kennedy para embarcar na aventura dos exilados cubanos lançou na oposição ao seu governo todo o poder do crime organizado. A Máfia aderiu imediatamente a planos conspiratórios para assassinar o presidente mais popular da História dos Estados Unidos, depois de Abraham Lincoln (1809-1865). Kennedy já tinha problemas internos com os militares e a indústria bélica, que dá emprego a um em cada dez trabalhadores do país. Os *falcões* republicanos, que desejavam uma "boa guerrinha" após o fim do conflito na Coreia (1950-1953), concluíram que Kennedy era fraco e não tomava decisões sob pressão. Os radicais da extrema direita pensavam pior: o democrata, apesar de ser um veterano condecorado da guerra contra os japoneses no Pacífico (ele comandou um barco lançador de torpedos, o *PT-109*, na batalha de Guadalcanal), não passava de "amigo dos negros e simpatizante dos comunistas".

John Fitzgerald Kennedy foi assassinado a tiros em Dallas, Texas, ao meio-dia e meia da sexta-feira, 22 de novembro de 1963. Levou dois tiros calibre 6.55 milímetros, de uma arma de precisão italiana, usada durante a Segunda Guerra: um fuzil Menlicher-Carcano 91/38, fabricado em 1940 e empregado pelas Forças Armadas italianas. Com carregador simples (cinco tiros mais um na "agulha") e acionamento manual, do tipo ferrolho, o fuzil tinha uma mira telescópica de aproximação japonesa, capaz de ampliar 18 vezes a imagem. A munição original do Carcano apresenta uma poderosa carga de nitroglicerina. O impacto corresponde a uma pequena explosão. O calibre relativamente menor do que o dos fuzis da época, a maioria 30mm, era compensado pela alta velocidade do projétil. (Ver detalhes em http://wguerra.blogspot.com.)

A primeira bala atingiu o presidente na garganta. A segunda arrancou o topo da cabeça de Kennedy, expondo o cérebro. Um cinegrafista amador, Abraham Zapruder, imigrante russo que era funcionário de um laboratório fotográfico em Dallas, registrou o momento do crime com uma câmera super 8mm colorida, sem som. A câmera empregada foi uma Bell & Howell, de uso doméstico, mas de grande sensibilidade (está guardada num depósito do US National Arquives, em Washington). As imagens históricas passaram quase trinta anos trancadas num cofre da Time-Warner, proprietária da revista *Time* e de estúdios de cinema, para a qual Zapruder vendeu o filme. Foram mostradas pela primeira vez integralmente no filme *JFK* (1991), de Oliver Stone. Deixam claro que o presidente americano foi atingido de frente. O tampo da cabeça do presidente, com o cabelo desalinhado pelo vento, foi jogado sobre o porta-malas do carro

oficial. No vídeo, pode-se ver Jacqueline Kennedy, a primeira-dama, tentando recuperar a parte arrancada pelo projétil. É uma cena ao mesmo tempo patética e estarrecedora: a mulher do presidente dos Estados Unidos, vestindo um tailleur cor-de-rosa, de joelhos sobre o banco traseiro do carro, procurando alcançar um pedaço da cabeça do marido.

O assassino oficial apresentado pela polícia de Dallas, Lee Harvey Oswald, ex-marine, era colaborador da CIA (trabalhou para a inteligência militar em Moscou, porque falava razoavelmente russo). Envolvido com os exilados cubanos (foi preso fazendo propaganda anti-Castro na calçada do prédio do FBI, em Dallas), supostamente ligado ao crime organizado, estava no terceiro andar de um prédio atrás do carro do presidente. Ele era capaz de disparar quatro, cinco ou seis tiros em segundos. Havia sido treinado para isso nos fuzileiros navais. Teria atingido Kennedy e o governador do Texas, John Connaily, ferido na perna. Mas estava atrás da posição em que as vítimas foram atingidas. As imagens mostram nitidamente que pelo menos o tiro fatal, na cabeça, veio de frente. Como explicar?

Lee Oswald foi localizado dentro de um cinema a uma distância razoável do local do crime. Talvez fosse um ponto de encontro com outros conspiradores. Só uma hora havia se passado desde o assassinato do presidente e o terrorista já tinha sido encontrado. E como os policiais poderiam saber que ele estava no tal cinema? A única explicação: alguém de dentro do grupo conspirador o delatara, criando o bode expiatório perfeito, oferecendo à polícia de Dallas uma rara oportunidade de demonstrar eficiência face à mídia e à opinião pública americana. De quebra, ainda permitia acusar Oswald

de trabalhar para o KGB, o Diretório de Segurança do Estado soviético. Tudo certo: pegaram o assassino e ele trabalhava para os russos, arqui-inimigos da América. Lee Oswald tinha morado em Moscou e era casado com uma russa.

Lee Oswald, um desempregado sem eira nem beira, psicologicamente instável mas potencialmente perigoso (a mulher dele, Maria, a imigrante russa, declarou que ele treinava constantemente com o rifle Carcano), não viveu o suficiente para se defender ou revelar a trama contra Kennedy. Ao ser transferido da sede da polícia de Dallas, praticamente sem proteção e cercado de repórteres e câmeras de televisão, tomou dois tiros de um Detective Colt .38, a meio metro de distância. A mesma arma regulamentar dos investigadores das polícias americanas naquela época. A mesma que no Brasil conhecemos como Colt Cavalinho, um pequeno revólver de seis tiros e cano de 2,5 polegadas, fácil de esconder. Oswald morreu ali mesmo, diante das lentes de todas as grandes redes de televisão, com uma perfuração no pulmão direito e outra no coração.

Quem apertou o gatilho foi um certo Jack Ruby, preso imediatamente. E quem era esse personagem? Jacob Rubenstein vinha de uma família de militares da remota cidade polonesa chamada Sokolów Podlaski, então parte do Império Russo. A família emigrou para o Reino Unido, depois para o Canadá, e chegou à América em 1903. Jacob nasceu em West Side Chicago, bairro judeu, em 1911, provavelmente no dia 25 de março. Quinto filho de um total de oito do casal Rubenstein, foi sempre a criança problemática. Na adolescência, se envolveu numa série de pequenos crimes. Nos anos da Grande Depressão (final da década de 1920), começou a se

envolver em coisas mais graves, inclusive foi apontado como suspeito do assassinato de um líder sindical. Em 1939, adotou o nome de Leon. Em 1947, mudou-se para Dallas e alterou legalmente o nome para Jack Leon Ruby. Em 24 de novembro de 1963, quando foi preso após assassinar Lee Oswald, tinha uma extensa ficha criminal, aos 52 anos.

Jack Ruby era proprietário de casas noturnas em Dallas, boates do tipo strip-tease *e go-go girls*. Investigado pelo FBI por envolvimento com prostituição, agiotagem, extorsão e outros crimes, trabalhava para um chefão da Máfia, Sam Giancana. O mesmo Giancana já envolvido nas conspirações contra Fidel Castro, que prestava serviços à CIA. O que o crime organizado americano poderia ter a ver com o assassinato de Kennedy? Provavelmente, tudo. Sam Giancana nunca escondeu a sua participação no atentado. Ao contrário, se vangloriava. Inclusive, assumia a morte da atriz Marilyn Monroe, a loura fatal de Hollywood.

Ela seria amante de John Kennedy, o presidente, e de seu irmão, Robert, o secretário de Justiça. Viciada em drogas e álcool, emocionalmente insegura, já tinha dado um vexame no aniversário do presidente, na Casa Branca, em 1962. Com um vestido de lamé prateado, com os seios cinematográficos praticamente à mostra, cantou um "Happy Birthday to You" meloso e altamente sensual, diante da primeira-dama, Jacqueline, e de toda a imprensa mundial. Além disso, num escândalo que entrou para a História, ameaçava chantagear o presidente e o irmão. Quando estava bêbada, ligava para os telefones particulares do presidente e do secretário de Justiça. Era preciso pôr um ponto final nisso. Quando Marilyn Monroe foi

encontrada morta, por suposta overdose, testemunhas disseram à polícia de Los Angeles ter visto quatro homens de terno e gravata, usando um furgão preto, deixando a cena do crime. O veículo era semelhante aos usados pelo Serviço Secreto dos Estados Unidos. O telefone, ao lado do corpo, estava fora do gancho. O último número discado havia sido o 911, da polícia. Os serviços de emergência chegaram depois que os homens de terno preto deixaram o prédio.

Em seu livro sobre os gângsteres mais perigosos da História, a pesquisadora Lauren Carter, já citada aqui, revela que o "poderoso chefão" Sam Giancana se gabava de ter participado dos crimes, tanto da atriz Marilyn Monroe quanto de Jack Kennedy (pág. 131):

> Segundo os rapazes da turma [da Máfia], foi nessa ocasião que a CIA, temerosa de ser exposta por uma Monroe vingativa e viciada em drogas, pediu a Sam Giancana que a eliminasse.

A Máfia via nisto a possibilidade de atingir o próprio presidente Kennedy, envolvendo-o num escândalo de tais proporções, que poderia derrubar seu governo. Lauren Carter conta mais, baseada em um livro chamado *Double Cross*, escrito por Chuck Giancana, irmão do chefão da Máfia (pág. 135):

> Logo depois, em 22 de novembro de 1963, aconteceu o impensável: John F. Kennedy foi assassinado enquanto desfilava num carro aberto através das ruas de Dallas. Há inúmeras teorias sobre quem estava por trás do ataque, mas mais uma vez, nas lembranças de Momo [Sam Giancana] citadas por Chuck, surge uma teoria plausível — que o próprio Momo estivesse por trás do mais famoso assassinato do mundo.

Em *Double Cross*, Chuck Giancana escreve que o irmão tinha

orgulho de ter agido pessoalmente no assassinato de John Kennedy. Descreve um momento em que o mafioso fala do crime:

> Nós [a CIA e o crime organizado] cuidamos de Kennedy... juntos. Ele levou o charuto aos lábios e um sorriso retorceu-se como um abraço em torno dele.

A família Kennedy tinha uma dívida com a Máfia. Sempre foi considerada uma espécie de "família real americana", tanto que a residência oficial dos Kennedy era chamada de Camelot, numa referência ao castelo do rei Arthur, mitológico monarca da Inglaterra. Mas, revirando o passado, os pesquisadores descobriram que a fortuna do patriarca Joseph Kennedy estava associada ao crime organizado, por meio de financiamentos de operações de contrabando e fabricação de bebida ilegal durante os anos da Lei Seca. Pior: nos anos 1950, Joseph havia procurado a Máfia, por meio de Sam Giancana, para resolver um problema familiar: John Kennedy, ainda um rapaz, tinha se envolvido com uma moça, a quem engravidara e com quem se casara numa pequena igreja. A moça em questão nunca mais foi vista. O cartório da igreja pegou fogo misteriosamente. Tudo foi esquecido. Joseph Kennedy, vendo que o caso poderia alterar o destino político do filho, prometera aos mafiosos que John teria importante papel na política americana e que facilitaria os negócios da Máfia. Porém, quando John Kennedy foi eleito presidente, fez questão de se distanciar do crime organizado. (Para detalhes, ver *Marilyn e JFK,* de François Forester, Objetiva, 2009.) Seu irmão, Robert, secretário de Justiça e chefe do FBI, abriu notórios processos contra o crime organizado. O próprio presidente Kennedy

proibiu a entrada do cantor Frank Sinatra, um dos "sobrinhos" da Máfia, na Casa Branca. Mandou dizer que Sinatra era *persona non grata*. Selou uma divergência fatal. Além disso tudo, só para piorar a situação, o velho Joe Kennedy devia dinheiro ao "primeiro-ministro" da Máfia, Frank Costello, como afirma o escritor François Forester, biógrafo de JFK e Marilyn Monroe.

O assassinato de Kennedy pelo crime organizado mostra a disposição de agir sobre a política e seus personagens com desenvoltura, a ponto de se envolver na morte do homem mais poderoso do mundo. O crime organizado, se não é capaz de assumir diretamente o poder, se coloca numa posição de "instrumento regulador", com vista a proteger seus interesses e seus lucros.

A ONDA DE ATENTADOS praticada pelo PCC em 2006 deixou um saldo de danos incalculável, além de muitos mortos e feridos. Na foto, uma revendedora de automóveis atacada com bombas incendiárias.



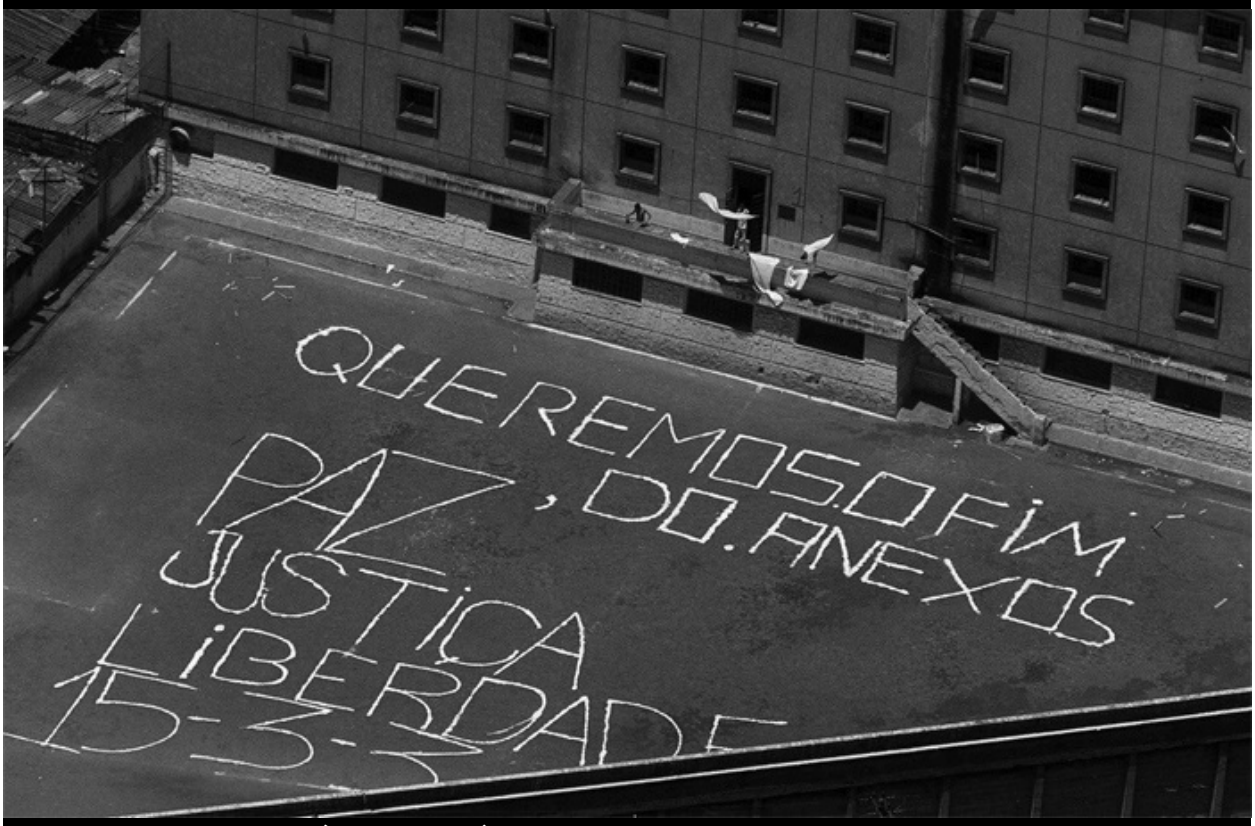
THIAGO BERNARDES/DIÁRIO SP/AGÊNCIA O GLOBO

LAWRENCE BODNAR/DIÁRIO SP/AGÊNCIA O GLOBO



A VIOLÊNCIA DESENCADEADA pelo PCC em 2006, um protesto contra a transferência de seus líderes para presídios de segurança máxima, aterrorizou São Paulo. As pessoas se trancaram em casa. Escolas, bancos, empresas, bares e restaurantes fecharam. Na foto, uma avenida da capital completamente deserta.

NO TETO DE UM PRESÍDIO PAULISTA rebelado, o protesto do PCC. Ali está o lema da organização: "Paz, Justiça e Liberdade", além da sigla "15.33", que representa o "Partido do Crime".



LAWRENCE BODNAR/DIÁRIO SP/AGÊNCIA O GLOBO

NILTON FUKUDA/DIÁRIO SP/AGÊNCIA O GLOBO



UMA DAS POUCAS FOTOS conhecidas de Marcos Herbas Camacho, o "Comandante Marcola", apontado pela polícia e pela Justiça como líder máximo do Primeiro Comando da Capital, o PCC, acusação que ele nega.

TRECHOS DA CPI DO TRÁFICO DE ARMAS.
Marcola foi um dos depoentes.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI – TRÁFICO DE ARMAS		
EVENTO: Reunião Reservada	Nº: 0871R/06	DATA: 08/6/2 006
NÍCIO: 13h30min	TÉRMINO: 17h43min	DURAÇÃO: 04h13min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h13min	PÁGINAS: 205	QUARTOS: 50

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO
MARCOS WILLIANS HERBAS CAMACHO (Marcola) - Depoente.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES
Não houve roteiro taquigráfico no início da reunião. Há oradores não identificados. Há intervenções inaudíveis. Há intervenções simultâneas ininteligíveis. Há palavras ou expressões ininteligíveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Dou por iniciada a sessão de diligência da CPI que investiga as organizações criminosas do tráfico de armas. Temos um *quorum* de 8 presentes e autorização do Plenário da CPI para que possamos tomar decisões acerca das diligências e do caráter das sessões. A princípio, é uma sessão privativa, não sujeita ao sigilo. Se houver a necessidade, a transformaremos em sessão reservada, aí sim sujeita ao sigilo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu coloco em primeiro lugar em discussão... Há uma solicitação do juiz-corregedor para que não seja feita nenhuma imagem do apenado Marcos Camacho, o Marcola.

Em discussão essa possibilidade. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu acho que não devemos permitir a filmagem, fotografias durante a audiência, mas, na abertura, devemos até mostrar que viemos aqui e que consumamos aquela obrigação nossa de ouvir o Marcola na CPI do Tráfico de Armas. Portanto, eu proponho que a gente, na abertura, deixe ser fotografado e filmado, com a presença dele aqui no lugar devido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Continua em discussão.

O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS - Eu me manifesto contrário, porque, primeiro, o seguinte: é que o bandido Marcola já é conhecido do Brasil, e imagens as mais diversas foram veiculadas. Essa questão de sempre, de forma ostensiva, tornar pública a imagem dele, o promove como pessoa importante, o artista. Passa a ser uma referência. Eu não vejo nenhuma necessidade para isso. Acho que o nosso trabalho aqui pode se desenvolver tranqüilamente sem necessidade de mostrar a imagem do preso. Essa é a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Continua facultada a palavra.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sr. Presidente, eu entendo a preocupação do nobre colega Deputado João Campos e até a solicitação

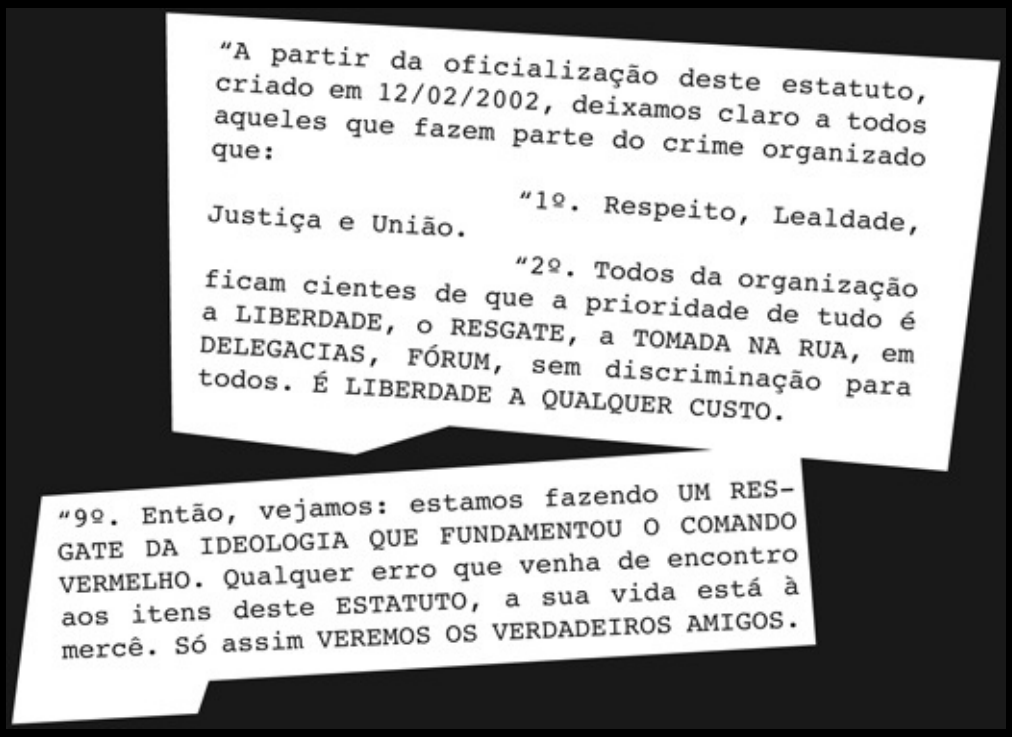
necessário pra que se cessasse ali a situação, porque tinha mais presos lá no DEIC que poderiam fazer esse contato telefônico com várias pessoas e eu chegar aonde estava partindo a situação. E poderiam, de alguma forma, coibir o que viria a acontecer. Aí ele falou o que que eu queria. Eu falei: *"Eu não quero nada. Eu só quero que seja cumprida a lei"*. Qual que é a lei? Que a gente, quando a gente é transferido, que nos dê roupa, nos dê um agasalho, que nos dê uma manta — ó o que eu pedi, uma manta —, nos dê alimentação, que nós estávamos 2 dias sem comer, nos dê alimentação, porque isso é um princípio básico, e eu acho que a lei é bem clara, a que diz que nós temos direito a comida, a nos vestir, a não passar frio, e que nos dê a visita de domingo, que é a visita do Dia das Mães, pra que as nossas famílias vejam que a gente está tudo bem, que nossa integridade física, pelo menos, foi preservada. Foi pedido isso. Ele falou: *"Isso daí é algo que é bastante lógico e eu concordo com você"*. O Dr. Bittencourt falou isso pra mim: *"Concordo com você e vou passar isso pro Nagashi"*. Aí ele foi, ligou pro Nagashi, e o Nagashi falou simplesmente que não, que não iria fazer concessão nenhuma, que não tava ali pra negociar. Foi intransigente de uma forma que não tinha sentido, porque a gente tava pedindo simplesmente pra que a lei fosse obedecida, não tava pedindo nada além disso, o senhor entendeu? E o Nagashi, num momento de intransigência — eu nunca tinha visto ele dessa forma, porque eu já venho me relacionando com ele há muitos anos —, não entendi por quê, parece um jogo político mesmo, simplesmente foi intransigente ao máximo e falou que a gente ia continuar sem cobertor — quem não tinha não tinha —, sem visita, sem banho de sol, um mês trancado, sem justificativa, sem nada. Quer dizer, a revolta foi generalizada. Presos nessas condições, com certas lideranças muito fortes dentro da penitenciária e telefone celular... É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu gostaria... Eu sei que tu falaste aí sobre a questão da revolta. A questão maior da CPI não é a revolta em si, apesar de que é uma preocupação da sociedade tudo o que aconteceu e nós temos muita preocupação com isso, com o que aconteceu dentro e fora, com as mortes que acontecem tanto dentro e fora da cadeia. Isso é terrível. Mas eu queria que tu comentasses um pouco para nós, e se não me

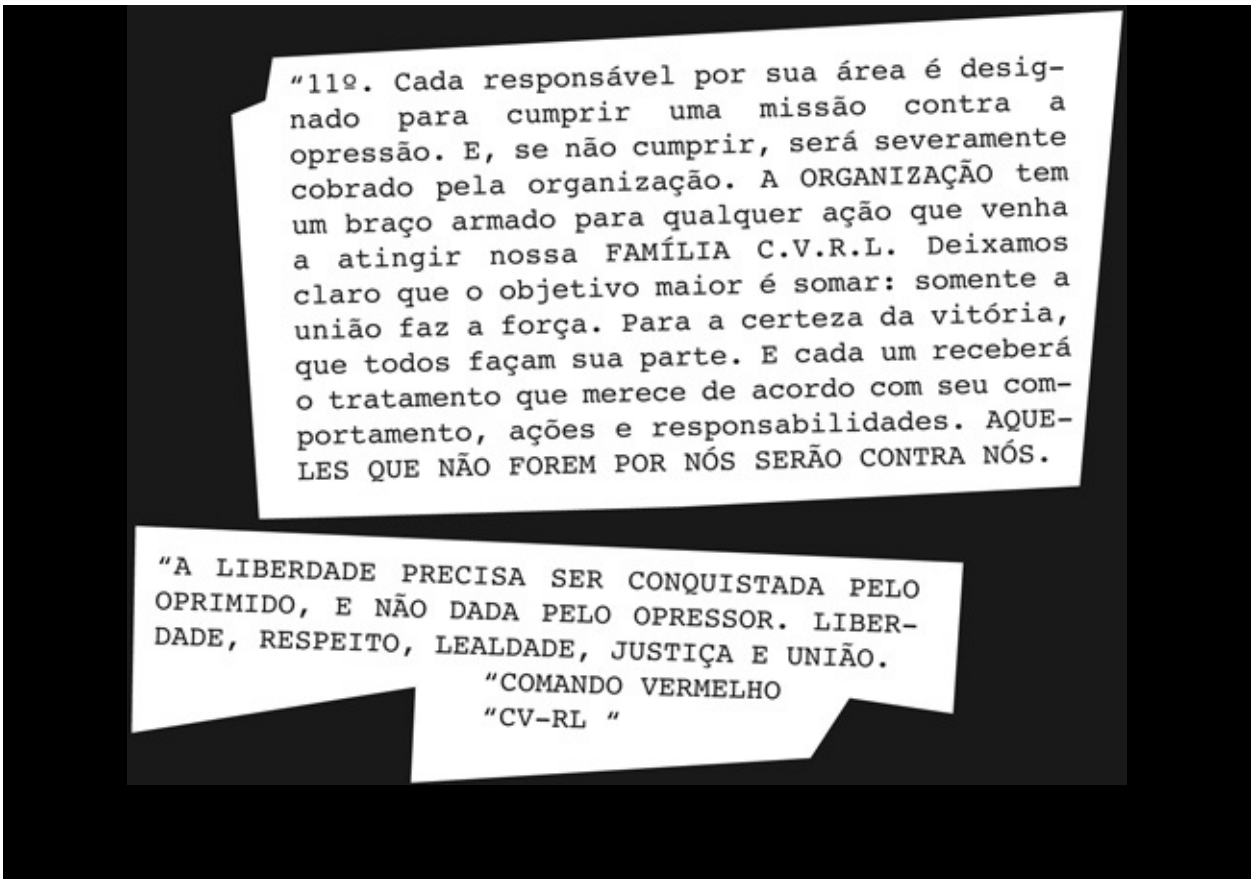
O GOVERNADOR DO RIO, Sérgio Cabral, no enterro de dois policiais militares fuzilados por traficantes do Comando Vermelho. A morte deles desencadeou inédita radicalização no combate ao crime, que resultou no episódio conhecido como “A Batalha do Alemão”.



OTÁVIO MAGALHÃES/AGÊNCIA O GLOBO



AS MAIORES E MAIS IMPORTANTES facções criminosas do país produziram documentos internos com normas de conduta dentro e fora da cadeia. Em junho de 2002, a área de inteligência da polícia carioca apreendeu aquele que seria o "estatuto" do Comando Vermelho.


"11º. Cada responsável por sua área é designado para cumprir uma missão contra a opressão. E, se não cumprir, será severamente cobrado pela organização. A ORGANIZAÇÃO tem um braço armado para qualquer ação que venha a atingir nossa FAMÍLIA C.V.R.L. Deixamos claro que o objetivo maior é somar: somente a união faz a força. Para a certeza da vitória, que todos façam sua parte. E cada um receberá o tratamento que merece de acordo com seu comportamento, ações e responsabilidades. AQUELES QUE NÃO FOREM POR NÓS SERÃO CONTRA NÓS.
"A LIBERDADE PRECISA SER CONQUISTADA PELO OPRIMIDO, E NÃO DADA PELO OPRESSOR. LIBERDADE, RESPEITO, LEALDADE, JUSTIÇA E UNIÃO.
"COMANDO VERMELHO
"CV-RL "

GABRIEL DE PAIVA/AGÊNCIA O GLOBO



A VEREADORA Carminha Jerominho, eleita para a Câmara Municipal do Rio com ampla votação. Ela é acusada pela polícia e pelo Ministério Público de integrar o comando de uma milícia paramilitar, a Liga da Justiça, que enfrenta traficantes nas favelas da Zona Oeste da cidade. Na foto, o momento em que foi empossada no cargo.

MARCELO THEOBALD/AGÊNCIA O GLOBO



O DEPUTADO ESTADUAL do Rio, Natalino Guimarães, ao ser preso, acusado de comandar a milícia Liga da Justiça. Na casa dele, em Campo Grande, Zona Oeste da cidade, a polícia encontrou um arsenal. Ao ser preso, foi aplaudido pelos vizinhos e moradores do bairro, que o consideram um benfeitor.

LUIZ MORRIER/AGÊNCIA O GLOBO



JOÃO HÉLIO, DE APENAS 6 ANOS, foi morto por ladrões que arrastaram seu corpo pelas ruas da Zona Norte do Rio, preso ao cinto de segurança do banco traseiro do carro da mãe. Em 2007, a morte do menino provocou uma comoção nacional e levou o Congresso a tentar endurecer as leis criminais, reduzindo a maioridade penal para 16 anos.

EVANDRO VEIGA/CORREIO ATT

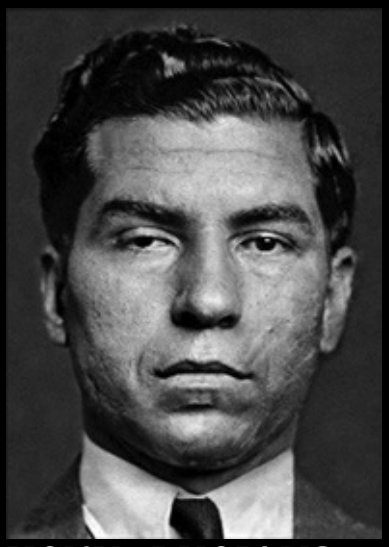


MURO PINTADO com a sigla OPA (Organização Plataforma Armada), em Salvador. O grupo, formado em sua maioria por jovens e adolescentes da região do subúrbio ferroviário, teve quatro de seus integrantes mortos numa suposta troca de tiros com a PM.

LUCÍOLA VILLELA/AGÊNCIA GLOBO



PATRULHA DA PM CARIOCA que protegia o altar construído por moradores para reverenciar o local onde o corpo do menino João Hélio foi encontrado. Bandidos atacaram a viatura, mataram dois policiais e roubaram as suas armas, entre elas um fuzil FAL-7.62.



CHARLES “LUCKY” LUCIANO é considerado “o pai do crime organizado”. Ele acabou com a guerra entre as gangues da Cosa Nostra ao criar a Comissão das Cinco Famílias, entidade que até hoje dirige a Máfia americana. Foi o primeiro gângster a compreender que a atividade criminosa precisava deixar o submundo e se infiltrar na economia e na política.

ARQUIVO AGÊNCIA RBS



NO DETALHE, a casa do traficante colombiano Juan Carlos Abadía, na Aldeia da Serra, em São Paulo, bairro onde vivem empresários, políticos e artistas em mansões milionárias. Na foto maior, a imagem de Abadía sendo preso pela Polícia Federal. Ele comandava o Cartel del Norte na Colômbia, organização responsável pela maior produção de cocaína do mundo.

SEBASTIÃO MOREIRA/EFE/AGÊNCIA O GLOBO



ANTÔNIO GAUDÉRIO/FOLHA IMAGEM



O IRANIANO KIA JOORABCHIAN chegou ao Brasil, em 2004, como dirigente de uma suposta empresa de marketing esportivo, a MSI (Media fachada de atuação da Máfia russa. O grupo investiu milhões de reais no Corinthians, dinheiro cuja origem era desconhecida.

REUTERS/FOLHA PRESS



ESTE É BORIS BEREZOVSKY, megaempresário russo, supostamente envolvido com o crime organizado, o homem que tentou comprar o Corinthians, a Varig e emissoras de televisão no Brasil.

EDUARDO LAZZARINI/FOLHA IMAGEM



CENA DO ASSASSINATO do casal de libaneses, em São Paulo: num posto de gasolina, marido e mulher são emboscados por matadores profissionais. A principal suspeita a respeito dos mandantes do crime recai sobre o Hezbollah, o "Partido de Deus", a milícia islâmica radical do Líbano. Esta é uma das principais pistas sobre a ação do terrorismo no Brasil, nunca investigada a fundo.

FERNANDO RAMOS/AG RBS/FOLHAPRESS



A BRIGADA MILITAR gaúcha investe contra integrantes do MST, após ocupação de uma fazenda. Cães, pistolas de choque importadas, cassetetes e balas de borracha contra lavradores pobres.

17

A INTERFERÊNCIA DO CRIME organizado na política tem história entre nós, ao sul do Equador. Os cartéis colombianos da cocaína, inicialmente financiados pela Máfia, chegaram a produzir 75% de toda a droga consumida no mundo. Até hoje, mantêm o recorde. Isto explica, em parte, a guerra civil vivida na Colômbia há quase sessenta anos, que já vitimou mais de 2 milhões de pessoas, entre as quais quase 700 mil mortos, além de números inacreditáveis de feridos e desabrigados. O poder das drogas destacou, nos anos 1960/70/80, duas grandes organizações: os cartéis de Cáli e de Medellín, os maiores produtores de cocaína. Os traficantes colombianos entraram firme na política do país, elegendo parlamentares, prefeitos, governadores e comprando o passe de muitos políticos. Criaram e sustentaram grupos terroristas responsáveis por massacres, sequestros, ameaças e atentados com carros-bomba.

O cartel de Medellín é acusado de 4 mil assassinatos, tanto de

adversários nos negócios da droga, quanto de políticos, policiais e representantes do governo. A maior parte dos crimes foi ordenada por Pablo Escobar, o maior traficante do mundo, que chegou a estar em sétimo lugar entre os homens mais ricos da terra, citado pela revista *Forbes* (1989) como detentor de uma fortuna pessoal superior a 5 bilhões de dólares. Escobar teria mandado matar um candidato à presidência, o advogado Luís Carlos Galán (1943-1989). Galán foi metralhado no palanque, diante de milhares de pessoas, num comício da campanha. Foi numa manhã chuvosa, em 18 de agosto de 1989, numa pequena cidade do interior colombiano chamada Soacha, província de Cundinamarca. Dois pistoleiros, usando metralhadoras israelenses UZI 9mm, acertaram vários tiros no peito, na cabeça e nas pernas do candidato. Outras nove pessoas ficaram feridas. Duas delas morreram mais tarde, em consequência dos ferimentos.

A Justiça colombiana indiciou quatro pessoas pelo crime, todas ligadas a Pablo Escobar. O processo legal, no entanto, só começou em 2006. Algumas testemunhas, 16 anos depois do assassinato, já haviam desaparecido. O próprio Escobar já tinha morrido 13 anos antes, em confronto com as forças de segurança do país. O advogado liberal que tentava a presidência de seu país pela segunda vez jamais será vingado. Mesmo assim, o crime voltou às manchetes em 2006. Uma das amantes de Pablo Escobar, ex-modelo e apresentadora de televisão, considerada "a Xuxa da Colômbia", Virgínia Vallejo, decidiu escrever um livro de memórias aos 57 anos de idade. Refugiada nos Estados Unidos, aguardando asilo político, botou a boca no trombone, denunciando a corrupção em seu país e o

relacionamento íntimo entre políticos e traficantes. No Brasil, em 3 de agosto daquele ano, o portal Terra registrava: “Ex-amante dos chefões do pó faz Colômbia tremer.” Tal era o grau de profundidade — digamos assim — das denúncias da radialista. Ela envolvia meio mundo no assassinato de Galán e ainda revelava bastidores do narcotráfico. Metade da Colômbia, de fato, tremeu nas bases. Acompanhe um trecho da matéria do Portal Terra:

> Nos anos 1980, Virgínia já tinha causado espanto por ter sido amante tanto de Escobar, chefão do cartel de Medellín, quanto de Gilberto Rodriguez Orejuela, do Cartel de Cáli. Semana passada, no entanto, a ex-musa, 56 anos, voltou a parar o país. Numa audiência comparada à final da Copa da Alemanha, ela confirmou a versão que indica que o ex-senador Alberto Santofimio Botero planejou a morte do ministro Luis Carlos Galán Sarmiento [ligado a Pablo Escobar], favorito à disputa presidencial de 1989. “Este homem é um assassino, a única coisa que não fez foi apertar o gatilho”, disse Virgínia sobre Santofimio, que se encontra preso e foi candidato à presidência duas vezes. Segundo a versão da beldade, ele teria planos, na época, de assumir a presidência e nomear Escobar como seu sucessor. A musa teria acusado o político porque acreditava que ele tinha chance de ser absolvido. A denúncia fez com que muitos poderosos tremessem: revistas de grande circulação publicaram títulos como: “Quem tem medo de Virgínia Vallejo”.

Após a morte de Pablo Escobar, cuja perseguição contou com a participação direta da CIA e do FBI, e com o uso de equipamentos eletrônicos de alta sensibilidade para rastrear os telefonemas do traficante (usando um avião Seneca e dois furgões), o cartel de Medellín entrou numa fase de desarticulação, sendo substituído por dezenas de organizações menores e mais difíceis de combater. O cartel de Cáli, dos irmãos Orejuela, assumiu o lugar de maior

produtor de cocaína da Colômbia, inclusive se fundindo com várias organizações menores. O cartel de Cáli tentou ficar de fora da política, mas sobre ele caiu a fúria dos Estados Unidos. Gilberto Orejuela foi preso numa fazenda no interior da Colômbia, cercado por tropas que incluíam a elite do Exército norte-americano. Extraditado para a Flórida, acusado de tráfico, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro, sumiu. E o cartel de Cáli definhou.

A história de Pablo Escobar está diretamente ligada à política em seu país. As origens da carreira de Escobar estão relacionadas a movimentos populares que consolidaram o surgimento de grupos revolucionários na Colômbia, como as FARCs, e de bandoleiros de caráter social, como ele, que assolaram o interior do país. Um desses movimentos foi o levante popular chamado La Bogotazo, uma revolta de conteúdo anarquista que envolveu toda a Colômbia em 1948, no dia da criação da OEA (Organização dos Estados Americanos), fundada em Bogotá. Justo naquele dia foi assassinado o advogado liberal Jorge Eliecer Gaitán, considerado o político mais popular e que seria provavelmente eleito presidente no ano seguinte. A violência popular (parte da capital foi incendiada) resultou numa guerra civil que matou 200 mil pessoas. Por isso o levante também ficou conhecido como La Violencia.

Já no século XIX, os partidos Liberal e Conservador, que dominavam a política colombiana, haviam travado oito guerras civis, com mais de 100 mil vítimas. A cada vez que esses conflitos eclodiam, milícias armadas, pequenos exércitos, se refugiavam nas montanhas e nas selvas e constituíam poderes paralelos. Formavam pequenos feudos regionais e, então, iniciavam novos conflitos. Faz

tempo que os colombianos aprenderam a conviver com a guerra e com o banditismo.

O levante La Bogotazo tornou notável um dos chefes desses bandos armados, que ficou conhecido como Tirofijo ("Tiro Certeiro"), uma espécie de herói popular entre os camponeses pobres, como o nosso Virgulino Ferreira, o Lampião. Trata-se de Manuel Marulanda Vélez, o fundador e comandante em chefe das FARCs, que ele ajudou a criar, em 1966. Tirofijo, à frente de um exército de 20 mil homens, controlou e governou um terço do território colombiano. Morreu de enfarte em 2008, cansado de tantas batalhas. As FARCs também dominam parte significativa da produção de folhas de coca, o que fez surgir a designação inédita de "narcoguerrilha".

Foi neste cenário que nasceu Pablo Escobar, filho de um modesto pecuarista do interior, numa região economicamente dominada pela cidade de Medellín. A infância daquele que se tornaria o maior traficante do mundo foi influenciada desde cedo pela luta armada. A família era ligada aos latifundiários conservadores da área. O pai, Abel de Jesus Escobar, tinha sempre à mão um velho fuzil carregado e dormia com um revólver no pequeno móvel de cabeceira. O grande medo do sitiante e da mulher, Heremilda, eram os bandos armados de liberais. Além das milícias do Partido Liberal, havia os revolucionários socialistas das guerrilhas que ocupavam as montanhas.

Pablo Emilio Escobar nasceu no segundo ano de La Violencia. Cresceu entre golpes militares e governos democráticos de pouca estabilidade, geralmente alternando no poder os dois partidos majoritários. Pablo não gostava da escola, apesar de a mãe ser

professora pública. Por volta dos 10 anos ele já tinha cometido alguns delitos. Na adolescência, optou pela criminalidade. Um dos mais notáveis biógrafos de Pablo Escobar, o jornalista americano Mark Bowden (Matando Pablo, Landscape, 2002, também autor de *Falcão Negro em perigo*), descreve o início da carreira do traficante:

> Quando Pablo abandonou a escola, em 1966, o tráfico de drogas já era um negócio estabelecido, que atraía jovens desocupados de 17 anos. (...) Para começar, fazia com que aqueles a quem recrutava para cometer atos violentos jamais tivessem certeza de quem os havia contratado. Com o tempo, Pablo acostumou-se a mandar matar gente. Alimentava sua megalomania e fazia crescer o medo — que era bastante semelhante ao respeito que ele parecia querer, cada vez mais.

Para este trabalho, o que me interessa é a vocação de Pablo Escobar para a política, porque a tese deste livro é a de que o crime organizado pretende a conquista do poder, após a acumulação de riquezas, de força armada e apoio popular.

No verão de 1971, aos 22 anos, Escobar deu o primeiro golpe envolvendo crime e luta política. Sequestrou o empresário Diego Echavarria, conservador e grande proprietário de indústrias e terras. Echavarria estava em luta com os sindicatos e naquela ocasião demitira milhares de trabalhadores. Foi barbaramente espancado, estrangulado e jogado numa cova rasa. Dizem que foi enterrado vivo. Semanas antes, Pablo Escobar tinha recebido da família do empresário um resgate equivalente a 50 mil dólares.

O crime elevou Pablo Escobar à categoria de "justiceiro social". Num país onde 3% da população detinham 97% das riquezas, Escobar virou herói dos excluídos. Foi eleito vereador e suplente de

deputado federal — este último cargo, ele ocupou por mais de um ano. Costumava dizer que seria "o presidente e comandante em chefe da Colômbia". Com as incríveis fortunas que acumulou com o tráfico, fez grandes obras sociais, especialmente nas áreas de habitação popular e educação. Obteve apoio de uma parte da Igreja Católica, por seu trabalho ligado à caridade. Convidado para inaugurações e outros eventos, costumava distribuir dinheiro para os pobres. Tornou-se obcecado pelo líder revolucionário mexicano Pancho Villa (1887-1923) e por Simón Bolívar (1783-1830), de quem colecionava fotos e pinturas. Imitava seus gestos. Ensaiava diante de um espelho. Não se dava conta de que seus ícones tiveram morte trágica: Villa foi traído por seus correligionários e assassinado; Bolívar morreu de tuberculose, miserável, abandonado num casebre no interior da Colômbia. Escobar encontraria destino trágico poucos anos mais tarde.

O crime organizado atuava na política formal da Colômbia de modo avassalador. Apoiava alguns políticos — e intimidava outros. Estava acima das leis e das instituições. E funcionava como um poder terrível e incontrolável, inclusive contando com apoio popular. Não havia — e possivelmente ainda não há — como eleger um presidente sem negociar com os grandes traficantes. No caso de Pablo Escobar, era ainda pior: ele mesmo tinha ambições de poder. Acompanhe um trecho do livro de Mark Bowden:

> O negócio da cocaína tornaria Pablo Escobar e seus colegas chefes do crime (...) mais ricos do que suas fantasias mais selvagens, colocando-os entra os homens mais ricos do mundo. Ao final da década [de 1980], juntos, controlariam mais da metade da cocaína embarcada para os Estados Unidos, amealhando um fluxo de dólares medido não em

milhões, mas em bilhões. O empreendimento tornou-se a maior indústria da Colômbia e financiou a candidatura de prefeitos, vereadores, congressistas e presidentes.

Nessa época, Escobar e o cartel de Medellín tinham tanto dinheiro, que investiam em países de todo o mundo. Muitos desses milhões de dólares foram guardados em baús e enterrados, como faziam os piratas. Enxurradas e enchentes deram fim a essas fortunas, sem que ninguém pudesse explicar o que havia ocorrido, num país onde as intempéries são famosas. Desde o tempo dos piratas.

Pablo Escobar sonhava com a superação das divergências entre as organizações do crime organizado que controlavam o tráfico. Imaginava que seria possível criar "La Fraternidad", uma entidade semelhante à Máfia, historicamente consagrada. Dizem que, com isso em mente, esteve com representantes de todas as facções ligadas às drogas, mas não deu certo. O encontro teria sido protegido por tropas do próprio Exército colombiano. Depois disso, mergulhou num longo período de clandestinidade. As pressões internacionais exercidas sobre o presidente colombiano, destinadas a frear a exportação de cocaína para o México, os Estados Unidos e o Canadá, levaram o presidente Belisário Betancur a ceder. Na ocasião, o país era sacudido por violenta luta armada. Três organizações de orientação marxista estavam engajadas para derrubar o governo: as FARCs, o ELN (Exército de Libertação Nacional) e o M-19, este último lutando nas cidades e formado basicamente por intelectuais, professores e estudantes. Além disso havia as milícias dos latifundiários e dos industriais, chamadas de *los vigilantes*, mais tarde conhecidas como *los páras*, os paramilitares. Ademais, os traficantes dispunham de

forças armadas para proteger as lavouras de coca e os laboratórios de refino da droga. Uma parente de Escobar foi sequestrada pelo M-19. Em resposta ao ataque pessoal, o traficante montou uma organização terrorista chamada Morte aos Sequestradores, que perseguiu implacavelmente os guerrilheiros.

Mesmo assim, Pablo Escobar tinha uma posição dúbia em relação à guerrilha comunista. Chegou a combatê-la, agindo de maneira mais forte do que o próprio Exército colombiano. Depois, pensando melhor, decidiu estabelecer negociações com os guerrilheiros: ele desmobilizaria seus homens no campo, em troca de proteção ao cultivo e à produção da cocaína. A propósito desses acordos, o embaixador americano em Bogotá, Lewis Tambs, e o escritório local da CIA redigiram um relatório para Washington informando que estava em curso "uma narcoguerrilha" cujo objetivo era construir um "narco-Estado" na Colômbia. Tal relatório calou fundo no governo e no Congresso americanos. Tio Sam ameaçou com uma intervenção militar para pôr ordem na zorra em que se havia transformado a Colômbia. O presidente Betancur, vivendo numa sinuca de bico, designou seu recém-empossado ministro da Justiça, Rodrigo Lara, como coordenador das ações contra o narcotráfico e a guerrilha. E Lara, por sua vez, se aliou aos americanos.

Foi armada uma gigantesca operação conjunta contra o cartel de Medellín. Tropas especiais, agentes do DEA, do FBI e da CIA, além das próprias forças de segurança colombianas, prepararam o bote contra Pablo Escobar. Primeiro, o governo colombiano aceitou que os americanos fizessem testes de substâncias químicas nas lavouras de coca, algo semelhante ao "agente laranja" (dioxina

tetraclorodibenzodioxina) usado no Vietnã, que fazia tanto mal para as plantas quanto para as pessoas. Vinte e cinco anos após o fim da guerra no Sudeste Asiático, o "agente laranja" ainda matava de câncer de pele, inclusive veteranos americanos.

Após esta experiência, veio o punho de ferro do Tio Sam. Em março de 1984, as forças armadas colombianas, com apoio da Força Aérea americana, invadiram o principal centro de processamento de cocaína do cartel de Medellín, no sul do país, às margens do rio Yari, área onde operavam as FARCs. Ali foi feita a maior apreensão de drogas da História, cerca de 14 toneladas de pó em estado puro, algo inimaginável, que no mercado representaria 70 toneladas de cocaína. Sete pistas clandestinas de aviação e sete aeronaves foram destruídas. Doze mil barris de substâncias químicas destinadas ao refino da cocaína foram incendiados. Houve mais de cem prisões. O prejuízo para o cartel de Medellín foi superior a 1 bilhão de dólares. Representava quase a falência da organização.

Pablo Escobar respondeu a este ataque mandando matar o ministro da Justiça, Rodrigo Lara, iniciando assim a primeira guerra contra as drogas patrocinada pelo governo americano, que se envolveu diretamente, com aviões, navios, porta-aviões e soldados. E que perdura até hoje com o Plano Colômbia, que já consumiu mais de 5 bilhões de dólares. Lara foi emboscado e morto sem piedade.

Escobar ordenou também uma série infindável de atentados, com carros-bombas, sequestros e assassinatos. Mas teve que fugir. Abandonou sua amada Colômbia, onde esperava ser presidente. Teve que largar a carreira política com medo de ser preso e mandado para a América, pois Colômbia e Estados Unidos haviam assinado um

tratado de extradição em 1974. Escobar dissolveu o cartel de Medellín em incontáveis pequenas organizações, bastando dar independência a seus gerentes e fornecedores. E foi exilar-se, com os principais comparsas, no Panamá.

Na Cidade do Panamá, conheceu o general Manuel Noriega. Em troca de um suborno de 4 milhões de dólares (ver *Matando Pablo*), Noriega, comandante do Exército panamenho, ofereceu asilo e proteção aos poderosos chefões da droga colombianos. Não só permitia que continuassem comandando o tráfico, como que vivessem em liberdade, na capital panamenha, inclusive com segurança armada fornecida pelo Exército. Noriega passou a controlar o tráfico de drogas através do canal do Panamá, abrindo uma passagem entre dois oceanos, o Pacífico e o Atlântico, por onde a cocaína seguia para os Estados Unidos e a Europa.

Noriega era sócio dos cartéis colombianos. Tomou o poder, em 1983, num golpe de Estado, transformando-se no primeiro ditador narcotraficante das Américas. Havia sido um íntimo colaborador da política norte-americana em seu país, trabalhando para a CIA de 1950 a 1980 (ver Manuel Noriega em Wikipedia.org). Mas depois foi seduzido pelo dinheiro das drogas, caindo nas teias de Pablo Escobar.

Em 15 de dezembro de 1989, os americanos deram o troco. A 101ª Divisão de Cavalaria Aerotransportada dos Estados Unidos, conhecida como Air-Born (“Nascidos no Ar”), a mesma que participou da invasão da Normandia, do Vietnã e do Iraque, atacou a Cidade do Panamá. Foi uma operação relâmpago, ultrassecreta, que depôs o governo de Noriega em poucas horas. Cerca de 20 mil soldados americanos, apoiados por aviação e marinha, participaram

da ocupação da capital panamenha. Manuel Noriega se refugiou na Nunciatura Apostólica da Cidade do Panamá, a embaixada do Vaticano. Entregou-se aos americanos ao alvorecer do dia 3 de janeiro de 1990. Estava cercado não só pelas tropas americanas como por milhares de populares que protestavam contra a violência do regime do narcotráfico. Encapuzado e algemado, foi levado de avião para a Flórida. Só Saddam Hussein, dentre chefes de Estado, passou por tamanha humilhação. Entregue a um tribunal federal americano, Noriega recebeu sentença de quarenta anos de prisão (depois reduzida para trinta anos) e mais dez anos de detenção por violação dos direitos humanos e assassinato no Panamá. As acusações: tráfico de drogas, contrabando, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Noriega está preso até hoje, em cela solitária, no Federal Correctional Institution, em Miami. Ao final da pena, o general deve ser extraditado para a França. Ou seja: acabou-se.

Antes da invasão americana, Pablo Escobar e os chefões da droga na Colômbia já tinham voltado ao seu país de origem. Viviam em relativa tranquilidade em Medellín. Pablo havia prometido, por escrito, a seu governo, erradicar as lavouras de coca se em troca pudesse ficar livre e usufruir de sua riqueza pessoal. Há quem diga, sem comprovação, que o traficante se ofereceu para pagar a dívida externa da Colômbia, então avaliada em 10 bilhões de dólares. Entre 1990 e 1993, o chefe do maior cartel das drogas esteve relativamente em paz. Ficou preso por um tempo, numa penitenciária de segurança que ele mesmo construiu em uma de suas fazendas, nos arredores de Medellín, dentro da qual contava com todos os privilégios e segurança pessoal armada.

Um belo dia, encheu o saco de ficar preso (ou autopreso) e resolveu ir embora. Saiu pela porta da frente, cumprimentou os guardas e foi viver em um dos 19 endereços que possuía em Medellín. Dormia cada dia numa casa diferente. Os americanos voltaram a pressionar o governo colombiano. Uma nova operação policial-militar foi montada para cercar o traficante. No dia 2 de dezembro de 1993, Pablo Escobar foi metralhado pela força-tarefa americano-colombiana, montada para "acabar de vez com o problema", como definiu Mark Bowden. Até hoje, o túmulo de Escobar é motivo de romarias de pobres colombianos que o consideram um santo. Em milhares de residências carentes do país há pequenos altares com a foto de Pablo. O menino-bandido, que começou roubando peças de carros e que se transformou no maior criminoso de todos os tempos, agora foi transformado em santo.

A morte de Escobar, no entanto, não mudou a política de *"plata o plomo"* ("dinheiro ou chumbo", em espanhol). De acordo com a "Xuxa colombiana", Virgínia Vallejo, ex-amante do megatraficante, "o narcotráfico sonhado por Pablo está mais vivo do que nunca". Em entrevista ao jornal *El Pais*, em 2 de dezembro de 2007, Virgínia declara que foi a única a sobreviver entre as pessoas ligadas aos chefões do cartel de Medellín. Seu livro de memórias, *Amando Pablo — odiando Escobar* (Random House Mandadori, sem previsão de publicação no Brasil), esclarece:

> O narcoestado sonhado por Pablo Escobar hoje está mais vivo do que nunca na Colômbia. Os narcotraficantes prosperaram não porque fossem gênios, mas porque era muito barato comprar os presidentes.

Sobre o atual presidente colombiano, Álvaro Uribe, ela informou a *El País*:

> (...) ele era idolatrado pelo chefe do cartel de Medellín. (...) em sua etapa como diretor da Aeronáutica Civil (1980-82), concedeu dezenas de licenças para pistas de pouso e centenas para aviões e helicópteros, com os quais se construiu toda a infraestrutura do narcotráfico.

Ainda segundo a musa da televisão colombiana dos anos 1980, uma loura exuberante de corpo espetacular, Pablo comentava sobre Uribe que "(...) se não fosse esse bendito rapaz [o atual presidente Uribe], teríamos que nadar até Miami para levar as drogas aos gringos".

Nada mais esclarecedor. O crime organizado pretende se instalar no centro do poder, a partir do qual, beneficiado por favores, pode expandir seus negócios. O que conta aqui não são as armas de grosso calibre. Estas são destinadas aos bandidos que lidam com a distribuição de drogas no varejo e que têm que enfrentar quadrilhas rivais. No campo da política, valem os milhões de dólares destinados à compra de funcionários públicos, magistrados, deputados, senadores, presidentes.

Enquanto Pablo Escobar fazia todas essas estripulias, seus rivais do cartel de Cáli procuravam se manter em silêncio, afastados da política e — de preferência — longe da confrontação. Mas isso não foi suficiente. Com a segunda onda de repressão patrocinada pelos Estados Unidos, o Plano Colômbia, especialmente nos anos 1990/2000, o alvo principal se tornou justamente a operação de tráfico comandada de Cáli. Os irmãos Orejuela acabaram também

prisioneiros. Mantinham relações estreitas com o cartel de Tijuana, México, porta de entrada das drogas para a América.

A destruição das duas maiores organizações criminosas do narcotráfico na Colômbia não impediu a prosperidade do tráfico. A produção da coca e a industrialização da cocaína continuam aumentando. Agora são centenas de pequenas organizações envolvidas com o plantio da matéria-prima e o refino da droga. O cartel de Cáli foi substituído pelo cartel del Norte, onde os gerentes assumiram o lugar dos chefões anteriores. A base da organização gerou os novos chefes. Um deles, Juan Carlos Rodriguez Abadía, o "Chupeta", foi preso em São Paulo, em 2007. Na lista dos mais procurados do FBI, estava em segundo lugar, depois de Osama bin Laden. A Polícia Federal disse que ele é um traficante quase do mesmo porte que os Orejuela e Pablo Escobar. Parece um exagero.

18

NO TERRENO DAS FANTASIAS, há quem afirme ter visto fotos de Osama bin Laden tendo ao fundo as cataratas do Iguaçu, no Paraná. Com os modernos sistemas de computação gráfica, é muito fácil simular tal imagem. Mas o assassinato do casal de libaneses em São Paulo deu uma certa veracidade ao boato. Dois cadáveres ficaram lá, na esquina da Juscelino com a Faria Lima. Demonstra que algumas das operações clandestinas de grupos árabes realmente podem passar pelo Brasil. O próprio presidente Bush foi levado a conduzir "a guerra contra o terror" até a fronteira brasileira, porque tinha lá os seus motivos. Uma semana depois dos ataques do 11 de Setembro, autorizou pessoalmente o deslocamento de uma força-tarefa de militares e civis até a fronteira do Brasil com o Paraguai. Objetivo: localizar e prender suspeitos de ligação com a al Qaeda. A operação foi realizada em 13 de setembro de 2001, dois dias depois dos atentados. Os americanos acreditam que cumpriram seus objetivos.

As forças de segurança enviadas à fronteira brasileira naquela noite estavam convencidas de que a tríplice fronteira era um abrigo de terroristas islâmicos e fonte de financiamento de suas atividades. Na série de reportagens, já citada, que *O Globo* publicou sobre a região, os jornalistas investigaram profundamente a operação de lavagem de dinheiro destinada ao financiamento de grupos radicais islâmicos:

> Nas próximas semanas [entre 7 e 14 e março de 2007] o Paraguai começa a julgar Kassen Mohamad Hijazi, de 46 anos, dono de empresas na Cidade do Leste e em Foz do Iguaçu, onde reside. Ele é acusado de comandar a lavagem de 100 milhões de dólares em cinco anos, na fronteira do Brasil com o Paraguai e a Argentina, para o Hezbollah (ou Partido de Deus) — organização libanesa classificada como terrorista nos Estados Unidos, em Israel e na Argentina. Entre 1998 e 2003, com ajuda de 46 pessoas, Hijazi teria usado 130 casas de câmbio e bancos no Brasil e no Paraguai para realizar transferências ilegais a 1.500 contas bancárias no Líbano, nos Estados Unidos e no Chile. Hijazi é um dos ativistas islâmicos identificados na tríplice fronteira. Seus negócios foram desvendados num rastreamento financeiro em escala mundial que a CIA e o FBI iniciaram no dia 13 de setembro de 2001 [dois dias após os atentados em Nova York e em Washington].

Os repórteres do jornal *O Globo* informam ainda que as investigações americanas encontraram outras ramificações do terror nas terras tropicais ao sul do Equador:

> O rastreamento das finanças de Kassen Mohamad Hijazi (...) teve desdobramentos em investigações sobre atividades de pirataria e tráfico de drogas. E essas conduziram a pessoas vinculadas a outro libanês. Assad Ahmad Barakat — preso no Brasil e extraditado para Assunção em 2002, onde foi condenado por lavagem de dinheiro. Para os EUA, Barakat era um tesoureiro do Hezbollah na América do Sul. Supostamente, coordenou remessas em soma superior a 150 milhões de dólares num período de sete anos. (...) Na época da prisão, Barakat residia em Foz do Iguaçu. Teve a vida financeira devassada a

> partir do rastreamento de negócios imobiliários em Beirute, todos acima de 100 mil dólares, realizados pela Mondial Co., uma de suas empresas com sucursais no Paraguai, no Líbano e no Chile. (...) Investigações financeiras e policiais em diferentes países — incluindo o Brasil — e sempre sob orientação dos órgãos de informações americanos, levaram a outras prisões. Uma delas foi de Ali Assis, no aeroporto de Beirute, com 10 quilos de cocaína na bagagem.

Os pesquisadores espanhóis Rickard Sandell e Lúcia Fernández Suárez, do Real Instituto Elcano, de Madri, informam que há articulações do terrorismo entre nós, inclusive com dois poderosos atentados de radicais islâmicos praticados na América do Sul. O trabalho abrange o período de 1988 a 2004, relatando inúmeras ocorrências em vários países do continente. Em 17 de março de 1992, terça-feira chuvosa em Buenos Aires, um carro-bomba explodiu em frente à embaixada de Israel na capital argentina. Vinte e nove pessoas morreram. Outras 242 ficaram feridas, especialmente por estilhaços de vidros e metais.

No sábado, 18 de julho de 1994, mais um ataque, desta vez contra a Associação de Ajuda Israelense-Argentina, uma entidade sionista destinada a reunir fundos para a resistência de Israel contra o terrorismo árabe. Um veículo com mais de 100 quilos de dinamite explodiu diante do prédio. Cem pessoas morreram e cerca de duzentas ficaram feridas.

Os dois atentados, juntos, somam 129 mortos e 442 feridos, rivalizando com quase todos os ataques anteriores ao 11 de Setembro de 2001. Pior: os analistas internacionais e a grande mídia acreditam que a logística e a coordenação dos terroristas estiveram alojadas em Foz do Iguaçu e Cidade do Leste, na tríplice fronteira. O “Partido de

Deus" libanês (Hezbollah) é suspeito de tudo isso.

No dia 12 de março de 2006, os federais brasileiros prenderam, em São Paulo, a libanesa Rana Abdel Rahim Koleilat, 39 anos, acusada de ter desviado 1,2 bilhão de dólares do banco al-Madinah. O dinheiro teria sido usado em ações terroristas, inclusive no atentado que matou o ex-primeiro-ministro do Líbano, Rafic Hariri, ocorrido em Beirute, 14 de fevereiro de 2005. Ele foi atingido por um carro-bomba bem no centro da capital libanesa. Os corpos do ex-primeiro-ministro, de um guarda-costas e do motorista foram despedaçados e seus restos, espalhados numa área de 1 quilômetro de diâmetro. Hariri era um dos políticos mais populares do país e esteve à frente do governo entre 1992 e 2005. Fez oposição à presença militar e à influência política síria no Líbano. O país vizinho, chefiado pelo ditador Bashar al-Assad, é o principal apoiador e financiador do Partido de Deus, o grupo islâmico suspeito de ter realizado o ataque com apoio do serviço secreto da Síria.

Acusada da fraude bilionária e suspeita de ligação com o Hezbollah, Rana Koleilat é economista e filha de um casal rico em seu país. Chegou a ficar 14 meses na cadeia, no Líbano. Foi beneficiada por um habeas corpus e fugiu, primeiro para a Inglaterra (tinha dupla cidadania, libanesa e inglesa) e, em seguida, para o Brasil. Aqui, foi denunciada em um telefonema anônimo para os federais. A voz era de homem, falando em português com forte sotaque árabe. Como havia contra ela um mandado de prisão da Interpol, os policiais foram verificar a denúncia. Rana foi detida num flat em um dos bairros mais caros de São Paulo. Tentou subornar os tiras e foi levada para a Superintendência da Polícia Federal. Para complicar, a libanesa

portava um passaporte irlandês falso. No dia 22 de março de 2006, o Supremo Tribunal Federal determinou a prisão de Rana. Mais uma vez, oficialmente, as ramificações do terrorismo internacional estavam se estendendo sobre o Brasil.

Em 6 de julho de 2007, *O Globo* publicava a prisão, em Copacabana, de um terrorista italiano, ligado às Brigadas Vermelhas, grupo de extrema-esquerda responsável por centenas de atentados na Itália, um deles particularmente famoso, em 1978: o sequestro e assassinato do então primeiro-ministro Aldo Moro. Cesare Battisti, 52 anos, condenado a prisão perpétua na Itália, foi capturado na esquina da Avenida Nossa Senhora de Copacabana com a Rua Hilário de Gouveia, a poucos metros da 12ª Delegacia. Os agentes federais o pegaram no momento em que se encontrava com uma mulher que levava um pacote com 9 mil reais em dinheiro para o terrorista. Houve confusão, e os policiais da delegacia do bairro se mobilizaram, achando que era um assalto. Todos mostravam distintivos, de armas na mão. Quase ocorreu um pinga-fogo entre eles. Em um minuto estava tudo esclarecido, sem violência. Um dos homens mais procurados do mundo havia sido apanhado.

Battisti, vestido como qualquer turista estrangeiro em Copacabana — bermudas, chinelos e camisa estampada —, carregava em seus ombros quatro homicídios e envolvimentos em outros atos de terrorismo. A operação da Polícia Federal, autorizada pelo STF, foi elogiada pelo governo italiano, que destacou a cooperação internacional contra o terror. O inquérito resultou em outras 11 prisões, numa clara demonstração de que os ex-integrantes das

Brigadas Vermelhas possuíam uma organização de suporte no Rio de Janeiro. Mais um exemplo, mais uma demonstração de que o Brasil deveria examinar seriamente o problema das ramificações do crime organizado e do terrorismo em território nacional. A prisão de Battisti, depois, rendeu uma longa questão diplomática com o governo italiano, que chegou a recomendar a seus cidadãos que não visitassem mais o Brasil. O caso foi parar na Suprema Corte. O tribunal, com apertada diferença de votos, decidiu pela extradição do terrorista italiano, mas declarou que a palavra final seria do presidente Lula, porque o governo brasileiro havia concedido a Battisti (ele comandou a facção Proletários Armados pelo Comunismo — PAC) o status de refugiado político. Até a conclusão desse trabalho, Lula não tinha resolvido essa questão.

Há indícios ainda mais graves que exemplificam atividades terroristas no continente. O próprio ex-presidente argentino Carlos Saúl Menem (dois mandatos no governo, de 8 de julho de 1989 a 10 de dezembro de 1999, pelo Partido Justicialista, peronista), cuja família tem origem síria, teria feito acordos de financiamento de suas campanhas eleitorais com promessas a países árabes que não foram cumpridas. Talvez a raiz dos terríveis atentados na Argentina tenha florescido disso. Menem teria oferecido tecnologia de um míssil de médio alcance chamado Condor, com alcance de 4 mil quilômetros, capaz de atingir Tel Aviv, a capital de Israel, tanto da Líbia quanto da Síria, além de participação secreta no programa nuclear argentino, especialmente na produção de urânio enriquecido, a base da bomba atômica.

Essas informações estão baseadas numa edição da *IstoÉ*. Em 3 de outubro de 2001, menos de um mês após os atentados nos Estados Unidos, a revista investigou o tema, numa surpreendente reportagem de Mário Chimanovich. Um brasileiro, conhecido apenas como Wilson dos Santos, "agente informal da Abin", estaria envolvido, fato negado por todas as partes. Acompanhe o texto de Chimanovich:

> O deputado Carlos Soria, ex-presidente da Comissão Parlamentar de Acompanhamento das investigações sobre os atentados terroristas ocorridos em 1992 e 1994 na Argentina, disse a *IstoÉ* que está convencido de que o brasileiro Wilson dos Santos, atualmente detido em Buenos Aires depois de ter sido extraditado da Suíça, trabalhou para uma agência de inteligência brasileira. (...) Santos teria informado autoridades argentinas e israelenses sobre os atentados...

O brasileiro, que certamente não se chamava Wilson dos Santos, estaria infiltrado nos movimentos árabes radicais no Cone Sul. Ele poderia ter sido o fio da meada de uma grande investigação que não aconteceu. A matéria de Mário Chimanovich tem outro trecho destacável:

> As autorias dos atentados à AMIA, em 1994, e à embaixada de Israel em Buenos Aires, em 1992, jamais foram apuradas. Mas uma investigação realizada em janeiro de 2000 por um jornal argentino, o *Diario Río Negro*, chegou a conclusões surpreendentes. Os repórteres Norberto Bermúdez e Carlos Torrengo ouviram dezenas de fontes na Europa e da própria Secretaria de Inteligência do Estado [Side, Argentina] e chegaram à conclusão de que os dois atentados não tinham só Israel como alvo, mas pretendiam causar danos políticos à imagem do então presidente Carlos Menem. Tratava-se, como explicou Torrengo a *IstoÉ*, de um bem orquestrado ato de vingança e intimidação armado pelos serviços secretos da Síria e da Líbia e do Líbano contra Menem, ele mesmo de origem síria.

(...)

Segundo apurou o jornal [*Diario Río Negro*], Menem recebeu 40 milhões de dólares, fornecidos pelos governos da Síria e da Líbia, durante as duas campanhas presidenciais [1989 e 1995]. Em contrapartida, Menem prometeu ao coronel Muammar Khadafi, ditador da Líbia, fornecer tecnologia do míssil Condor, de 4 mil quilômetros de alcance. Já ao presidente sírio, prometeu nada menos do que tecnologia nuclear.

Menem teria descumprido as promessas, carregando sobre ele a fúria que resultou nos atentados cometidos — aparentemente sem razão — em solo argentino.

A operação militar contra a tríplice fronteira, autorizada por George W. Bush, numa "ordem secreta", continua cercada de mistérios. A base aérea de Mariscal Estigarribia, no Paraguai, quase do tamanho do aeroporto de Congonhas, em São Paulo, é pouco conhecida. Nos códigos aeronáuticos, é apenas "Mariscalati". Não se sabe quem pousa e quem decola dali. Acredita-se que a ação americana de 17 de setembro de 2001 resultou em 48 prisões (ou sequestros?), na fronteira do Brasil com o Paraguai. Há quem imagine que os presos foram levados para a base-presídio de Guantánamo, em Cuba, onde os americanos detêm os acusados de terrorismo.

Dos 750 homens levados à força para Guantánamo, só dez foram acusados formalmente e levados a tribunais. Mas não houve condenações.

O presídio político de Guantánamo, com celas de 6 metros quadrados, piso de areia, grades do tipo galinheiro, teto de zinco no calor caribenho, é um dos piores presídios do mundo. Ali não valem

as Convenções de Genebra, que definiram o tratamento aos presos políticos pós-nazismo. Os prisioneiros da "guerra contra o terrorismo" não têm esses direitos. Talvez alguns dos 48 supostamente detidos na tríplice fronteira estejam lá. Sobre eles, a imprensa nacional e internacional nunca publicou uma linha. O advogado Tom Wilner, da Shearman e Sterling Advogados, com sede em Washington, teve autorização do governo americano para visitar o presídio de Guantánamo, chamado de "Gitmo" no jargão militar. No livro *Diário de Guantánamo* (Larousse, 2008), da também advogada Mahvish Rukhsana Khan, americana de origem afegã, Tom descreve o que acontece na base de Cuba:

> Guantánamo é o mal. É um lugar onde os homens estão encarcerados por mais de cinco anos sem acusação e sem qualquer espécie de audiência honesta, com base apenas nas mais frágeis acusações.

Muitos dos presos de Guantánamo disseram aos advogados que foram "vendidos" aos americanos por agentes de segurança paquistaneses e afegãos, em troca das milionárias recompensas oferecidas pela CIA e pelo Departamento de Estado. Impressiona que pessoas presas na fronteira do Brasil possam ter ido parar nesse inferno tropical. Aliás, Barack Obama prometeu fechar o Campo Delta — mas ainda não fechou.

Em 15 de dezembro de 2009, a Casa Branca informou que iria comprar a prisão de Thomson, a 240 quilômetros de Chicago, para colocar ali os presos de Guantánamo. Com isso, o presídio de Cuba seria definitivamente fechado.

Os resultados da operação militar americana contra a fronteira brasileira também não são conhecidos até agora. O que foi que eles descobriram? O que a democracia brasileira aprendeu com isso? Nada. Não sabemos nada. Foi mais uma operação político-militar do Império do Norte em uma de suas províncias, e sobre a qual o povo nativo não merece explicação. A diplomacia americana sempre foi a das ofertas, de um lado, e a dos canhões, do outro. É o *big stick* (a "ameaça do grande porrete"). Os Estados Unidos têm leis que afirmam um direito "natural" de atacar preventivamente, face a qualquer ameaça à segurança nacional. E atacar em qualquer lugar — inclusive aqui. Quando os americanos decidiram agir na tríplice fronteira, todas as regras internacionais foram esquecidas. O mais impressionante é que o governo do Brasil não se manifestou oficialmente sobre o assunto. Tudo ficou no âmbito de uma política externa clandestina. Não encontrei registros oficiais sobre a operação em Mariscal Estigarrabia. Se não fosse o trabalho dos jornalistas de *O Globo*, em edição nacional, ou de Mário Chimanovich, ninguém conheceria o contexto, talvez não se soubesse nada. Podem ter ocorrido aquelas "autorizações secretas", por meio das quais os governos toleram invasões, sequestros e assassinatos em seu próprio território.

A História recente está cheia delas. Para os brasileiros, a mais conhecida dessas operações secretas é a Condor ou Cone Sul, quando as ditaduras militares do continente se uniram para sequestrar, torturar e assassinar criminosos políticos, entre os anos 1970 e 1980. Só agora, mais de duas décadas depois, começaram a surgir algumas pistas do massacre. Mais de uma dezena de militares e ex-militares

brasileiros são acusados de participar da operação Condor. E nenhum deles jamais foi levado a um tribunal. Dizem que anistia é esquecimento — e nós aprovamos uma lei de anistia em 1979, que permitiu a volta de dezenas de exilados políticos. E depois esquecemos todo o resto.

A CIA, nos anos recentes, atuou semiclandestinamente no Sudão, no Iêmen, na Arábia Saudita e no Paquistão, só para citar alguns, contando com apoio secreto das autoridades locais. Prisioneiros de guerra capturados no Iraque e no Afeganistão foram transferidos ilegalmente para bases militares na Europa (as denúncias apontam Polônia e Hungria), sem que os governantes oferecessem qualquer resistência. Após as reportagens do jornal *O Globo*, Brasil e Paraguai se incluíram na lista das nações tolerantes. Depois de mobilizar uma força militar clandestina operando na nossa fronteira, cumprindo leis que só dizem respeito aos americanos, qual o resultado? Minhas pesquisas não foram capazes de encontrar uma única pista do que realmente aconteceu. A certeza é a de que fatos como estes não poderiam ter ocorrido sem a concordância — ou aceitação, ou colaboração — de Brasília. Depois da instalação do sistema Cindacta, de controle do tráfego aéreo no Brasil, ainda durante o governo Fernando Henrique Cardoso, qualquer avião estrangeiro sobrevoando nosso território teria sido denunciado pelos radares. Especialmente uma aeronave do tamanho de um C130 ou de um Galaxy.

O desembarque americano em Mariscalati não poderia ter sido ignorado.

O namoro entre Bush e Lula, durante a viagem ao Brasil, em maio

de 2007, pode significar, e provavelmente vai significar, um novo tipo de relacionamento entre os países, confirmado por um encontro para lá de amistoso entre Lula e Obama na Casa Branca. Tudo indica um projeto ambicioso e de longo prazo. Bush mandou cancelar a exigência de entrevistas pessoais para conceder vistos a turistas brasileiros (87% dos pedidos são atendidos, uma marca mundial). Queria na verdade suspender a exigência de vistos, mas a medida — um projeto de lei — não foi aprovada pelos congressistas americanos. Do ponto de vista das agências de segurança daquele país — a CIA, o FBI e a Agência Nacional de Segurança —, seria uma "medida liberalizante demais". Uma demonstração de confiança que o Capitólio acha que ainda não merecemos.

O passaporte brasileiro é um dos mais desejados e caros do mercado clandestino, chegando a valer 15 mil dólares. Tem brasileiro que obtém um passaporte, consegue um visto de turista, vai a Boston, registra um roubo dos documentos na polícia local e volta. Traz na carteira um lucro líquido de 10 mil dólares, obtido no mercado negro. Ao contrário de muitos outros países, aqui podemos ser pretos ou brancos, indígenas ou asiáticos, louros de olhos azuis, morenos de olhos verdes. O Brasil representa um dos estágios mais avançados de miscigenação das raças. Nosso passaporte, portanto, é uma joia na mão do crime organizado ou do terrorismo. E mais: somos milhares e milhares vivendo na América do Norte, a maioria clandestinos, que, com a aprovação da nova legislação de imigração proposta pela administração Bush, podem receber indulto.

Mas o decreto também foi vetado pelo Capitólio, em 25 de junho de 2007. A expansão do capitalismo americano consome a mão de

obra especializada nacional, deixando em aberto o espaço para os imigrantes mal pagos, que se ocupam das tarefas que os americanos não querem mais. Africanos, asiáticos e latinos fazem a coleta de lixo, a limpeza dos esgotos, o trabalho pesado da construção civil, trabalham nas lavouras e nas atividades domésticas. Até nas Forças Armadas. Muitas famílias da classe média se orgulham de ter babás mexicanas, brasileiras e porto-riquenhas. Os imigrantes são um mal necessário, quase tolerável. O escritor americano Stephen E. Ambrose, autor do poderoso *O Dia D* (Civilização Brasileira, 1998), citando oficiais no campo de batalha, já dizia que "alguns dos mais corajosos soldados da invasão eram índios e porto-riquenhos". Mão de obra fácil — e tolerável. Até brasileiros já morreram no Iraque.

O pacto de cooperação comercial e tecnológica na área dos combustíveis limpos coloca o Brasil no rol dos aliados preferenciais dos Estados Unidos. O Brasil foi citado como "amigo especial" pelos candidatos à campanha pela presidência americana, em 2008, tanto no campo democrata quanto no republicano. Isso deve resultar em redução de tarifas alfandegárias para os nossos produtos e é quase certo que vai se estender para outros itens da pauta comum aos dois governos. Mas e o *qui pro quo*? No latim praticado na Roma antiga, significava "moeda de troca", "receber de volta", "reciprocidade". Quando o Império Romano oferecia seus favores às colônias, os legisladores perguntavam: "E o que nós receberemos em troca?" Os romanos recebiam impostos, metais preciosos, homens para os exércitos, carne, grãos, cavalos.

No imperialismo moderno, em que o mundo gira em torno da

potência americana, o que as novas colônias têm a oferecer? Provavelmente, as mesmas coisas que os romanos obtinham, acrescidas de petróleo, urânio, lealdade inarredável, pactos militares continentais — e agora o biocombustível. O que eles vão querer de nós em troca de tal estreitamento de relações? Uma dessas coisas, certamente, e que nos interessa mais neste livro, é a adesão à luta contra o terror e o narcotráfico, além de uma participação mais visível nas missões de paz das Nações Unidas, inclusive substituindo ou comandando forças militares americanas. Washington agora é favorável à presença do Brasil no Conselho Permanente de Segurança da ONU, situação a que se opunha poucos anos atrás. Generais brasileiros já comandam os marines no Haiti.

Em Port-au-Prince, a capital haitiana, as forças brasileiras entraram em combate várias vezes. Em Cité Soleil, enorme favela próxima ao centro da cidade, nossos capacetes azuis travaram fortes embates contra milícias armadas e criminosos. Um soldado anônimo, de um batalhão de infantaria blindada, declarou a jornalistas brasileiros no Haiti:

— Aqui não passa um dia sem que a gente mate um haitiano. Eu mesmo já matei dois.

A declaração, quase simplória, dá uma ideia clara do cenário. Um pequeno país subdesenvolvido e miserável, controlado por forças estrangeiras, tenta alcançar alguma estabilidade. No dia em que tais forças se retirarem, como aconteceu muitas vezes na África, vai haver um morticínio e uma guerra civil. Hoje, lá estão os nossos rapazes, tentando segurar a barra. Aliás, em situação muito parecida com a luta armada no Rio de Janeiro. Cité Soleil não é diferente do

Complexo do Alemão.

A força de paz da ONU é composta de soldados de vinte países e comandada pelo Brasil. Reúne vários milhares de militares, de nações tão díspares quanto a Croácia e o Marrocos. Entre os combatentes há mais de mil brasileiros, enviados com autorização do presidente Lula em 2004, a pedido do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A força brasileira mais popular é o batalhão de engenharia do Exército, que constrói estradas, asfalta ruas, canaliza esgotos e disponibiliza água de boa qualidade. Mandamos também a seleção brasileira de futebol para um jogo amistoso em Port-au-Prince, onde, no dia 19 de agosto de 2004, vencemos o time local por 6 a 0. Mas nem tudo foi festa no Haiti. Apesar do delírio com que nossos jogadores foram recebidos pelo povo miserável do país centro-americano, os combates foram bem sérios.

Para se ter uma ideia da confusão reinante, o próprio comandante brasileiro, general Urano Teixeira da Matta Bacellar, apareceu morto em seu quarto de hotel. Foi no dia 7 de janeiro de 2006 que o corpo foi achado — com um tiro no peito, segundo algumas versões, ou na cabeça, segundo outras. Em 11 de janeiro, o Instituto Médico-Legal de Brasília, para onde o general foi transladado, liberou um laudo dizendo que foi suicídio. No dia seguinte, a ONU declarava oficialmente: foi mesmo suicídio. Um espanto!

O governo americano, por outro lado, hesita em cumprir os compromissos firmados em relação ao Haiti. Não manda todos os marines que se comprometeu a enviar. Também não manda o dinheiro combinado. Tio Sam já carrega três guerras distintas nas costas (Iraque, Afeganistão e Colômbia), enfrentando enormes

problemas políticos por causa disso. E nós ficamos lá, responsáveis por controlar uma possível — e muito provável — insurreição de violência e anarquia. Pobre Haiti. Ou — como diria Caetano Veloso e Gilberto Gil — o Haiti é aqui.

Após a Guerra Fria, que durou cerca de 45 anos, entre o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-45) e a queda do Muro de Berlim (9 de novembro de 1989), a política mundial sofreu uma mudança radical de rumos. Com o fim da União Soviética, apressado por Mikhail Gorbachev, o homem que trazia o símbolo da mudança numa marca de nascença na testa, as relações internacionais viveram um período de impasse. A superpotência americana, vencedora do embate entre capitalismo e comunismo — mais por culpa dos comunistas e seus desmandos do que por qualquer outra coisa —, ficou só no cenário mundial. Houve uma descentralização de interesses. O Japão ocupou o espaço da eletrônica e da indústria automobilística, cujos produtos invadiram o planeta de ponta a ponta. A Europa, exorcizando os danos da Segunda Guerra, quando 42 milhões de pessoas morreram, sendo 21 milhões de russos e 6 milhões de judeus, iniciou um processo de aglutinação política e econômica que resultou na Comunidade Econômica Europeia (CEE), mais tarde União Europeia (UE), e na criação de uma moeda comum, o euro.

Os Estados Unidos precisavam desesperadamente de um novo inimigo, já que o comunismo morrera de inanição. E precisavam de um novo inimigo para que sua hegemonia se manifestasse claramente, como defensores da democracia e das liberdades

individuais e de mercado. Era necessário também girar as engrenagens da indústria bélica, altamente representada no PIB de Washington. Primeiro optaram pelo tráfico de cocaína, iniciando a guerra das drogas na Colômbia, atacando com dólares e armas os cartéis de Cáli e Medellín.

Fora as invasões da pequena ilha de Granada, cujo governo era solidário a Cuba, e do Panamá, liderado pelo narcopresidente Noriega, o novo inimigo da América hegemônica se apresentou no início dos anos 1990: uma legião de fanáticos religiosos, tendo o islã como motivo, atacou a superpotência americana. Forças armadas dos Estados Unidos, cidadãos comuns, embaixadas, empresas, foram atingidos em vários continentes. Seguindo um dos ensinamentos do Corão — levar a espada aos infiéis onde quer que estejam —, esqueceram de outro princípio do islã — um assassinato corresponde a matar toda a humanidade.

Investiram contra o World Trade Center em Nova York, na sexta-feira, 23 de fevereiro de 1993. Um carro-bomba contra aquilo que era símbolo da prosperidade da América. O ataque — na verdade malsucedido — resultou em seis mortos e mais de mil feridos. Os explosivos, detonados numa garagem no subsolo, abriram uma cratera de 60 metros de diâmetro, mas não tinham força para derrubar o prédio. O World Trade Center também não tinha um esquema antiterrorismo. Muitas pessoas morreram sufocadas pela fumaça tóxica que atingiu 46 dos 110 andares do prédio. Fumaça de um incêndio que já tinha sido apagado. Subindo pelos dutos do ar-condicionado, os gases envenenaram muitos funcionários das empresas instaladas ali e provocaram pânico generalizado. O mentor

do atentado foi o “xeique cego”, líder religioso egípcio conhecido como Omar Abdul Rahman, cego de verdade, que pregava a doutrina fundamentalista islâmica em Jersey City, nos arredores de Nova York. O terrorista entrou nos Estados Unidos em 1990, três anos antes do atentado, sem ser incomodado pela imigração, mesmo sendo suspeito de ter participado da conspiração que resultou na morte do presidente do Egito, Anuar Sadat, em 6 de outubro de 1981, depois que foi assinado um tratado de paz com Israel.

Mas os americanos têm dificuldade de aprender as lições da História. Oito anos depois do primeiro atentado, os terroristas demoliram o WTC, em 2001, na maior violência terrorista conhecida. As Torres Gêmeas, e outros cinco prédios do complexo, foram completamente arrasadas, soterrando quase 3 mil pessoas. A televisão americana — e Nova York é a sede das maiores redes — viveu um momento de histeria. Os telejornais diziam que o número de mortos variava entre 20 mil e 40 mil. O próprio governo dos Estados Unidos, através de seus porta-vozes, falava em “tragédia de proporções inimagináveis”, alertando o povo para “danos inacreditáveis”. O presidente Bush visitava uma escola pública quando ocorreu o ataque. Estava sentado numa cadeira, dentro de uma sala de aula, quando um dos seus assessores cochichou ao seu ouvido:

— Presidente, estamos sendo atacados.

Bush ficou sete minutos olhando para um livro infantil que contava a história de um carneirinho. Não teve qualquer reação. O assessor, passado todo esse tempo, voltou ao ouvido do presidente da nação mais poderosa da terra e repetiu:

— Presidente, estamos sob ataque.

A cena faz parte do impressionante documentário *Fahrenheit 9/11* (2004), do cineasta Michael Moore. O vice-presidente Dick Cheney havia sido removido para um abrigo antinuclear. A Força Aérea já havia preparado o Air Force One, o avião que levaria Bush para a segurança de um voo a 10 quilômetros de altura de qualquer ameaça. A televisão já mostrava outros dois ataques, um na Pensilvânia e outro em Washington, sendo este contra o Pentágono. E o presidente da maior nação do mundo ainda não havia se dado conta da importância da ação da Al Qaeda. Se os Estados Unidos estivessem sendo atacados pela Rússia ou China, os mísseis nucleares levariam 21 minutos para atingir o solo americano. Sete desses 21 minutos Bush gastou olhando as figurinhas de uma história infantil. Anos depois, quando o furacão Katrina devastou o sul do país (2004), vitimando centenas de milhares de pessoas em Nova Orleans, o presidente Bush levou dias para reagir. O furacão terminou de arrasar a popularidade de Bush, já devastada pelos atentados e pela desastrosa guerra contra o terror.

Os resultados dos ataques de 11 de setembro contra os Estados Unidos foram comemorados em casas pobres do Paquistão — e em campos de treinamento de guerrilhas no Afeganistão, lugares esquecidos pelo mundo moderno. Em vários países do mundo árabe, houve festas com fogos de artifício. Uma espécie de Ano-Novo islâmico. Eles haviam levado a espada aos infiéis — não importando o assassinato de quase 3 mil inocentes. O novo inimigo não tem o poder majestoso da antiga União Soviética. Não faz desfiles com mísseis nucleares na praça Vermelha. Expressa-se de maneira sutil, evolui silenciosamente por meio da infiltração lenta e obstinada. As

fronteiras éticas não são respeitadas. Há matanças na África. As disputas eleitorais são trocadas por fuzilarias. O crime organizado, especialmente o tráfico de drogas e o contrabando de armas, estão presentes como insumos naturais do processo. E nós aqui, neste Brasil pacífico e abençoado por Deus, somos presas fáceis da degenerescência, da convivência com a corrupção que chega a todos os níveis. Aceitamos a violência urbana — uma das maiores do planeta — como se fosse um fato da vida. Não nos revoltamos. Nada exigimos dos nossos governantes.

Enquanto isso, o mal se alastra num grau e numa velocidade incontroláveis. Quando vemos, todos os dias, meninos de 10, 12, 14 anos armados com fuzis automáticos e granadas, disparando contra forças policiais que sobem as favelas em carros blindados, achamos que está tudo bem. Especialmente se der praia no dia seguinte. Como disse o superintendente da Polícia Federal do Rio, fazemos passeata contra a violência em Copacabana, de manhã, e cheiramos cocaína à noite, nas festas. Um fator realimenta o outro.

Se, nos tempos da ditadura militar, um grupo de homens armados obstruísse uma Avenida na segunda maior cidade do país, como acontece frequentemente nas linhas Vermelha e Amarela ou na Avenida Brasil, no Rio de Janeiro, teria sido decretado estado de sítio.

Não tenho vocação militarista ou autoritária, até porque fui perseguido pelo regime militar, que prejudicou fortemente a minha vida durante a juventude. Fui expulso do colégio no terceiro ano do ginasial, por "atividades contra a segurança nacional", que se resumiam em organizar um grupo teatral, divulgar poesia cubana (por meio da revista *Ahora*) e fundar um grêmio estudantil. Fui

acusado de formação de quadrilha e terrorismo, processado pela 2ª Auditoria da Aeronáutica. Vivi clandestino algum tempo, com documentos falsos em nome de Raul Diamante. A polícia do Exército tinha estado na minha casa, levando um amigo algemado e assustando a minha família. Trabalhei como metalúrgico numa indústria na Rua Miguel Ângelo, em Maria da Graça, subúrbio carioca, na entrada da favela do Jacarezinho, que mais tarde se transformaria no quartel-general do Comando Vermelho e do tráfico. Concluí o curso secundário usando o artifício do artigo 99, curso de madureza, uma brecha para os punidos. O juiz Theócrito Rodrigues de Miranda, presidente da 1ª Circunscrição da Justiça Militar, num despacho do processo, disse que eu era "famigerado terrorista foragido", conhecido como "Carlinhos ou Comprido (sic)". Anos mais tarde, como repórter especial de *O Globo*, entrevistei o juiz. A pauta desenvolvia a tese de que, dez anos após implantada, a Justiça militar era mais condescendente do que os tribunais comuns. O juiz — certamente — não sabia com quem estava falando.

Naquela época — e não faz tanto tempo assim —, abusos como a ocupação de espaços públicos por bandos armados teriam sido reprimidos com total violência. Na verdade, eram inconcebíveis. O emprego das Forças Armadas seria imediato. Não só com a força militar propriamente dita, mas com os instrumentos clandestinos da repressão, como a operação Bandeirantes, em São Paulo, ou a operação Cavalo de Aço, no Rio. Sem falar nos DOI-CODI. A esquerda armada, com suas organizações clandestinas, foi destruída por meio de prisões ilegais, tortura e assassinato. Era toda — ou quase toda — branca. Tinha origem na classe média, com professores, intelectuais,

estudantes, alguns militares dissidentes. Não tinha embasamento social, vivia isolada em aparelhos, nunca teve "um território liberado" onde instalar suas bases protegidas por fuzis automáticos, metralhadoras e foguetes. As organizações do tráfico, da venda de drogas no varejo, são basicamente negras. Formadas por favelados, possuem enorme embasamento social, dominando comunidades inteiras, cercadas por grande aparato militar.

Não desejo ver a minha cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro ocupada por tanques e fuzileiros navais. Mas também não quero vê-la ocupada pelos meninos do tráfico. Defender a democracia não significa compactuar com o crime. Mas como resolver o problema, se no próprio Congresso Nacional as questões políticas e administrativas são resolvidas com ações criminosas? Como dizer para a rapaziada armada do Complexo do Alemão que ela não tem o direito de ocupar a via pública, soltar os "bondes", roubar, sequestrar e matar? Qual autoridade vai dizer que isso não pode acontecer, se lá nos escalões da República o crime come solto? A crise na sociedade brasileira é tão grave, que não se trata mais de dizer que as leis são boas ou não. No rés do chão, não há lei nenhuma.

19

OS MILITARES DO BRASIL têm história nas missões de cooperação internacional. Mas têm verdadeira aversão por atuar internamente. É claro que estiveram presentes nos anos 1922, 1924, 1930, 1935 e 1964 do século passado, quando disputaram o poder e o assumiram de várias maneiras. Mas sempre foi de forma indecisa, quase tímida e sem grandes projetos além da política imediata. Não tinham uma visão estratégica de longo prazo. Mesmo o mais longo período de ocupação do poder pelos militares, entre 1964 e 1985, careciam de programa e de definições. Na obra de Elio Gaspari sobre o regime militar, mais de 2 mil páginas em cinco volumes, o primeiro livro se chama *A ditadura envergonhada* (Companhia das Letras, 2002). O título não é gratuito.

Os militares não sabiam exatamente como lidar com o empresariado, a imprensa, a opinião pública, a pressão internacional, a vontade das massas populares. O último general-presidente, João

Baptista de Oliveira Figueiredo, chegou a declarar que preferia o cheiro dos cavalos ao cheiro do povo, numa demonstração de que não conhecia nada de História e muito menos de psicologia. O primeiro general-presidente, Humberto de Alencar Castelo Branco, confidenciava a amigos que "a revolução estava sendo derrotada na redação dos jornais", revelando que o regime não entendia nada de comunicação de massas. Entre 31 de março de 1964, o golpe, e 13 de dezembro de 1968, a decretação do AI-5, a ditadura viveu uma grande confusão de identidade política. Depois veio a opção pela violência pura e simples, forçada pelos "tigrões" da ditadura. No trabalho de Gaspari, há reprodução de uma conversa entre generais: "As coisas só mudaram quando começamos a matar." Mataram, mas ainda assim não tinham um projeto. Não sabiam o que fazer com um país deste tamanho. Quando, dez anos depois do golpe, a crise do petróleo (1974) lançou o mundo na recessão, nossos governantes de farda não souberam o que fazer. O regime militar escorregou por uma rampa que levaria à abertura política, à anistia (1979) e ao fim do próprio ciclo militar (1985). A ditadura ainda teve uma sobrevida de dez anos porque havia destruído, por meio de tortura e assassinato, todas as formas de oposição revolucionária.

Exaurido no início dos anos 1980, o regime militar cedeu o governo, mais ou menos pacificamente — exceto por uma resistência dos porões — para um grupo civil de oposição construído em torno de Tancredo Neves. Já em 1984, a ditadura estava desfalecida. Vitimada pela crise econômica internacional, e com a desmobilização do chamado "milagre brasileiro", não tinha muitas alternativas. O general Ernesto Geisel (1974-79) foi o artífice da "abertura lenta,

gradual e segura"; e o general João Baptista Figueiredo (1979-85) foi o coveiro do regime. Aliás, Figueiredo teve morte lamentável, abandonado, doente e cego. Costumava caminhar despreocupado na praia de São Conrado, zona oeste do Rio, em companhia de um preparador físico chamado Nazareno. Homem da inteligência militar, ex-chefe do SNI, o general Figueiredo não sabia que o tal Nazareno (Nazareno Tavares Barbosa) era conhecido como Professor, gente de confiança da cúpula do Comando Vermelho, estando inclusive envolvido no sequestro do publicitário Roberto Medina. (Medina foi levado por bandidos, ao entardecer do dia 6 de junho de 1990, e libertado 17 dias depois, mediante resgate de 2,5 milhões de dólares. Para detalhes, ver *Comando Vermelho — A história secreta do crime organizado*, Record, 1994.)

Em todos os anos dos governos militares, nunca ocorreram manifestações armadas de criminosos comuns a ponto de ocuparem territórios ou vias públicas, em nenhum lugar do país. A primeira organização criminosa de bandidos — o Comando Vermelho — surgiu no início dos anos 1980. Mas não passava de um grupo carcerário com algumas implicações do lado de fora das celas. O CV lutava corajosamente para melhorar as condições de vida dos encarcerados — não se pode negar que a atuação do Comando contra as péssimas condições carcerárias era justa e necessária.

Toda vez que digo isso, recebo em resposta o comentário de que eram "um bando de filhos da puta assassinos e traficantes". Eram. Mas o sistema sempre foi pior do que eles. A luta era justa e necessária. O CV, no Rio, e o PCC, em São Paulo, contribuíram para o aperfeiçoamento do sistema carcerário. Evitaram a violência do preso

contra o preso, os espancamentos e desmandos da administração, organizaram a distribuição de comida e remédios. Quem não quiser entender, não entenda. Acertos de contas entre facções criminosas continuam existindo, mas apenas em situações críticas, como rebeliões e enfrentamento pelo controle de territórios. Mas, no interior das cadeias, ocorreu uma mudança visível na rotina interna de violências.

Numa entrevista a que assisti recentemente na televisão, Willian da Silva Lima, um dos fundadores do Comando Vermelho, que vive hoje em liberdade assistida, declarou:

— As condições de vida nas cadeias, durante a ditadura, eram melhores do que hoje. Não faltavam roupas ou sabonete, nem lençóis, nem papel higiênico.

A luta organizada dos presos pelo atendimento de pequenas reivindicações, como estas, foi o motor do surgimento das organizações carcerárias do tipo CV e PCC. Ao longo dos muitos anos foram aparecendo outras exigências: visitas íntimas, fim dos castigos, melhoria da alimentação, agilização dos processos judiciais, respeito à Lei de Execuções Penais e muitas mais. É preciso reconhecer que as causas básicas para o surgimento das organizações de presos foram patrocinadas pelo próprio Estado, que construiu um dos piores sistemas de punição de criminosos do mundo civilizado.

Há no Brasil cerca de 450 mil prisioneiros, criminosos comuns condenados, na maioria, por um único crime, em geral contra o patrimônio. Um único roubo ou furto. O bandido profissional constitui uma minoria, talvez 10%, mas controla as cadeias, pela força ou pelo convencimento. As “organizações de solidariedade” que

montaram no interior dos presídios se contrapõem — e às vezes superam — a força do Estado. Oferecem uma resistência quase silenciosa contra o sistema, que muitas vezes se expressa na recusa em comparecer às audiências criminais, nos tribunais. Ou na recusa em deixar as celas. Talvez uma greve de fome nesta ou naquela penitenciária. Tudo longe da mídia — mais longe ainda dos juízes e dos legisladores.

Mas o trabalho de formiguinha dentro das cadeias consolida, ao longo dos anos, uma força impressionante. Só tomamos conhecimento dela quando explodem as rebeliões, muitas vezes sangrentas, com reféns e matanças. Repetidas vezes vemos rebeliões coordenadas, atingindo dezenas de cadeias ao mesmo tempo. Incêndios, assassinatos, cabeças sendo lançadas sobre a tropa de choque da PM. Presídios inteiros destruídos.

Como na Penitenciária Estadual de Araraquara, no interior paulista, a 280 quilômetros da capital. No dia 16 de junho de 2006, os mais de mil presidiários de Araraquara se rebelaram durante 14 horas. O levante havia sido ordenado pelo PCC. Um presidiário rival foi morto, dez ficaram feridos e havia outros dez reféns, a maioria funcionários, que os presos chamam de “funças”. A tropa de choque da PM, enviada da capital, invadiu o presídio e controlou o motim. Os presos foram encaminhados para uma área central, destinada ao banho de sol, e despidos. Os reféns foram liberados.

Em seguida, os funcionários do presídio iniciaram uma greve, protestando contra os baixos salários e a falta de condições de segurança. Mandaram soldar as portas da cadeia e abandonaram os presos à própria sorte. Foi uma das piores demonstrações de

impotência do Estado em relação às condições carcerárias. Uma semana depois a imprensa descobriu o que estava acontecendo na cadeia do interior paulista: familiares dos detidos atiravam sacos de comida e remédios por cima dos muros; feridos e doentes eram removidos por meio de cordas. O preso mais ilustre da cadeia, o cirurgião plástico Hosmany Ramos, figurinha carimbada no mundo do crime paulista, condenado a 57 anos de prisão, deu entrevista a jornais e televisões sobre a tragédia que se abatia sobre o presídio:

— Estamos aqui abandonados. Tem gente passando fome. Tem gente doente e ferida. Tenho feito o que posso, porque sou médico, mas não é possível que isso continue assim. Estamos trancados no pátio. Eles soldaram as portas.

Os presos estavam ao relento, num momento em que a temperatura média girava em torno de 12 graus e chovia. O campo de concentração nazista de Auschwitz, no sul da Polônia, onde os alemães mataram 1 milhão de judeus durante a Segunda Guerra, tinha telhado. Os presos do regime de Adolf Hitler recebiam uniformes e uma ração alimentar de 450 calorias por dia. Em Araraquara, estavam todos nus e famintos. É assim que vamos recuperar os criminosos? Quem sair de lá, por fuga ou remissão, vai nos tratar bem? Os clássicos da Sociologia, da História e das ciências políticas já escreveram, nos últimos dois séculos, que as cadeias são fábricas de criminosos. "Universidades do crime", costumam classificar.

Aqui, no mais próspero estado da Federação, damos esse tipo de exemplo. No interior do Pará, uma menina de 15 anos, em Abaetetuba (ver a *Folha* de 26 de novembro de 2007), foi mantida em

cárcere com mais de trinta homens, seguidamente violentada, inclusive com vista para o público que passava pela rua. Episódios desse tipo são completamente desconsiderados pela elite brasileira. Há um certo cinismo quando reclamamos da violência que invade as ruas. Tal violência não é um fenômeno desligado das condições de vida das populações. Ao contrário, é uma consequência direta disso. Não é a pobreza que provoca a violência, porque há milhões de brasileiros pobres que preferem uma vida de trabalho honesto. O que gera o criminoso é a injustiça e a desigualdade, a falta de oportunidade e de educação, além da repressão, que atinge os pobres indiscriminadamente. Uma vontade de participar da sociedade de consumo sem saber como, a não ser pela força, faz parte da iniciação do criminoso. No extraordinário *Meninos do tráfico*, de MV Bill e Celso Athayde, acompanhamos vários depoimentos de crianças armadas dizendo: "Eu queria ir para a escola e brincar com os meus amigos." Somos nós, como uma sociedade que se diz integrada e tolerante, que dizemos NÃO.

20

MUITA GENTE DIZ QUE as operações militares brasileiras no Timor Leste e no Haiti são ensaios para ações de combate à narcoguerrilha instalada no Rio e em São Paulo, além de em regiões do plantio de maconha no Nordeste, onde milícias armadas controlam milhares de hectares de lavouras. Vale somar a isso a atividade criminosa no Mato Grosso do Sul e na tríplice fronteira, além de frequentes choques armados na fronteira Norte, entre Brasil, Colômbia e Venezuela. A influência do crime organizado no país estaria, na visão dos militares, constituindo um problema de segurança nacional e de soberania. Tanto o estado-maior da Forças Armadas quanto a Escola Superior de Guerra mantêm discussões e estudos sobre a questão. E se esforçam para ficar longe da mídia com relação a esses temas. Os serviços de inteligência militares já advertiram, em relatórios confidenciais aos seus comandantes, que o envolvimento das Forças Armadas no combate direto ao narcotráfico traz em seu contexto um perigo:

sargentos, tenentes e capitães podem ser tentados a substituir os gerentes da venda de drogas.

As tropas invadem as favelas, prendem ou matam os traficantes, e depois? Serão obrigadas a manter a ocupação por seis meses, um ano, ou mais. É então que a pressão do negócio da droga se manifesta sobre os agentes do Estado. Milhares — ou milhões — de reais contaminando militares que vivem de baixos salários. Por mais que sejam bem treinados e que tenham uma vocação de agir em nome da lei e do direito, a sedução das drogas é muito forte. Já derrotou militares em muitas partes do mundo. A mulher de um coronel da Força Aérea americana, Laurie Hiett, foi presa em Bogotá, acusada de chefiar uma conexão de drogas da Colômbia para o Texas. Ela despachava pacotes de cocaína pura em aviões militares. Por que não aconteceria aqui? Nossos soldados são recrutados no mesmo ambiente social do bandido. São rapazes pobres, muitas vezes favelados. É bem possível que a atuação dos militares traga conforto e segurança para a classe média e as elites, como na ECO 92, reunião de chefes de Estado, no Rio, ou nos Jogos Panamericanos, também no Rio, em 2007. Passados os eventos, no entanto, os conflitos armados voltaram. Os traficantes suportam uma paralisação de uma semana em seus negócios. Mas e se durar um ano?

No Rio de Janeiro, neste momento, estão em curso cinco experiências de ocupação permanente de favelas. A primeira delas aconteceu no bairro de Laranjeiras, nas proximidades do Palácio Guanabara e da residência oficial do governador. O Batalhão de Operações de Policiamento Especial da PM, o temido Bope, ocupou uma favela no bairro, prendeu ou matou os traficantes e instalou ali o

seu quartel. A sede do Bope fica numa mansão construída no morro pelo antigo chefe do tráfico. Até hoje — e lá se vão vários anos — os criminosos não voltaram. O Bope, como sabemos, ficou internacionalmente famoso por causa do filme *Tropa de elite*, do cineasta José Padilha, um dos recordistas de bilheteria no Brasil. Só de cópias piratas foram mais de 10 milhões. A segunda experiência, mais recente, acontece no morro Santa Marta (também chamado Dona Marta), no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro. Uma força de 350 policiais, apoiada por blindados e helicópteros, invadiu a favela e expulsou os bandidos. Três meses depois, uma reportagem da TV Globo mostrava que os moradores estavam felizes com o resultado. Mesmo intimidados com a presença das câmeras, disseram que agora a comunidade tinha voltado a viver em paz. O morro Santa Marta, histórico reduto do Comando Vermelho na zona sul do Rio, um dos centros atacadistas de distribuição de drogas, ficou famoso por se tornar cenário de um videoclipe do popstar Michael Jackson, com direção de Spike Lee, um dos mais consagrados cineastas americanos.

Ali, nas ruelas da favela, Michael gravou a música "They Don't Care About Us", que numa tradução livre significa "eles não estão nem aí para nós". Acompanhe um trecho da letra:

> "Eu sou vítima da violência da polícia.
> Estou cansado de ser vítima do ódio.
> Você roubando o meu orgulho.
> Oh, pelo amor de Deus, olho para os céus
> para cumprir a profecia: liberte-me."

Para conseguir filmar na favela carioca, no domingo, 11 de

fevereiro de 1996, a produção de Michael Jackson teve que negociar com a quadrilha comandada por Marcinho VP, o chefe local do Comando Vermelho. O traficante (Márcio Amaro de Oliveira) foi personagem do livro *Abusado* (Record, 2003), escrito pelo jornalista Caco Barcelos. Marcinho VP, que tinha amigos e namoradas na elite da zona sul carioca, foi assassinado no Complexo Penitenciário de Bangu, em 28 de julho de 2003. Estrangulado, seu corpo foi deixado numa lata de lixo do presídio, dois meses depois de o livro de Caco Barcelos ter sido publicado. Neste mesmo período, um total de seis personagens de *Abusado* foram mortos. Marcinho VP, uma semana antes de ser assassinado, tinha recebido uma mensagem dizendo "cala a sua boca, você está falando demais". (Para detalhes, ver *CV-PCC — A irmandade do crime*, Record, 2004.)

Veja, leitor, a complexidade do mundo do crime. Uma frase fora do lugar pode resultar em represálias e matanças. Isso tem implicações, inclusive, sobre o meu trabalho. É por isso que utilizo um sistema de cruzamento de informações, segundo o qual todo novo detalhe tem que ser corroborado por outros depoimentos, papéis oficiais ou publicações. Não é apenas uma questão de apuro jornalístico, mas uma preocupação com aqueles que me serviram de fontes ao longo dos 25 anos deste meu trabalho. Apoiando o trabalho de investigação na verdade, resistindo a boas histórias não confirmadas, posso dizer com certo orgulho que nenhuma das minhas fontes jamais passou por qualquer tipo de constrangimento.

Mesmo os bandidos mais perigosos respeitam os fatos. Eles têm consciência dos crimes que cometeram — e, em geral, pouco arrependimento. Pelo contrário, têm orgulho do que fizeram, porque

consideram que faz parte da sua luta. Na cadeia, comentam com certa satisfação quanto roubaram e quantos mataram. A folha corrida do criminoso é uma garantia de respeito por parte dos outros companheiros, e uma certeza de que ele não é um pé de chinelo qualquer. Na carreira do crime, seus feitos têm tanta importância quanto os resultados de qualquer profissional no mundo legal. Lidar com essa gente com base na verdade é uma forma de poder prosseguir nesse tipo de investigação sem correr riscos desnecessários.

De volta ao raciocínio anterior: como seria uma operação mais ou menos permanente das Forças Armadas, atuando nos grandes centros urbanos? Em primeiro lugar, de um ponto de vista institucional, estaríamos nos igualando à Colômbia, que vive um estado de guerra civil assumido. No cenário diplomático, político e econômico, o Brasil estaria decretando uma espécie de falência da segurança pública, o que prejudicaria investimentos estrangeiros e turismo. Renunciaria à posição que pretende entre as maiores nações do mundo. Nem o governo Lula nem o próximo, seja de quem for, estaria disposto a passar por isso. Vendemos internacionalmente a imagem de que somos um país emergente que vai rumo ao desenvolvimento. Nossos números econômicos atestam isto. No entanto, a questão da violência, em níveis alarmantes, depõe contra o discurso.

A própria ocupação das favelas pelas Unidades de Polícia Pacificadora é uma experiência que gera preocupações. Os policiais estão ali 24 horas por dia, mas isto não acabou com o tráfico naquelas localidades. O movimento se tornou mais discreto, não faz mais desfiles de gente armada pelas ruelas, mas continua ativo. Na

Cidade de Deus, uma das áreas ocupadas, na Zona Oeste do Rio, traficantes puseram fogo num ônibus e feriram 13 pessoas quase na cara da polícia. Depois, desapareceram no labirinto da favela supostamente protegida pela UPP.

Mas nossos militares deveriam participar — e até comandar — forças-tarefas de combate ao crime e ao narcotráfico. A própria Colômbia é um bom exemplo. Mesmo enfrentando o narcotráfico, a guerrilha comunista que controla um terço do país, além de outros grupos armados, conseguiu reduzir os índices da criminalidade. Ações conjuntas da polícia e do Exército conseguiram enfrentar o banditismo comum em Bogotá, Cáli, Medellín e Cartagena. Aquele criminoso do sinal de trânsito, que assombra o Brasil, sumiu. Os crimes de homicídio e sequestro tiveram drástica redução. Mas o clima geral do país ainda está mergulhado no conflito.

Dados do Instituto Latino-Americano de Segurança e Democracia, ligado à OEA, baseados em fontes oficiais, demonstram que a violência no continente aumentou, apesar do clima geral de liberdades democráticas e de crescimento econômico. Em matéria de homicídios (ver a *Folha* de 15 de novembro de 2009), o quadro ficou assim: em primeiro lugar, a Venezuela, com 52 assassinatos para cada grupo de 100 mil habitantes; depois vem a Colômbia, com 33 crimes de morte para cada grupo de 100 mil habitantes; em terceiro lugar, o Brasil, com 25 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes. A Venezuela ter assumido o primeiro lugar na estatística da violência é uma surpresa nada agradável.

Na Colômbia, bons resultados foram conseguidos de maneira relativamente simples, apesar de que o estado geral de segurança

colombiano continua abaixo da crítica. O recente episódio da libertação de reféns da guerrilha mostra que o governo não tem o controle da situação. Mas, em relação ao crime comum, os avanços são inegáveis. Desconsiderando os discursos, o que foi que fizeram? Pegaram as estatísticas de maior incidência dos crimes, inclusive mostrando as áreas mais atingidas, e sobre elas colocaram um forte aparato militar. Até carros blindados leves estavam presentes nos cruzamentos. Forças policiais de rápido deslocamento completavam o aparato, que, às vezes, requeria helicópteros. A polícia colombiana passou a usar duplas de motoqueiros, à semelhança dos bandidos, sendo que o policial de carona estava sempre armado de fuzil ou metralhadora. Com isso, o banditismo foi empurrado de volta para as periferias e as favelas. E pobre roubando pobre não dá muito certo. O lucro é muito pequeno e provoca reações comunitárias cada vez maiores. Além do mais, nessas comunidades carentes da Colômbia, a presença da guerrilha é sistemática, o que eventualmente provocava reações armadas contra os criminosos. Os militares colombianos, encontrando um espaço definido no combate ao crime avulso, ajudaram a diminuir o problema de um dos países mais violentos do mundo. Mas também foram acusados de inúmeras violações dos direitos humanos, inclusive com a remoção forçada de grandes favelas.

Aqui não poderia ser assim, excetuando-se as falhas nas medidas colombianas? Nossos homens em uniforme acham que não. Dizer que eles preferem uma vida discreta na caserna, depois de um regime militar fracassado, também não explica. O problema é que o governo civil não define corretamente o papel dos militares. Formado por

integrantes da resistência contra a ditadura, o governo civil tem uma certa timidez ao pensar na questão militar. Como se o concurso das Forças Armadas pudesse propiciar condições para um novo golpe. Trata-se de um impasse teórico. O pensamento de esquerda pós-64 jamais considerou a questão militar como uma de suas prioridades. Mas deveria, porque o mundo mudou.

Os nossos militares são bons de briga. Participaram, com as tropas aliadas, da Segunda Guerra Mundial, quando a Força Expedicionária Brasileira (FEB), em 1943, fez parte do V Exército norte-americano, sob o comando de um general de West Point, o quatro estrelas Mark Clark. Depois de muita hesitação, o governo brasileiro enviou 25 mil homens para a Itália, onde deixou 454 soldados e oficiais enterrados nos campos de batalha e trouxe de volta milhares de feridos. Nossa Força Aérea brilhou nos céus da Europa, pilotando aviões americanos. Até hoje, nas escolas de formação de pilotos dos Estados Unidos, nossos ases voadores são lembrados pela coragem e pelos métodos inovadores. O "Senta a Pua", pintado nos aviões do 1º Grupo de Aviação de Caça brasileiro, a partir de um esboço do brigadeiro Fortunato Câmara de Oliveira, deixou forte impressão na aviação norte-americana.

E a história dessa parceria vai além. Em 1964, o Pentágono apoiou o golpe militar que derrubou o governo de João Goulart, em 31 de março, por meio da operação Brother Sam, que trouxe para águas brasileiras uma esquadra de navios, porta-aviões e os temidos marines. A "moeda de troca" por este apoio, apresentada ao governo brasileiro pelo então embaixador Lincoln Gordon, foi estapafúrdia: o Brasil deveria entrar na guerra do Vietnã, ao lado dos americanos,

fornecendo tropas. Dá para imaginar uma coisa como essa, nossos soldados chafurdando nos pântanos da Indochina? O general-presidente do Brasil, Humberto de Alencar Castelo Branco, um nordestino pequeno e sem pescoço, com a cabeça enterrada nos ombros, teve peito para dizer: NÃO! Tendo o nosso país uma larga tradição de diplomacia independente, desde os tempos de Rui Barbosa, a decisão provocou enorme mal-estar em Washington.

Quarenta anos depois, o repórter Geneton de Moraes Neto, hoje um dos editores-chefes do *Fantástico*, da TV Globo, entrevistou o embaixador americano, em março de 2004:

— Eu tive que manter segredo sobre o assunto na época — disse Gordon. — Se o que aconteceu fosse divulgado, poderia criar um problema, mais sério para o Brasil do que para os Estados Unidos. O caso seria politicamente ruim para os dois países.

Em outro trecho da entrevista, o embaixador explica com mais detalhes:

— Eu tinha muitas reservas sobre se aquela atitude era a certa. A situação estava instável. Não me agradava a ideia de jogar gasolina na fogueira dos que diziam que o Brasil repetia "sim, senhor" aos pedidos dos Estados Unidos. Antes de ir para a audiência com Castelo Branco, cheguei a enviar um telegrama para Washington em que disse que, no caso brasileiro, não era uma decisão sábia fazer o pedido. Meu conselho não funcionou. O meu governo me mandou tentar. Eu fui. Apresentei o pedido a Castelo Branco o mais gentilmente possível...

Os militares golpistas do Brasil não poderiam receber bem a proposta americana. Apesar de alinhados com o anticomunismo de

Washington, eram nacionalistas radicais e curtiam — eles também — um sentimento antiamericano.

Em 1994, durante uma palestra que apresentei a oficiais do Exército no quartel-general da Polícia do Exército, no Rio, fizemos um intervalo para o almoço. Ao meu lado estava o comandante da unidade militar, um coronel que havia combatido na guerrilha do Araguaia, entre 1972 e 1974. Ele me disse que a sua principal arma no conflito era o dinheiro. Andava desarmado pelas pequenas cidades do sul do Pará, em trajes civis, mas levava nos bolsos "maços e maços de dinheiro, que distribuía à população local, em troca de informações". Enquanto desfrutávamos da boa refeição da caserna, o coronel soltou a frase:

— Se pudéssemos atrair os americanos para uma guerra na Amazônia, teríamos aqui um novo Vietnã. E poderíamos vencê-los.

Na época da proposta de Lincoln Gordon, falecido em 2009, os militares sabiam que o Brasil, para se tornar uma potência, precisava se impor em seu próprio continente. É uma questão de estratégia. Aquela velha fórmula, que já aprendemos daqueles milenares generais chineses, como Sun Tzu, em *A arte da guerra*. Embarcar numa luta do outro lado do mundo, esquecendo a vizinhança, só pode levar ao desastre. A posição do general Castelo Branco foi absolutamente coerente. Se tivermos que brigar, vamos brigar aqui mesmo. É onde podemos mobilizar mão de obra rápida, reunir valores nacionais, obter recursos relativos ao tamanho do país etc. Uma guerra no Extremo Oriente? Brasileiro é malandro.

Foi com base nesse raciocínio que os militares começaram a pensar num programa nuclear. Coisa nossa, com inteligência nossa,

com o mínimo possível de dependência estrangeira. Um programa inicialmente voltado para a produção de energia elétrica — e depois para a bomba atômica. A primeira fase, vendo-a anos depois, deu certo. Temos as usinas nucleares de Angra, que os americanos citam como exemplo de utilização pacífica do átomo. Enriquecemos urânio sem que nos acusem de "escalada militar". Somos, aliás, apontados como referência no uso do átomo, ao contrário de países como o Irã, hoje o foco da reação americana em relação às pesquisas nucleares.

A segunda parte do sonho expansionista brasileiro, com a construção da bomba atômica, foi impedida pelo ex-presidente José Sarney, já depois da ditadura, no período de reconstrução nacional. Sarney assumiu a responsabilidade de barrar o projeto. Muita gente o acusa de ser um político meramente oportunista e corrupto, mas este mérito o país deve a ele. Em agosto de 2005, o ex-presidente declarou ao programa *Fantástico*, da TV Globo:

— Num relatório do Conselho de Segurança Nacional, os militares já tinham escavado um buraco na serra do Cachimbo, no sul do Pará, com a intenção de lá fazer testes com uma futura bomba [nuclear]. (...) na época, temi que o assunto chegasse aos ouvidos do governo argentino, que estaria dez anos à frente do Brasil nesse sentido.

As negociações entre Brasil e Argentina resultaram num acordo de utilização pacífica da energia atômica, com fiscalização mútua. No programa, Sarney acrescentou que teria ordenado ao secretário de Segurança Nacional, o general Bayma Denis, que tapasse o buraco e que desse aos meios de comunicação a versão que se tratava de um "depósito de lixo atômico".

A lógica diplomática brasileira, que nos afasta dos conflitos, estava na raiz da negativa de participar da Guerra do Vietnã. Mas o irmão do Norte insistiu no *qui pro quo*. Em retribuição aos apoios ao golpe militar de 1964, tanto militar quanto diplomático, reconhecendo o novo governo, já que não queríamos combater na Indochina, precisávamos fazer alguma coisa em prol dos Estados Unidos. A nova proposta foi que os nossos soldados integrassem a "força de paz" da Organização dos Estados Americanos que, em 1965-66, a propósito de restabelecer a ordem na humilde República Dominicana, derrubou o governo, impediu as eleições e colocou no poder um aliado dos Estados Unidos chamado Joaquin Balaguer, que governou o país por 12 anos. Trinta mil soldados e paraquedistas americanos ocuparam a capital, Santo Domingo, acompanhados por forças deste Brasil varonil. A revista *Realidade*, da editora Abril, naqueles dias, publicou uma incrível foto, em página dupla, documentando um fuzileiro naval brasileiro correndo numa rua da capital dominicana, usando botas, uniforme e armas americanas, diante de um muro onde havia a pichação: "Brasileiros *go home*!"

O México, que detinha as prioridades americanas no primeiro governo de George W. Bush, parece condenado a sofrer uma redefinição de políticas e, possivelmente, a mergulhar num caos de violência, após ser parcialmente abandonado pelo patrão do norte. Os mexicanos viveram um período de prosperidade, entre 2000 e 2004. Ultrapassaram o PIB do Brasil, trocando de posição conosco no ranking mundial: caímos para a 11ª posição, enquanto eles passaram para a décima (depois revertemos isso). Bons negócios, crescimento

do nível de empregos, facilidades na importação e exportação de produtos, liberalidade na questão dos imigrantes. Mas os eventos de 11 de setembro de 2001 produziram a retração americana. O povo liderado por George W. Bush se curvou sobre si mesmo, preocupado com o terrorismo, mais do que tudo. A segurança interna dos Estados Unidos ficou acima de qualquer questão. A política externa americana largou de mão a América Latina.

O México, então, escorregou para um mar de violência interna, aquilo que os analistas internacionais chamam de processo de "colombianização" do país, o mesmo que nos ameaça. A *Folha* da terça-feira 15 de maio de 2007, em reportagem de Raul Justelores, esclarece:

> Segundo estatísticas oficiais, entre janeiro e abril, mil pessoas morreram em crimes ligados ao narcotráfico, entre execuções, enfrentamentos e ajustes de contas. Em todo o ano passado [2006], foram 2.100; e em 2005, 1.300. Uma emboscada organizada por traficantes matou cinco soldados na semana passada, no estado de Michoacán. A cabeça de um mecânico foi posta diante de um quartel em Veracruz, no golfo do México, com uma mensagem: "Vamos continuar a lutar contra as tropas federais."

As Forças Armadas mexicanas já estão diretamente envolvidas no combate ao tráfico. A aviação e a Marinha patrulham o Golfo do México, por onde passam as rotas marítimas da cocaína. Operam em colaboração com o DEA (Drugs Enforcement Administration) norte-americano. O Exército está nas áreas de fronteiras, especialmente na região de Tijuana, base do maior cartel das drogas. (Quem não se lembra de *Traffic*, o filme com Michael Douglas e Benício Del Toro, indicado para o Oscar, que mostra o México todo em sépia e os

Estados Unidos coloridos?) Tropas especiais, transportadas por helicópteros, atacam os redutos dos traficantes mais perigosos. O México está em guerra contra os barões da cocaína. Em Ciudad Juárez, fronteira mexicana com El Paso, no Texas, 5 mil homens do Exército mexicano foram mobilizados para deter a escalada de violência. A nova secretária de Estado dos Estados Unidos, Hillary Clinton, ao visitar o presidente mexicano Felipe Calderón, em março de 2009, declarou:

— Nossa demanda insaciável por drogas ilegais alimenta o comércio das drogas. Nossa incapacidade de impedir que armas sejam ilegalmente contrabandeadas através da fronteira para armar esses criminosos causa a morte de policiais, soldados e civis. Sinto muito fortemente que temos uma co-responsabilidade.

No início de 2009, o professor Yuengang Zuo, catedrático de biologia e química da Universidade de Massachusetts, nos Estados Unidos, concluía pesquisa informando que 90% das notas de dólares em circulação na América apresentavam resíduos de cocaína. De acordo com o estudo, que seria apresentado à Associação Americana de Química, o problema é universal. No Canadá, 85%; no Brasil, 80%; na China, 20%; no Japão, 12%. De acordo com o especialista, as notas "sujas" contaminariam o meio circulante por meio das máquinas automáticas de contar dinheiro dos bancos. Mas a pesquisa revela o grau de expansão do negócio das drogas em escala mundial.

No México, a participação das Forças Armadas no combate à criminalidade é apoiada pela população e louvada pela imprensa. No governo George W. Bush, os Estados Unidos se comprometeram com um pacote antidrogas de 1,4 bilhão de dólares. Hillary prometeu mais

dinheiro para a compra de helicópteros (americanos, é claro) para o combate ao crime organizado. O governo Barack Obama, segundo o *Estado de S. Paulo* de 25 de março de 2009, prometeu mais 700 milhões de dólares para combater o narcotráfico no México, a maior parte do dinheiro a ser investido no policiamento da fronteira. Isso porque o México, onde milhares de pobres fazem fila para invadir a fronteira do Império, se tornou um dos principais problemas dos Estados Unidos. Antes era o "aliado preferencial" na América Latina. Agora é a porta dos fundos, por onde os famintos e desempregados buscam uma entrada no *american way of life*.

Diante dessas experiências de intervenção direta no problema criminal, como nos casos da Colômbia e do México, nossos militares hesitam e preferem se manter discretamente afastados. Topam até se envolver em operações limitadas, pontuais, como no caso do roubo de fuzis em São Paulo. Mas, quando se trata de um envolvimento generalizado, tiram o time.

No Brasil, fora a violência que assola os grandes centros urbanos, ainda temos que considerar as vítimas dos conflitos rurais: as lutas do Movimento dos Sem-Terra (MST), do Movimento Revolucionário dos Sem-Terra (MRST), da Via Campesina (este grupo, em maio de 2007, ameaçou invadir uma das maiores usinas hidroelétricas do país, obrigando o presidente Lula a convocar as Forças Armadas), entre outras organizações de esquerda que pretendem a reforma agrária por meio da ocupação de terras improdutivas. Todos os anos, muitos lavradores e líderes rurais são mortos nesses conflitos. Em muitos casos, são vítimas da repressão militar, como em Eldorado dos

Carajás, no sul do Pará: ao entardecer da sexta-feira 17 de abril de 1996, a tropa de choque da PM abriu fogo de metralhadoras e escopetas contra um grupo de lavradores pobres que tentava manter uma ocupação. Dezenove foram mortos, muitos outros ficaram feridos a bala. Na tropa também houve vítimas. Vários soldados foram atingidos por pedras, foices e facões. Houve tiros de ambas as partes.

Algumas vezes, como no Pontal do Paranapanema, extremo oeste de São Paulo, os choques são com as milícias contratadas pelos proprietários de terras. Essa gente, armada ilegalmente e com a cumplicidade das autoridades, circula na caçamba de picapes importadas. Os choques são frequentes e muitas vezes resultam em mortos e feridos.

Nas zonas rurais, muitas casas de fazendas ameaçadas pelos sem terra estão protegidas com sacos de areia, sensores eletrônicos e alarmes. É possível ver marcas de tiros nos vidros e paredes. Tratores e máquinas agrícolas deixam a produção para bloquear as estradas. Todo esse pessoal armado pode provocar conflitos de graves proporções. A violência no campo já assume características tão fortes quanto nas cidades. Este é um país à beira de um choque armado.

Uma enorme parte da população brasileira nunca usou escovas de dentes ou papel higiênico. São artigos de luxo que não fazem parte da lista básica de necessidades das amplas massas populares. Na maior parte das vezes, partindo do campo para as áreas urbanas, o que o migrante faminto encontra, especialmente os jovens e as crianças, é o álcool, a prostituição, as drogas e o dinheiro rápido por meio do

tráfico. E também a morte rápida, em todas essas categorias. Isto, com o conflito armado nas áreas urbanas, constitui o cenário da guerra civil brasileira. É claro que as nossas elites desdenham o nível de embate estabelecido na sociedade. Preferem encará-lo como um desequilíbrio momentâneo, que será resolvido por meio da ação repressiva. Os governos gastam dinheiro na compra de viaturas, na contratação de policiais e guardas, armas e munições. Constroem alguns presídios. E acham que é suficiente. Infelizmente, não é.

O governo Lula mantém o recorde de apurações de casos de corrupção e falcatruas no poder público, considerando os últimos trinta anos de história do país. Isso seria ótimo se tais apurações não tivessem atingido seus ministros e apoiadores políticos, nos partidos chamados de "a base aliada". Tais apurações tiveram o mérito de revelar — e levar aos tribunais — aquilo que qualquer brasileiro já sabia: o exercício da política no Brasil nada mais é do que a atuação de organizações criminosas (muitas vezes familiares, como na Máfia). O sujeito se elege, no voto direto, e em seguida passa a dilapidar o dinheiro público, enriquecendo de maneira ilegal. Já se candidata pensando em roubar.

Talvez seja uma herança histórica da colonização portuguesa. Quando a corte se mudou para o Brasil em 1808, fugindo das guerras napoleônicas na Europa, os portugueses trouxeram para o país uma cultura de corrupção e luxúria nunca vistas. Os nobres portugueses, todos eles, incluindo o rei dom João VI, estavam preocupados em saquear as riquezas do país, em vez de promover qualquer tipo de desenvolvimento. Proibiram a criação de escolas superiores, a impressão de livros e a imprensa de um modo geral. Corruptos até a

medula óssea, legaram ao Brasil uma cultura governamental baseada na patifaria. A riqueza desses nobres se baseava no contrabando, protegido pelas forças navais inglesas, na exploração dos recursos naturais (particularmente os minerais preciosos, como o ouro) e na escravatura, o tráfico de seres humanos, que mais tarde a Inglaterra quis banir. Esta, em resumo, é a herança colonial.

Laurentino Gomes, em seu excelente livro *1808* (Planeta, 2007), descreve o quadro sombrio de Portugal do início do século XIX e de suas relações coloniais. Já no subtítulo da obra, nos dá uma ideia do que iríamos viver sob Dom João VI: "Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil." Acompanhe um dos parágrafos nas páginas 60 e 61:

> Numa época em que a revolução industrial britânica começava a redefinir as relações econômicas e o futuro das nações, os portugueses ainda estavam presos ao sistema extrativista e mercantilista, sobre o qual tinham construído sua efêmera prosperidade três séculos antes. Baseava-se na exploração pura e simples das colônias, sem que nelas fosse necessário investir em infra-estrutura, educação ou melhorias de qualquer espécie. 'Era uma riqueza que não gerava riqueza', escreveu a historiadora Lilia Schwarcz. 'Portugal se contentava em sugar suas colônias de maneira bastante parasitária.' Sérgio Buarque de Holanda, autor do clássico *Raízes do Brasil*, mostrou que no Brasil colônia se tinha aversão ao trabalho. Segundo ele, o objetivo da aventura extrativista era explorar rapidamente toda a riqueza disponível com o menor esforço e sem nenhum compromisso com o futuro: 'O que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não a riqueza que custa trabalho.'

Hoje, a corrupção em larga escala, a denúncia de venda de sentenças nas cortes, especialmente em relação às máfias do jogo e do

tráfico, a concessão de habeas corpus que liberam para responder em liberdade os maiores criminosos brasileiros, o pessoal do colarinho-branco — tudo isso são exemplos simples do que acontece por aqui. Nos bastidores do poder, podemos apenas imaginar o que ocorre. Há centenas de casos de lavagem de dinheiro sendo investigados pelo Ministério Público e a polícia; desvios de verbas públicas, que vão do leite para a merenda escolar à construção de prédios e rodovias. Iniciativas de cassação de parlamentares envolvidos com o crime são barradas pela ação de outros parlamentares.

As CPIs vociferam contra a corrupção generalizada — e nada acontece. Trata-se de uma forma avançada e complexa de ilegalidade. A interferência do crime nos poderes já chegou aos mais altos escalões. Não precisamos perder muito tempo desfiando aqui os milhares de casos. O fato é que você, leitor, não pode deixar de pagar uma multa de trânsito, enquanto que nossos parlamentares podem esconder da Receita Federal posses milionárias.

Vivemos num país onde obras públicas desabam sobre as pessoas. Ônibus são incendiados com gente dentro. Balas perdidas matam com uma frequência impressionante. Só na Vila Cruzeiro, uma favela do Rio, há um conflito armado que já dura um mês, no momento em que escrevo este livro. São dezenas de mortos e feridos. No Complexo do Alemão, que reúne 14 favelas e mais de 130 mil habitantes ao longo de importantes vias urbanas da cidade, ocorrem confrontos entre traficantes e a polícia há muitos dias, com dezenas de mortos e muitos feridos, como veremos mais adiante. Vivemos um estado de guerra urbana aberta — e nos afogamos no mar de lama da corrupção.

Na sexta-feira, 13 de abril de 2007, cerca de 350 agentes da Polícia Federal caíram em cima de uma das quadrilhas mais fortes do crime organizado. A operação Hurricane (Furacão) prendeu 25 pessoas, cumpriu 70 mandados de busca e apreendeu 2,5 toneladas de papéis e material eletrônico que comprovavam culpa por parte da cúpula da contravenção no Rio de Janeiro, especialmente em relação às máquinas de caça-níqueis e videopôquer. São dezenas de milhares delas, instaladas em bares, padarias e até nas vizinhanças de igrejas e escolas. A base de operação do grupo, que envolvia também muitos bingos, era o Rio de Janeiro, com ramificações em São Paulo e na Bahia. Na casa dos acusados, a polícia apreendeu dinheiro escondido em paredes falsas, cofres, esconderijos de todo tipo. Foi tanto dinheiro — mais de 5 milhões de dólares em papel-moeda — que os policiais precisaram de um caminhão blindado para removê-lo.

O mais impressionante é *quem* foi apanhado pelo furacão federal. Confira as melhores figuras:

1. Aílton Guimarães Jorge, o capitão Guimarães, ex-oficial das forças de repressão política do Exército, com longos serviços prestados ao Doi-Codi da Rua Barão de Mesquita, no Rio, um dos mais denunciados centros de tortura e prisões ilegais durante a ditadura. É presidente da Liga das Escolas de Samba (Liesa), parceira da TV Globo na transmissão dos desfiles do Carnaval carioca. Capitão Guimarães prefere ser reconhecido como "empresário de jogo e espetáculos", rejeitando a pecha de "banqueiro do bicho". De acordo com a Polícia Federal, é um dos mais poderosos chefões do crime organizado no país.

2. Júlio Guimarães Sobeira, sobrinho do capitão, é pouco

conhecido do grande público. A operação Hurricane pretende demonstrar que ele é o braço direito do tio nas operações de jogo, prostituição e, possivelmente, de financiamento do tráfico de drogas. Seria o seu "sucessor natural" nos negócios. Os federais envolvidos na investigação dizem que, por enquanto, ele é só um suspeito, mas pretendem levantar provas para colocá-lo atrás das grades.

3. Aniz Abrahão David, o Anísio. É presidente de honra da escola de samba Beija-Flor, uma das mais ricas e luxuosas do Rio, vencedora de vários carnavais. Anísio já cumpriu pena por contravenção, no famoso processo da juíza Denise Frossard, deputada federal pelo Partido Popular Socialista (PPS-RJ), que em 1993 pôs na prisão os principais líderes da contravenção. Agora os investigadores querem demonstrar que ele é um dos homens fortes do crime organizado no país.

4. Antônio Petrus Kalil, o Turcão, também esteve preso no processo do jogo do bicho. É figura carimbada da crônica policial. Atua na região metropolitana do Rio, marcadamente em Niterói, São Gonçalo, Magé e outras cidades. Há mais de trinta anos, o Grande Rio foi dividido em áreas de atuação dos contraventores, para evitar disputas desnecessárias, que só prejudicam os negócios. É o mesmo modelo que a Máfia americana adotou, nos anos 1950, em Nova York, Chicago, Baltimore e Seattle, para acabar com a guerra entre as gangues. Turcão é o poderoso chefão de um desses feudos criados pela contravenção brasileira.

5. José Eduardo Carreira Alvim, doutor em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com título da Ecole Nationale de la Magistrature, de Paris. É desembargador federal e ex-

vice-presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que tem jurisdição sobre os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Professor universitário, autor de mais de 20 livros e tratados sobre legislação, ao longo de sua carreira recebeu vários prêmios e medalhas. A Polícia Federal acusa o desembargador de conceder liminares que favoreceram o jogo ilegal e os bingos. Para os jornalistas acostumados a cobrir as mega-operações dos federais, a prisão do desembargador foi uma grande surpresa. Primeiro, por ser um magistrado de alto bordo e, depois, por ser um cidadão acima de qualquer suspeita.

6. José Ricardo de Siqueira Regueira. Desembargador federal e colega de tribunal de Carreira Alvim, é professor de direito constitucional, formado pela PUC de Pernambuco. As acusações são as mesmas, envolvendo favorecimento do jogo ilegal.

7. Ernesto da Luz Pinto Dória, desembargador do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Campinas, interior de São Paulo. Em gravações telefônicas da PF, ele aparece chamando o contraventor Antônio Petrus Kalil, o Turcão, de "padrinho", numa referência clara aos *godfathers*, os chefões da Máfia siciliana. Essas informações, tornadas públicas pela Agência Estado, acrescentam que o magistrado classificava o dinheiro ilegal que recebia de "meu oxigênio". Dória é acusado de intermediar a compra de sentenças que favoreciam o crime organizado. Segundo a polícia, decidiu colaborar com as investigações e passou de acusado a testemunha. Durante a divulgação dos resultados da operação, os investigadores fizeram questão de dizer que os juízes detidos não podem ser condenados a priori: "São suspeitos de crimes", informavam.

8. José Roberto Granado Ferreira e Paulo Roberto Ferreira Lino, respectivamente ex-presidente e presidente da Associação dos Bingos do Estado do Rio de Janeiro. A operação Hurricane os acusa de comandar um lobby generoso pela legalização do jogo, com atuação junto ao Congresso Nacional, às assembleias estaduais e à mídia.

9. Susie Pinheiro Dias de Mattos, delegada federal. Até a ação da PF, ocupava o cargo de corregedora da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Por que foi incluída na investigação? Não está claro quais são as acusações contra ela, apesar de que o cenário geral da operação Hurricane é o crime organizado. Quem será que nomeou a delegada para a corregedoria da ANP?

10. Luiz Paulo Dias de Mattos e Carlos Pereira da Silva, delegados federais, e João Sérgio Leal Pereira, procurador federal na Bahia. Outro dos acusados é Marcos Antônio Bretãs dos Santos, delegado da Polícia Civil em Niterói, no Grande Rio. Os meios de comunicação não conseguiram saber o que pesa contra eles.

11. João Sérgio Leal Pereira, procurador da República no Rio de Janeiro, acusado de atuar num esquema de fraudes judiciais ao lado do desembargador Ivan Athié.

12. Virgílio de Oliveira Medina, advogado, irmão de Paulo Medina, ministro do Superior Tribunal de Justiça. É acusado de intermediar a venda de sentenças judiciais. Com o escândalo, o ministro Paulo Medina pediu afastamento do cargo. Ele é acusado de conceder liminares que beneficiaram o jogo ilegal.

Os demais presos na armadilha da Polícia Federal são advogados que ultrapassaram os limites do dever com o cliente, empresários em busca de dinheiro fácil e alguns anônimos cujo papel nas estruturas

criminais de alto bordo só o tempo vai desvendar. Em todo o tempo em que pesquiso o crime organizado no Brasil, desde 1981, nunca tive a oportunidade de acompanhar um golpe tão poderoso contra as quadrilhas que se incrustaram nos poderes públicos. Em 11 meses de investigações, a Polícia Federal usou uma arma básica contra os supostos criminosos: a escuta telefônica autorizada pela Justiça. Usou grampos e câmeras de vídeo em escritórios e gabinetes. Seguiu pessoas. Fez fotos. Registrou encontros. É fácil assim, basta ter a vontade de realizar, a fundo, uma investigação como essa. Apoiada pelo Ministério da Justiça e pela Presidência da República, a Polícia Federal pisou forte no acelerador. A operação Hurricane vai implicar milhares de pessoas, desenrolando um novelo que precisava ser desenrolado.

Todos os meus contatos com os federais estão rindo de orelha a orelha. Mal pagos — considerando as responsabilidades —, são uma gente disposta a enfrentar o crime organizado. Algemam seus próprios pares sem ressentimento. São jovens entre 25 e 35 anos, um pessoal que acredita estar melhorando a vida do país. Nas imagens do *Jornal Nacional*, da TV Globo, todos nós vimos a alegria dos agentes ao descobrir maços e maços de dinheiro escondidos na casa dos suspeitos. Os agentes não escondiam a satisfação:

— Olha só quanto dinheiro! Pegamos eles!

Essa polícia — uma das dez melhores do mundo —, mesmo eventualmente usada por razões políticas, ainda é uma das nossas esperanças contra a crise que vivemos. Ela substituiu o pau de arara, o choque elétrico e a violência pura e simples por tecnologia de investigação. Tornou-se uma instituição moderna, que cabe — e deve

caber — no regime democrático e na sociedade regida pelo Estado de direito. Neste país, só falta desmoralizar os bombeiros e os carteiros — porque o resto já está na lama total. A PF tem sobrevivido com a maré na altura do nariz. Qualquer onda maior pode levar ao naufrágio.

Outras operações recentes da Polícia Federal, no entanto, produziram escândalos internos na organização. Especialmente as operações Navalha na Carne e Satiagraha revelaram abusos praticados por agentes federais. O próprio diretor-geral da PF, o delegado Paulo Lacerda, indicado pelo presidente Lula, terminou afastado e agora ocupa um cargo na embaixada brasileira em Portugal. O delegado Protógenes Queiroz, que chefiou a Satiagraha, acabou transformado num personagem controverso, que teria ido muito além de suas atribuições, inclusive espionando personalidades da vida pública. Protógenes também acabou afastado do cargo, acusado de "desvios administrativos".

A Operação Satiagraha resultou na prisão de 15 pessoas, entre elas o banqueiro Daniel Dantas, do Grupo Opportunity, e o ex-prefeito de São Paulo Celso Pita, este último falecido de um câncer fulminante no intestino, no dia 21 de novembro de 2009. A defesa de Daniel Dantas entrou com um recurso no Superior Tribunal de Justiça (STJ) alegando que a ação policial continha uma série de ilegalidades, inclusive a "destruição de provas". Os advogados do magnata das finanças alegaram ainda que o juiz federal Fausto Martins De Santis, responsável pelo inquérito, agiu de maneira antiética ao "prejulgar o processo em entrevistas aos jornais". Na sexta-feira anterior ao Natal de 2009, véspera do recesso do Poder Judiciário, o ministro Arnaldo Esteves Lima, da 5ª Câmara do STJ, concedeu medida cautelar em

favor do banqueiro, suspendendo todos os efeitos do processo criminal iniciado com a Operação Satiagraha, afastando também dos feitos judiciais o juiz De Santis. Daniel Dantas já havia sido condenado, por tais acusações, a dez anos de prisão e ao pagamento de uma multa de 12 milhões de reais.

O ministro da Justiça, Tarso Genro, reagiu indignado, conforme registraram a *Folha*, o *Estadão* e *O Globo* de 23 de dezembro: "A medida do STJ reflete um senso comum de que poderosos dificilmente vão para a cadeia e de que ricos são protegidos pelo Poder Judiciário." O jurista e professor Walter Maierovitch, ex-Secretário Nacional Antidrogas do primeiro governo FHC, um pesquisador do crime organizado no Brasil, publicou artigo no Portal Terra (22 de dezembro), onde afirmava:

> O ministro Arnaldo Esteves Lima errou e minou, com a sua decisão, a segurança social, pública. Suspender toda a atividade policial diante de um oceano de indicativos de crimes graves, representa, no mínimo, um ato temerário, data vênia. Uma inversão tumultuária, contra o prevalente interesse público e à luz de veementes indícios de gravíssimos crimes.

A Justiça — perversamente construída para punir os desamparados — não conseguiu manter a maior parte dos acusados dessas investigações na cadeia. Tanto os magistrados quanto os acusados de contravenção e Daniel Dantas obtiveram o direito de responder em liberdade. Quem tem bons advogados e pode pagar, dificilmente passa mais do que cinco dias atrás das grades. É a chamada prisão provisória, que dá à polícia alguns dias (apenas 120 horas) para formar uma culpa. Se o bandido não é apanhado em

flagrante delito — ou se não confessa o crime —, não fica preso.

É preciso admitir, contudo, que tais mecanismos de defesa são importantes em países onde os inquéritos policiais se baseiam na coação, no sequestro dos suspeitos e de seus parentes, na violência física, na invasão de domicílios, tudo isso sem qualquer respeito às leis, em busca de provas. No final das contas, o material que chega aos tribunais é falho, não apresenta as provas técnicas necessárias. Resulta, muitas vezes, na absolvição de culpados.

Em razão do clima geral de impunidade, frequentemente, o policial mal pago, que precisa esconder a farda, a arma e o distintivo para voltar para casa — ele mora no mesmo lugar onde moram os bandidos —, aceita a violência como um fator natural. Chega a prender o mesmo marginal duas ou três vezes em um único plantão. Acredite! Ele pega o sujeito armado, leva para o distrito policial mais próximo. Lá o cara paga 75 reais de fiança e é solto. Depois, o mesmo policial pega de novo o mesmo cara, cometendo outro crime. E assim vai.

Numa dessas noites tumultuadas da vida desses policiais, a paciência se esgota e eles “apagam o meliante”. Uma arma é plantada na cena do crime, com duas cápsulas deflagradas, supostamente contra os agentes da lei. A arma é chamada de “vela”. Vela de defunto. Depois, na delegacia mais próxima, os envolvidos na morte do bandido assinam um “auto de resistência”. Dentro da lei, é o instrumento que determina a legítima defesa no cumprimento do dever. Os depoimentos de testemunhas sequer são registrados, porque os próprios informantes, mesmo quando são pais e irmãos, recolhem as palavras. Mesmo eles também acham que aquela morte é

uma coisa natural, esperada há tempos. O cara era mesmo bandido e encontrou o que procurava. Essa é a lei do mundo pobre. A lei do cão. Mas muitos inocentes perdem a vida da mesma maneira.

No andar de baixo da sociedade brasileira, há um código diferente. O pobre entende que a polícia vai cobrar o comportamento criminoso de um elemento da comunidade. Inclusive se ele for morto. Eu mesmo já ouvi muitas vezes a frase: "O garoto estava no crime, era bandido, e bandido acaba assim." Nesta nossa sociedade discriminatória, gente que rouba comida num supermercado vai presa. Uma mulher que roubou um xampu de uma farmácia tomou cadeia. Durante uma rebelião de detentas ligadas ao PCC, virou refém. Foi torturada, acabou cega. O caso foi primeira página dos jornais, e, com forte impacto, chegou à televisão. A infeliz voltou para casa. E seus danos nunca foram reparados. Em março de 2009, o STF, decidiu que casos como esses não deveriam resultar em condenação, por causa de sua "insignificância" em relação ao sistema jurídico.

Como comparar, perante a lei, o que aconteceu com a pobre mulher que roubou um xampu e a empresária Eliana Tranchesi, dona da Daslu, a loja mais rica do país? Tranchesi, condenada a 94 anos de prisão por contrabando, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha, considerada "chefe de uma organização criminosa" pela juíza Maria Isabel do Prado, da 2ª Vara Federal de Guarulhos, São Paulo, passou apenas um dia na prisão feminina do Carandiru, no centro de São Paulo. Foi libertada para responder em liberdade. Na sentença, com 500 páginas, a juíza federal afirma que Eliana Tranchesi tem "personalidade integralmente voltada para o crime".

Está solta!

De modo geral, os ricos continuam impunes. O jornalista Pimenta Neves, ex-diretor de redação de *O Estado de S. Paulo*, um dos maiores jornais do país, matou a namorada Sandra Gomide, com dois tiros pelas costas, na tarde do sábado, 20 de agosto de 2000. Atirou nela com um revólver emprestado por um amigo e colecionador de armas. Usou munição especial (*hallow point*), de ponta oca, nosso conhecido dum-dum, que provoca enorme estrago no corpo da vítima. Passou toda a etapa processual em prisão domiciliar, numa casa em área nobre da capital paulista. Cercado pelo silêncio de seus vizinhos. Condenado em primeira instância, continua solto. Aguarda outros pronunciamentos da Justiça. Pimenta Neves se aproxima da idade em que vai se tornar inimputável (75 anos).

Quantos outros casos preciso citar?

No incomparável *Vigiar e punir*, o filósofo francês Michael Foucault (1926-1984), que trata de crime e de castigo, já nos informava: "A lei e a Justiça não hesitam em proclamar a sua necessária dessimetria de classes."

Prendemos os pobres. Liberamos os ricos, porque entendemos que eles não ameaçam o conjunto da sociedade. Cometem abusos, desvios psicológicos, emocionais, praticam crimes frutos de paixões. Traições, rusgas financeiras, amantes. Mas a patuleia, aquela que mata por razões mais objetivas, como alimentar os filhos, entra numa estatística de criminalidade que assusta as elites. Sobre ela cai o peso da lei. A sociedade paulista se sentiria ameaçada pelo fato de que Eliana Tranchesi estaria em liberdade? Não. Por quê? Porque ela é só mais uma integrante das elites acusada dos crimes comuns das elites,

as falcatruas. Nunca pegou em armas. Não ameaça o cidadão comum. Não assalta ninguém nos faróis de trânsito. E isso a torna menos perigosa para a comunidade?

Em países como o Brasil, a violência e o crime estão democratizados. Chegam a todas as classes. Nem os mais poderosos se sentem seguros, nem aqueles protegidos pelo exército de seguranças particulares, que hoje reúne uma força armada de quase 2 milhões de homens. Para cada elemento das forças públicas de segurança do país, há três seguranças particulares. O repórter Lucas Ferraz, da *Folha*, publicou matéria em 16 de fevereiro de 2009, descrevendo o exército privado de seguranças. Acompanhe:

> O Brasil tem aproximadamente 1,7 milhão de vigilantes contra 602 mil policiais civis, militares, federais e bombeiros. (...) A média brasileira é superior à dos Estados Unidos, com 2,5 agentes privados para cada público, e do México, com índice de 2 para 1.

Esse exército particular, maior do que as forças aliadas que invadiram a Normandia durante a Segunda Guerra, não consegue manter a segurança das elites brasileiras. Muito menos da sociedade em geral. Somado às forças públicas, representariam um total de 2,4 milhões de homens armados. São quase cinco vezes mais do que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica do país, somados. A força militar aliada no Iraque e no Afeganistão é dez vezes menor do que isso. No entanto, tamanha frente armada não garante a segurança dos ricos na disputa contra os pobres. Qual é o problema? O problema é que, nessa guerra civil não declarada em nossa sociedade, as chamadas "forças do mal" atacam onde não são esperadas. Mesmo utilizando meios rudimentares, armas toscas e até de brinquedo, superam o

aparato de segurança por meio da surpresa.

Caso exemplar: às 20 horas da quarta-feira, 22 de novembro de 2006, dois menores numa bicicleta abordaram Ana Cristina Johannpeter, na esquina das ruas Afrânio de Mello Franco e General San Martín, no Leblon, Rio de Janeiro. Ana, 58 anos, ex-mulher de Germano Gerdau Johannpeter, executivo da 14ª maior empresa siderúrgica do mundo, com 32 mil funcionários, tinha o mau hábito de fumar e mantinha a janela do carro aberta. Quando foi abordada pelos assaltantes, não ofereceu nenhuma resistência e não tentou fugir. Ana Cristina estava com a filha mais nova, Manuela. Pediu calma aos assaltantes. Depois de entregar a bolsa e o telefone celular, um dos assaltantes disparou com um revólver calibre 38. A bala atingiu a sua cabeça, provocando ferimentos graves. Entrou pelo nariz e saiu pela nuca. Morreu duas horas depois no hospital municipal Miguel Couto. Ana Cristina morreu sem saber o motivo. Um ano depois, um de seus assassinos, maior de idade, foi condenado a trinta anos de prisão. O outro, de 17 anos, foi parar numa instituição de amparo à infância e à juventude, da qual já deve ter saído.

A democratização da violência urbana também chegou aos ícones da televisão. Luciano Huck, apresentador de um programa semanal da TV Globo, o *Caldeirão do Huck*, show de entretenimento, também esteve sob a mira de um revólver 38, numa esquina de São Paulo. Uma dupla de motoqueiros cercou o apresentador na Rua Doutor Renato Paes de Barros, a poucos metros do 15º Distrito Policial, no Itaim Bibi, zona sul de São Paulo. Foi na quinta-feira, 27 de setembro de 2007. Luciano perdeu o relógio Rolex com que havia sido

presenteado pela mulher, a apresentadora Angélica, uma das mulheres mais desejadas da televisão brasileira. Uma daquelas louras belíssimas da TV. Revoltado, Luciano Huck escreveu um artigo para a *Folha*, em 1º de outubro de 2007, sob o título "Pensamentos quase póstumos":

> Agora, como cidadão paulistano, fico revoltado. Juro que pago todos os meus impostos, uma fortuna. E, como resultado, depois do cafezinho, em vez de balas de caramelo, quase recebo balas de chumbo na testa.

Sobre os assaltantes, Luciano Huck escreveu o seguinte:

> Provavelmente não tiveram infância e educação, muito menos oportunidades. O que não justifica ficar tentando matar as pessoas em plena luz do dia. O lugar deles é na cadeia.

Ao reclamar publicamente de ter sido vítima de um ato de violência, o apresentador se tornou alvo de críticas virulentas. Sobre ele desabou a revolta da intelectualidade, que não se conformava com o fato de que um rico pudesse se considerar "humilhado por um calibre 38" e ainda se desse ao luxo de protestar. Como se a vítima fosse culpada.

Quem já viveu aqueles 30 segundos de terror diante de uma arma, ao ser assaltado ou ameaçado por uma criança drogada, sabe por que Luciano Huck se sentiu tão revoltado. Naquele instante, subjugado, você não pode fazer nada. Depois, ao se livrar, sente uma raiva feroz, que também não resolve nada. Luciano perdeu um relógio de pulso que pode custar o preço de um barraco na periferia. Mas isso não significa que ele não tenha o direito de se revoltar contra o assalto.

Sou contra as críticas que fizeram a ele. Ninguém gosta de encarar um 38. Ninguém deveria ter que passar por isso. Tomara que o apresentador da TV Globo dedique algum tempo da sua vida, poupada pelo assaltante, para pensar a respeito das condições que transformam um menino em ladrão armado.

Se você quiser outro bom exemplo da disseminação da violência no Brasil, posso citar o que aconteceu com Pelé. Edson Arantes do Nascimento, depois de ter seu filho, Edinho, ex-goleiro do Santos, processado por tráfico de drogas, foi assaltado ao chegar na cidade de Santos, no litoral paulista. Vinha da capital. Quando diminuiu a marcha do carro para ultrapassar uma barreira eletrônica de controle de velocidade, foi cercado por um bando de menores. Perdeu o relógio e o celular. Pelé ainda abriu a janela do veículo para ser reconhecido. E disse para um garoto que se aproximava armado:

— Ei, sou eu. O Pelé.

E o assaltante respondeu:

— E daí, meu chapa?!

21

NOS ÚLTIMOS ANOS, A estabilização da economia e os programas de distribuição de renda têm produzido movimentos migratórios inversos. Muitas famílias estão deixando as favelas do Sudeste e retornando às suas regiões de origem, no Nordeste e no Norte. Programas de distribuição de renda, como o Bolsa Família, que beneficiam vários milhões de pessoas, estão na base do fenômeno. Por que viver a vida de sofrimentos na cidade grande, quando dá para sobreviver lá na terrinha? Ainda não há estudos detalhados sobre isso, apesar de que o movimento já é claramente percebido. A manutenção de preços estáveis na cesta básica de alimentos, há mais de dez anos, é outro fator que favorece a volta ao interior.

Esse fluxo de pessoas voltando para o Norte e o Nordeste pode contribuir para desinchar as periferias do Rio e de São Paulo, promovendo uma redução nos níveis de violência. Nos anos do governo de Luís Inácio Lula da Silva, a ampliação das ofertas de

trabalho, assim como a transformação de atividades informais em empregos, já teve um efeito sobre a criminalidade, reduzindo a ocorrência de vários delitos. A crise financeira mundial, no entanto, pôs um freio nesse processo, com o corte de 800 mil empregos no comércio e na indústria durante o final de 2008 e o início de 2009. De todo modo, o estudo da evolução da criminalidade permite prever que, se o processo for completado, com a volta de grandes populações a seus lugares de origem, teremos reduções significativas da violência. Este pode ser um ponto de partida considerável.

Mas as crises, muitas vezes, são exploradas pelos criminosos. Nos Estados Unidos, em 1929, a quebra das bolsas, a falência generalizada de empresas cujo capital estava apoiado na especulação financeira e o desemprego em massa facilitaram o crescimento do crime organizado. Lauren Carter, jornalista e escritora inglesa, autora de *Os gângsteres mais perversos da História*, biógrafa dos 15 mais importantes chefões da Máfia, escreveu:

> Na América dos anos 20 e 30 do século XX, toda uma nação se transformou em celeiro de bandidos e gângsteres homicidas (...) onde atingiram elevados graus de corrupção e influência na vida política e social do país inteiro (...).

Na década seguinte, com o esforço americano voltado para a Segunda Guerra Mundial, gerando vários milhões de empregos e tendo ênfase na indústria pesada e na habitação, o cenário se inverteu. O emprego em larga escala afastou os jovens da atração exercida pelo crime. No mercado de trabalho, as mulheres substituíram os homens, convocados para o serviço militar. A partir

dos anos 1940, os Estados Unidos despontaram como potência mundial emergente. (Na época, o Brasil se tornou credor de americanos e ingleses — acreditem —, por causa das nossas exportações de borracha, açúcar, café, ferro e manganês, matérias-primas destinadas à guerra na Europa.) Os índices de criminalidade, à medida que a força de trabalho se afastava da oferta de dinheiro fácil dos gângsteres, caíram em proporções impressionantes. Nos anos 1950 e 1960, a sociedade americana reagiu ainda mais fortemente contra o crime organizado mas não foi capaz de impedir a transformação das atividades "normais" da Máfia (contrabando de bebidas, jogos, prostituição, corrupção sindical e eleitoral) rumo ao tráfico de entorpecentes, que marcou os anos 1970 e 1980 e deu vida nova à organização.

De todo modo, o exemplo americano nos remete ao problema do crescimento econômico e do desenvolvimento para deter o quadro da violência urbana. As batalhas de pistoleiros deixaram as ruas de Nova York e Chicago e se transformaram num jogo de bastidores, acontecendo longe do grande público. Mais um negócio subterrâneo do que um conflito aberto para todas as pessoas comuns. Se os bandidos quisessem se matar silenciosamente, longe da população, tudo certo. Os índices de criminalidade, portanto, se tornaram mais aceitáveis.

Eliminar o crime, totalmente, é uma utopia. Há tráfico de drogas e contrabando de armas na Suécia e no Canadá, países que atingiram o mais avançado patamar de qualidade de vida. Lá só não tem balas perdidas e batalhas de bandidos contra policiais no meio da rua. Talvez essa deva ser a nossa meta: tirar o confronto das ruas — e

combatê-lo pontualmente, com uma polícia moderna. Evitando que a população sofra as consequências. E evitando, principalmente, a demonização dos pobres.

Não se trata de desejar que a violência institucional ocupe o lugar da violência criminal. Mas é necessário considerar o estado geral das coisas. Não podemos conviver com isso — esta é a verdade. Não podemos pretender um Brasil melhor sem encontrar respostas para a crise da segurança pública. O governo do presidente Lula, engajado com as causas populares, não é capaz de formular uma política de longo prazo para conter a violência. Assistimos ao surgimento de milícias armadas para proteger áreas residenciais, tanto da parte da polícia (informalmente, por interesses econômicos, ou para defender seus próprios conjuntos habitacionais), quanto da parte de simples moradores que não querem seus lares invadidos pelo crime e pela violência.

A *Folha* de 14 de maio de 2007 publicou em manchete de página do caderno Cotidiano que "milícia de classe média policia balneário". Diz o texto da repórter Cíntia Acayaba:

> Munidos de apitos, lanternas, celulares e comprovantes de residência, moradores de Meaípe, bairro nobre de Guarapari [região metropolitana de Vitória, ES], patrulham as ruas todas as madrugadas, da 0 hora às 6 horas. Há cerca de um mês, essa é a rotina de um grupo de vinte moradores, formado por comerciantes, aposentados, estudantes e donas de casa, com idades de 20 a 67 anos. O objetivo da autodenominada "milícia" é garantir a segurança das casas do bairro e chamar a atenção do Estado para o aumento dos furtos no local.

Este é um exemplo no qual o cidadão substitui a autoridade ausente — até por força da Constituição: as leis brasileiras asseguram que qualquer um pode dar voz de prisão em flagrante delito, se não houver nenhum representante público presente. Mas é um caminho tortuoso, que leva à justiça feita com as próprias mãos. Temos conhecimento — especialmente na Bahia — de uma série de linchamentos. Não sei por que especialmente na Bahia. Mas naquele estado há um incontável número de casos em que assaltantes e estupradores são vítimas da população enfurecida, inclusive com a depredação de delegacias policiais e prédios públicos. É uma situação trágica, a partir da qual o país afunda mais na ilegalidade. E ninguém se espanta com isso. Porque é um momento em que o povo — tão relegado — resolve seus problemas por conta própria. A morte de um estuprador de crianças não é tida sequer como um crime. É um ajuste de contas. As leis têm dificuldade para determinar as culpas, já que se trata de um conflito envolvendo uma multidão. Então fica por isso mesmo.

Nosso principal problema é exatamente este: o moderno Estado brasileiro está afastado da vida cotidiana das pessoas. Os problemas mais elementares, como saneamento básico (as crianças brincam na lama com os porcos), educação (não há escola para todos), habitação (há um déficit de 7 milhões de moradias; e quantas são as casas de papelão nas favelas?), saúde (o povo fica nas filas dos hospitais, sem atendimento) e emprego (vemos engenheiros tentando uma vaga como gari). A ausência do aparato público ajuda a constituir um cenário em que a violência e a atração para o crime se tornam quase inevitáveis.

Nas comunidades carentes, o corpo de um cidadão assassinado fica jogado na rua durante até 12 horas, à vista das crianças. Os moradores e a polícia não preservam a cena do crime. Em geral, não há nenhum tipo de investigação. Muitas vezes, o próprio criminoso fica por ali, assistindo a tudo sem ser incomodado, protegido pelo silêncio, primo-irmão do medo. O papel do Estado fica resumido à chegada do rabecão do IML, que remove o corpo sem muitos cuidados.

No livro *As meninas da esquina*, da jornalista Eliane Trindade (Record, 2005), percebe-se que com quantias menores do que 200 reais por mês poderíamos mudar o modo de vida de adolescentes das grandes cidades, que se prostituem e que se envolvem com drogas. Qualquer cidadão das classes médias poderia salvar uma dessas crianças prostituídas. Mas nós não temos esse senso de cidadania ou de nacionalidade. Ou de humanidade. Não dedicaríamos 1% dos nossos rendimentos para oferecer uma vida melhor aos aflitos, até porque já pagamos um absurdo em impostos inúteis. Não se trata de um apelo religioso ou ideológico. Trata-se de compreender onde estamos e quem somos. Vivemos num Brasil ainda assolado pela fome, que atinge cerca de 25% da população, e pela violência, que consome os jovens numa escala poucas vezes vista no mundo. Já perdemos duas gerações para o tráfico de drogas e a violência armada.

Uma pesquisa da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro mostra que as crianças pobres entre 2 e 12 anos de idade finalmente descobriram a identidade do bicho-papão. Trata-se do veículo blindado do Bope, que sobe as favelas precedendo as invasões

militares contra os traficantes. Semelhante aos carros-fortes de transporte de valores, reforçado para conter disparos de armas pesadas e granadas (alguns dizem que pode resistir a mísseis antitanques), o "caveirão", alusão à caveira perfurada por um punhal que é o símbolo do Bope, entra nas favelas usando um dispositivo de alto-falantes que aterroriza as crianças.

Nos desenhos realizados como parte das atividades educacionais, o "caveirão" surge como o pior pesadelo de meninos e meninas. É este o pior símbolo da presença do moderno Estado brasileiro entre o povo pobre do Rio. É um veículo que reflete a desigualdade entre a miséria e a opulência. O "caveirão" já matou muita gente. Por outro lado, é um instrumento eficaz em operações nos locais controlados pelo tráfico, já que dá efetiva proteção para o avanço dos policiais nos territórios administrados pelos criminosos. Mesmo assim, os combates são duríssimos. A cada ano, muitos policiais morrem e dezenas ficam feridos a bala ou por estilhaços de granadas.

Mas quem viu — como eu vi — os desenhos das crianças, sabe que o carro blindado da polícia é como um prego cravado na imaginação dos pequenos. Algo que não vão esquecer, como não haverão de esquecer os corpos caídos na rua das suas infâncias, vítimas de uma guerra que ninguém deseja admitir. Nos últimos anos, as escadarias das favelas estiveram coalhadas de cadáveres, representando tragicamente o cenário do conflito generalizado. O crime, a resistência armada e um apoio indeciso das comunidades vão dando forma à paisagem de uma revolta popular. Apenas reprimir a juventude armada, certamente, não é a melhor saída.

Paula, uma amiga que trabalhou comigo na Band, sofreu dois

sequestros-relâmpagos no mesmo lugar, bairro do Morumbi, zona sul de São Paulo, ao levar sua empregada doméstica para um ponto de ônibus. Ela me contou uma história incrível:

> Um dos assaltantes, que já conhecia da experiência anterior, que ficava brandindo uma pistola na minha cara, me disse: "isso é para você entender que dividir o seu dinheiro com quem precisa é uma coisa boa, Jesus já dizia isso." Outro dos criminosos, que assumiu a direção do carro, também comentou: "Você não tem culpa de ser vítima, nós roubamos para alimentar nossas crianças, às vezes fazemos isso cinco vezes por dia; sou um profissional de indústria, mas estou desempregado há dois anos."

Paula preferiu não dar queixa dos ataques. Bloqueou cheques e cartões de crédito, mas ficou em silêncio. Dispensou a empregada, porque achou coincidência demais ser atacada duas vezes no mesmo lugar. Ilesa, preferiu manter-se quieta.

SEGUNDA PARTE: *O maior negócio da Terra*

"A nossa sede incontrolável
de consumo de drogas ilegais
é o que alimenta o narcotráfico."
(Secretária de Estado do
governo Obama, Hillary Clinton,
ao visitar o México em 2009.)

Um relatório do FBI revela as incríveis proporções da atividade criminosa em escala mundial. É a primeira vez que uma fonte governamental admite, sem retoques, a gravidade do problema. Publicado discretamente no site da polícia federal americana, foi apresentado originalmente para a Comissão Permanente de Combate ao Crime Organizado do Senado dos Estados Unidos. O texto de 58 páginas indica: o crime se move numa megaoperação destinada a controlar o tráfico de drogas e de armas, a comercialização de seres humanos e de órgãos,

corrupção e pirataria de produtos e serviços em todos os continentes.

1

É MAIOR DO QUE os negócios globais do petróleo, que giram em torno de 640 bilhões de dólares por ano. Bem maior do que a indústria automobilística. Companhias aéreas — ou marítimas — nem chegam perto. Mesmo as mineradoras e o comércio de ouro e diamantes ficam longe. Representa algo em torno de 10% do PIB norte-americano, a maior economia do mundo.

Estamos falando de Crime Organizado S/A, sociedade anônima mesmo, um conglomerado de organizações e empresas que administra o negócio de maior liquidez do planeta. A cada ano, a megaoperação movimenta aproximadamente 1,5 trilhão de dólares — ou 3,6 trilhões de reais, muito mais do que todo o PIB brasileiro, já a oitava economia do mundo.

Crime Organizado S/A é um empreendimento moderno, globalizado, diversificado. Atua em todos os continentes, controla políticos, governos, juízes, exércitos. Elege deputados e senadores. Faz

suas próprias leis e as aplica com rapidez impressionante. Também elege presidentes, comanda organizações civis e militares. Financia a fabricação de armamentos, as lavouras de coca, de papoula e maconha, além dos laboratórios de drogas sintéticas. Reina de maneira quase invisível, porém onipresente. Torce a seu bel-prazer as regras internacionais de convivência. Patrocina os narco-Estados, alimenta o terrorismo e promove genocídios, como os ocorridos nos conflitos armados na África pós-1960 ou nas guerras dos Bálcãs, nos anos 1990.

Já fincou suas bandeiras na Ásia: Paquistão, Afeganistão, Timor, Miamar, Indonésia, Laos, Camboja e Vietnã, os maiores produtores mundiais de ópio e heroína; na Europa: Hungria, Polônia, República Tcheca, Rússia, Holanda e Alemanha, onde estão os grandes laboratórios de drogas não vegetais, como o ecstasy e o LSD, e que são, também, os maiores traficantes de armas de guerra e promotores da lavagem de dinheiro; e na América Latina: Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, México e Brasil, onde estão concentradas a produção e a comercialização de cocaína e maconha.

Segundo estudos das Nações Unidas e de outras instituições, governamentais ou não, há cerca de 250 milhões de usuários de drogas no mundo. Equivale à população dos Estados Unidos. O número pode ser muito maior, porque as estatísticas não consideram aquelas pessoas que dão uma cheiradinha ocasional — ou aquelas que só deram uns tapas na adolescência, mera curtição. E ainda não há pesquisas confiáveis sobre as drogas sintéticas. Quantos são os meninos e meninas que curtem uns “docinhos” (ecstasy) nas baladas ao redor dos cinco continentes?

Sem contar a ressurreição do LSD, que animou a festa dos hippies do século passado.

O LSD é uma substância conhecida dos cientistas pelo nome de "dietilamida do ácido lisérgico". Vem da palavra alemã "LysergSaureDiethylamid". Segundo Lennon e McCartney, "Lucy in the Sky with Diamonds". Nos anos 2000, o LSD reapareceu com força total, inclusive no Brasil, onde é uma das drogas mais caras e mais solicitadas entre a juventude rica. Para quem se interessa pelo assunto, o LSD vem de um fungo muito comum no trigo e no centeio, que servem para fazer massas e pães. Trata-se do *Claviceps purpurea*, um bichinho vulgar encontrado fartamente na natureza. O LSD foi sintetizado pela primeira vez em 1938 e, cinco anos mais tarde, o químico suíço Albert Hofmann descobriu acidentalmente os seus efeitos alucinógenos. Segundo consta, o Exército britânico fez experiências para transformar esses efeitos em arma de guerra contra os nazistas. Alguns loucos da época, talvez sob efeito da droga, pretendiam bombardear reservatórios de água potável na Alemanha com LSD. Imagine-se o caos que isso teria provocado.

As drogas sintéticas estão em alta no Brasil. A revista *Veja São Paulo*, em maio de 2005, publicou reportagem de capa sob o título "Noites alucinadas", uma radiografia da invasão das drogas laboratoriais (não vegetais), na vida paulistana. Acompanhe o texto de abertura:

> A reportagem levou apenas 92 segundos para ter acesso ao ecstasy em uma rave em São Paulo. A situação não é muito diferente em boa parte das danceterias paulistanas. Só neste ano [até maio de 2005], foram apreendidos na cidade 10.100 comprimidos da perigosa droga, cujo uso pode causar depressão, distúrbios de pânico e uma série de

outros graves riscos.

Como se sabe que a apreensão de drogas representa apenas 10% do movimento total, podemos imaginar que circularam por São Paulo, nos primeiros cinco meses de 2005, cerca de 100 mil comprimidos de ecstasy. Ou 240 mil em todo o ano. Fazendo uma conta grosseira, teria rendido aos traficantes algo em torno de 1,2 milhão de dólares, ao preço de 10 reais o comprimido. Só em São Paulo. Agora some Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza e o interior de São Paulo, que formam o maior mercado consumidor de drogas. O resultado financeiro seria igual ou superior a 10 milhões de dólares. Estamos falando de um comprimido de 5 x 3 x 2 milímetros. Muitas vezes menor do que um papelote de cocaína. Fácil de guardar e fácil de distribuir.

Além do LSD e do ecstasy, faz sucesso na noite animada das grandes cidades uma nova droga chamada GHB. O Gama-Hidroxi-Butirato foi apreendido pela primeira vez em Brasília, em março de 2003. (Ver caderno "Cidades" do *Correio Braziliense* do dia 23, em artigo assinado por César Henrique Arrais.) É uma substância alucinógena do tipo euforizante, que faz o usuário viver numa alegria só, por um período de duas a quatro horas. Consta que é afrodisíaca, também. Pode ser encontrada em forma líquida inodora e ligeiramente salgada. Misturada com água, fica imperceptível. Nas festas, os garotos colocam algumas gotas do GHB no copo das meninas e elas ficam impossíveis. É uma droga de efeito extremamente rápido e muito perigosa. Causa lesões no cérebro — aliás, todas causam lesões em algum órgão — e podem provocar de

amnésia a paradas cardiovasculares.

A respeito dos efeitos danosos da GHB, o professor Carlos Frederico de Souza Castro publicou artigo na revista eletrônica *Humanitates*, da Universidade Católica de Brasília, com a seguinte advertência:

> Qual o seu efeito? Em pequenas doses, causa uma euforia similar ao álcool, tornando o seu usuário relaxado e sociável. Dosagens maiores podem causar tonturas e náuseas, bem como espasmos musculares, vômitos e inconsciências. Em overdose, pode causar coma temporário, e, quando misturada ao álcool, pode reduzir a frequência respiratória de forma extremamente perigosa, levando até a morte.

A GHB também é encontrada em comprimidos, ao preço de 25 reais cada um. Duas vezes mais cara do que o antibiótico mais caro do mercado, o Tavanik 500, que custa 12 reais o comprimido. Na forma líquida, o GHB pode ser secado no forno de micro-ondas, deixando um resíduo em pó para ser aspirado. Dessa maneira, a nova droga já está substituindo a cocaína.

Só que não para por aí. Outra droga sintética disputa a preferência da garotada: o nome dela é Keila. É conhecida como Super K ou Special K (Keila para os íntimos). A Ketamina, tranquilizante para cavalos, "ultrapassou a cocaína como substância mais procurada entre britânicos, de acordo com especialistas", segundo a *Folha Online* de 15 de janeiro de 2009, edição das 12h50. No Reino Unido, a Special K custa 20 euros o grama, mais ou menos a metade do preço da cocaína pura, dificílima de encontrar, porque sempre chega ao consumidor misturada (uma parte de cocaína e quatro partes de outras substâncias).

No Brasil, a Keila, junto com o LSD, é a droga mais cara. Mas encontra mercado entre os jovens ricos, especialmente porque tem fama de ser uma droga "limpa" e que não vicia. Nada disso. Os especialistas dizem que a Keila é tão poderosa que pode matar. O DrugScope, centro de pesquisas do Departamento de Crimes da Inglaterra, informa que a Keila é terrível, particularmente por ser uma substância injetável, trazendo consigo as mazelas do uso coletivo de seringas, entre elas a Aids. Martin Barnes, diretor-executivo da DrugScope, diz o seguinte:

— É preocupante a evidência de que o consumo de drogas injetáveis está se disseminando mais entre as pessoas. Usuários estão subestimando os riscos envolvidos.

Este cenário, que traz preocupação para os técnicos, está em plena evolução no Brasil. Vai chegar o dia em que os grandes depósitos de maconha, que é colocada para secar ao sol em telhados da favela, e de cocaína, guardada secretamente em lugares bem secos do território controlado pelas gangues, serão substituídos por umas poucas caixas de papelão contendo as drogas sintéticas. Hoje em dia existem aparelhos, vendidos pela internet e pela televisão, ao preço de aproximadamente 300 reais, que retiram o ar de dentro de embalagens plásticas e servem para conservar alimentos. Mas o tráfico usa essas facilidades domésticas para embalar drogas.

Os comprimidos, as drogas sintéticas, são plastificados assim para preservar suas qualidades ao longo do tempo. E qualquer lugar serve para guardar esses "tesouros" do crime, inclusive porque os recipientes são à prova de água. A era das grandes lavouras de coca e papoulas, matérias-primas da cocaína, do ópio e da heroína, está

condenada. Serão pequenos e médios laboratórios farmacêuticos que fornecerão o combustível do vício. Na Europa já existem chicletes com cloridrato de cocaína, que os jovens podem mascar na sala de aula ou no trabalho, sem que ninguém perceba. A maconha, como o tabaco e o álcool, talvez seja a única a sobreviver à globalização. E provavelmente será legalizada. Já prevendo isso, as indústrias do cigarro, de várias partes do mundo, que desapareceram da propaganda de massas, nas rádios e televisões, forçadas por campanhas contra o tabagismo (virou sinônimo de falta de educação), fazem estudos sobre como incorporar a maconha em suas linhas de produção.

Pode ser misturada ao tabaco comum — ou pode gerar um novo ramo farmacêutico, destinado a pessoas com problemas respiratórios, como foi comum na primeira metade do século 20. A *cannabis sativa* tem propriedades vasodilatadoras. E 20% da população mundial têm problemas respiratórios, como bronquites e asma, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS). Com o aumento do monóxido de carbono (CO2) na atmosfera, consequência da queima de combustíveis fósseis, as dificuldades respiratórias aumentam, especialmente entre as crianças. Portanto... Talvez a maconha sobreviva. Tende a se tornar um entorpecente aceito.

O crime organizado cresce a taxas estratosféricas, independentemente das crises cíclicas do capitalismo neoliberal. A grave restrição de crédito que desabou sobre o mundo em setembro de 2008, com quebradeira de bancos, não afetou os negócios ilegais. Estes têm um crescimento superior àquele do despertar do gigante

chinês. Os especialistas estimam em torno de 20% a 25% ao ano. Aliás, o negócio paga só dois impostos: a propina e a fiança. Para cada grama de droga apreendida, 100 quilos passaram, talvez 1 tonelada. A principal política das organizações do crime organizado foi muito bem definida pelo maior traficante da História, o colombiano Pablo Escobar: "*Plata o plomo*." Dinheiro ou chumbo. É assim que vai! Impune, próspero, bilionário, trilionário.

Os estudiosos da violência e da criminalidade mundiais já tinham uma noção do tamanho da encrenca. Mas sempre encontraram, na contramão das pesquisas, a opinião equivocada ou deliberadamente distorcida das fontes governamentais, que em geral só mostram números maquiados ou incompletos. Em *CV-PCC — A irmandade do crime*, cito um pesquisador inglês chamado Peter Lilley, ex-funcionário dos serviços de inteligência da Inglaterra. Especialista em fraudes bancárias e lavagem de dinheiro, atualmente consultor de grandes corporações internacionais, Lilley afirmava em 2004, ano em que publiquei o livro, que o dinheiro ilegal no mundo atingia a cifra espantosa de 1,5 trilhão de dólares ao ano. Com sólidas ligações com o mercado financeiro e de troca de capitais, o inglês era uma fonte confiável. Em seu famoso livro *Lavagem de dinheiro — negócios ilícitos transformados em atividades legais* (Futura, 2000), ele ensinava passo a passo como iniciar uma operação para "esquentar" dinheiro ilegal.

Na publicação, Peter Lilley também afirmava que não é possível movimentar tais quantias de dinheiro sem a participação cúmplice dos bancos. Porque não existe tudo isso em papel-moeda disponível. Assim, só por meio da contabilidade virtual dos bancos se pode movimentar 1,5 trilhão de dólares. A informação é boa, mas faltava a

confirmação de outras fontes. Agora não falta mais: o relatório do FBI descreve este cenário em detalhes, como veremos a seguir.

Outra publicação recente, o livro *McMáfia: crime sem fronteiras*, do jornalista inglês Misha Glenny (Companhia das Letras, 2008), trata minuciosamente da atuação do sistema bancário do Leste Europeu no crime organizado. Especialmente após o fim da União Soviética, quando o aparelho de segurança e os militares das antigas repúblicas-satélites da Rússia assumiram oficialmente as atividades criminosas em larga escala, inclusive a venda clandestina dos arsenais do Pacto de Varsóvia.

O relatório da Força-Tarefa de Combate ao Crime Organizado, do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, é outro documento que lança uma luz fortíssima sobre o cenário. Lido no Capitólio por Robert Mueller III, diretor da organização responsável, o FBI, esse relatório está publicado na internet e demonstra que as organizações criminosas estão operando de maneira solidária em todo o mundo. Transformaram-se numa superestrutura, uma espécie de cartel globalizado, que reproduz a experiência das grandes corporações econômicas legais, que fundem experiências e companhias na busca de uma afirmação multinacional e transcontinental. Unidas, as organizações criminosas dividem capitais, mercados, matérias-primas e mão de obra. Mas empregam métodos violentos e drásticos para resolver suas diferenças, muitas vezes à bala. O sequestro, a tortura e o assassinato fazem parte da rotina. Provavelmente, só nisto é que se diferenciam das corporações legais. Provavelmente.

2

NA SEGUNDA-FEIRA, 21 DE novembro de 2006, encontrei na minha caixa de e-mail uma mensagem enviada por meio de um site de relacionamentos americano (Thirties Singles Club, ou "Clube dos Solteiros de 30"), possivelmente despachada de um cyber café. O texto era quase enigmático:

Take a look at www.fbi.gov + What we investigate + Organized crime.

Best regards

Joe

Traduzindo:

Dê uma olhada em www.fbi.gov

+ O que investigamos

+ Crime organizado.

Abraços,

Joe

Sei muito bem quem é Joe. Há vários anos, ele me ajuda com informações e indicações exclusivas sobre o tráfico internacional de drogas. Não é um agente federal americano, como alguns que já colaboraram oficiosamente com o meu trabalho. É um pai inconformado com a perda do filho de 14 anos, vítima de overdose de heroína misturada com uísque e mais alguns comprimidos. Filho de família republicana da Geórgia, o garoto tinha 1,89 metro de altura, jogava basquete, mantinha os cabelos cortados em estilo militar, tirava boas notas e namorava a menina mais bacana da escola. Um americano e um republicano típicos. Morreu sufocado pelo próprio vômito, caído no estacionamento escuro de um supermercado em Los Angeles, à 1 hora de um sábado.

Estava sozinho e tentava arrombar um Jeep Cherokee bem velho, daqueles que têm a pintura toda queimada de sol. Foi quando teve a crise fatal. O carro estava abandonado. O motorista, embriagado, havia sido preso pela LAPD, a polícia mais agressiva dos Estados Unidos, menos de meia hora antes.

O inquérito policial revelou que o garoto, na companhia de outros sete jovens, meninos e meninas, estava em frente à loja de conveniências de um posto de gasolina do supermercado, onde compraram bebidas e se drogaram. Viram a prisão do dono do Cherokee. E decidiram roubar o carro quando os policiais se afastaram. Pura molecagem. O filho de Joe se ofereceu para fazer uma

ligação direta e roubar o carro, com o qual os adolescentes pretendiam seguir até uma das famosas praias da cidade. Planejavam fazer uma fogueira, continuar bebendo e dormir nas areias de Malibu ou Marina Del Rey, a uns 30 quilômetros de distância. Mas o garoto teve a crise, entrou em convulsão, sofreu uma parada respiratória, sufocado, e depois o coração parou. Morreu com a mão direita agarrada à maçaneta do jipe. E não recebeu nenhum socorro. Seus companheiros desapareceram.

Joe me contou essa história durante um jantar num dos restaurantes do hotel Gran Meliá, em São Paulo. Óbvio: Joe é um nome frio. Vice-presidente de uma grande empresa da área de comunicações, tínhamos interesses comuns em um empreendimento de televisão no Brasil, que, afinal, não se realizou. Nos tornamos amigos e a história da morte do adolescente me tocou bastante. Ao receber o e-mail, mesmo vindo de um endereço tão exótico, reconheci imediatamente a fonte e a importância da informação. Joe dedica todo o seu tempo livre a denunciar o crime organizado que matou seu filho e destruiu toda a sua família.

Evidentemente, não pretendo dar outros indícios que identifiquem o amigo. Mas é necessário esclarecer que ele nunca errou ao indicar uma fonte digna de confiança. Desta vez, a mensagem de apenas cinco linhas me enviava a uma prestação de contas do FBI, que, apesar de pública, não era conhecida no Brasil. (Vale dizer: impressiona que nossas autoridades não tenham o cuidado de verificar rotineiramente essas fontes, como o FBI, o DEA e os serviços de segurança europeus.)

A tese central do relatório do governo americano revelava que o

crime organizado, na onda da globalização, pratica fusões de interesses econômicos e divisão de tarefas. Pratica também a terceirização de serviços. Joe acertou na mosca. Basta ver o que diz a página inicial do documento:

> A cooperação entre os empreendimentos do crime organizado nos anos recentes tem permitido que alcancem grande crescimento de escopo e magnitude em suas atividades ilícitas. Os danos para a sociedade resultantes dessas organizações criminosas e de sua influência sobre sindicatos, instituições políticas, mercado financeiro e a maioria das indústrias são imensuráveis.

Três departamentos da Justiça americana — o Centro para Estratégia e Estudos Internacionais, o Projeto Crime Organizado Global e a Força Tarefa de Crimes Financeiros — trabalharam na análise das informações que resultaram no documento do FBI. A principal conclusão é a de que "o lucro das atividades criminosas atinge 1 trilhão de dólares por ano". Note-se que o FBI preferiu quantificar "o lucro das corporações criminosas". Se fosse considerado o movimento total de dinheiro envolvido, talvez a cifra ultrapasse 1,5 trilhão de dólares. No Brasil, as pessoas que deveriam estudar mais detidamente o assunto sequer têm conhecimento do relatório do FBI, apesar de estar disponível na internet. Depois de ler o material, telefonei para um delegado federal que conheço há algum tempo e perguntei o que ele achava daquilo. A resposta:

— Isso é exagero da imprensa, que se utiliza das ações do crime organizado para vender jornais e ganhar audiência na televisão — disse o policial.

Ele não entendeu que não se tratava de trabalho da mídia, mas de

um documento oficial do governo dos Estados Unidos. A culpa deve ter sido minha. Acho que não expliquei direito.

As forças de segurança brasileiras não têm o menor interesse em se informar sobre o real movimento das organizações criminosas. O foco está em questões menores, geralmente ligadas a pequenas quadrilhas e partes insignificantes do problema. Apenas para exemplificar: quando questionada sobre o controle do tráfico de drogas sobre amplas áreas da cidade do Rio de Janeiro — e sem ter conhecimento do relatório do FBI —, a deputada federal Marina Magessi (PPS-RJ), que foi inspetora da polícia carioca e coordenadora do Núcleo de Inteligência, declarou aos jornais:

— Que poder paralelo, que nada. Eles são um bando de garotos descalços, sem dentes e que não têm mais do que vinte palavras no vocabulário.

Obviamente, a deputada confunde a base da pirâmide do crime organizado com o que vem a ser as suas altas estruturas, de caráter mundial. A declaração da policial está bem de acordo com o pensamento comum das polícias brasileiras, que, pressionadas pelas ocorrências, não conseguem enxergar o tabuleiro. (Para outras opiniões da deputada-policial, ver *Dura na queda*, memórias da autora, Objetiva, 2008). Há um antigo ditado chinês, atribuído a Confúcio (551 a.C-479 a.C) e também ao líder comunista Mao Tse-Tung (citado por Mao no livrete *Sobre a prática — sobre a contradição*, dos anos 1960), que diz: *"Obcecado pela árvore, ele se esqueceu do bosque."* Com a atenção concentrada na árvore — na ocorrência local e rotineira —, nossas autoridades se esquecem do bosque — o contexto nacional e internacional do crime organizado. É por isso

que não temos um entendimento sobre a natureza e a amplitude da síndrome da criminalidade em nosso país. Mais ainda: é por isso que não percebemos que somos peões no tabuleiro de xadrez do crime organizado. E é por isso que não somos capazes de definir políticas de segurança eficazes.

A desinformação é tão impressionante, que deixamos inclusive de acompanhar ações policiais internacionais que afetam o Brasil. O juiz aposentado Walter Maierovitch, ex-secretário Nacional Antidrogas, em artigo publicado nas páginas de opinião da *Folha* (22 de agosto de 2002), afirma o seguinte:

> (...)interessante notar, no particular, ter a agência norte-americana antidrogas (DEA), com base em informações, interceptado com a polícia da Nicarágua um navio de bandeira brasileira transportando 8 toneladas de cocaína pura. No Brasil, não se soube dessa ocorrência.

Não se soube, nem se investigou coisa nenhuma, mesmo envolvendo um navio brasileiro. O juiz Maierovitch, no mesmo artigo, faz uma citação estarrecedora sobre o movimento financeiro do crime organizado, muito mais assustadora do que o próprio relatório do FBI:

> Segundo Alisson Jamieson, especialista escocesa em criminalidade organizada mafiosa, os últimos levantamentos do FMI concluíram que "perto de 1 trilhão de dólares, provenientes de atividades criminosas, circulam diariamente nos mercados financeiros".

Isso — evidentemente — está muito longe de ser ação de "meninos descalços e desdentados".

A violência que assola o Brasil pós-ditadura é — claramente, em

primeiro lugar — o resultado de nossas mazelas sociais. Mas é — também e principalmente — uma consequência do fato de que nos transformamos em palco da atuação dos interesses internacionais do crime em escala global. Não produzimos coca ou papoula, nem cocaína ou heroína. Não fazemos as drogas sintéticas que regam e animam as baladas. Não fabricamos as armas de guerra que estão nas mãos dos traficantes e bandidos em geral. Uma coisa é um "preto e favelado" (como definem as estatísticas) virar bandido. Coisa bem diferente é ele se tornar um "soldado do tráfico", bem armado, treinado e municiado — e com bom salário. O denominador comum entre os dois estágios é a ação das organizações transnacionais do crime. Sem falar, é claro, na incompetência das autoridades e na corrupção desenfreada.

O problema não é só o chefe local do tráfico, que emprega um monte de gente no negócio de portar armas e trabalhar nas tarefas de infraestrutura e distribuição. O verdadeiro problema é o exportador de drogas e armas. Esse cara não mora na favela. Ele fala alemão, inglês, russo, chinês ou espanhol. E o problema maior é aquele outro cara que dá conta do dinheiro, um sujeito que veste paletó Armani, anda de Mercedes e sobre quem não sabemos nada. Esse mora em Nova York, Frankfurt, Miami, Milão, Moscou, Cabul ou Nova Délhi. O nome dele não aparece nos jornais.

O pior cego é aquele que não quer ver.

3

CRIME ORGANIZADO S/A TRABALHA com determinação e com alvos específicos, tendo inclusive criado uma nova "geopolítica". Não se trata mais de dividir o mundo entre o campo democrático e o socialista, como nos quase cinquenta anos da Guerra Fria. Trata-se de dividir o mundo em áreas de acordo com o nível de lucros que cada uma propicia, observando oportunidades ali existentes, que podem resultar de explorar tendências culturais, políticas, religiosas ou militares. Não é mais encarar o mundo como duas partes — é encará-lo como múltiplo, com novas divisões e inúmeras oportunidades. A atividade criminal paira sobre todas as tendências e, portanto, cria mil e uma formas de atividades e organização. Não se preocupa com formatos políticos. Não quer saber se determinado grupo é cristão, judeu, budista ou muçulmano. Trabalha sobre a fraqueza humana de um modo geral. E esta, em termos atuais, se apoia em quatro pontos principais: sobrevivência, dinheiro, desejo de consumo e de

encontrar um lugar ao sol, o ancestral problema de afirmação pessoal e poder.

Um dos importantes detalhes apontados pela análise do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, no relatório sobre crime organizado, é o fato de que o volume de movimentação financeira das organizações criminosas não cabe numa operação informal. Não é coisa de cambistas ou barraqueiros. Como movimentar quantias superiores a 1 trilhão de dólares sem recorrer aos sistemas financeiros e de troca de capitais? O relatório do FBI (www.fbi.gov/hq/cid/orgcrime/ocshome.htm) insinua que o envolvimento dos bancos e instituições financeiras é não só possível como provável. E não só provável — eu acrescentaria — como inevitável. Quando as nossas CPIs investigam os "propinodutos", os "mensalões", há sempre bancos — privados ou estatais — envolvidos na fonte original do dinheiro. No plano internacional, não é diferente. Aliás, não inventamos tais métodos. Eles estão em atuação desde pelo menos 1989. O jeitinho brasileiro não chegaria a tanto poder de elaboração.

O relatório do FBI dedica quatro seções ao estudo da Máfia italiana, suas atividades e o poder atual. Os quatro grupos que compõem a mais antiga organização criminal (Sacra Corona, N'drangheta, sicilianos da Cosa Nostra e napolitanos da Camorra), segundo a polícia federal americana, reúnem 25 mil membros com origem nas "famílias" e 250 mil afiliados em todo o mundo, dos quais 3 mil estão nos Estados Unidos. Todos eles são *capos*, chefes de operações criminosas, gente com cargos de origem, capazes de

recrutar e contratar um número infinitamente maior. Controlam uma organização verticalizada. Abaixo de cada *capo* pode existir um grupo cujo número varia de quatrocentos a mil homens. Fazendo uma conta grosseira, pela média, cerca de 16 milhões de pessoas em todo o mundo, com as mais variadas tarefas, de simples "soldado" a banqueiro. É — talvez — a maior empresa do capitalismo.

Nascido na Sicília em 24 de novembro de 1897, Charles "Lucky" Luciano, cujo nome de batismo era Salvatore Lucania (1897-1962), foi o criador da moderna estrutura da Máfia nos Estados Unidos, que influenciou o modo de operação da organização em todo o mundo. A família de Luciano emigrou para Nova York em 1906, se instalando no East Side, onde morava a maioria dos europeus. O garoto ganhou o apelido de Lucky (Sortudo) porque apostava três vezes por semana em corridas de cavalos e acertava sempre. Em 1915, fundou a Gangue dos Cinco Pontos (*Five Points Gang*), iniciando uma ampla carreira no mundo do crime. Controlava apostas, casas clandestinas de jogos, prostituição e roubo de mercadorias. Com a Lei Seca (1919-1933), entrou para o ramo do contrabando de bebidas e criou uma rede de distribuição nacional e bares ilegais. Já em 1927 estava milionário. Quatro anos depois fundou o Sindicato do Crime, organização que agia em dez estados americanos e no Canadá. Foi instruído por John Torrio, influente mafioso da Sicília, e ficou amigo íntimo de Al Capone. Nessa mesma época, a Máfia criou a Assassinatos Ltda. (Murder Incorporated), grupo armado que praticava as execuções de adversários e devedores. Também chamado de Brownsville Boys, o bando esteve atuante até os anos 1940 e foi responsável por centenas de mortes.

No período, os grupos mafiosos travavam entre si lutas sangrentas, para controlar o negócio de bebidas ilegais e dominar territórios. Lucky Luciano decidiu acabar com a guerra entre as gangues. Usando sua fortuna, contratou um exército de pistoleiros, corrompeu a polícia e o Judiciário. Matou os dois mais importantes líderes da Máfia, Salvatore Maranzano e Giuseppe Masseria, e assumiu o controle das famílias, tornando-se o *capo di tutti capi* (o chefe dos chefes). Foi neste ponto que teve a ideia brilhante de criar um organismo dirigente (A Comissão), com integrantes das cinco principais famílias do submundo: Gambino, Lucchese, Colombo, Bonano e Genovese, esta última do próprio Luciano, que presidiu a comissão. Com essa medida de caráter político, houve um longo período de paz entre os mafiosos. A Cosa Nostra, como ficou conhecida a Máfia americana, passou a cuidar de seus interesses econômicos. *Just Business*.

Segundo o governo americano, considerando unicamente os membros "legítimos", "originais" da Máfia, o faturamento da organização chega hoje a 100 bilhões de dólares. Se considerarmos o mesmo fator de afiliações (vezes 6), o número chegaria a 600 bilhões de dólares. É, sem dúvida, uma das maiores atividades econômicas do mundo. Rupert Murdoch (FOX) ou Ted Turner (TNT, CNN) — os dois empresários que controlam as maiores corporações de mídia da Terra — seriam equiparáveis aos *capos* da Máfia. A fusão da Time-Warner com a American Online (AOL) foi um negócio de 600 bilhões de dólares, valor equivalente ao das operações ilegais da Máfia.

Nos Estados Unidos, além do tráfico de drogas, prostituição, lavagem de dinheiro, jogo e outros crimes, a Máfia se especializou em

controlar sindicatos e federações de trabalhadores. (Aliás, "Sindicato do Crime" não foi um nome gratuito.) Mas por que os bandidos se interessam por entidades de classe? Por causa dos fundos de pensão e outros mecanismos de previdência privada, como seguros de saúde, que na América movimentam uma parte importante da economia.

Um dos maiores sindicatos dos Estados Unidos, o International Brotherhood of Teamsters (Irmandade Internacional dos Caminhoneiros), ou IBT, com ação também no México e no Canadá, é citado pelo FBI. Fundado nos anos 1930, esse sindicato foi liderado pelo lendário Jimmy Hoffa, homem de estreita ligação com a Máfia. Principal agitador do sindicato, Hoffa comandou, em 1931, uma greve de motoristas e bombeiros (os *firefithers* eram empregados de empresas públicas e privadas e associados ao IBT) que entrou para a história do sindicalismo americano. Nos anos 1950, assumiu a presidência do sindicato. Perseguido pelos governos Kennedy e Johnson, em 1964 foi destituído do cargo e preso por ligações com o crime organizado. No dia 23 de dezembro de 1971, o então presidente Richard Nixon comutou a sentença de Hoffa, em troca do compromisso de que ele não se envolveria em questões sindicais por um período de no mínimo dez anos.

Na tarde de 30 de julho de 1975, Jimmy Hoffa foi visto pela última vez no estacionamento do restaurante Machus Red Fox, num subúrbio de Detroit. Estava ali para se encontrar com dois líderes mafiosos, Anthony Giacalone, da organização local, e Tony Provenzano, de Nova Jersey. Por volta de 14h45, Hoffa desceu do carro, foi até o restaurante e telefonou para sua mulher. Disse a ela que os dois contatos não tinham aparecido para o almoço. Depois,

sumiu sem deixar pistas ou testemunhas. Em 1983, a Justiça americana declarou Hoffa oficialmente morto. Mas, em maio de 2006, o agente especial do FBI Terry Booth reabriu o caso porque tinha indícios de onde o sindicalista estava enterrado. Mandou escavar uma propriedade rural em Michigan, usando tratores e escavadeiras mecânicas. Até uma piscina foi removida. Mas o corpo não apareceu. Nos dias de hoje, o Teamsters Union, como também é conhecido o sindicato dos caminhoneiros, é presidido pelo filho único de Hoffa, James P. Hoffa.

De acordo com o documento do FBI, o IBT é importantíssimo na vida americana: "a organização administra um fundo de pensão bilionário." Além disso, os milhões de integrantes do movimento dispõem de seguro residencial, de vida e saúde, cartões de crédito do sindicato e outras coisinhas mais. Trata-se de uma operação absolutamente legal. É o sonho de Dom Corleone se realizando no mundo real. No relatório do FBI pode-se ler:

> Existem aproximadamente 75 mil sindicatos locais nos Estados Unidos e a maior parte deles mantém um ou mais fundos de benefícios. A Irmandade Internacional dos Caminhoneiros, por exemplo, controla mais de mil fundos, com 9 bilhões de dólares de patrimônio.

Na luta pelo controle dos sindicatos, desde os tempos em que Al Capone imperava em Chicago, a Máfia usou de violência física e psicológica. Praticou sequestros, extorsões, comprou e matou muita gente. O homem que criou a comissão das cinco famílias da Cosa Nostra, Charles Lucky Luciano, foi quem teve a ideia de controlar as entidades de trabalhadores. Com a contribuição sindical que recebia

da massa de afiliados, a Máfia financiou o contrabando de bebidas. Em troca, o Sindicato do Crime protegia os sindicalizados e obrigava os patrões a seguidos aumentos do salário de seus empregados. Na mão inversa, vendia aos patrões, principalmente nos setores portuário, automotivo e metalúrgico, uma espécie de "seguro contra greves". Ou seja: os empresários pagavam aos chefões da Máfia para evitar agitação sindical nas empresas — um jogo delicado que os mafiosos administravam pelo convencimento ou pela violência. Muitas vezes, irritados, os empregadores contratavam bandos de fura-greves, armados com porretes e revólveres, que dispersavam piquetes de trabalhadores. Nesses casos — rompido o acordo — a Máfia reagia com todo o seu poder: incendiava fábricas, roubava os produtos, sequestrava diretores de empresas e até assassinava empresários.

Atualmente, a Máfia continua sendo uma potência econômica nos Estados Unidos e na Europa. Controla praticamente todo o tráfico de drogas na América e no Canadá, associada a traficantes dos cartéis colombianos e mexicanos. E continua tendo grande influência sobre entidades de trabalhadores. A alcunha "Sindicato do Crime" continua valendo no século XXI.

Se o crime organizado assumiu esse poder nos Estados Unidos, país onde as leis funcionam, onde banqueiros vão para a cadeia, e onde há mais de 4 milhões de prisioneiros, quase dez vezes mais do que no Brasil, podemos imaginar o que acontece no Terceiro Mundo, naqueles países, como o nosso, em que as instituições públicas são fracas e corruptíveis. A Nova República, a assim chamada democracia pós-ditadura, tem apenas 25 anos de existência. Estamos preparados para resistir à enorme pressão do banditismo mundial? Vamos

continuar achando que o problema da criminalidade organizada se reduz a meninos descalços e desdentados, com menos de 20 palavras no vocabulário? Me engana, que eu gosto!

4

IMPULSIONADO POR DITADURAS MILITARES, temperado pelas guerras étnicas, ambientado num continente miserável, faminto e sem leis, o crime organizado prosperou na África pós-colonização branca. Cresceu como um vento, vindo do interior tribal, e se tornou um tufão. Cresceu tanto que transbordou para fora do continente que abriga 800 milhões de habitantes em 54 nações.

A análise do FBI, apresentada ao Congresso dos Estados Unidos, revela que os nigerianos são os que mais se destacam nos negócios ilegais. Já operam em oitenta países, com foco no tráfico de drogas e nas fraudes financeiras. São também controladores de parte importante do contrabando de armas de guerra para o mundo inteiro, especialmente para a América Latina e a Ásia. O relatório da polícia federal americana explica melhor:

> Os empreendimentos criminosos nigerianos são os mais agressivos e expansionistas entre os grupos do crime organizado e estão principalmente envolvidos com as drogas e

> os crimes financeiros. (...) As fraudes praticadas pelas organizações nigerianas provocam desvios de 1 a 2 bilhões de dólares/ano só nos Estados Unidos.

A situação de miséria na Nigéria, em Gana, na Libéria, na Somália, no Congo, em Ruanda e em outros países africanos cria um cenário propício às guerras tribais e ao crime organizado. É fácil recrutar soldados e mão de obra para atividades ilegais. Na maioria das vezes, militares e bandidos são a mesma coisa. Países trocam de governo várias vezes em períodos inferiores a cinco anos. Os mortos nesses conflitos somam vários milhões de pessoas, especialmente por causa dos massacres genocidas contra civis. As baixas entre exércitos são irrisórias, se comparadas ao morticínio de mulheres, velhos e crianças. Povos inteiros, que habitaram o Continente Negro desde os primórdios da humanidade, simplesmente desapareceram. Pior: a civilização branca ocidental, que dominou a África por quatro séculos, pilhando riquezas e escravizando populações, instalando colônias administradas pela violência e pelo apartheid, agora vira as costas para os destinos do mais antigo território habitado da terra.

O colunista João Pereira Coutinho, da *Folha*, publicou artigo na edição de 13 de janeiro de 2009, em que sublinha com tintas fortes o drama africano:

> (...) uma guerra brutal [no Congo] que ceifou 1 milhão de vidas. E que, já depois do cessar-fogo, continua a matar uma média de 30 mil por mês. Essa guerra mundial africana já fez entre 3 a 6 milhões de mortos. Mas o mundo não quer saber do Congo para nada. Curioso: uma catástrofe sem precedentes está a suceder na África e o mundo está com os olhos postos em Gaza [por causa da invasão israelense do território palestino, na semana do Natal de 2008].

Enquanto escrevo estas páginas, é rompido o armistício entre o governo da República Democrática do Congo (ex-Zaire, ex-Congo Belga), de maioria tutsi, e os rebeldes huntus. Os tutsi, uma tribo negra cujas raízes estão perdidas na pré-história africana, se levantaram contra os colonizadores brancos, belgas, iniciando uma luta de libertação nacional a partir de 1960. Tomaram o poder e transformaram o país numa das mais corruptas e violentas repúblicas da história humana, vivendo numa sequência interminável de golpes de Estado e massacres. Em 1994, 1 milhão de hutus, fugindo da guerra civil em Ruanda, invadiram parte da região leste do Congo. Os hutus tinham grande experiência em combate de guerrilhas e se instalaram no Congo por meio de uma campanha de extermínio e terror contra os tutsi. Sentindo-se abandonada pelo governo central, a maioria tutsi da região ocupada se levantou como exército rebelde em 1996. Um ano depois, esse exército, chamado Aliança Democrática pela Libertação do Congo, ocupou a capital, Kinshasa.

Desde então, nunca mais houve paz no Congo. Vários armistícios, inclusive com supervisão e forças militares da ONU (o Brasil esteve presente em uma dessas missões dos "capacetes azuis"), foram assinados e, em seguida, desrespeitados. O último foi rompido na semana de 20 de outubro de 2008. A Aliança Democrática, chefiada pelo "general" rebelde Laurent Nkunda, atacou, saqueou e incendiou os acampamentos de refugiados na província de Kivu, provocando um êxodo de 50 mil pessoas. No Congo já existem 200 mil desabrigados e não há números oficiais sobre mortos e feridos. Os corpos ficam caídos nas estradas de terra e nas plantações e ninguém os recolhe. Viram alimento para as matilhas de cães domésticos

abandonados que regrediram para um estado selvagem. Essa mesma situação de ferocidade de cães domésticos foi anotada no diário do sargento de infantaria dos Estados Unidos David Bellavia, que deu origem ao livro *De casa em casa em Fallujah*. O militar americano conta que uma matilha de vinte a trinta cães em estado selvagem seguia o seu pelotão na cidade sagrada dos muçulmanos, no Iraque, devorando mortos e feridos.

Por trás da luta fratricida no Congo e em Ruanda, estão fabulosas reservas de petróleo, ferro, manganês, ouro, diamantes e outras pedras preciosas. A riqueza da região central da África atrai dinheiro internacional, especialmente capital chinês, na forma de investimentos legais ou para financiar o contrabando de pedras e o tráfico de drogas e de armas. (Para quem tem interesse sobre o tema, vale a pena ver *Diamante de sangue*, filme do premiado diretor Eduard Zwick, com Leonardo Di Caprio no papel de um contrabandista de diamantes — Warner Bros, 2006.)

No pós-guerra, houve pouquíssimas intervenções humanitárias das Nações Unidas em solo africano, todas fracassadas, incluindo nessa lista a operação militar americana na Somália, que pretendia proteger a distribuição de comida aos flagelados de Mogadíscio, durante o primeiro mandato de Bill Clinton (1993). A resistência de milícias armadas ligadas ao tráfico de drogas, ao contrabando de pedras preciosas e ao crime organizado internacional produziu uma séria derrota para os americanos, com parte de suas tropas fugindo a pé para um estádio de futebol controlado pelo exército paquistanês. Os rangers da 101ª Divisão Aerotransportada (Airborne) perderam 18 homens na operação, além de dois helicópteros Blackhawk, porém

mataram 1.200 somalis. (Para quem se interessa pelo tema, ver *Falcão negro em perigo*, filme do diretor Ridley Scott, Paramount, 2001.) Até hoje a rede terrorista al-Qaeda se vangloria de ter comandado a resistência somali contra os americanos.

Após a retirada americana de Mogadíscio, a Somália, que já não tinha um governo constituído desde 1991, quando houve a derrubada do ditador Siad Barre por um levante popular, se transformou em um narco-Estado. Controlado por 11 gangues distintas, o país africano é agora um entreposto de drogas, armas de guerra e pedras preciosas para a Europa e as Américas. Território livre para criminosos e terroristas de todo o mundo, onde a única lei é a de quem paga mais, a Somália conseguiu a proeza de reviver o tempo dos piratas. Usando lanchas torpedeiras de alta velocidade, armadas com canhões, metralhadoras e foguetes RPG, bandos de somalis assaltam navios de carga, embarcações de pesca e de turismo. Sequestram as tripulações e exigem resgate por elas. Não parecia nada de muito importante aos olhos ocidentais, até que, em setembro de 2008, os piratas somalis abordaram um cargueiro ucraniano abarrotado de armas russas destinadas aos rebeldes do Sudão. Nos porões do enorme navio havia tanques T-72, veículos blindados de transporte de tropas, canhões e lançadores múltiplos de foguetes, além de incontáveis munições e armas leves de infantaria. O incidente abriu uma crise internacional.

As marinhas americana, britânica, italiana, francesa, indiana e chinesa montaram patrulhas no Golfo de Aden, entre a África e o Oriente Médio, para deter a pirataria. Houve pequenos combates, e lanchas piratas foram afundadas. Tudo isso, no entanto, não foi capaz

de impedir que os somalis atacassem o superpetroleiro saudita *Sirius Star*, no final de outubro de 2008. O navio, com 332 metros de comprimento, 25 tripulantes e milhões de barris de petróleo, destinados aos Estados Unidos — carga avaliada em 100 milhões de dólares, foi assaltado em mar aberto. Os piratas obrigaram o petroleiro a ancorar no porto de Harardere, no litoral somali. Pediram resgate de 25 milhões de dólares. Até concluir a fase de pesquisa deste livro, não havia mais do que um impasse neste caso. Mas, enquanto rolavam as negociações sobre o *Sirius Star*, a Marinha indiana perdeu a paciência e abriu fogo de canhões contra os piratas, afundando dois de seus barcos, e os chineses montaram uma armadilha para pegar os bandidos somalis: deixaram um cargueiro como isca e receberam os piratas a bala; lançaram sobre eles bombas incendiárias, fazendo um grande estrago.

No último semestre do governo Bush, o Exército americano criou o Comando Militar Africano, concentrando 5 mil tropas de assalto na base de Camp Lemoniere, em Djbuti, na Etiópia, fronteira com a Somália. Aparentemente, o sucessor de George W. Bush terá que incluir esse problema entre suas prioridades. Quase todos os presidentes americanos eleitos no século XX travaram guerras no estrangeiro. E o negro Barack Obama talvez seja obrigado a travar uma guerra em seu continente de origem. Vale lembrar: o pai de Obama é um economista queniano. Pode começar pela Somália. Ou pelo Sudão, onde o ditador Omar al-Bashir tornou-se o primeiro governante a ter um mandado de prisão expedido pelo Tribunal Penal Internacional (TPI), que o acusa de genocídio e crimes de guerra. Pode também experimentar a Guiné-Bissau: na primeira

semana de março de 2009, um grupo de homens armados atacou com fuzis e granadas a casa do presidente João Bernardo Nino Vieira; herói da luta de independência contra Portugal, "Nino" foi morto e cortado em pedaços com facões.

Nos últimos vinte anos, a fome expulsou grandes contingentes humanos da África, dando origem a colônias numericamente significativas na Índia, no Paquistão e na Tailândia. Muitas dessas colônias se dedicaram ao plantio da papoula — e, em seguida, ao refino do ópio e da heroína. Hoje, de acordo com o FBI, os nigerianos controlam 90% do tráfico de heroína da Ásia Central e do Oriente para a Europa e os Estados Unidos. Ainda segundo a polícia federal dos Estados Unidos, os africanos já são donos de boa parte das rotas de cocaína vinda da América do Sul, através de empresas de fachada, também visando abastecer consumidores europeus, americanos e canadenses. É a vingança do miserável.

No Brasil, os nigerianos são uma presença bem forte nos negócios do tráfico. Estão formando pequenas colônias no Rio, onde ocupam cortiços na Lapa e no Estácio, além de estarem presentes também em várias favelas controladas pelo Comando Vermelho e pelo Terceiro Comando. Considerando a vida em seu país de origem, morar numa favela carioca é a antessala do paraíso. Todos os anos aumenta o número de prisões envolvendo africanos que tentaram embarcar com cocaína para Lisboa, Madri e Cidade do Cabo. Em São Paulo, os nigerianos atuam na área da Cracolândia, centro velho da capital. Estão também na Barra Funda, Brás e Cidade Tiradentes, além de Santos, junto à grande zona portuária do litoral paulista. No Norte,

são vistos em Belém e Manaus, por onde passa a conhecida rota das drogas do Suriname para a Europa. A Polícia Federal suspeita que os traficantes nigerianos estejam envolvidos no fornecimento de armamento militar para as organizações criminosas brasileiras. Não custa lembrar que os "soldados do morro" do Rio recebem treinamento dos "unitas", ex-guerrilheiros de Angola e Moçambique que se refugiaram no Brasil, como já vimos.

Entre janeiro e outubro de 2008, o Departamento de Narcóticos da polícia paulista prendeu 21 estrangeiros nos aeroportos de Guarulhos e Viracopos. Eles tentavam sair do país com 200 quilos de cocaína pura. Usavam cintas elásticas com a droga, fundos falsos de malas e sapatos, cocaína liquefeita e transformada em xampu e sabonetes. Muitos carregavam o pó no estômago, dentro de embalagens feitas com preservativos. As "mulas", como são chamados esses traficantes, podem engolir até setenta dessas embalagens. Basta uma delas se romper, corroída pelos sucos gástricos, para se ter uma morte horrível.

As "mulas" são orientadas a não se alimentar por um período de pelo menos 24 horas e só ingerir água em pequenas quantidades (cerca de 10 mililitros, mais ou menos um dedo de um copo) a cada duas horas. Ao chegar ao local combinado para entregar a droga, na Europa ou África, as "mulas" são levadas para casas seguras, onde ficam de três a cinco dias tomando laxantes e evacuando as embalagens de cocaína. Se alguma coisa der errado, as "mulas" são "operadas" para retirar a droga. Assim, na maioria das vezes, morrem. Esta é a "maravilha" consumida nas baladas e nas festas da elite, carregadas no estômago e extraída dos intestinos africanos.

Por uma questão de oportunismo, os traficantes costumam contratar mulheres de mais de 50 anos para fazer a viagem, carregando drogas no estômago. Elas chamam menos atenção das polícias de aeroportos. Têm passaportes e vistos legais. Para cada preso nesse tipo de contrabando de drogas, cem outros passaram com até 1,5 quilo de cocaína. Além das passagens de avião e hospedagens, as "mulas" recebem 10 mil dólares pelo serviço. Dos 21 estrangeiros presos em 2008 pela polícia paulista, tentando a travessia do Brasil para a Europa ou a África, sete eram nigerianos, de longe o maior contingente. Três eram ingleses e outros dois eram belgas. Entre eles não havia nenhum brasileiro e apenas um boliviano. Dos colombianos, ninguém. (Se você tem interesse em saber como funciona o esquema das "mulas" do tráfico internacional de drogas, é bom assistir ao filme *Maria cheia de graça*, produção colombiano-americana, do diretor Joshua Marston, drama sensível que conta a história de uma operária adolescente recrutada pelo namorado para o tráfico — Imagem Filmes, 2005.)

Ao entardecer da quarta-feira, 5 de fevereiro de 2003, tempo quente em São Paulo, James Okereke, 34 anos, e Benjamin Atu, 37, ambos cidadãos nigerianos com endereço em Lagos, a capital do país africano, bebiam cerveja com pequenas doses de cachaça num bar da famosa Avenida São João, centro da capital paulista, quando foram surpreendidos pela polícia. Estavam vendendo maconha e crack para os frequentadores do bar. Com eles os agentes do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado encontraram também duas pistolas calibre 380 e dois celulares clonados. Foi o fio da meada de uma longa investigação. (Ver reportagem de Renato Lombardi em *O Estado*

de S. Paulo.) No mesmo dia, à noite, policiais da Divisão de Narcóticos prenderam o sul-africano Hardy Henry Richter tentando embarcar de Guarulhos para a Europa com 3,5 quilos de cocaína pura, avaliados em 261.800 reais. (No local de entrega, a cocaína pura poderia ser misturada a outras substâncias, como cloreto de sódio e pó de mármore, aumentando o peso em cinco vezes. O valor final, na ponta do consumidor, poderia chegar a 1,3 milhão de reais.) O trabalho da polícia de São Paulo resultou em inúmeras outras prisões e no descobrimento de uma rede de tráfico envolvendo o que ficou conhecido como a "Máfia nigeriana no Brasil".

O delegado Eduardo Nardi, do Denarc (Departamento Estadual de Investigações sobre narcotráficos), um dos investigadores, declarou ao repórter de *O Estado de S. Paulo* que "os nigerianos, por serem grandes compradores dos cartéis colombianos e bolivianos, têm crédito junto aos barões das drogas e exigem cocaína de alta qualidade". Além do mais, teriam negociado reter uma parte das drogas destinadas à Europa e aos Estados Unidos para serem vendidas aqui. Isto colocou os nigerianos em contato com os homens do Comando Vermelho e do Terceiro Comando, no Rio, e do PCC, em São Paulo. Segundo a polícia, "parte considerável das drogas e armas que chegam aos traficantes" do Rio, São Paulo e Bahia teriam agora, como principal fonte, os nigerianos.

Em março de 2009, a Polícia Federal desmontou a principal conexão da Máfia nigeriana no Brasil. Trinta e duas pessoas foram presas em São Paulo, acusadas de operar a rota da cocaína que passava livremente pelo aeroporto internacional de Guarulhos. Funcionários da Infraero, da Receita Federal, policiais, despachantes,

empregados do sistema de transporte de cargas do aeroporto, utilizando até veículos oficiais da Infraero, colocavam a droga diretamente dentro dos aviões, sem inspeção e sem alfândega. Os nigerianos pagavam 30 mil dólares para cada mala despachada. Na operação Carga Pesada, a Polícia Federal prendeu quatro policiais civis de São Paulo, entre eles um inspetor que havia trabalhado no Denarc.

Já em fevereiro de 2000, o jornalista italiano Diego Marani, assessor do Conselho de Ministros da União Europeia, publicou artigo na revista *Nigrizia*, especializada em assuntos africanos, sob o título "Drogas & conflito na África — A nova geografia do narcotráfico" (ver www.alem-mar.org). O trabalho de Marani é de extrema importância para a compreensão do papel das organizações criminosas africanas no controle do tráfico de cocaína e heroína do Oriente para a Europa — e do Brasil para a Europa e os Estados Unidos. Acompanhe o texto de abertura do artigo:

> Nos anos 1990, os traficantes de drogas da zona subsaariana foram lançando os seus tentáculos em todo o mundo. A África foi-se tornando a placa giratória por onde passam a cocaína e a heroína destinadas à Europa e aos Estados Unidos. Corrupção e lavagem de dinheiro sujo estão a fazer de muitos países africanos autênticos Estados criminosos.

Ao lado das redes nigerianas e ganesas, segundo o autor, aparecem já consolidados grupos de traficantes de Gâmbia, Mali, Tanzânia e África do Sul. Essas organizações, em seus países, são respaldadas por governos, exércitos, políticos e grandes conglomerados empresariais, incluindo capitais multinacionais, o que

demonstra o poder do crime organizado e o grau de implantação social de que dispõe ao tornar-se importante empregador e agressivo jogador econômico. Países como Costa do Marfim, Senegal e Benim viraram encruzilhadas das drogas. Essas informações, quase desconhecidas no Brasil, dão conta do quanto estamos atrasados na compreensão do fenômeno da criminalidade globalizada.

Raymond Kendall, secretário-geral da Interpol, explica (citado por Marani) que "as ligações de crescente conluio entre ambientes criminosos europeus e africanos aumentam de dia para dia, com a utilização dos aeroportos europeus como zonas privilegiadas de trânsito [controladas por africanos] da heroína proveniente do sudeste asiático". Na primeira metade da década de 1990, os aeroportos de Lagos e Kano, na Nigéria, protegidos pelo Exército, foram usados intensamente para o contrabando de heroína proveniente do Paquistão e da Tailândia. Lagos se tornou o mais importante centro de distribuição africana da cocaína vinda do Rio de Janeiro e de São Paulo. Os traficantes africanos criaram estreitos laços comerciais com o Comando Vermelho e o PCC, grandes importadores da droga colombiana e boliviana. Como se vê, nossas organizações criminosas já consolidaram extensas redes internacionais.

Uma nova rede criminosa que despontou em Salvador, Bahia, em 2009, chamada Organização Plataforma Armada (OPA), depois que teve quatro de seus integrantes mortos pela PM estadual, desencadeou uma onda de violência contra a autoridade pública, atacando postos policiais, lançando bombas incendiárias, metralhando prédios públicos e incendiando ônibus. Igualzinho ao

que já fizeram o CV e o PCC. O traficante Édson da Silva Costa, o Edinho, 21 anos, foi citado pela imprensa baiana como um dos líderes do movimento. O jornal *O Correio* e o site *Correio* detalharam a formação do grupo criminoso nas edições impressa e online de 24 de setembro de 2009. Fontes que conheço na PF de Salvador me disseram que a nova organização segue o exemplo do Comando Vermelho. Alguns de seus integrantes, inclusive, "teriam sido filmados em Falcão — *Meninos do tráfico"*, de MV Bill e Celso Athayde. "São todos muito jovens, a maioria adolescentes", me contou um delegado federal, "mas estão bem armados, inclusive com fuzis automáticos AK-47."

Na segunda metade dos anos 1990, outras importantes zonas de trânsito da cocaína exportada pelo Brasil se formaram em Abidjan (Costa do Marfim), Dacar (Senegal), Cotonou (Benim), Niamei (Níger) e Praia (Cabo Verde). Toda essa gigantesca operação era — e ainda é — controlada pelos cartéis das drogas da África do Sul, baseados em Joanesburgo e na Cidade do Cabo. No ano de 1996, a polícia sul-africana, com apoio da Interpol, apreendeu 46,3 toneladas de cocaína e 15,1 toneladas de heroína. Os números dão uma ideia do movimento das drogas nesses países. Muitos autores que tratam deste tema — como eu — desconfiam de informações que partem dos serviços de informação e segurança dos Estados Unidos, porque são fortemente impactadas por interesses políticos. Mas, quando o relatório do FBI afirma que o crime organizado africano é o que mais cresce no mundo, a informação está corretamente respaldada pela realidade.

O continente africano, com seus 800 milhões de habitantes e

incontáveis riquezas naturais, caminha a passos largos para a criminalização e consolidação dos narco-Estados, confirmando a tese de que o crime organizado pretende, em última análise, a tomada do poder. Um especialista em assuntos políticos, Jean-François Bayart, diretor da Fundação Nacional de Ciências Políticas de Paris e autor de *A criminalização do Estado na África* (Bruxelas, 1997), explica o que está acontecendo:

> A narcotização da África Subsaariana é possível e plausível. (...) a consolidação da guerra como modo de organização e fomento da política, e a consequente estreita relação entre movimentos guerrilheiros, cultivo e comercialização de entorpecentes, [além do] decréscimo do papel de intermediários políticos em favor de um maior clientelismo, [cria] ambiente ideal para o desenvolvimento das máfias locais.

O professor francês dá uma definição teórica irretocável sobre a transformação das incipientes democracias, surgidas após o período colonial, em narco-Estados:

> É uma visão neomercantilista do Estado, pela qual o setor público é gerido como domínio privado e o Estado se torna um mecanismo de retribuição de serviços prestados às oligarquias dirigentes. Esta é uma mudança qualitativa que levará à criminalização do Estado na esfera política e econômica.

A colonização portuguesa do Brasil trouxe para cá centenas de milhares de escravos africanos, de várias nacionalidades e etnias, que se estabeleceram na base da economia, da produção de riquezas. Após a abolição (13 de maio de 1888), parte considerável da mão de obra escrava tornou-se cidadãos brasileiros. Poucos voltaram à terra natal. Pelo contrário: parentes africanos vieram para cá em número maior

do que os africanos que preferiram deixar o país e voltar para a África. De certo modo, o Brasil terminou sendo um endereço de referência para os povos do Continente Negro. (Esta alcunha, aliás, meio pejorativa e meio racista, foi dada pelo colonizador branco.) O fato é que nosso país acabou sendo símbolo mundial de convivência pacífica entre as raças, combinando culturas, artes, peles. Nada mais natural que os africanos do mundo moderno acreditem que isto aqui é um pouso amigável. Só que entre eles estão aqueles envolvidos com o problema das guerras, do tráfico e do crime organizado. Em geral, os imigrantes africanos, muitos deles clandestinos, não desembarcam no Brasil rico. Vão parar nas favelas e periferias pobres. Pouquíssimos chegam a uma universidade. Mas, no ambiente do apartheid social e econômico brasileiro, têm habilidades a oferecer. São rapidamente absorvidos pelo tráfico e muitos se tornam instrutores militares dos "soldados do morro".

Nossas descuidadas autoridades deveriam ter criado, há tempos, um Departamento de Assuntos Africanos. Como os americanos fizeram.

5

O MATERIAL DO FBI faz questão de explicar o que a expressão *Vory v Zakone* significa em russo: "ladrões dentro da lei." Durante a Guerra Fria, até o desmantelamento da "ditadura do proletariado" no Leste Europeu e na União Soviética e até a queda do Muro de Berlim, uma máfia de contrabandistas se formou e se desenvolveu para oferecer às burocracias e às elites dominantes da União Soviética os prazeres da vida ocidental. Cigarros, revistas, filmes, comida especial, bebidas, mulheres e rapazes, oportunidades de estudo na Europa e nos Estados Unidos, asilo político, fugas, pedofilia, drogas. Os "ladrões dentro da lei", a incipiente Máfia russa, ofereciam de um tudo e eram tolerados porque suavizavam a vida sob os rígidos padrões soviéticos. Tudo ilegal, porém aceito. Esses grupos de contrabandistas, que envolviam militares e gente dos serviços de segurança e dos governos, acumularam uma riqueza impressionante durante esses mais de trinta anos.

Quando Mikhail Gorbachev iniciou o processo de abertura, quem tinha dinheiro se adiantou na compra de empresas públicas e — principalmente — se candidatou às cartas de operação bancária. Os *Vory v zakone* assumiram a liderança do novo processo econômico em mais de uma dezena de países do bloco soviético. A Máfia russa despontou como fator econômico, quando antes era apenas provedora de privilégios. Há quem afirme que 40% da produção de riquezas das antigas colônias soviéticas estão nas mãos do crime organizado. É o maior celeiro de operações criminosas do mundo, especialmente nos sistemas bancário, financeiro e de troca de capitais.

A Máfia russa acumulou suas riquezas em moedas fortes, principalmente o dólar, o marco alemão e o franco suíço. Operava nas bolsas de Londres e Paris, através de empresas de fachada. Na velha União Soviética, as práticas econômicas, mesmo entre os seus países aliados, eram mais baseadas na troca de produtos e de serviços do que de moedas. Um tipo de escambo, onde gás e petróleo eram muito presentes. Quando, durante a abertura do regime, foi preciso ter dinheiro à vista para comprar as coisas que antes eram públicas, o crime organizado teve enorme vantagem.

Com a queda da União Soviética, centenas de milhares de agentes de segurança, militares e funcionários das indústrias bélicas ficaram desempregados da noite para o dia. Nas ruas de Moscou, São Petersburgo e outras grandes cidades russas, era comum ver soldados mendigando. Num documentário que fiz para o programa *Linha de Frente*, da TV Bandeirantes, sobre a deterioração da estrutura militar russa, utilizei imagens da BBC em que aparecia um soldado pedindo

esmolas sob um cartaz que dizia: “Lutei no Afeganistão e na Chechênia, mas não tenho como alimentar a minha família.” O mesmo estado de indigência, que também provocou prostituição acelerada e incremento nos negócios da droga, atingiu milhares de agentes das forças de repressão do antigo regime. Nesses países do Leste, o comunismo falecia, mas o novo sistema ainda era amorfo e patinava para se adaptar a um futuro capitalismo sem definições. O resultado foi o vácuo político, a falência das instituições e das leis. No início dos anos 1990, ninguém sabia o que fazer com os destroços da herança soviética. O crime organizado se aproveitou.

Diz o relatório do FBI:

> Com o colapso da União Soviética, em 1991, os membros [da Vory V Zakone] se aliaram a autoridades públicas corruptas e começaram a adquirir indústrias e fontes econômicas que estavam sendo privatizadas. Isto não apenas representou uma injeção de riquezas, mas supriu a infraestrutura [do crime] e permitiu fluxo de caixa para novas oportunidades, além de “lavar” os procedimentos criminosos. Em 1993, quando Boris Yeltsin surgiu como o primeiro presidente eleito da Federação Russa, declarou que “o crime organizado se tornou o maior desafio para os interesses estratégicos da segurança nacional” russa.

O professor de sociologia Jean Ziegler, da Universidade de Genebra, Suíça, também professor emérito da Sorbonne, de Paris, é um dos mais importantes observadores do cenário do crime organizado global. Consultor da ONU, articulista do *Le Monde Diplomatique*, publicou dois livros cuja leitura é fundamental para entender o processo de expansão da atividade criminal em escala mundial: *A Suíça lava mais branco* (Inquérito, Lisboa, 1976) e Os *senhores do crime — As novas máfias contra a democracia* (Record,

1998). Neste último trabalho, Ziegler dá uma notável descrição do que aconteceu após o fim da União Soviética:

> Em agosto de 1991, a União Soviética desagregou-se. A formidável vitalidade dos bandos mafiosos explode. Eles estão em toda parte, controlando em grande medida a transformação da economia de comando em economia de mercado. E sobretudo fazem frente ao Ocidente. O capitalismo mais selvagem abate-se sobre a Rússia e as repúblicas nascidas das ruínas da URSS. O cidadão comum sente-se agredido. Ele está angustiado, desorientado, totalmente inseguro e, acima de tudo, sofre em cheio as consequências da miséria econômica e social que se seguiu ao desmoronamento das antigas instituições.
>
> Nesta situação, os senhores do crime formam uma espécie de guarda de ferro, uma vanguarda, a única capaz de fazer frente à agressão dos capitalistas ocidentais. Todos os referenciais morais foram lançados por terra. Num terrível estridor, o Estado totalitário arrastou em sua queda e enterrou sob seus escombros todos os antigos valores, comportamentos, instituições e certezas. Um niilismo frio, desesperado, invade os corações. Mas resta ainda esta evidência: os únicos adversários dignos de nota dos predadores estrangeiros são os senhores russos do crime. (...) Um banqueiro ocidental assassinado em Moscou equivale à recuperação de uma parcela da dignidade russa.

O texto de Ziegler, trecho de *Os senhores do crime*, é de uma clareza impressionante. É como um metro para a partir do qual medir toda a dimensão do desastre da antiga União Soviética. Mas ele não está sozinho na interpretação do fenômeno. Yuri Afanassiev, doutor da Universidade de Genebra, é um dos principais sociólogos e historiadores russos da atualidade e autor de teses sobre o fim do Estado totalitário, a ditadura do proletariado soviética, transformada em "ditadura do crime organizado". Acompanhe:

> Sob Brejnev [Leonid Brejnev, sucessor de Nikita Kruschov na liderança soviética, nasceu em 1906 e esteve no poder de 1964 a 1982, quando morreu], mostra-se a sutil progressão da aceitação dos cartéis mafiosos pelo público: eles prestam serviços através do mercado

> negro; permitem que os dirigentes do Estado (...) superem os impasses do abastecimento. Vêm então a Perestroika [a abertura de Gorbachev] e a agressão capitalista externa. Os senhores mafiosos resistem, opondo à esmagadora superioridade do agressor o seu estilo em matéria de corrupção e violência e contendo o seu avanço. Resultado: tornam-se para muitos russos uma espécie de refúgio da dignidade nacional.

É curioso notar como a Máfia russa desempenhou um papel social semelhante ao que tiveram nossas organizações criminosas no seio da comunidade pobre, inclusive num tempo histórico muito aproximado. Aqui, o crime organizado, especialmente aquele ligado ao tráfico de drogas, ocupou o espaço vazio deixado pelo Estado ausente. Nas favelas e periferias deste Brasil afora, os chefes das quadrilhas viraram prefeitos, juízes, membros da polícia e grandes empregadores. Do outro lado do mundo, na velha Rússia, os mafiosos viraram símbolos nacionais de resistência contra a invasão capitalista. Com a ruína soviética, os chefes mafiosos se tornaram celebridades, com atuação decisiva no fornecimento de gêneros de primeira necessidade. Foram eleitos para a Duma (o Parlamento Russo) e ocuparam os principais postos na indústria, no sistema bancário e nos serviços. Tornaram-se a maior força econômica no país, provendo a maior parte dos empregos privados, na medida em que tomaram para si enormes segmentos antes controlados pelo Estado. O mundo do crime, na Rússia e nos países do Leste Europeu, atraiu também as melhores mentes e as promessas intelectuais, recrutando jovens brilhantes das universidades de administração, economia, ciências políticas e relações internacionais.

Vamos ver mais um trecho de Yuri Afanassiev, de *Os senhores do crime*:

> A vida social e política é ocupada por uma nova geração, de consciência completamente retificada; seu Deus é o dólar; seu credo, o gozo imediato de todas as formas de prazer possíveis. Além disso, ela é inteligente e dona de uma vitalidade devastadora, de uma sede de conquista sem limite. E frequentemente é também formada nas melhores escolas de administração. Atualmente os senhores do crime recrutam em seu meio os quadros mais brilhantes.

A escritora russa Marina Rumiantseva, em artigo publicado pela revista alemã *Die Weltwoche* (Zurique, 16 de novembro de 1995), assim definia a Rússia pós-soviética: "A Rússia atual não passa de um gigantesco cassino. Ninguém produz, todo mundo especula." Um relatório da Interpol de 1997 afirma que a Máfia russa, só em Moscou, possuía 152 cassinos, o dobro de Las Vegas no mesmo ano. O desequilíbrio político e institucional do período provocou a maior onda de corrupção de que se tem notícia no mundo do pós-guerra. Talvez a maior da História. Foi tão grave, que militares de alta patente, incluindo generais do Exército Vermelho e almirantes da Marinha soviética, além de seus congêneres no Leste Europeu, começaram a vender no mercado clandestino os arsenais do Pacto de Varsóvia. Quem pensa que isso é fruto da imaginação de algum burocrata americano, está muito enganado. A deterioração dos mecanismos de manutenção e segurança do armamento soviético, inclusive nuclear, somada à quebra da disciplina nas Forças Armadas desses países, se tornou uma ameaça para todos os povos da Terra.

Na virada de 1942 para 1943, quando o Exército Vermelho cercou o VI exército alemão em Stalingrado, comandado pelo marechal de campo Von Paulus, o mais brilhante oficial nazista, o destino de

Hitler e do Terceiro Reich estava selado. A batalha de Stalingrado resultou em 1,5 milhão de baixas. Como disseram os jornais da época, "os rios, os lagos e as planícies ficaram vermelhas de sangue". Este foi o maior e o mais sangrento confronto entre exércitos da modernidade. (Para o leitor interessado, ver *Stalingrado — o cerco fatal*, do historiador britânico Antony Beevor, Record, 2003.) Com o esmagamento das forças alemãs, que invadiram a Rússia durante a operação Barbarossa, no verão de 1941, milhões de russos desceram pelos países do Leste Europeu até ocuparem Berlim, em 1945. (Para detalhes, ver *Berlim 1945 — a queda*, do mesmo Antony Beevor, Record, 2004.) Entre 1945 e 1989, quando caiu o Muro de Berlim, e 1991, quando desabou a União Soviética, 4 milhões de soldados e agentes de segurança russos permaneciam nos países ocupados, particularmente na Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Iugoslávia, Alemanha Oriental e outros. Com o fim da União Soviética, desses 4 milhões de homens, soldados profissionais do Estado russo, só 500 mil continuaram empregados. O restante, 3,5 milhões, teve que se virar, procurar emprego na atividade privada. Gente do KGB, o Diretório de Segurança do Estado, a polícia política; gente do GRU, o grupo interno de segurança das Forças Armadas e da contrainformação. Ou seja: mão de obra qualificada nas atividades clandestinas de Estado, que de repente estava na rua da amargura. Para todas essas pessoas, a Máfia russa se tornou a principal opção de trabalho e fonte de boa renda.

Os avanços do crime organizado sobre a vida na Rússia provocaram danos inacreditáveis, inclusive com o aliciamento de militares de alta patente em todo o antigo bloco soviético. Um

general russo, sob o regime soviético, e conforme a sua importância, morava de graça, dispunha de casas de veraneio (as dachas), tinha educação gratuita para toda a família e alimentação baseada em cupões fornecidos pelo Estado. O governo também pagava todas as despesas de saúde. De salário, em papel-moeda, ganhava cerca de 1.500 dólares em rublos. Com a queda do regime, entraram em desespero. Boa parte deles aderiu ao esquema criminal que se estabelecia, especialmente no contrabando de armas de guerra. Fuzis AK-47 e lançadores de granadas RPG (*Rocket Propulsed Granade*) chegaram aos milhares na África, no Oriente Médio e na Ásia. O AK-47, calibre 7.62, se tornou a arma mais difundida no mundo. Com carregadores de 30, 45 e até 150 disparos (em tambores circulares), foi também vendido clandestinamente para a América Latina, onde abasteceu as FARCs, o M-19, o Sendero Luminoso e os traficantes brasileiros. Os pesados tanques T-34, sucatas da Segunda Guerra mas ainda operantes, estocados aos milhares nas bases russas, com canhões de 120 milímetros, metralhadoras calibre 50 e blindagem reforçada, desembarcaram em massa nas guerras africanas.

Só para se ter uma ideia, durante os anos 1941/1945 da Segunda Guerra, a engenharia militar russa produziu duas armas extraordinárias: o tanque T-34, cuja blindagem podia receber um tiro de canhão em linha reta de um blindado alemão Panzer Tiger, sem sofrer um arranhão; e o caça-bombardeiro IL-22 (Ilyushin 22), avião armado com foguetes, dois canhões e metralhadoras, que podia voar a apenas 6 metros do solo, com força total de motores, e atingir alvos com precisão. A bravura dos pilotos do T-34 e do IL-22, por terem tido que operar em condições climáticas inacreditáveis, produziu

enorme estrago sobre as forças alemãs. Os soldados do Exército Vermelho, atacando os nazistas em campo aberto, morrendo às centenas de milhares, terminaram por quebrar o moral dos invasores. A derrota do Terceiro Reich na Rússia determinou o rumo dos anos seguintes da Segunda Guerra. Para os militares alemães, servir na Frente Oriental, na Rússia, virou punição.

A Alemanha nazista invadiu a Rússia no início do verão de 1941, ao amanhecer do dia 22 de junho, com 4 milhões de soldados, 120 mil peças de artilharia, 10 mil blindados e 8 mil aviões, além de 400 mil cavalos e mulas. Foi o maior exército reunido em toda a história da humanidade. Perto disso, Júlio César, Anibal e Napoleão seriam fichinhas. Nenhum deles dispôs de mais do que 300 mil homens. Xerxes (485-465 a.C.), o rei persa que invadiu a Grécia, famoso pelas batalhas de Salamina e das Termópilas, quando derrotou Leônidas, havia reunido o maior exército e a maior força naval da antiguidade: 800 mil homens e 5 mil embarcações. Nada parecido com a invasão da Rússia por Adolf Hitler.

Para empurrar de volta à Europa os nazistas, o líder soviético Joseph Stalin incitou 20 milhões de cidadãos russos (cerca de 14% da população), dos quais só 7 milhões possuíam armas de fogo. Do total, 9 milhões de soldados russos morreram. Era uma força muito confusa, com duplo comando (um político-ideológico, representado pelos comissários do povo comunistas, e outro propriamente militar, representado por oficiais de carreira, muitos do tempo do último czar russo, Nicolau II, assassinado pelos revolucionários bolcheviques em 17 de julho de 1918), sofrendo dificuldades de abastecimento e comunicações. A tropa, na verdade uma população em movimento,

motivada pela recuperação de suas terras, estava sempre faminta e quase sem munição. O tanque T-34 e o avião IL-22 foram as estrelas do show. Os russos fizeram o dever de casa com as lições da Primeira Guerra Mundial, quando as inovações tecnológicas (o submarino, a metralhadora, os blindados, os aviões e as armas químicas) mudaram o rumo dos acontecimentos. Os engenheiros militares soviéticos também desenvolveram as armas de infantaria mais eficientes do conflito, como os fuzis semiautomáticos e as metralhadoras portáteis de tambores giratórios, que disparavam 65 tiros por minuto. Curiosamente, não há muitas informações sobre o uso de artefatos químicos ou biológicos, talvez porque os russos estavam protegidos pelo "general inverno".

Os pilotos soviéticos viraram heróis nacionais. Seus feitos, abatendo aviões alemães e destruindo tanques, eram manchetes dos jornais russos e personagens dos programas de rádio, que descreviam suas vidas como novelas. Entre eles se destaca uma mulher, a tenente Liliana Litvak, loura, esguia, bonita, de apenas 20 anos, conhecida como "a rosa de Stalingrado", porque pintava em seu avião uma rosa branca para cada alemão abatido. E foram doze. O Estado-Maior de Hitler chegou a emitir uma ordem para que ela fosse destruída de qualquer maneira, a bordo do seu Yak 9, um caça ligeiro. E isso de fato aconteceu em 1º de agosto de 1943. Lily, como era conhecida por seus companheiros, desapareceu, nunca voltou à base. Integrava o 586º Regimento Feminino de Caça. Seu corpo e os restos do seu avião nunca foram encontrados. (Para detalhes, ver *Rosa de Stalingrado*, Record, 2009).

É bom lembrar que este "general inverno", o mesmo que derrotou

Napoleão, também teve importância destacada na guerra. As temperaturas no inverno russo de 1941-1942 caíram entre -30º e -48ºC. O combustível congelava nos tanques e caminhões nazistas. Os soldados alemães deitavam para dormir e não acordavam mais. Se alguém encostasse em uma peça de metal, ficaria com a mão presa nela. Puxando, arrancaria a pele. Cavalos e mulas foram empregados para puxar as máquinas de guerra alemãs. Depois, foi preciso comer os animais. Dos 4 milhões de soldados nazistas, 149 mil foram feitos prisioneiros. Dez anos após o fim da guerra, só 14 mil estavam vivos e foram libertados. Nunca se registrou um desastre militar de tais proporções. Mas os soviéticos pagaram um preço altíssimo pela vitória: dos 42 milhões de mortos na Segunda Guerra, 22 milhões eram russos, fora os 6 milhões de judeus sacrificados no holocausto. Os demais 14 milhões têm inúmeras nacionalidades, incluindo nossos homens da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que combateram e morreram nas montanhas italianas.

A desintegração do regime soviético produziu perigos inimagináveis. Com a adesão em massa de funcionários públicos e militares ao crime organizado, parte dos chamados arsenais sensíveis da Rússia e de seus aliados simplesmente desapareceu ou ficou fora de controle das autoridades de Moscou. Em primeiro lugar, alguns dos países satélites da União Soviética, como a Geórgia, a Ucrânia e outros, se recusaram a devolver mísseis com ogivas atômicas múltiplas, com poder de até 360 megatons, equivalente a 36 milhões de toneladas de dinamite. Não se sabe exatamente o número de armas com tal poder de destruição que escaparam ao controle dos

russos. Alguns autores citam mais de 5 mil, de vários tamanhos e diferentes tipos de emprego militar. Muitos seriam mísseis balísticos intercontinentais (ICBMs), capazes de atingir a Europa ou as Américas em meia hora de voo. A maioria, no entanto, seriam armas nucleares táticas, de médio alcance, a serem empregadas contra concentrações de blindados e infantaria. Ou para destruir usinas de energia e reservatórios de água e outras instalações básicas em tempo de guerra. Tudo isso sumiu. O último Tratado Salt (sigla inglesa para Tratado de Redução de Armas Estratégicas), assinado em 1997 por Rússia, Estados Unidos e outros países que dominam a tecnologia do átomo, indicava que o Pacto de Varsóvia possuía 20 mil ogivas nucleares e centenas de milhares de foguetes, dos quais centenas de alcance intercontinental. Os países aliados da Otan (o Tratado das Organizações do Atlântico Norte), a principal força militar ocidental, possuía um número igual ou até maior de armas atômicas. Tudo isso junto poderia destruir o planeta Terra dez vezes seguidas. Poderia inclusive provocar uma alteração no eixo gravitacional, levando à colisão da Terra com planetas vizinhos. Tal foi a sandice humana durante a Guerra Fria.

Além desses foguetes nucleares, cientistas e militares russos também fabricaram pequenas bombas atômicas, de 1 megaton, semelhantes à de Hiroshima, para "semear o caos na retaguarda do inimigo", no caso de uma guerra total contra o Ocidente. As bombas foram produzidas no final dos anos 1970, início dos anos 1980. Ao todo, foram 132, acondicionadas em malas comuns de viagem pesando pouco mais de 30 quilos cada uma. No interior da mala havia um cilindro de plutônio, cercado por explosivos plásticos convencionais e um detonador de tempo. A detonação podia ser

regulada para algumas horas ou alguns dias, o que daria espaço suficiente para os terroristas fugirem da área de choque da explosão ou mesmo do país. O explosivo plástico, quando acionado, produz uma pressão irresistível sobre o cilindro de plutônio, que se rompe. A reação nuclear ocorre em seguida.

O líder soviético Yuri Vladimirovich Andropov, secretário-geral do PCUS entre 12 de novembro de 1982 e 9 de fevereiro de 1984, quando morreu de causas naturais, autorizou a distribuição das malas-bomba para dezenas de grandes capitais e cidades estratégicas do Ocidente. Essas armas secretas foram remetidas por meio do correio diplomático. Com base em acordos internacionais, correspondência e malotes de governos não sofrem revista da polícia ou das alfândegas. Não se sabe exatamente quantas dessas 132 bombas atômicas foram despachadas para o exterior, mas os especialistas em assuntos militares acreditam que a maioria delas permaneceu em bases na própria Rússia.

As malas-bomba foram um segredo de Estado que permaneceu oculto até 1992, quando o assessor de assuntos científicos do ex-presidente Boris Yeltsin, o físico Alexei Yablokov, denunciou a trama terrorista para a imprensa mundial, inclusive gravando entrevista para o Channel Four, produtora inglesa de documentários para a televisão: "As maletas realmente existem. Conversei com as pessoas que as fabricaram. Eu vi as bombas", garantiu o físico. No dia 6 de fevereiro de 2000, publiquei uma extensa reportagem sobre o assunto no caderno Domingo do *Jornal da Tarde*, páginas 19 e 20, em que descrevi em detalhes "O caso das bombas desaparecidas". Como o grupo *O Estado de S. Paulo* possui um dos melhores e mais

organizados arquivos do país, o leitor em busca de aprofundamento não terá dificuldade em obter outros dados sobre o tema.

O ex-presidente russo Boris Yeltsin, assustado com o caso das bombas desaparecidas, convocou uma comissão de alto nível para investigar o assunto. O líder do grupo de investigadores era o próprio presidente do Conselho de Segurança Nacional da Rússia, o general Alexander Lebed. Meses depois, Lebed confessou o fracasso das autoridades russas em recuperar todas as bombas. Em 1997, participou de um seminário sobre desarmamento no Congresso dos Estados Unidos. Lebed declarou que, das 132 bombas nucleares deste tipo produzidas no governo Yuri Andropov, recuperara apenas 84. Ao voltar para a Rússia, foi sumariamente demitido. O general Alexander Lebed, agora um homem de idade avançada e sem patente, vive em Krasnoyarsk, região remota da Sibéria. Deve ter pesadelos frequentes, perguntando-se onde foram parar as 48 bombas atômicas que não conseguiu recuperar. Estarão na Líbia, ou na Síria? Com os insurgentes do Hamas, ou do Hezbollah? Ou com o pior de todos, Osama bin Laden? Estima-se, no mercado negro das armas de guerra, que uma maleta como essa valeria 25 milhões de dólares durante os anos 1980. Após o 11 de Setembro, valeria provavelmente 75 milhões.

Por que esse caso das malas-bomba tem importância para este trabalho? Por uma razão muito simples: o governo Yeltsin mandou recolher todos os 132 artefatos nucleares — e não conseguiu. Quarenta e oito bombas atômicas de 1 megaton que continuam desaparecidas até os dias de hoje, muitas, certamente, caíram em mãos de pessoas ligadas ao mercado ilegal de armas e ao crime

organizado em escala global. Do ponto de vista da estratégia militar nos últimos anos da Guerra Fria, 132 bombas atômicas explodindo em capitais europeias e americanas poderiam desequilibrar um conflito a favor do Pacto de Varsóvia. Hoje — em tempos da "guerra global ao terrorismo" decretada pelo presidente George W. Bush —, duas ou três explosões desse tipo semeariam o caos no mundo. Os atentados da al Qaeda nos Estados Unidos, em 2001, provocaram em torno de três mil vítimas fatais, cerca de seiscentas a mais do que o ataque japonês a Pearl Harbor, que jogou mais de 2 milhões de cidadãos americanos armados e furiosos contra o Japão. Uma dessas malas-bomba, explodindo em Nova York, Boston, Chicago ou Washington, provocaria pelo menos 100 mil mortos, só com o choque da reação nuclear, a considerar o exemplo de Hiroshima. A radiação, a médio e longo prazos, poderia matar três vezes mais.

Pode parecer que até aqui já temos o suficiente em matéria de terror e ameaças. Ledo engano. As questões relacionadas com a dissolução dos Estados e com o avanço do crime em escala industrial são ainda mais avassaladoras. Vou contar um caso que parece ter saído da mente de um autor de ficção científica, mas que é pura realidade.

Em 6 de fevereiro de 2000, quando eu era diretor-executivo de jornalismo da TV Bandeirantes, exibi um documentário sobre um incidente que quase provocou uma nova guerra mundial. Baseado em um especial do Channel Four inglês, que adaptei e produzi, o programa revelava uma falha no sistema de defesa russo, ocorrida anos antes. Por engano, a estação de lançamento de mísseis nucleares da província de Kola, no norte da Rússia, identificou um ataque de

foguetes contra o país. Foi uma falha nos equipamentos. O roteiro que escrevi para o documentário foi reproduzido, no mesmo dia, pelo *Jornal da Tarde* (caderno Domingo, páginas 10 e 20, com brilhante edição do jornalista Pedro Autran, que, apesar da complexidade do tema, respeitou cada uma das minhas palavras). Acompanhe todo o drama:

> O dia ainda não clareou completamente na península de Kola, norte da Rússia, mas já passa das 9 horas. O inverno, congelante, transforma a região em um imenso lençol branco onde tudo desaparece. A visibilidade é mínima e o sol da manhã mal consegue transpor o nevoeiro. A temperatura gira em torno de -35ºC. Quem olhar para este lugar de uma certa distância verá se erguer da neve uma estranha construção de concreto reforçado, com uma cúpula cheia de antenas, agressivas como espetos, e parabólicas para transmitir sinais via satélite. A estação de radar de Kola é uma das mais importantes do sistema russo de defesa. Cobre o espaço aéreo ao sul e ao sudoeste do país. É uma das chaves para a defesa de Moscou. O dia é 25 de janeiro de 1995.
>
> (...)
>
> Exatamente às 9h24 minutos daquela manhã, soa um discreto alarme em uma das telas de radar. O operador não consegue evitar um sobressalto e quase grita: "Atenção!" Um ponto de luz movimenta-se rapidamente no monitor esverdeado do aparelho. O espaço aéreo da Rússia está sendo invadido.
>
> Em segundos, o ponto inicial é detectado e as coordenadas estabelecidas. O local preciso está em 71/50 norte — 4-26 leste. Ou seja: no meio do mar da Noruega. A velocidade do objeto que se aproxima no rumo sul é estabelecida em mais de 1.500 quilômetros por hora. É um míssil, saiu do mar, provavelmente disparado por um submarino. O capitão encarregado da estação de radar ordena prontidão de combate e aciona o comando da Força Estratégica de Foguetes, no edifício do estado-maior do Exército, em Moscou. De lá vem a informação de que há submarinos americanos da classe Trident no mar da Noruega. Moscou pode ser atingida em dez minutos.
>
> Três minutos depois do alarme, o ministro da Defesa Pavel Grachov é informado de

que há uma emergência. O oficial de gabinete traz para ele uma maleta executiva e os códigos de lançamento dos foguetes nucleares russos. A chave que abre a maleta está o tempo todo pendurada por um cordão no pescoço do ministro. Ele abre a gravata e o colarinho, tira a chave e destranca a maleta. Pavel Grachov não acredita no que está acontecendo e pergunta ao auxiliar:

— O sistema da maleta foi ativado, é algum tipo de treinamento? Tem alguma coisa agendada? É melhor que haja uma boa razão para isso...

Dentro da maleta há um teclado de computador, um aparelho que identifica impressões digitais e um telefone. O ministro tecla a senha de entrada no sistema de defesa e pega o telefone. Do outro lado da linha está o comandante da Força de Foguetes:

— Senhor, o espaço aéreo foi invadido por um objeto que voa a mais de 1.500 quilômetros por hora.

Antes que o ministro tenha tempo de dizer algo, chega uma nova e dramática informação. O objeto não identificado divide-se em várias partes — e esta é a principal característica dos mísseis Trident americanos, que podem carregar oito ou dez ogivas nucleares destinadas a alvos diferentes.

Diante da situação alarmante, Pavel Grachov digita o código secreto que libera o arsenal russo para a guerra. Ao fazer isto, duas outras maletas como aquela são imediatamente ativadas: a primeira está na antessala do presidente Boris Yeltsin, no Kremlin; a segunda está com o general Alexander Lebed, que preside o Conselho de Segurança Nacional. A ordem de liberar os foguetes e as bombas atômicas, virtualmente colocando o país em guerra, tem de ser confirmada por Yeltsin e Lebed, através de senhas que só eles conhecem. E isto só será feito no último minuto antes do impacto.

Às 9h28, todo o esquema de retaliação nuclear russo está pronto para disparar. Este é o limiar da Terceira Guerra Mundial. Mas o ponto de luz que indica o míssil americano desaparece misteriosamente do radar da estação de Kola. As ordens são revogadas e os computadores das bases de lançamento de mísseis retrocedem do modo de combate para o modo de observação. O dia 25 de janeiro de 1995 entra para a História como o dia do "incidente de Kola", a mais grave tensão nuclear desde a crise dos mísseis em Cuba, em 1962.

E tudo não passou de um grande engano. Uma má interpretação de informações na sala de radares. Na verdade, um inofensivo foguete de pesquisas meteorológicas

norueguês foi lançado para estudar os efeitos da aurora boreal. Era um foguete de três estágios, confundido com uma arma nuclear. Voava no rumo noroeste, afastando-se da Rússia. Pior: seis semanas antes, o governo da Noruega tinha informado ao Ministério das Relações Exteriores russo que o lançamento ocorreria naquela manhã. A informação nunca chegou aos comandantes militares.

O "incidente de Kola" foi um segredo bem guardado durante quatro anos. Até que cientistas, políticos e militares russos, americanos e ingleses resolveram falar. A descrição detalhada do dia em que estivemos a um passo do holocausto nuclear foi feita por alguns de seus personagens e transformada num filme produzido pelo Channel Four, a produtora de documentários da BBC de Londres.

Se o sinal do foguete norueguês tivesse permanecido por mais de um minuto na tela, os russos teriam disparado uma salva de 150 mísseis, orientados para alvos definidos durante a Guerra Fria. Grandes centros urbanos e instalações militares nos Estados Unidos, Inglaterra e China sofreriam os primeiros impactos. A retaliação seria devastadora.

Resumo da ópera: o governo da Noruega manda um fax para os russos, que algum burocrata esquece numa gaveta — e o mundo fica à beira da guerra nuclear. Certa vez perguntaram ao físico Albert Einstein (1879-1955) como seria a Terceira Guerra Mundial. Ele respondeu:

— A Terceira Guerra Mundial será com armas nucleares. Mas a Quarta será com paus e pedras.

O incidente na base de lançamento de mísseis nucleares da província de Kola quase provocou a terceira edição do mais temido conflito mundial. O que nos leva a concluir que o sucateamento das instalações militares russas, somado ao caos institucional do país, revela, em última análise, um cenário de horror. A minha geração, que cresceu sob a Guerra Fria, estava acostumada a ver a poderosa

União Soviética desfilar com seus foguetes nucleares e exércitos marchando com uniformes de gala. A imagem dos líderes soviéticos, no Kremlin, vestidos como se fossem ursos polares, está bem fixada em nossas mentes. No entanto, o general Lebed chegou a declarar: "Nunca venceríamos uma guerra contra o Ocidente, estava tudo enferrujado e apodrecido por dentro." A Rússia, a segunda maior potência do mundo, após a grande revolução de Mikhail Gorbachev, desmoronou como um castelo de cartas.

E não tardou a acontecer uma tragédia de verdade. Mais uma vez, ameaça para o mundo. No sábado, 12 de agosto de 2000, o submarino nuclear *Kursk*, de 154 metros de comprimento, que carregava 118 tripulantes, quatro reatores à base de urânio enriquecido e um número nunca revelado de armas atômicas, naufragou no mar de Barents, no grande círculo glacial Ártico, entre a Rússia e a Noruega. O governo russo recusou ajuda internacional para tentar salvar os marinheiros e oficiais, talvez com medo de revelar segredos militares. Dois anos mais tarde, após recuperar partes do submarino, a Marinha russa conseguiu resgatar 115 corpos. Três sumiram. O almirante Vladimir Kuroyedov, comandante da Marinha russa, nesta ocasião declarou que a tragédia teria sido provocada por um torpedo com defeito. A maior parte do *Kursk* continua submersa no mar de Barents. Uma bomba-relógio nuclear.

Seis anos depois, outro submarino russo afundou. Não há muitos detalhes sobre o caso. O que se sabe é que, nos últimos dias de outubro de 2008, o submarino nuclear *Nerpa*, da classe Akula II, que estava sendo arrendado pelos russos para a Marinha indiana e fazia exercícios de combate no mar do Japão, sofreu um grave acidente. O

jornal *Pravda* informou, na edição de 10 de novembro: por razões desconhecidas, em dois compartimentos do enorme submergível, o sistema contra incêndio disparou sozinho, liberando gás freon, que apaga as chamas mas mata as pessoas. Houve 44 vítimas, das quais 20 fatais. De novo, a desorganização e a falta de manutenção de equipamentos das Forças Armadas russas apareciam como o vilão da história.

Uma — digamos — curiosidade: ainda em outubro de 2008, a Força Aérea dos Estados Unidos admitiu que um de seus bombardeiros, com armas atômicas, estava desaparecido desde 1968, enterrado há quarenta anos nas geleiras da Groenlândia. Caíra por razões técnicas durante um dos exercícios que os americanos faziam para atacar com armas nucleares a capital comunista do Vietnã, Hanói. Alguns especialistas militares tiveram a coragem de declarar que o avião terminaria sendo encontrado... Com o degelo dos polos.

6

O IMPÉRIO SOVIÉTICO, QUE se estendeu da Alemanha Oriental até o Afeganistão, passando pela Rússia e mais 86 províncias e repúblicas socialistas na Ásia Central, ocupou e governou cerca de um quinto de todas as terras do planeta. Suas políticas determinavam o rumo de meio bilhão de seres humanos. Tudo isso veio abaixo repentinamente, num período de poucos anos, lançando o caos sobre esses povos e sobre suas organizações políticas, econômicas e sociais. Instalou-se um salve-se quem puder. E quem se salvou primeiro, além das elites governantes, foram os segmentos que viviam à sombra do regime, controlando as atividades ilegais. Um dos ministros da equipe econômica do presidente Boris Yeltsin, Anatoli Tchubais, descreveu a situação da seguinte maneira:

— Eu contava com uma transição ordeira para uma sociedade aberta, um sistema democrático de mercado sob o primado da lei. Essa tentativa falhou, basicamente. Mas assistimos sem dúvida ao

surgimento de um novo sistema: o capitalismo-ladrão.

A declaração do ministro foi feita durante o Fórum Econômico Mundial em Davos, Suíça, dois anos após a queda do comunismo. Mais tarde, durante a campanha de reeleição de Yeltsin, que governou a Rússia de 1991 a 1999, Tchubais foi responsabilizado pessoalmente pelo processo de criminalização da economia, pela inflação e pelo desemprego. Caiu em desgraça.

Na mesma ocasião, o megainvestidor norte-americano George Soros, de origem húngara (nascido em Budapeste, no dia 12 de agosto de 1930), ele mesmo um tubarão do mercado financeiro mundial, profetizou: "A Rússia está caindo num buraco negro que vai tragar toda a região." Soros, conhecido como um dos mais agressivos (e quase criminoso) operadores do câmbio em escala global, afirmou que toda a área de influência da antiga União Soviética estava sendo dominada pelo crime organizado. Disse que as elites econômicas russas — e de todo o Leste Europeu — eram formadas por "barões-ladrões". Mesmo tendo consciência disso, George Soros investiu milhões de dólares em negócios duvidosos na Rússia, inclusive financiando obras humanitárias e organizações não governamentais (ONGs) de pesquisas científicas e defesa dos direitos humanos. Aos amigos, costumava dizer: "É dinheiro jogado fora."

Por que a opinião desse megainvestidor é importante? Porque Soros talvez seja o mais importante analista vivo do processo de criminalização da economia mundial e de suas consequências políticas e institucionais. A acumulação de riquezas na Rússia pós-soviética e em seus satélites, baseada no crime, abriu a porta para a contaminação de boa parte do mundo. Especialmente o sistema

bancário aderiu às grandes operações criminosas de lavagem de dinheiro das drogas, do tráfico de armas e da formação de bandos internacionais do crime organizado, atuando em praticamente todos os continentes. Sob uma designação genérica de "Máfia russa", essas organizações lançaram seus tentáculos sobre todos nós. E chegaram ao Brasil, como veremos mais adiante.

O jornalista inglês Misha Glenny, autor de *McMáfia* (Companhia das Letras, 2008), viu seu livro tornar-se um best-seller mundial ao descrever a explosão do crime organizado após a queda da União Soviética. Correspondente da BBC durante a guerra na Bósnia, no início dos anos 1990, revelou detalhes do envolvimento de governos surgidos com o esfacelamento da Iugoslávia comunista no contrabando de cigarros, bebidas e em operações de compra de armas e lavagem de dinheiro. É dele uma definição do que aconteceu com aqueles povos, incluindo a própria Rússia:

> A queda do comunismo foi, sem dúvida, uma grande vitória para o Ocidente, comprovando em todos os aspectos a superioridade das democracias sobre a ditadura comunista. A Europa comemorou a unificação da Alemanha e a libertação de muitos países do Leste Europeu. A nova Rússia parecia disposta a abrir mão de seu domínio militar sobre a região e pôs fim ao Pacto de Varsóvia, o velho rival da Otan. Relutante a princípio, Moscou acabou permitindo que outros povos da moribunda União Soviética formassem seus próprios Estados independentes, dando espaço para suas aspirações nacionais.
>
> (...)
>
> Um grupo de pessoas, no entanto, vislumbrou uma oportunidade concreta naquela mistura fascinante de revolta, esperança e incerteza *[Glenny cita, em trecho anterior, os conflitos na Rússia e na Iugoslávia, guerras na África, novas circunstâncias mundiais que*

desorientavam as velhas instituições internacionais]. Esses homens (e algumas mulheres) instintivamente perceberam que a elevação dos padrões de vida ocidentais, o crescimento do comércio e dos fluxos migratórios e a capacidade de policiamento bastante reduzida em muitos países combinavam-se para formar uma mina de ouro. Eram criminosos, organizados e desorganizados, mas também bons capitalistas e empreendedores, decididos a respeitar a lei da oferta e da procura. Valorizavam a economia de escala, tal como o faziam as empresas multinacionais, e por isso buscavam no exterior parceiros para desenvolver negócios rigorosamente tão cosmopolitas quanto a Shell, a Nike ou o McDonald's.

A existência da nova máfia só foi notada quando ela já exercia enorme influência no Leste Europeu "e em países tão distantes quanto a Índia, a Colômbia e o Japão". O autor revela que se deparou com esses criminosos pela primeira vez no início dos anos 1990, quando cobria as guerras na antiga Iugoslávia, como correspondente da BBC inglesa:

O butim que as unidades paramilitares levavam para casa depois de destruir cidades e aldeias na Croácia e na Bósnia transformou-se em capital para a montagem de grandes impérios criminosos. Os chefes dessas organizações ficaram ricos rapidamente. Em pouco tempo, eles criaram franquias de contrabando que levavam bens e serviços ilícitos de todas as partes do mundo para o paraíso de consumo da União Europeia.

Quando as guerras nos Bálcãs terminaram (1991-1999), o mundo se surpreendeu com o fato de que antigos inimigos ferozes se reconciliaram no mundo do crime. Empresários aproveitadores e gângsteres croatas, bósnios, albaneses, macedônios e sérvios se uniram para formar uma espécie de federação multinacional do crime organizado. Um estudioso desses conflitos, citado em *McMáfia* (pág. 46), esclarece que "as novas repúblicas eram governadas por um

cartel que emergia do Partido Comunista no poder, das polícias, dos militares, da máfia, e que tinha o presidente da República no centro da teia de aranha; (...) qualquer pessoa que tivesse ambição política real não tinha alternativa a não ser tornar-se mafioso".

O livro de Misha, que cito com insistência por se tratar de um dos maiores best-sellers da atualidade, também nos dá um retrato da formação das quadrilhas envolvidas com o crime organizado na Rússia e sobre as origens dos *Vory v zakone*, os "ladrões dentro da lei". Concluo que essa origem não é muito diferente da atuação dos bandos de imigrantes italianos na Nova York dos anos 1920 e 1930, quando os bandidos se especializaram na "venda de proteção" para pessoas e empreendimentos comerciais, dando início à Cosa Nostra americana. O passo seguinte dessas gangues de imigrantes sicilianos, calabreses e napolitanos foi a criação de "bancas de agiotagem", emprestando dinheiro a juros escorchantes para os recém-chegados da Itália. Em seguida, passaram a controlar o jogo e a prostituição, além da venda de bebidas proibidas.

Independentemente, porém, da importância e do crescimento dessas gangues — e foram muitas na sociedade russa devastada pelo fim do império —, vale destacar que viraram reles mão de obra para os grandes empreendimentos criminosos. Sempre aparecia alguém ligado ao antigo regime propondo operações mais arriscadas e lucrativas, capazes de promover um *upgrade* na atividade criminosa. Em vez de agir no bairro, operar em escala nacional e internacional. E o dinheiro corria solto. (Segundo Misha, dados do FMI e do Banco Mundial dão conta de que "a economia paralela hoje é responsável por algo em torno de 15% a 20% da riqueza global".) Matar e

sequestrar viraram atividades normais e rotineiras. E isso inaugurou um processo que revelou líderes.

A maior parte da liderança criminosa veio do lumpemproletariado, os párias da sociedade, desempregados, desertores do Exército, vagabundos, que na Rússia têm uma história secular e dramática. Foram personagens de Liev Tolstói, Máximo Gorki e Fiódor Dostoiévski. Na verdade, os *Vory v zakone* existiam desde o tempo do czar Nicolau II, governante supremo do Império Russo de 1884 a 1917. Como nos tempos modernos, os *Vory* comandavam suas gangues familiares de dentro das prisões, por meio de uma complicada estrutura de suborno e favorecimentos. Eram especializados em contrabando, venda de jovens mulheres para a prostituição e assassinatos contratados. Muitas vezes faziam o trabalho sujo para a polícia secreta do czar. Assim garantiam privilégios e tratamento diferenciado nas cadeias russas da virada dos séculos XIX e XX. Com a revolução bolchevista, por terem se aliado aos "russos brancos", os contrarrevolucionários, foram praticamente exterminados como inimigos do Estado Soviético.

Em 1996, a Interpol listou 5.700 organizações ligadas às máfias da Rússia e das antigas colônias soviéticas. Parte considerável da mão de obra criminosa era formada por ex-combatentes do Exército Vermelho, tropas do KGB e comandos especiais que serviram durante os dez anos da guerra no Afeganistão. Jean Ziegler, autor de Os *senhores do crime*, descreve esses homens: "Matadores de excepcional qualidade profissional, capacitados em sua maioria nas técnicas mais sofisticadas de assassinato com armas de fogo, veneno, à mão ou com

arma branca." As Forças Armadas russas, antes uma potência capaz de conquistar o mundo, se tornaram o principal celeiro do crime organizado. No ano de 1996, só 24% dos jovens em idade de serviço militar foram absorvidos pelo Exército e a Marinha. Nos três primeiros meses de 1997, aproximadamente 70 mil soldados desertaram, muitos dos quais não eram recrutas, mas militares profissionais.

De acordo com Louis Joseph Freeh, diretor do FBI entre 1993 e 2001, tropas inteiras passaram em bloco para os cartéis criminosos. Freeh, que nos anos 1980 comandou uma das maiores investigações da história do FBI contra a Cosa Nostra, denominada "Pizza Connection", é uma das maiores autoridades mundiais em crime organizado. Ele diz que especialistas das unidades de comandos do Exército russo também resolveram trabalhar como independentes, criando "agências de proteção" e operando em todos os continentes, a serviço de quem pagasse melhor. Tornaram-se mercenários sob contrato no submundo do tráfico e do contrabando de armas e pedras preciosas. Muitos deles são ex-membros da Força Alfa, equivalente soviético dos Boinas Verdes americanos. "Esses lobos solitários são os matadores mais perigosos e mais difíceis de identificar e vigiar", explica o diretor do FBI, citado em *Os senhores do crime*.

Na quarta-feira, 26 de outubro de 1994, uma bomba explodiu no escritório do jornalista Dimitri Kholodov, comentarista de assuntos militares do diário russo *Moskovski Komsomolets*. Dimitri foi feito em pedaços. O escritório ficou totalmente destruído. Além de assassinar o

jornalista, o atentado pretendia também pulverizar o arquivo de dados que ele usava em suas colunas no jornal. Há semanas, Dimitri vinha publicando uma série de denúncias contra altos oficiais do Exército e da Força Aérea. Ele relatou em detalhes: os generais responsáveis pela desmobilização das forças russas na antiga República Democrática da Alemanha (oriental) estavam vendendo por conta própria tanques, canhões e aviões de combate para as milícias sérvias na Bósnia. A operação clandestina, ligada ao crime organizado, enriqueceu os generais.

Mesmo após o assassinato de Dimitri Kholodov, o jornal continuou com as denúncias. Desta vez, acusando o próprio ministro da Defesa, Pavel Sergeyevich Grachov, de desviar fundos do Exército destinados à construção de alojamentos para as tropas que estavam sendo retiradas da Europa. Os editores do *Moskoviski Komsomolets* escreveram que o dinheiro tinha sido utilizado na compra de automóveis Mercedes-Benz para os generais. Um desses carros de luxo, modelo 600, teria sido dado de presente de casamento para o filho do ministro Grachov. O episódio demonstra o grau de corrupção entre os governantes da Federação Russa, numa clara demonstração de que o crime organizado havia tomado o poder naquele país.

Dez anos após o assassinato do jornalista Dimitri Kholodov, a Corte Suprema de Moscou ainda estava às voltas com o julgamento de seis homens acusados do atentado a bomba. Entre eles havia quatro para-quedistas das forças especiais. Na Rússia eles matam jornalistas com facilidade. Só no jornal *Novaya Gazeta*, quatro repórteres perderam a vida. O caso que atingiu maior repercussão

internacional foi o da jornalista Anna Politkovskaya, atingida com cinco tiros ao chegar em casa, em Moscou. Os três homens que foram a julgamento pela morte da repórter, entre eles um ex-agente policial, foram inocentados por unanimidade em um tribunal de Moscou no dia 19 de fevereiro de 2009.

7

EM JULHO DE 2004, um estranho personagem desembarcou no aeroporto de Guarulhos, na Grande São Paulo. Na bagagem, uma proposta milionária de investimentos no futebol brasileiro. E o alvo dele era o Corinthians, um dos três maiores times do país, que reúne milhões de torcedores (11% de todos os brasileiros que acompanham futebol, segundo pesquisa do Ibope). Era um homem misterioso. Cabelos negros e fartos, ligeiramente ondulados. Magro, cerca de 1,70 metro de altura, olhos escuros. Tinha 33 anos de idade. De origem iraniana, apresentava nacionalidade canadense e inglesa. Para entrar no Brasil, usou um passaporte britânico legítimo, número de série 093023841, emitido em Londres. Também tinha nomes diferentes e seus documentos mostravam duas datas de nascimento. Podia ser Kiavash Joorabchian ou Kia Kiavash. Aqui ele se apresentou e ficou conhecido como Kia Joorabchian.

Filho de Mohammed e Sharzad Joorabchian, esse homem nasceu

em Teerã, supostamente em 14 de junho de 1971. Outra data, de 25 de junho, aparece em alguns de seus documentos e, como se sabe, alterar um único dado em uma ficha de identificação pode representar que se trata de outra pessoa. Era um tipo realmente suspeito. Aos 8 anos, Kia fugiu com os pais do Irã, por causa da revolução islâmica que derrubou o xá Reza Pahlevi e levou ao poder o aiatolá Khomeini, em 1978/1979. A família era rica e pôde, portanto, se estabelecer no Canadá, transferindo-se depois para a Inglaterra. O jovem teve educação esmerada. Frequentou o exclusivo Shiplake College, em Henley-on-Thames, Oxfordshire, onde os estudantes eram membros da aristocracia inglesa ou filhos de potentados estrangeiros. Depois, esteve no Queen Mary College, da Universidade de Londres. Mesmo com tal currículo, não se sabe no que o jovem Kia se formou. Provavelmente, ciências econômicas, ou administração de empresas, ou relações internacionais. Ninguém sabe.

Ilustre desconhecido, iniciou-se no mundo dos negócios trabalhando na revendedora de automóveis Mercedes-Benz da família, em Kent, ao sul de Londres. Era um empreendimento relativamente pequeno, para os padrões britânicos, mas provia o sustento desses exilados iranianos na Inglaterra. De repente, Kia mudou de ramo e passou a atuar na Bolsa de Petróleo de Londres. Segundo a imprensa britânica, tornou-se testa de ferro de um dos "barões-ladrões" russos, ninguém menos do que Boris Berezovsky.

Boris é um dos fenômenos surgidos com o fim da União Soviética. Simples professor de matemática do regime comunista russo, tornou-se uma das figuras mais importantes do regime surgido com a queda do império soviético. A ascensão de Boris Berezovsky é

descrita em *Os senhores do crime*, do autor suíço Jean Ziegler (Record, 2003) e por Alex Goldfarb e Mariana Litvinenko, em *A morte de um dissidente* (Companhia das Letras, 2008), que trata do assassinato do ex-agente e coronel do KGB Alexander Litvinenko, empregado de Boris Berezovsky.

O agente secreto foi envenenado, em 2006, com um composto químico que incluía traços de plutônio, altamente radioativo. O que ele tomou com chá em um café londrino provocou uma microexplosão nuclear em seu estômago e produziu uma longa agonia durante a qual ele sofreu os efeitos da radiação diante de câmeras de televisão de todo o mundo. Moribundo, já sem cabelos, sem unhas e alguns dentes, Litvinenko declarou à imprensa que seu algoz era ninguém menos que o presidente russo Vladimir Putin. Note-se que o empregador de Litvinenko, o "barão-ladrão" Boris Berezovsky, teve importância decisiva na campanha de reeleição de Boris Yeltsin e depois atuou na eleição de Putin, com quem rompeu em seguida.

Kia Joorabchian, mais tarde acusado de ser um "laranja" de Boris Berezovsky, chegou ao Brasil se dizendo presidente e procurador da empresa inglesa Media Sports Investments, a MSI, que sequer existia à época. Não se sabe exatamente como, fez contato com Renato Duprat Filho, sócio de uma empresa de planos de saúde com sérios problemas financeiros. Duprat também era um conselheiro informal da diretoria do Corinthians e apontado como braço direito do presidente do clube, Alberto Dualib. Aos 84 anos de idade, Dualib era um veterano cartola, um poderoso chefão do futebol brasileiro. Kia, de acordo com investigações posteriores, teria dito a Duprat que

representava poderosos empresários europeus e que estava interessado nos direitos de transmissão dos jogos do Timão para o exterior.

Kia e Duprat combinaram uma reunião com a cúpula do Corinthians, que terminou acontecendo no Hotel Fasano, um dos mais luxuosos endereços do bairro dos Jardins, em São Paulo, numa noite de agosto de 2004. Entre bebidas e petiscos, estavam presentes os seguintes personagens: Antônio Roque Citadini, conselheiro vitalício do Corinthians, Kia Joorabchian, Renato Duprat, Alberto Dualib e sua neta Carla Dualib. As conversas no restaurante do Hotel Fasano foram longas — e sobre elas não há detalhes conhecidos. Mas o resultado prático foi a assinatura de um pré-contrato entre o clube e a MSI, já então legalmente constituída, com sede em Londres, no dia 24 de agosto de 2004. Daí se iniciou um dos maiores escândalos da história do futebol brasileiro. Em novembro daquele ano foi finalmente assinado um contrato formal entre a MSI e o Corinthians.

Acredito que a melhor maneira de levar ao leitor toda a trama que se desenrolou a seguir é transcrever, na íntegra, a denúncia feita pelo Ministério Público Federal contra o projeto da Máfia russa no Brasil. É o que você vai ler a seguir. Mas o resultado, como quase tudo hoje em dia, não deu em nada.

O Grupo de Atuação Especial e Repressão ao Crime Organizado do Ministério Público de São Paulo, conhecido como GAECO, gastou meses e meses de trabalho para denunciar na Justiça Federal as operações da Máfia russa no caso do Corinthians. Os promotores federais de São Paulo também entraram na investigação e produziram uma detalhada peça acusatória, assinada pelos procuradores da

República Rodrigo de Gradis e Sílvio Luís Martins de Oliveira. No final, o Supremo Tribunal anulou parte das denúncias, por inconsistência jurídica, e recusou os pedidos de prisão dos acusados.

Para não perder tempo com análises, reproduzo a seguir a peça de denúncia e as decisões da Suprema Corte. E o leitor que tire as suas conclusões. É um método mais fácil para o autor e mais justo para quem está acompanhando a história.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Excelentíssimo senhor juiz federal da 6ª Vara Criminal da 1ª Subseção Judiciária do estado de São Paulo.

O Ministério Público Federal, pelos Procuradores da República signatários, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência oferecer DENÚNCIA em face de:

1. **Boris Abramovich Berezovsky**, *que também usa o nome de Platon Elenin, russo, casado, nascido em 23.01.1948, portador do passaporte britânico nº C00165789, com endereço comercial em 2nd floor, Interpark House, 7 Down Street, Londres W1J7AJ.*

2. **Kiavash Joorabchian**, *que também usa o nome de Kia Joorabchian e Kia Kiavash, iraniano, cidadão britânico, solteiro, nascido em 25.07.1971, portador do passaporte britânico nº 093023841 e do CPF nº 059.823.607-40, atualmente residente na Inglaterra em local não sabido.*

3. **Alberto Dualib**, *brasileiro, casado, nascido em 01.01.1920, filho de Abílio Dualib e Hiland Dualib, portador da cédula de*

identidade RG 1029682 SSP/SP e CPF 027.896.208-49, endereço residencial à rua Muraiuba, 52, e endereço comercial à Rua São Jorge, 777, nesta capital.

4. **Nesi Curi**, *brasileiro, viúvo, filho de Abrahão João Curi e Helena Curi, portador da cédula de identidade RG 12441831 SSP/SP e CPF 007.024.598-36, com endereço residencial à Avenida Jurucê, 135, apto. 112, e endereço comercial à Rua São Jorge, 777, nesta capital.*

5. **Renato Duprat Filho**, *brasileiro, casado, filho de Renato Duprat, portador da cédula de identidade RG 6610836 SSP/SP e do CPF 567.734.638-15, com endereço comercial à Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior, 110, 12º andar, conjunto 123, nesta capital.*

6. **Alexandre Verri**, *brasileiro, casado, filho de Antônio Verri e Izabel Catanho da Silva Verri, portador da cédula de identidade RG 12277216 SSP/SP e CPF 082.290.548-51, com endereço residencial à Rua Coronel Raul Humaitá, Vila Nova, 74, apto. 41, e endereço comercial à Avenida Nações Unidas 12.995, 18º andar, nesta capital.*

7. **Paulo Sérgio Scudiere Angioni**, *brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 23009145 SSP/SP e do CPF 097.699.277-91, com endereço residencial à Rua Eleonora Cintra, 960, apto. 610, nesta capital.*

8. **Nojan Bedroud**, *iraniano, cidadão britânico, solteiro, nascido em 04.06.1963, filho de Roban Bedroud e Schokouh Salman, portador do passaporte britânico nº 094538819 e do CPF nº 059.967.527-60, atualmente em local não sabido, pelos fatos acima descritos.*

1. Boris Berezovsky

Quando interrogado, em maio de 2006 (fls. 143/149 do apenso VII aos autos principais), Boris Berezovsky declarou ter sido professor de matemática da Academia de Ciências da União Soviética até 1989, quando tinha 43 anos de idade, recebendo, até então, o equivalente a 300 dólares mensais. Três anos antes, em 1986, por ocasião da abertura econômica e política da União Soviética, aplicou o correspondente a 5 mil dólares numa joint venture entre o Instituto de Ciências e Controle da Academia de Ciências, a Autovaz, empresa fabricante de automóveis e a empresa italiana Logosystoms. Outros quatro sócios teriam aplicado valores semelhantes. Cinco anos depois, o patrimônio desses cinco afortunados investidores teria atingido a espantosa cifra de 20 milhões de dólares. Ou seja: um rendimento de 80.000% (oitenta mil por cento) em cinco anos. Sem dúvida uma cifra espantosa e insuperável mesmo para países de tradição capitalista.

Entre 1992 e 1999, Berezovsky viu ampliar seu poder econômico e ganhou ascendente influência política durante os dois mandatos de Boris Yeltsin. Participou ativamente na candidatura de Vladimir Putin, sucessor de Yeltsin, eleito em 2000. Na mesma campanha, já um milionário influente, também Berezovsky foi eleito representante na Duma, casa legislativa da Federação Russa [equivalente ao deputado federal no Brasil].

Ainda em 2000, com a prisão de seu associado comercial Nikolai Gluchkov, e temendo o mesmo destino, fugiu da Rússia, tendo passado pela França e posteriormente obtido asilo político na Inglaterra.

Assim, em um período de apenas dez anos, coincidente com a privatização de ativos da extinta União Soviética, Berezovsky tornou-se de obscuro e mal pago professor de matemática em político influente e

poderoso multimilionário.

De acordo com documentos recebidos da Procuradoria Geral da Federação Russa, devidamente traduzidos por tradutores públicos, por fatos ocorridos no mesmo período, Berezovsky responde, naquele país, a três investigações policiais.

a) Em abril de 1993, o governo da Federação Russa criou a Aeroflot — Linha Aérea Internacional Russa, com 51% (cinquenta e um por cento) das ações pertencentes ao Estado. Menos de um ano depois, Boris Berezovsky e Nikolai Gluchkov constituíram, na Confederação Suíça, a empresa Andava. A Andava, por seu turno, criou a Corporação Financeira Unida FOK [trata-se de uma corruptela da palavra inglesa fuck, que significa "foda-se"], tendo sido designado Cheinin como diretor-geral. Utilizando-se de sua influência, Berezovsky conseguiu que Gluchkov e Krasnenker fossem designados, respectivamente, como vice-diretor-geral e vice-diretor-geral para comércio e propaganda da Aeroflot. Berezovsky, Gluchkov e Krasnenker, em comum acordo com Kryzhevskaya, contadora-chefe da Aeroflot, e sob o pretexto de manutenção de recursos no exterior, desviaram para a conta corrente nº 423237, mantida pela Andava junto ao UBS [União dos Bancos Suíços]*, em Lausane, na Confederação Suíça, recursos da Aeroflot correspondentes a cerca de 252 milhões de dólares. Da conta corrente da Andava, tais recursos foram transferidos para contas pessoais de Gluchkov, Krasnenker, Kryzhevskaya e Cheinin e para a conta nº 90254648-1 no UBS, de titularidade da empresa Ruko Trading, cujo proprietário é Boris Berezovsky. Para garantir que os recursos não pudessem ser reclamados pela Aeroflot, os nominados forjaram contratos e títulos com a Corporação FOK associando, de maneira dissimulada, ao capital desviado, juros e multas contratuais. Conforme tradução pública da*

sentença juntada aos autos, Gluchkov, Kryzhevskaya e Cheinin responderam a processo criminal e foram condenados como incursos no artigo 159, parte 3, do Código Penal da Federação Russa. A conduta praticada amolda-se ao peculato, conforme previsto no art. 312 do Código Penal Brasileiro. Também por esses fatos, Boris está sendo investigado pelo delito estampado no artigo 174, parte 3, do Código Penal da Federação Russa, correspondente, em nossa legislação penal, à lavagem de capitais praticada por organização criminosa. Boris Berezovsky fugiu antes do início do processo e, pelas leis processuais vigentes à época, não poderia ser processado à revelia. A atuação de Boris Berezovsky, bem como a dos demais envolvidos, é objeto de investigação criminal na Confederação Suíça.

b) Entre 1994 e 1995, Boris Berezovsky teria comandado um grupo organizado do qual participaram Patarkasichvili e Dubov. Berezovsky, presidente do conselho de diretores da Logovaz, empresa que comercializava automóveis a detentores de 7,7% (sete inteiros e sete décimos por cento) do capital inicial da sociedade, obteve 2.322 (dois mil trezentos e vinte e dois) automóveis em consignação da empresa fabricante Autovaz. Vendidos os automóveis, os recursos correspondentes não foram pagos ao fabricante, mas desviados em proveito dos acima nominados, visando-se diversas finalidades, entre elas o pagamento de ações da ORT-Televisão Russa Social, adquiridas por Boris Berezovsky, assegurando-se sua eleição como primeiro vice-presidente do conselho de diretores e o controle do primeiro canal de televisão da Federação Russa. Ademais, em assembleia do conselho de diretores, obteve a nomeação de Patarkasichvili como primeiro vice-diretor-geral de comércio e finanças da ORT. Os recursos desviados também foram utilizados, conforme extensa relação contida nos

documentos oriundos da Procuradoria Geral da Federação Russa, para a compra da editora Ogoniok e aquisição de imóveis junto à empresa Soiuz International, entre eles um chalé para a filha de Boris Berezovsky, Elena Berezovskaia. Visando-se ocultar os valores desviados, Boris Berezovsky fez com que a Logovaz assumisse de maneira dissimulada, através da entrega fictícia de títulos, os débitos fiscais que a Autovaz possuía junto ao distrito de Samara. Tal compensação de créditos nunca ocorreu de fato. Por conta de tais fatos Boris Berezovsky também responde, nesse caso, a investigação por infração ao artigo 159, parte 3, do Código Penal da Federação Russa (antigo artigo 147 do mesmo diploma legal), correspondente ao delito de peculato previsto no artigo 312 do Código Penal Brasileiro.

Em 1994, Boris Berezovsky, diretor-geral da ABBA — Aliança Automobilística de Toda a Rússia —, amparado no decreto presidencial nº 2286, de 26 de dezembro de 1993, sobre medidas de auxílio à sociedade de ações ABBA, e sob o pretexto de necessidade de um local para a promoção de encontros de delegações nacionais e internacionais de alto nível, obteve a posse de uma propriedade rural na região de Krasnogorski. Ato contínuo, Berezovsky, presidente do conselho de diretores da Logovaz, empresa que comercializava automóveis, e seu acionista fomentaram a eleição de Dubov como diretor-geral da sociedade e instigaram-no a comprar a casa de campo nº 2, situada na referida propriedade, transferindo-a para os ativos da Logovaz. Em seguida, o referido imóvel foi vendido pela Logovaz para a filha de Boris Berezovsky, Elena Berezovskaia. Por conta de tais fatos, Boris Berezovsky também responde, nesse caso, a investigação por infração ao artigo 159, parte 4 do Código Penal da Federação Russa, correspondente a peculato praticado por organização criminosa e em valores elevados.

Considerando-se as investigações criminais supracitadas, foi determinada, pela Federação da Rússia, a prisão de Boris Berezovsky em cada um dos procedimentos criminais correspondentes.

Finalmente, na França, segundo documentos de fls. 3/5 dos autos referentes ao pedido de cooperação judicial com aquele país, Boris Berezovsky é investigado por lavagem de capitais e utilização de documentos falsos, entre outros delitos, em virtude da aquisição, em dezembro de 1996, do castelo de Garoupe por 55 milhões de francos.

Em julho de 1997, também foi adquirido o campanário de Garoupe por 90 milhões de francos, bem como móveis para o castelo num montante de 24 milhões de francos.

2. Kia Joorabchian: primeiros passos no Brasil

Em meados de 2004, conforme narrado (fls. 77/81 do apenso VII) por Antonio Roque Citadini, conselheiro vitalício do Sport Club Corinthians Paulista (SCCP), ele, Alberto Dualib, presidente do clube, e sua neta Carla Dualib participaram de uma reunião de negócios no hotel Fasano em São Paulo.

Nessa reunião, Renato Duprat Filho apresentou ao grupo o iraniano Kia Joorabchian, que, inicialmente, manifestou interesse na aquisição de direitos de transmissão das partidas do campeonato brasileiro de futebol, tendo, em reuniões posteriores, proposto a formação de uma parceria entre a empresa que dizia representar, a MSI — Media Sports Investment Limited, e o SCCP.

Embora Kia se apresentasse como procurador da MSI, empresa offshore

sediada na Inglaterra e com endereço indicado à 71, Kingsway, 5th floor, WC2B 6ST, em Londres, é de se observar que, na época indicada, a empresa sequer existia, de fato ou formalmente, e, portanto, não possuía qualquer histórico que lhe conferisse credibilidade. De fato, a empresa somente foi constituída, conforme fls. 1814 do apenso XI, em 31 de agosto de 2004.

Temeroso dos prejuízos que a parceria proposta pudesse trazer ao clube, Antonio Roque Citadini não mais participou das reuniões que se seguiram.

3. Renato Duprat Filho e Kia Joorabchian: os intermediários de Boris Berezovsky

3.1 *Renato Duprat Filho foi administrador da Saúde Unicor Assistência Médica Ltda. (Unicor), empresa liquidada extrajudicialmente pela ANS — Agência Nacional de Saúde — em 2001 devido a graves anormalidades econômico-financeiras. A Unicor havia patrocinado o Santos Futebol Clube na década de 1990.*

3.2 *Kia Joorabchian, nascido no Irã, que também responde por Kia Kiavash e Kiavash Joorabchian, e apresenta nacionalidades britânica e canadense e duas datas de nascimento, a saber, 14.07.1971 e 25.07.1971, era desconhecido no mundo dos negócios até que em junho de 1999, juntamente com outro iraniano chamado Reza Irani-Kermani, ambos à frente de um também desconhecido fundo de investimentos recém-constituído e sediado nas Ilhas Virgens Britânicas, o American Capital LLC, e sem falarem uma palavra em russo, adquiriram de Vladimir Yakovlev, fundador e sócio majoritário da empresa, 85% (oitenta e cinco por cento) do Kommersant Publishing House, famoso grupo editorial russo*

responsável pela publicação de um jornal diário e duas revistas especializadas, respectivamente, em política e finanças.

Na mesma época, 15% (quinze por cento) das quotas pertencentes ao então diretor geral do grupo, Leonid Miloslavsky, foram adquiridos por Boris Berezovsky, que já havia, algum tempo antes, manifestado interesse na aquisição da empresa.

Algum tempo depois, Boris Berezovsky "comprou" as quotas de seu testa de ferro Kia Joorabchian, e tornou-se o único controlador do grupo, tendo-o vendido em 2006 a seu amigo, o também milionário Badri Patarkasishvili.

4. A primeira viagem a Londres e o verdadeiro proprietário da MSI

No dia 5 de agosto de 2004, Alberto Dualib e Nesi Curi, pelo SCCP, e Kia Joorabchian, pela MSI, assinaram um instrumento particular de pré-contrato (fls. 27/36 do apenso I), segundo o qual o SCCP manifestava interesse em firmar contrato de gestão exclusiva de seu departamento de futebol e licenciamento de propriedade intelectual com a MSI, que faria jus a 51% (cinquenta e um por cento) do lucro líquido auferido pelo SCCP. Em contrapartida, a MSI obrigava-se a aportar o equivalente a US$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de dólares) no SCCP.

No dia 7 de agosto de 2004, uma delegação de dirigentes do clube, composta por Alberto Dualib e Nesi Curi, respectivamente presidente e vice-presidente do SCCP, Andres Navarro Sanchez, vice-presidente de futebol, e Carla Dualib, embarcou com destino a Londres visando-se conhecer os futuros parceiros do SCCP. Essa seria apenas a primeira de uma série de

viagens de dirigentes do SCCP à Inglaterra.

Em Londres, mantiveram reuniões e participaram de jantares com Boris Berezovsky bem como, a bordo de seu jato executivo particular, embarcaram para a Geórgia, ex-república soviética, onde se reuniram com Badri Patarkasishvili, milionário presidente do clube de futebol Dínamo de Tbilisi e amigo íntimo de Boris, conforme declarado por este último em seu depoimento (fls. 143/149 do apenso VII), bem como demonstram as fotos do casamento da filha de Badri, apreendidas em poder de Boris, um dos convidados da cerimônia (fls. 122 do apenso VIII).

Embora à época (fls. 98/103 do apenso VII) Alberto Dualib tivesse afirmado desconhecer que Berezovsky era investidor da MSI, quando ouvido às fls. 60/64, retratou-se e declarou que Berezovsky, Badri e Pinni Zahavi eram os principais investidores da parceira MSISCCP.

Quando de seu retorno, Alberto Dualib, segundo Antonio Roque Citadini (fls. 78 do apenso VII), relatou sua viagem durante uma reunião do conselho de orientação (CORI) do clube, enfatizando a grande capacidade econômica dos investidores.

Conforme relatórios do monitoramento telefônico conduzido pela Polícia Federal, os investigados, em diversas oportunidades, fizeram referência a Boris Berezovsky como o homem que detinha o poder de decisão, sendo constantemente alvo de cobranças e consultas (fls. 1129, 1223, 1268, 1304, 1307, 1309, 1310, 1311, 1370, 1371, 1487, 1488 e 1544 dos autos de interceptação telefônica). Ademais, quando intimados a depor no inquérito policial, logo após o interrogatório de Boris, os investigados manifestaram preocupação com o teor de seu depoimento e com o que cada um dos intimados iria afirmar junto a Polícia Federal, de modo que suas declarações não fossem conflitantes.

Nos últimos meses, registrou-se um intenso movimento dos investigados, em especial Alberto Dualib e Renato Duprat Filho, no sentido de se obter, junto ao Ministério da Justiça, normalmente através de um intermediário chamado Breno Altman, a concessão da condição de asilado político a Boris Berezovsky, visando-se garantir uma vinda tranquila de Boris ao Brasil (fls. 1586, 1619, 1653, 1703, 1704, 1757, 1759, 1760, 1796, 1845, 1848, 1851, 1922,1924, 1925, 1967 e 1969 dos autos de interceptação telefônica). Nesse aspecto, há menção a contatos supostamente mantidos junto a vários integrantes do alto escalão do governo federal.

Ademais, quando de sua vinda ao Brasil em maio de 2006, Boris, conforme suas próprias declarações e pelos cartões de visita apreendidos em seu poder (fls. 120 do apenso VIII), manteve contato com o ministro de Planejamento e diretores da Petrobras, Embraer e Embratur, além de executivos de empresas privadas, como a Varig, visando, segundo ele, novos investimentos.

5. O contrato de parceria

Em 24.08.2004, conforme ata acostada às fls. 261/276 do apenso II, Alberto Dualib, por ocasião da reunião do conselho deliberativo, expôs entusiasticamente o plano de parceria SCCP-MSI e, através de slides (fls. 262/264 do apenso II), apresentou a MSI como integrante de um grupo de empresas controladas por uma holding, segundo eles de origem inglesa, denominada GIBM. Além da MSI, fariam parte desse grupo as empresas Westa, Invicta, IIDC (International Investment Development Council), Karmaa Sports, Karmaa Racing e Petrol Supermarket. Nada além dos

nomes fantasia dessas empresas foi trazido aos autos. A MSI era apresentada (fls. 262) como uma empresa nova, cujo primeiro negócio no Brasil seria com o SCCP, embora, conforme fls. 263, já tivesse negócios com o Dínamo, clube de futebol da Geórgia, ex-república soviética.

Ao fim dessa primeira reunião, o conselho deliberativo designou uma comissão destinada a elaborar uma minuta do contrato definitivo de parceria.

Na época, todos já estavam cientes das sérias dúvidas quanto à idoneidade da MSI e de Boris Berezovsky.

A seguir, os procuradores federais apresentam suas conclusões, baseadas nas quais pedem a prisão do grupo envolvido na "Operação Corinthians". Acompanhe:

Outras duas reuniões do conselho deliberativo se sucederam. Na primeira, em 05.11.2004 (ata às fls. 296/309 do apenso II), discutiu-se o parecer do CORI sobre o contrato de parceria. Na segunda, ocorrida em 23.11.2004 (ata às fls. 310/335 do apenso II), aprovou-se o parecer do conselho de orientação, autorizando o presidente a assinar o contrato de parceria com a MSI.

O contrato de parceria foi finalmente celebrado em 24 de novembro de 2004 (fls. 222/238 do apenso II) e assinado por Alberto Dualib, Nesi Curi e Kiavash Joorabchian. Através da cláusula 1.1 do referido contrato, a MSI obrigava-se a constituir, no Brasil, a empresa MSI Licenciamentos e Administração Ltda. e, de acordo com a cláusula 1.7, a integralizar seu capital social no valor em reais equivalente a US$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares), parte do investimento de 35 milhões de dólares inicialmente previsto no pré-contrato.

6. Estrutura societária da MSI: a garantia do anonimato

No Brasil foi contratada a Veirano Advogados para criar uma estrutura societária que garantisse o ingresso de numerário do exterior. O advogado Alexandre Verri era o responsável pela operação.

Em 19.10.2004, quase dois meses após a primeira apresentação da proposta da MSI ao conselho deliberativo do SCCP feita por Alberto Dualib, foi constituída, no Brasil, a MSI Brasil Participações Ltda., cujos sócios eram Alexandre Verri e Carlos Fernando Sampaio Marques, ambos advogados do escritório Veirano Advogados (fls. 1427/1433 do apenso IX).

Em 07.12.2004, visando-se atender à cláusula 1.1 do contrato de parceria, a razão social da MSI Brasil Participações Ltda. foi alterada para MSI Licenciamentos e Administração Ltda. (fls. 1418/1426 do apenso IX), e Maurício Fleury Pereira Leitão, também advogado da Veirano Advogados, substituiu Alexandre Verri no quadro social da empresa.

Em 09.02.2005, por ocasião da segunda alteração contratual (fls. 1405/1417 do apenso IX), Maurício e Alexandre retiraram-se do quadro social, cedendo suas quotas a três empresas offshore: Devetia Limited, Just Sports Inc. e MSI — Media Sports Investment Limited. As duas primeiras eram sediadas nas Ilhas Virgens Britânicas, notório paraíso fiscal, e a última em Londres, em endereço que, constatou-se posteriormente, abrigava apenas uma academia de ginástica pertencente a Kia Joorabchian. Paulo Sérgio Scudiere Angioni, à época administrador esportivo do SCCP, constou, em referida alteração contratual, como procurador das três empresas acima elencadas. Em seu depoimento, às fls. 89/93 do apenso VII, Paulo Sérgio confirmou essa função.

Embora Kia Joorabchian tivesse declarado às fls. 482/488 do apenso

III ser simplesmente um dos investidores da Just Sports Inc., às fls. 1676 do apenso XI ele consta como diretor da empresa.

Em 20.04.2005, por ocasião da terceira alteração contratual (fls. 1393/1404 do apenso IX), a empresa MSI Group Limited, também sediada nas Ilhas Virgens Britânicas, ingressou no quadro social tendo, da mesma forma que os demais sócios, Paulo Sérgio na qualidade de procurador.

Com relação à MSI Group Limited, é de se observar que a Exnon Holdings Limited, empresa offshore sediada nas Ilhas Virgens Britânicas e constituída em 29.11.2000 (fls. 1853/1911 do apenso XI), apenas em 08.09.2004, ou seja, duas semanas após a primeira apresentação da proposta da MSI ao conselho deliberativo do SCCP feita por Alberto Dualib, teve sua razão social alterada para MSI Group Limited (fls. 1856 do apenso XI).

A MSI Group Limited é uma empresa "ao portador" e os supostos detentores de seus certificados de propriedade são da Geórgia, ex-república soviética (fls. 1900 do apenso XI). Ao longo de 2005 e 2006, mantendo-se o mesmo quadro de sócios, houve sucessivos aumentos de capital social da MSI Licenciamentos e Administração Ltda. Finalmente, em 18.09.2006, por ocasião da 18ª alteração contratual, todas as quotas foram cedidas a Devetia Limited e a MSI Group Limited, ambas também sediadas nas Ilhas Virgens Britânicas e que permaneceram como únicas sócias da empresa brasileira. Paulo Sérgio foi substituído, na qualidade de procurador, pelo advogado Alexandre Verri. Às fls. 1682 do apenso XI, Nojan Bedroud consta como diretor da MSI — Media Sports Investment Limited.

Os iranianos Kia Joorabchian e Nojan Bedroud apresentavam-se, então, em referida alteração contratual, como diretor presidente e diretor sem designação, respectivamente, da MSI Licenciamentos e Administração

Ltda.

Às fls. 1685/1687 do apenso XI, tem-se que a Devetia Limited é controlada por uma outra empresa denominada GGAW Limited, que nada teria a ver com a GIBM apresentada por Alberto Dualib (fls. 262/264 do apenso II) como controladora de várias empresas, entre elas a MSI — Media Sports Investment Limited.

Observa-se, pois, que foi criada uma rede composta por várias empresas offshore, cujos efetivos proprietários têm suas identidades protegidas pela garantia de anonimato fornecida pelo paraíso fiscal das Ilhas Virgens Britânicas, ex-colônia da Inglaterra, país que, coincidentemente, abriga Boris Berezovsky na condição de refugiado político.

Além disso, conforme pedido de assistência judicial em matéria penal, encaminhado pelo Ministério Público da Confederação Suíça, Kia Joorabchian mantém no UBS uma conta corrente em nome de sua empresa, a Gagliano Holdings Corp. Em 17 de dezembro de 2004, pouco depois da assinatura do contrato de parceria com o SCCP, a Devetia Ltd. depositou 3,6 milhões de dólares nessa conta corrente.

7. O ingresso de valores

Entre dezembro de 2004 e abril de 2007, a MSI Licenciamentos e Administração Ltda. recebeu da Devetia Limited e, em alguns casos, da Altus Investment Management Limited, conforme informações do Banco Central do Brasil e do Banco Bradesco S.A., US$ 32.541.940,00 (trinta e dois milhões, quinhentos e quarenta e um mil, novecentos e quarenta dólares), a título de investimentos diretos no país, empréstimos ou

pagamentos de passes de atletas profissionais.

Os contratos de câmbio, registros de empréstimos estrangeiros e investimentos externos diretos e contratos de câmbio relativos à MSI *foram assinados por Kia Joorabchian, Nojan Bedroud, Paulo Sérgio e Alexandre Verri (volumes 6, 7 e 8 da documentação enviada pelo Banco Bradesco S.A.).*

Os recursos recebidos do Exterior a título de investimento direto no país foram creditados, via de regra, na conta corrente nº 303.247-7, aberta pela MSI Licenciamentos e Administração Ltda. *junto ao* Banco Bradesco S.A. *e posteriormente parte deles foi transferida para a conta corrente nº 209.000-7, de titularidade do* SCCP *junto à mesma instituição financeira, conforme documentação acostada aos apensos formados pela documentação encaminhada pelo banco.*

Por conta da parceria com a MSI, *o* SCCP *também recebeu, em 29.12.2004 (vide tabela acima), US$ 1.999.965,00 (um milhão, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e sessenta e cinco dólares) a título de empréstimo. Esses recursos teriam como origem uma pessoa chamada Zaza Toidze, natural da República da Geórgia.*

Segundo Kia Joorabchian (fls. 482/488 do apenso III), Zaza estaria transferindo diretamente ao SCCP *recursos correspondentes a um empréstimo contraído em ocasião anterior com a* Devetia Limited. *Como se tratou da primeira remessa após a celebração do contrato de parceria, os denunciados provavelmente cometeram, devido à pressa com que desejavam os recursos, uma falha operacional, revelando algo que não desejavam.*

Também é de se observar que, após 5 de maio de 2006, data em que Boris Berezovsky foi detido e interrogado no Brasil, apenas US$

3.950.000,00 (três milhões, novecentos e cinquenta mil dólares) ingressaram no país por conta da parceria MSI-SCCP*, ou seja, cerca de 12% (doze por cento) do total que ingressou no país desde a assinatura do contrato. Nos 18 meses anteriores, o valor transferido do exterior foi de mais de 28 milhões de dólares, o que parece revelar o receio de Boris Berezovsky com o futuro de seus investimentos.*

É de se observar, finalmente, que jogadores como Carlos Tevez (adquirido, conforme contrato acostado às fls. 920 do apenso correspondente, por 2,6 milhões de dólares) e Javier Mascherano (adquirido, conforme contrato acostado às fls. 931 do apenso correspondente, por 8,54 milhões de euros), não foram pagos com os valores que ingressaram em território nacional, mas diretamente no exterior em datas, valores e contas não revelados.

Pelo acima exposto, os denunciados:

a) Ao se associarem em quadrilha com o propósito estável e permanente de, valendo-se do Sport Clube Corinthians Paulista*, cometer crime previsto na lei 9.613/98, incorreram no art. 288 do CP, de forma organizada, nos termos da lei 9.034/95 e da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Internacional, promulgada pelo decreto 5.015/2004.*

b) Ao ocultarem a origem e a propriedade de valores oriundos da prática de crimes contra a Administração Pública e praticados por organização criminosa os quais o Brasil se obrigou a reprimir conforme as Convenções das Nações Unidas contra o Crime Organizado Internacional e contra a Corrupção, promulgadas, respectivamente, pelos decretos 5.015/2004 e 5.687/2006, incorreram no art. 1º da lei 9.613/98 c.c.

incisos V e VII do mesmo dispositivo.

Requeiro, portanto, a instauração de ação penal e citação dos acusados, prosseguindo-se nos demais atos processuais até ulterior condenação.

Requeiro, finalmente, a intimação de Antonio Roque Citadini (fls. 28/31 dos autos do inquérito policial) para depor sobre os fatos sob as penas da lei.

São Paulo, 10 de julho de 2007

Rodrigo de Grandis e Sílvio Luís Martins de Oliveira — procuradores da República.

A cópia dos argumentos dos procuradores federais foi por mim obtida na revista *Consultor Jurídico*, edição de 13 de julho de 2007. Na publicação, sob o título "Denúncia vazia", o diretor de redação Maurício Cardoso faz duras críticas à condução da investigação, alegando que não havia consistência para a instauração de inquérito penal. Maurício Cardoso afirma, inclusive, que a investigação federal legitimou parte dos investimentos da MSI no país. Mas o juiz da 6ª Vara Federal Criminal de São Paulo, Márcio Rached, acatou o pedido dos promotores e mandou prosseguir com a apuração dos supostos crimes. O doutor Rached entendeu que havia indícios suficientes de lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e violação dos protocolos internacionais de combate ao crime organizado e à corrupção assinados pelo Brasil poucos anos antes. Mais: o juiz determinou a "condução coercitiva" dos acusados (uma espécie de mandado de prisão mais brando) e expediu a busca e apreensão de documentos e computadores dos apontados pela investigação federal.

O alvo principal do magistrado era Boris Berezovsky.

Na madrugada fria de 5 de maio de 2006, cerca de um ano antes de formalizada a denúncia, Boris Berezovsky havia sido detido no aeroporto de Cumbica, em Guarulhos, quando tentava deixar o país em um jatinho particular. Os pilotos registraram um plano de voo São Paulo-Londres junto aos controladores do aeroporto — e a Polícia Federal foi acionada. Velho de guerra, o russo não ofereceu resistência. Com ele a PF apreendeu dois notebooks, dois celulares e documentos relativos ao acordo MSI-Corinthians. Boris estava usando um passaporte britânico especial para refugiados, em que constava o nome Platon Elenin. Prestou depoimento entre as 6 e as 14 horas. Já contava com a supervisão de um advogado e um tradutor que falava russo fluente. Em seguida, foi liberado pela polícia. E sumiu. Provavelmente, pegou seu jato particular e atravessou o Atlântico. O que se sabe é que nunca o "barão-ladrão" russo frequentou uma prisão brasileira. A "operação Perestroika", nome de código da investigação dos federais, prosseguiu reunindo provas contra Boris, Kia e os demais citados na denúncia.

Ainda em julho de 2007, outro juiz federal, da mesma 6ª Vara Criminal de São Paulo, entrou em cena. Fausto Martins de Sanctis, especializado em lavagem de dinheiro, pegou pesado: mandou prender Kia Joorabchian, Boris Berezovsky e Nojan Bedroud, os estrangeiros financiadores do acordo com o Corinthians. Os brasileiros Alberto Dualib (presidente do time), Nesi Curi (vice-presidente), Renato Duprat Filho (braço direito de Dualib), Paulo Angioni (gerente de futebol) e o advogado da MSI Alexandre Verri (estes sim residentes no Brasil) foram apenas denunciados por crime

de lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. (Para mais detalhes, ver a revista *Consultor Jurídico* de 12 de julho de 2007.) Tiveram o direito de responder em liberdade. E livres estão até hoje.

A Justiça Federal também autorizou a PF a fazer escutas telefônicas das pessoas citadas no inquérito. E o "grampo" dos federais registrou frases inacreditáveis em conversas dos acusados. Em 29 de março de 2007, às 13 horas e 56 segundos, a polícia gravou uma conversa telefônica entre Renato Duprat Filho e um funcionário da MSI chamado Fischer. Renato pergunta: "Quanto [em dinheiro] entrou até hoje no Corinthians?" E Fischer responde: "Uns 55 milhões, e foi tudo para o Corinthians"; "uns 2 ou 3 devem ter ficado [com eles]". Em 16 de maio de 2007, às 20 horas, 37 minutos e oito segundos, outra gravação. Dualib fala com Renato Duprat sobre as remessas de dinheiro de Boris Berezovsky: "Dinheiro não pode mandar mais aí como lavagem... tem que limpar isso aí."

O jornalista Juca Kfouri, um dos primeiros a denunciar a sacanagem no Corinthians, e os repórteres Bob Fernandes e Cláudio Leal, da *Terra Magazine*, tiveram acesso ao relatório final da Polícia Federal. Nas publicações que fizeram com essas informações, eles citam uma gravação em que os dirigentes do Timão teriam "mandado matar" um cara que estava atrapalhando os negócios. Na página 7 do relatório dos federais aparece uma transcrição sem data e horário em que está registrado o seguinte: "Nesi [Curi] diz que tem que ameaçar o pai do jogador... [inaudível]... tem que arranjar uma negrada em Itaquera para matar Martinez." O infeliz do Martinez, segundo os repórteres da *Terra Magazine* (ver edição online da revista eletrônica de 10 de setembro de 2007, às 15h07), seria um empresário de futebol

que costumava “aliciar jogadores da base corinthiana”. Vale destacar que não há notícia de nenhum atentado contra a vida desse Martinez — nem na época, nem até agora, ao finalizar este livro.

O relatório da operação Perestroika nos dá uma ideia do baixo nível dos envolvidos e da criminalização dos trabalhos no Timão. Mesmo sem o envolvimento da Máfia russa, as coisas no Corinthians já estavam bem complicadas. Boris Berezovsky, Kia Joorabchian e seus sócios russos e europeus tinham planos mais ambiciosos para o país, além do Corinthians. Boris, com experiência em atividades de transporte aéreo, relacionadas com a Aeroflot russa, pensava em fazer investimentos na falida Varig. Possuidor de um patrimônio pessoal avaliado em 10 bilhões de dólares, tinha planos de comprar a companhia, desde que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) concordasse em investir 300 milhões de reais na operação. O “barão-ladrão” russo pretendia que o Brasil pudesse conceder a ele o status de asilo político, semelhante ao que possuía na Inglaterra. Assim poderia viver no país sem sustos.

As escutas telefônicas revelaram também que Boris Berezovsky, utilizando seus contatos na área esportiva, iniciou gestões para se encontrar com o presidente Lula. Queria apoio do governo para prosseguir com o negócio de compra da Varig e para outros investimentos em empresas públicas e de capital misto. Na Rússia, Boris aplicou enormes quantias de dinheiro na compra de empresas de comunicação. Foi proprietário de um jornal diário, duas revistas e da televisão ORT, estatal, que, contando com a influência de Berezovsky junto a Boris Yeltsin, terminou privatizada. Na página 7 do relatório final da operação Perestroika da Polícia Federal consta

uma gravação telefônica em que "Renato [Duprat] mostra fortes contatos com os russos interessados em jogadores brasileiros [de futebol] e, nesse diálogo, Renato recebe proposta para levar a Boris sobre aquisição de oito estações de televisão afiliadas da TV Globo".

Isso ocorreu num momento em que a Rede Globo estava fazendo redução de custos e realmente vendeu algumas emissoras no interior de São Paulo. Na época, o diretor da CGCom (Central Globo de Comunicações), Luiz Erlanger, negou peremptoriamente que houvesse qualquer tipo de contato com o refugiado russo. De fato, as emissoras da Globo no Vale do Paraíba, interior de São Paulo, passaram a integrar a TV Vanguarda, cujo administrador é ninguém menos do que José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni. Nada a ver com os bandidos russos.

As tentativas de Boris Berezovsky para estabelecer contatos com o governo Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT) foram insistentes. Numa gravação telefônica de 28 de maio de 2007, às 17 horas, 54 minutos e 40 segundos, Rubens Gomes da Silva, o Rubão, e Renato Duprat Filho, ambos ligados ao esquema corinthiano, falam várias vezes sobre um certo "Vicente". Segundo os repórteres Bob Fernandes e Cláudio Leal (ver *Terra Magazine* de 10 de setembro de 2007), "vem a ser Vicente Cândido, deputado estadual do PT em São Paulo. Em conversa com pelo menos um jornalista, defendia a concessão de asilo para o russo Berezovsky e dizia falar em nome de José Dirceu, ex-ministro chefe da Casa Civil.

Juca Kfouri entrevistou o chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho, sobre esse tema. Em resumo, Carvalho disse que ninguém no governo sabia exatamente quem era Boris Berezovsky, mas, que

após conhecê-lo por informações da PF e das agências de informações, a possibilidade de concessão de asilo estava totalmente afastada. Entre os jornalistas especializados de Brasília, corria a informação de que Boris Berezovsky pretendia fazer uma doação de 20 milhões de dólares para campanhas eleitorais do PT. Isso nunca aconteceu — ou, pelo menos, nunca foi comprovado.

Um dos promotores do GAECO que investigou o acordo MSI-Corinthians, José Reinaldo Guimarães, solicitou à Abin um dossiê sobre Boris Berezovsky. A agência respondeu com um relatório de seis páginas, que foi incluído na denúncia do Ministério Público de São Paulo. Acompanhe um dos trechos mais reveladores:

> Tais dados constam de minucioso relatório produzido pela Agência Brasileira de Informações — Abin (fls. 11/16). Também se vê daquele documento a ligação de Boris Berezovsky com sucessivos governos da antiga União Soviética e, posteriormente, da Rússia, fato que lhe propiciou a aquisição de empresas estatais a preços abaixo do valor real de mercado e, também, a acusação de ter representado papel no desenvolvimento do jihad Islâmico ao financiar a ação de grupos ligados a bin Laden na Chechênia, em 1999.
>
> (...) assim, apontado como "banqueiro informal" dos movimentos chechenos, local que, nos dois anos seguintes, se tornaria um centro para a ação de criminosos, tendo sua capital, Grozny, listada como importante porto para o tráfico internacional de drogas.

Por ocasião das peripécias de Boris Berezovsky no Brasil, o secretário nacional de Justiça, Romeu Tuma Júnior, e o promotor José Reinaldo Carneiro, mestre em direito pela PUC-SP e professor da Universidade Mackenzie, publicaram um artigo indignado na *Consultor Jurídico* de 16 de maio de 2006. Eles denunciaram o modo de atuação da Máfia russa:

> Com as manobras correspondentes à consumação desses crimes, as máfias conseguem fazer circular na economia mundial o dinheiro obtido dissimulando a origem dos recursos. E a origem é a pior possível. Vai desde atos de terrorismo ou o financiamento puro e simples do terrorismo até o tráfico internacional de substâncias entorpecentes, passando pelo comércio de armas, munições e material destinado à sua produção.

Os autores, no artigo chamado "E se fosse Osama?", estranham que o Brasil, tendo assinado os tratados internacionais de combate ao crime organizado, a lavagem de dinheiro e a corrupção, permitisse a entrada de Boris Berezovsky e a sua estada sem impedimentos. Acompanhe o raciocínio de Tuma e José Reinaldo:

> A adesão brasileira ao combate da lavagem de dinheiro, em que pese bastante comemorada pelo significativo avanço legislativo, não foi capaz de solucionar, desde a semana passada, estranho paradoxo. Está circulando em território nacional, com bastante desenvoltura, inclusive assessorado ostensivamente por políticos brasileiros, o magnata russo Boris Berezovsky. Segundo relata a imprensa, em pouco mais de dez dias ele estabeleceu relações amistosas com diretores de companhia aérea [a falida Varig] e procurou contato com empresas estatais brasileiras.

Vale lembrar que a Abin havia classificado Boris como "banqueiro informal" dos movimentos radicais na Chechênia, entre eles o Jihad Islâmico, envolvidos em centenas de atentados na ex-república soviética e na própria Rússia. O grupo terrorista Jihad Islâmico, ao se fundir com a Irmandade Muçulmana, como já vimos, deu origem à al Qaeda, chefiada por Osama bin Laden. A guerra de independência da Chechênia, que provocou duas invasões russas e resultou em dezenas de milhares de mortos, tornou-se o calcanhar de aquiles do governo de Vladimir Putin, arqui-inimigo político de Boris Berezovsky. Foi

Putin quem expulsou Boris da Rússia e contra ele decretou três mandados de prisão.

E Boris foi o homem que praticamente comprou o Corinthians, quis comprar a Varig e pretendeu obter asilo para viver em nosso país.

Em 2009, o juiz federal De Santis foi afastado da apuração do envolvimento da Máfia russa com o Corinthians. E ninguém entendeu muito bem por quê.

8

ESSA BANDALHEIRA TODA RESULTOU em que para o Corinthians?

O contrato entre o clube e a MSI, assinado em novembro de 2004, estabelecia que a empresa inglesa investiria no Timão durante dez anos. Kia Joorabchian, da noite para o dia, se transformou em gerente dos recursos externos do Corinthians e seu representante comercial, credenciado para fechar contratos em nome do clube. Tornou-se, como se diria popularmente, o rei da cocada preta. A MSI prometia montar um elenco "galáctico" em campo e chegou a acenar com a possibilidade de criar um canal a cabo de televisão para o Parque São Jorge. Em troca, Kia assumia o departamento de futebol, negociando contratos publicitários, obtendo dividendos com a venda de atletas e outras maravilhas mais. Em setembro de 2007, a edição online de *Veja* publicou um artigo de seis páginas resumindo a tragédia corinthiana.

Kia gastou cerca de 115 milhões de reais em contratações no primeiro ano da parceria.

Trouxe jogadores famosos e promissores, como os argentinos Tevez e Mascherano e os brasileiros Nilmar, Carlos Alberto e Roger, entre vários outros. Gastou até com um técnico estrangeiro e caríssimo: Daniel Passarella [*a imprensa especializada, tanto brasileira quanto argentina, dizia que o controvertido técnico ganhava meio milhão de reais por mês*], demitido depois de perder por 5 a 1 para o São Paulo no Pacaembu e ser ameaçado por uma invasão de torcedores no gramado. Apesar do fracasso no Campeonato Paulista e na Copa do Brasil, o time foi campeão brasileiro em 2005, troféu marcado pelo escândalo da máfia do apito e por um erro crucial de arbitragem no jogo decisivo contra o Internacional, vice-campeão. Em 2006, a parceria começou a fazer água. As brigas internas e as trapalhadas de Kia e da diretoria do Corinthians prejudicaram as campanhas da equipe, que não levantou a tão sonhada taça da Copa Libertadores e fracassou também nas outras competições do ano. Em 2007, foram novos fiascos no Paulista, no Brasileiro e na Copa Brasil.

E o Timão acabou rebaixado para a segunda divisão do futebol brasileiro. Um desastre do qual a nação corinthiana custou a se recuperar. Curiosamente, durante os melhores momentos do acordo MSI-Corinthians, Kia Joorabchian frequentava a tribuna de honra dos estádios e era aplaudido pela torcida. Depois se tornou o ícone do desastre do Parque São Jorge. Em reportagem de Natália Viana, publicada pela revista *Caros Amigos*, o presidente da maior torcida organizada do Corinthians, a Gaviões da Fiel, Ronaldo Pinto, disparou curto e grosso:

— Chega um cara que ninguém sabe de onde vem, que não é corintiano, e compra o time? Quem são eles? Ninguém sabe.

A atuação da Máfia russa no futebol brasileiro seguiu um padrão das operações multinacionais do crime organizado. Começa-se criando uma empresa, como a MSI, que tinha sede em Londres, porque no Reino Unido as leis comerciais são extremamente

simplificadas e ninguém faz muitas perguntas. Peter Lilley, ex-agente secreto inglês, atualmente consultor de fraudes bancárias de grandes corporações globais, publicou um livro (*Lavagem de dinheiro — Negócios ilícitos transformados em atividades legais*, Futura, 2001) em que ensina como fazer isso. Segundo ele, começa-se comprando um telefone celular pré-pago em qualquer país da Comunidade Britânica. Esse tipo de aparelho, justamente porque sua utilização é paga antecipadamente, não exige cadastro e não oferece problemas para a operadora de telefonia.

Você pode declarar qualquer endereço sem comprovação, sem motivos e sem prestação de renda ou propriedades. Assim, adquire um "endereço legal". Com base nisso, entra com um processo de abertura de uma empresa, com capital social igual ou inferior a 100 dólares. A conta do telefone é apresentada como "sede da empresa" — e é aceita pelas facílimas leis comerciais do Reino Unido. Pronto. O dono da conta telefônica vira empresário. Passados alguns meses, o proprietário do telefone e já "empresário", misteriosamente, vende os ativos do seu negócio para investidores dispostos a colocar milhões de dólares num empreendimento que sequer começou. Tudo dentro da lei.

A microempresa, que teria enormes porém desconhecidos potenciais comerciais, que ninguém explica, se associa a megaempresários. Jorra dinheiro sobre o dono da pequena empresa — e ele se torna testa de ferro de uma gigantesca operação transnacional. O passo seguinte é constituir dezenas de associações com outras empresas, abrir dezenas ou centenas de contas bancárias. O objetivo é fazer com que a origem dos recursos se perca num

emaranhado de situações, difícil de rastrear. E quando se trata de pagamentos à vista em dinheiro vivo, o sistema bancário não tem muitas exigências a fazer. Lentamente, a operação vai se legalizando. No caso do Corinthians, por exemplo, nunca foi possível apurar com exatidão de onde vinha o dinheiro.

Kia Joorabchian consta como sócio-proprietário de nove empresas sediadas em Londres, todas no mesmo endereço da capital britânica: 71 Kingsway, quinto andar. Lá é a sede da MSI, com capital registrado de mil libras esterlinas (cerca de 4.200 reais), de academias de artes marciais e de uma revendedora de motores. Como este iraniano conseguiu investir 115 milhões de reais no Corinthians? Apesar de todas as denúncias apresentadas pelo GAECO e pelo Ministério Público Federal de São Paulo, a Suprema Corte de Justiça decidiu, liminarmente, por princípio, em despacho do ministro Celso de Mello datado de 19 de agosto de 2008, que a ordem de prisão contra Kia Joorabchian não valia. Em 18 de novembro do mesmo ano, a Segunda Turma do STF anulou definitivamente o mandado de prisão contra Kia e concedeu habeas corpus para todos os estrangeiros acusados de envolvimento com a MSI. Kia, Boris e Nojan Bedroud foram beneficiados pela mesma decisão. Além do relator, votaram a favor os ministros Joaquim Barbosa e Cezar Peluso.

Estavam todos livres de acusações. Alberto Dualib e seus parceiros na diretoria do Corinthians deixaram as funções no clube. Em 2008, depois de uma campanha espetacular, o Timão retornou à primeira divisão do futebol brasileiro. Os mandados de prisão feitos pela Federação Russa contra Boris Berezovsky não foram cumpridos até hoje. O barão-ladrão russo vive tranquilamente em Londres.

Kia Joorabchian desapareceu do noticiário brasileiro, até janeiro de 2009, quando o time de futebol inglês Manchester City tentou comprar o meia Kaká, do Milan, o maior craque brasileiro da atualidade, duas vezes escolhido o melhor jogador do mundo. O Manchester City é um dos mais antigos times do futebol inglês, fundado na segunda metade do século XIX (1880). Mesmo assim, só duas vezes — em 1937 e 1968 — conseguiu o título nacional. Sempre foi uma equipe de segunda, muito atrás do Manchester United, o atual campeão europeu, vizinho na mesma cidade. Só que o Manchester City, como o Corinthians, também virou alvo de especuladores internacionais e do crime organizado. Até 2008, o dono do City era Thaksin Shinawatra, ex-premiê da Tailândia, que renunciou após uma série de acusações de corrupção e lavagem de dinheiro.

Uma das principais jogadas de Shinawatra no Manchester City foi a contratação de Robson de Souza, o Robinho, 25 anos, que deixou o Real Madrid e se tornou um dos jogadores mais caros do mundo. No início de 2009, Robinho foi acusado de violência sexual contra uma jovem britânica de 18 anos em uma casa noturna de Leeds, cidade próxima a Manchester, num inferninho chamado The Space. O caso foi parar na Justiça e Robinho foi ameaçado de prisão. (Para maiores detalhes, ver a revista *Veja* de 4 de fevereiro de 2009, que deu capa sob o título "Por que eles nunca crescem?", com uma foto de Robinho chupando o dedo polegar da mão direita, como um bebê, após marcar um gol.)

O ex-premiê tailandês acabou vendendo o Manchester City pela bagatela de 300 milhões de dólares, em setembro de 2008. O novo

proprietário seria o xeique Mansur bin Zayed, irmão do presidente dos Emirados Árabes Unidos e senhor de um patrimônio pessoal estimado em 22 bilhões de dólares — "mais do que o dobro da fortuna do magnata russo Roman Abramovich, dono do Chelsea, treinado por Luiz Felipe Scolari", segundo a mesma edição de *Veja*. Foi o potentado árabe quem iniciou as negociações para contratar Kaká. No mesmo dia em que comprou o City, pagou 43 milhões de euros para tirar Robinho do Real Madrid. Agora, para levar Kaká, estaria disposto a pagar muito mais. Acompanhe um trecho da reportagem de Thaís Oyama e Fábio Portela, publicada na citada edição de *Veja*:

> O principal operador de Mansur é o iraniano Kia Joorabchian, que ficou conhecido no Brasil ao liderar a parceria do Corinthians com o nebuloso grupo MSI, em 2005. Há três semanas [janeiro de 2009], o xeique voltou a agitar o mundo do futebol, ao oferecer 115 milhões de euros ao Milan pelo meia brasileiro Kaká. Seria a maior transação da história do futebol, mas Kaká preferiu os milhões e a tradição do Milan aos milhões — e por enquanto não mais do que isso — do Manchester City.

No mundo moderno, como foi possível acompanhar, as operações do crime organizado se confundem com as do dinheiro legal. A ponto de não se saber onde começa um e onde termina outro. Emergindo do submundo, o dinheiro ilegal passa por uma série de processos até ser legalizado. E aí se torna quase impossível reconhecer suas origens. Quem é empresário e quem é bandido. Difícil, muito difícil definir.

TERCEIRA PARTE: *A radicalização do confronto*

"A única certeza é a arma (...)
A morte é só um detalhe (...)
Lembra a última vez
em que foi feliz?..."
(Citações de *Manual prático do ódio*,
de Ferrez, o cronista do Capão Redondo,
campo de batalha na periferia de
São Paulo.)

A intensidade dos conflitos armados no Brasil se dá com tal brutalidade, que só é possível defini-los como "um estado de guerra". Mais de 50 mil pessoas perdem a vida a cada ano, em consequência do uso de armas de fogo, explosivos, facas e outros meios cruéis. O número de feridos só pode ser contado em centenas de milhares. O caos social brasileiro mata mais do que as guerras do Iraque, do Afeganistão e da Palestina juntas. A cada ano novo, somamos o

mesmo número de vítimas americanas em 11 anos de violência no Vietnã. E tudo começa com o abandono, os maus-tratos e a desesperança que afligem enormes populações, particularmente as crianças.

1

A TERÇA-FEIRA 13 DE fevereiro de 2007 amanheceu ensolarada e muito quente no Complexo do Alemão, zona norte do Rio. Visto do alto, o conjunto de 14 favelas, com mais de 130 mil moradores, parece um mar de telhados de amianto e lajes de cimento acinzentadas. É como se fosse uma cidade de tijolos vermelhos, de casas sem reboco e sem pintura. As ruas estreitas e as vielas de terra batida formam um labirinto que só os moradores antigos conhecem bem. As pessoas não sabem dar informações a respeito de nenhum endereço fora das ruas principais, aquelas que têm nome e numeração. E estas são poucas.

Em meio ao mar de casinhas avermelhadas, destacam-se o prédio da Fundação Oswaldo Cruz, um castelo mourisco, exótica arquitetura erguida no século passado, e a igreja da Penha, com a enorme escadaria em que os fiéis pagam promessas, subindo de joelhos. Esta cidade dentro da cidade é o mais importante território do Comando

Vermelho no Rio de Janeiro. É o maior entreposto de drogas e armas da organização. Ali, os criminosos são governo e justiça. Num "tribunal do crime", o jornalista Tim Lopes, da TV Globo, foi sentenciado à morte em 2 de junho de 2002. Os olhos dele foram queimados com cigarros. Os pés e as mãos foram decepados com uma espada samurai empunhada pelo traficante Elias Pereira da Silva, o Elias Maluco. O corpo foi incinerado dentro de um barril com gasolina, num local que os bandidos chamavam de "forno de micro-ondas". A lei do cão do Comando Vermelho impera até hoje no Complexo do Alemão.

Na manhã daquela terça-feira do verão carioca, nos seus últimos momentos de vida, Carlos Alberto da Silva Fernandes, 47 anos, faxineiro de um supermercado, estava preocupado com a movimentação policial na favela da Grota, uma das áreas mais carentes do Complexo do Alemão. Morador do bairro há muito tempo, Carlos Alberto conhecia a rotina de violência. Toda vez que a polícia entra na Grota, recebida por salvas de fogos de artifício, alguém sempre morre. O melhor é ficar dentro de casa até a confusão passar. Contrariando a precaução, nosso pobre faxineiro resolveu deixar a segurança precária do barraco e seguir até a rua principal. Pretendia usar o telefone público e avisar seu empregador que chegaria tarde naquele dia.

Não chegou nunca mais. Ao sair de casa, foi atingido por um tiro de fuzil na cabeça e teve morte instantânea. Ninguém sabe de onde veio a bala, tamanho o tiroteio em que a favela mergulhava. Mais de quarenta homens da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core) da

Polícia Civil, apoiados por setenta soldados do Bope, a tropa de elite da PM, invadiram a favela ao amanhecer. A força policial tinha auxílio de dois blindados (os "caveirões"), dois helicópteros e um grupo da Força Nacional de Segurança (FNS). O delegado Rodrigo Oliveira comandava o ataque. No final do dia, outras cinco pessoas, além de Carlos Alberto, estariam mortas. O cabo Marcelo Costa, do Bope, levou um tiro no pé. Maximiano Mendes de Bezerra, um rapaz de 17 anos, foi atingido na cabeça, mas sobreviveu.

A invasão da favela foi a primeira resposta em larga escala do governo do Rio contra a organização criminosa responsabilizada pelo assassinato do menino João Hélio, já citado neste livro. (Uma semana antes, o garoto, de 6 anos, foi arrastado pelas ruas e despedaçado depois que um grupo de assaltantes roubou o carro da mãe dele e saiu em disparada, com o menino preso do lado de fora pelo cinto de segurança.) A morte de João Hélio indignou a opinião pública do Rio e do país. Até o Congresso Nacional se mexeu, querendo aprovar novas leis em caráter de emergência, como a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. No final não deu em nada. Nem a ação da polícia, nem dos congressistas. O corpo de João Hélio resvalou para o esquecimento. E é por isso que faço questão de retomar o drama que ele e a família viveram.

Mas a "batalha do Alemão" estava apenas por começar. Depois do tiroteio do dia 13 de fevereiro, 150 militares da Força Nacional de Segurança foram deixados patrulhando as ruas que dão entrada às favelas do Complexo do Alemão, naquilo que foi chamado de "operação Cerco Amplo". As tropas federais, reforçadas por trezentos soldados da PM, participaram de alguns enfrentamentos. Nessa altura

do campeonato, ainda longe do confronto principal, os jornais já registravam 17 mortos e sessenta feridos (ver o *Estadão Online* de 22 e 24 de fevereiro de 2007). Mas o caldo entornou mesmo quando uma das quadrilhas de traficantes do Complexo do Alemão resolveu dar o troco.

Na noite do feriado de 1º de maio, o Dia do Trabalho, os soldados da PM Marco Antônio Ribeiro e Marcos André Lopes foram fuzilados pelos bandidos na esquina da Rua João Vicente com a Estrada Henrique de Melo, em Bento Ribeiro, subúrbio do Rio, quando tomavam conta do pequeno altar construído por moradores no local exato em que o corpo do menino João Hélio havia sido abandonado dois meses antes. No dia seguinte, após o enterro dos policiais, o governador Sérgio Cabral declarou guerra aos criminosos. O enfrentamento entre a autoridade constituída e o Comando Vermelho se arrastaria por meses, deixando um saldo de mais de duzentas pessoas mortas e feridas.

As forças da lei levaram mais de um mês preparando a megaoperação contra o Complexo do Alemão. Dois depósitos de drogas e armas haviam sido localizados pela área de inteligência da polícia, que apontou também o lugar de maior concentração de traficantes. O quartel-general do Comando Vermelho estaria na favela do Areal. Mapas da região foram confeccionados a partir de imagens de satélite do Google Earth, reveladoras dos menores detalhes de ruas e casas. Quarenta alvos nas favelas foram assinalados com setas e círculos vermelhos sobre os mapas. A força policial, com helicópteros e blindados, reuniu 1.350 homens. O Rio de Janeiro não via tanto poder desde os tempos da ditadura militar.

No time dos bandidos, segundo informações da inteligência policial, havia 1.400 “soldados do tráfico”, dispondo de poderoso arsenal e espalhados por 110 pontos diferentes do Complexo do Alemão. Pistolas, fuzis automáticos, lançadores de foguetes, metralhadoras antiaéreas e granadas estariam nas mãos dos traficantes do CV. O governo do Rio acreditava, àquela altura, que cerca de 4 mil pessoas estavam envolvidas com o negócio das drogas na região. A batalha do Alemão não ia ser fácil.

Na noite de 26 para 27 de junho de 2007, ninguém dormiu muito bem no governo do Rio. Foi montado “um gabinete de crise” para acompanhar os acontecimentos. E dizem que o próprio governador aprovou pessoalmente as minúcias do plano. Sérgio Cabral deve ter tido mesmo alguma dificuldade para conciliar o sono: 19 pessoas iriam morrer, outras 13 ficariam seriamente feridas, o nível de danos ao patrimônio público e privado nunca seria contabilizado. E o caso ganharia repercussão mundial, com imagens estarrecedoras nas televisões, de corpos caídos pelas ruas, moradores correndo desesperados, policiais feridos. Bagdá é aqui mesmo.

Durante a madrugada, setecentos homens se concentraram no estande de tiro da Polícia Civil, na zona portuária do Rio. Mais 650 da PM, do Bope e da Força Nacional de Segurança entraram em prontidão em diversos batalhões. A hora “D” foi fixada nas 10 horas, quando é menor o movimento de civis e crianças. A previsão do tempo assinalava uma massa de ar seco vindo de São Paulo para o Rio, deixando o tempo claro, com temperatura entre 24 e 26 graus, ventos de leves a moderados. Tempo bom para a guerra.

A força policial convergiu sobre o Complexo do Alemão a partir

das 8h30. Menos de uma hora depois, todas as entradas das favelas a serem ocupadas já estavam bloqueadas. Primeiro entraram os blindados e os helicópteros. O Bope manobrava uma retroescavadeira para remover entulhos e barreiras. Três "batedores" — gente da comunidade usando mortalhas, máscaras e luvas guiavam as tropas. Os policiais avançavam com cuidado, a pé, partindo de vários pontos diferentes. Foram recebidos por enorme fuzilaria. Munição de todos os calibres desabou sobre a força, incluindo bombas, coquetéis molotov e granadas. Os combates duraram cinco horas. Antes do entardecer, os policiais se retiraram, levando 13 corpos com eles. À noite, por volta das 23h30, um apavorado motorista de uma Kombi de lotação levou mais seis cadáveres para o distrito policial da Penha. Ele havia sido obrigado pelos traficantes (ou por moradores) a fazer a viagem macabra, carregando no veículo os corpos que ficaram abandonados no campo de batalha.

Os combates foram mais intensos em Areal, Grota, Matinho, Cruzeiro e Chuveirinho. O cenário mais violento do conflito foi o Areal, apontado como o QG do Comando Vermelho. Só ali morreram nove pessoas. A polícia atingiu um dos paióis do tráfico, onde apreendeu 30 quilos de cocaína, 115 de maconha, sessenta bananas de dinamite, duas metralhadoras antiaéreas (uma delas pertencente ao Exército boliviano), cinco fuzis, cinco pistolas e milhares de munições. Desde os primeiros tiroteios, em fevereiro, a batalha do Alemão já anotava 38 mortos e 70 feridos. Em entrevista ao repórter Sérgio Torres, da *Folha* (29 de junho de 2007), o secretário de Segurança do Rio, José Mariano Beltrame, disse que os 19 mortos do dia 27 de junho "eram todos criminosos e, se não eram, passaram a

sê-lo no momento em que resolveram enfrentar a polícia". Um espanto! O secretário ainda disse mais: a ação policial "quebra um pacto de não agressão silencioso" que existiria entre governantes e bandidos, firmado por administrações que "nunca quiseram comprar esse desgaste político".

José Mariano Beltrame, gaúcho de olhos azuis, delegado federal há 28 anos, poucos dias após o massacre do Alemão foi aplaudido de pé pelas 3.200 pessoas que participavam de uma festa de lançamento de um novo modelo de carro da Citroën, numa casa de espetáculos do Rio. E olha que os astros do show eram o ator americano Kiefer Sutherland, o Jack Bauer do seriado *24 Horas*, da Fox, e a cantora Marisa Monte. Aos artistas, a elite da sociedade carioca não dedicou tantos aplausos. Beltrame recebia aprovação pelo endurecimento das ações policiais contra o tráfico. Foi matéria de capa da *Veja Rio* (18 de julho de 2007). Naquela mesma semana o governo Sérgio Cabral encomendou uma pesquisa ao Ibope para saber a opinião das pessoas: indiscriminadas ou não, as matanças nas favelas foram aprovadas por 83% dos entrevistados (ainda segundo a *Veja Rio*). O Rio de Janeiro, cidade símbolo do Brasil, mostrava a sua face mais cruel.

A virulência dos governantes contra os favelados certamente faz parte da política de combater "as classes perigosas", ou seja, os pobres. E pobre é o que não falta no Complexo do Alemão, uma das regiões mais desgraçadas do Rio, vítima de abandono e pauperização. O Censo 2000 do IBGE informa que 29% dos moradores vivem abaixo da linha da pobreza naquela área da capital, número mais grave do que o registrado na favela do Jacarezinho (27%), na famosa

Cidade de Deus (25%) ou na maior de todas, a Rocinha (22%). Em todo o Rio, o índice geral de miséria é de 13%. O Alemão parece ser o cenário ideal para que se desencadeie a fúria das classes dominantes.

Após os acontecimentos no Complexo do Alemão, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) divulgou um relatório afirmando que houve execuções sumárias durante a invasão policial. A Ordem dos Advogados do Brasil recebeu uma série de denúncias e abriu uma investigação. Entidades internacionais botaram a boca no mundo. Algo de podre tinha acontecido. A ONU mandou um representante ao Rio, Philip Alston, especialista em execuções sumárias. Dois dias depois ele declarou aos jornais não ter ouvido "nenhum argumento plausível da polícia para justificar a operação", um comentário, no mínimo, apressado. A Assembleia Legislativa do estado e o Ministério Público pediram providências, mas o delegado Alcides Iantorno (22ª Delegacia), responsável pela área do conflito, disse que não podia realizar perícias: "Para chegar lá a polícia tem que subir com mil homens" (*Estadão Online*, 10 de julho de 2007). No Instituto Médico-Legal (IML), os 19 corpos foram lavados com uma ducha, eliminando vestígios — como de pólvora — que poderiam ajudar na apuração dos fatos. No dia 1º de novembro de 2007, o ouvidor-geral da Secretaria dos Direitos Humanos, Pedro Montenegro, declarou que, dentre os 19 mortos do Complexo do Alemão, "duas execuções são claras e os cinco casos de tiros à queima-roupa provavelmente seriam confirmados como execuções se houvesse uma investigação aprofundada". Mas não houve punições.

A batalha prosseguiu até o fim do ano. No dia 9 de novembro, traficantes da região abriram fogo de metralhadoras contra o

helicóptero Águia, da Polícia Civil. Dentro dele, um atirador de elite, Eduardo Henrique Mattos, que participara de combates anteriores, morreu atingido na cabeça. (No Areal, os franco-atiradores disparavam dos helicópteros com fuzis 7.62 sobre as casas e os bandidos entrincheirados. A TV Globo mostrou uma cena incrível em que dois traficantes em fuga foram atingidos do alto. Dois aparelhos da polícia do Rio já caíram durante operações em favelas, mas nunca se confirmou que foram atingidos por balas.) No dia 27, o alvo foi um helicóptero Esquilo, do Exército, atingido por um tiro de fuzil 7.62. A bala atravessou a cabine e por pouco não matou o piloto, que sobrevoava a Vila Cruzeiro. Se o aparelho caísse ali, poderia haver uma tragédia. No dia 5 de dezembro, outra invasão: seiscentos policiais entraram no Alemão, mas a operação fracassou porque houve vazamento de informação para os criminosos e porque quatro dos oito veículos blindados enguiçaram. Os "soldados do tráfico" colocaram fogo em ônibus, bloqueando a entrada meia hora antes do horário combinado para o ataque policial. Àquela altura dos acontecimentos, a violência no conjunto de favelas já contabilizava 47 mortos e 80 feridos a bala ou por estilhaços de granada. Algumas fontes chegaram a citar 50 mortos, 10 desaparecidos e 100 feridos.

Entre 2006 e 2009, mesmo os governantes tendo assumido o ônus político de sangrentos enfrentamentos com o crime organizado (como na repressão pós-atentados do PCC e no Complexo do Alemão), o poder dos grupos clandestinos e das facções sequer foi arranhado. No período, o tráfico de drogas só fez aumentar. As anfetaminas e as demais drogas sintéticas tomavam de assalto a juventude brasileira, revelando grande sofisticação por parte de

traficantes ricos e de classe média. O *New York Times*, na semana de 23 de fevereiro de 2009, registrou:

> Esses novos distribuidores de drogas são diferentes dos traficantes fortemente armados e de seus jovens e miseráveis "soldados" das favelas, onde a polícia entra com pequenos exércitos para travar violentas batalhas contra as quadrilhas. Os acusados de vender ecstasy costumam ser universitários ligados ao universo da música eletrônica. Diferenças à parte, o tráfico de drogas está cada vez mais demonizado aos olhos da lei no Brasil, e a elite do país não está sendo poupada.

(...)

A reportagem de Alexei Barrionuevo acrescenta:

> Recentemente, a Polícia Federal prendeu 55 pessoas, muitas delas no Rio, numa investigação nacional focada em jovens da classe média alta que estavam trazendo ecstasy e outras drogas sintéticas da Europa para o Brasil. Em São Paulo, a polícia selecionou raves, boates e universidades de alto nível para fazer longas operações sigilosas. Nos últimos anos, a polícia paulista prendeu centenas de universitários em ações contra o tráfico de ecstasy.

O mundo do tráfico se sofistica. As negociações são feitas online, ou no ambiente cálido das baladas, entre garotos sorridentes e meninas descoladas. A juventude rica do país nem considera que vender drogas sintéticas seja um crime. É mais uma curtição. E a polícia não entra dando tiros na casa desses novos criminosos. Enquanto isso, nas favelas, o massacre continua inutilmente: para cada bandido morto há centenas de outros na fila de espera por uma chance de entrar no movimento.

As grandes facções criminosas, entre elas o Comando Vermelho, o PCC e o Terceiro Comando, diversificaram seus negócios e se

espalharam pelo país. Fugindo da repressão nos grandes centros urbanos, foram se instalar discretamente no interior. Os estados de São Paulo, Paraná, Mato grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás são as regiões do Brasil em que as organizações criminosas montaram suas bases principais. Investigações da Polícia Federal dão conta de que o PCC controla hoje uma extensa rede de tráfico de drogas e armas na área de produção de cana e álcool no interior paulista. A chamada Conexão Caipira, de acordo com investigações da Polícia Federal, cresceu tanto que já fornece cocaína, maconha e armas para os morros cariocas.

No dia 29 de novembro de 2007, o Departamento de Narcóticos de São Paulo acertou o primeiro golpe contra a nova rota das drogas, que teria contatos com fornecedores colombianos, bolivianos e paraguaios. Em Ribeirão Preto, num galpão do bairro pobre de Adelino Galvão, os agentes apreenderam um caminhão-tanque em cujo interior foram encontrados 198 quilos de cocaína pura, avaliados em 2,5 milhões de dólares. O dono do galpão era o universitário Marcelo Cruz, que escapou. Na casa dele a polícia encontrou ainda 5 quilos de crack.

Dois meses antes, um avião monomotor sofreu uma pane e fez um pouso de emergência numa estrada de terra no município de Pradópolis, também nas proximidades de Ribeirão Preto. Os moradores do local estranharam que o piloto, após escapar do desastre, tenha fugido correndo. No compartimento de bagagens do aparelho a polícia encontrou 431 quilos de cocaína colombiana, em estado puro, que poderiam valer 5 milhões de dólares. Esses valores correspondem ao preço da droga comprada por traficantes, dos seus

fornecedores. No mercado consumidor, distribuída no varejo, pode alcançar um valor cinco vezes maior.

As duas maiores organizações criminosas do país, o Comando Vermelho e o PCC, atuam juntas. Têm divisões de tarefas no tráfico — e a Conexão Caipira é só um exemplo. Também possuem esquemas de proteção mútua, escondendo bandidos procurados em seus territórios. CV e PCC estão em franca expansão, mantendo elementos de ligação nos países vizinhos ao Brasil, onde são respeitados pelos "barões das drogas". Agora lançam suas estruturas para a África e a Europa.

Na sexta-feira, 19 de setembro de 2008, o jornal português *Correio da Manhã* estampou a manchete: "Máfia das favelas entra em Portugal". A reportagem de página inteira dava conta de que "criminosos brasileiros criaram perto de Lisboa, na margem sul do rio Tejo, o Primeiro Comando Português", o PCP. Parece piada de português, mas pode não ser. Poucos meses depois, no dia 3 de março de 2009, o Departamento de Estado americano divulgou um relatório anual sobre o tráfico de drogas, em que indicava que Portugal era uma nova base para nossas organizações criminosas. O correspondente da *Folha* em Washington, Sérgio Dávila, no dia seguinte, publicou um longo texto na primeira página do caderno Cotidiano:

> As organizações criminosas brasileiras Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo, e Comando Vermelho, do Rio de Janeiro, aumentaram sua presença internacional, atuando em países como Bolívia, Paraguai e, "possivelmente", Portugal. (...) No relatório da chancelaria norte-americana, Portugal é apontado como o porto de entrada para a Europa da cocaína traficada de países andinos via Brasil e Venezuela, com

primeira escala em países do oeste da África.

Os bandidos de alto bordo, caro leitor, não moram nas favelas. Se fôssemos desenhar a pirâmide do crime organizado, teríamos o seguinte quadro, da menor para a maior importância: na base, em quinto lugar, estariam as quadrilhas do roubo armado e da distribuição de drogas no varejo; em quarto, as organizações criminosas que conhecemos, como o CV e o PCC; em terceiro, a interface que negocia com grupos internacionais, na qual desponta o nosso Fernandinho Beira-Mar; em segundo, os produtores de drogas, os cartéis e as máfias, os vendedores de armas de guerra; em primeiro, no alto da pirâmide, o que ficou conhecido como "a face oculta do crime", os financistas e investidores, os operadores da lavagem do dinheiro, gente ligada aos mercados financeiros e de troca de capitais, homens que estão no poder em seus países, muitos deles usando fardas ou faixas presidenciais.

2

ELA VEIO DO INTERIOR de Pernambuco. Nasceu num tão pequeno lugarejo que nem nome tinha. Escola também não tinha, nem água encanada ou banheiro. Naquele fim de mundo, ninguém jamais possuiu fogão a gás ou geladeira — ou papel higiênico, pasta de dentes e aquelas coisas simples, como luz elétrica, que fazem a diferença entre civilização e deserto. Água de beber e para dar aos animais de criação era preciso buscar numa cacimba a 8 quilômetros de distância. Pouco mais de uma légua, como se diz no interior do Nordeste. A família — pai, mãe, avó materna e oito filhos — vivia numa tapera miserável. Para sobreviver, milho, feijão, macaxeira, cabras e galinhas. Até o mandacaru, cacto espinhento, servia de comida para humanos e bichos. Sete meses de seca e sol inclemente por ano. Uma condição de vida, como diriam os engravatados economistas, "abaixo da linha da miséria".

Geralda teve dois azares na vida: nascer naquele lugar e nascer

bonita de doer. Aos 12 anos, já era um problema para a família. Cabelo sarará arrepiado. Olhos esverdeados. Boca carnuda. Peitos empinados e bunda arrebitada. Era o tipo da Gabriela de Jorge Amado. O pai, Joselão, assim chamado porque era um José muito alto para o padrão local, percebeu que aquela filha ia terminar em perdição. Aos 14 anos, Geralda era a Gisele Bündchen do vilarejo sem nome. Não podia mais ficar ali. Joselão consultou o padre que aparecia pela vila uma vez por mês. Este, por sua vez, consultou o Jacinto Bezerra, proprietário de terras e comerciante, que tinha parentes no Rio de Janeiro. Jacinto, sertanejo de 76 anos, quis conhecer a moça. Não se sabe ao certo o quanto ele a conheceu, mas o velho Jacinto decidiu enviar a garota para a Cidade Maravilhosa, a fim de trabalhar como empregada na casa da família. As tratativas não foram fáceis nem rápidas, tudo se resolvia por cartas de lá para cá. Essas coisas aconteceram na segunda metade dos anos 1960. Não havia nenhuma das facilidades que conhecemos hoje. Até telefone era difícil de encontrar, mesmo entre a classe média.

Só com 16 anos é que essa Geralda chegou ao Rio de Janeiro. Chegou de ônibus, após uma interminável viagem por metade do Brasil. Trazia duas mudas de roupa e uns poucos trocados para a comida ao longo do caminho. Menstruou pela primeira vez dentro do ônibus. E não sabia o que fazer, vendo os abismos rolarem dentro dos abismos. Bicho do mato, falava pouco — na verdade tinha poucas palavras em seu idioma de analfabeta. Mas a longa viagem encheu os seus olhos de um mundo novo. Olhava tudo, absorvia tudo, passava pelas cidades iluminadas. A luz era como um tesouro de contas preciosas. “Nunca mais vou esquecer de todas aquelas coisas acesas;

me sentia num céu estrelado", ela me disse um dia. Chegou à rodoviária do Rio, que naquela época ficava no centro da cidade, após uma série de peripécias, em que até a polícia ajudou. A família de Jacinto conseguiu resgatar Geralda em meio a centenas de viajantes, malas e embrulhos. Finalmente, a jovem pernambucana tinha chegado ao céu.

E o céu se chamava Estácio. Bairro tradicional da zona central do Rio, cujo nome homenageia o fundador da cidade, Estácio de Sá. Berço da malandragem carioca, abrigou a primeira escola de samba, a Deixa Falar, agremiação criada por Ismael Silva em 1928. O Estácio foi cantado em músicas de Noel Rosa e muitos outros expoentes da MPB. Um dos últimos foi Luiz Melodia:

> Se alguém quer matar-me de amor,
> que me mate no Estácio,
> bem no compasso, bem junto ao passo,
> do passista da escola de samba
> do Largo do Estácio.

O Estácio cresceu em torno da Avenida Salvador de Sá, cujas ruas transversais abrigavam as vilas operárias dos funcionários das fábricas locais, principalmente da Companhia Cervejaria Brahma. Nos botequins Apolo e Cumpadre, na subida do morro de São Carlos, reuniam-se as rodas de samba. Entre os frequentadores, além de Ismael Silva e Donga, era possível encontrar Cartola, Carlos Cachaça e Nelson Cavaquinho, a elite dos bambas da época. Quando a moça pernambucana chegou, o bairro ainda tinha tranquilidade, com ruas de paralelepípedo e pequenos sobrados ao estilo lisboeta.

Geralda trabalhava duro. Lavava e passava as roupas da casa. Esfregava o chão e ajudava na cozinha. Não tinha propriamente um salário, mas ganhava o que vestir e uns trocados no fim de semana. Essas relações de trabalho, que envolviam meninas pobres do interior que eram mais ou menos "adotadas" pela classe média, são resquícios da história escravocrata brasileira, que durou pelo menos até os anos 1970.

Mas a garota era bem tratada pela família. Aprendeu a ler e escrever, frequentou um curso primário noturno. No final dos anos 1960, a rede pública de ensino criou o terceiro turno e outros mecanismos de combate ao analfabetismo. Muita gente pobre se beneficiou com os cursos. Durante os dois ou três anos que viveu ali na casa do Estácio, Geralda descobriu um mundo novo, absolutamente deslumbrante. Água nas torneiras. Chuveiro. Banheiro com descarga. Pão francês e café com leite. Rádio de pilha. Uma maravilha só! Esperta, aprendeu muito e depressa. Absorvia cada conversa da família, desenvolveu vocabulário e ficou "ilustrada", expressão que usa frequentemente.

Conheci Geralda na metade dos anos 1980, quando era uma jovem senhora de 34 anos e mãe de três filhos, entre eles Tião, personagem do meu livro *Comando Vermelho — A história secreta do crime organizado*, premiado como a melhor obra de não ficção do ano de 1994, pela Câmara Brasileira do Livro, na categoria reportagem. Tião se tornou um soldado do tráfico. Foi morto numa das incontáveis guerras de gangues. Suas duas irmãs, Martinha e Zilda, também são consideradas "desaparecidas" nos conflitos urbanos do Rio de Janeiro. Se não me engano, foi em 1984 que Geralda passou a

trabalhar como lavadeira em minha casa. Nessa ocasião, morava numa casa sobre o túnel da rua Alice, na divisa entre os bairros de Santa Teresa e Rio Comprido, vizinha do morro da Mineira, favela controlada pelo tráfico de drogas do Comando Vermelho. Geralda tinha muitos fregueses como lavadeira, atividade que garantia o sustento dela e da família. Santa Teresa abrigava artistas, jornalistas, sambistas, atores, pintores, escritores e intelectuais da época. E essa Geralda nordestina trabalhava para muitos deles. Gente famosa, inclusive. Com o passar dos anos, a violência entre quadrilhas da Mineira, do Escondidinho, do morro dos Prazeres e de outras favelas da área expulsou os boêmios e os intelectuais. Santa Teresa virou um lugar perigoso.

No Rio de Janeiro só há dois lugares em que ainda funcionam linhas de bondes elétricos. O bondinho do Corcovado, que leva turistas até o Cristo Redentor, e o bondinho de Santa Teresa, que segue do centro da cidade, passa pelos Arcos da Lapa, e vai até o último bairro boêmio da cidade, hoje ameaçado pelos assaltantes que atacam os passageiros. Naquela época eu andava de bonde tranquilamente. Muitas vezes, deixava o carro em casa e ia de bonde para o centro do Rio, quando trabalhava no jornal *O Globo*, relativamente perto da Lapa. Muitas vezes acompanhei Geralda neste bonde. Ela sempre carregada com grandes trouxas de roupa lavada, para entregar aos clientes. Outras ocasiões, a levei de carro até o morro dos Prazeres, onde morava, e onde conheci Tião e o resto da família.

O depoimento dessa mulher é tão importante, que o reproduzo a seguir. Compreender essa Geralda é compreender o drama de milhões

de brasileiros. Quando, neste país assassinado, a gente se pergunta o que foi que aconteceu, é preciso ouvir essa voz anônima. Decidi não fornecer muitos detalhes sobre Geralda, de modo a protegê-la de constrangimentos. A história, que reproduzo de memória, pelo que tenho de nossas incontáveis conversas, está bem resumida. Nos muitos anos em que trabalhei como repórter, aprendi a prestar atenção ao que as pessoas falavam sem precisar fazer muitas anotações. Com o tempo, desenvolvi a capacidade de reproduzir quase literalmente o que tinha ouvido. Acompanhe:

"Quando cheguei no Rio, eu era muito bobinha. Cada coisa que via era uma novidade atrás da outra. Eu, que vinha do fim do mundo, achava que tinha acontecido um milagre na minha vida. Não tinha nem ideia do que iria passar nessa cidade. Foram tantas as minhas tragédias e dores... Mas, agora que você me perguntou, acho que não me arrependo. Não me arrependo, não. Se tivesse ficado no sertão, era capaz de ter morrido de fome e doença. Aqui eu morri só do coração. Mas continuo bem viva e ainda espero conseguir alguma coisa de bom nessa vida.

"Na casa da rua... [*prefiro omitir o nome da rua*], lá no Estácio, acho que fui a pessoa mais feliz desse mundo. Trabalhava de joelhos, esfregando, mas era feliz. Logo me encantei por um menino da casa. Já era um rapaz. Sonhava com ele. Ele sempre esbarrava em mim quando passava. Sabe aquela mão boba? E foi despertando o meu corpo. Acabei dando pro garoto. Dei muito. Mas não foi nada de exploração de filho do patrão. Nada disso. Eu dava por gosto mesmo. Com 17, 18 anos, já tinha amizades com meninas do bairro. Comecei

a matar aula pra ficar numas rodinhas de conversa com outras empregadas. Como morava num quartinho nos fundos da casa, comecei a fugir nos sábados à noite. Ia pra quadra da escola de samba. Eu era uma neguinha muito da bonitinha e chamava atenção. Aquilo me enchia de vaidade.

"Foi na quadra da Estácio que conheci meu primeiro marido. É engraçado, ele se chamava Geraldo. Sobrenome Dias. Ele brincava: 'Tá vendo, Geraldo e Geralda, fomos feitos um pro outro.' A gente ficou namorando durante quase um ano, tudo escondido. Quando eu estava pra completar 19 anos, ele me chamou pra morar com ele lá no morro dos Prazeres, em Santa [Teresa]. Geraldo, o Gê, como os amigos chamavam ele, tinha uns 30 anos e já tinha sido casado antes. Trabalhava de trocador numa linha de ônibus que fazia ponto final no Catumbi. Ele ganhava pouco, mas vivia sempre fazendo uns rolos, sempre descolando uma grana a mais. Nosso barraco era legal, de tijolo e teto de telhas. Tinha uma salinha, um quarto e um corredor onde ficava a cozinha e, nos fundos, separado por uma cortina, o banheiro. Nem dava pra entrar o casal no banheiro: era só o vaso e um chuveiro em cima. De novo eu achei que o mundo tinha sorrido pra mim. Fui pro barraco fugida. Peguei as minhas roupinhas e nem me despedi.

"Um ano depois nasceu a Martinha. Geraldo queria que eu ficasse em casa e cuidasse do bebê. Dinheiro é comigo, ele falava. A gente tinha bem pouco, mas não faltava nada. Geraldo saía pro trabalho só às 10 da manhã, porque pegava no ônibus ao meio-dia. Voltava 8, 9 da noite. A gente comia duas vezes por dia. De manhã, café preto, pão com manteiga, ovo frito com banha de lata, sardinha. À noite,

arroz, feijão com toucinho, um pedaço de frango ou carne. Durante o dia eu aguentava só no café. Depois do jantar, a gente sentava na porta do barraco, tomava uma branquinha [cachaça], que não faltava, e fumava Continental sem filtro. Agora, olhando pra trás, fico pensando que era um vidão. Tudo certo. Tudo no lugar. Pobre, mas tudo certo.

"Martinha já era uma menina de uns 4 anos quando engravidei do Tião. Minha vizinha, dona Bruna, era tão feia e velha que o pessoal da comunidade chamava ela de 'dona Bruxa'. Mas era um coração de ouro. Me ajudou muito. Era lavadeira, o filho, pedreiro e encanador, construiu pra ela dois tanques de lavar nos fundos do barraco, com uma caixa d'água de uns 500 litros. Dona Bruna passava o dia todo lavando pra fora. Tinha uma freguesia boa, mas não estava mais dando conta do recado. Me chamou pra ajudar e foi assim que virei lavadeira. Um dia, assim de repente, a velha bateu as botas. Dormiu tranquilamente e não acordou mais. Acho que Deus só faz isso com as pessoas boas. Morte calma e sem dor. Foi um acontecimento na comunidade, porque dona Bruna era moradora antiga, todo mundo gostava dela. Eu fiquei com a freguesia, que ela tinha anotada num caderno com nomes e endereços, com rol de roupas e tudo mais.

"Quando eu estava grávida de uns seis meses, Geraldo sumiu. Saiu pro ônibus e não voltou. Fiquei feito louca, achando que ele tava com outra mulher. Rodei os bares, levando Martinha pela mão. Fui no ponto final da linha. Ninguém tinha visto Geraldo. Depois delegacia de polícia, IML, hospitais. Nada. Uma semana depois, foi dado abandono de emprego pra ele. Mas eu consegui receber o salário

do mês. Ninguém nunca mais teve notícias dele. Eu fiquei com o barraco e tudo que tinha dentro. Mas também fiquei com uma menina e um menino na barriga. A vida boa tinha sumido junto com Geraldo.

"Tião nasceu no Silvestre [hospital Adventista Silvestre, no mesmo bairro]. As vizinhas me levaram de táxi. Fui atendida na emergência, com a bolsa vazando, vomitando, um horror. Fiquei três dias internada. Fiz curso pra cuidar do bebê. Me deram roupinhas, cesta básica. O pessoal do Silvestre era fora de série. Uns santos. Martinha ficou na casa de uma vizinha que até hoje não sei quem é. Depois a comunidade me ajudou muito. Quem não conhece, nunca vai entender: pobre ajuda pobre. Tinha até um cara lá no morro, o Zeca, que sempre trazia coisas pras crianças. Lata de leite, balas, doces, pirulitos. Mas ele estava mesmo era de olho em mim. Eu ainda estava inteira, não era de jogar fora. Mas o Zeca era meio vagabundo, meio bandido. Não trabalhava, mas tinha moto, usava colar, pulseira, relógio bacana. Eu nem ligava pra isso, porque achava que ter um homem em casa era bom. Até porque me protegia da vagabundagem do morro. Mulher abandonada na favela é um sufoco.

"Zeca veio morar comigo no barraco. Nunca deixou faltar nada, mas ele enchia a cara, fumava maconha, andava metido com a bandidagem da Lapa. Tenho certeza que tinha outras mulheres entre as putas da Lapa e do Centro. Todo mundo dizia que o Zeca era cafetão e sustentado pela mulherada da vida. Sempre me aparecia uma ou outra vizinha fazendo fofoca. Acabei acreditando que meu segundo marido era traficante. Ganhava um dinheiro que ninguém sabia dizer de onde vinha. Eu já nem me importava mais com essa

falação. Só queria saber de comida na mesa e nada mais. Não fazia perguntas e o Zeca não me incomodava. Ele tinha encontrado uma família, tinha sido menino de rua, não tinha ninguém. E eu ia levando, sem me importar com o azar. Pelo menos o Zeca nunca trouxe problemas pra casa, nem polícia, nem nada. Isso durou uns três ou quatro anos. E eu já tinha engravidado da Zilda. Daí, entreguei pra Deus. Seja o que Deus quiser. Comecei a frequentar a igreja evangélica do pé do morro, onde encontrei gente boa e fiz amizades. Comecei a frequentar também um movimento de moradores, pessoal metido em reivindicações. Fizeram uma creche na favela, com umas moças finas da zona sul, gente rica que ajudava os pobres. Nunca entendi, mas aceitei toda ajuda que vinha dos bacanas. Até no barraco eles foram uma vez. Pelo menos já não estava mais sozinha no mundo.

"Um dia, com a Zilda ainda de colo, com a Martinha já crescida e com o Tião que tinha virado um menino solto pela favela, o Zeca me chamou pra uma conversa de responsa. Mamadão de cachaça, ou de maconha, sei lá, ele disse: 'Vou ter que tirar o time, minha nega.' Falou que se ficasse ia parar na cadeia. 'Vou precisar sentar o pé pra não ter que sentar o dedo.' Foi bem assim que ele disse, mas não entendi o que queria dizer. Só entendi que ele estava com problemas com a lei. Ou com os bandidos, sei lá. Não sabia o que fazer, mas achei que ia ficar tudo certo, até porque ele falou que ia me mandar dinheiro. Naquela noite a gente se despediu de marido e mulher. E nunca mais vi o Zeca. Também não fazia questão. Tinha amigos, gente que me respeitava. Estava conhecida na comunidade e não corria perigo de ficar sozinha com as crianças. Mesmo com esse

clima, nenhum problema do Zeca chegou na minha porta. Com o meu trabalho de lavar pra fora, ganhava o suficiente pra nós quatro. Já tinha até feito um puxadinho no barraco pra construir mais um quarto. Me lembro até que naquele ano deu uma chuva barra pesada no verão. Teve desabamentos no morro, mas a minha casa estava superfirme e nada aconteceu.

"Uns dois meses depois que o Zeca foi embora, um garotinho bateu lá no barraco e me entregou um envelope. Tinha uma foto do malandro numa praia e um bolo de dinheiro. Não lembro quanto era, mas sei que era a maior quantidade de dinheiro que eu já tinha visto. Acho que dava pra sustentar a família por uns seis meses. Fiquei agradecida e aliviada, apesar de tudo. Só que isso me trouxe um problema novo: guardar aquela grana toda no barraco era muito perigoso. Separei o dinheiro em bolinhos e escondi entre as telhas. E ficava sem dormir pensando que podia chover e desbotar a tinta das notas. Eu nem sabia que dinheiro não desbota. Um dia eu dormi com um dos garotos do movimento comunitário, um daqueles bacanas da zona sul. Falei pra ele do lance do dinheiro, vê só que boba. Ele não deu a menor bola. Disse assim: 'Fé em Deus e pé na tábua.' Vê só que esse pessoal do movimento comunitário não estava nem aí pra dinheiro.

"Nesses dez anos [seguintes], minha vida foi essa. Tenho trabalho, posso manter as crianças, gente como o senhor me garante o que comer e ainda sobra um pouquinho pra outras coisas. Mas não consegui cuidar da vida dos meus filhos. A Martinha virou puta. Dava pros garotos do morro lá em casa mesmo, quando eu estava fora cuidando da freguesia. Cinco reais, imagina só. Nem sei quantos ela

recebia por dia. Depois virou garota de programa, bonita que só ela. Fazia ponto na Atlântica [em Copacabana, em frente à boate Help] e quase não voltava pra casa. Parece que ela andava morando num apartamento de Copa, com outras garotas. De repente, não voltou mais. Andei procurando por ela e nunca consegui uma notícia. Quando penso nela, acho que deve ter arrumado um homem rico, talvez viva no estrangeiro com um alemão. Era uma garota tão bonita, que só pode ter tirado uma sorte grande. Não sei por que, mas o meu coração de mãe sente que ela se deu bem.

"Eu tinha que ganhar o pão de cada dia e largava as crianças em casa. Achava que a Martinha e as vizinhas iam tomar conta. Mas isso não acontecia. A Martinha já estava no serviço de puta e as vizinhas já tinham fechado os olhos. A Zilda, a menorzinha, com uns 9 anos, devia passar o dia na creche e no movimento comunitário. Mas a menina fugia, pegava carona nos ônibus e ia lá pra Gomes Freire [rua da Lapa] pedir dinheiro nos sinais de trânsito e na frente de um supermercado. Um dia ela também não voltou e a polícia e o juizado [de menores] me falaram que ela podia ter sido sequestrada por uma família rica. Pelo menos isso, né? Não sei por que, mas acho que as minhas duas meninas tiveram sorte. É um sentimento de mãe. Alguma coisa no fundo do meu coração me diz que elas se deram bem. Como eu, que saí do sertão pra ter a minha própria casa e a minha própria família no Rio de Janeiro.

"O único que ficou foi o Tião. Esse não saía da favela por nada nesse mundo. Tinha um monte de amigos, jogava bola no campinho. Cresceu livre no morro. Engraçado que o Tião me lembrava meus irmãos de Pernambuco. O mesmo jeito, o mesmo tipo físico. Magro,

esperto, correndo atrás da bola. Sorridente. Um garoto legal. Quando tinha uns 10 anos, começou a fazer uns serviços pro pessoal do movimento [do tráfico] na favela. Ia comprar cerveja pros caras, levava uns recados, entregava umas coisas. Depois virou olheiro, empinava pipas no alto das lajes. Depois virou fogueteiro, uma coisa que eu sempre achei meio engraçada. Soltava uns rojões de cima das casas dos vizinhos. Tinha até hora certa pra fazer isso. Uma coisa muito engraçada. E ele era superorgulhoso desse trabalho, até ganhava um bom dinheiro por isso. Nunca entendi. Tião andava sempre de bermuda colorida, descalço, sem camisa. Vinha pra casa rindo, com dinheiro na mão. E dizia: 'Mãe, bota aí essa grana pra fazer uma janta legal.' Não sei por que, mas aquele menino vivia faminto. A maior alegria dele, depois do Flamengo, era comer. Sempre queria frango de padaria, ovo frito, arroz, feijão, farofa, pão fresquinho. O negócio dele era comida.

"Tião, um dia, também não voltou. Fiquei três noites acordada esperando ele voltar. Parei de trabalhar. Tomei 1 litro inteiro de 51 [cachaça] com café, esperando uma notícia do meu menino. Perdi a conta do tempo. Não dormia e não comia. Só bebia feito uma desesperada. A comunidade não saía da minha porta, querendo ajudar. Nem prestava atenção ao que diziam. Pedi: 'Compra aí mais uma 51.' E eles compraram. A garota que trouxe a bebida tinha lágrimas nos olhos. Eu nem sabia que a gente era tão querido na comunidade. Passado um tempo, nem sei quanto, o pessoal do movimento [do tráfico] veio falar comigo. O cara de frente era o Tato [omito o nome que ela citou]. Vinha daquele jeito do pessoal do movimento, com armas penduradas, colares, fuzis, pistolas. O Tato

me disse: ‘Dona Geralda, passaram o Tião.’ Ainda levei um tempinho pra entender que meu menino tinha morrido. Em volta, os vizinhos estavam de cabeça baixa, pela morte do menino e por medo dos caras do tráfico. Tato me deu um pacote de dinheiro e disse que era pra encontrar o corpo e dar uma última homenagem pra Tião. Foi menos do que o Zeca me deu. Mas dava pra comprar o básico por uns seis meses.”

Vamos deixar essas palavras deslizarem até a consciência de cada um. Vamos imaginar que temos compreensão suficiente para entender o peso e a gravidade deste depoimento. E vamos pensar a respeito de qual é o futuro que pretendemos construir.

Tião foi encontrado morto, com outros dois rapazes, no porta-malas de um carro roubado e abandonado na zona portuária. Levou um tiro na nuca. A bala saiu pelo olho direito. Tião estava de pé quando foi baleado. O assassino era canhoto.

3

ÀS SETE HORAS DA noite do domingo, 2 de novembro de 2003, o sargento da Polícia Militar de São Paulo Fábio Soares, que estava de folga, resolveu visitar seus companheiros de plantão na Base Comunitária do Jardim Britânia, bairro pobre e favelado da zona norte da capital. Estava à paisana e não pretendia se demorar. Mas foi surpreendido por dezenas de tiros disparados contra a unidade policial. Foi atingido no rosto e no peito pela barreira de fogo disparada de pistolas automáticas, fuzis e metralhadoras. Chegou morto ao hospital. A base da PM recebeu mais de quarenta tiros de munição pesada e ficou parcialmente destruída. Começava neste momento a primeira onda de atentados do PCC contra o governo paulista.

Poucos minutos depois do ataque, quatro homens portando armas militares destroçaram o posto da Guarda Civil Metropolitana (GCM) na Rua Iamacaru, no Jardim Planalto. Nos quatro dias

seguintes, outros 26 atentados atribuídos ao PCC foram registrados na capital, na Baixada Santista e no interior. Além do sargento Fábio Soares, outro policial morreu e 12 ficaram feridos, alguns seriamente. A onda de violência pretendia forçar as autoridades a atender uma lista de reivindicações apresentada pelos líderes da organização, duas semanas antes, ao diretor do presídio de Presidente Bernardes. A cadeia de segurança máxima é regida pelo Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), que obriga os detentos ao isolamento total em celas solitárias.

Os internos de Presidente Bernardes não queriam muito: um rádio de pilhas nas celas, duas horas de banho de sol por dia, visitas íntimas uma vez por mês, entrada de alimentos e doces levados por familiares, xampu, condicionador e cortadores de unhas, além do direito de organizar partidas de futebol no pátio. Fora esta última reivindicação, que quebraria o sistema de isolamento, o resto era fácil de atender. Mas como o PCC partiu para a ignorância, o governo de São Paulo reagiu à altura: 3 mil policiais foram reunidos numa megaoperação contra os integrantes da organização; houve dezenas de prisões (não necessariamente de autores dos atentados) e meticulosas revistas nos presídios. Foram apreendidos 120 telefones celulares nas cadeias, revelando a corrupção do sistema.

O governador do estado à época, Geraldo Alckmin, declarou que não negociava com bandidos. O secretário de Segurança em exercício na ocasião, Saulo Abreu Filho, chegou a dizer (*Veja São Paulo* de 12 de novembro de 2003):

— Foi o último suspiro dessa facção criminosa. É a tentativa de desmoralizar a polícia e demonstrar uma força que eles não possuem

mais.

Mal sabia o secretário: o pesadelo estava só começando. O PCC, fundado em 1993, esteve em silêncio durante quase oito anos. Só em 2001 iria aparecer publicamente, ao comandar 29 rebeliões simultâneas, mobilizando quase 30 mil detentos em São Paulo, Paraná e Mato Grosso. Durante o levante, vinte pessoas morreram: inimigos da facção foram degolados ou tiveram seus corações arrancados. Em 2003, por ocasião dos atentados, relatórios de inteligência da polícia paulista afirmavam que o PCC já contava com mais de 6 mil integrantes, dentro e fora das celas.

Contrariando as declarações oficiais, o problema relacionado ao PCC era muito mais grave e muito mais profundo do que imaginava a nossa vã filosofia. Três anos depois, em maio e junho de 2006, a organização desencadeou outra onda de atentados, dessa vez muito mais violenta. Foram 150 ataques que estremeceram São Paulo, criando um clima de guerra civil.

O PCC, criado por oito detentos num presídio de Taubaté, interior de São Paulo, uma década mais tarde emergia com uma força inimaginável. Havia, inclusive, passado por um processo de politização, ampliando suas reivindicações para muito além dos muros das penitenciárias. Alguns de seus líderes já se consideravam engajados num processo revolucionário. Parece um exagero? Então acompanhe o trecho de abertura de um documento da organização, apreendido pela polícia num “aparelho” do grupo na Baixada Santista:

> O Partido é parte de um sonho de lutas. Hoje somos fortes onde o inimigo é fraco. A revolução começou no sistema penitenciário e o objetivo é maior, é revolucionar o sistema governamental, acabar com esse regime capitalista.

A polícia estava atrás de uma central telefônica clandestina do PCC. Aparelhos importados permitiam o redirecionamento simultâneo das ligações de 120 linhas celulares, de tal modo que não se podia descobrir os números originais das chamadas. Agentes do Deic, acompanhados de promotores do GAECO (Grupo de Ação Especial de Repressão ao Crime Organizado, da Promotoria Pública de São Paulo), cumpriam um mandado de busca e apreensão quando deram de cara com a operadora clandestina do PCC. No local — o endereço nunca foi revelado — encontraram um documento impresso de 59 linhas que definia os objetivos da facção criminosa: fazer uma revolução dos pobres por meio do crime.

O conteúdo desse documento não foi divulgado à imprensa, mas foi revelado num artigo de um dos mais atuantes promotores do GAECO, Márcio Sérgio Christino, publicado num fórum de discussão do Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça (www.mj.gov.br/depen/publicacoes). Numa das minhas sessões de pesquisa na internet, encontrei o documento. Era a primeira vez que uma fonte governamental admitia que o crime estava vivendo um processo de politização e que estava em luta aberta contra o governo e o regime. No artigo, em que o promotor analisa a crise do sistema carcerário, ele escreve que “no apartamento ocupado por A.F.S., que chefiava a central telefônica ilegal [provavelmente se referindo a Aurinete Félix da Silva, a Netinha, que foi presa], amásia de um dos

‘fundadores’ do grupo original de criação da facção criminosa conhecida como PCC, apreendeu-se um ‘discurso’ de lavra de um deles, C.A.R. [provavelmente o líder César Augusto Roriz da Silva, o Cesinha, que mais tarde foi expulso do PCC e assassinado na cadeia]”.

Na época da apreensão dessa declaração política da organização, a inteligência da polícia paulista acreditava que o processo de conscientização dos criminosos tinha se iniciado com a prisão do ex-guerrilheiro chileno Mauricio Hernández Norambuena, que comandou, em 2002, o sequestro do publicitário Washington Olivetto. Mais adiante, neste livro, veremos de perto este personagem.

Para entender o que estava acontecendo com o PCC, os investigadores paulistas lembraram que o Comando Vermelho, do Rio, inspirador da facção paulista, surgiu após o convívio de presos comuns e políticos em Ilha Grande, especialmente nos anos 1970. Recordaram também que, em 1989, quando foram apanhados os sequestradores do empresário Abílio Diniz, surgiram indícios da atuação no Brasil de grupos oriundos da luta armada de esquerda estrangeira. Os presos eram canadenses, argentinos, chilenos e apenas um brasileiro, todos ligados à Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), de El Salvador, e ao Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), do Chile. De alguma forma, segundo as fontes policiais, o PCC estava sendo orientado politicamente para um enfrentamento direto com o Estado, o que terminou acontecendo em 2003 e 2006.

O trabalho do promotor Márcio Sérgio Christino garante que o

PCC sempre teve uma ação disciplinadora dentro das cadeias. Mesmo as tarefas mais simples do dia a dia, como faxina e cozinha, ganhavam um sentido de organização. Quando o complexo do Carandiru, uma das maiores penitenciárias do mundo, bem no centro de São Paulo, foi desativado, os promotores do GAECO solicitaram uma visita às galerias até então ocupadas pelo PCC. Lá eles perceberam que o ambiente era mais limpo, mais confortável, e que as paredes dos corredores estavam repletas de mensagens políticas. No artigo publicado no site do Ministério da Justiça, o promotor escreveu:

> Pouco antes da implosão da Casa de Detenção de São Paulo, o conhecido "complexo do Carandiru", promotores do GAECO diligenciaram nos locais referidos como núcleo de ocupação do 'Primeiro Comando da Capital', nenhum deles abertos à visitação pública. Espantosamente, constatou-se que o nível de limpeza [pintura, pisos etc.] e organização eram diferenciados, quando comparados com outros pavilhões onde a facção não se expôs tão declaradamente. (...) as referências ao discurso politizado, semelhantes ao manifesto apreendido, entretanto, eram visíveis.

As fotos que foram anexadas ao trabalho de Márcio Christino mostravam paredes cobertas de inscrições, poesias e desenhos, entre os quais se destacava o lema da organização: "Paz, Justiça e Liberdade". O Ministério Público paulista entrevistou vários líderes do PCC, isoladamente, obtendo inúmeros relatos de tortura e humilhações praticadas por agentes penitenciários. Acompanhe mais um trecho do artigo:

> Todos os líderes entrevistados confirmaram terem sofrido sevícias e maus-tratos diversos: espancamentos, redução de limpeza ao mínimo, humilhações as mais diversas, exageros

em punições, tudo criando um ambiente propício à recepção de um doutrinamento.

A conclusão é a de que o sistema penitenciário viveu muitos anos de abandono, facilitando a organização de presos que buscavam sobreviver usando de união e autodefesa.

A seguir, a íntegra do documento do PCC apreendido pela polícia, conforme o original, sem correções. Trata-se de uma peça sem retoques:

> Não somos uma organização criminosa, muito menos uma facção, não somos uma Utopia e sim uma transformação e uma nova filosofia. Paz, Justiça e Liberdade. Fazemos parte de um comportamento carcerário diferente, aonde um irmão jamais deixará outro irmão sobre o peso da mão de um opressor, somos um sonho de luta, somos uma esperança permanente de um sistema mais justo, mais igual, aonde o oprimido tenha pelo menos uma vida mais digna e humana. Nascemos em um momento de opressão em um campo de concentração, sobrevivemos através de uma união, a semente foi plantada no asfalto, no cimento, foi regada a sangue, a sofrimento, ela gerou vida, floresceu, e hoje se tornou o "braço forte" que luta a favor de todos oprimidos que são massacrados por um sistema covarde, capitalista e corrupto, um sistema que só visa massacrar os mais fracos.
>
> O sistema insiste em nos desmoralizar com calúnias e difamações, nos rotulam como monstros, como antissociais, mas tudo isso é parte de uma engrenagem que só visa esconder uma realidade uma verdade ou seja o sistema precisa de um bode expiatório. Muitos irmãos já morreram nessa luta desigual muitos se sacrificaram de corpo e alma por um ideal. Hoje o que o sistema negava, o que ele repudiava. Hoje ele é obrigado a admitir a sua existência. O próprio sistema criou o "Partido". O "Partido" é parte de um sonho de luta, hoje somos fortes aonde o inimigo é fraco, a nossa revolução está apenas começando, hoje estamos preparados, psicologicamente, espiritualmente e materialmente, para dar nossa própria vida em prol da causa.
>
> A revolução começou no sistema penitenciário e o objetivo é maior, revolucionar o sistema governamental, acabar com este capitalista aonde o rico cresce e sobrevive,

massacrando a classe mais carente. Em quanto crianças morrem de fome, dormindo na rua, não terem oportunidade de uma alfabetização, de uma vida digna, a violência só se tornará maior, as crianças de hoje, que vendem "doces" no farol, que se humilham por uma esmola, no amanhã bem próximo, através do crime, irá por todo o ódio, toda a rebeldia para transformar seus sonhos em realidade, pois o oprimido de hoje será o opressor de amanhã, o que não se ganha com palavras ganha através da violência e de uma arma em punho.

Nossa meta é atingir os poderosos, os donos do mundo e a justiça desigual, não somos criminosos por opção e sim somos o que somos por uma sobrevivência somos subversivos e idealistas. Se iremos ganhar essa luta não sabemos, creio que não, mas iremos dar muito trabalho, pois estamos preparados para morrer e renascer na nossa própria esperança de que nosso grupo de guerra irá se espalhar por todo o país. Pois se derramarem nosso sangue, e o nosso partido ser escutado, com certeza aparecerão outros que irão empunhar armas em prol de uma única filosofia: "Paz, Justiça e Liberdade".

SE TIVER QUE AMAR, AMAREMOS, SE TIVER QUE MATAR, MATAREMOS.

A leitura do manifesto atribuído ao PCC impressiona pelo grau de politização — pretende a derrubada do "regime governamental" por meio de uma revolução que teria começado nas cadeias — e por revelar traços de uma luta de classes, citando por duas vezes o fim do capitalismo e um "grito de guerra" dos pobres contra os ricos. Além do mais, o grupo se intitula o "Partido do Crime", denotando uma feição política, mas não necessariamente programática. O termo "Partido" é amplamente adotado no mundo do crime quando alguém se refere ao PCC. Entre a bandidagem, isso é voz corrente. Não se deve subestimar a vontade da facção em se tornar uma força efetivamente política e organizada. Possivelmente, há entre os seus milhares de integrantes uma disposição de enfrentar diretamente o poder do Estado. Os 28 atentados de 2003, cometidos em uma única

semana, e os 150 ataques armados de 2006, ocorridos em dois meses só na capital, na proximidade de uma eleição presidencial, dão conta de que a organização não está brincando quando afirma que vai "revolucionar o sistema". É claro que as duas ondas de violência pretendiam claramente fazer as autoridades voltarem atrás em questões disciplinares nos presídios. Mas os dois episódios acumulam para o Partido do Crime uma experiência que pode ter consequências futuras. Ao todo, em 2006, ocorreram 261 atentados atribuídos à facção.

César Augusto Roriz da Silva, o Cesinha, tido como autor do manifesto, era provavelmente o elemento mais radical do grupo fundador do PCC. Pessoalmente, matou alguns de seus desafetos na cadeia. E ordenou a morte de vários outros. Cesinha queria ver o circo pegar fogo, mas cometeu tantos erros que foi expulso da organização, chamado de traidor e executado. As opiniões contidas no documento apreendido, mesmo assim, não parecem ser apenas pessoais. No início de 2009, conversei com uma pessoa que tinha ligações com a organização. Ouvi o seguinte:

— Eles acham que o Partido não pode ficar só ligado a um pessoal de baixo nível, que só fica sujando o lance. Querem ter gente com alguma formação, pra consolidar os objetivos. Eles sabem a importância que têm nas comunidades.

Mas quais são os objetivos?, perguntei. E recebi a seguinte resposta:

— Consolidar a organização, assumir o papel que pretendem na luta contra a opressão e em defesa do povo pobre. Especialmente na

defesa dos companheiros presos.

Infelizmente, não posso revelar quem é o contato. Razões óbvias. Mas tenho confiança nele. Foi dele que ouvi, pela primeira vez, como a liderança do PCC se denomina: "A Voz". Assim, temos "a voz" de São Paulo, "a voz" da Baixada Santista etc. O líder da organização é chamado de "O Artista". Para mim — depois de 25 anos de pesquisa sobre o tema — fica a impressão de que o PCC não é mais um bando de criminosos apenas. É outra coisa, talvez uma face nova no problema da criminalidade urbana e do crime organizado. Após duas décadas sendo ignorado pela autoridade pública, provavelmente o 15.33 tenha se tornado uma espécie de máfia com características próprias.

O enfrentamento entre o PCC e o governo paulista começou na manhã do dia 11 de maio de 2006, uma quinta-feira que iria entrar para a História. Logo cedo, baseado em informações das áreas de inteligência da polícia (o PCC faria outra megarrebelião de presos no Dia das Mães, 14 de maio), o governador Cláudio Lembo ordenou a transferência de 762 integrantes da facção para a Penitenciária 2 de Presidente Venceslau, no interior do estado. Lembo, que substituía Geraldo Alckmin, candidato à presidência da República, começava a viver um inferno astral. Na sexta-feira do dia seguinte, também pela manhã, oito dos mais importantes líderes do PCC, entre eles Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, e Júlio César Guedes de Moraes, o Julinho Carambola, foram tirados das celas e levados para a sede do Deic. Eles se recusaram a prestar depoimento ou dar informações aos agentes. No dia seguinte, o sábado 13 de maio, a

liderança do PCC foi transferida para o presídio de Presidente Bernardes (589 quilômetros de São Paulo), a cadeia de isolamento mais segura do país.

O governo de São Paulo dera um tiro no pé. Enquanto ainda interrogavam os presos no Deic, a ordem para a onda de atentados era dada. Às 20 horas, o 55º Distrito Policial, no Parque São Rafael, foi crivado de balas. Quinze homens poderosamente armados, inclusive com granadas, participaram do ataque. Surpreendidos, os policiais mal conseguiram revidar. Até a meia-noite, mais 18 ocorrências semelhantes. Quando o dia amanheceu, quatro policiais civis e um PM estavam mortos, além de um agente penitenciário e dois guardas civis em Jandira, na região metropolitana. Pelo menos dez pessoas ficaram feridas. E a batalha estava só começando.

Durante o dia, o número de atentados subiu para 45, incluindo 11 agências bancárias, estações do metrô e pelo menos um quartel do Corpo de Bombeiros, onde um soldado foi morto. O número de vítimas fatais chegou a 25; o de feridos, a 38. Mais de 24 mil detentos iniciaram rebeliões em 25 presídios e fizeram 129 reféns. A situação estava fora de controle. No fim da noite, eram 32 mortos — 22 policiais, cinco agentes penitenciários, um guarda civil e quatro criminosos. Perdeu-se a conta dos feridos. As rebeliões de presos se estenderam a 72 penitenciárias e presídios, incluindo cinco em Mato Grosso do Sul e uma no Paraná.

A violência continuou no domingo: o total de atentados subiu para 85, com 52 mortos, entre eles 15 bandidos apanhados pela reação policial; mais de cem suspeitos foram presos.

A campanha do PCC se alongou por todo o mês de maio e seguiu,

esporadicamente, até o início de junho. Em agosto do mesmo ano, é bom lembrar, o PCC sequestrou a equipe de reportagem da TV Globo, obrigando a emissora a transmitir um comunicado da organização. Os números finais do conflito até hoje são controvertidos. Os relatórios oficiais afirmam que foram 128 mortos, incluindo 44 policiais e agentes da lei, 13 presidiários e 71 criminosos e suspeitos, com um total de 59 feridos. A imprensa citou 137 vítimas — o IML anunciou, no dia 25 de maio, que tinha recolhido 132 corpos. O número de pessoas mortas em supostos confrontos com as forças de segurança foram contabilizados entre 71 e 110. Os ataques, que ocorreram em 25 cidades do estado, têm número impreciso: teriam sido 261, mas o governo chegou a falar em 294. Cerca de noventa ônibus foram depredados ou queimados, o que levou os donos das empresas a retirar a frota de coletivos das ruas, deixando 5,5 milhões de pessoas sem transporte na Grande São Paulo.

A violência ganhou repercussão mundial, motivando inclusive um relatório especial da Anistia Internacional, com sede em Londres ("Brasil: entre o ônibus em chamas e o caveirão: em busca de uma segurança cidadã", de 2 de maio de 2007). O presidente Lula, no início da confrontação, disse que estava pensando em mandar o Exército ocupar São Paulo. Cláudio Lembo, o governador paulista, respondeu de maneira estapafúrdia: "O caso é pequeno demais para as Forças Armadas." A Anistia Internacional não pensava assim: o relatório da entidade informou que "durante nove dias, no mês de maio de 2006, foram mortas com tiros 493 pessoas" em São Paulo.

No domingo, 14 de maio de 2006, no auge da matança, utilizando um avião do governo, uma comissão representando os

órgãos de segurança visitou o líder Marcola no presídio de Presidente Bernardes. O grupo era formado pelo corregedor da Secretaria de Administração Penitenciária, Antônio Ruiz Lopes, por um delegado do Denarc, José Luiz Ramos Cavalcante, e pelo coronel da PM Ailton Araújo Brandão, chefe do Comando de Policiamento do Interior. Objetivo da viagem: negociar com o PCC o fim das hostilidades. Uma suposta advogada de Marcola, Iracema Vasciaveo, presenciou o encontro. A conversa durou das 14h30 às 17 horas.

Dois dias depois, em 16 de maio, um preso ligado ao PCC, Orlando Mota Júnior, o Macarrão, deu entrevista telefônica para o *Jornal da Record*, confirmando a reunião. Quando a notícia vazou para a imprensa, o coronel Elizeu Borges, comandante da PM, fez uma declaração inacreditável:

— Foi uma visita humanitária. A advogada foi se certificar de que o preso estava em boas condições. Não houve nenhum acordo com os criminosos.

No mesmo dia, o procurador-geral do estado, Rodrigo Pinho, deu entrevista ao *Estado de S. Paulo* ameaçando processar criminalmente os integrantes da comissão negociadora. Os jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha*, *Agora* e *Diário de S. Paulo*, todos de ampla circulação, registraram que o governo teria fechado um acordo com o líder do PCC, em troca do atendimento de quatro reivindicações:

1. Marcola deixaria o regime de isolamento em Presidente Bernardes dentro de três meses.
2. As visitas íntimas deveriam ser ampliadas a todas as unidades carcerárias do estado.

3. Aumento de uma para duas horas de banho de sol por dia.
4. Troca da cor dos uniformes de amarelo-laranja para cinza.

Esta última reivindicação chega a soar engraçada. E a explicação é ainda mais divertida: os presos de São Paulo são os únicos do país a vestir esse uniforme e passaram a ser conhecidos em outras cadeias brasileiras como "os laranjinhas". O PCC considera isso uma humilhação e incluiu a mudança de cor na lista de exigências para pôr fim às rebeliões e aos ataques nas ruas. A organização queria também mais liberdade para visitas de advogados e parentes. Em Presidente Bernardes, por exemplo, o preso e seus visitantes ficam separados por grades que impedem qualquer contato físico.

Meses depois da reunião entre Marcola e os representantes do governo paulista, o preso confirmou que a reunião realmente aconteceu. "Eles vieram de jatinho e trouxeram dois celulares para que eu ligasse para algumas pessoas e dissesse que eu estava bem, que não tinha sido espancado, coisas assim. Me recusei." A frase foi dita por Marcola perante oito representantes da CPI da Câmara dos Deputados que investigou o tráfico de armas e que o visitaram no presídio de Presidente Bernardes, na tarde do dia 8 de junho de 2006. Marcola também declarou que Iracema Vasciaveo, presente ao encontro, não era advogada dele.

Marcos Camacho, o Marcola, levou mais de três meses para ser transferido de Presidente Bernardes. Só deixou a cadeia de segurança máxima um ano depois, em 8 de maio de 2007. A transferência foi um verdadeiro segredo de Estado. E as autoridades penitenciárias não informaram para onde ele foi levado. A *Folha Online* do mesmo dia,

na edição das 8h49, não teve dificuldades para informar que "o comboio [levando o preso] seguiu para a Penitenciária 2 de Presidente Venceslau [620 quilômetros a oeste de São Paulo], que abriga outros integrantes da facção criminosa".

Os jornalistas que conhecem bem o PCC acreditam que o grupo fez uma autocrítica dos atentados de 2006, que resultaram na morte e na prisão de dezenas de seus integrantes. Há quem pense exatamente o contrário: o PCC teria saído fortalecido do confronto e o seu poder dentro e fora das cadeias só teria feito aumentar. O sociólogo Fernando Salla, do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, em entrevista a Rodrigo Bertolotto, do portal UOL, declarou o seguinte:

> O problema não foi resolvido. Os presídios continuam precários, o PCC segue com sua força dentro e fora deles. Uma semana como aquela pode acontecer novamente, com os mesmos ingredientes.

Preocupante o que disse o professor. Mas ele tem razão: nada mudou. A sociedade brasileira continua a naufragar sob o peso da injustiça, da violência e da impunidade. Naqueles dias de terror, quando perguntado pela identificação dos mortos, o governador Cláudio Lembo disse aos jornalistas:

— Ainda não sei. Estamos em guerra. Não tive tempo ainda.

O governador disse à repórter Mônica Bérgamo, da *Folha* (18 de maio de 2006), tratando da questão da violência, que "nós temos uma burguesia muito má, uma minoria branca perversa". Ao se aproximar o fim do ano e as eleições, este mesmo personagem da cena política iria comentar:

— Não vejo a hora de deixar o governo e voltar para casa.

De fato, como diz o sociólogo, nada mudou. Continuamos um país à deriva. Lembro que, durante a onda de ataques, trabalhando no SBT, em Osasco, eu tinha que fazer um longo percurso, à noite e sozinho, de volta para casa. Em artigo que publiquei no *Jornal do Brasil*, escrevi:

> Ontem, por volta das dez da noite, atravessei de carro 44 quilômetros de Osasco ao extremo sul da capital paulista. Cruzei com dois ou três carros, no máximo, num cenário realmente assustador. Quando passei por Interlagos, na área do autódromo, dei de cara com um comboio de umas vinte viaturas do GARRA, com os canos dos fuzis para fora das janelas. Aí me senti entrando em Sarajevo. Ou em Nablus. Ou em Bagdá. Aí meu coração se apertou, porque fiquei pensando em quantas pessoas morreriam nessa noite.

Foram 22 mortes.

4

DURANTE AS INVESTIGAÇÕES DA polícia e do Ministério Público de São Paulo para identificar os líderes do PCC e tentar entender o quanto era extensa a rede da facção dentro e fora das cadeias, foram realizadas quinhentas horas de gravações telefônicas. A maior parte do trabalho foi feita pelo Deic, divisão que reúne uma série de delegacias especializadas no combate ao crime organizado. Do total de ligações grampeadas, 14% (cerca de setenta horas) registravam a voz de uma mulher que os homens e mulheres ligados ao PCC chamavam de "amiga", "mana", "querida", "colega" e "companheira". Na grande maioria das vezes era chamada simplesmente de "Fá".

Não foi preciso nenhum Sherlock Holmes para descobrir que a Fá das setenta horas de grampo era a jornalista Fátima Souza, à época repórter da TV Bandeirantes, atualmente produtora de reportagens na TV Record. Num dos telefonemas, a jornalista chegou a apelar pela

vida da médica Eulália Pedrosa, filha do diretor da Casa de Custódia de Taubaté, Ismael Pedrosa, que estava sequestrada. O próprio diretor da cadeia, berço do PCC, logo após se aposentar, foi emboscado e morto a tiros em 23 de outubro de 2005. De alguma maneira, Fá parecia estar envolvida com tudo isso — no mínimo, sua voz estava sempre sendo ouvida nas conversas gravadas. Em reunião da cúpula do Deic com o Ministério Público, uma investigadora da delegacia especializada em roubos a bancos chegou a pedir o indiciamento de Fátima como cúmplice da organização criminosa. A policial argumentou que ninguém poderia ter acesso tão íntimo aos líderes da facção sem ser associado a ela. Setenta horas de gravações, afinal de contas, revelavam mais do que contatos ocasionais no exercício da profissão. E os telefonemas eram feitos de dentro para fora de cadeias públicas, com aparelhos celulares clandestinos. Muitas vezes era Fátima quem ligava. Se não era crime, era o quê?

Surpreendentemente, delegados e promotores decidiram não agir contra "Fá". Consideraram, com absoluta razão, que se tratava de uma repórter autêntica obtendo informação para a opinião pública. Inclusive, protegida pela lei que garante sigilo das fontes. Fátima, quisessem ou não, trabalhava para uma das maiores redes nacionais de televisão. Esse era, na prática, seu melhor habeas corpus. Mas essa discussão acabou vazando para o meio dos repórteres. E Fátima foi vista com desconfiança e preconceito. Numa entrevista coletiva no Deic, quando chegaram a dizer para "Fá" que ela seria presa, a jornalista apareceu de mãos para o alto e se dirigiu ao diretor do órgão, o delegado Godofredo Bittencourt:

— O senhor vai me prender?

E o delegado respondeu, constrangido, diante das câmeras:

— Para com isso. Nem de brincadeira.

Me impressiona que esses homens da lei, mesmo pressionados por um cotidiano de violência e espetados pela mídia, tenham tido o bom-senso de entender que o jornalismo é uma profissão de risco. Muitas vezes vivemos na corda bamba de sombrinha, como equilibristas entre o bem e o mal para obter uma informação original. Quantas vezes estive de cara com o crime, para entender melhor alguma coisa, tirar uma dúvida quando todas as indicações mostravam o contrário? E quantas vezes fui acusado de ser condescendente com bandidos perigosos? Nunca chamei ninguém de monstro, porque não sei quem é o pior bandido: aquele que rouba e mata, ou aquele que desvia merenda escolar, falsifica remédios ou incendeia a Amazônia? Quem é o mais bandido, aquele que está no Jardim Ângela, na Rocinha, ou na Câmara Federal? Pior: quantas vezes, durante todos esses anos do meu trabalho, fui apontado como alguém que "ensinava" métodos de organização para os criminosos?

Em 2006, durante os ataques do PCC, me encontrei por acaso, num café, com um dos mais importantes âncoras de telejornalismo do país. E ele me disse:

— Tá vendo, Amorim. Tem gente que acha que você é um dos responsáveis por esse nível de organização dos bandidos...

Surpreendido, comentei:

— Pois é, há quem acredite que eu ensinei o "alfabeto congo" para o PCC. Mas é o mesmo que achar que a televisão é que promove a violência, não fossem as condições reais da vida...

O PCC, ao se apresentar sob a sigla 15.33, estava se referindo ao

“alfabeto congo”, que descrevi em detalhes no meu primeiro livro sobre o tema, *Comando Vermelho*. Era um método de codificação de mensagens que substituía letras por números, seguindo a ordem do alfabeto. Assim, a letra A seria o número 1. O PCC seria 15.33. Meu nome, Carlos, seria 3118121419. Uma mensagem, substituindo letras por números e sem espaço entre os caracteres, virava uma coisa indecifrável. Na verdade, eram utilizadas fórmulas mais complicadas, como +4-2 em relação à sequência das letras do alfabeto. Neste caso, a letra A seria o número 4. Num alfabeto como o nosso, de 23 letras antes da última reforma ortográfica, as possibilidades de combinações secretas criariam dificuldades para qualquer tradutor.

Para decifrar as notas trocadas entre os presos e as organizações era preciso ter uma tabela pacientemente construída. Tudo isso era utilizado por presos políticos e por prisioneiros comuns na Ilha Grande, onde a ditadura reuniu todos eles entre 1969 e 1978. Certamente não fui eu quem inventou o alfabeto congo. Mas como o publiquei há mais de uma década, fui acusado de ter ensinado o método para a bandidagem. Na verdade, o mundo do crime desenvolveu esse idioma atrás das grades, muito antes de eu sonhar em publicar meu primeiro livro.

Fátima Souza, vista com desconfiança por seus colegas de profissão, não estava numa posição diferente da minha. Ficou conhecida entre os coleguinhas como a “repórter do PCC”. Mas não estava sozinha nessa missão. Outro jornalista, Josmar Jozino, conhecido como Caveirinha, repórter do *Jornal da Tarde* (ex-*Diário de São Paulo*, ex-*Notícias Populares*), também tinha contatos exclusivos com a turma do PCC. Ele escreveu um livro de nome sugestivo,

Cobras & lagartos (Objetiva, 2004), título parodiado por uma novela da TV Globo, em 2006. Esclarece nessa obra, inclusive, uma coisa interessante: as Organizações Globo decidiram nunca citar o nome das facções criminosas que agem no país. Segundo o repórter, foi uma decisão informal, comunicada aos diretores de redação do grupo, incluindo a TV Globo, a rádio CBN e os jornais *O Globo* e *Diário de São Paulo*. Por seu caráter de censura interna, a medida não se transformou em documento e jamais foi publicada. No início de 2009, conversei sobre o assunto com Josmar Jozino. Acompanhe seus comentários:

— Essa decisão foi tomada após o assassinato do jornalista Tim Lopes, da TV Globo [*ocorrido em junho de 2002, quando foi sequestrado e morto por homens do Comando Vermelho, no Rio*]. Houve uma reunião no Rio e a decisão foi comunicada verbalmente. Primeiro, organizações como o CV e o PCC não podiam aparecer nas primeiras páginas. Depois, nem nas páginas internas.

Caveirinha acrescentou:

— Foi uma decisão equivocada. Como se quisessem brigar com a notícia. Depois tentaram voltar atrás, mas a coisa continua valendo até hoje, pelo menos na televisão e no rádio. Como você mesmo comenta, "foi tentar cobrir o sol com a peneira". Essas organizações existem, controlam territórios, se comportam como prefeitos e juízes, decretam sentenças de morte e matam mesmo. Esconder o nome dessas facções não faz com que elas desapareçam. O PCC hoje é uma força hegemônica em São Paulo, independentemente de seu nome aparecer ou não nos jornais.

Cobras & lagartos é um livro essencial, especialmente por seu

caráter documental. Caveirinha, que costuma falar de si mesmo na terceira pessoa, publicou dezenas de documentos do PCC, inclusive cartas dos líderes para autoridades governamentais de São Paulo. Josmar Jozino também publicou outro livro, menos conhecido, chamado *Casadas com o crime* (Letras do Brasil, 2008), em que trata do drama das mulheres que se relacionam com os criminosos.

A decisão do comitê executivo das Organizações Globo de não citar facções criminosas, de certa forma contaminou, por a empresa ter um papel monopolista no mercado de comunicações brasileiro, toda a mídia. Isso criou situações quase ridículas, como dizer em televisão, rádios e jornais que uma "organização criminosa aterroriza São Paulo", em vez de simplesmente citar o PCC. Em outras ocasiões, era "a facção criminosa que controla os presídios paulistas". Isto é ainda mais grave, porque admite que o governo legalmente constituído não é capaz de administrar o interior das cadeias. Decisões tomadas em gabinetes privados tentavam escamotear a realidade. O PCC existe sim, independentemente de como é tratado pela mídia. O Comando Vermelho, também. A razão da existência dessas organizações está focada no mundo real, nas condições carcerárias objetivas, na pobreza e na injustiça que geram a violência urbana. Não adianta que um grupo de engravatados, olhando para o próprio umbigo, decida em contrário. A História caminha por motivos próprios, independentemente do que pensemos a respeito de seus personagens.

Fátima Souza é personagem deste livro por ser uma das poucas de seu gênero a conviver durante anos com os líderes do PCC. Passou

por vários momentos da organização (dois rachas internos, matanças e reorganizações) sem perder contato. Provavelmente, é a única repórter que conquistou a confiança dos líderes. Sua moeda de troca, aparentemente, sempre foi relatar histórias verídicas, o que a fez conquistar o respeito dos criminosos. A construção dessa personagem me pareceu relevante para que se possa entender um pouco melhor a questão da violência instalada em nossa sociedade. Alguém que, por suas raízes pobres e lutadoras, foi capaz de desenvolver uma sensibilidade em relação aos criminosos e suas vítimas. Nós, que temos um preconceito a princípio em relação ao povo pobre, precisamos ouvir seu depoimento:

"Nasci em São Paulo, capital, zona leste, no dia 25 de janeiro [data do aniversário da cidade]. Filha de uma dona de casa e um técnico de refrigeração. De família muito pobre, com mais três irmãos, todos homens, tive uma infância difícil e comecei a trabalhar aos 12 anos, como balconista de uma loja de artigos de umbanda. Não, não me tornei espírita. Era apenas um trabalho. Não sou espírita, nem católica, nem protestante. Apenas acredito em Deus e tenho a maior admiração por Cristo. Quanto ao salário? Era pouco, não me lembro dos valores, e eu o entregava à minha mãe para ajudar em casa. Papai era alcoólatra e isso lhe rendeu muitas demissões. O desemprego dele afetava a família.

"Fiquei lá [na loja de umbanda] por um ano e depois fui ser balconista num supermercado. Naquela época tinha uma recepção onde as pessoas deixavam sacolas e garrafas, e eu as atendia. Depois fiz o famoso curso de datilografia, [mas] até hoje escrevo com quatro dos meus dez dedos. Entrei para uma pequena empresa como

recepcionista e, depois, virei encarregada de almoxarifado em outra empresa de pequeno porte. Daí fui para uma empresa de médio porte, como secretária, e continuei secretária em outras até a minha entrada na faculdade. *[Enquanto crescia e trabalhava, Fátima estudou em escolas públicas, convivendo com a classe média baixa, aprendendo a se relacionar e a entender um pouco mais sobre as condições da vida sem dinheiro numa cidade rica como São Paulo.]*

"Ainda no primeiro ano da faculdade, entrei numa produtora de vídeo na Bela Vista *[região central da capital]*, como secretária. Mas, no mesmo ano, já parti para a produção, e lá conheci vídeos, edição, texto, locução. Conheci o mundo que iria viver nos anos seguintes. Fiquei lá até o quarto ano da faculdade, [quando] o SBT anunciou que tinha vagas para repórteres. Meti as caras, fiz um teste e ganhei uma vaga. [*Fátima se formou em jornalismo pela Fiam — Faculdades Integradas Alcântara Machado, na turma de 1982*.]

"Ao sair da faculdade, fui trabalhar como repórter do SBT. Depois, passei pela TV Cultura, Band, *Diário de São Paulo* e TV Record. [*Em sua luta para se formar no ensino médio e depois na universidade, dividindo o tempo de estudo com o trabalho, Fátima passou a defender a tese de que o diploma é fundamental para o exercício da profissão, contrariando opiniões modernas de que o jornalismo é uma atividade de vocação*.] Quanto ao diploma, sou sim, e muito, a favor dele. Ter uma profissão regulamentada é muito importante. Já temos um piso salarial que é uma merda. Imagine então se o diploma for extinto! Nossas redações serão invadidas por amigos dos patrões e chefes, muitos deles burgueses doidos para ter o nome ou a cara em jornais e emissoras de televisão. E os jornalistas profissionais, certamente, ou terão que se

submeter a salários miseráveis, ou perderão o emprego para os indicados pelas chefias e donos de jornais, revistas, TVs e rádios. Até bibliotecários têm que ter diploma de nível superior, então por que isso seria diferente com os jornalistas?

"Não me cansei de ser repórter, depois de tantos anos de trabalho. Não! Cansei das redações e de suas políticas mesquinhas, encolhidas, patronais. Cansei de ver tanta gente incompetente dando ordens. Cansei das fofocas, dos disse que disse, dos puxa-sacos, das tentativas de puxar os tapetes. Cansei das focas [iniciantes] que invadiam as redações, em número muito maior do que o de profissionais. Cansei das focas que chegam de carros importados, ganhando 500 reais por mês, tirando o lugar de profissionais competentes e experientes. Cansei de tudo isso, menos da notícia. Se dependesse da minha vontade, estaria nas ruas, caçando minhas pautas, trazendo notícias exclusivas, fazendo jornalismo. Mas, infelizmente, como cheguei aos 50 aninhos, as emissoras de TV não querem mais o meu rosto, com várias ruguinhas, nas telas. Preferem o visual das dondocas em vez da experiência profissional.

"Quanto ao nosso papel [*respondendo a uma pergunta minha*], não creio que estamos confundindo mais do que esclarecendo, mas creio que estamos omitindo muito. O estágio atual da imprensa brasileira é de comprometimento com o poder, seja político ou financeiro. A censura dentro das redações é cada vez maior. Há termos 'proibidos' e muito medo dos chefes de jornalismo em publicar notícias que poderão resultar em processos, mesmo que a emissora ganhe por provar que estava falando a verdade. Hoje nós informamos só o que interessa aos patrões. Não temos mais nenhuma liberdade de

imprensa. O limite da nossa liberdade é o nome de quem poderíamos denunciar. Fiz uma reportagem mostrando que o Banco do Brasil é o campeão de assaltos com a participação dos próprios seguranças do banco. Um telefonema do Banco do Brasil à chefia do jornal 'derrubou' a minha matéria exclusiva. O assessor de imprensa do banco ameaçou a retirada do patrocínio caso a matéria fosse ao ar. E não foi.

"Veja você que a maioria das emissoras de rádio e TV, e também os jornais, não falam mais em PCC. Na maioria das redações foi proibido colocar PCC nas matérias. A determinação é que se substitua por 'crime organizado', 'quadrilhas que agem nos presídios paulistas' [*como diz a Globo*]. Nem facção criminosa podemos colocar nos textos e offs. Só posso acreditar que essa decisão tem ingerência política. Às autoridades interessa que os jornalistas não falem mais em PCC, dando a falsa impressão à sociedade de que eles não existem mais, foram extintos ou perderam a força. Uma falsa impressão de que o governo venceu a facção, levou a melhor."

Em janeiro de 2009, enviei a Fátima Souza um e-mail com 11 perguntas sobre a sua atividade profissional e sobre as suspeitas que foram levantadas contra ela. Boa parte das questões já está respondida neste depoimento relatado. Mas algumas outras respostas merecem menção:

CA: A polícia e o Ministério Público fizeram cerca de quinhentas horas de gravações telefônicas com integrantes da organização (PCC), tanto de gente presa quanto em liberdade. Deste total, aproximadamente 14% tem você como interlocutora, tanto dos bandidos quanto de parentes e contatos dos bandidos. Por isso, essas autoridades chegaram a pensar em processá-

la por cumplicidade. Comente.

FS: É fato. Soube que o Deic tem, gravadas, mais de setenta horas de conversas entre mim e vários integrantes do PCC. Fiquei sabendo também que uma policial, investigadora do Roubo a Bancos, insistiu para que eu fosse processada, mas que os demais delegados, inclusive o diretor do Deic, Godofredo Bittencourt, foram contra, sendo ela voto único e vencido. Entenderam os outros policiais que os meus telefonemas e contatos foram profissionais, "fontes" para o meu trabalho, e que não havia ali nada que me incriminasse ou que me fizesse ter associação com o crime. Até hoje não sei o motivo, a motivação ou o interesse da policial que queria a minha cabeça numa bandeja.

CA: Essas ligações foram feitas deles para você, ou de você para eles? Ou as duas coisas?

FS: As ligações tanto eram feitas deles para mim, quanto de mim para eles. Na maioria das vezes, eram eles que ligavam. Mas muitas vezes partiu do meu lado, como no caso do sequestro da médica Eulália, filha do Pedrosa, que era diretor da Casa de Custódia de Taubaté. Nessas ligações, insisti para que eles poupassem a vida dela, já que tinham me ligado antes e informado que haviam feito o sequestro, informação que repassei à polícia, mas não acreditaram em mim, como contei no livro *PCC — A facção* [de sua autoria, Record, 2007].

CA: No livro você diz que, ao saber de algo que já aconteceu, seria notícia. Mas ao saber de algo que iria acontecer, se sentiria obrigada a comunicar às autoridades ou produzir uma matéria alertando para o crime em andamento. Comente.

FS: Fazia parte do acordo: os bandidos, se me contassem sobre um crime que ainda iria ocorrer, eu avisaria a polícia. Depois de cometido, eu faria a matéria e avisaria a polícia sobre seus autores, como fiz no sequestro da Eulália.

CA: Certa vez você foi informada que estavam fazendo um churrasco com o coração de um inimigo do PCC, durante uma rebelião. Você se sentiu vivendo um conflito ético nesse momento?

FS: Certamente. Foi um conflito não só ético, mas pessoal. Imaginar a cena narrada pelo integrante da facção foi muito duro e agressivo.

CA: A "guerra das primeiras-damas" do PCC foi mesmo motivada por coisas fúteis, exercício de poder, ciúmes etc.? Soube que, ao matarem a mulher do Marcola, ele ganhou a solidariedade da organização e pôde reunir forças para se livrar do Geleia e do Cesinha, este último assassinado. Confere?

FS: É pura verdade: a "guerra" entre as mulheres do PCC foi sempre motivada, especialmente, por ciúmes. Fofocas e intrigas sempre fizeram parte do mundo delas também. E é verdade: o racha do PCC aconteceu após a morte da Ana, mulher do Marcola. Ele acusou o Geleia e o Cesinha pela morte dela e convenceu os companheiros a ficar do lado dele, assumindo assim a chefia.

CA: Nos últimos anos, outras siglas surgiram no cenário do crime organizado em São Paulo, como o TCC (Terceiro Comando da Capital) do Geleia e outras. Quais são as mais importantes?

FS: Além do PCC, como você sabe, há o CRBC (*Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade, que veremos, em detalhes mais adiante*), o CDL (Comitê Democrático da Liberdade), a Seita Satânica

[*cujos integrantes fazem pactos e magia negra*] e o TCC. E ainda, mais recentemente, como mostro em meu livro, surgiu a S.A. (Sociedade Anônima), formada por presos independentes, que não querem se aliar a outras facções já existentes e dissidentes do PCC.

CA: Algumas das minhas fontes dizem que o CV e o PCC se transformaram numa única organização, reunindo ainda grupos menores e formando a Federação Brasileira do Crime Organizado, uma ideia inspirada por Fernandinho Beira-Mar (Luís Fernando da Costa, um dos chefões do Comando Vermelho), que, por sua vez, a copiou de Pablo Escobar. O que você sabe sobre isso?

FS: CV e PCC fecharam um "acordo", um "pacto" de solidariedade, mas não chegaram a fazer uma fusão. É verdade, sim, que fundaram a Federação Brasileira do Crime Organizado, uma ideia do Beira-Mar. Mas não é real que tenham se transformado numa organização única. Continuam trabalhando em sintonia, mas em duas facções, com chefias separadas, organização separada, sem ter vínculo uma com a outra em relação à administração do negócio. O que têm de relação é a troca de drogas por armas e o compromisso de dar "guarida" aos fugitivos e procurados no Rio e em São Paulo. Se um bandido está sendo procurado lá na terra carioca, o PCC arruma um esconderijo aqui [*em São Paulo*], até as coisas se acalmarem.

CA: As facções carcerárias, como o CV e o PCC, surgiram como organizações de solidariedade para resistir às terríveis condições de encarceramento. Mesmo a Máfia surgiu assim, só que ligada a questões de posse da terra na Itália do século XIX, defendendo pequenos proprietários. Note que os estatutos do CV e do PCC são manifestos contra a opressão do sistema e também um código de comportamento interno. Questionam

inclusive o capitalismo e os regimes governamentais. Você acha que isto caminha para encontrar formas de expressão política? A luta insistente dessas organizações pode virar uma luta armada contra o regime?

FS: Hoje o PCC é muito mais "politizado", sim. Não tem, afinal, como questionar o sistema carcerário sem questionar o governo. Já teve um tempo em que eles planejavam sequestrar juízes e até o secretário de Administração Penitenciária. Mas acabaram desistindo. Acho que caminha, sim, cada vez mais, para encontrar formas de expressão política, mas não creio numa grande luta armada nacional, nos moldes dos "rebeldes" dos anos da ditadura. Acredito, sim, em outros possíveis ataques [*ao Estado*] como ocorreu em São Paulo.

CA: Considerando o quadro de violência crescente, nas cidades e no campo, a corrupção desenfreada e o avanço das organizações criminosas, inclusive estrangeiras, no país: como solucionar tudo isso? Você acredita que nossos governantes sabem o que fazer? Melhorar as condições carcerárias, criar programas de trabalho, assistência jurídica, saúde etc., iria contribuir para a redução da violência fora das cadeias?

FS: Penso que foi o marasmo e a anemia dos governos, em especial do governo de São Paulo, que permitiram esta violência crescente e o avanço das facções criminosas, notadamente o PCC. O grande envolvimento de policiais com as facções ajudou e ajuda as facções a terem poder. A forma desumana e absurda como são tratados os presos neste país foi o que possibilitou o surgimento dessas facções. Acredito, sim, que melhorar as condições carcerárias iria contribuir e muito para o Estado retomar o controle dentro das cadeias e enfraquecer as facções. A consequência poderia ser a diminuição da criminalidade. Mas, aliado a isso, seria necessária uma

limpeza completa nos quadros da polícia, expurgando os maus e corruptos, e também mandando para a cadeia os tantos políticos e empresários igualmente corruptos e ladrões. Portanto, creio que vai demorar muito para uma solução. E ela só virá quando o Brasil se tornar um país de verdade.

CA: Quais são os seus sentimentos pessoais em relação à crise de violência que assola o país? Eu mesmo não tenho alegrias em pesquisar e escrever sobre o tema há 25 anos. É uma angústia permanente. A minha tristeza é ainda maior porque não vejo saídas. Acho que vamos nos transformar numa Colômbia. O que você pensa disso?

FS: Como você, também sofro a cada dia por ver a violência crescente, a corrupção não combatida, os ladrões de casaca ou de jeans. Uma angústia permanente, constante, grudada na pele, que me fere a alma e o fígado! Difícil enxergar saídas. Não vejo sequer o túnel para a passagem, quanto mais a luz no final dele. O Brasil virar Colômbia? Estamos quase lá. Em menos de dez anos, a Colômbia será aqui.

Fátima Souza é uma mulher muito pequena, mesmo para os padrões brasileiros. Chega a 1,60 metro de altura usando saltos. Teve dois filhos e uma história afetiva complicada. Não é fácil conviver com ela. É daquele tipo de pessoa que transforma tudo em uma guerra particular. Talvez por isso não tenha sido muito feliz. Mas é impossível medir a sua coragem pela altura que tem. Poucas vezes em minha longa carreira de jornalista vi alguém com tanta gana de realizar. Ela olha para você com olhos ferozes. É crítica de tudo — mesmo, talvez, quando a crítica não cabe. Trata-se de um modo de

vida. Ao longo do tempo em que convivi com a Fátima, na TV Bandeirantes, entre 1997 e 2003, aprendi a pensar uns cinco minutos antes de responder a qualquer de suas questões. Respondia com cautela, porque sabia que ela era uma dessas figuras incompreendidas do nosso meio. Mas era daquelas que tinha um valor intrínseco, natural, fruto de uma experiência pessoal dura e inarredável.

Fátima sempre quis ser repórter.

5

O FENÔMENO DA LUTA armada na América Latina, depois das lutas de independência do século XIX, é mais visível a partir dos anos 1950. Um dos primeiros episódios foi a resistência popular contra a invasão da Guatemala por uma força paramilitar financiada pela CIA e pelos órgãos de inteligência dos Estados Unidos. Um general nacionalista, Jacobo Arbenz, com tendências bolivarianas (Simón Bolívar, "o libertador", 1783-1830, lutou contra o domínio espanhol nas Américas), semelhante aos nossos atuais Hugo Chávez e Evo Morales, foi atacado por forças internacionais. Arbenz, considerado de centro-esquerda, chegou ao poder na Guatemala quando das primeiras eleições livres da história do país, em 1951. Obteve 60% dos votos no segundo turno eleitoral.

A vitória esmagadora se deveu ao programa de reformas políticas e econômicas defendido por Jacobo Arbenz, que governou durante cerca de três anos. Ele travava uma luta feroz contra a empresa norte-

americana United Fruits Co., dona da maior parte das terras produtivas na América Central e no Caribe. A companhia americana se dedicava à exploração de produtos agrícolas básicos, em regime extrativo, especialmente a banana, o café, o milho e a cana-de-açúcar. Praticava uma espécie de escravidão no campo, pagando seus funcionários em produtos alimentícios e utensílios básicos, como ferramentas, panelas etc.

Arbenz se revoltou contra isso, iniciando um processo radical de reforma agrária. Queria distribuir terras aos camponeses, inaugurando um sistema de cooperativas agrícolas que fizessem frente à United Fruits. A resposta dos americanos foi a invasão do país por uma força armada apoiada por navios e aviões dos Estados Unidos.

A United Fruits, apelidada de *el pulpo* (o polvo), associava-se aos ditadores locais, formando aquilo que o poeta Pablo Neruda denunciou como "o reino tirânico das moscas". Nos negócios da empresa norte-americana, o ser humano não valia nada. Isso levou a um forte apoio popular ao governo de Jacobo Arbenz. Os americanos, no entanto, acusaram Arbens de simpatias com o comunismo e mobilizaram contra seu governo um grupo de quatrocentos mercenários armados com o que havia de mais moderno em termos militares. O ataque, comandado pelo coronel guatemalteco Carlos Castilho, sob enorme pressão da Marinha e da Força Aérea dos Estados Unidos, começou no dia 18 de junho de 1954. A ONU e a Organização dos Estados Americanos (OEA), influenciadas pela dura política externa americana durante a Guerra Fria, negaram apoio à Guatemala. O país centro-americano, que não dispunha de poderio militar, ofereceu pouca resistência. Em 3 de julho daquele ano,

apenas duas semanas após o desembarque dos mercenários, o governo Arbenz desabou.

O coronel Carlos Castilho, à frente de uma junta militar, tomou posse do governo numa cerimônia em que tinha a seu lado o embaixador americano. Uma definitiva demonstração do apoio de Washington. O movimento da CIA contra o governo democrático da Guatemala foi denominado, cinicamente, de "operação Sucesso". As primeiras providências do novo regime militar foram destinadas a devolver os privilégios à United Fruits. O apelido pejorativo de "República das Bananas", destinado aos povos oprimidos da América Latina, tem origem neste episódio, por causa do poder da United Fruits.

A invasão mercenária da Guatemala revelou um personagem inesquecível, durante a resistência popular contra o golpe: Ernesto Che Guevara, chamado de *el argentino loco*, um jovem médico de Córdoba que, depois dos diários de motocicleta, assumiu a frente da resistência popular contra os invasores. Na Cidade da Guatemala, a capital do país, Che organizou um movimento de resistência reunindo mendigos, prostitutas, desempregados e estudantes. Esteve nas barricadas. Pegou em armas contra os mercenários. Na lista de "executáveis" da CIA, Guevara estava em primeiro lugar. Este foi o seu batismo de fogo, que o levou a fugir para o México e a encontrar, dois anos depois, o líder revolucionário cubano Fidel Castro.

Foi na Cidade da Guatemala, durante os combates, que Che Guevara conheceu Hilda Gadea, sua primeira esposa. Frequentando a biblioteca de um partido de esquerda, ele ampliou seus conhecimentos sobre o marxismo, lendo Marx e Lenin. O Che, que

inaugurava sua carreira revolucionária, registrou numa carta: “A América será o palco das minhas aventuras e com uma feição muito mais importante do que eu imaginara.” Entendeu que a invasão da Guatemala pertencia a um cenário mais amplo de confronto mundial entre os Estados Unidos e os comunistas, a bordo da Guerra Fria, que dividia o mundo em dois hemisférios. Guevara trocava a motocicleta pelo fuzil.

A invasão da Guatemala e a resistência popular foram descritas de modo extraordinário pelo escritor guatemalteco Miguel Ángel Astúrias, no livro *Weekend na Guatemala*, prêmio Nobel de literatura em 1967 (Brasiliense, 1971). O livro de Astúrias é uma obra incomum. Nele o leitor pode encontrar toda a tragédia da queda do governo popular que pretendia realizar uma reforma agrária radical contra os interesses da maior empresa americana de exploração dos recursos agrícolas de um pequeno país centro-americano. Seu autor se parece muito com o nosso Jorge Amado, que descreve a luta dos nossos extrativistas do cacau, uma gente pobre da Bahia, que sobrevive com dificuldades da coleta de frutos naturais. Somos todos parecidos, neste mundo em que os camponeses têm só um modo de vida, catando com as próprias mãos o fruto da sobrevivência. A senha da invasão mercenária da Guatemala (“Americanos todos”) revela muito bem o problema do povo pobre do continente.

Em 26 de julho de 1956, o advogado Fidel Castro, militante do movimento estudantil cubano, defensor de presos políticos, comandou um ataque ao quartel Moncada, unidade militar que pretendia ocupar. A partir dessa ação audaciosa, pretendia iniciar um

movimento armado contra o regime de Fulgêncio Batista, o militar que governava Cuba com base no apoio do governo americano e da Máfia. O ataque fracassou, mas Fidel criou a partir dele o movimento revolucionário 26 de Julho — o MR26 —, que chegaria ao poder três anos depois.

A partir da vitória da Revolução Cubana, iniciou-se um largo período de luta revolucionária no continente latino-americano. Em 1964-1966, começou a luta armada na Colômbia, com a criação das FARCs e do ELN (Exército de Libertação Nacional). O país mergulhou numa inacreditável confrontação que dura até os dias de hoje. Em 1964, ocorreu o golpe militar no Brasil, com a derrubada do presidente João Goulart, dando a partida para uma longa resistência até 1985, que intercalou períodos de luta armada e por meio da oposição política formal, no Parlamento, na imprensa, no meio empresarial etc. Washington não só apoiou o golpe no Brasil como enviou para nosso litoral uma parte da sua 7ª Frota, com vários navios de guerra que ficaram ao largo do país, em águas internacionais. Uma força dos temíveis marines estava a bordo. A operação militar americana foi batizada de "Brother Sam".

No mesmo ano de 1964, na Bolívia, o general René Barrientos assumiu o poder e deu início a um período de 18 anos de governos autoritários. Em 1966, Che Guevara iniciou a guerrilha contra os militares bolivianos, que iria lhe custar a vida. Em 1973, golpe militar no Chile, contra o governo do socialista Salvador Allende. Ainda no mesmo ano de 1973, o presidente eleito do Uruguai, Juan Maria Bordaberry, fechou o Congresso e iniciou um período de 12 anos de ditadura apoiada pelos militares. Em 1976, golpe militar na

Argentina, com a derrubada da presidenta Isabelita Perón, última herdeira do populismo de Juan Domingo Perón.

O período autoritário na América do Sul, compreendido de maneira geral entre 1964 e 1985, levou dezenas de milhares de jovens opositores à luta armada. No Brasil, o primeiro movimento guerrilheiro contra a ditadura é de 1966, com o início do foco guerrilheiro na Serra do Caparaó, iniciativa do Movimento Nacional Revolucionário (MNR), formado por ex-militares de inspiração brizolista e apoiados por Cuba. Foi um desastre. Cercada por homens do Exército, a guerrilha morreu de fome e se rendeu sem realizar combates importantes. (Para detalhes, ver *Caparaó*, Boitempo Editoral, 2007, de José Caldas da Costa.)

No clima de ditaduras dos anos 1960, o ponto de ruptura entre a oposição formal e a luta armada ocorreu em 1967, quando se reuniu em Cuba a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), um congresso com representantes de praticamente todos os países do continente. Enquanto os Beatles lançavam o álbum *Sargent Pepper's Lonely Heart Club Band*, uma revolução musical e cultural em escala global, o congresso da OLAS aprovava um documento de intenções rompendo com a linha tradicional de ação política dos partidos de esquerda e decretando um novo momento: a luta armada guerrilheira contra os regimes autoritários do continente.

Um dos mais importantes representantes brasileiros no encontro de Havana era Carlos Marighella, membro do Comitê Central do Partido Comunista, o PCB, que romperia com o partido e fundaria em seguida a Aliança Libertadora Nacional (ALN), a maior e mais

importante organização a ingressar na guerrilha urbana brasileira. Em fevereiro de 1968, ao voltar ao Brasil, Carlos Marighella publicaria um documento chamado *Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo*, anunciando a criação da ALN. Após dar início à confrontação armada contra o regime militar no Brasil, Carlos Marighella só viveu um ano e nove meses. Foi fuzilado pela polícia em 4 de novembro de 1969, na Alameda Casa Branca, nos Jardins, região de classe média da capital paulista. A operação policial foi tão desastrada que os policiais atiravam uns nos outros. No local exato onde tombou, há hoje um pequeno monumento. O projeto de lei municipal — proposto pela bancada de esquerda da Câmara Municipal de São Paulo —, que pretendia mudar o nome da rua para Alameda Carlos Marighella, não foi aprovado.

A esquerda armada no Brasil se dividiu em inúmeras siglas, revelando discordâncias de origem ideológica e de métodos. Além da ALN, surgiram a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), a VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares), o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro, em referência à morte de Che) e mais de uma dezena de outras denominações. Apesar de que todos concordavam com o princípio da luta armada contra a ditadura, havia discordâncias sobre o "caráter da revolução". Alguns afirmavam que a luta tinha que começar no campo, "cercando as cidades", como no modelo maoista; outros diziam que não, que a revolução era marxista clássica, baseada nas classes operárias urbanas. Enfim, havia interpretações de todos os tipos. Discutia-se se o Brasil era um país capitalista dependente do imperialismo americano — ou se era um país atrasado que ainda mantinhas relações feudais no

campo. Para cada um desses formatos de interpretação surgia um modelo de revolução: socialista, democrático-burguesa, comunista etc. Ninguém se entendia. O Partido Comunista do Brasil (PC do B) iniciou a guerrilha do Araguaia, o maior enfrentamento com a ditadura, entre 1966 e 1975. As organizações dedicadas à guerrilha urbana, a maior delas a ALN, tiveram seu ponto máximo no sequestro de embaixadores estrangeiros, com repercussão mundial.

Contra as forças de esquerda, no entanto, os militares ofereciam uma resistência feroz, monolítica, baseada na prisão, na tortura e no assassinato. As estruturas clandestinas da guerrilha urbana e rural foram desmontadas uma a uma, com base na violência. Os militares sabiam que só torturando e matando poderiam quebrar a espinha dos revolucionários. Nos anos mais duros da repressão, entre 1968 — com o AI-5 — e 1978, praticamente toda a oposição de caráter revolucionário havia sido extinta no país. Custou algo como quatrocentos mortos e desaparecidos.

Até hoje não se sabe quantos foram os mortos e desaparecidos dos movimentos guerrilheiros do Araguaia, do Vale do Ribeira e do Caparaó. Há dúvidas sobre isto, porque a censura aos meios de comunicação, particularmente, ocultou muitos pequenos combates. Provavelmente, muitas pessoas originárias das classes populares foram presas e mortas pela repressão, sem que seus nomes fossem conhecidos. Talvez tenham sido enterrados como indigentes, em locais nunca revelados. Talvez nunca tenham sido procurados por familiares, uma gente humilde sobre a qual caía ainda mais forte o peso da ditadura. No Araguaia, não se sabe se foram 63, 70 ou mais de cem combatentes do PC do B, incluindo gente recrutada na região,

entre camponeses pobres. Os militares que se envolveram diretamente no conflito, passados tantos anos, não dizem nada. As poucas fontes disponíveis no país revelam que houve algo parecido com 400 mortes e "desaparecimentos políticos", além de uns 70 mil processos por crimes contra a segurança nacional, um termo vago, que significava qualquer tipo de oposição.

No Chile, Uruguai e Argentina, as ditaduras mataram muito mais. Os números, somados, podem chegar a 50 mil mortos. Uma espécie de holocausto da esquerda latino-americana. Mas, no Brasil, a tragédia não foi menor, porque sequer sabemos quantos foram os mortos. Não pudemos enterrar todos eles, nem honrar suas famílias com uma explicação razoável. Como os militares brasileiros tinham licença para matar, ditada pelos altos escalões do governo, jamais saberemos o que foi que realmente aconteceu. Entre os desaparecidos das classes médias, políticos, jornalistas, intelectuais, estudantes, há um clamor enorme. Mas sobre o pessoal das classes populares, operários, camponeses, gente sem sobrenome, paira um grande silêncio.

A luta armada latino-americana revelou uma legião de jovens que se envolveu no enfrentamento com as ditaduras do continente. Especialmente no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Nicarágua e El Salvador, além de outros países, milhares pegaram em armas para derrubar os regimes que excluíam as liberdades democráticas, de expressão e artística. Vinte e poucos anos após os enfrentamentos, na maioria dos países que viveu a experiência da luta armada revolucionária, os governantes atuais são representantes diretos daqueles movimentos. E chegaram ao poder pelo voto direto.

Muitos daqueles jovens combatentes da liberdade, no entanto, tiveram destino menos afortunado. Condenados a pesadas penas em seus países, inclusive à prisão perpétua, deixaram de ser beneficiados pelas anistias. Haviam cometido os chamados “crimes de sangue”, como sequestros que resultaram em assassinatos. Na maioria dos processos de anistia, esses crimes foram excluídos, especialmente para permitir a punição de torturadores que mataram cruelmente revolucionários nos porões das ditaduras. O artifício jurídico deixou na ilegalidade dezenas de ex-guerrilheiros. Sem poder voltar para suas vidas anteriores, longe de casa, muitos terminaram se alistando na luta armada colombiana e peruana, as únicas que prosseguiram após o período de reconstrução democrática no continente.

Outros, porém, se reorganizaram em pequenos grupos e continuaram a fazer o que melhor sabem fazer: viver pelas armas. Neste segmento estão, principalmente, chilenos, argentinos, salvadorenhos e nicaraguenses. Algumas dessas pessoas, também por razões pessoais, estavam tão envolvidas com a clandestinidade e a luta armada que não quiseram voltar a uma vida “civil”. Optaram por entrar para o crime, formando quadrilhas revestidas de conteúdo político e ideológico. Utilizando o profundo conhecimento que tinham de organização no submundo, explorando contatos cultivados no movimento revolucionário, dedicaram-se a grandes roubos de valores e aos sequestros de empresários. Foram — e ainda são — especialmente atuantes na Argentina e no Brasil.

6

A HISTÓRIA DO SÉCULO XX produziu, no Brasil, um pequeno grupo de líderes de esquerda cuja atuação resultou em marcas importantes no destino do nosso povo. Quando digo de esquerda, não quero dizer necessariamente marxistas-leninistas. De início, eram mais nacionalistas e libertários, com forte influência anarquista. Todos influenciados pela Revolução Bolchevista na Rússia (1917/1918). O primeiro deles foi o tenente do Exército Luiz Carlos Prestes. Na onda da revolta militar contra o governo de Arthur Bernardes, em 1924, quando os revolucionários já estavam quase derrotados, Prestes, denominado o Cavaleiro da Esperança, comandou a mais longa marcha revolucionária da história, maior, inclusive, do que a Longa Marcha de Mao-Tse-Tung, durante a Revolução Chinesa. Foram cerca de 25 mil quilômetros de caminhada e combates, do Rio Grande do Sul até a Bolívia, minhocando por dentro do país. O único objetivo da marcha era a sobrevivência, mostrando que o grupo, que chegou a

reunir 1.500 homens, continuava imbatível, levando consigo, entre combatentes maltrapilhos, a bandeira da revolta.

A Coluna Prestes não tinha um programa de governo alternativo ao regime de então. Sua principal plataforma política era contra a corrupção e a carestia. Prestes, ele mesmo, não sabia como se definir. Após a deposição das armas, foi recrutado para assumir a liderança do Partido Comunista, ao qual serviu até a sua morte, em 7 de março de 1990. Tornou-se o maior líder da esquerda brasileira. E uma das maiores referências do movimento, em que também despontaram nomes importantes como Carlos Marighella, João Amazonas, Pedro Pomar, Carlos Lamarca, Elza Monerat (esta última, líder da guerrilha do Araguaia, dedicou sessenta anos à militância revolucionária). Há muitos outros, como Maurício Grabois etc.

Figuras desse porte sempre exerceram grande influência moral sobre o meio carcerário e entre criminosos comuns. Com um histórico de resistência a tortura, greves de fome e rebeliões, sempre foram vistos com respeito pela bandidagem, a qual lideravam quando estavam presos juntos. Durante o período da ditadura militar — 1964 a 1985 —, a convivência nas cadeias se tornou muito frequente e produtiva para os detentos comuns, que tiveram oportunidade de conviver com intelectuais, artistas e professores. Lenin (Vladimir Ilitch Ulyanov, 1870-1924, o líder da Revolução Russa) já dizia que "a cadeia é a universidade do revolucionário". Nas condições brasileiras dos últimos vinte anos, porém, a cadeia é a universidade do crime. O sujeito entra ladrão e sai chefe de quadrilha.

No período da ditadura, centenas de comunistas, socialistas e libertários em geral dividiram as celas de norte a sul do país com

criminosos comuns. O encontro desses dois tipos atrás das grades nunca foi fácil. Os "políticos" chegavam dispostos a organizar e comandar a massa carcerária — os "comuns" queriam apenas manter privilégios obtidos pela força. Muitas foram as batalhas surdas travadas entre os dois segmentos, mas, muitas vezes, as diferenças foram resolvidas na porrada. Os revolucionários traziam para os presídios uma história de coragem pessoal, altruísmo e organização. Não foram poucas as vezes em que ameaçaram os bandidos: "O longo braço da revolução vai cair sobre a sua família e os seus amigos se você não se comportar direito aqui dentro." (Ver o depoimento do advogado e ex-preso político de Ilha Grande José Carlos Tórtima, em *Comando Vermelho*.)

No Instituto Penal Cândido Mendes, o "caldeirão do diabo", na Ilha Grande, houve muitos choques entre presos políticos e comuns. Certa vez, um grupo de vinte presos políticos se reuniu para "justiçar" um estuprador na galeria B. O cara apanhou tanto que passou duas semanas no hospital, com inúmeras fraturas. O bandido tentara violentar no chuveiro um cabo da Aeronáutica que estava preso por crimes contra a segurança nacional, um rapaz de vinte anos. O "coletivo" da galeria B partiu para cima do bandido com "o longo braço da revolução". Em outras ocasiões, acontecia o contrário: as "falanges" de presos comuns encurralavam os políticos, que ficaram circunscritos a pequenos espaços do presídio e se armavam para resistir. Não importando a origem social dos presos, na cadeia vale mesmo a lei do cão. Mas os revolucionários presos deixaram uma herança de organização nos presídios. Com as suas lutas contra a violência interna, a criação dos "coletivos" de dirigentes eleitos em

cada local, campanhas de distribuição de alimentos e remédios, os presos políticos marcaram a vida carcerária com organizações de solidariedade e ensinamentos humanizadores.

Alguns revolucionários deram grandes exemplos. Como o ex-padre português Alípio de Freitas, fundador do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), militante das Ligas Camponesas do Nordeste, homem de coragem impressionante. Ao chegar à Ilha Grande comandou a resistência dos detentos contra o desumano sistema penal. Criou grupos de estudo do marxismo entre os presos comuns; alguns aprenderam a ler com obras de Lenin, Guevara, Mao-Tsé-Tung, Marighella, Regis Debray e outros clássicos da esquerda, parte das bibliotecas clandestinas que os revolucionários mantinham nas penitenciárias.

Um dos criminosos comuns que mais se destacou na convivência com os revolucionários foi Willian da Silva Lima, o Professor, considerado o fundador do Comando Vermelho. Ladrão e assaltante, Willian passou a vida toda atrás das grades. Foi preso pela primeira vez ainda adolescente no Recife. E só recentemente encontrou a liberdade condicional, depois de quase trinta anos em regime fechado. Ele esteve na companhia de presos políticos desde 1964. Em 1979, quando a Lei da Anistia devolveu a liberdade aos integrantes de organizações e partidos políticos de oposição, Willian comandou a primeira facção criminosa do país, na Ilha Grande. O Comando Vermelho, em seus primeiros tempos, reflete a experiência dos presos comuns em contato com os revolucionários. Em 1993, quando foi criado o PCC no presídio de Taubaté, interior de São Paulo, os detentos paulistas adotaram as experiências do Comando Vermelho

de modo quase literal, inclusive absorvendo seu slogan: “Paz, Justiça e Liberdade”.

Na concepção do Comando Vermelho, “paz” significava o fim das lutas internas e das matanças entre os presos (“o inimigo está fora das celas”, afirmavam os homens do CV); “justiça” queria dizer exigir o cumprimento da Lei de Execuções Penais e a libertação imediata daqueles que haviam cumprido suas penas mas que ainda estavam encarcerados (“o sistema judiciário é o responsável pela situação miserável das cadeias”); “liberdade” significava o direito dos presos de tentar fugir por todos os meios disponíveis, inclusive pela violência (“um companheiro libertado vale mais do que mil discursos”). Este “programa político” simplificado foi desenvolvido pelos próprios detentos, mas guarda clara semelhança com os ensinamentos da esquerda aprisionada. O PCC, desde a sua fundação, mantém o mesmo tipo de posicionamento. As duas organizações, com diferença de mais de uma década, escreveram “estatutos”, códigos de comportamento carcerário que são, na essência, absolutamente semelhantes.

Quando um novo preso político chegava ao Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande, era imediatamente conduzido para a galeria B, onde ficavam os sentenciados pela Lei de Segurança Nacional. Era imediatamente procurado pelos dirigentes do “coletivo”, que determinavam a cela e as tarefas do companheiro. A filiação partidária do preso era levada em conta, de modo a que ele ficasse junto aos seus. Nos dias de hoje, não por mera coincidência, quando um novo condenado chega à prisão, depois de passar pela burocracia do sistema, é imediatamente abordado por um dos

“pilotos” da facção criminosa dominante, em geral o CV e o PCC, entidades nacionais. Para ele é lido o estatuto da organização, ao qual deve jurar lealdade e obediência. Isto é um ato público, realizado na frente de todos os detentos da galeria. Um ato de caráter político, porque implica escolher uma posição. Se o novo morador das celas aceita as condições, é “batizado” e reconhecido como membro do grupo. Um dos integrantes mais graduados se torna o seu “padrinho” e passa a ser responsável pelas ações do novo integrante. Se o recém-chegado não aceitar as regras do grupo — o que é muito raro — talvez não acorde no dia seguinte.

Já ao ser apresentado ao sistema carcerário, o novo preso em geral declara a sua afiliação ou simpatia por tal ou qual organização. Invariavelmente, as galerias da prisão são divididas entre as organizações, para evitar conflitos sangrentos, que cobram alto preço político para os governantes. Matanças nas cadeias brasileiras, que têm péssima fama em todo o mundo, são motivos dramáticos para os noticiários no exterior, causando danos à imagem do país. As autoridades carcerárias desejam fervorosamente que haja paz no interior das prisões — e este é o principal motivo para a divisão dos presos conforme um viés ideológico. Praticamente todas as grandes concentrações de presos do país, especialmente nas capitais, estão sob influência das quatro maiores organizações criminosas: CV, PCC, Terceiro Comando e Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade (CRBC). Há outros grupos menores, como a ADA (Amigos dos Amigos), associada ao Terceiro Comando, e os chamados “independentes”, presos sem vinculação partidária, que recentemente organizaram no presídio de Guarulhos, em São Paulo, um novo

grupo: Sociedade Anônima (S.A.). O "batismo do crime", nas penitenciárias de norte a sul do país, é uma prática tão comum quanto a aplicação das próprias leis formais. O sistema penal brasileiro está dividido, em partes iguais, entre legisladores e juízes, de um lado, e os "senhores do crime", do outro. E no meio do processo estão os governantes: em geral, não entendem nada do assunto e não sabem o que fazer. Suas péssimas assessorias em matéria de segurança só conseguem imaginar ações repressivas pontuais, sempre contra o povo pobre, as "classes de risco", concentradas nas periferias e nas favelas. No entanto, qualquer criança de escola primária sabe que os mandantes do crime organizado não moram nesses locais.

Os movimentos armados contra os governos republicanos, ocorridos em 1922, 1924, 1930 — a revolução vitoriosa de Getúlio Vargas —, 1935 — o levante comunista — e 1937 — o movimento fascista —, tinham uma característica comum: eram formados por grupos ideológicos, especialmente entre a baixa oficialidade das Forças Armadas, das polícias militares e do funcionalismo público. Acreditavam que se lançando de armas na mão contra o regime, ocupando quartéis e postos policiais, provocariam levantes populares capazes de assumir o poder. Nenhum desses golpes foi acompanhado por massas populares ou movimentos sociais importantes. De um modo geral, a população civil acompanhava os acontecimentos trancada em casa, inclusive com as bombas caindo sobre suas cabeças. Foi assim na revolta militar de 1924, em São Paulo, quando os revolucionários se recusavam a aceitar apoio dos sindicatos e dos

imigrantes. E isso só mudou quando a revolta estava praticamente vencida. Os militares, então, aceitaram "ajuda de fora". Comportavam-se como um grupo fechado, clandestino e misterioso. Não dispunham — nem queriam — estruturas organizativas com as massas populares.

No entanto, Getúlio, que nunca foi militar mas que usava farda de capitão do Exército, conseguiu movimentar suas tropas do Rio Grande do Sul até o Rio de Janeiro, derrubando o governo de Washington Luís em 24 de outubro de 1930. No dia 3 de novembro, às três horas da tarde, debaixo de um calor medonho, o gaúcho Getúlio Vargas assumiu a chefia do "governo provisório", data que marca o fim da Primeira República (1889-1930). Cumprindo uma promessa "revolucionária", os soldados do Rio Grande amarraram seus cavalos no obelisco da Avenida Rio Branco, no centro da capital federal. O gesto, um tanto burlesco, afirmava a vitória de um movimento militar, não de uma revolução popular. Mesmo o caudilho gaúcho não foi acompanhado de multidões armadas dispostas a tomar o poder. O projeto inteiro se resumia num golpe de Estado, neste caso vitorioso.

Os movimentos armados contra o regime, particularmente os derrotados, como os de 1922, 1924, a Coluna Prestes, 1935 e 1937, também mandaram muita gente boa para a cadeia. Os presos políticos eram trancafiados em porões de navios da Marinha, exilados em ilhas como Fernando de Noronha, no litoral de Pernambuco, ilha das Flores, na baía da Guanabara, e Ilha Grande, em Angra dos Reis. Militares rebeldes, professores, jornalistas, artistas e intelectuais foram submetidos a condições carcerárias degradantes, completamente

isolados de qualquer contato social. De um modo geral, não haviam sido condenados por nenhum tribunal, nem tido direito a defesa. O grande autor brasileiro Graciliano Ramos, preso em 3 de março de 1936 sem acusação formal, foi jogado na Colônia Correcional de Dois Rios, na Ilha Grande, a cadeia miserável que antecedeu o presídio Cândido Mendes, o "caldeirão do diabo" (berço do Comando Vermelho).

O "caldeirão" não existe mais: foi implodido no final de 1993, atendendo à grande especulação imobiliária e turística que envolvia a ilha, um dos grandes paraísos do litoral sul do Rio de Janeiro. A pressa em destruir a cadeia foi tanta, que dela não foram retirados nem mobiliário, cozinhas, instalações sanitárias e enfermarias que poderiam faltar em outras unidades. Tudo veio abaixo em segundos, quase em segredo. O presídio de Ilha Grande, em tempos de democracia e amplas liberdades, também precisava desaparecer por questões políticas: era testemunha viva da arbitrariedade e da desumanidade de governos ditatoriais que precisavam ser esquecidos. Pensando bem, já foi tarde.

O mestre Graciliano, ao chegar à Ilha Grande naquele ano terrível da repressão pós-insurreição comunista de 1935, depois de uma longa e tormentosa viagem de navio, ouviu do chefe da segurança a seguinte frase:

— Vocês não vieram aqui para se regenerar. Vieram aqui para morrer.

Graciliano Ramos escreveu uma obra antológica sobre sua experiência como prisioneiro sem culpa, *Memórias do cárcere*. Nela descreve as cruéis condições de encarceramento, que duraram um

ano, e sua convivência com um preso comum, Vanderlino, a quem ensinou a ler: "Um homem útil, habilidoso, capaz de esculpir peças de um jogo de xadrez depois de dividir um cabo de vassoura em 32 peças iguais." *Memórias do cárcere* foi transformado em filme pelo grande cineasta Nelson Pereira dos Santos, em 1984. Nelson Werneck Sodré, autor do prefácio do livro, disse o seguinte, na primeira edição:

> Escreveu, realmente, com exatidão espantosa, com rigor excepcional. Tudo o que é negro, em sua narração, é negro pela própria natureza, o que é sórdido porque nasceu sórdido, o que é feio é feio mesmo.

Graciliano Ramos é um ícone da convivência entre presos políticos e comuns no interior dos porões. A diferença é que ele, da mesma forma que entrou, saiu. Sem explicações. Sem condenações e sem absolvição. Simplesmente saiu. O companheiro de cela, Vanderlino, continuou preso. Graciliano Ramos nunca se recuperou do seu martírio. A cadeia era um enorme areal, de frente para o Atlântico, cercado de arame farpado, torres de vigilância e soldados armados de fuzis e baionetas. Parecia um campo de concentração. Os presos faziam suas necessidades, comiam e dormiam no areal. Graciliano chegou a dizer que *Memórias do cárcere* seria sua obra póstuma. E foi.

Os movimentos revolucionários dos anos 1920 e 1930 lançaram milhares de presos no convívio de ladrões e bandidos em geral. A interação entre eles resultou na educação de prisioneiros comuns nos ideais e esquemas revolucionários. O caso do comunista histórico Gregório Bezerra, membro do Comitê Central do Partido Comunista, o PCB, um dos presos libertados em troca da vida do embaixador

americano Charles Burke Elbrick, levado por um comando guerrilheiro em 1969, é exemplar. Gregório esteve envolvido com o movimento anarco-sindicalista durante o *Ano Vermelho* (1917-1918), quando as "sociedades de resistência", os primeiros sindicatos brasileiros, de orientação anarquista, se lançaram numa violenta campanha de protestos por regulamentação da jornada de trabalho, salário mínimo, pagamento de horas extras e outros direitos, inclusive o da própria sindicalização. Sobre o movimento desabou uma inacreditável repressão policial-militar, que gerou choques armados, barricadas e inúmeros conflitos de rua no país.

Gregório Bezerra foi preso em Pernambuco, trancafiado na Casa de Detenção do Recife, cadeia construída no tempo da colônia portuguesa e hoje transformada em museu e ambiente para atividades culturais. Na primeira metade do século XX, era lugar de dureza e maus-tratos. Gregório foi preso durante uma manifestação de apoio à Revolução Bolchevista e passou cinco anos na Casa de Detenção. O companheiro de cela de Gregório era o cangaceiro Antônio Silvino, que chefiou um bando de 150 "cabras" armados, saqueou fazendas e cidades pelo sertão durante muitos anos. Silvino era chamado de "o Robin Hood do sertão" pela imprensa da época, porque soltava presos, fuzilava "macacos" (policiais e políticos) e ainda distribuía comida para a população miserável, quase escrava. O cangaceiro — quanta ironia — lia os jornais disponíveis na cadeia e explicava para o futuro líder comunista o significado da Revolução Russa. (Para detalhes, ver *Comando Vermelho; Memórias*, de G. Bezerra, Civilização Brasileira, 1979.) Gregório foi analfabeto até os 25 anos. Por isso o cangaceiro lia os jornais para ele.

No episódio do Golpe Militar de 1964, quando o governo de João Goulart foi derrubado, as cadeias se encheram mais uma vez. O próprio Gregório Bezerra foi personagem de um episódio bizarro: preso novamente em Recife, foi exibido nas ruas do bairro da Casa Forte, arrastado por um jipe, com uma corda no pescoço, com direito a transmissão ao vivo por uma televisão local. Imagens que receberam repercussão mundial. Seu carrasco foi o tenente-coronel do Exército Darcy Viana Vilock. O líder comunista, deputado constituinte pelo PCB no período pós-Getúlio, foi obrigado a entrar numa tina de ácido de bateria de caminhão, ficando com os pés e as canelas em carne viva, com graves queimaduras. A tortura que sofreu foi um dos mais graves episódios de violação dos direitos humanos da ditadura militar. Condenado por um tribunal militar a 19 anos de reclusão, foi libertado com outros 14 presos políticos em troca da vida do embaixador americano. Ao chegar ao México, libertado de tantos sofrimentos, Gregório Bezerra deu uma entrevista coletiva dizendo discordar dos métodos violentos dos grupos de oposição armada no Brasil, que usavam o sequestro como instrumento de luta. Mas se sentia grato por ter recuperado a liberdade. Outro envolvido no sequestro do embaixador Charles Elbrik foi o atual ministro do governo popular de Lula, Franklin de Sousa Martins, jornalista responsável, atualmente, pela área de comunicação social do Planalto, depois de ter sido comentarista político da TV Globo.

A Franklin Martins é atribuído o manifesto revolucionário que foi lido em cadeia nacional de rádio e televisão, uma das exigências pela libertação do embaixador americano. Ele pertencia ao MR-8, que junto com a ALN havia sequestrado o embaixador americano, em 4

de setembro de 1969. Era a primeira vez que um representante diplomático dos Estados Unidos era sequestrado, em todo o mundo. Richard Nixon, o presidente dos Estados Unidos, ligou para o Palácio do Planalto e perguntou:

— Quem é o encarregado por essa porra de país? — perguntava furioso o mandatário de Washington.

O encarregado era o presidente-general Costa e Silva, que respondeu com educação à altura da pergunta. O governo ditatorial brasileiro decidiu lidar por conta própria com a oposição armada. Aceitou a leitura do manifesto dos revolucionários. Aceitou a libertação dos 15 presos políticos, entre eles Gregório Bezerra.

Mas, em seguida, o governo militar optou por uma sangrenta campanha de repressão, que, entre 1969 e 1978, destruiu a esquerda armada, por meio da força bruta, aprovada pelo regime como método "legítimo" de combate à "guerra revolucionária". Os militares brasileiros acreditaram piamente que a violência e o terrorismo de Estado eram os únicos modos de conter a oposição que pegara em armas. Pegar em armas representava, automaticamente, uma condenação à morte. Neste ano de 1969, a Lei de Segurança Nacional foi reformada e, com aprovação de um Congresso submisso, aprovou oficialmente a pena de morte para crimes de terrorismo. Curiosamente, nestes dias de amplas liberdades democráticas, em 2009, a famigerada LSN continua vigente, apesar de não aplicada.

Os libertados em troca da vida do diplomata americano, além de Gregório Bezerra, apareceram numa foto, ao embarcar para o México. A imprensa da época assim descreveu a foto:

De pé, a partir da esquerda: Luís Travassos, José Dirceu, José

Ibrahim, Onofre Pinto, Ricardo Vilas, Maria Augusta, Ricardo Zarattini e Rolando Frati. Agachados: João Leonardo, Agonalto Pacheco, Vladimir Palmeira, Ivens Marchetti e Flávio Tavares.

No dia 4 de setembro de 1969, militantes de duas organizações que se propunham a derrubar a ditadura através da luta armada, a ALN e o MR-8, capturaram o embaixador dos Estados Unidos numa rua do bairro de Botafogo, no Rio, exigindo a libertação de 15 presos políticos e a divulgação de um manifesto como condição para a devolução do diplomata. Foi a mais espetacular ação da guerrilha urbana, que se iniciara timidamente em 1968 e ganhara enorme impulso depois do AI-5. O governo atendeu às reivindicações dos revolucionários: os presos políticos foram enviados para o México e o manifesto foi publicado nos principais jornais e divulgado em todas as rádios e televisões. Libertado o embaixador, seguiu-se feroz repressão, que levou em novembro do mesmo ano ao assassinato de Carlos Marighella, líder da ALN e principal dirigente da luta armada contra a ditadura.

O manifesto dos revolucionários estabelecia o seguinte, conforme pode ser visto no site do ministro Franklin Martins:

> Grupos revolucionários detiveram hoje o sr. Charles Burke Elbrick, embaixador dos Estados Unidos, levando-o para algum lugar do país, onde o mantêm preso. Este ato não é um episódio isolado. Ele se soma aos inúmeros atos revolucionários já levados a cabo: assaltos a bancos, nos quais se arrecadam fundos para a revolução, tomando de volta o que os banqueiros tomam do povo e de seus empregados; ocupação de quartéis e delegacias, onde se conseguem armas e munições para a luta pela derrubada da ditadura; invasões de presídios, quando se libertam revolucionários, para devolvê-los à luta do povo; explosões de prédios que simbolizam a opressão; e o justiçamento de carrascos e torturadores.

> Na verdade, o rapto do embaixador é apenas mais um ato da guerra revolucionária, que avança a cada dia e que ainda este ano iniciará sua etapa de guerrilha rural.

A maior parte dos presos políticos do novo regime de 1964 foi concentrada no Rio de Janeiro, no complexo penitenciário da Rua Frei Caneca, bem no centro da cidade. Cinco anos mais tarde, esses detentos foram transferidos para Ilha Grande, no porão de um navio graneleiro. Algo como 1.284 presos foram levados, à semelhança dos navios negreiros, para Ilha Grande, durante um temporal, com o mar agitado. Entre eles estava um jovem ladrão nordestino, Willian da Silva Lima, que, dez anos mais tarde, se transformaria no fundador do Comando Vermelho.

Na Ilha Grande, os presos políticos e os comuns foram confinados na galeria B, a "galeria de segurança nacional", que logo se tornou a "galeria vermelha", um lugar de isolamento, sem contato com os demais detentos, bandidos comuns de várias regiões do Rio de Janeiro. A galeria B, também chamada de Fundão, virou o caldo quente onde se cozinhava a convivência forçada entre presos políticos e presos comuns, com ascendência dos primeiros. Os presos comuns, com a força da liderança moral e ideológica dos políticos, aprenderam uma série de regras. A principal delas: "o inimigo está fora das celas." Os comunistas exigiram o fim da violência interna entre presos, como ataques sexuais, pedágios e outras formas de agressão. Ditaram um modelo de organização que calou fundo no bandido comum, ao qual ainda ofereceram alfabetização e distribuição equitativa de benefícios.

A maioria dos presos políticos vinha das classes médias e

abastadas. Durante as visitas de esposas, parentes e amigos, recebiam alimentos, doces, cigarros e remédios. Todos esses itens são fortes moedas de troca dentro das cadeias. Com seu espírito de solidariedade, os presos políticos costumavam distribuir esses bens entre os mais necessitados. Assim, conquistavam a confiança dos demais prisioneiros. Além do mais, os políticos determinaram a vigência da "justiça revolucionária". Ou dá ou desce. Aqui quem manda somos nós, nem os bandidos rivais, nem o sistema. O que for decidido pelo "coletivo" vira lei.

Só que prisioneiro político tem anistia — enquanto os presos comuns não são beneficiados pela mesma lógica jurídica. Os integrantes das organizações revolucionárias que enfrentaram o regime militar foram libertados em 1979. Os demais continuaram em cana. Sozinhos a partir deste momento, os presos comuns utilizaram os melhores ensinamentos dos políticos e montaram suas próprias estruturas de resistência contra o sistema penal. Disso resultou a primeira organização do Comando Vermelho e sua principal dissidência, o Terceiro Comando (TC ou 3C). O resto da história a gente já conhece.

No sistema carcerário, hoje em dia, essa experiência se generalizou. Praticamente não há mais prisioneiros que não pertençam a facções criminosas. A culpa maior pela disseminação das organizações criminosas é do próprio Estado. Nos anos 1990 e 2000, erraram as autoridades ao fazer transferências de presos de um lugar para outro, sem critérios. Fernandinho Beira-Mar, o traficante carioca, é o campeão de transferências. Já esteve em quase todo o Brasil. Os líderes do PCC foram levados de São Paulo para o Paraná, Mato

Grosso, Mato Grosso do Sul e outros estados, inclusive no Nordeste. A cada estada deles em cadeias diferentes, a "ideologia do crime" e o senso de organização se espalharam como uma epidemia.

Não há mais cadeias onde essas siglas do crime organizado não estejam presentes. Às seis horas da tarde, as atividades dos presídios cessam para que os detentos cantem o hino das organizações criminosas. Inclusive nas instituições para menores infratores. Em alguns casos, os prisioneiros recitam os "estatutos" das facções. Isso vem se tornando uma rotina — e vai continuar —, para demonstrar que "estamos aqui" e "viemos para ficar". Os grupos organizados fazem questão de afirmar seu poder dentro do sistema penal. Mesmo que suas vozes não sejam ouvidas do lado de fora das celas. Como entidades de resistência contra um poder judiciário arcaico, anacrônico, envelhecido, onde alguns condenados chegam a ficar cinco anos presos após o cumprimento das penas, a "voz" das organizações criminosas é um grito de alerta contra a nossa tragédia em termos de justiça. E nisto estão cobertos de razão. Quanto mais gritarem às seis horas da tarde, quanto mais paralisarem as atividades nos presídios, melhores as suas chances de serem ouvidos do lado de fora.

E nós — aqui do lado de fora — estamos prontos para ouvi-los? Certamente, não estamos. De um modo geral, queremos vingança. Somos as vítimas. E eles, vão se calar? Há alguma autoridade com força moral para calá-los? Não. Não há. Por que não há? Porque a sociedade brasileira, em todos os seus escalões, não se diferencia mais dos criminosos comuns. A única diferença é que eles estão lá dentro e nós estamos do lado de fora. Mesmo cometendo os nossos pequenos

crimes de cada dia. Nossos pequenos assassinatos. O Brasil ainda não percebeu que se tornou uma nação criminosa. A ilegalidade está presente em todas as nossas ações, dos governantes, políticos, comerciantes e banqueiros, até o mais simples dos camelôs. Quando chamei este livro de *O assalto ao poder*, é porque não há a menor dúvida de que o crime organizado já está instalado em todas as estruturas.

7

AS ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA mantinham estreitos laços de cooperação com movimentos similares no exterior. Cuba, por todas as razões, foi uma fonte de apoio material e financeiro. Vários brasileiros fizeram cursos de guerrilha na ilha de Fidel, além de capacitação teórica. O PC do B mantinha contatos na Albânia, país comunista de orientação chinesa. Os albaneses tinham, inclusive, uma emissora de rádio, em língua portuguesa, destinada ao Brasil. Nossos grupos da luta armada tinham intimidade com os Montoneros argentinos (movimento radical com origem no peronismo) e com os Tupamaros uruguaios. O Movimento de Esquerda Revolucionária do Chile (MIR) era um forte aliado. Militantes desses três países mantinham entre si um sistema de trocas (dinheiro, armas, material teórico) e proteção. Gente procurada no Brasil fugia para Chile, Uruguai e Argentina, numa corrente de solidariedade. E vice-versa.

Os órgãos de segurança dos regimes militares do continente, a partir de informações da CIA, iniciaram um novo modelo de cooperação, inclusive liberando as fronteiras para ações clandestinas das polícias, por meio das quais dezenas de militantes de esquerda foram sequestrados e mortos. O pacto entre os militares produziu fortes danos entre os revolucionários brasileiros, especialmente nas organizações que atuavam no Rio Grande do Sul.

Em 1986, menos de um ano após o fim da ditadura no Brasil, surgiu o primeiro sinal de que grupos originários do movimento revolucionário, estavam agindo no país. No dia 7 de novembro daquele ano, homens armados sequestraram em São Paulo o vice-presidente do Bradesco, Antônio Beltran Martinez. Ele ficou 41 dias em poder dos sequestradores. Foi libertado ileso, em troca de um resgate de 4 milhões de dólares. A estratégia usada para realizar o ataque contra o banqueiro, os contatos mantidos com a família e a infraestrutura empregada no crime (a polícia nunca conseguiu uma pista sequer do cativeiro) revelaram à polícia que não se tratava de criminosos comuns. A luz no local do cativeiro ficava acesa o tempo todo. Havia música tocando sem parar. A comunicação entre os sequestradores e a vítima era feita por meio de bilhetes. O banqueiro, anos depois, diria que os bandidos falavam espanhol e escreviam num português muito ruim.

Três anos mais tarde, em 1989, o publicitário Luiz Salles também foi sequestrado. O modo de ação dos bandidos era quase idêntico ao caso Martinez. De novo a música, os bilhetes e a luz acesa. Mais uma vez, uma mulher foi encarregada de fazer contato com a família. O

resgate foi de 2 milhões de dólares. Na edição da *Veja Online* de 13 de fevereiro de 2002, Salles faria o seguinte comentário:

— O grupo que sequestrou Beltran Martinez tinha sotaque cucaracho e dava [a ele] aspirina chilena. Os meus sequestradores me escreviam em portunhol, com interrogações ao contrário. Quando fui sequestrado, um deles gritou: "*Despacio, Despacio!*" (Devagar, devagar — em espanhol). O procedimento dos sequestradores não é parecido. É xerox.

O próprio Beltran Martinez, falando à mesma edição da revista, diria:

— Provavelmente, não são os mesmos sequestradores, mas tudo indica que são da mesma quadrilha.

Para complicar ainda mais a situação, no mesmo ano de 1989, justamente na semana da eleição presidencial no Brasil, outro bando armado sequestrou o empresário Abílio Diniz e pediu um resgate de 10 milhões de dólares. Desta vez os sequestradores cometeram uma série de erros e foram localizados pela polícia paulista. O cativeiro, na zona sul da capital, foi cercado. Após uma tensa negociação, o grupo se rendeu e libertou Diniz. Como já vimos no início deste livro, entre os presos estavam chilenos, argentinos, canadenses e um brasileiro, o cearense Raimundo Freire, com passado na resistência contra a ditadura. Os sequestradores se declararam "presos políticos", agindo em nome da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), de El Salvador. Quando os detidos foram apresentados à imprensa, Raimundo Freire foi fotografado com o braço esquerdo erguido e o punho cerrado. Com a mão direita, fazia o V da vitória.

Como sabemos, a prisão dos sequestradores de Abílio Diniz gerou

um movimento internacional de solidariedade. O próprio governo canadense se empenhou na soltura de David Spencer e sua mulher Christine Lamont, o que terminou de fato acontecendo. Entre as pessoas envolvidas na campanha para a libertação dos canadenses havia notáveis e ocupantes de cargos públicos.

No presídio do Carandiru, onde os estrangeiros ficaram alojados, passaram a ser conhecidos como "os chilenos". No Pavilhão 3, importante base do PCC, tiveram forte influência sobre os presos comuns. David, que era perito em comunicações, chegou a escrever um manual para a liderança do Partido do Crime, intitulado *Manual de processamento e operações de sistemas piratas* (ver *Cobras & lagartos*, já citado). David Spencer, além de agir em nome da FMLN salvadorenha, também se declarava ex-militante do MIR.

Anos depois, já em liberdade condicional, o cearense Raimundo Freire iria esclarecer um pouco mais sobre a ligação dos sequestradores com a antiga esquerda armada latino-americana. Ele disse aos jornalistas:

— Fomos todos treinados na Nicarágua, que era o santuário da guerrilha.

Em 19 de julho de 1979, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) comandou uma insurreição armada contra o governo do general Anastásio Somoza García, derrubando 45 anos de ditaduras no país. Com uniformes verde-oliva, lenços vermelhos amarrados no pescoço e boinas pretas, a guerrilha sandinista era chefiada por Éden Pastora, o Comandante Zero. Ao tomar o poder, os revolucionários fecharam o Congresso, aboliram a Constituição, nacionalizaram a indústria e desapropriaram imensas extensões de

terras para a reforma agrária. Na primeira eleição livre do país, os sandinistas foram derrotados. Mas, atualmente, o líder guerrilheiro Daniel Ortega é o presidente da Nicarágua, levado ao cargo pelo voto popular.

Apesar de todos os indícios recolhidos nos sequestros, a polícia paulista descarta motivação política nos crimes. A Divisão Antissequestro acredita, até hoje, que "os ataques foram planejados em benefício próprio". Nos dois primeiros crimes, foram apurados 6 milhões de dólares em resgates, enorme fortuna para a época. Mesmo assim, o delegado Walter Giudice, que chefiou as investigações, informou: "Os bandidos, que em algum momento tiveram algum ideal revolucionário, agora querem apenas usar seus conhecimentos bélicos e logísticos para enriquecer" (*Veja Online* de 13 de fevereiro de 2002).

Pouco tempo depois da prisão dos sequestradores de Abílio Diniz, um depósito de armas e munições da FMLN explodiu acidentalmente em Manágua, capital da Nicarágua. Entre os destroços do paiol foram encontrados documentos pessoais do pessoal envolvido no sequestro e até mesmo uma lista de notáveis brasileiros que seriam potenciais reféns da organização. Entre esses nomes estaria o do jornalista Roberto Marinho, então presidente das Organizações Globo, e o de Antônio Ermírio de Moraes, presidente do Grupo Votorantim. Esta informação jamais foi confirmada pela família das prováveis vítimas. Menos ainda pela polícia. Mas há uma testemunha, o jornalista Caco Barcelos, que esteve no local da explosão.

Em maio de 2002, um documento oficial do MIR fazia "um chamamento à solidariedade para com nossos companheiros presos

nos cárceres do Brasil". Em 1997, quase oito anos após o sequestro de Abílio Diniz, três ex-dirigentes do MIR declararam à imprensa, em Santiago do Chile, que o crime era na verdade uma "operação político-militar" de uma organização guerrilheira que fora ligada ao grupo, a Frente Patriótica Manuel Rodriguez (FPMR). Esta é a mesma organização que, em 1986, tentou matar o ditador chileno Augusto Pinochet. Na ocasião, os guerrilheiros montaram uma emboscada numa estrada por onde o general iria passar. Os militantes da FPMR dispararam um míssil RPG (de fabricação russa) contra o carro de Pinochet. E o tiro foi perfeito, atingindo a porta traseira, justamente onde o general estava sentado. Mas houve um problema técnico: o RPG (*Rocket Propulsed Granade*) precisa de pelo menos 50 metros de distância do alvo para ganhar velocidade e armar os dispositivos detonadores. Lançado de muito perto, o foguete antitanque apenas amassou a porta do carro. Após o atentado, a ditadura chilena desencadeou uma repressão inacreditável contra a FPMR. A maior parte de seus integrantes foi presa ou morta. Muitos tiveram que fugir do Chile. E alguns podem ter vindo para o Brasil, que comemorava o fim do regime militar por aqui. Anos mais tarde, esta hipótese iria se confirmar.

No início da noite de 11 de dezembro de 2001, fazia muito calor em São Paulo. As emissoras de rádio informavam que a temperatura havia chegado a 36ºC na hora do almoço. No bairro de Higienópolis, as lojas estavam cheias de gente preocupada com as compras de Natal. Ao deixar de carro a agência W/Brasil, o publicitário Washington Olivetto, dono da companhia, estava acompanhado por

seu motorista e seguia para casa. Na Avenida Angélica, das mais movimentadas da capital paulista, Olivetto foi interceptado por seis policiais federais, com armas à vista e coletes da corporação. Era uma falsa blitz. O publicitário foi arrancado do carro, chegou a lutar com um dos sequestradores e terminou sendo arrastado para um furgão branco, sob as vistas de dezenas de testemunhas.

Começava um drama que só iria acabar 53 dias depois, em 1º de fevereiro de 2002, quando Washington Olivetto foi libertado pela polícia. Estava quase 10 quilos mais magro e profundamente abatido. O cativeiro foi uma casa de classe média na Rua Kansas, no Brooklin. Num dos cômodos, os sequestradores construíram um cubículo sem aberturas a não ser uma porta estreita. O ar era bombeado para dentro do ambiente por meio de um aparelho elétrico semelhante a um ventilador. A luz ficava acesa o tempo todo. Música era tocada sem parar. Os bandidos se comunicavam com a vítima por meio de bilhetes. Tudo igual aos casos anteriores.

O publicitário estava certo de que iria morrer de ataque cardíaco, pois tinha 50 anos à época e já havia sofrido uma endocardite, inflamação na membrana que envolve o coração. No cativeiro, escrevia comoventes cartas de amor para a mulher, Patrícia, e fazia apelos dramáticos aos sequestradores: “Aos senhores chefes, ontem tive a certeza de que se continuar aqui nesta situação vou ter um infarto e morrer.” Dos sequestradores, Olivetto recebia como resposta um silêncio ameaçador. Não há palavras para descrever uma tortura como essa.

Mas o destino, auxiliado por inacreditáveis erros dos bandidos, movia suas teias. A polícia civil de Serra Negra, cidade que fica na

Serra da Mantiqueira, a 153 quilômetros de São Paulo, recebeu uma denúncia de que havia um movimento estranho numa casa das redondezas. Gente falando espanhol, carros entrando e saindo. Parecia coisa de traficantes. Logo os policiais ficaram sabendo que o lugar havia sido alugado com dinheiro vivo, dólares pagos à vista. Foi o que bastou para que o delegado Sidney Poloni conseguisse um mandado de busca e invadisse a casa, na sexta-feira 1º de fevereiro, apoiado por uma equipe da Polícia Militar.

A polícia chegou durante os preparativos para um churrasco. Encontrou seis estrangeiros: um chileno, quatro argentinos e uma espanhola. Todos se renderam sem oferecer resistência, apesar do farto armamento disponível na casa. O delegado apreendeu coletes da Polícia Federal, perucas, computadores, disquetes e uma mala contendo cartas de amor para uma certa Patrícia, além de bilhetes que indicavam a negociação de um resgate. Golpe de sorte: caíra a base dos sequestradores de Washington Olivetto.

O chefe do bando identificou-se aos policiais como "comandante Ramiro". Era, na verdade, Mauricio Hernández Norambuena, 43 anos, chileno, comandante da Frente Patriótica Manuel Rodriguez (FPMR), a mesma que atacara Pinochet. Com grande experiência em combate, Norambuena era o homem mais procurado do Chile, de onde fugira em 30 de dezembro de 1996. O líder guerrilheiro escapou da prisão de segurança máxima CAS (Cárcel de Alta Seguridad), na capital chilena, a bordo de um helicóptero roubado. Três outros presos políticos também escaparam. Dois anos antes, o Departamento de Estado dos Estados Unidos havia incluído Norambuena na lista dos terroristas mais perigosos do mundo.

Até os 25 anos de idade, Maurício Norambuena parecia um tranquilo professor de educação física em Valparaíso. Mas é quase impossível que não tivesse envolvimento político anterior, porque repentinamente caiu na clandestinidade e assumiu um cargo de direção na FPMR. Passou por treinamento militar em Cuba e na Alemanha Oriental, destacando-se no comando de atividades guerrilheiras ao retornar ao Chile. Em 1986, liderou o ataque contra o ditador Pinochet, no qual morreram cinco agentes de segurança. Em seguida, em 1987, sequestrou um comandante do Exército chileno, o coronel Carlos Carreño, que foi libertado em São Paulo. O comandante Ramiro também liderou o sequestro e o "justiçamento" do senador Jaime Guzmán, um dos mais importantes colaboradores políticos da ditadura chilena. Por este crime, foi condenado à prisão perpétua em seu país. Foi ainda autor do sequestro de Cristián Edwards Del Río (setembro de 1991 a fevereiro de 1992), herdeiro de um império de empresas de comunicação, envolvendo jornais, entre eles *El Mercurio*, o mais importante do país, emissoras de rádio e televisão.

Em Serra Negra, além do chileno comandante da FPMR, a polícia deteve os argentinos Rubens Oscar Sanchez, 30 anos, Carlos Renato Quiroz, 28, Maite Amalia Bellon, 23, e Frederico Antonio Aribas. Foi presa também a espanhola Rosa Amalia Ramos Quiroz, 37 anos, irmã de Carlos Renato. Mais tarde a polícia apanhou Alfredo Canales Moreno, o número 2 do grupo, apontado como elo entre o grupo e guerrilheiros colombianos. Desde o início, Norambuena assumiu as negociações com a polícia, que foi reforçada por agentes da Divisão Antissequestro e do Deic, vindos da capital. Propôs libertar

Washington Olivetto em troca de um telefonema para seus cúmplices. Os policiais temiam que as prisões de Serra Negra fossem noticiadas pelo rádio e a televisão, o que poderia provocar a imediata execução do publicitário sequestrado. Por isso, aceitaram o trato.

Norambuena, algemado e vigiado a uma certa distância, fez o telefonema de um orelhão. Assim, outros oito integrantes do grupo escaparam e nunca foram encontrados. Entre eles estariam colombianos ligados às FARCs ou ao ELN (Exército de Libertação Nacional da Colômbia). Washington Olivetto foi abandonado na casa da Rua Kansas. Os homens que vigiavam o cativeiro desapareceram, deixando inclusive um cachorro pastor alemão, com o segurança do condomínio. Norambuena havia enganado seus captores.

O publicitário Washington Olivetto, estranhando o silêncio na casa do Brooklin, começou a gritar por socorro a plenos pulmões. Ficou assim até o dia seguinte, o sábado, 2 de fevereiro de 2002, quando mais uma vez o destino agiu a seu favor. Na casa ao lado, a estudante de medicina Alice Dota, de 22 anos, ouviu barulhos estranhos, parecendo gritos abafados. Colocando um estetoscópio na parede, Alice percebeu que era alguém pedindo ajuda desesperadamente. Chamou a polícia, encerrando 53 dias de sofrimento do empresário.

Mauricio Hernández Norambuena foi julgado e condenado a trinta anos de prisão. Passou quase cinco anos no presídio de segurança máxima de Presidente Bernardes, no interior de São Paulo. Foi mantido isolado dos demais detentos, e também não podia ouvir rádio, ver televisão, ler jornais ou revistas. Passava 23 horas por dia dentro da cela solitária, com direito a uma hora de banho de sol, sem

companhia. Rivalizando na dureza da pena com o traficante Fernandinho Beira-Mar, foi um dos prisioneiros mantido em solitária por mais tempo na história recente do país. Deixou Presidente Bernardes no dia 23 de novembro de 2006, passando por outras três penitenciárias até chegar ao Presídio 1 de Avaré.

Agora tem cela coletiva, pode jogar bola no pátio, conviver com outros presos, ver televisão, receber visitas. O Ministério Público recorreu da transferência do ex-guerrilheiro, alegando que o chileno "representa uma ameaça para o sistema penitenciário e a sociedade". Mas os promotores não foram atendidos. Nos presídios por onde passou, Norambuena entrou em contato com a liderança do PCC, que tem hegemonia nas cadeias do estado. Teria — inclusive — se transformado numa espécie de conselheiro da facção. Há quem diga, entre os jornalistas, que o chileno agora é membro da comissão dirigente do PCC. Acompanhe a posição dos promotores públicos criminais de São Paulo, publicada pela *Folha Online* de 24 de novembro de 2006, em reportagem de Kleber Tomaz:

> Para o Ministério Público e as forças de segurança do Estado, o chileno é colaborador da facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital). O criminoso chileno teria ensinado, na cadeia, táticas de terrorismo aos chefes do PCC.

O ano de 2006, como todo mundo sabe, foi aquele da campanha de atentados praticados pelo PCC contra o governo paulista. Mas a onda de violência ocorreu antes da chegada de Norambuena a Avaré. Mesmo assim, por desinformação ou por outros interesses, o mito continua a ganhar projeção. Parece que as autoridades de segurança paulistas precisam de um bode expiatório, especialmente porque

ainda não acreditam que o PCC tenha atingido, por conta própria, um grau elevado de sofisticação. "Aquilo é gente pobre, favelada, sem instrução; eles precisam de exemplo de fora do grupo social desses bandidos", foi o comentário que ouvi de um delegado do Deic. Ledo engano, fruto do preconceito. A opinião só revela a desinformação da polícia a respeito do crime organizado. O PCC não precisaria de Norambuena para sua campanha de atentados. Quase dez anos antes, o Comando Vermelho já tinha feito a mesma coisa no Rio de Janeiro. Aí, sim, seria "um exemplo de fora".

Mas a lenda continua. No sábado, 12 de agosto de 2006, às oito horas da manhã, o PCC sequestrou uma equipe da TV Globo quase em frente ao prédio da emissora, na Avenida Luís Carlos Berrine, zona sul de São Paulo. O repórter Guilherme Portanova e o auxiliar técnico Alexandre Coelho Calado foram rendidos por homens armados e obrigados a entrar num carro. Alexandre foi libertado às dez e meia da noite. Voltou para a emissora levando um DVD que continha um manifesto da organização criminosa denunciando as péssimas condições carcerárias a que seus integrantes estavam submetidos. Levou também um recado do PCC: Portanova seria executado se o vídeo não fosse exibido.

A direção da TV Globo, contrariando as orientações do governo paulista, decidiu mostrar o vídeo. Foi à meia-noite e meia, de sábado para domingo, horário em que ainda havia uma boa audiência. De um total de dez minutos e 15 segundos gravados, a Globo exibiu apenas três minutos. Até o dia seguinte, no entanto, o repórter não tinha aparecido. A emissora repetiu um trecho ainda menor do manifesto eletrônico no programa *Fantástico*, uma das maiores

audiências da TV Globo, em rede nacional. Parece que funcionou: à 1 hora da segunda-feira, dia 14, Guilherme Portanova foi deixado numa rua do bairro do Morumbi, ileso. O único paralelo histórico deste caso foi a leitura do manifesto dos sequestradores do embaixador americano, levado pela guerrilha durante a ditadura.

Na manhã da segunda-feira, a versão online do jornal *O Estado de S. Paulo* informava:

> (...) a cúpula da Secretaria de Segurança reuniu-se. A inteligência policial informou ter identificado o comando do líder do PCC, Marcos Camacho, o Marcola, no crime. O plano original era de que o sequestro da equipe da Globo ocorresse mais perto das eleições, mas alguém teria se precipitado.

A polícia nunca esclareceu as fontes dessas informações, que foram tomadas como verdadeiras. No mesmo dia 14 de agosto de 2006, a versão impressa do *Estadão* trazia reportagem de Marcelo Godoy, sob o título "Desta vez o cérebro é Norambuena", cujo trecho de abertura é o seguinte:

> Um sequestro ocorrido no Chile em 1987 pode estar por trás da tática utilizada pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) ao sequestrar o jornalista Guilherme Portanova e o auxiliar técnico Alexandre Calado. Trata-se do sequestro do coronel Carlos Carreño, diretor da fábrica de armas do Exército do Chile. O motivo dessa suspeita da polícia paulista é o fato de Mauricio Hernández Norambuena, o "comandante Ramiro", ter participado dessa ação. (...) Norambuena é um dos principais suspeitos de ter articulado a ação do PCC.

O ex-guerrilheiro chileno, como todos sabem, estava em regime de isolamento no presídio de Presidente Bernardes quando o

sequestro aconteceu. Mas o jornal destaca que toda a cúpula da organização também estava presa na mesma cadeia. Parece fantasia, apesar de que vale lembrar: para libertar o coronel Carreño, cujo cativeiro ficava no Brasil, o governo Pinochet foi obrigado a distribuir comida em favelas e permitir a divulgação do manifesto dos revolucionários. Isso aconteceu cerca de uma década após o sequestro do embaixador americano no Rio, em setembro de 1969.

Quando Guilherme Portanova, repórter iniciante, foi abordado pelos sequestradores, os bandidos não acreditaram que ele trabalhava na TV Globo. "Se você é repórter da Globo, eu sou Papai Noel", disse um dos homens, armado com uma pistola automática. Portanova, recém-chegado do Rio Grande do Sul, 30 anos, não era conhecido do grande público. Mesmo assim o levaram. A polícia, apesar desse clima um tanto confuso no ataque, passou anos até ter uma pista dos sequestradores. E até agora não tem certeza de ter apanhado um deles, no início de 2009. Durante o ataque, o jornalista e seu auxiliar tomavam café da manhã numa padaria e não estavam com equipamentos de gravação.

Consegui uma cópia integral do DVD com o manifesto do Partido do Crime. Vale a pena examiná-la em detalhes:

A câmera estava no ombro de um dos sequestradores. Pela pouca luz no ambiente da gravação, percebia-se que era um equipamento profissional — possivelmente o que havia sido roubado da TV Globo um mês antes, durante assalto a uma equipe de externa —, pois as câmeras modernas conseguem gravar com pouca iluminação. Dá para notar que o "cinegrafista" do PCC fazia esforço para se mover lentamente e manter o foco, operando a lente com certa dificuldade.

O tremor nas imagens é típico de quem domina pouco o equipamento. O local apresenta dois pontos de luz natural — e fica evidente que o tape foi gravado durante o dia. No canto direito do vídeo, provavelmente há uma porta aberta: é dali que vem a maior incidência de luz. Do lado esquerdo há uma pequena janela do tipo basculante, com duas faces móveis, cujo reflexo fica claramente impresso nas imagens.

A fita foi gravada numa casa. É, possivelmente, uma construção recente. O piso é de lajotas de cerâmica marfim, muito limpas, um cômodo que deve ter tido pouca ocupação. Tem rodapés do mesmo material cerâmico, pouco comuns nas favelas mas frequente em casas de classe média baixa da periferia. As paredes sugerem tinta látex, branca, nova. O espaço tem entre 12 e 16 metros quadrados, cenário desse extraordinário desafio lançado contra o poder público. O tape lembra um daqueles vídeos da al Qaeda — ou os manifestos gravados do cartel de Medellín, nos anos 1980, que eram exibidos pela televisão local em troca da vida de sequestrados. O DVD do PCC começa mostrando um lençol colado na parede central do cômodo, com uma inscrição feita com spray de tinta preta:

"O PCC luta pela [*em vez de contra a*] injustiça carcerária. Paz e Justiça."

Abaixo da frase, apoiadas na parede, estão quatro poderosas armas. À esquerda, um fuzil semiautomático Rugger, calibre 7.62, de fabricação alemã. No centro da imagem estão dois AK-47, os famosos Automatic Kalashnikov, de origem russa. À direita do vídeo está uma peça rara: a metralhadora Thompson, calibre 45, do Exército americano, aquela de carregador redondo, empregada na Segunda

Guerra Mundial. Abaixo dos fuzis e da metralhadora está estendido um carpete marrom e, sobre ele, um arsenal diferenciado: 11 bananas de dinamite; oito granadas brasileiras e argentinas; três bombas incendiárias com pavio, um tanto artesanais, uma delas com uns 20 centímetros de altura; além de umas sete ou oito pistolas automáticas. Um arsenal de fazer inveja a qualquer Norambuena.

O manifesto do PCC foi lido durante quase dez minutos por um homem encapuzado, com voz firme e grossa, que praticamente recitava uma longa cantilena contra o sistema carcerário. O texto pode ter sido copiado de um artigo de jornal, da autoria de um jurista, que apresentara poderosos argumentos contra o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), a política de isolamento total praticada pelo sistema penal. A linguagem não era própria do mundo do crime — nem de pessoas comuns. Mas, independentemente da dificuldade de compreender o texto, o golpe valeu pelo desafio e a publicidade obtidos. Na sede da Rede Globo, na Rua Lopes Quintas, no Rio, o incidente jamais será esquecido.

Dificilmente o "comandante Ramiro" poderia ter algo a ver com isso, como insinuaram os jornais. Nos últimos tempos, Norambuena tem estado preocupado com assunto mais urgente: a própria liberdade. A exemplo do que aconteceu com os canadenses presos após o sequestro do empresário Abílio Diniz, um movimeto internacional de solidariedade ganha força pedindo a sua libertação, com sedes no Chile, na Itália, na Bélgica e na Suécia. Exibida na internet em nove idiomas diferentes, a campanha pela soltura de Norambuena já realizou protestos em vários países e reúne assinaturas para enviar ao governo brasileiro. O site

(www.mauriciohernandeznorambuena.com) traz a biografia política do líder guerrilheiro e diz que ele sofre num regime carcerário desumano. Consultei a página no dia 5 de fevereiro de 2009, onde encontrei um contador de dias para o encarceramento de Norambuena. Um texto esclarecia:

> Mauricio Hernández Norambuena está sofrendo seu dia 2.559 de regime carcerário desumano. Ou seja: 48,28 vezes o que sofreu Washington Olivetto, a pessoa objeto do delito pelo qual a justiça brasileira segue detendo Mauricio.

Essa é uma matemática esdrúxula para quem está condenado à prisão perpétua no Chile e a trinta anos no Brasil. Mas o site não para por aí: traz uma vista aérea do Presídio Federal de Catanduvas, no interior do Paraná, com a legenda: "Vista do inferno do presídio de Catanduvas, a Guantánamo brasileira."

Como vimos, Norambuena está preso em Avaré. Passou por Catanduvas, mas o apelido de "Guantánamo brasileira" provavelmente caiu sobre telhado errado. Tudo isso, no entanto, revela o quão ativo é o movimento pela libertação do comandante da FPMR. Exemplo: em 23 de janeiro de 2008, no encerramento de uma conferência de ministros da Cultura do continente, realizada em Valparaíso, a família de Norambuena entregou uma carta endereçada a Gilberto Gil. Nela, os familiares do ex-guerrilheiro pediam que o governo brasileiro concedesse a ele a extradição para o Chile. Em frente ao local da conferência, os apoiadores do chileno colocaram uma faixa: "O Brasil tortura Mauricio Norambuena."

É bom esclarecer: o Supremo Tribunal concedeu a extradição de Norambuena para o Chile, por unanimidade, no dia 26 de agosto de

2004. O relator do pedido foi o ministro Celso de Mello, que enfatizou o caráter de crime comum no sequestro de Washington Olivetto. Se fosse um crime político, o artigo quinto da Constituição brasileira impediria a extradição. Mas o tribunal fez uma exigência: a transformação da pena de prisão perpétua, que pesa contra Norambuena no Chile, para a de trinta anos de reclusão. O governo chileno não se decidiu a respeito.

Ao contrário do que aconteceu com David Spencer e Christine Lamont, os canadenses envolvidos no sequestro de Abílio Diniz, Mauricio Norambuena não arrecadou simpatias no Brasil.

8

"VIM DA FAVELA. VIM da boca do lixo."

É assim que Marcos Willians Herbas Camacho se define. Pouco se sabe a respeito do homem que é apontado pela Justiça, a polícia e a mídia como o chefe supremo do Primeiro Comando da Capital (PCC). De natureza discreta, Marcola não gosta muito de aparecer. Ao contrário dos antigos líderes da organização, como Geleia e Cesinha, não telefona para jornalistas usando celulares na prisão, não dá entrevistas. A polícia de São Paulo, nos últimos anos, realizou 1.500 horas de gravações telefônicas de gente ligada ao PCC: a voz de Marcos Camacho nunca foi registrada. Inclusive, recusa o título de "chefão" do Partido do Crime. Prefere o silêncio e a sombra, seus grandes aliados para sobreviver nas várias cadeias por onde passou.

A carreira dele atrás das grades rivaliza em importância e refinamento com a de outro detento ilustre, seu xará Willian da Silva Lima, o Professor, do Comando Vermelho. Ambos se notabilizaram

por adquirir elevado grau de conscientização política e preparo intelectual. “Ele já leu 3 mil livros na cadeia”, declarou um delegado do Deic. “O livro de cabeceira do Marcola é *A arte da guerra*, de Sun Tzu”, comentou outro policial de alta patente, referindo-se ao tratado militar escrito pelo general chinês que viveu de 544 a 496 a.C.

Marcola jura que nunca informou isso a ninguém. “Como é que eles sabem que li 3 mil livros? Por que não 5 mil?” Essa declaração foi feita pelo assaltante de bancos, condenado a 44 anos de prisão, à CPI da Câmara dos Deputados que investigou o tráfico de armas. Foi na tarde do dia 8 de junho de 2006, num detalhado depoimento que durou quatro horas e 13 minutos. As notas taquigráficas e as gravações deste encontro com os deputados foram transcritas em 205 páginas, que li com enorme curiosidade. Essas notas, aliás, são a única fonte confiável a respeito da vida e do pensamento deste homem que é acusado de liderar a maior facção criminosa do país.

Se você mostrar uma foto de Luís Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, a qualquer pessoa, em qualquer canto do país, ele será imediatamente reconhecido. O traficante carioca, membro do grupo dirigente do Comando Vermelho, é uma das pessoas mais famosas do Brasil. Tão famosa quanto um Tarcísio Meira ou um Silvio Santos. Marcola, no entanto, praticamente não é conhecido do grande público. Dele só vi duas fotos, ambas de fichas policiais, e uma rápida imagem de televisão, exibida pela TV Globo no dia 12 de maio de 2006, quando ele foi transferido para o presídio de Presidente Bernardes. Mesmo assim, Marcola estava junto com vários outros presos e a cena não durou mais do que alguns segundos.

Marcos Camacho é moreno, tem cabelos pretos e crespos, que

costuma usar cortados curtos. Tem o rosto anguloso, em que se destacam olhos escuros, sobrancelhas espessas, nariz proeminente e orelhas grandes. Alguém poderia dizer que o conjunto é de um rosto bem-apessoado. Há quem já tenha comentado que Marcola foi um cara vaidoso, que se vestia bem, chamava atenção das mulheres, o que teria lhe rendido o apelido de Playboy. Foi preso pela última vez em julho de 1999, depois de um assalto a banco em Goiás. Antes disso já tinha passado pela cadeia outras vezes, a primeira com 18 anos de idade, em 1986, já acusado de ter participado de ataque a uma instituição bancária.

Marcos Willians Herbas Camacho teria nascido em Osasco, na Grande São Paulo, no dia 13 de abril de 1968. Ele mesmo, porém, comentou com os deputados que a data seria 25 de janeiro. Filho de pai boliviano e de mãe brasileira, teria dois irmãos. Um deles é Alejandro Juvenal Camacho Júnior, o Júnior, traficante e protagonista de uma fuga espetacular do Carandiru, de onde escapou por um túnel com dezenas de outros detentos, no dia 26 de novembro de 2001. Ficou em liberdade quase cinco anos, sendo recapturado na zona leste de São Paulo em 25 de abril de 2006. O outro irmão seria Gabriel Herbas Camacho, deputado federal pela província de Cochabamba, na Bolívia, apoiador do presidente *cocalero* Evo Morales, ambos eleitos pelo Movimento ao Socialismo (MAS).

O deputado boliviano, ao saber que jornais de seu país e do Brasil noticiaram o parentesco com Marcola, declarou que não tem irmãos e que é filho de Jesus Herbas e de Ernestina Camacho. Mas isso não foi suficiente para impedir que outro deputado, Luís Alberto Pacheco, do partido Podemos, de oposição, apresentasse uma representação

solicitando que o Congresso da Bolívia investigasse as ligações de Gabriel "com o chefe do narcotráfico de São Paulo". É de se supor que esta informação não tenha fundamento. Como sabemos, o irmão legítimo de Marcola atende pelo nome de Alejandro Juvenal Herbas Camacho Júnior. Pela lógica, o nome do pai seria Alejandro Juvenal Herbas Camacho, já que o "júnior" indica o filho que tem o mesmo nome do pai. Esses detalhes, entretanto, parecem fazer parte da mitologia que cerca o líder do PCC. De fato, sabe-se muito pouco a respeito de Marcola.

Marcos Willians Herbas Camacho passou a infância e a adolescência no bairro do Glicério, na capital paulista. Era um menino esperto, que demonstrava inteligência, bastante conhecido nas ruas do bairro. A jornalista Fátima Souza, repórter que conhece bem o PCC e seus integrantes, descreve esta etapa da vida de Marcola:

— O pai dele era um comerciante razoavelmente bem-sucedido no Glicério. Marcola estudou em escolas particulares, tinha roupas, dinheiro e costumava dar umas voltas com o carro do pai. Daí veio seu apelido de Playboy. Ele foi amigo de infância do Cesinha [*César Augusto Roriz da Silva, que mais tarde seria um inimigo jurado de morte, um traidor da organização*] e os dois foram para o crime por pura adrenalina. Começaram a roubar com uns 14, 15 anos. Não precisavam virar bandidos. O irmão de Marcola, o Alejandro, também virou bandido.

A descrição de Fátima Souza contraria a autodefinição de Marcos Camacho ("vim da boca do lixo"), mas isto não chega a ser uma surpresa. De fato, é quase impossível escrever uma biografia dele. Sabe-se, por exemplo, que não concluiu o ensino médio. E só o fez

por ensino supletivo, quando já estava atrás das grades. Mesmo esta, no entanto, não é uma informação confirmada. Marcola continua envolto em lendas e mistérios.

Marcos Camacho não estava no anexo do presídio de Taubaté, conhecido como Piranhão, quando o PCC foi fundado, em 1993, a partir do nome do time de futebol formado pelos detentos que tinham vindo de São Paulo. Mas lá estavam o Cesinha, seu amigo de infância, e José Marcio Felício, o Geleia. Ambos teriam apresentado a Marcola as intenções do grupo, quando este foi preso por assalto. No depoimento que deu à CPI do tráfico de armas, ele esclareceu que teve muitas divergências com o projeto da organização. Na página 20 das transcrições está anotada a opinião de Marcola, quando foi perguntado acerca dos motivos pelos quais rompeu amizade com Geleia:

> Divergências de opinião. Ele [o Geleia] era muito radical e eu achava que ele acabaria levando todos nós para uma situação muito ruim... Ele queria explodir a bolsa de valores... Ele queria atentados terroristas e eu era totalmente contra, na época, totalmente contra esse tipo de situação. Então a gente começou a divergir muito nesse sentido. E, como ele tinha o poder máximo, então a minha vida estava muito arriscada dentro do sistema penitenciário de São Paulo.

Camacho também não concordava com a onda de terror que o PCC ordenou nas cadeias, perseguindo e matando impiedosamente os integrantes de duas outras facções. Os homens da Seita Satânica, que praticavam rituais de magia negra com mutilações no próprio corpo e agrediam e violentavam presos, foram praticamente extintos.

O PCC também investiu contra os detentos do Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade (CRBC). Muitos desses inimigos do PCC foram degolados nas rebeliões ou tiveram seus corações arrancados do peito. "Morriam uns oitenta presos por ano, assassinados dentro da prisão", comentou Marcola com os deputados da CPI, "e a minha posição era contra."

As tensões internas na organização explodiram nos últimos dias de outubro de 2002, no episódio conhecido como "guerra das primeiras-damas". As mulheres dos líderes da organização costumavam levar e trazer recados de dentro para fora das prisões e vice-versa. Passaram a ter grande importância nos assuntos da facção. E este poder lhes subiu à cabeça. Começaram a dar ordens às quadrilhas, movimentar dinheiro, responder pelo andamento de várias atividades. E uma rivalidade mortal germinou entre elas. Numa manhã de sábado, 30 de outubro, a advogada Ana Maria Olivatto Camacho, ex-mulher de Marcola, foi morta na porta de casa com dois tiros na cabeça. Ele, que era considerado o terceiro homem na hierarquia do PCC, depois de Geleia e Cesinha, enlouqueceu. "Foi a única vez que Marcola foi visto chorando", registrou a repórter Fátima Souza em seu livro *PCC — A facção*.

O assassino de Ana Olivatto Camacho não se preocupara em disfarçar o rosto. Os vizinhos da advogada fizeram dele uma detalhada descrição para o desenhista da polícia. Quando o retrato-falado foi publicado, todos os integrantes do PCC o reconheceram: era Lauro César Gabriel, o Ceará, membro da organização e irmão de Aurinete Carlos Félix da Silva, a Neti, esposa de Cesinha. Neti era amiga íntima de Petronilha Maria Carvalho Félix, a Petrô, esposa de

Geleia, com quem já havia cumprido pena por formação de quadrilha. Estava armado o pagode para o racha no PCC. Há mais de dez anos, Ana Maria também era companheira das duas. Costumava viajar com elas para visitar os maridos na cadeia. Ninguém entendeu o motivo do crime.

A primeira versão para a morte da ex-esposa de Marcola: a polícia havia grampeado o telefone de Neti, um celular que ela ganhou de presente justamente de Ana. Não pareceu convincente. Em *PCC — A facção* (pág. 214) há outra explicação:

> Outra versão é a de que Neti teria mandado o irmão matar a amiga porque Ana havia descoberto que ela estaria mantendo um caso com um investigador do Deic. A advogada, indignada, teria dito que no fim de semana contaria para Cesinha que ele estava sendo traído. Todo mundo sabe que mulher de preso que bota chifre no marido pode perder a vida. Imagine então se tratando da esposa de um dos chefes do PCC.

O racha no PCC produziu um ciclo de mortes do lado de fora das celas. Ceará, o assassino de Ana Maria, foi logo encontrado e crivado de balas. Outras pessoas perderam a vida durante a caçada promovida pela organização para encontrar Neti, a mulher de Cesinha. Marcola mobilizou a massa carcerária contra a liderança do grupo e obteve a solidariedade dos presos após o assassinato covarde da mulher. Geleia e Cesinha foram repudiados, considerados traidores e expulsos do Partido do Crime. Os dois tentaram recuperar o prestígio perdido e fundaram nova organização: o Terceiro Comando da Capital (TCC ou 19.33), à imagem do Terceiro Comando (3C ou TC) do Rio de Janeiro, facção inimiga do Comando Vermelho. Cesinha, como vimos, teve morte brutal dentro do sistema penitenciário. Geleia sobreviveu,

afastado de seus ex-companheiros.

Marcola assumiu poder total na organização. O segundo em comando é agora Júlio César Guedes de Moraes, o Julinho Carambola. O terceiro homem na hierarquia do grupo é Sandro Henrique da Silva Santos, o Gulu. Para os deputados que o visitaram em Presidente Prudente, Marcos Camacho disse que teve que assumir a liderança, para evitar indisciplina e violência nos presídios. Mas explicou que defendeu a ideia de descentralizar o comando na organização, "para não haver um chefe, um ditador". Segundo Marcola, há um grupo de presos esclarecidos e conscientes que funciona como gerador de ideias e orientações. O tempo todo ele evitou citar diretamente o PCC, falando vagamente em "uma organização". Inclusive chegou a dizer que "não há uma única prova jurídica" de que ele pertença ao PCC.

Um dos deputados perguntou a Marcola se existia uma organização de presos nas cadeias. A resposta:

> Em todas as cadeias do estado de São Paulo, todas as cadeias do Rio de Janeiro, todas as cadeias do Rio Grande do Sul, todas as cadeias do Brasil em geral, existe uma disciplina interna criada pelos presos. É óbvio.

Perguntado se tal disciplina era imposta pela força, explicou:

> Nós todos somos praticamente filhos da miséria, todos somos descendentes da violência, desde criança somos habituados a conviver nela, na miséria, na violência... em qualquer favela o senhor vai ver ali um cadáver todo dia... Quer dizer, a violência é o natural do preso... Agora, essas organizações vêm no sentido de refrear essa violência...

Os deputados quiseram saber se o preso paga para a organização

em troca de segurança:

> Não. Ninguém paga dentro da cadeia para nada. Houve uma época em que alguns presos ligados a uma organização pagavam 20 reais. Eram 20 reais de caixinha, mensalmente, para que pudessem ter advogado, assistência jurídica... Só que isso foi abolido. Dentro do sistema penitenciário ninguém dá 1 real para ninguém. Agora, é claro que, por exemplo, para impor uma política de respeito, é proibido o uso de crack, dessa droga chamada crack.

Mas foram os próprios presos que aboliram o crack?, quiseram saber os membros da CPI.

> Foi essa organização criminosa, que via a degradação a que estava chegando o preso... Então, tem que mostrar a violência e falar: "Ó, cara, se você usar isso, pode te acontecer..." A maioria [também] foi a favor de abolir o homossexualismo.

Marcola estava se referindo aos casos de estupro dentro da cadeia, prática que o PCC baniu. Os parlamentares ficaram impressionados com o interlocutor: "Você não é um preso, digamos, convencional", disse um deles. Marcola respondeu a todas as perguntas, mas se esquivou de respostas que pudessem incriminá-lo com a onda de atentados que varrera São Paulo poucos meses antes. Mas o depoimento teve um momento de tensão, quando o preso se referiu à corrupção no Congresso e recebeu uma interpelação em voz alta. "O senhor não grite comigo", retrucou, "não tem esse direito."

O deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS) chegou a comentar com o preso: "Essa estrutura de vocês é uma estrutura leninista, na minha opinião, muito parecida." A resposta está anotada nos registros da CPI: "A gente leu muito sobre Lenin, sobre a formação do

Partido Comunista. Não só, a gente lê sobre tudo...”

E, para explicar melhor, Marcola acrescentou:

> ... ele [o preso] foi acordado, foi conscientizado, numa determinada época, de que os direitos dele, enquanto que ele não soubesse que tinha determinados direitos, eles jamais seriam concedidos, o senhor entende? Foi um despertar....

Então, os presos criaram uma ideologia?, quiseram saber os deputados. “Exatamente”, foi a resposta. E disse mais:

> Os presos apoiam os presos, os marginais na rua apoiam os marginais na rua, e assim vai, sucessivamente. Por quê? Porque todos acreditam que é uma luta justa dos miseráveis contra os poderes estabelecidos, que não nos permitem ter nenhum tipo de melhora de vida. A gente vai ser sempre bandido. Não tem jeito.

Uma das frases mais marcantes das quatro horas e 13 minutos de depoimento foi a seguinte: “Eu não acho um traficante melhor do que um deputado, nem um deputado melhor do que um traficante de armas. Pra mim é tudo igual.”

Marcola ainda tem mais de dez anos de penas para cumprir. E espera o andamento de vários processos nos tribunais.

Pouco mais de um ano após o depoimento de Marcola à CPI do tráfico de armas, que aliás não deu em nada, a Secretaria de Assuntos Penitenciários (SAP) de São Paulo preparou uma “pegadinha” para o suposto líder do PCC. Ao ser finalmente transferido para um presídio mais aberto (2007), Marcola foi colocado em um furgão totalmente microfonado pelos agentes penitenciários. Colocaram junto com ele, gravando tudo, o companheiro Julinho Carambola, considerado o segundo homem em comando no PCC. Fazia tempo que os dois não

se viam. Julinho, na conversa gravada, defendeu a retomada das ações terroristas contra o governo paulista, afirmando que seria o único modo de obter benefícios para a liderança do PCC e para a massa carcerária.

Marcola foi contra. Argumentou que a onda de atentados de 2006 resultou na prisão e na morte de dezenas de companheiros. Foi tudo gravado. Marcos Camacho defendeu a tese de que o "Partido do Crime" deveria continuar crescendo em silêncio. E assim continua — em silêncio.

Nota do autor

CERTA VEZ, TENDO TERMINADO de escrever *As noites das grandes fogueiras* (Record, 1995), obra definitiva sobre a Coluna Prestes e a revolução militar de 1924, o jornalista Domingos Meirelles comentou comigo:

— Quando o livro acabou, meus personagens foram embora e me deixaram numa enorme solidão.

A frase revela a alma engajada do brilhante profissional. Domingos mergulhou naquela aventura patriótica, uma das maiores epopeias brasileiras, depois de vinte anos de pesquisas. Ele chegou a refazer todo o trajeto da Coluna, do Rio Grande até a Bolívia. Ao concluir o texto, foi como se um deserto se abrisse à sua frente. Foram 765 páginas comovidas. Uma poderosa contribuição à nossa história. E, de repente, um silêncio tomou conta do local de trabalho do autor. Por ali desfilavam as tropas, a cavalhada, trens blindados, canhões, gaúchos de chapelão e bombacha em pleno sertão nordestino. Naquele pequeno lugar de tempo-espaço voava a Força

Aérea de Arthur Bernardes, que bombardeou os bairros operários do Brás e da Mooca, em São Paulo.

Tudo parou num instante inexplicável, sob a força descomunal de um ponto final. Domingos é um dos meus monumentos.

Mas, ao contrário do companheiro, não tive tanta sorte. Me despeço deste livro sem muitas saudades. Escrevê-lo foi um tormento. As histórias e os meus "personagens", todos também da vida real, me roubaram o sono, encurralaram meus pensamentos. A trilogia sobre o crime organizado, que encerro aqui, não me deu alegrias nem qualquer orgulho especial por tê-la escrito. Trata-se, no final das contas, da tragédia da infância e da juventude de um país fértil e rico, que sucumbe à ganância e à falta de cuidados com a vida humana.

Desde os 10 anos, antes até, sempre quis ser escritor. Jamais imaginei que este ofício fosse tão torturante. Ao narrar matanças, o envolvimento das crianças com o crime, ao verificar o incrível abandono de imensas populações à própria sorte, num país onde as leis estão submetidas ao poder econômico, vivi momentos de grande frustração. Como disse a repórter: "Não vejo nem o túnel, quanto mais a luz no final dele." É assim que me despeço de 25 anos de pesquisas atormentadas, que consumiram a metade da minha vida, enquanto tinha que trabalhar em outras coisas para sustentar a mim e aos meus.

Estive em posições privilegiadas no mercado de comunicações brasileiro, como executivo de grandes redes de televisão. Convivi com os poderosos, proprietários dos meios de produção. Ouvi suas opiniões, recebi bons salários e lhes obedeci. No entanto, apesar dos

cargos, sou mais lembrado pelos livros e por minhas opiniões a respeito da questão da criminalidade. Isto me redime um pouco? Não sei. Mas — enfim — me tornei um escritor.

Carlos Amorim
São Paulo, 31 de dezembro de 2009

Agradecimentos

DURANTE OS 25 ANOS de pesquisas e escritos sobre a questão da violência urbana e da criminalidade, recebi ajuda de muitas pessoas. Muitas foram as contribuições anônimas, desprendidas e até clandestinas. Alguns arriscaram seus empregos ao fornecer documentos oficiais ditos sigilosos. Outros arriscaram a vida fornecendo descrições do ambiente do crime organizado. Posso dizer, com certo orgulho, que nenhum desses colaboradores jamais sofreu uma represália. Assim como jamais traí a sua confiança. É verdade que troquei informações por segredo. Assim como usei dinheiro para comprar papéis importantes. Mas isso é da profissão. Não há um único bom repórter que não tenha feito isso em pelo menos uma ocasião. É importante destacar que nunca houve uma contestação a respeito daquilo que escrevi. Mesmo dando a cara para bater, estava apoiado em informações sólidas.

Sempre utilizei o critério de cruzar informações pessoais com fontes oficiais, publicações ou outros depoimentos que

corroborassem determinada história. Por isso, com a preocupação do rigor nos dados, meus livros sempre foram citados como fontes de referência, inclusive nos meios acadêmico, jurídico e governamental. Sempre busquei a análise sociológica e o nexo histórico. Meus livros não são histórias de mocinhos e bandidos. Até porque, neste caso, somos todos perdedores. Partes do meu trabalho estão transcritas nos Anais do Congresso Nacional, assim como podem ser consultadas nas bibliotecas do Capitólio e da Casa Branca, em Washington.

Vários dos meus companheiros jornalistas, ao longo desta trilogia, deram contribuição especial. Sem medo de errar, posso citar Marcelo Vaz, Caco Barcelos, Marcelo Resende, Liz Beltrão, Geraldo Lopes, Fátima Souza, Josmar Jozino, Zuenir Ventura (cartas), Elio Gaspari (carta e publicação na *Veja*, referência em seu trabalho sobre o regime militar), Pedro Autran (publicações no *Jornal da Tarde*), Gustavo de Almeida e Augusto Nunes (publicações no *Jornal do Brasil*), Goulard de Andrade (entrevistas na TV Manchete e na Band), Julio Ludemir, Fábio Pannunzio, Fernando Mitre, Ernesto Rodrigues, Amaury Soares, Carlos Absalão, Geneton de Moraes Neto, Jorge Pontual, Domingos Meirelles e Ana Luiza Guimarães. Talvez tenha esquecido alguns nomes, mas isso faz parte.

A pesquisadora Myriam Kazue Sassaki trabalhou com dedicação na busca de citações originais de outros autores e na internet.

Meu reconhecimento também à editora Record, que acreditou neste trabalho desde a primeira publicação, em 1994. Ao *publisher* Sérgio Machado, que, ao lançar o primeiro volume da trilogia, *Comando Vermelho — A história secreta do crime organizado*, só me fez duas perguntas:

— Quanto de verdade está escrito neste livro?

— Toda a verdade — respondi.

— E a polícia, como é tratada no livro?

— É personagem de algumas trapalhadas. Mas não como instituição.

Sérgio Machado costumava andar com um exemplar do livro na pasta. Fazia ele mesmo uma publicidade boca a boca, que certamente foi responsável pela premiação que ganhei da Câmara Brasileira do Livro, naquele ano, com o Jabuti na categoria reportagem, melhor obra de não ficção. Nosso encontro, na sede da editora, em São Cristóvão, no Rio, durou apenas cinco minutos.

Meu reconhecimento e meu agradecimento à diretora editorial da Record, Luciana Villas-Boas, ela mesma uma vítima da violência carioca. Certamente, tem uma sensibilidade especial pelo tema. Assaltada, no bairro do Leblon, levou um tiro de calibre 38 que atravessou seu pulmão esquerdo. Durante um encontro que tivemos em São Paulo, antes da publicação do *CV-PCC*, ela comentou:

— Esses livros são uma importante denúncia e um fator de conscientização para quem não percebeu ainda o que é o fenômeno da violência em nosso país. Como você sabe, tive dificuldades para superar o que aconteceu comigo.

Agradeço também ao editor Sérgio França, pela gentileza e paciência. Entreguei a ele os originais deste livro com um ano de atraso. Tivemos um ótimo encontro na sede da editora, onde me apresentou a impressionante máquina que produz os melhores livros do país. É incrível. Entra o papel de um lado e saem 22 livros por minuto do outro. Não há nenhuma mão humana no caminho. Como

a minha experiência pessoal com a mídia impressa remonta aos anos 1970 e 1980, nunca tinha visto uma coisa assim. De Sérgio França só recebi palavras de estímulo e bons conselhos. Além do mais, pagou um excelente almoço no Adegão Português, onde o bacalhau é de primeira.

Meu agradecimento à editora Ana Paula Costa, que cuidou dos detalhes finais da edição. Criticou o trabalho com objetividade. Tanto no idioma quanto na lógica. Em compensação, me chamava de "querido".

Índice Remissivo

A

Abadía, Juan Carlos Rodriguez (Chupeta)
Abrahão, Marcos
Abramovich, Roman
Absalão, Carlos
Acayaba, Cíntia
Afanassiev, Yuri
al-Assad, Bashar
al-Bashir, Omar
Alencar, José
Alencar, Marcelo
Allende, Salvador
Almeida, Gustavo de
Almeida, Heloísa Helena de
Almeida, Maria Cristina de
Al-Sadir, Moqtada
al-Sayd, Khaled Razek
Altman, Breno
Alves, Júnior
Alves, Lindemberg Fernandes
Alvim, José Eduardo Carreira
al-Zawahiri, Ayman Muhammad Rabaie
Amado, Jorge
Amandia, Carlos
Amazonas, João
Ambrose, Stephen E.
Amorim, Carlos
Amorim, Jaime

Andrade, Goulard de
Andropov, Yuri Vladimirovich
Angélica
Angioni, Paulo Sérgio Scudiere
Arafat, Yasser
Araújo, Jorge de
Araújo, Vera
Arbenz, Jacobo
Aribas, Frederico Antonio
Armani
Arrais, César Henrique
Arruda, José Roberto
Arthur, rei
Astúrias, Miguel Ángel
Athayde, Celso
Athié, Ivan
Atkinson, Rick
Atwan, Abdel Bari
Auden, W.H.
Augusta, Maria
Autran, Pedro
Azeredo, Eduardo

B

Babu, Jorge
Bacellar, Urano Teixeira da Matta
Bachelet, Michelle
Badri
Balaguer, Joaquin
Balzac, Honoré de
Bandeira, Luiz Alberto Moniz
Banzer, Hugo
Barakat, Assad Ahmad
Barbosa, Durval
Barbosa, Joaquim
Barbosa, Nazareno Tavares
Barcelos, Caco
Bari, Abdel
Barnes, Martin
Barre, Siad
Barreto, José Campos
Barrientos, René
Barroso, Ari
Bartolomé, Mariano César

Batista, Fulgêncio
Batista, Pedro José de Assis
Battisti, Cesare
Bayart, Jean-François
Beah, Ishmael
Bedroud, Nojan
Bedroud, Roban
Beevor, Antony
Bellavia, David
Bellon, Maite Amalia
Beltrame, José Mariano
Beltrão, Liz
Berezovskaia, Elena
Berezovsky, Boris Abramovich
Bérgamo, Mônica
Bermúdez, Norberto
Bernardes, Arthur
Bertolotto, Rodrigo
Betancourt Pulecio, Íngrid
Betancur, Belisário
Beto Sem-Braço
Bezerra, Gregório
Bezerra, Jacinto
Bezerra, Múcio
Biggs, Mike
Biggs, Raimunda
Biggs, Ronald
Bittencourt, Godofredo
Blainey, Geoffrey
Blair, Eric Arthur
Blair, Tony
Bolívar, Simón
Bonano
Booth, Terry
Bordabery, Juan Maria
Borel, Isaías do
Borges, Elizeu
Botero, Alberto Santofimio
Bowden, Mark
Braga, Arthur
Braga, Saturnino
Branco, Humberto de Alencar Castelo
Brandão, Ailton Araújo
Brandão, Leci
Brasil, Kátia

Brecht, Bertolt
Brejnev, Leonid
Brizola, Leonel
Brodansky, Yossef
Browning, John
Bruna, dona
Bucher, Giovanni Enrico
Bündchen, Gisele
Buscetta, Tommazo
Bush, George W.

C

Caballero, Pedro Juan
Cabral, Sérgio
Cabral, Sérgio (pai)
Cacciola, Salvatore
Calado, Alexandre Coelho
Calderón, Felipe
Calheiros, Renan
Callado, Antônio
Camacho, Alejandro Juvenal Herbas
Camacho, Ernestina
Camacho, Gabriel Herbas
Camacho, Marcos Willians Herbas (Marcola)
Camacho, Ana Maria Olivatto
Canazaro, Edney
Cano, Alfonso
Capone Al,
Caramante, André
Cardoso, Carlos Alberto (general)
Cardoso, Fernando Henrique
Cardoso, Maurício
Carlini-Cotrim, Beatriz
Carlo, Philip
Carlos Alberto (jogador)
Carlos Cachaça
Carmo, Antônio Francisco do
Carneiro, João Emanuel
Carneiro, José Reinaldo
Carreño, Carlos
Carter, Lauren
Cartola
Carvalho, Mário César
Casado, José

Casé, Regina
Casoy, Boris
Castellano, Paul
Castilho, Carlos
Castro, Antônio Carlos de Almeida
Castro, Carlos Frederico de Souza
Castro, Fidel
Castro, José Carlos
Castro, Raúl
Castro, Ruy
Cavalcante, José Luiz Ramos
Caveirinha
Chamas, Mohamed Tarabain
Charles, príncipe
Chávez, Hugo
Cheney, Dick
Cherétien, Jean
Chimanovich, Mário
Chimanovith, Mário
Chiparelli, Alberto Cuitinho
Chong, Law Kin
Christino, Márcio Sérgio
Ciarlini, Álvaro
Cienfuegos, Camilo
Citadini, Antonio Roque
Citadini, Antônio Roque
Clapton, Eric
Clark, Mark
Clinton, Bill
Clinton, Hillary
Cohen, William
Colazzos, Francisco Antônio Cadenas
  Medina, padre Olivério
  Olivério, Comandante
Collor, Pedro
colombiana, Xuxa
Colombo
Confúcio
Connaily, John
Coon, Asa H.
Copolla, Francis Ford
Corleone, Dom
Corleone, dom Vito
Correa, Rafael
Costa, Antônio Nonato da

Costa, Édson da Silva
Costa, José Caldas da
Costa, Luiz Fernando da (Fernandinho Beira-Mar ou Freddy Seashore)
Costa, Marcelo
Costa e Silva, Arthur da
Coutinho, João Pereira
Cruz, Marcelo
Cunha, Euclides da
Curi, Abrahão João
Curi, Helena
Curi, Nesi
Cutter, Dayse

D

Dahroug, Mohamed
Dantas, Daniel
Datena, José Luís
David, Aniz Abraão Anísio
David, Aniz Abrahão
Dávila, Sérgio
Debray, Regis
Denis, Bayma
Deus
Di Caprio, Leonardo
Dines, Alberto
Diniz, Abílio
Dirceu, José
Donga
Dória, Ernesto da Luz Pinto
Dostoiévski, Fiódor
Dota, Alice
Douglas, Michael
Dualib, Abílio
Dualib, Alberto
Dualib, Carla
Dualib, Hiland
Duprat, Renato

E

Echavarria, Diego
Edinho
Einstein, Albert
Elbrick, Charles Burke

Elbrik, Charles
El-Din
Elenin, Platon
Eluf, Carlos Ely
Encina, José Carlos dos Reis (Escadinha)
Erlanger, Luiz
Escobar, Pablo Emilio
Esposito, Joe
Eulália

F

Fatah, Gueddan Abdel
Favaro, Thomas
Feffermann, Marisa
Felício, José Márcio (Geleia)
Felici, Paulo Roberto
Félix, Petronilha Maria Carvalho
Fernandes, Anderson
Fernandes, Bob
Ferraz, Lucas
Ferreira, Enoque
Ferreira, José Roberto Granado
Ferreira, Virgulino (Lampião)
Ferrez
Fidel
Figueiredo, João Baptista
Filho, Antônio Oliveira
Filho, Renato Duprat
Filho, Sérgio Cabral
Flávio, Lúcio
Flor, Ana
Forester, François
Forsyth, Frederick
Foucault, Michael
Francis, Paulo
Franco, Itamar
Franco, Wellington Moreira
Frank, Michel Albert
Frati, Rolando
Freeh, Louis Joseph
Freire, Humberto
Freire, Raimundo
Freitas, Alípio de
Frossard, Denise

Fuentes, Mario
Funes, Maurício

G

Gabriel, Lauro César (Ceará)
Gaier, Rodrigo Viga
Gaitán, Jorge Eliecer
Galán, Luís Carlos
Galisteu, Adriane
Galvão, Adelino
Gambino, Carlo
García, Anastásio Somoza
Garcia, Marcelo
Gaspari, Elio
Gates, Bill
Gates, Robert
Gavião, Marcus Vinícius Tavares (Playboy)
Gazal, Cyntia
Genovese, Carmine
Genro, Tarso
Geralda, dona
Geraldo
Giacalone, Anthony
Giancana, Chuck
Giancana, Sam Momo
Gil, Gilberto
Giudice, Walter
Glenny, Misha
Gluchkov, Nikolai
Godoy, Marcelo
Godoy, Roberto
Goldfarb, Alex
Gomes, Laurentino
Gómez, Camilo
Gomide, Raphael
Gomide, Sandra
Gonçalves, Osvaldo
González, Adolpho Mena
Gorbachev, Mikhail
Gordon, Lincoln
Gorki, Máximo
Goulart, Gustavo
Goulart, João (Jango)
Gouveia, Nélson

Grabois, Maurício
Grachov, Pavel Sergeyevich
Grandis, Rodrigo de
Guevara, Ernesto “Che”
Guimarães, Ana Luiza
Guimarães, Carmem Glória Guinâncio
Guimarães, Jerônimo
Guimarães, Natalino
Guzmán, Jaime
Guzzo, José Roberto

H

Hallak, Ricardo
Haloum, Ribhi
Hariri, Rafic
Harris, Eric
Hélio, João
Heremilda
Hersh, Seymour H.
Hiett, Laurie
Hijazi, Kassen Mohamad
Hillary
Hitler, Adolf
Hoffa, James P.
Hoffa, Jimmy
Hofmann, Albert
Holanda, Sérgio Buarque de
Holmes, Sherlock
Huck, Luciano
Hugo, Victor
Hussein, Saddam

I

Iantorno, Alcides
Ibrahim, José
II, dom Pedro
II, Elizabeth
III, Robert Mueller
II, Nicolau
Irani-Kermani, Reza
Isabel, princesa
Isaías
Iweala, Uzodinma

J

Jackson, Michael
Jamieson, Alisson
Jatobá, Ana Carolina
Jerônimo
João Alfredo (deputado)
Jobim, Nelson
Jobim, Tom
Joe
Johannpeter, Ana Cristina
Johannpeter, Germano Gerdau
Jojoy, Mono
Joorabchian, Kia
Joorabchian, Kiavash
Joorabchian, Sharzad
Guimarães Jorge, Aílton (Capitão Guimarães)
José, Emiliano
Joselão
Jozino, Josmar
Júnior, Alejandro Juvenal Herbas Camacho
Júnior, José
Júnior, Orlando Mota
Júnior, Policarpo
Júnior, Romeu Tuma

K

Kaká (jogador)
Kalil, Antônio Petrus (Turcão)
Kalil, Gosef Abu
Katrina
Kennedy, Jacqueline
Kennedy, John Fitzgerald
Kennedy, Joseph
Kfouri, Juca
Khadafi, Muammar
Khalid
Khan, Mahvish Rukhsana
Kholodov, Dimitri
Kiavash, Kia
Kissinger, Henry
Klebold, Dylan
Knightley, Phillip
Koleilat, Rana Abdel Rahim
Kour, George

Krasnenker
Kretschmer, Tim
Kruschov, Nikita
Kryzhevskaya
Kublinski, Richard Leonard
Kuroyedov, Vladimir

L

Lacerda, Paulo
Laden, Osama bin
Laden, Osama Bin
Laden, Osama bin Muhammad bin
Lago, Jackson
Lamarca, Carlos
Lamont, Christine
Lamy, Pascal
Langhorne, Samuel (Mark Twain)
Laranjeiras, Ronaldo
Lara, Rodrigo
Leal, Cláudio
Lebed, Alexander
Lee, Spike
Leitão, Maurício Fleury Pereira
Lembo, Cláudio
Lemgruber, Julita
Lengruber, Rogério
Lenin
Lenine
Lennon, John
Leonardo, João
Leônidas
Letícia, Marisa
Lilley, Peter
Lima, Arnaldo Esteves
Lima, Cássio Cunha
Lima, Marco Antônio da Silva
Lima, Willian da Silva
Lincoln, Abraham
Lino, Paulo Roberto Ferreira
Lins, Álvaro
Lins, Paulo
Lírio, Lúcio Flávio Vilar
Litvinenko, Alexander
Litvinenko, Mariana

Lombardi, Renato
Lopes, Antônio Ruiz
Lopes, José Luiz
Lopes, Marcos André
Lopes, Tim
Lucania, Salvatore
Lucchese, família
Luciano, Charles “Lucky”
Ludemir, Julio
Luís, Washington
Lula (Luiz Inácio Lula da Silva)
Lumumba, Patrice
Lund, Kátia
Lupi, Carlos

M

Macedo, Marcos Stadler
Machado, Matheus
MacWalt, David
Madoff, Bernard
Magessi, Marina
Maierovitch, Walter
Maluco, Paulo
Maluf, Paulo
Mandela, Nelson
Manolo
Mantega, Guido
Manuela
Manzano, Manuel Urritia
Maomé
Maranhão, José
Marani, Diego
Maranzano, Salvatore
Marchetti, Ivens
Marcos, Plínio
Marcuse, Herbert
Maria, Antônio
Mariani, cabo
Marighella, Carlos
Marília Gabriela
Marín, Pedro Antonio. Ver Vélez, Manuel Marulanda
Markun, Paulo
Martinez, Antônio
Martinha

Martins, Franklin de Sousa
Marulanda, Manuel
Marx
Mascherano, Javier
Masseria, Giuseppe
Matos, Mariel Mariscot de
Mattos, Eduardo Henrique
Mattos, Luiz Paulo Dias de
Mattos, Susie Pinheiro Dias de
Mayerovich, Walter
McCartney, Paul
Medeiros, Ernaldo Pinto de (Uê)
Medeiros, Marcelo
Medina, Paulo
Medina, Roberto
Medina, Virgílio de Oliveira
Mehsud, Hakimullah
Meira, Tarcísio
Meireles, Fernando
Meireles, Henrique
Meirelles, Domingos
Mello, Celso de
Mello, Fernando Collor de
Mello, Marco Aurélio de
Mello, Sérgio Vieira de
Melodia, Luiz
Melo, Fernando Collor de
Mendes, Gilmar
Mendes, Marcelo Carvalho
Menem, Carlos
Menem, Carlos Saúl
Mengele, Josef
Miloslavsky, Leonid
Minassi, Marie Noel
Mirandam, Oldack
Miranda, Theócrito Rodrigues de
Mir, Luís
Mohamed, Khalid Sheikh
Mohamed, Manar
Mohammed
Mokhies, Ali Hasan
Momblane, Eduardo Chivambo
Monerat, Elza
Monroe, Marilyn
Monte, Marisa

Moore, Michael
Moraes, Alberto Motta
Moraes, Antônio Ermírio de
Moraes, Júlio César Guedes de (Julinho Carambola)
Moraes, Motta
Moraes, Vinícius de
Morales, Evo
Morales, Juan Evo
Moreira, Edmar
Moreira, Erismar Rodrigues
Moreira, Marcílio Marques
Moreno, Alfredo Canales
Moro, Aldo
Moura, Vitalmiro Bastos de
Mugget, Gerson
Mujica, José "Pepe"
Murdoch, Rupert
Mussolini, Benito
MV Bill

N

Nabih, Ashraf Refaal
Nader, José
Nalven, Paul
Napoleão
Nardi, Eduardo
Nardoni, Alexandre
Nardoni, Isabella
Nascimento, Edson Arantes do (Pelé)
Nasiri, Omar
Nasser, Mikhael Yossef
Natalino
Naya, Sérgio
Nelson Cavaquinho
Nepomuceno, Márcio dos Santos (Marcinho VP)
Neto, Agostinho
Neto, Geneton de Moraes
Neto, Geneton Moraes
Neto, José Lacerda
Neto, Rodrigo
Neves, Pimenta
Neves, Tancredo
Nicolau, Antônio José (Toninho Turco)
Nicolau, José Antônio

Nilmar
Nixon, Richard
Nizar, Ali
Nkunda, Laurent
Norambuena, Mauricio Hernández
Noriega, Manuel
Nunes, Augusto

O

Obama, Barack Hussein
Occhiuso, José
Okereke, James
Oliveira, Ana Carolina
Oliveira, Ediney Canazaro de
Oliveira, Rodrigo
Oliveira, Sílvio Luís Martins de
Olivetto
Olivetto, Washington
Orejuela
Ortega, Daniel
Orwell, George
Ospina, Hernando Calvo
Oswald, Lee Harvey
Oyama, Thaís

P

Pacheco, Agonalto
Pacheco, Luís Alberto
Paes, Eduardo
Palmeira, Vladimir
Pannunzio, Fábio
Passos, José Meirelles
Pastrana, Andrés
Patarkasishvili, Badri
Patrício, Izo Gomes
Paulus, Von, marechal
Pavan, Maria
Pedrosa, Eulália
Pedrosa, Ismael
Peluso, Cezar
Penagos, Ramón Manuel Yepes
Penteado, Gilmar
Pereira, João Sérgio Leal
Perón, Juan Domingo

Petacci, Clara
Pignato, Vanda
Pimenta, Edite
Pimentel, Eloá Cristina
Pinho, Rodrigo
Pinochet, Augusto
Pinto, Onofre
Pinto, Ronaldo
Pires, João
Pita, Celso
Podlaski, Sokolów
Politkovskaya, Anna
Polk, George
Poloni, Sidney
Pomar, Pedro
Pontual, Jorge
Porfírio, Pedro
Portanova, Guilherme
Portela, Fábio
Prado, Maria Isabel do
Prestes, Luiz Carlos
Provenzano, Tony
Putin, Vladimir

Q

Queiroz, Protógenes
Quiroz, Carlos Renato
Quiroz, Rosa Amalia Ramos

R

Rabelo, Aldo
Rached, Márcio
Rahman, Omar Abdul
Raiane
Ramos, Graciliano
Ramos, Hosmany
Ramos, Marcelo
Regueira, José Ricardo de Siqueira
Reis, Marion
Resende, Jó
Resende, Marcelo
Reys, Raúl
Ribeiro, Darcy
Ribeiro, João Ubaldo

Ribeiro, Marco Antônio
Ribeiro, Roberto Cavalcanti
Ricardinho
Richter, Hardy Henry
Río, Cristián Edwards Del
Ríos, Ivan
Rodrigues, Celso Luís (Celsinho da Vila Vintém)
Rodrigues, Cláudia Lessin
Rodrigues, Dagoberto
Rodrigues, Darcy
Rodrigues, Ernesto
Rodrigues, Isaías Costa (Isaías do Borel)
Rodrigues, Nelson
Rodriguez, Manuel
Roger (jogador)
Rollemberg, Denise
Roriz, César Augusto (Cesinha)
Rosa, Noel
Rossetto, Miguel
Rossi, Clóvis
Roughead, Gary
Rousseff, Dilma
Rubenstein, Jacob
Ruby, Jack Leon
Rumiantseva, Marina
Rumsfeld, Donald H.

S

Sadat, Anuar
Saddam
Saenz, Guillermo León
Salahadin, Alluf El (Saladino)
Salazar, Mário Terán
Salles, Luiz
Salman, Schokouh
Salvatti, Ideli
Sanchez, Andres Navarro
Sanchez, Rubens Oscar
Sandell, Rickard
Santis, Fausto Martins De
Santos, Anderson Fernandes dos
Santos, Marcos Antônio Bretãs dos
Santos, Nelson Pereira dos
Santos, Sandro Henrique da Silva

Santos, Silvio
Santos, Wilson dos
Sarmiento, Luis Carlos Galán
Sarney, José
Sassaki, Myriam Kazue
Savimbe, Jonas
Scahil, Jeremy
Schwarcz, Lilia
Schwarzenegger, Arnold
Scolari, Luiz Felipe
Scott, Ridley
Serra, José
Seung-Hui, Cho
Shinawatra, Thaksin
Silva, Aurinete Carlos Félix da
Silva, Aurinete Félix da
Silva, Carlos Pereira da
Silva, Elias Pereira da (Elias Maluco)
Silva, Fabiano Atanázio da (Fabinho FB)
Silva, Ismael
Silva, Nayara Rodrigues da
Silva, Nelson da (Bill do Borel)
Silva, Paula Guimarães da
Silva, Paulo Henrique Bispo da
Silva, Rubens Gomes da
Rubão
Silvino, Antônio
Sinatra, Frank
Skandrani, Manar Mohamed
Soares, Amaury
Soares, Fábio
Soares, Jô
Soares, Luiz Eduardo
Sobeira, Júlio Guimarães
Sobrinho, José Bonifácio de Oliveira
Sodré, Nelson Werneck
Soria, Carlos
Soros, George
Souza, Fátima
Souza, Marcelo Vaz de
Souza, Robson de (Robinho)
Spencer, David
Spielberg, Steven
Stadler, Marcos
Stalin

Stang, Dorothy
Stedile, José Pedro
Stone, Oliver
Stroessner, Alfredo
Suárez, Lúcia Fernández
Suplicy, Eduardo
Sutherland, Kiefer

T

Tambs, Lewis
Tatcher, Margaret
Tavares, Flávio
Temer, Michel
Teodoro, Sebastião
Tevez, Carlos (jogador)
Tião
Tiger, Panzer
Tognolli, Cláudio Júlio
Tolstoi
Tolstói, Liev
Tomaz, Kleber
Toro, Benício Del
Torrengo, Carlos
Torres, Demóstenes
Torrio, John
Tórtima, José Carlos
Tosta, Wilson
Tranchesi, Eliana
Travassos, Luís
Trindade, Elaine
Trindade, Eliane
Tse-Tung, Mao
Tuma, Romeo
Turner, Ted
Tzu, Sun

U

Ulyanov, Vladimir Ilitch
Uribe, Álvaro

V

Vallejo, Virgínia
Vanderlino
Vargas, Getúlio

Vasciaveo, Iracema
Vásquez, Tabaré
Vélez, Manuel Marulanda (Tirofijo)
Veloso, Caetano
Ventura, Zuenir
Verri, Alexandre
Verri, Antônio
Verri, Izabel Catanho da Silva
Viana, Natália
Vianna, Marcelo de Souza
VI, Dom João
Vieites, Rosa Cristina Fernandes
Vilas, Ricardo
Villa, Pancho
Vilock, Darcy Viana
Vincent, Isabel
Vonnegut, Kurt

W

Waddington, Ricardo
Wagner, Carlos
Wagner, Franz
Wagner, Gustav Franz
White, Kin
Wilner, Tom
Wright, Lawrence

X

Xavier, José Joaquim da Silva
Xiaochuan, Zhou

Y

Yablokov, Alexei
Yakovlev, Vladimir
Yeltsin
Yeltsin, Boris

Z

Zahavi, Pinni
Zanirato, Roberto
Zapruder, Abraham
Zarattini, Ricardo
Zayed, Mansur bin

Zeca
Zelaya, Manuel
Ziegler, Jean
Zilda
Zolá, Emile
Zuo, Yuengang
Zwick, Eduard

Este e-book foi desenvolvido em formato ePub pela Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S. A.

Assalto ao poder

Sobre o livro

- http://www.record.com.br/livro_sinopse.asp?id_livro=24955

Sobre o autor

- http://www.record.com.br/autor_sobre.asp?id_autor=753

Livros do autor

- http://www.record.com.br/autor_livros.asp?id_autor=753

Entrevistas com o autor

- http://www.record.com.br/autor_lista_entrevista.asp?id_autor=753

Página do livro no Skoob

- http://www.skoob.com.br/livro/116596

Página do livro no O Livreiro

- http://www.olivreiro.com.br/livros/3037943-assalto-ao-poder

Blog do autor

- http://carlosamorim.com/

Entrevista com o autor em vídeo

- http://www.youtube.com/watch?v=vMdmN9D_Tu4

Autor escreve sobre o prêmio Jabuti recebido pelo livro

- http://carlosamorim.com/2011/12/06/assalto-ao-poder-ganha-o-premio-jabuti-2011/

Twitter do autor

- http://twitter.com/#!/carlosamorim